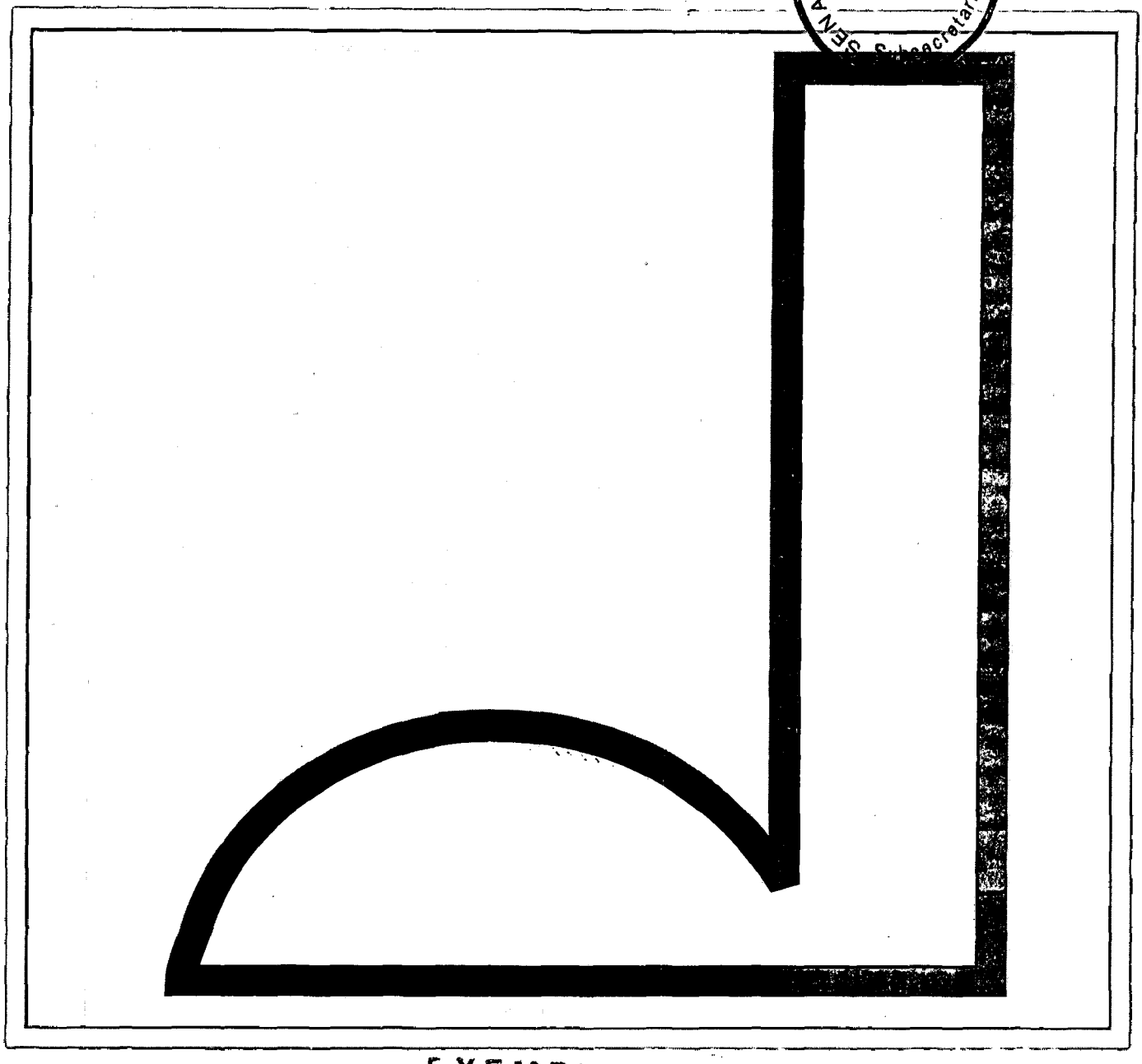
EXEMPLAR UNICO

República Federativa do Brasil

SENADO FEDERAL Subsecretaria do Arquivo



EXEMPLAR UNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIII - Nº 151 SÁBADO, 21 DE NOVEMBRO DE 1998 BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente *Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA* **1º Vice-Presidente** *Geraldo Melo – PSDB – RN* **2º Vice-Presidente** *Júnia Marise – Bloco – MG* **1º Secretário** *Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB* **2º Secretário** *Carlos Patrocínio – PFL – TO*	**3º Secretário** *Flaviano Melo – PMDB – AC* **4º Secretário** *Lucídio Portella – PPB – PI* **Suplentes de Secretário** *1º Emilia Fernandes – Bloco – RS* *2º Lúdio Coelho – PSDB – MS* *3º Joel de Hollanda – PFL – PE* *4º Marluce Pinto – PMDB – RR*
CORREGEDORIA PARLAMENTAR **Corregedor(1)** *Romeu Tuma – PFL – SP* **Corregedores Substitutos(1)** *Ramez Tebet – PMDB – MS* *Joel de Hollanda – PFL – PE* *Lúcio Alcântara – PSDB – CE*	**PROCURADORIA PARLAMENTAR** **Procuradores(2)** *Nabor Júnior – PMDB – AC* *Djalma Bessa – PFL – BA* *Emilia Fernandes – Bloco – RS* *José Ignácio Ferreira – PSDB – ES* *Lauro Campos – Bloco – DF*

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO GOVERNO **Líder** *Elcio Alvares – PFL – ES* **Vice-Líderes** *José Roberto Arruda – PSDB – DF* *Ramez Tebet – PMDB – MS* *Romeu Tuma – PFL – SP* **LIDERANÇA DO PFL** **Líder** *Hugo Napoleão* **Vice-Líderes** *Edison Lobão* *Francelino Pereira* *Gilberto Miranda* *Romero Jucá* *Romeu Tuma* *Júlio Campos*	**LIDERANÇA DO PMDB** **Líder** *Jader Barbalho* **Vice-Líderes** *Nabor Júnior* *Gerson Camata* *Carlos Bezerra* *Ney Suassuna* *Fernando Bezerra* *Gilvan Borges* **LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO** **Líder** *Eduardo Suplicy* **Vice-Líderes** *Sebastião Rocha* *Antonio Carlos Valadares* *Roberto Freire* *José Eduardo Dutra*	**LIDERANÇA DO PSDB** **Líder** *Sergio Machado* **Vice-Líderes** *Osmar Dias* *Jefferson Péres* *José Ignácio Ferreira* **LIDERANÇA DO PPB** **Líder** *Leomar Quintanilha* **Vice-Líderes** *Esperidião Amin* **LIDERANÇA DO PTB** **Líder** *Odacir Soares* **Atualizada em 4-11-98**

(1) Reeleitos em 2-4-97
(2) Designação: 16 e 23-11-95

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia **Diretor-Geral do Senado Federal**	*Raimundo Carreiro Silva* **Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal**
Claudionor Moura Nunes **Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações**	*Marcia Maria Correa de Azevedo* **Diretora da Subsecretaria de Ata**
Júlio Werner Pedrosa **Diretor da Subsecretaria Industrial**	*Denise Ortega de Baerè* **Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia**

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 120ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 1998

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 251, de 1998 (nº 1.389/98, na origem), de 18 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 37, de 1998-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário, crédito suplementar no valor global de quinze milhões, duzentos e trinta e cinco mil, quinhentos e oitenta e nove reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.705, de 18 de novembro de 1998..... 16389

Nº 252, de 1998 (nº 1.390/98, na origem), de 18 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 28, de 1998-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Trabalho, crédito especial até o limite de trezentos e sete mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.706, de 18 de novembro de 1998..... 16389

Nº 253, de 1998 (nº 1.391/98, na origem), de 18 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 29, de 1998-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar até o limite de duzentos e trinta e sete mil, quatrocentos e setenta e cinco reais, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 9.707, de 18 de novembro de 1998..... 16389

Nº 254, de 1998 (nº 1.392/98, na origem), de 18 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1996 (nº 1.667/96, na Casa de origem), que altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre Registros Públicos, para possibilitar a substituição do prenome por apelidos públicos notórios, sancionado e transformado na Lei nº 9.708, de 18 de novembro de 1998..... 16389

Nº 255, de 1998 (nº 1.393/98, na origem), de 18 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1991, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal, sancionado e transformado na Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998..... 16389

Nº 256, de 1998 (nº 1.397/98, na origem), de 18 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome da Senhora Vera Pedrosa Martins de Almeida, Ministra de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Equador. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional..... 16389

1.2.2 – Pareceres

Nº 587, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário, oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1996 (nº 1.873/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão ao tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins, e dá outras providências, e ao Projeto de Lei do Senado nº 154, de 1997, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso indevido e ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e de drogas que causem dependência física ou psíquica, e dá outras providências (Tramitando em conjunto, nos termos do Requerimento nº 571, de 1997)..... 16393

Nº 588, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1998 (nº 2.377/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação do art. 190 do Decreto-Lei nº 1.101, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar..... 16394

Nºs 589 e 590, de 1998, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1998 (nº 4.606/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a autonomia da gestão das Organizações Militares Prestadoras de Serviços da Marinha e dá outras providências..... 16395

Nº 591, de 1998, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1998 (nº 4.576/98, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de homepage na Internet, pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências. 16400

Nº 592, de 1998, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1998 (nº 628/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção para prevenir e punir os atos de terrorismo configurados em delitos contra as pessoas e a extorsão conexa, quando tiverem eles transcendência internacional, concluída em Washington, em 2 de fevereiro de 1971..... 16401

Nº 593, de 1998, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 1998 (nº 659/98, na Câmara dos Deputados), que autoriza o envio, pelo Brasil, de tropas armadas e equipamentos para o exterior, com a finalidade de prestar o apoio logístico necessário à realização dos trabalhos da Missão de Observadores Militares Equador/Peru (MOMEP)..... 16402

Nº 594, de 1998, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 1998 (nº 711/98, na Câmara dos Deputados), que aprova a solicitação de reconhecimento da competência obrigatória da Corte Internacional de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos para fatos ocorridos a partir do reconhecimento, de acordo com o previsto no parágrafo primeiro do art. 62 daquele instrumento internacional. 16404

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1998, cujo parecer foi lido anteriormente..... 16406

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1998, cujos pareceres foram lidos anteriormente. A matéria encontra-se em regime de urgência e agendada para sessão da próxima terça-feira, dia 24..... 16406

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1998, cujo parecer foi lido anteriormente..... 16406

1.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1998, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que dispõe sobre danos morais e sua reparação. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa..... 16406

1.2.5 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 37, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que acrescenta § 7º ao art. 220 da Constituição Federal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.. 16412

1.2.6 – Requerimento

Nº 568, de 1998, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda a remessa de documentos e as informações que menciona. À Mesa para decisão..... 16414

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, dia 18 do corrente, com a apresentação de uma emenda ao Projeto de Resolução nº 101, de 1998, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de até dezesseis milhões e quinhentos mil marcos alemães, junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau – KFW, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Saneamento Básico do Piauí. À Comissão de Assuntos Econômicos para exame da Emenda nº 1-Plen. 16414

1.2.8 – Ofício

Nº 2.443/98, de 20 do corrente, do Líder, em exercício, do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.727, de 1998..... 16414

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR *EDUARDO SUPLICY*, como Líder – Anúncio do encaminhamento de requerimento à Mesa, no sentido de realizar inspeção no sistema de telefonia do Senado, com objetivo evitar escutas clandestinas, e para convocação do presidente do BNDES para prestar esclarecimentos sobre o processo de privatização de empresas estatais..... 16415

SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Resposta ao Senador Eduardo Suplicy. 16416

SENADOR *NABOR JÚNIOR* – Defesa da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão como forma de evitar o abuso do poder econômico. 16417

SENADOR *ROBERTO FREIRE* – Responsabilidade e prerrogativas do Congresso Nacional na apreciação das medidas de ajuste fiscal e da reprogramação do Orçamento da União, para contenção dos gastos públicos. 16421

SENADOR *RAMEZ TEBET* – Necessidade da fiscalização da execução do orçamento da União, após definidas e aprovadas as prioridades nacionais..... 16423

SENADOR *BERNARDO CABRAL* – Reflexão sobre os desvios do sistema presidencialista. Defesa do sistema parlamentarista de governo.... 16424

SENADOR *ROBERTO REQUIÃO* – Repúdio à edição da Medida Provisória nº 1.669-18/98, com modificação que retira prerrogativas dos sindicatos dos portuários referentes a normas e condições gerais de trabalho. Transcrição de documento dos Sindicatos dos Ferroviários dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais..... 16429

SENADOR *PAULO GUERRA* – Importância da Rodovia BR – 156 como eixo econômico entre Macapá/AP, o Oiapoque e as Guianas francesas. 16429

SENADOR *JOSÉ EDUARDO DUTRA* – Aumento da lucratividade da Companhia Vale do Rio Doce, em detrimento da segurança dos trabalhadores e do descaso com a preservação ambiental. Solidariedade aos presidentes de todos os sindicatos de trabalhadores da Companhia Vale do Rio Doce , que estão iniciando greve de fome, para chamar atenção da sociedade para os aspectos da falta de segurança na empresa. 16433

SENADOR *GILVAM BORGES* – Defesa do Ministério Público e da Polícia Federal como órgãos competentes para apurar as recentes denúncias envolvendo autoridades do Governo. Repúdio à constituição de comissão parlamentar de inquérito sem fatos comprovadamente verdadeiros. 16434

SENADOR *ERNANDES AMORIM* – Defesa da apuração, pelo Congresso Nacional, das denúncias envolvendo a privatização de empresas públicas. Encaminhando à Mesa requerimento de informações ao Ministro da Fazenda, para avaliação da execução dos planos de privatização realizados pelo Governo Federal. 16438

SENADOR *ADEMIR ANDRADE* – Encaminhamento à Mesa de requerimento ao Ministro da Fazenda, solicitando informações, no âmbito do Banco do Brasil, sobre gastos em publicidade. 16441

SENADOR *JÚLIO CAMPOS* – Alerta para a existência de excessiva burocracia na economia brasileira, acarretando aumento de custo para as empresas e de preços para os cidadãos. 16444

SENADOR *CASILDO MALDANER* – Análise sobre os gastos públicos diante da limitação do orçamento para próximo ano. 16445

1.2.10 – Requerimentos

Nºs 569 e 570, de 1998, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, solicitando aos Ministros de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e do Planejamento e Orçamento, respectivamente, as informações que menciona. À Mesa para decisão. 16447

Nº 571, de 1998, de autoria do Senador Ernandes Amorim, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. À Mesa para decisão. 16452

Nº 572, de 1998, de autoria do Senador Ademir Andrade, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. À Mesa para decisão. 16452

1.2.11 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº 3.167, de 1998, na origem, de 19 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele órgão referente ao Ofício nº S/71, de 1998 (nº 2.074/98, no Banco Central), que trata da operação de crédito baseada no Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, firmado em 31 de março de 1998, entre a União e o Estado da Paraíba, com a interveniência do Banco do Estado da Paraíba – Paraiban, e do Banco do Brasil S/A, no valor total de duzentos e sessenta e seis milhões, trezentos e treze mil, seiscentos e onze reais e quinze centavos (Anexado ao Ofício nº S/71, de 1998). À Comissão de Assuntos Econômicos. 16453

Recebimento do Ofício nº 3.168, de 1998, na origem, de 19 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando nova manifestação daquele órgão referente ao Ofício nº S/69, de 1998 (nº 2.071/98, no Banco Central), que trata da operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ativos, celebrado em 13 de maio de 1998, entre a União e o Estado do Rio Grande do Norte, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, cujos recursos serão destinados ao saneamento das instituições do sistema financeiro daquele Estado, no valor de noventa e nove milhões e duzentos e noventa e três mil reais (Anexado ao Ofício nº S/69, de 1998). À Comissão de Assuntos Econômicos. 16453

1.2.12 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA *BENEDITA DA SILVA* – Homenagem à Zumbi dos Palmares. Consolidação dos projetos de mapeamento e titulação das terras das comunidade remanescentes dos quilombos. 16453

SENADOR *TEOTONIO VILELA FILHO* – Regozijo pelos resultados obtidos pelo Partido Social Democrata – PSDB nas últimas eleições, em especial pela reeleição em primeiro turno, do Presidente Fernando Henrique Cardoso..... 16454

SENADOR *JOÃO ROCHA* – Abordagem sobre os aspectos positivos da Reforma da Educação Profissional e, em particular, do Ensino Técnico. 16456

SENADOR *EDISON LOBÃO* – Sugestões para minorar os efeitos de um ajuste fiscal na política educacional brasileira. 16462

1.2.13 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima terça-feira, dia 24, com Ordem do Dia anteriormente designada. 16465

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Roberto Requião, proferido na sessão de 13 de agosto de 1998 e republicado no Diário do Senado Federal do dia 16 de outubro de 1998, para transcrição dos documentos referidos (Republicação). 16466

3 – EMENDAS

Oferecidas ao Projeto de Lei nº 41, de 1998-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1999 (Publicadas em suplemento a este Diário). 16643

4 – ATAS DE COMISSÕES

7ª Reunião da Comissão Especial criada através do Requerimento nº 518, de 1995-SF, destinada a estudar a reforma político-partidária, realizada em 26 de junho de 1997. 16643

3ª Reunião da Comissão Especial criada através do Requerimento nº 153, de 1998-SF, destinada a estudar as causas do desemprego e do subemprego no País, realizada em 19 de agosto de 1998. 16650

24ª Reunião (extraordinária) da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 17 de novembro de 1998. 16660

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 2.198, de 1998, referente ao servidor Ismail de Souza Carvalho. 16661

Nº 2.199, de 1998, referente à servidora Adriana Pincowsca Cardoso. 16662

Nºs 2.200 e 2.203, de 1998. 16663

Nº 2.204, de 1998, referente à servidora Irene Ferreira Costa. 16664

Nº 2.205, de 1998, referente à servidora Odaíza Rodrigues Alves. 16668

Nº 2.206, de 1998, referente à servidora Ana Maria Domingues dos Santos. 16669

Nº 2.207, de 1998, referente ao servidor Rui Soares Moreira. 16670

Nº 2.208, de 1998, referente ao servidor Osvaldino José dos Santos. 16671

Nº 2.209, de 1998, referente à servidora Sydia Cassia Stein. 16672

Nº 2.210, de 1998, referente à servidora Luzia de Souza Godoi. 16673

Nº 2.211, de 1998, referente ao servidor João Antonio Barbosa Lopes. 16674

Nº 2.212, de 1998, referente ao servidor José Alexandre da Silva. 16675

Nº 2.213, de 1998, referente ao servidor Antonio Rufino Neto. 16676

Nº 2.214, de 1998, referente ao servidor Nildemar Cursino Silva. 16677

Apostila referente à aposentadoria do servidor José Felix Monteiro. 16678

Apostila referente ao Ato nº 800/91, da Presidência, para incluir a vantagem da Resolução-SF, nº 51/93, a partir de 1º-4-93. 16678

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 120ª Sessão Não Deliberativa em 20 de novembro de 1998

4ª sessão legislativa ordinária da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Carlos Patrocínio e Gilvam Borges

(Inicia-se a sessão às 10 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Gilvam Borges, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 251, de 1998 (nº 1.389/98, na origem), de 18 do corrente restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 37, de 1998 _CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário, crédito suplementar no valor global de quinze milhões, duzentos e trinta e cinco mil, quinhentos e oitenta e nove reais, para fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.705, de 18 de novembro de 1998.

Nº 252, de 1998 (nº 1.390/98, na origem), de 18 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 28, de 1998 _CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Trabalho, crédito especial até o limite de trezentos e sete mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº9.706, de 18 de novembro de 1998.

Nº 253, de 1998 (nº 1.391/98, na origem), de 18 do corrente, restituindo autógrafos do Porjeto de Lei nº 29, de 1998 _CN, que autoriza o Poder Executivo abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar até o limite de duzentos e trinta e sete mil, quatrocentos e setenta e cinco reais, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº9.707, de 18 de novembro de 1998.

Nº 254, de 1998 (nº 1.392/98, na origem), de 18 do corrente restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº103, de 1996 (nº 1.667/96, na Casa de origem), que altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre Registros Públicos, para possibilitar a substituição do prenome por apelidos públicos notórios, sancionado e transformado na Lei nº 9.708, de 18 de novembro de 1998

(Serão feitas as devidas comunicações à Câmara dos Deputados)

Nº 255, de 1998 (nº 1.393/98, na origem), de 18 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1991, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que regulamenta a execução do disposto nos incisos I,II e III do art. 14 da Constituição Federal, sancionado e transformado na Lei nº9.709, de 18 de novembro de 1998.

MENSAGEM Nº 256, DE 1998
Nº 1.397 na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art.54, inciso I,alínea **a**, e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora Vera Pedrosa Martins de Almeida, Ministra de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Equador.

Os méritos da Embaixadora Vera Pedrosa Martins de Almeida, que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 18 de novembro de 1998. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 430/DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 16 de novembro de 1998

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos

arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea a, e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal, destinada à indicação de Senhora Vera Pedrosa Martins de Almeida, Ministra de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Equador.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **Curriculum-vitae** da Embaixadora Vera Pedrosa Martins de Almeida, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente. – **Luiz Felipe Lampreia,** Ministro de Estado das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

Curriculum-vitae

EMBAIXADORA VERA PEDROSA MARTINS DE ALMEIDA

Rio de Janeiro/RS, 2 de janeiro de 1936.

Filha de Mário Pedrosa e Mary Houston Pedrosa.

Curso de Filosofia, FNF/RJ.

CPCD, IRBr.

Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr.

CAE, IRBr.

Terceira Secretária, 24 de outubro de 1968.

Segunda Secretária, antigüidade, 3 de janeiro de 1972.

Primeira Secretária, merecimento, 24 de agosto de 1977.

Conselheira, merecimento, 18 de agosto de 1981.

Ministra de Segunda Classe, merecimento, 17 dezembro de 1987.

Ministra de Primeira Classe, 21 de junho de 1993.

Assistente do Secretário-Geral de Política Exterior, 1969.

Assistente do Chefe da Divisão de Transportes e Comunicações, 1970/72.

Assistente do Chefe da Divisão de Transportes e Comunicações, 1980.

Assistente do Chefe da Divisão das Nações Unidas, 1981/83.

Chefe da Divisão das Nações Unidas, 1987.

Chefe-Adjunta do Departamento de Organismos Internacionais, 1987.

Chefe, Substituta, do Departamento de Organismos Internacionais, 1987/88.

Coordenadora-Executiva do Gabinete do Ministro de Estado, 1988/90.

Madri, Segunda Secretária, 1972/75.

Lima, Segunda Secretária, 1975/76.

Lima, Primeira Secretária, 1977/80.

Paris, Conselheira, 1983/86.

Paris, UNESCO, Ministra-Conselheira e Delegada Permanente Adjunta, 1990/93.

Paris, UNESCO, Encarregada de Negócios, a.i., 1991.

Haia, Embaixadora, 1995/98.

Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional, Ministério da Aeronáutica, 1970/72 (Representante-Adjunta do MRE).

I Reunião da Subcomissão de Cooperação Econômica e Técnica, Comissão Mista Brasil_Equador, Brasília, 1971 (Assessora).

Confererência Diplomática para a Revisão da Convenção de Varsóvia, 1971 (Delegada).

Negociações para celebração de um Acordo sobre transporte aéreo com o Equador, Quito, 1971 (Delegada).

Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil-Reino Unido, Rio de janeiro, 1971.

XVII Assembléia Extraordinária da OACI, 1971 (Delegada).

Reunião de Consulta com Autoridades Aeronáticas Espanholas, Rio de janeiro, 1971 (Delegada).

Reunião Informal ATS/COM_3 entre Autoridades Brasileiras e Senegalesas, Rio de Janeiro, 1972 (Delegada).

Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil-Espanha, Madri, 1972 (Delegada).

III Sessão Ordinária da Comissão internacional para Conservação do Atum Atlântico, Paris, 1973 (Delegada).

III Sessão Ordinária do Conselho da Comissão Internacional para Conservação do Atum Atlântico, e Reuniões do Comitê Permanente de Investigação e estatística e das Subcomissões 1, 2 e 4 da mesma Comissão Internacional, Madri, 1974 (Assessora).

Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil-Peru, Lima, 1976 (Delegada).

Reunião sobre Monitoramento dos Processos de Desertificação na América Latina, UNEP, 1977 (observadora).

Subcomissão Mista Brasileiro-Peruana para a Amazônia, Iquitos, 1977 (delegada).

Conferência Interamericana de Ministros de trabalho, 1978 (assessora).

Sessão do Conselho de Administração do UNEP, Nairobi, 1981 (delegada).

Reunião "**ad hoc**" de Peritos Governamentais de Alto Nível sobre Direito Ambiental, Montevidéu, 1981 (delegada).

Reunião de Ministros das Relações dos Países Membros do Tratado de Cooperação Amazônica, Belém, 1981 (assessora).

Reunião Regional Intergovernamental sobre Meio Ambiente na América Latina e no Caribe, México, 1982 (delegada).

X Aniversario da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente e à XI Sessão do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Nairóbi, 1982 (delegada).

Reunião do Grupo de Trabalho da Área Básica nº 2, sobre Recursos Hídricos e Outros Recursos Naturais dos Países da Bacia do Prata, Brasília, 1982 (delegada).

Conferência sobre a Organização das Nações Unidas na Escola de Guerra Naval, Rio de janeiro, 1982.

Correspondente Oficial Brasileira à Bienal de Paris, 1984.

Comissão de Apoio às Atividades do Projeto Brasil-França, 1985 (membro).

Reunião Regional Intergovernamental sobre Meio Ambiente na América Latina e no Caribe, Montividéu, 1987.

Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre a Situação da Mulher, Viena, 1986 (chefe).

"Fórum dos Lagos". II Reunião, Lagos, 1987 (chefe).

XLII Assembléia-Geral das Nações Unidas, Nova York, 1987 (delegada).

Comissão Federal de Entorpecentes, Representante-Adjunta do MRE, 1987.

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, 1987 (representante-suplente do MRE).

Sessão Especial da Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas e Reunião do Grupo de Peritos para a Negociação do Texto do Projeto de Convenção sobre o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, Viena, 1988 (delegada).

Viagem Presidencial à Bolívia, 1988 (comitiva do Senhor Ministro de Estado).

Reunião Regional de Peritos em Desarmamento, Lima, 1988 (representante).

III Sessão Especial das Nações Unidas dedicada ao Desarmamento, Nova York, 1988 (delegada).

Reunião Regular de Chanceleres do Grupo dos Oito (Fases Técnica e Ministerial), Oaxaca, 1988 (delegada).

Reunião de Alto Nível sobre Implementação da Declaração de Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, Rio de Janeiro, 1988 (delegada).

Missão Especial à Posse do Presidente do Equador (comitiva do Senhor Ministro de Estado).

Seminário "Cooperación para la Paz", Instituto Peruano de Relações Internacionais, Lima, 1988 (representante).

XLII Assembléia-Geral das Nações Unidas, Nova York, 1988 (delegada).

Assembléia Geral da OEA, São Salvador, 1988 (delegada).

Conferência das Nações Unidas para a Adoção da Convenção sobre Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, Viena, 1988 (delegada).

Conferência dos Países Signatários do Protocolo de Genebra sobre Armas Químicas, Paris, 1988 (delegada).

Reunião de Embaixadores no Leste Europeu, 1989 (membro da comitiva).

Visita do Ministro das Relações Exteriores à Espanha, Madri, 1989 (membro da comitiva).

Reunião dos Presidentes dos Países-Membros do Tratado de Cooperação Amazônica, Manaus, 1989 (delegada).

Reunião Extraordinária de Chanceleres da OEA sobre a Situação no Panamá, Washington, 1989 (delegada).

Viagem do Presidente da República à Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1988 (membro da comitiva).

Visitas Oficiais do Presidente da República a Angola e Bolívia, 1988 (membro da comitiva).

Visita do Ministro das Relações Exteriores a Washington, 1989 (membro da comitiva).

XXV e XXXVI Conferências Gerais da Unesco, Paris, 1989 e 1991 (delegada).

CXXXIV a CXL Sessões do Conselho Executivo da Unesco, Paris, 1989 a 1992 (delegada).

Painel Internacional sobre Alterações Climáticas, Sundsvall, 1990, (chefe).

III Sessão do Comitê Preparatório da Conferência sobre Alterações Climáticas, 1991 (chefe da delegação).

Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, Paris, 1992 (representante).

III Reunião de Cúpula do Grupo dos 15, Dacar, 1992 (delegação de apoio ao Senhor Presidente da República).

VI Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, Buenos Aires (delegação de apoio ao senhor Presidente da República).

III Reunião do Conselho do Mercosul, Montevidéu, 1992 (delegação de apoio ao Senhor Presidente da República).

Visita do Senhor Presidente da Repúblcia à Bolívia para assinatura de Acordo Bilateral sobre Gás, 1993 (Delegação de Apoio do Senhor Presidente da República).

Visita Oficial do Senhor Presidente da República à Argentina, 1993 (Delegação de Apoio do Senhor Presidente da República).

Visita Oficial do Senhor Presidente da República ao Uruguai, 1993 (Delegação de Apoio do Senhor Presidente da Repúlica).

Reunião do Conselho do Mercosul, Assunção, 1993 (Delegação de Apoio do Senhor Presidente da República).

Missão Presidencial à posse do Presidente do Paraguai, 1993, (Delegação de Apoio do Senhor Presidente da República).

III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, Salvador, Bahia, 1993 (Delegação de Apoio do Senhor Presidente da República).

VII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, Santiago do Chile, 1993 (Delegação de Apoio do Senhor Presidente da República).

Secretária de Difusão e Intercâmbio Cultural do Ministério da Cultura, 1986/87.

Presidente da Comissão para a implementação do Projeto Alvorada, 1990/91.

Assessora Diplomática da Presidência da República, 1993/95.

Ordem do Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Grão Mestre.

Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil.

Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil.

Ordem "El Sol de Peru", Oficial, Peru.

Ordem do Mérito Civil, Espanha.

Eduardo Prisco Paraiso Ramos, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

SITUAÇÃO INTERNA E POLÍTICA EXTERIOR

A partir de agosto de 1996 e durante quase todo o ano de 1997, o Equador passou por uma conturbada fase política. O Presidente eleito em 1996 foi deposto pelo Congresso em fevereiro de 1997 por meio de polêmica interpretação constitucional (a Abdalá Bucaram atribuiu-se "incapacidade mental" para o exercício das funções). O então Presidente do Congresso, Fabián Alarcón, assumiu a Presidência do país.

As eleições de 1998, vencidas por Jamil Mahuad, trazem a uma complexa culminação o período de transição entre o modelo populista fracassado de Abdalá Bucaram e o interinato, de Fabián Alarcón, que viu frustrados seus projetos de modernização do Estado.

Nesse processo, ficou claro que o país continua apresentando marcadas divisões internas de caráter regional (serra x costa), político-partidário e socioeconômico.

A situação econômica atual é muito grave. Nos cinco primeiros meses de 1998, em virtude da sensível baixa do preço internacional do petróleo, das deficiências estruturais de extração, transporte e comercialização no país, o valor monetário das exportações equatoriais desse produto foi superado pelo das vendas de banana, tradicionalmente o segundo item na pauta. Ressalte-se ainda que as exportações de camarão são as únicas, dentre os três principais itens da balança comercial equatoriana, que não decresceram em termos de geração de divisas. Outro sério problema deverá ser a contenção do déficit fiscal, calculado em US$1,1 bilhão, equivalente a 5,6% do PIB.

O projeto de Governo do Presidente Mahuad consiste em assentar as bases para um crescimento elevado e sustentado da produção e do emprego, com uma economia aberta, dinâmica e competitiva Mahuad defende a abertura à iniciativa privada nacional e estrangeira, através de privatizações e prestação de serviços, em setores como exploração transporte e distribuição de de hidrocarbonetos, geração, transmissão e distribuição elétrica, telefonia básica, celular e de satélite, estradas, portos e aeroportos, e água potável e saneamento básico.

Nos últimos anos, o Equador tem buscado diversificar seus contatos externos, que tendem a concentrar-se nos EUA por força do intercâmbio comercial entre os dois países. Nesse contexto, observa-

se maior esforço de participação equatoriana em foros regionais, como a Comunidade Andina e o Grupo do Rio e internacionais, conforme refletido na ocupação de um dos assentos não permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 1991-92.

A conclusão exitosa do processo de paz com o Peru, logo no início do Governo Mahuad, retirou um sério problema da agenda externa equatoriana e deverá abrir margem a iniciativas proveitosas de cooperação com aquele vizinho sul-americano e outros países.

Relações com o Brasil

Desde a reorientação da política externa equatoriana durante a gestão de Rodrigo Borja, no sentido de fomentar os vínculos no cenário regional, o relacionamento bilateral Brasil-Equador tem registrado um desenvolvimento constante, que se traduz hoje em um diálogo fluído e construtivo entre os dois países, inclusive na coordenação de posições no âmbito de organismos multilaterais regionais e internacionais. Reflete-se igualmente em outros campos do relacionamento bilateral, pela intensificação dos programas nas áreas cultural e de cooperação técnica.

No plano político regional, sobressaem as possibilidades de aprofundamento da coordenação de posições no âmbito do Grupo do Rio, no contexto da preparação da Cúpula América Latina_Caribe União Européia, bem como na esfera do Tratado de Cooperação Amazônica, em particular no tocante ao processo do estabelecimento da futura Secretaria Permanente, a ser sediada em Brasília.

No plano global, dentre os temas de mútuo interesse, constam o processo de reforma das Nações Unidas, e as questões relacionadas ao meio ambiente e ao narcotráfico.

Embora se tenha observado, ao longo dos últimos quinze anos, uma tendência ao crescimento do comércio bilateral, o Brasil vem perdendo espaço no mercado local. A balança comercial segue, contudo francamente favorável ao Brasil, com um superávit, em 1997, de US$119,6 milhões.

Os principais produtos brasileiros exportados para o Equador têm sido ônibus, máquinas e aparelhos mecânicos, automóveis, sobretudo em CKD, autopeças, produtos siderúrgicos, papel e alimentos. Para o Brasil, o Equador exporta, além de petróleo, enlatados de atum e de sardinha, bombons e caramelos, chapéus de palha, derivados de plástico e ácido acetilsalicílico.

O Equador tem pleiteado do Brasil maiores importações de atum e de outros produtos. Eventuais entendimentos nesse sentido deverão ser buscados no contexto das negociações em curso entre o Mercosul e a Comunidade Andina, cuja conclusão poderá dinamizar o comércio existente entre os dois países.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

PARECERES

PARECER Nº 587, DE 1998

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1996 (nº 1.873, de 1991, na Casa de origem), que "dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins, e dá outras providências", e ao Projeto de Lei do Senado nº 154, de 1997, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que "dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso indevido e ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e de drogas que causem dependência física ou psíquica, e dá outras providências". (Tramitando em conjunto, nos termos do Requerimento nº 571, de 1997).

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

No prazo regimental destinado ao recebimento de emendas de Plenário ao PLC nº 105/96 e ao PLS nº 154/97, a Exma. Sra. Senadora Emília Fernandes apresentou duas emendas à primeira proposição.

Emenda nº 2

Consoante a Emenda nº 2, oferecida ao art. 14, os atos de promover, fundar, financiar, comandar, participar ou prestar colaboração, direta ou indiretamente, ainda que como informante, com vistas à prática de quaisquer dos crimes relacionados à produção – plantio, tráfico, extração, compra, venda, troca, preparo ou uso de substâncias entorpecentes – sujeitaria os autores a penas pecuniárias

de até quatrocentos dias-multa, e reclusão, de seis a quinze anos.

Nas razões justificadoras da emenda ao art. 14, a ilustre autora argumenta que a pena prevista nesse artigo é aplicável também ao mentor intelectual do delito, e por isso não pode ser inferior à prevista no art. 12 (reclusão, de três a quinze anos). Argumenta ainda que o magistrado, só após examinadas as provas, é que deve decidir sobre a gradação da pena.

Emenda nº 3

Essa emenda preconiza ao § 3º do art. 26 o aditamento da condição de que o usuário surpreendido com substância entorpecente destinada a consumo pessoal não apenas será conduzido à autoridade policial para prestar depoimento e ser cadastrado, seguindo-se a liberação, mas também que firme o compromisso, mediante termo, de comparecer a todos os atos do processo.

II – Voto

A argumentação justificadora da Emenda nº 2 ao PLC nº 105, de 1996, deixa de considerar que o art. 14 congrega vários tipos penais,e a gradação da sanção será definida pelo grau de participação do agente, em estreita sintonia com o art. 29 do Código Penal. Nos termos da emenda, até mesmo o ato participativo mínimo sujeitaria o agente à pena máxima imposta (quinze anos de reclusão).

Convém levar em conta, também, que o ato de promover ou fundar grupo evidencia apenas o ânimo de delinqüir; se examinados isoladamente, isto é, não considerada a ação criminosa que posteriormente venha a ocorrer, ver-se-á que esses atos estão ainda muito próximos da fase de cogitação (cogitatio), não sendo possível afirmar-se, nessa fase, se de fato haverá a prática de um delito, e em que grau de paticipação se enquandrará o agente. Essa condição é que orienta a previsão mínima da pena em três anos.

Por outro lado, veja-se, no mesmo dispositivo, que o ato de financiar grupo de deliqüentes se reveste de muito maior gravidade, pois pode já não envolver apenas a cogitação, mas ultrapassar essa fase e alcançar a da própria ação, embora não exista a definição do tipo penal do crime que ainda será perpetrado.

Ao retirar-se do art. 14 a graduação punitiva, para substituí-la por uma faixa elástica de sanção, que vai de seis a quinze anos, conforme proposto na emenda, sujeitar-se-ia o mero informante à mesma possibilidade punitiva do fabricante ou traficante de entorpecentes. Nesses casos, não obstante o evidente absurdo o magistrado não estaria descumprindo a lei se aplicasse ao informante a pena máxima de quinze anos de reclusão, e, noutro processo ou circunstância, a mínima, de três, ao mentor do crime.

A Emenda nº 2 ao PLC nº 105, de 1996, mostra-se igualmente desnecesária quando se considera a punição mais grave, de um quarto até a metade, prevista no art. 20, aos mentores dos delitos relacionados a entorpecentes. Significa dizer que os crimes de maior potencial ofensivo, entre os quais o de engendrar, como mentor intelectual, pode, pela associação de dispositivos, alcançar o máximo de 22 anos e meio de reclusão.

As razões expendidas recomendam a **rejeição** da Emenda nº 2 ao PLC nº 105, de 1996.

A Emenda nº 3 ao PLC nº 105, de 1996, é expletiva e a sua **rejeição** é recomendada pelos próprios dispositivos subseqüentes ao art. 26 – em especial o art. 31 _, que dispõem sobre os procedimentos posteriores à colheita do depoimento do usuário. A simples previsão de instauração do inquérito policial, inicial do processo, já assegura que este último, se procedente a denúncia, será devidamente formado e trará consigo imposições específicas, inclusive as relativas a prazos e ao comparecimento do indiciado aos atos judiciais.

Sala da Comissão, 11 de novembro de 1998.

Bernardo Cabral, Presidente – Romeu Tuma, Relator – Roberto Requião – José Fogaça – Roberto Freire – Romero Rucá – Josaphat Marinho – Leonel Paiva – Pedro Simon – José Eduardo Dutra – José Bianco.

PARECER Nº 588, DE 1998

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1998 (nº 2.377/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação do art. 190 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar.

Relator: Senador **Romeu Tuma.**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1998 de iniciativa do Poder Executivo, que "Altera a redação do art. 190 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar".

A proposição, que não recebeu emendas no prazo regimental, pretende sanar algumas falhas existentes naquele artigo do Código Penal Militar (CPM). Inicialmente, supre a omissão de pena para desertor, cuja apresentação ou captura ocorra após dez dias da consumação do delito. Sugere que o benefício de penas mais brandas só se dê até o limite de oito dias e não dez. Por fim, propõe a inclusão de militares mais graduados (sargento subtenente e suboficial) nas circunstâncias que aumentam o rigor da pena.

II – Análise

A iniciativa não contraria preceitos constitucionais. Quanto ao seu mérito é muito pertinente e cumpre com eficácia os objetivos a que se propõe.

Não obstante, apresenta incorreções em face das disposições da recém-publicada Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que "Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a conciliação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona".

III – Voto

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1998, observadas as seguintes emendas de redação:

Emenda nº 1 – CCJ

Acrescente-se a expressão "(NR)" após o novo texto do **caput** do art. 190 e de seus §§ 2º e 4º

Emenda nº 2 – CCJ

Renumerem-se os §§ 3º e 4º propostos como § 2º – A e § 3º

Sala da Comissão, 11 de novembro de 1998. –

Bernardo Cabral, Presidente – Pedro Simon – Francelino Pereira – Romeu Tuma – Roberto Freire – Leonel Paiva – Romero Jucá – Jefferson Pires – José Branco – Josaphat Marinho – José Fogaça – José Eduardo Dutra – Antonio Carlos Valadares.

PARECERES Nºs 589 E 590, DE 1998

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº43, de 1998 (nº 4.606/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a autonomia da gestão das Organizações Militares Prestadoras de Serviços da Marinha e dá outras providências.

PARECER Nº 589, DE 1998. DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL.

RELATOR: Senador **Bernarddo Cabral**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1998, de autoria do Poder Executivo, visa a estabelecer a ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira das Organizações Militares Prestadoras de Serviços no âmbito do Ministério da Marinha. Essas entidades se dedicam às atividades industriais e de apoio de base, pesquisa e desenvolvimento, atendimento médico-hospitalar, abastecimento, ensino e cultura.

Determina o art, 1º da proposição sob análise que o Poder Executivo poderá qualificar, com base no § 8º do art. 37 da Constiuição – dispositivo que teve a sua redação alterada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, pertinente à reforma administrativa –, as organizações militares prestadoras de serviços que atendam a determinados requisitos. Essas exigências são, a seguir, descritas nos seis incisos do mencionado artigo.

O § 8º do art. 37 da Constituição, na forma estabelecida pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, recorde-se, diz que "a autonomia gerencial orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade". Determina, ainda, que caberá à lei dispor sobre o prazo de duração do contrato e os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes.

A proposição em exame constitui a primeira iniciativa no sentido da concretização do que dispõe o texto da lei constitucional.

Nos termos do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1991, a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos dirigentes das OMPS será delimitada pelo conjunto de normas vigentes, que estabelecem os direitos, obrigações, as responsabili-

dades e os processos de avaliação dos Oficiais titulares de Organizações Militares.

Os objetivos, as metas e os indicadores de desempenho das OMPS, bem como os recursos necessários e os instrumentos de avaliação de seu cumprimento, prescreve o art. 3º, serão estabelecidos com contrato. Tais metas, na forma do § 1º do art. 3º, "estarão subordinados ao previsto nos Planos e Programas da Marinha para execução pelas OMPS". Os contratos terão prazo de duração de no mínimo um ano, renovável por períodos subseqüentes, a serem prorrogados em função das metas estabelecidas. É o que estabelece o § 2º do art. 3º.

Nos termos do art. 4º, os critérios correspondentes às receitas auferidas pela prestação de serviços, conforme indicado no inciso III do art. 1º, serão integralmente disponibilizados para movimentação e empenho, nos termos do art. 4º.

O art. 5º estabelece os controles a que a gestão das OMPS está submetida, destacando-se entre eles a tomada de contas pelos órgãos da estrutura de controle interno da Marinha (inciso I); os exames rotineiros dos comandos superiores (inciso II); as verificações e análises de desempenho por conselho financeiro e administrativo da Marinha (inciso III), e avaliação do órgão de controle externo (inciso IV).

O regime de trabalho da mão-de-obra das OMPS é disciplinado no art. 6º, pelo qual se estabelece que esse regime obedecerá às regras da Consolidação da Lei do Trabalho (CLT). Diz, ainda, o mesmo artigo que a contratação da mão-de-obra em função das metas a atingir e da previsão orçamentária de custeio correspondente, não podendo a remuneração da referida mão-de-obra ser superior ao valor de mercado ou do equivalente na Administração Federal.

Na forma do art. 7º é autorizada a contratação, no âmbito da Marinha, de até dez mil empregados, de nível superior e médio, conforme progamação a ser aprovada em ato conjunto dos Ministérios da Marinha e da Administração Federal e Reforma do Estado. Essa contratação será efetivada em número igual ou inferior ao número de cargos vagos ou extintos no âmbito das OMPS, nos termos do § 1º do art. 7º. No § 2º do mesmo artigo, são declarados extintos os cargos vagos e e em extinção os demais cargos nas Organizações Militares da Marinha que forem qualificadas como OMPS, em número correspondente aos que forem criados pela lei em que converter o projeto sob exame.

Diz o art. 8º que os Ministros da Marinha e do Mare, mediante ato a ser expedido em conjunto, fixarão os níveis salariais relativos aos empregos de que trata o art. 7º, tomando-se por base parâmetros de mercado ou, na ausência destes, o equivalente na Administração Federal.

Segundo estabelece o art. 9º, os atuais servidores públicos lotados nos órgãos que se constituirão em OMPS poderão, respeitados os interesses da administração, optar pelo regime da CLT, processando-se, neste caso, a extinção do respectivo cargo. Quanto aos militares e servidores públicos da Marinha, lotados nas OMPS, permanecem submetidos às respectivas legislações, inclusive quanto à remuneração (art. 10).

Determina o art. 11 que se aplcia para as OMPS os limites estabelecidos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, pertinentes a regras para a dispensa de licitações promovidas por sociedade de economia mista e empresa pública, assim como, por autarquias e fundação qualificada como Agência Executiva.

O art. 12 atribui competência ao Ministro de Estado da Marinha para estabelecer as normas complementares que se fizerem necessárias, enquanto o art. 13 firma a cláusula de vigência.

II – Voto

Na Exposição de Motivos Interministerial nº 41, de 12 de junho próximo passado, subscrita pelos Ministros de Estado da Marinha e da Administração Federal e Reforma do Estado, são informados os critérios e os valores de que se valeu o Poder Executivo para propor ao Congresso Nacional o presente projeto de lei que consideramos pioneiro e de grande significado político e econômico-social.

No referido documento assinala-se, em relação à reforma do Estado, que um dos grandes desafios a ser enfrentado pelo Brasil é o de criar um modelo de desenvolvimento que traga um futuro melhor e, nessa perspectiva, a administração passa a ser pautada "em conceitos modernos de administração e eficiência, voltada para o controle de resultados, com ênfase na qualidade e produtividade dos serviços".

Recorda-se, nesse sentido, que a emenda constitucional pertinente à reforma administrativa, recentemente promulgada, traz um significativo passo nessa direção ao dispor, na nova redação dada ao § 8º do art. 37, sobre a possibilidade de ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira de órgão e entidades da administração direta.

Informa-se, a seguir, na mencionada exposição de motivos, que a Marinha brasileira, há alguns

anos, estabeleceu um gerenciamento diferenciado para as organizações militares responsáveis pela prestação de serviços às instituições navais, nas áreas industrial, de apoio de base e de pesquisa, dentre outras. Tais organizações, designadas Organizações Militares Prestadoras de Serviços (OMPS), têm como metas principais o aumento da produtividade, a redução de custos e a eliminação de mão-de-obra ociosa, o que é perfeitamente consentâneo com a política atualmente adotada.

Malgrado os esforços da Marinha para o aprimoramento de seus procedimentos administrativos, tal objetivo não foi alcançado suficientemente em razão da rigidez da legislação que normatiza a Administração Pública. Por ese motivo, a mudança introduzida na Lei Maior pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, permite a adoção das medidas necessárias, com o propósito de garantir um crescimento administrativo com qualidade, como asseveram os eminentes ministros de Estado já referidos.

Destarte, a presente proposição visa a dinamizar o processo produtivo das Organizações Militares Prestadoras de Serviços, o gerenciamento de resultados, bem assim, definir o regime das leis trabalhistas para fins de contratação de recursos humanos.

Convencido das razões aduzidas por seus ilustres auxiliares, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, encaminhou ao Congresso Nacional o presente projeto de lei, na forma do art. 61 da Carta Magna, o qual já mereceu a aprovação da egrégia Câmara dos Deputados.

Com efeito, O Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1998, objeto de nossa análise, trata de matéria da mais alta relevância e o faz de maneira inovadora e adequada. Como se sabe, a dinâmica de funcionamento das Organizações Militares Prestadoras de Serviços assemelha-se à das empresas privadas, em termos de gerenciamento, competitividade e produtividade. As organizações para as quais as OMPS prestam sos seus serviços pertencem à Marinha, possuem crédito orçamentário constituído dos recursos destinados ao seu custeio. Esses recursos poderiam ser empregados indistintamente nas próprias OMPS ou em empresas privadas. As OPMS, entretanto, constituem um modelo já consolidado, contando com experiências acumuladas em muitos anos.

Daí a inteira pertinência da solução encontrada, mediante a qual a proposição vale-se do preceptivo constante do § 8º do art. 37 da Constituição Federal, na forma dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, como seu fundamento de validade jurídica para estabelecer um novo critério de gerenciamento das organizações mencionadas que é, a um só tempo, moderno, porque compatível com os métodos da administração gerencial, e seguro, porque arrimado em objetivos claramente definidos e atingíveis, sem provocar qualquer solução de continuidade nessa área importante da administração pública brasileira.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1998.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 1998

Romeu Tuma: Vice-Presidente no exercício da Presidência, **Bernardo Cabral**: Relator, **Marluce Pinto, Abdias Nascimento, Emília Fernandes, Joel de Hollanda, Hugo Napoleão, José Agripino, Lúdio Coelho, Arlindo Porto, Mauro Miranda.**

PARECER Nº 590, DE 1998

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Relator: Senador **Lúcio Alcântara**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1998, de autoria do Poder Executivo, visa a estabelecer a ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira das Organizações Militares Prestadoras de Serviços no âmbito do Ministério da Marinha. A possibilidade de ampliação da autonomia dessas entidades encontra lastro constitucional no § 8º do art. 37 da Carta Magna, aditado pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998.

O art 1º da proposição sob análise estabelece que o Poder Executivo poderá qualificar, com base no § 8º do art. 37 da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, as organizações militares prestadoras de serviços que atendam a determinados requisitos. Essas exigências são, a seguir, descritas nos seis incisos do mencionado artigo.

Nos termos do art. 2º do Projeto de Lei Câmara nº 43, a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos dirigentes das OMPS será delimitada pelo conjunto de normas vigentes, que estabelecem os direitos, obrigações, as responsabilidades e os processos de avaliação dos Oficiais titulares de Organizações Militares.

Os objetivos, as metas e os indicadores de desempenho das OMPS, bem como os recursos necessários e os instrumentos de avaliação de seu cumprimento, prescreve o art. 3º, serão estabelecidos em contrato. Tais metas, na forma do parágrafo

único do art. 3º, "estarão subordinadas ao previsto nos Planos e Programas da Marinha para execução pelas OMPS". Os contratos terão prazo de duração de no mínimo um ano, renovável por períodos subseqüentes, a serem prorrogados em função das metas estabelecidas. É o que estabelece o § 2º do art. 3º.

Os créditos correspondentes às receitas auferidas pela prestação de serviços, conforme a previsão nesta Lei, serão integralmente disponibilizados para movimentação e empenho, nos termos do art. 4º.

Dedica-se o art. 5º a determinar os controles a que a gestão das OMPS está submetida, destacando-se a tomada de contas pelos órgãos da estrutura de controle interno da Marinha (inciso I); os exames rotineiros dos comandos superiores (inciso II); a verificação e análises de desempenho por conselho financeiro e administrativo da Marinha (inciso III), e avaliação do órgão de controle externo (inciso IV)Os funcionários das OMPS serão contratados com base no regime da Consolidação das Leis do Trabalho, estipulada o art. 6º. Neles se estabelece a vinculação a metas de desempenho, a remunerçaão não superior ao valor de mercado ou ao equivalente na Administração Federal e a observância da previsão orçamentária.

É autorizada a contratação, no âmbito da Marinha, de até dez mil empregados, de nível superior e médio, conforme programação a ser aprovada em ato conjunto dos Ministérios da Marinha e a da Administração Federal e Reforma do Estado, na forma do art. 7º. Essa contratação será efetivada em número igual ou inferior ao número de cargos vagos ou extintos no âmbito das OMPS, nos termos do § 1º do art. 7º. Dedica-se o § 2º do mesmo artigo, por sua vez, a declarar extintos os cargos vagos e em extinção os demais cargos nas Organizações Militares da Marinha que forem qualificadas como OMPS, em número correspondente aos que forem criados por esta lei.

O art. 8º estabelece que os ministros da Marinha e do Mare, mediante ato, fixarão os níveis salariais relativos aos empregos de que trata o art. 7º, tomando-se por base parametros de mercado ou na ausência destes, o equivalente na Administração Federal.

Conforme determina o art. 9º, os atuais servidores públicos lotados nos órgãos que se constituirão em OMPS poderão, respeitados os interesses da administração, optar pelo regime da CLT, processando-se, neste caso, à extinção do respectivo cargo. Quanto aos militares e servidores públicos da Marinha, lotados nas OMPS, estes permanecem submetidos ás respectivas legislações, inclusive quanto à remuneração. (art. 10).

Aplica-se para as OMPS os limites estabelecidos na Lei nº 8.666, alterada pela Lei nº 9.648, pertinentes a regras para a dispensa de licitações promovidas por sociedade de economia mista e empresa pública, assim como por autarquias e fundação qualificada como Agência Executiva, segundo o art. 11.

Dedica-se o art. 12 a definir a competência do Ministro de Estado da Marinha para estabelecer as normas complementares que se fizerem necessárias, enquanto o art. 13 firma a cláusula de vigência.

II – Voto

O § 8º do art. 37 da Constituição, na forma estabelecida pela Emenda Constitucional nº 19, recorde-se, diz que "a autonomia gerencial orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade". Determina, ainda, que caberá à lei dispor sobre o prazo de duração do contrato e os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigaçõ-es e responsabilidade dos dirigentes. Esta proposição constitui a primeira iniciativa no sentido da concretização do que dispõe o texto da lei constitucional.

A Emenda Constitucional nº 19 é a mais elevada expresão jurídica da nova concepção de administração pública que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso quer imprimir ao Brasil. Urge superar não apenas as velhas práticas patrimonialistas como também as concepções de natureza burocrática que ainda dominam a administração pública brasileira. A nova conceção, de natureza gerencial, impõe uma maior agilidade, eficiência e praticidade, segundo os modernos padrões de gestão pública, buscando a qualidade e a produtividade.

Nessa direção, há que aproveitar as boas iniciativas que, desde há muito, existem na administração pública brasileira, para, com base no novo ordenamento constitucional, viabilizar um salto de qualidade na gestão do Estado brasileiro.

A Marinha, desde alguns anos, estabeleceu um gerenciamento especial para as organizações militares prestadoras de serviços às instituições navais nas áreas industrial, de apoio de base, de pesquisa entre outros. Com a nova ordem constitucional, estabelecida pela Emenda 19, surge a possibilidade de estruturar as Organizações Militares Prestadoras de Serviços dentre de um novo marco legal, que lhes

possibilite maior autonomia de gestão, maior flexibilidade administrativa e de contratação de pessoal e, assim, maior eficiência.

Ressalte-se o espírito pioneira da Marinha, tanto aquele já enriquecido pela experiência concreta como este, de afirmar um novo marco legal que, a nosso juízo abre perspectivas para o futuro da administração pública brasileira, agora pautada, como afirmam os Ministros da Marinha e do MARE na Exposição de Motivos desta proposição, "em conceito modernos de administração e eficiência, voltada para o controle de resultados, com ênfase na qualidade e produtividade dos serviços".

É assim histórico o esforço da Marinha para o aprimoramento de seus procedimentos administrativos. Os progressos, entretanto, foram limitados em razão da rigidez da legislação que então normatizava a Administração Pública. Por tal razão, a mudança introduzida no ordenamento constitucional pela Emenda Constitucional nº 19 permite a adoção das medidas necessárias, ao aperfeiçoamento da gestão administrativa. Cabe ressaltar a pertinência da adoção desta política precisamente com relação às Organizações Militares Prestadoras de Serviços. Tais organizações têm como metas principais o aumento da produtividade, a redução de custos e a eliminação de mão-de-obra ociosa, o que é perfeitamente consentâneo com os propósitos desta proposição legislativa.

A dinâmica de funcionamento das Organizações Militares Prestadoras de Serviços assemelha-se à das empresas privadas, em termos de gerenciamento, competitividade e produtividade. Os órgãos para os quais as OMPS prestam os seus serviços pertencem à Marinha e possuem crédito orçamentário constituído dos recursos destinados ao seu custeio. Esses recursos poderiam ser empregados indistintamente nas próprias OMPS ou em empresas privadas. As OPMS entretanto, constituem um modelo já consolidado, contando com experiência acumulada em muitos anos.

Esta proposição tem o seu fundamento constitucional no § 8º do art. 37 da Constituição Federal, na forma dada pela Emenda Constitucional nº 19. Busca estabelecer um novo padrão de gerenciamento das organizações mencionadas que seja moderno, compatível com os métodos da administração gerencial, e adequada porque mantém o funcionamento dessas entidades durante o processo de transição dos modelos legais.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidde e juridicidade da proposição sob exame. Somos, portanto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1998.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 1998. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Lúcio Alcântara**, Relator – **Ney Suassuna – Romero Jucá – Djalma Bessa – Beni Veras – Josaphat Marinho – Arlindo Porto – Romeu Tuma – José Fogaça – Jéfferson Péres – Espiridião Amin.**

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 1998

Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas de Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças publicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.

.....

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II – a investidura em cargo ou empego público depende de aprovação, prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ao emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

.....

V – as funções de confiança. exercidas esclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei destinam-se apenas ás atribuições de direção, chefia e assesoramento;

.....

VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

.....

X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

.....

XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

XIV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

XV – o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;

c) a de dois cargos privativos de médico;

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

.....

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

.....

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I – as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

III – a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

.....

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I – o prazo de duração do contrato;

II – os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III – a remuneração do pessoal.

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral."

.....

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO
(Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-43)

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....

PARECER Nº 591, DE 1998

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1998 (nº 4.576/98, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de homepage na Internet, pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências.

Relator **ad hoc**: Senador **Joel de Hollanda**

I – Relatório

É submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum e de acordo com o **caput** do art. 65 da Constituição Fe-

deral, o Proejto de Lei do Senado Federal nº 34 (nº 4.576/98, na Câmara dos Deputados), de 1998, que "dispõe sobre a criação de **homepage** na Internet pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências.

Especificamente a proposição determina a criação pelo Tribunal de Contas da União, de **homepage** na rede de computadores Internet, com o título "contas públicas", para divulgação de dados da União, Estados, Distrito Federal, Municípios, suas autarquias e outras entidades, tais como: tributos arrecadados; execução orçamentária, balanço consolidado de suas contas; orçamento do exercício anterior, instrumentos de contato ou de seus aditivos, e compras feitas pela Administração direta ou indireta.

A proposição sob exame trata amiúde, dos prazos os quais essas informações deverão estar disponíveis na **homepage,** bem como, atribui ao TCU a fiscalização do cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 112, da Lei nº 4.320/64, o atendimento de cunsultas, o intercâmbio de dados informativos, a expedição de normas técnicas, como também, quando necessário, a promoção de conferências e reuniões técnicas com a participação de representantes das entidades abrangidas pelas normas ou de suas associações.

II – Voto

Sem dúvidas que a divulgação de datos e informações relativos às contas públicas, através da criação **homepage** na rede de computadores Internet, conribuirá de forma efetiva, com baixo custo e sem acréscimos de despesas, para a democratização de tais informações e fiscalização dos recursos financeiros repassados às diversas Unidades da Federação, suas autarquias e outras entidades.

Dessa forma, cabe à esta douta Comissão associar-se à iniciativa do nobre Deputado Luiz Carlos Hauly, aprovando a matéria de sua autoria, para torná-la uma lei, cujo mérito é inquestionável.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 1998. – **Artur da Távola,** Presidente – **Joel de Hollanda,** Relator **Ad hoc) – Benedita da Silva – Leonel Paiva – Leomar Quintanilha – Emília Fernandes – Abdias Nascimento – Ernandes Amorim – Gerson Camata – Hugo Napoleão _- Romero Jucá – João Rocha – João França – Ney Suassuna.**

PARECER Nº 592, DE 1998

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1998 (nº 628/98, na Câmara dos Deputados) que, "Aprova o Texto da Convenção para Previnir e Punir os Atos de Terrorismo Configurados em Delitos contra as Pessoas e a Extorção Conexa, Quando Tiverem Eles Transcendência Internacional, concluída em Washington, em 2 de fevereiro de 1971".

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Atendendo a dispositivo constitucional, o Senhor Presidente da República submeteu à consideração do Congresso Nacional o texto da conveção em epígrafe que, segundo exposição de motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, foi preparada pela Comissão Jurídica Interamericana e aprovada por unanimidade pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, e já está em vigor, desde 16 de outubro de 1973, em virtude do depósito, pela Costa Rica, do segundo documento de ratificação de seus termos.

O objetivo principal do documento multilateral é, nas palavras de nosso Chanceler, a necessidade de dotar os Estados que integram o Sistema Interamericano de instrumento eficaz para previnir e punir ações que violem a vida e a integridade de membros do corpo diplomático e de organizações internacionais, de caráter governamental, a quem os Estados devem, por força do direito internacional, proteção especial.

A convenção analisada considera delitos comuns de transcendência internacional, qualquer que seja o seu móvel, o seqüestro, o homicídio e outros atentados contra a vida e a integridade das referidas pessoas, bem como a extorção conexa com tais delitos.

A extradição é o instrumento jurídico preconizado para que os Estados cooperem entre si no combate ao terrorismo: as pessoas processadas ou julgadas por qualquer dos delitos previstos na Convenção estarão sujeitos à extradição, segundo os tratados vigentes entre as Partes, ou caso não existam, conforme as respectivas leis nacionais. Compete exclusivamente ao Estado sob cuja jurisdição ou proteção se encontrem tais pessoas para qualificar a natureza dos atos praticados e determinar se lhe são aplicáveis as normas convencionais. Quando houver algum impedimento legal ou constitucional para que se proceda à extradição, o Estado requerido ficará obrigado a submeter o caso ao conhecimento das autoridades competentes para que julguem o autor do delito em seu próprio território.

Os Estados Contratantes comprometem-se a incluir os delitos a que se refere a Convenção entre os atos puníveis que dão lugar à extradição em todos os tratados sobre a matéria, que celebrarem entre si, ou nas leis nacionais, que versarem sobre o tema.

O texto convencional interamericano estabelece que toda pessoa privada de liberdade em virtude de suas dispodições gozará das garantias judiciais de um processo regular. Mantém, ainda, o direito de asilo e o princípio de não-intervenção em assuntos domésticos.

Uma série de medidas são enumeradas em seu art. 8º e todas visam a implementar, entre os Estados signatários, a cooperação que se faz necessária e urgente, em matéria de seqüestro de pessoas e de extorsão a ele conexa.

As disposições do documento, de ordem formal, encontram-se nos artigos 9, 10, 11, 12 e 13, e não merecem comentários mais amplos, tendo em vista que são semelhantes nas várias convenções internamericanas, sob a égide da OEA.

Na Câmara dos Deputados, a presente matéria obteve aprovação em todas as comissões por onde tramitou.

É o relatório.

II – Voto

Não há dúvida de que, com o presente documento, a Organização dos Estados Americanos enriqueceu o arcabouço jurídico, já bastante consistente, do Sistema Interamericano, e legislou sobre matéria em torno da qual existe uma preocupação generalizada e constante em nosso continente.

A Comissão de Relações Exteriores é testemunha do esforço de nossas autoridades em firmar compromissos que lhes possibilitem cooperar, de maneira ativa e eficaz, na luta contra o mal do século representado pelo terrorismo.

É evidente que a frequência de atos delituosos contra pessoas que, pelo direito internacional, merecem proteção especial, tem sido causa de desgaste no relacionamento entre as nações e um desrespeito aos direitos fundamentais da pessoa humana.

A presente Convenção realiza o desenvolvimento progressivo das normas de direito interamericano, no tocante à cooperação internacional, na prevenção e punição de atos aberrantes, que não podem permanecer impunes e bem merecem a qualificação de graves delitos comuns passíveis de extradição.

Ela o faz sem desrespeitar consagrados princípios de direito internacional ou regional e sem causar qualquer atrito com normas constitucionais ou ordinárias do ordenamento jurídico brasileiro.

Nosso voto é, portanto, pela sua aprovação, nos termos do Decreto Legislativo nº 21, de 1998, anexo ao processado.

Sala da Comissão, 17 de novembro de 1998. – **Benedita da Silva,** Presidente eventual – **Romeu Tuma,** Relator – **Abdias Nascimento – Iris Rezende – Pedro Simon – Emília Fernandes – Joel de Hollanda – Hugo Napoleão – José Agripino – Lúdio Coelho.**

PARECER Nº 593, DE 1998

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 1998 (nº 659/98, na Câmara dos Deputados), que "Autoriza o envio, pelo Brasil, de tropas armadas e equipamentos para o exterior, com a finalidade de prestar o apoio logístico necessário à realização dos trabalhos da Missão de Observadores Militares Equador/Peru (MOMEP)".

Relator: Senador **Casildo Maldaner**

I – Relatório

O Poder Executivo, em nome da nação brasileira, vem desempenhando relevante papel na condução do processo de paz entre Peru e Equador. Na qualidade de Coordenador dos Países Garantes do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942, o Brasil, ao lado da Argentina, Chile e dos Estados Unidos, viu coroados seus esforços com a recente assinatura do acordo final de paz entre aqueles dois países sul-americanos.

O acordo de paz prevê a distribuição de responsabilidades entre as nações intervenientes (Brasil, Argentina, Chile e Estados Unidos). Ao Brasil caberá responder pela organização do apoio logístico à Missão, envolvendo transporte aéreo, almoxarifado, cartografia, fotografia, segurança e alojamento. O Chile assumirá o componente saúde; a Argentina proverá as facilidades de bem-estar para o efetivo; e os Estados Unidos continuarão respondendo pelos setores de comunicação, meteorologia e alimentação. Por esta divisão de tarefas, o Governo Brasileiro deverá aumentar de 4 (quatro) para 60 (sessenta) seu efetivo na região, além de aeronaves e viaturas.

Consciente dessas responsabilidades internacionais, o Chefe do Poder Executivo nacional enviou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 1.169, de 1997, submetendo àquela Casa a apreciação de um decreto legislativo autorizador, segundo prescrevem a lei e a Constituição.

A Mensagem Presidencial foi enviada à Câmara dos Deputados em 9 de outubro de 1997, onde foi distribuída à Comissão e Constituição e Justiça e de Redação. Nesta comissão, em 17 de junho de 1998, foi aprovado o projeto de decreto legislativo correspondente, e, no dia subseqüente, foi aprovado em Plenário, tendo sido enviado ao Senado Federal em 24 de junho de 1998.

No Senado, o referido projeto de decreto legislativo foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 25 de junho de 1998, e, em 7 de outubro de 1998, a este relator.

É o relatório.

II – Voto

A Mensagem Presidencial e o respectivo Projeto de Decreto Legislativo devem ser analisados à luz da Constituição e da legislação ordinária. Na Carta Magna, não obstante não se configure um dispositivo explícito sobre o suporte material por parte do Brasil em procedimentos de pacificação de conflitos, o art. 5º, que lista os princípios fundamentais, da Nação brasileira nas relações internacionais, assim dispõe:

> "Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:
>
> .....
>
> IV – não-intervenção;
>
> V – igualdade entre os Estados;
>
> VI – defesa da paz;
>
> VII – solução pacífica dos conflitos;
>
> .....

Assim, no que diz respeito ao texto constitucional, a iniciativa de envio de tropas brasileiras não encontra óbice. Pode-se mesmo considerar que tal atitude se inscreve como manifestação concreta dos princípios pacifistas da Lei Maior.

Se, por esse ângulo, o legislador constitucional tratou de estimular a participação brasileira nos processos de paz, o legislador ordinário, por meio da Lei nº 2.953, de 17 de novembro de 1956, cuidou de disciplinar essa matéria. Assim como numerosas outras escolhas do Poder Executivo, também a decisão de enviar tropas ao exterior só pode ocorrer com a autorização do Congrsso Nacional, na forma da lei acima citada, procedimento que está presentemente em curso através do projeto de decreto legislativo em exame.

Destarte, tendo em vista a conveniência política da questão, a constitucionalidade da solicitação, seu enquadramento nos cânones previstos na lei específica sobre a matéria, assim como sua adequada técnica legislativa, opino pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 1998.

Sala da Comissão, 17 de novembro de 1998. – **Romeu Tuma,** Vice-Presidente no exercício da Presidência – **Casildo Maldaner,** Relator – **Abadias Nascimento – Iris Rezende – Pedro Simon – Emília Fernandes – Joel de Hollanda – Hugo Napoleão – José Agripino – Benedita da Silva – Lúdio Coelho.**

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 2.953, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1956

Fixa normas para remessa de tropas brasileiras para o exterior.

Art. 1º A remessa de força armada, terrestre, naval ou aérea para fora do território nacional, sem declaração de guerra e em cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil como membro de organizações internacionais ou em virtude de tratados, convenções, acordos, resoluções de consulta, planos de defesa, ou quaisquer outros entendimentos diplomáticos ou militares, só será feita, nos termos da Constituição, com autorização do Congresso Nacional.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos casos constitucionais de repulsa à invasão ou à agressão estrangeira. (Constituição Federal, art. 7º nº II e art. 87, número VIII, **in fine).**

Art. 2º Não necessita a autorização, prevista no artigo anterior o movimento de forças terrestres, navais e aéreas processado dentro da zona de segurança aérea e marítima, definida pelos órgãos militares competentes, como necessária à proteção e à defesa do litoral brasileiro.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GEAL DA MESA

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, nos termo do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 1994

Aprova o pedido de autorização para que o Brasil possa colocar à disposição da Operação das Nações Unidas para Moçambique-ONUMOZ, pelo prazo de um ano, batalhão de infantaria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o pedido de autorização para que o Brasil possa colocar à disposição da Onumoz, pelo prazo de um ano, um batalhão de infantaria, que teria como fim único cooperar com as Nações Unidas na restauração da democracia na manutenção da segurança da população, no respeito aos direitos humanos, na distribuição de ajuda humanitária e no estabelecimento de clima de paz e conciliação que permitam o funcionamento de eleições livres em Moçambique.

Parágrafo único. São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão deste pedido, bem como quaisquer atos que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 8 de março de 1994. – Senador **Humberto Lucena,** Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 1994

Autoriza o envio de contingente militar para o processo de pacificação política de Angola.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concebida autorização para o envio de contingente militar para o processo de pacificação política de Angola.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de dezembro de 1994. – Senador **Humberto Lucena,** Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 70, DE 1996

Aprova a renovação do prazo de permanência do contigente militar brasileiro – COBRAVEM NA UNAVEM – III.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida a renovação, por um ano, do prazo de permanência do contingente militar brasileiro – COBRAVEM na missão de Verificação das Nações Unidas em Angola – UNAVEM – III, a contar do encerramento do atual turno de serviço.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão do teor da autorização concedida, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de julho de 1996. – Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal.

PARECER Nº 594, DE 1998

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 1998 (nº 711/98, na Câmara dos Deputados), que "aprova a solicitação de reconhecimento da competência obrigatória da Corte Internacional de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos para fatos ocorridos a partir do reconhecimento, de acordo com o previsto no parágrafo primeiro do art. 62 daquele instrumento internacional".

Relator: Senador **Bernardo Cabral**

I – Relatório

Nos termos do art. 49, inciso I da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu ao Congresso Nacional, mediante a Mensagem nº 1.070, de 8-9-98, devidamente acompanhado de exposição de motivos do Minsitro das Relações Exteriores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 1998 (nº 711, de 1998, na Câmara dos Deputados), que "Aprova a solicitação de reconhecimento da competência obrigatória da Corte Internacional de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos para fatos ocorridos a partir do reconhecimento, de acordo com o previsto no parágrafo primeiro do art. 62 daquele instrumento internacional.

Da Exposição de Motivos nº 361, do Senhor Ministro das Relações Exteriores, que acompanha o texto do acordo em epígrafe, cabe destacar o seguinte:

"....

No que diz respeito ao Brasil, o Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado

por Vossa Excelência no dia 13 de maio de 1996, estabelece como meta de médio prazo o fortalecimento da cooperação com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com a Corte Interamericana de Direitos Humanos e com o Instituto Interamericano de Direitos Humanos. Além disso, pode-se dizer que o Brasil tem fortalecido o seu relacionamento com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, inclusive com a aceitação da solução amistosa para determinados casos que lá tramitam e que envolvem o pagamento de indenizações às vítimas de violações e a seus familiares. A maior visibilidade do sistema interamericano de proteção dos direitos humanos tem gerado manifestações favoráveis da sociedade civil ao reconhecimento da Corte pelo Brasil, como demonstra campanha nesse sentido lançada recentemente por entidades de defesa dos direitos humanos e personalidades dos mundos acadêmico, jurídico, político e religioso.

.....

Do ponto de vista da política externa, a aceitação da jurisdição de uma Corte internacional de direitos humanos seria condizente com a linha de atuação do Brasil nos foros multilaterais e com nosso interesse em assumir responsabilidades crescentes no cenário internacional. O gesto, se realizado no ano em curso, teria ainda o sentido simbólico de ocorrer no ano em que se comemora o Cinqüentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, reforçando a personalidade do Brasil como país identificado com os valores de direitos humanos e pronto a aceitar plenamente as responsabilidades e obrigações que tal identificação implica.

.....

Em verdade, a capacidade jurisdicional da Corte Interamericana de Direitos Humanos, prevista no art. 62, § 1º do Pacto de São José da Costa Rica, foi sempre objeto de uma cláusula facultativa à adesão dos Estados (art. 45, § 1º), bem nos moldes do que tem sido o tratamento destinado às cortes internacionais no âmbito do Direito Internacional Público clássico.

A opção brasileira teve, quando da assinatura do tratado, em setembro de 1992, uma perspectiva dinâmica, no sentido de bem auferir a oportunidade e conveniência em aderir-se à jurisdição compulsória da corte. Não significou, em nenhuma hipótese, inconformismo ou rejeição à tutela internacional dos direitos humanos, até porque a Constituição brasileira de 1988 é a mais avançada do mundo no tratamento da questão, sem precedentes no Direito Constitucional comparado, chegando, inclusive, a propugnar pela criação de instâncias internacionais análogas à de São José (art. 7º, das Disposições Constitucionais Transitórias).

Como bem ressalta a exposição de motivos supra-referida, o amadurecimento da posição de adesão, hoje exercida, reflete o aprofundamento do diálogo do Brasil com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão que monitora a implementação da Convenção.

Cumpre destacar, ainda, que o Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado pelo Poder Executivo em 13 de maio de 1996, tem como uma de suas metas a efetiva inserção brasileira no sistema interamericano de tutela dos direitos humanos, totalmente compatível com as ações que a política brasileira vem desenvolvendo em relação à matéria.

O reconhecimento da Corte pelo Brasil, significa, outrossim, importante passo rumo a sua plena institucionalização, haja vista o peso representado pela política externa brasileira, que seguramente influenciará os demais Estados recalcitrantes, a saber, Barbados, Granada, Jamaica, República Dominicana e México, este em fase de reconhecimento.

Resta enfatizar que a implementação do reconhecimento da Corte de São José da Costa Rica não significa a criação de uma efetiva instância supranacional, proferindo sentenças hierarquicamente superiores ao direito interno, ou modificativas de sentenças da justiça brasileira. Trata-se de uma Corte competente para julgar casos que a ela são submetidos pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos ou por Estados, únicas entidades com legitimidade ativa para as causas. Tal corte é também competente para verificar a responsabilidade do Estado pela violação praticada, fazendo cessar a atuação condenada, bem como estipulando as devidas indenizações às partes lesadas.

A submissão do Brasil à jurisdição de uma corte internacional de direitos humanos como aqui se vislumbra é, em última análise, a compatibilização de nossa prática institucional com a atuação brasileira nos foros internacionais e com a própria política nacional de defesa dos direitos humanos.

II – Voto

Por ser oportuno e conveniente aos interesses nacionais, e por atender aos requisito da juridicidade e constitucionalidade, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 1998, que "aprova a solicitação de reconhecimento da competência obrigatória da Corte Internacional de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos para fatos ocorridos a partir do reconhecimento, de acordo com o previsto no parágrafo primeiro daquele instrumento internacional.

Sala da Comissão, 17 de novembro de 1998. – **Romeu Tuma**, Vice-Presidente no exercício da Presidência – **Bernardo Cabral,** Relator – **Abdias Nascimento – Iris Rezende – Pedro Simon – Emília Fernandes – Joel de Hollanda – Hugo Napoleão – José Agripino – Benedita da Silva.**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1998 (nº 2.377/96, na Casa de origem), cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1998 (nº 4.606/98, na Casa de origem), cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

A matéria encontra-se em regime de urgência, e constará da pauta da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 24.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1998 (nº 4.576/98, na Casa de origem), cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, senador Gilvam Borges.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 1998

Dispõe sobre danos morais e sua reparação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem aplicação nos âmbitos da União Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 2º São bens juridicamente tutelados por esa Lei:

I – inerentes à pessoa física, o nome, a honra, a fama, a imagem, a intimidade, a credibilidade, a reseitabilidade, a liberdade, de ação, a auto-estima, o respeito próprio, a integridade, a segurança e o objeto dos contratos regularmente firmados.

II – inerentes à pessoa jurídica e aos entes políticos, a imagem, a marca, o símbolo, o prestígio, o nome, a liberdade de ação, a respeitabilidade, o objeto dos contratos regularmente, firmados, a sguraça e o sigilo de correspondência, científico, industrial e de crédito.

Art. 3º Constitui dano moral ação ou omissão que diminua ou atinja o patrimônio moral ou conceitual da pessoa física ou jurídica, e dos entes políticos, ainda que mediata ou imediatamente não atinja o seu conceito na coletividade.

Art. 4º São considerados responsáveis pelo dano moral todos os que tenham colaborado para a ofensa ao bem jurídico tutelado, na proporção da ação ou da omissão.

Art. 5º A indenização por danos morais pode ser requirida cumulativamente, nos mesmos autos, com a decorrente de danos materiais conexos.

§ 1º Se houver cumulação de pedidos de indenização, o juiz, ao exarar sentença. discriminará os valores das indenizações a título de danos patrimoniais e de danos morais.

§ 2º O valor da indenização por danos materiais não serve de parâmetro à reparação de danos morais.

§ 3º A composição das perdas e danos, assim compreendidos os lucros cessantes e nos danos emergentes, não se reflete na avliação dos danos morais.

Art. 6º Não tem a natureza de reparação de danos morais a obrigatoriedade ao pgamento de pensão a quem faz jus a ela por ter ficado impossibilitado de trabalhar.

Art. 7º Somente o dano certo dá direito à reparação.

Parágrafo único. Dano certo, para os efeitos desta Lei, é o que decorre de condição ou fato que atinja o bem tutelado, não limitado à imaginação ou convicção pessoal e exclusiva da suposta vítima.

Art. 8º A análise, a opinião ou o comentário, orais ou escritos, publicados ou integrants de ação judicial, a respeito de fato ou condição, ainda que desfavoráveis à pessoa física, jurídica, ou ao ente político, só ensejam reparação de danos morais se caracterizarem calúnia, difamação ou injúria.

Art. 9º A situação de irregularidade do agente ou preposto da administração não isenta da resoponsabilidade objetiva de indenizar o dano moral, ressalvado o direito de regresso.

Art. 10. Constitui dano direto o causado à própria vítima e indireto o que, além da vítima, ofende a sua família ou a coletividade, provocando-lhes justa indignação ou revolta.

§ 1º Caracterizando-se, no dano indireto, o desinteresse do ofendido ou de sua família, a coletividade promoverá a ação por meio do Ministério Público, no prazo de seis meses, a contar da data em que se caracterizar o desinteresse.

§ 2º O desinteresse do ofendido ou de sua família se caracteriza pela inércia no ajuizamento da ação pelo prazo de seis meses, observado o disposto no art. 14.

Art.11 Não havendo quem os represente serão, desde a data do fato ou condição, representados pelo Ministério Público o civilmente incapaz, o que se encontra em estado de coma, o doente terminal ou o que, por qualquer razão, ainda que eventual, não possa discernir a respeito da ofensa ou diminuição do seu patrimônio moral.

Parágrafo único. A indenização, na hipótese deste artigo, reverterá ao ofendido ou à sua família.

Art. 12. Ao apreciar o pedido, o juiz considerará o teor do bem jurídico tutelado, os reflexos pessoais e sociais da ação ou omissão, a possibilidade de superação física ou psicológica, assim como a extensão e duração dos efeitos da ofensa.

§ 1º Se julgar procedente o pedido, o juiz fixará a indenização a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes níveis:

I – ofensa de natureza leve: até cinco mil e duzentos reais;

II – ofensa de natureza média: de cinco mil duzentos e um reais a quarenta mil reais;

III – ofensa de natureza grave: de quarenta mil e um reais a cem mil reais;

IV – ofensa de natureza gravíssima: acima de cem mil reais.

§ 2º Na fixação do valor da indenização, o juiz levará em conta, ainda, a situação social, política e econômica das pessoas envolvidas, as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral, a intensidade do sofrimento ou humilhação, o grau de dolo ou culpa, a existência de retratação espontânea, o esforço efetivo para minimizar a ofensa ou lesão e o padrão, tático ou expresso.

§ 3º A capacidade financeira do causador do dano, por si só, não autoriza a fixação da indenização em valor que propicie o enriquecimento sem causa, ou desproporcional, da vítima ou de terceiro interessado.

§ 4º Na reincidência, ou diante da indiferença do ofensor, o juiz poderá elevar ao triplo o valor da indenização.

§ 5º Na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 10, a indenização poderá, a critério do juiz, ser destinada a instituição pública de assistência social ou convertida em prestação de serviços à comunidade.

Art. 14. Prescreve em seis meses o prazo para o ajuizamento de ação indenizatória por danos morais, a contar da data do conhecimento da ação ou omissão lesivas ao patrimônio moral, ressalvado o disposto no § 1º do art. 10.

Art. 15. Os arts. 159 e 1.518 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 – Código Civil – não se aplicam às ações de reparação de danos morais.

Art. 16. Esta lei entra em vigor em cento e vinte dias, a contar da data da sua publicação.

Justificação

A presente proposta reclama a colaboração de todos os parlamentares quantos nela reconheçam a necessidade de se incrustar, no ordenamento jurídico pátrio, texto legal, compatível com os direitos e garantias individuais, consagrados pelo art. 5º da Constituição Federal, com o objetivo de mitigar a dificuldade com que os nossos magistrados se deparam, no quotidiano, ao exarar sentenças sobre danos morais. Essas sentenças, de estado para estado, de norte a sul do País, à falta de norma balizadora, discrepam não apenas entre si, no que tange aos valores das indenizações, mas até nos próprios fundamentos.

É por essa razão que as ações de reparação de danos morais têm-se confundido, equivocadamente, com as de danos patrimoniais, e até mesmo as pensões alimentícias geradoras de impossibilidades laboral são, freqüentemente, fixadas como se oriundas de situação moral, e não patrimonial, à vis-

ta da superposição de condições nessa modalidade de ofensa.

Por tudo isso, já não bastam à elucidação de lides dessa natureza os lacônicos comandos dos arts. 159 e 1.518 do Código Civil, limitados que estão, o primeiro, a estabelecer que "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano" (qualquer que seja a natureza do dano, moral ou patrimonial); e o segundo, que "Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado, e, se tiver mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação".

Mas como, quanto e em que extensão esses danos são reparáveis? Sobre essa quantificação e extensão, a lei nada esclarece e a jurisprudência, por não ser uniformizada como deveria, trata temas da mesma natureza de modo diferenciado, e, assim, permite a crescente convergência dessas questões para os tribunais superiores, em forma de recursos.

Imprescindível, portanto, que o Poder Legislativo ofereça aos magistrados base mais sólida e atual para os julgados dessa natureza, de modo que, por sua vez, possam conferir aos jurisdicionados a igualdade que lhes resguarda a Carta Federal de 1988; e que, na nova norma, se estabeleçam valores e limites, bem como a razão de serem observados, o teor e a exata extensão da ofensa ao bem jurídico tutelado, sem que se precise recorrer à analogia e ao subjetivismo de muitos desses arestos.

Inconformados com a lacuna legal apontada, e orientados por essa determinação e por vastas doutrina e jurisprudência, concebeu-se e elaborou-se o presente projeto com estreita observância do que, sobre a matéria, estatui a Constituição Federal no art. 5º (Direitos e Garantias Individuais), sem perder de vista a harmonia com as regras estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor, art. 6º, substanciado pela Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Assim, conquanto existam teses contrárias à esposada na proposta, firmamos a convicção de que a pessoa jurídica e os entes políticos podem e devem figurar, também, como vítimas de ação ou omissão ofensiva, ainda que não tenha havido a expressa diminuição do seu patrimônio físico, mas, sim, do seu patrimônio moral. Entre os exemplos a lastrear essa certeza ressalta o de não se poder distinguir os efeitos morais que atingem a pessoa física simultaneamente investida na condição de firma comercial unitária. De fato, a ofensa à firma individual não pode deixar de atingir a pessoa física, e viceversa.

Aos que ainda se afeiçoam à idéia de que o dano moral se traduz apenas em dor, sofrimento ou humilhação – sob o argumento de que, por constituírem sentimentos, não poderiam ser discernidos pela pessoa jurídica –, responde-se, com alicerce no entendimento de grande número de juristas e de consagrada doutrina: o nome, a marca e a reputação são bens sujeitos à tutela estatal tanto quanto o são, para a pátria, a bandeira e o hino. E a ofensa moral a esses bens comuns exige a respectiva reparação, não obstante a existência de dano patrimonial.

Mais que isso: a mera impossibilidade de perceber a dor e de reagir à humilhação e ao sofrimento não se erige à condição de argumento válido ou definitivo, porquanto a pessoa que se encontra em estado de coma, ou sem discernimento para aquilatar o dano, não deve servir de pretexto para que não se efetive a reparação de ordem exclusivamente moral.

Nem haveria razão para se punir, por dano moral, a sevícia ou o estupro praticados contra amentais ou contra crianças de pouca idade, incapazes que são de proceder à avaliação ética, expressar repulsa ou de, sozinhas, defender a própria dignidade.

Pelos motivos expostos, contamos com a aquiescência dos Senhores Senadores para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 1998. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916

Código Civil dos Estados Unidos do Brasil

.....

TÍTULO II

Dos actos illicitos

Art. 159. Aquele que, por ações ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito, ou causar prejuizo a outrem, fica obrigado a reparar o dano.

A verificação da culpa e a avaliação da responsabilidade regulam-se pelo disposto neste Código, arts. 1.521 a 1.532 e 1.542 a 1.553.

.....

TÍTULO VII

Das obrigações por actos illicitos

Art. 1.518. Os bens do responsável pela offensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do damno causado; e, se tiver mais de

um autor a offensa, todos responderão solidariamente pela reparação.

Pragrapho único. São solidariamente responsaveis com os autores os cunplices e as pessoas designadas no artigo 1.521.

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO I
Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da modernização por dano material, moral ou á imagem;

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias;

VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assitência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

VIII – ninguém será privado de direitos por motivos de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI – a casa é asilo inviolável, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII – é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipósetes e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV – é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar,permanencer o dele sair com seus bens;

XVI – todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, e locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII – é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal e seu funcionamento;

XIX – as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensa por decisão judicial, exigindo-se no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX – nunguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI – as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, tem legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII – é garantido o direito de propriedade;

XXIII – a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV – a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV – no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurado ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI – a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos

decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII – aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII – são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais e obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de participarem aos criadores, aos intérpretes e às resepctivas representações sindicais e associativas;

XXIX – a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX – é garantido o direito de herança;

XXXI – a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos, brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do **de cujus**;

XXXII – o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII – todos tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimento de situação de interesse pessoal;

XXXV – a lei nã excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI – a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII – não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII – é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX – não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL – a lei penal não retrogirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII – a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV – constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático;

XLV – nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI – a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

a) privatização ou restrição da liberdade;

b) perda de bens;

c) multa;

d) prestação social alternativa;

e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII – não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

b) de caráter perpétuo;

c) de trabalhos forçados;

d) de banimento;

e) cruéis;

XLVIII – a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX – é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L – às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI – nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII – não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII – ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV – ninguém sera privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI – são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII – o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei:

LIX – será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX – a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI – ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII – a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII – o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV – o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV – a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI – ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII – não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII – conceder-se à **habeas corpus,** sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX – conceder-se-à mandato de segurança para proteger direito líquido e certo não ampardo por **habeas corpus,** ou **habeas data,** quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público;

LXX – o mandato de segurança coletiva pode ser impetrado por:

a) partido político com representantação no Congresso Nacional;

b) oraganização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses seus membros ou associados;

LXXI – conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII – conceder-se-á **habeas data;**

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII – qualquer cidadão é parte legitima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiencia de recursos;

LXXV – o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI – são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

LXXVII – são gratuitas as ações de **habeas corpus** e **habeas data,** e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos principios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

.....

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

.....

CAPÍTULO III

Dos Direitos Básicos do Consumidor

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

I – a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

II – a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;

III – a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

IV – a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

V – a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;

VI – a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

VII – o acesso aos órgãos judiciários e adminisrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;

VIII – a facilitação da defesa de seus direito, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

IX – (vetado);

X – a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O projeto será publicado e remetido à comisssão competente.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Gilvam Borges.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 1998

Acrescenta § 7º ao art. 220 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda à Constituição:

Art. 1º O art. 220 da Constituição Federal fica acrescido do seguinte § 7º:

"Art. 220. .....

.....

§ 7º A divulgação de pesquisa eleitoral nos meios de comunicação estará sujeita às restrições estabelecidas no inciso II do § 3º, além de limitações de prazos, a serem fixados em lei, de modo não influir na decisão do eleitor."(MR)

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Dentre os temas mais discutidos entre o primeiro e o segundo turno das eleições para Governador, a divulgação das pesquisas eleitorais constitui o mais polêmico e vem contrapondo a classe política aos meios de comunicação e aos institutos de pesquisa e opinião pública. Apesar das diferenças de posição quanto ao estabelecimento de limites, principalmente de tempo, para a divulgação do resultado dessas pesquisas, parece não haver divergências quanto ao fato que elas interferem, de alguma maneira, na formação da opinião do eleitorado, chegando até, em boa parte dos casos, a determinar a decisão de eleitores, principalmente daqueles que votam em razão de simpatia pela pessoa do candidato e

não por acreditar em seu programa ou por concordar com sua posição ideológica.

A idéia de estabelecer restrições de prazo para a divulgação das pesquisas eleitorais pela imprensa, principalmente na televisão, esbarra numa limitação constitucional. De fato, a interpretação mais comum do art. 220 da Constituição Federal, encabeçada pelo Tribunal Superior Eleitoral, consagra plena liberdade aos meios de comunicação, para a divulgação dos resultados de pesquisas eleitorais, inclusive no dia das eleições. Todavia, não se levam em conta, para a formação desse entendimento, direitos individuais também consagrados pela Constituição: de um lado, o direito à informação, assegurado pelo inciso XIV do art. 5º da Constituição Federal; de outro, a liberdade de consciência e de crença, garantida pelo inciso VI do mesmo artigo.

A prática corriqueira dos meios de comunicação, de divulgar resultados de pesquisas eleitorais como se retratasse fielmente o pensamento de um conjunto representativo do eleitorado, interferindo diretamente na formação da vontade do eleitor, deve, portanto ser limitada, pois está ferindo a liberdade de consciência e de crença, além de não respeitar o direito de acesso à informação.

A presente proposta de emenda à Constituição tem por objetivo evitar que a divulgação das pesquisas possa exercer influência na decisão do eleitorado, principalmente na fase final da campanha, mediante o acréscimo de um novo parágrafo ao art. 220 da Constituição Federal, estabelecendo que a divulgação de pesquisa eleitoral nos meios de comunicação estará sujeita às restrições estabelecidas no inciso II do § 3º, além de limitações de prazo. Informam tal sugestão os mesmos princípios éticos e sociais que a Constituição Federal consagra no art. 221, IV, como básicos para a produção e prorrogação importantes quanto a liberdade de informação e fundamentais para o aperfeiçoamento das instituições democráticas no nosso País.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 1998. – **José Roberto Arruda – Djalma Bessa – Ademir Andrade – Sebastião Rocha – Casildo Maldaner – José Eduardo Dutra – José Agripino – Romeu Tuma – Beni Veras – Artur da Távola – Júlio Campos – Bernardo Cabral – Hugo Napoleão – Elcio Alvares – Leonel Paiva – José Saad – Gerson Camata – Pedro Piva – Geraldo Melo – Arlindo Porto – Juvêncio Dias – Geraldo Althoff – Emília Fernandes – Ernandes Amorim – Carlos Bezerra – Gilvam Borges – Levy Dias – Osmar Dias.**

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETÁRIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I – regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II – estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que cotrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agratóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Gilvam Borges.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 568, DE 1998

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno, a fim de melhorar instruir o Projeto de Resolução nº 101, de 1998, a remessa dos seguintes documentos pelo Ministro da Fazenda:

1) Cópia da Minuta de Convênio de Repasse a ser firmado com o Governo do Piauí e o Ministério da Saúde, mencionada nas fls. 501 do Processo nº 10168.002703/90-80;

2) Cópia do Cronograma de Desembolso referente ao Projeto "Ações Básicas de Saúde e Saneamento no Estado do Piauí/KfW", mencionado nas fls. 463 do Processo de que trata o quesito anterior;

3) Texto da Portaria MEFP nº 497/90

De acordo com o disposto no art. 216, IV, sejam ainda prestadas as seguintes informações, também com vistas à instrução do Projeto de Resolução em apreço:

1) Encontra-se o Estado do Piauí adimplente perante a União e suas entidades controladas, para a assinatura do Convênio de Repasse de Recursos, observação esta constante do Parecer STN/Coref/Diref nº 267/98, no seu item 11?

2) Consta do Parecer STN/Coref/Diref nº 267/98 a informação da previsão de recursos com vistas a custear o Projeto (fls. 501). Pergunta-se: estes recursos foram atingidos pelas recentes medidas econômicas de contenção de despesa adotadas pelo Governo Federal?

Sala das Sessões, 20 de novembro de 1998. – Senador **Romero Jucá.**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Encerrou-se, no dia 18 último, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 101, de 1998, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de até dezesseis milhões e quinhentos mil marcos alemães, junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Saneamento Básico do Piauí.

Ao Projeto foi oferecida uma emenda que vai ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

É a seguinte a emenda recebida:

EMENDA Nº 1 – PLEN

Inclua-se o seguinte artigo, após o art. 2º, do Projeto de Resolução nº 101, de 1998, renumerando-se os demais:

"Art. O Estado do Piauí providenciará o imediato cumprimento das seguintes condições prévias à assinatura do Convênio de Repasse de recursos ao estado e ao início de execução do projeto:

I – comprovação de adimplência do estado perante a União e suas entidades controladas;

II – constituição da Unidade Executora do projeto, no âmbito da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí."

Justificação

O objetivo da presente emenda é o de evitar que os custos do projeto sejam elevados, em decorrência do desnecessário pagamento da comissão de compromisso, motivada por atraso no início dos desembolsos. Considerando que a efetiva execução do projeto só ocorrerá mediante a assinatura do Convênio de Repasse dos recursos do empréstimo, pelo Ministério da Saúde e pelo Estado do Piauí, e que os Pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que instruíram o presente processo, alertam para a necessidade de cumprimento dessas condições prévias, é essencial que as mesmas integrem a Resolução que autoriza a contratação desse empréstimo.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 1998. – Senador **Romero Jucá.**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, senador Gilvam Borges.

É lido o seguinte:

OF. PSDB/I/Nº 2.443/98

Brasília, 20 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Jovair Arantes e Pedro Henry, como membros suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.727/98, em substituição aos Deputados Aloysio Nunes Ferreira e Arthur Virgílio.

Atenciosamente, – Deputado **Antônio Carlos Pannunzio** – Vice-Líder PSDB, no exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Passa-se à lista de oradores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do Bloco e do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Exª tem a palavra como Líder, por 5 minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, letra "a", do Regimento Interno.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminhei a V. Exª dois requerimentos. O primeiro refere-se a uma solicitação de varredura nos telefones do Senado Federal, de todos os Srs. Senadores, tendo em vista que o Ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, ontem, informou que inúmeros órgãos governamentais estão tendo os seus telefones grampeados no Distrito Federal.

Quero salientar que tenho a convicção de que a central telefônica do Senado diminui, e muito, as oportunidades de grampo, mas existem os telefones diretos. Tenho conhecimento do zelo, do profissionalismo e da seriedade do corpo de servidores do Senado responsável pela área de telefonia e também quero informar que não tenho receio algum de que aquilo que falo ao telefone se torne público. Se quisessem tornar as minhas falas transparentes, eu não teria receio algum.

Falo até pelo profundo respeito que tenho pelas pessoas que ligam para o meu gabinete e para que elas possam estar seguras de que podem dialogar comigo a qualquer momento sem receio de terem as suas conversas gravadas. Já ocorreu inúmeras vezes.

Ainda ontem, uma pessoa me ligou e transmitiu informações relevantes a respeito do processo de privatização promovido pelo BNDES e pediu reserva no que diz respeito a sua posição, ao que estava informando.

Por respeito a essas pessoas e para que tenhamos assegurado esse direito, e até em função da afirmação do Ministro das Comunicações, é que solicito que seja feito esse trabalho não apenas no meu gabinete, mas no de todos os Srs. Senadores. Esse trabalho já foi realizado em meu gabinete, em 1992 ou 1993, ao tempo das CPIs, mas agora deveria ser feito em todo o Senado.

Solicito ainda que a Presidência seja informada, ao término do trabalho, se foi detectado qualquer tipo de grampo indevido, ou seja, de sistemas que possam estar gravando o conteúdo de conversas telefônicas, para que todos os Senadores fiquem tranqüilos.

O segundo requerimento que apresento à Mesa tem os seguintes termos:

"Requeiro, nos termos do art. 2º da Constituição Federal, que seja convocado o Sr. André Lara Rezende, Presidente do BNDES...

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Eduardo Suplicy, permita-me interrompê-lo, mas o requerimento está incompleto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço ao Senador Bernardo Cabral a gentileza de informar os dados que faltam.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Deve ser feita referência ao art. 50, § 2º da Constituição Federal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que seja convocado o Sr. André Lara Rezende, Presidente do BNDES, para prestar esclarecimentos sobre...O Senador Bernardo Cabral lembra bem que autoridades subordinadas à Presidência da República podem ser convidadas para virem ao plenário do Senado, assim como o Presidente do Banco Central, Gustavo Franco, que juntamente com o Ministro Pedro Malan prestou esclarecimentos a esta Casa.

Da mesma forma, o Presidente do BNDES poderia prestar esclarecimentos sobre: o processo de privatização da Telebrás; a viabilização, por parte do BNDES, da contratação de empréstimos a taxas de juros inferiores às praticadas no mercado, para que grandes grupos privados adquirissem as empresas estatais nos leilões de privatização; a atuação da Presidência do BNDES junto aos fundos de previdência fechada das grandes empresas estatais, visando torná-los sócios dos grupos privados que adquiriram controle das empresas privatizadas; a forma como o BNDES interferiu no processo de privatização, conforme denúncias da Imprensa nesses últimos dias.

Sr. Presidente, estamos convencidos da necessidade da formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar esses fatos. Ainda não temos as 27 assinaturas necessárias no Senado Federal, mas inúmeros Senadores disseram que poderão assinar o requerimento até a próxima semana.

Quero salientar ainda que o Presidente do BNDES, André Lara Resende, manifestou sua vontade de prestar esclarecimentos. Ontem, ao final do depoimento do Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, tive oportunidade de conversar com o Sr. André Lara Resende, que me disse que já externou ao Presidente Antonio Carlos Magalhães a vontade de prestar esclarecimentos. Ele se coloca à inteira disposição. Acho isso muito louvável. É extremamente positiva essa disposição. Disse-me que era sua intenção até estar disposto a prestar os esclarecimentos, ainda ontem, mas que era o dia reservado para o Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, que tinha uma enorme complexidade nos esclarecimentos a prestar.

Mas acontece que o Presidente do BNDES é, ao lado do Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, personagem central dos eventos que merecem ter esclarecimento total para a opinião pública e para o Congresso Nacional. Ele também é autor das frases expressas nos telefonemas que foram objeto de demanda, de explicações por parte dos Senadores. Algumas das frases expressas, por exemplo, no telefonema de André Lara Resende para Pérsio Arida têm de ser explicadas por ele próprio, e, assim, sem prejuízo da realização da CPI. E até porque o seu depoimento aqui, em plenário, possa ser depois encaminhado para os Anais da comissão parlamentar de inquérito, caso ela venha a ser criada. Por isso acho muito importante que ele possa aqui prestar esses esclarecimentos.

Ressalto, Sr. Presidente, que há alguns fatos extremamente importantes que precisam ser esclarecidos. Ontem, o Sr. Carlos Francisco Jereissati, Presidente do Conselho de Administração da Tele Norte Leste, disse, em nota à imprensa, que a eventual pretensão do Ministro das Comunicações e do Presidente do BNDES de decidirem de acordo com seus critérios pessoais sobre a venda de participação que acarreta transferência de controle para outro grupo, supostamente estrangeiro, em detrimento de grupos nacionais que participaram da licitação e venceram o leilão, implica que os órgãos que dirigem o BNDES e BNDESpar desviem-se das funções públicas que lhes são conferidas pela lei e pelos estatutos.

Por outro lado, Sr. Presidente, o próprio André Lara Resende, em entrevista ontem ao **O Globo**, deu algumas explicações que merecem maior esclarecimento, porque, quando perguntado a respeito de ter chamado Jair Bilachi, da Previ, para uma conversa, que foi evidenciada, ele disse que nunca o chamou, mas, quando lhe foi informado que o Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros assim havia feito, o que está na conversa publicada pela **Veja**, ele pede licença para se recusar a discutir detalhes específicos dessa gravação. Em seguida, quando **O Globo** afirma que "o fato é que a Previ foi chamada pelo Ministro para viabilizar financeiramente um consórcio", ele respondeu: "é evidente que conversamos com o Jair Bilachi, porque ele era um dos investidores institucionais que participavam da privatização". Quando perguntado se não foi dinheiro do Estado que viabilizou o grupo, ele disse:

> "Vamos ver o que é dinheiro do Estado. Ele tinha a Previ, uma instituição independente, as seguradoras do Banco do Brasil, onde formalmente o banco é minoritário...". Os outros investidores privados, se foram ou não financiados pelo Banco do Brasil e pela Previ, nem sei. Eles apresentaram a garantia e se habilitaram."

Há aqui algumas contradições, Sr. Presidente, porque numa hora ele disse que participou do diálogo com o Presidente da Previ, a respeito de como a Previ participaria; depois, disse que não sabe bem dos negócios da Previ, que aquela é uma instituição independente. A evidência das conversas indica que o próprio Presidente da República foi acionado para que a Previ, uma instituição hipoteticamente independente, pudesse estar participando.

Ora, Sr. Presidente, são tantos os esclarecimentos que precisam ser feitos para o Congresso Nacional na defesa do interesse público, que se faz necessária a convocação de André Lara Resende. Ressalto mais uma vez que ele próprio disse a mim e ao Presidente Antonio Carlos Magalhães que deseja ter a oportunidade de prestar os esclarecimentos. Constitucionalmente, o Presidente do BNDES pode vir ao Plenário, segundo o art. 50, § 2º, desde que seja convocado. O Ministro pode ter a iniciativa de dizer que quer prestar esclarecimento; a autoridade subordinada ao Presidente – no caso o Presidente do BNDES, que é nomeado pelo Presidente, o qual responde ao Ministro do Planejamento, mas também ao Presidente – pode ser convocada e esta é a razão regimental e constitucional pela qual faço o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Eminente Senador Eduardo Suplicy, com relação ao último requerimento que V. Exª encaminhou à Mesa, gostaria de observar e comunicar a V. Exª que o BNDES não é um órgão diretamente subordinado à Presidência da República, nos termos do art. 50, **ca-**

put, da Constituição Federal, razão pela qual não se pode convocá-lo para o plenário. Poderá ser, quando muito, convocado a prestar esclarecimentos nas comissões.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, não podemos ter dois pesos e duas medidas. Não podemos ter um critério para o Presidente do Banco Central, que é subordinado ao Ministro da Fazenda, mas também ao Presidente da República, e outro critério para o Presidente do BNDES, subordinado ao Ministro do Planejamento, mas também ao Presidente da República, que é quem o nomeia. Como estabelecer dois critérios? Obviamente, se o Presidente do Banco Central pôde aqui prestar esclarecimentos, como o fez, o Presidente do BNDES também poderá fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Eminente Senador Eduardo Suplicy, o Presidente do Banco Central não foi convocado para prestar esclarecimentos neste plenário. Por estar aqui presente, tendo sido solicitada aquiescência do Plenário, ele pôde se manifestar. Do ponto de vista oficial, ele não havia sido convocado – e nem poderia ser convocado – para prestar esclarecimentos no plenário do Senado Federal. Portanto, não se trata de dois pesos e duas medidas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas se for esse o entendimento definitivo da Mesa, encaminharei o requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos.

Perdão, o Senador Bernardo Cabral pode fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Mesa terá toda a satisfação em atender V. Exª. E gostaria de dizer que o primeiro requerimento de V. Exª, de varredura telefônica no ambiente do Senado Federal, será enviado à Mesa, para as providências cabíveis.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, é possível que este requerimento possa ser examinado concomitantemente com o segundo requerimento. Peço a V. Exª que, então, seja o requerimento de convocação do Presidente do BNDES encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, porque avalio que haja interesse de ambas as Comissões de, conjuntamente, argüirem o Presidente do BNDES, e que outras Comissões poderão se juntar a elas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Exª será atendido.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

REQUERIMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO

Requeiro, nos termos do artigo 50 da Constituição Federal seja convocado o Senhor André Lara Rezende, Presidente do Bndes, para prestar esclarecimentos sobre: 1 – o processo de Privatização da Telebrás; 2 – sobre a viabilização, por parte do Bndes, da contratação de empréstimos, a taxas de juros inferiores às praticadas no mercado, para que grandes grupos privados adquirissem as empresa estatais nos leilões de privatização; 3 – a atuação da presidência do Bndes junto aos Fundos de Previdência Fechada das grandes empressas estatais, visando torná-los sócios dos grupos privados que adquiriram o controle das empresa privatizadas; 4 – a forma como o Bndes interferiu no processo de privatização conforme denúncias publicadas nas revistas **Veja**, **IstoÉ**, **Época,** e nos jornais **Jornal do Brasil, Diário Popular** e **Correio Braziliense** da primeira quinzena de novembro de 1998, e a revista **Carta Capital** de 19 de novembro.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos saindo de um processo eleitoral marcado pelas mais diversas polêmicas, que oscilaram desde a óbvia disputa entre os candidatos e seus partidos até a discussão ardorosa de teses e propostas paralelas, algumas distantes, outras próximas da essência da questão.

Já tive a oportunidade de abordar, nesta tribuna, pontos como voto distrital, proporcionalidade das representações estaduais, financiamento das campanhas pela própria sociedade e um tema que volto a analisar, hoje: a propaganda eleitoral gratuita pelo rádio e pela televisão.

De dois em dois anos, acendem-se as divergências de opiniões e os choques de interesses, sob a alegação de que o espaço cedido aos candidatos para exposição de suas idéias e seus programas seria uma usurpação do direito comercial das empresas concessionárias; que seria uma violência contra os princípios da livre economia, um atentado à estrutura empresarial do setor. Nem mesmo o pagamento indireto recebido pelas emissoras consegue aplacar a fúria e a avidez dos que condenam a propaganda

eleitoral – porque a eles, no fundo, o que interessa mesmo é restringir, progressivamente, as possibilidades eleitorais dos candidatos mais pobres.

Por essas pessoas, apenas quem tiver dinheiro, muito dinheiro, dinheiro para comprar e pagar os caríssimos espaços das redes, só esses poderão ter acesso ao maior e mais eficiente meio de divulgação de nossos tempos.

Ouvimos seguidas afirmações de que isso seria um sintoma do nosso subdesenvolvimento, uma ingerência indevida do Estado na economia das empresas, um gesto espúrio de paternalismo, uma tentativa de beneficiar gente humilde que, mesmo com fortes ligações com o povo, só poderia lhe falar das carrocerias dos caminhões e dos coretos onde se realizam os comícios, cada vez menos concorridos.

E, para variar, os inimigos da propaganda eleitoral gratuita vão buscar no Exterior citações em abono de suas teses elitistas e excludentes.

Dizem eles que "no país *tal* isso não aconteceria", "isso é coisa de subdesenvolvido", "é por isso que o Custo Brasil torna inviável qualquer atividade comercial" – e vão por aí afora, encadeando sofismas e arrazoados completamente alheios à nossa realidade e às próprias contingências do processo eleitoral.

Pois bem: já que é para citar outros países, vamos começar logo pelos Estados Unidos, certamente o modelo de democracia republicana dos últimos séculos e que servirá de paradigma, ainda por muitos anos, no milênio que se avizinha.

Os norte-americanos estão descobrindo, como grande novidade e solução para o problema do abuso econômico no processo eleitoral, aquela velha prática brasileira: a propaganda gratuita.

Tenho em mãos uma notícia, distribuída para todos os Estados Unidos pela tradicional e sempre respeitada agência *Associated Press*, uma das mais antigas do mundo e ainda hoje padrão de ética e de responsabilidade jornalística. Faço questão de dizer que a tradução da matéria foi feita pelo serviço específico do Senado, atendendo a solicitação oficial do meu Gabinete – e, ao agradecer o trabalho da tradutora Theresa Catharina, enalteço também os bons funcionários que ainda movem os serviços da Casa.

Diz a nota:

"Nas eleições futuras, os candidatos poderiam terpropaganda gratuita na televisão

Washington – Os meios de comunicação deveriam conceder tempo gratuito de transmissão a candidatos políticos, antes de toda eleição, afirma uma comissão presidencial.

O painel, que hoje se reúne para redigir suas recomendações finais, vem considerando uma (recomendação) pela qual os meios de comunicação deveriam voluntariamente conceder tempo gratuito de transmissão. Mas, se não houver consenso, pode recomendar uma exigência compulsória de tempo gratuito.

Isso aconteceria se alguns dos representantes dos meios de comunicação que participam do painel, inclusive o Presidente da **CBS Television**, Leslie Moonves, recusar sua aprovação por estar em desacordo com uma outra recomendação proposta disseram pessoas envolvidas nas negociações, que pediram que seus nomes não fossem revelados.

"Penso que haverá um documento de consenso, mas, francamente, não sei exatamente qual será a posição de alguns representantes dos meios de comunicação", afirmou Norman Ornstein, dirigente do *American Enterprise Institute.*

Tempo gratuito é uma das várias recomendações que o grupo vai fazer sobre a dívida das estações de TV para com o público, pois recebem valiosas concessões de canal digital do governo, sem encargos financeiros.

Os telespectadores provavelmente não verão mudanças durante um longo tempo, considerando-se que virtualmente todas as recomendações deveriam ser implementadas pela Comissão Federal de Comunicações ou pelo Congresso.

O Presidente Clinton e o Vice-Presidente Al Gore têm pressionado por tempo gratuito obrigatório, e a administração não diz se a Casa Branca estaria satisfeita com o tempo voluntário de transmissão gratuita.

De acordo com a recomendação da Comissão, os meios de comunicação ofereceriam voluntariamente cinco minutos gratuitos de transmissão, toda noite, nos 30 dias anteriores a uma eleição.

O Centro para Educação nos Meios de Comunicação, um grupo de advocacia, pressionará a FCC (Comissão Federal de Comunicações) a tornar obrigatório o tempo gratuito de transmissão se o painel não fizer isso, afirmou seu porta-voz Jeffrey Chester".

Sr. Presidente, Srªs e Senhores Senadores, essa notícia, como informei antes de proceder à sua leitura, foi distribuída para toda a imprensa dos Estados Unidos pela *Associated Press*, no dia 8 de novembro último – e portanto, já é uma reação das lideranças políticas e da própria sociedade aos abu-

sos cometidos pelo poderio econômico no processo eleitoral daquele grande país do Hemisfério Norte.

Não sou daqueles que se extasiam com as maravilhas da sociedade americana; ao contrário, vejo nela alguns problemas de difícil solução. Mas sei que só através do livre debate e da franca abordagem dos temas polêmicos, tais problemas encontrarão soluções. E esse debate jamais faltou nos Estados Unidos. Como não está faltando agora.

É importante que se ressalte, na matéria citada, um tópico que sempre destacamos aqui e que, não raro, tem-nos valido uma série de acusações e críticas descabidas: "tempo gratuito é uma das várias recomendações que o grupo vai fazer sobre a dívida das estações de TV para com o público, pois recebem valiosas concessões de canal digital do Governo, sem encargos financeiros".

Essa afirmação é no sentido de que a sociedade exige e merece um retorno pela concessão de espaços que lhe pertencem, nas ondas de transmissão de som e imagem. Não é lícito permitir que um grupo econômico se privilegie no uso de bens comuns, pertencentes ao conjunto da sociedade.

É secundária a dimensão, em si, do espaço que vier a ser destinado às legendas. O importante é a tese, é o princípio: todos os legítimos candidatos devem ter o direito de falar diretamente à sociedade, sem preconceitos ou barreiras, livres do verdadeiro massacre hoje exercido pelo poder econômico dos concorrentes ricos ou subsidiados por grandes grupos financeiros.

O aperfeiçoamento das instituições democráticas em seu ponto medular, o processo eleitoral, é uma constante preocupação de todos quantos se dedicam à causa da liberdade nos Estados Unidos, no Brasil, no Mundo inteiro!

Em muitos campos temos uma posição de quase pioneirismo, como é o caso da propaganda gratuita pelo rádio e pela televisão, prática que hoje até os Estados Unidos se propõem a seguir. E por que motivo não poderíamos seguir outros exemplos?

Já abordei, recentemente, a questão do financiamento das campanhas pela sociedade, através de subsídios diretamente entregues aos Partidos e sob severo controle dos órgãos oficiais de finanças e da própria Justiça Eleitoral.

Existem muitas formas de garantir-se a lisura do pronunciamento dos cidadãos, a afirmação de sua vontade, nas eleições periódicas – mas essas duas são as básicas: a propaganda eleitoral gratuita pela mídia eletrônica e a eliminação do poder econômico nas campanhas. Se conseguirmos consolidar ambas as tendências e, ao mesmo tempo, coibir os abusos e a proliferação das legendas de aluguel, teremos dado um passo gigantesco no sentido do fortalecimento e da dignidade do sistema consagrado em nosso direito constitucional.

Porque a democracia é o regime que a humanidade consagrou como o único capaz de resguardar os direitos dos cidadãos, propiciar igualdade de oportunidades e gerar um mínimo de bem-estar geral, de liberdade e de espaços emocionais coletivos.

Peço à Presidência que autorize a transcrição, como anexo ao presente discurso, do texto original, em inglês, da matéria da Agência *Associated Press*, distribuída nacionalmente nos Estados Unidos e que encontrei nas páginas do jornal **The Orlando Sentinel**, um dos mais expressivos da Flórida, em sua edição do dia 9 de novembro último.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB – PA) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Com muito prazer, Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB – PA) – Pelo que percebo, V. Exª está defendendo a permanência da propaganda eleitoral e fazendo uma condenação àqueles que acham que deveriam receber recursos públicos por essa propaganda. Associo-me a V. Exª e quero dizer, Senador Nabor Júnior, que já fomos vítimas desse tipo de **lobby**, desse tipo de pressão dos meios de comunicação. E o Congresso foi conivente com esse **lobby**, porque a propaganda eleitoral hoje é reduzida se comparada à do passado. Primeiro, ela começa, hoje, quarenta e cinco dias antes da eleição, enquanto antes começava a sessenta dias da eleição. Segundo, deixamos de ter propaganda aos domingos, quer dizer, cortaram um dia da propaganda eleitoral. Aí já houve, de certa forma, um atendimento a esse jogo de pressão dos grandes meios de comunicação no nosso País. Tivemos, na campanha de 1998, uma redução drástica no nosso tempo de televisão, porque houve redução de 15 dias, de 60 para 45 dias antes das eleições, e ainda de nove dias, ou seja, foram cortados todos os domingos. Condenamos esse tipo de decisão do Congresso Nacional e votamos contrariamente à aprovação da matéria. Precisamos nos modernizar e fazer um trabalho mais real com a população. A televisão não recebe nada para dar aquele espaço, o que é justo, porque ela tem uma concessão do Governo, ganha fábulas do poder privado e do próprio Governo, que é quem faz mais propagandas nos meios de comunicação. Por isso, é justo que a televisão ceda aquele espaço. Mas, do jeito como a si-

tuação está montada, a produção de um programa eleitoral passa a ser tão cara – ou mais cara – quanto se fôssemos pagar o tempo na televisão. Hoje, o candidato não é uma coisa real, é um produto imaginário, algo que é transformado, burilado pelos "marqueteiros". A campanha de um "marqueteiro" famoso custa muito dinheiro. Imagino quanto tenha pago o Presidente Fernando Henrique pela sua campanha na televisão! Precisamos mudar essas regras, estabelecer um contato mais direto do candidato com o eleitor, evitar que o candidato seja um produto, como se fosse uma Coca-Cola, um cigarro ou um alimento. O candidato tem que ter idéia, pensamento. Precisamos ampliar a quantidade de debates na televisão, fazer com que o candidato esteja mais presente, falando, discutindo, apresentando suas idéias, e não sendo apresentado com um produto de **marketing**. Creio que o Congresso Nacional tem o dever de trabalhar essa questão e de mudar a forma de fazer propaganda. Associo-me à manifestação de V. Exª e à sua posição com relação a essa matéria. Muito obrigado.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Ademir Andrade, agradeço a intervenção de V. Exª, como sempre muito oportuna, que vem robustecer a tese que venho defendendo e que me trouxe, há poucos dias, a esta mesma tribuna: a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão tem de ser ao vivo!

Está na hora de rever a sistemática das últimas eleições, que privilegia o esquema de contratar "marqueteiros" para produzir, escrever e fazer a gravação dos programas, os quais serão transmitidos pelas emissoras de rádio e televisão. Isso, na verdade, praticamente anula as possibilidades dos candidatos mais pobres, porque são poucos os que têm condições de pagar os custos das campanhas -- tão sofisticadas! – que se mostram pouco ou nada coerentes com as propostas ou bandeiras dos partidos, ao contrário, baseiam-se crescentemente em técnicas e estatísticas voláteis.

Temos que fazer reviver práticas saudáveis, como a da legislação eleitoral que induzia os partidos e os candidatos a fazerem ao vivo a propaganda no rádio e na televisão. Quem postulava o voto do cidadão ia aos estúdios e lá, sem artifícios, expunha com transparência seus pontos de vista, defendia suas propostas e suas teses. É preciso, realmente, banir essa parafernália, que resulta em programas caríssimos – pois, na forma atual, estamos cristalizando a obrigatoriedade de gastos muito acima das possibilidades financeiras da maioria dos candidatos.

Concordo inteiramente com V. Exª e acredito que o Congresso Nacional se mostrará sensível, na devida oportunidade, à necessidade de criar novas regras, voltadas para o aperfeiçoamento da lei vigente em nosso País, com relação à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Permite-me V. Exª um aparte, Senador Nabor Júnior?

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Concedo o aparte, com muito prazer, ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Nabor Júnior, quero cumprimentá-lo até mesmo pela oportunidade do seu pronunciamento. Creio que precisamos promover a reforma política no País, inclusive atendendo a esses pontos fundamentais que V. Exª aborda, entre os quais se destaca o da propaganda eleitoral, que é "gratuita". Como V. Exª e todos sabemos – e V. Exª o reafirma com precisão no seu pronunciamento -, a propaganda eleitoral é gratuita só no nome, uma vez que é muito cara, Senador Nabor Júnior! Muitos candidatos não têm sequer condições de patrocinar a propaganda no rádio e na televisão no período em que a lei permite. Quero cumprimentá-lo e enfatizar o tema "oportunidade". Creio que devemos fazer reforma política e votar as leis não em cima da hora, como tem acontecido até agora. Recordo-me de que, no pleito de 1996, votamos na undécima hora – fui o Relator da matéria no Senado – a legislação que regulamentou os pleitos municipais. Ora, o País exige uma reforma política de tal amplitude que ela tem que ser feita já no ano que vem. A sociedade espera isso de nós, porque a necessidade dessa reforma ao lado da reforma tributária tem sido decantada em prosa e verso. Realmente o assunto reforma política vem sendo protelado, em detrimento do aperfeiçoamento da democracia no País. Cumprimento V. Exª.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Na verdade, já existe um anteprojeto de lei referente à reforma política. Tendo como Relator o Senador Sérgio Machado, foi aprovado na Comissão Especial e propõe várias alterações na atual sistemática de organização, de funcionamento dos partidos, de processo eleitoral, etc.

Espero que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual V. Exª é um dos mais ilustres membros, aprecie a importante matéria – que já lhe foi encaminhada – com presteza e com a habitual acuidade, permitindo-lhe tramitar no plenário do Senado Federal para, caso mereça aprovação, ser

encaminhada à revisão, na Câmara dos Deputados. Será o passo essencial no sentido da aprovação de uma lei definitiva, não somente com relação às eleições realizadas a cada dois anos, mas também quanto à criação e ao funcionamento dos partidos políticos, ao financiamento das campanhas eleitorais, ao voto distrital e à obrigatoriedade ou não do voto.

Uma série de providências estão sendo sugeridas nesse relatório do Senador Sérgio Machado, que, torno a lembrar, encontra-se sob a apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Espero que tenhamos a oportunidade de implantar as modificações que a sociedade brasileira está exigindo para aprimorar o nosso sistema democrático.

Citei, no meu pronunciamento, que os Estados Unidos, onde o custo das campanhas eleitorais é um dos mais caros do mundo, agora estão procurando adotar algo similar ao sistema que o Brasil já vem adotando há muito tempo, no caso da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão. Os americanos, conscientes do alto alcance da medida, realmente democrática, estão querendo imitar o Brasil nesse aspecto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NABOR JÚNIOR EM SEU PRONUNCIAMENTO:

The Nation

IN FUTURE ELECTIONS, CANDIDATES MIGHT GET FREE TELEVISION ADS

Associated Press

Washington - Broadcasters should allow political candidates free air time before each election, a presidential commission says.

The panel, meeting today to graft its final recommendations, has been considering one that would have broadcasters voluntarily give free air time. Lacking a consensus, however, it may recommend a mandatory free-time requirement instead.

That could happen if some broadcasters on the panel, including CBS Television President Leslie Moonves, withold their approval because of a disagreement with another proposed recommendation, people involved in the negotiations said on condition of anonymity.

"I think there will be a consensus document, but frankly, I don't know exactly where some of the broadcasters are going to be," said co-chairman Norman Ornstein of the American Enterprise Institute, a panel member.

Free time is one several recommendations the group is to make about TV broadcasters' debt to the public for receiving valuable digital channel allocations without charge from the government.

Viewers are unlikely to see changes for a long time, given that virtually all the recommendations would have to be implemented by the Federal Communications Commission or Congress.

President Clinton and Vice President Al Gore have pushed for mandated free time, and the administration won't say whether the White House would be satisfied whit voluntary free air time.

Under the commission's recommendation broadcasters would provide voluntarily five minutes of free air time each night in the 30 days leading up to an election.

The Center for Media Education, an advocacy group, will press the FCC to make the free time mandatory if the panel doesn't, spokesman Jeffrey Chester said.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Exª será atendido nos termos regimentais.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra, por 5 minutos, ao eminente Senador Roberto Freire, para uma comunicação inadiável.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço essa comunicação num momento muito oportuno, pois está presente o Senador Ramez Tebet, Relator da Comissão Mista de Orçamento. Creio que o Senador está imbuído de uma responsabilidade raramente discutida nesta Casa, que é o Orçamento.

Não somos órgão referendador, como um cartório, que pode apenas modificar uma pequena franja do Orçamento, que historicamente não ultrapassa 5%. A atribuição do Congresso Nacional é definir políticas nacionais, e o Orçamento é um instrumento para isso. Não sou **expert** nesse assunto, mas admito que quero definir políticas nacionais.

Ao analisarmos o Orçamento, temos de criticar todos os itens, conscientes de que podemos modificar qualquer um deles. Por exemplo, um instrumento básico de ajuste fiscal não é, como pensam alguns, cobrar contribuição de inativos; ajuste fiscal se faz nessas definições que se encontram no Orçamento. Essa é a peça básica. O Governo empurra com a barriga o estrangulamento principal de nossas contas, os juros, o pagamento do serviço da nossa dívida interna. Nem a equipe econômica nem o Governo fala sobre isso, mas nós podemos falar. Isso faz par-

te de nossas atribuições. Mais ainda: o Orçamento está definindo cortes, por conta do ajuste fiscal, em obras estruturadoras da economia, que, num momento de crise, têm de ser priorizadas para, quando sairmos da crise, não comprometermos o nosso futuro econômico.

O ajuste tem de ser feito em cima do que pode ser adiado, por não ser prioritário, e em cima do que pode ser cancelado, por ser um desperdício. Temos alguns exemplos de claro desperdício neste Orçamento, como os relativos ao Poder Judiciário. Em Brasília, podemos ver a suntuosidade de alguns prédios, pura atividade-meio, porque não ampliamos em nada a eficiência da Justiça, não ampliamos a prescrição jurisdicional, apenas construímos prédios. Para não citarmos apenas o Poder Judiciário, falemos do Congresso Nacional. A obra que está sendo realizada pode ser de pequeno porte, mas é totalmente desnecessária em um momento de crise. Da mesma forma, imaginam-se mudanças, reformas, todas que têm justificativa para mantermos nosso patrimônio sem grave deterioração, mas é evidente que podemos adiá-las. Temos um plano de emergência de ajuste de três anos, poderíamos adiar algumas dessas reformas, modernizações e adaptações por uns dois anos.

Estou levantando a tese de que o Relator-Geral poderia – e tenho satisfação de saber que o Relator começa a compreender o nosso papel – buscar reprogramação, investimentos, por exemplo, não apenas no orçamento fiscal, mas reprogramação dos investimentos para a aquisição de sede própria; prédios que estão em construção, saber da desaceleração, não-cancelamento – até porque é "deseconomia", é elefante branco -, mas uma desaceleração; portanto, um corte razoável, adaptando-o ao período da crise. Mas cancelar aquilo que não é o estritamente necessário e aquilo que não tem relação direta com a atividade-fim. Por exemplo, o Tribunal do Trabalho: se se tratar de instalação de Juntas, que amplia a prescrição jurisdicional, isso é prioritário dentro do órgão; mas, se for apenas meio, evidentemente tem que ser ou cancelado, ou desacelerado, portanto, sofrendo cortes.

Vejamos o setor financeiro, o setor público, porque é no que temos competência para discutir profundamente – não precisamos ser meros cartórios; discutir por que todas as atividades econômicas no País estão sofrendo restrições, estão enfrentando processos recessivos. Mas para o setor financeiro público brasileiro estão previstos modernização, adequação, novas instalações, cujos investimentos chegam à casa de quase R$1 bilhão. Teríamos que chamar esses bancos! Não temos que aprovar aquilo que lá está. Vejam que sou um defensor do sistema público financeiro brasileiro, que é o estatal, mas quero discutir para saber por que essa expansão, onde está a expansão.

Há alguns anos, quando não havia crise – pelo menos ela ainda não estava anunciada, embora talvez já a vivenciássemos para o futuro -, discutíamos a respeito de fechamentos de agências da Caixa Econômica e do Banco do Brasil no interior do País. Agora, vem um plano de expansão com investimentos.

O Relator tem toda a competência. Creio que está na hora de este Congresso iniciar mudanças na história da discussão orçamentária e chamar os responsáveis para discutir e detalhar essa expansão. É expansão para manter competitividade? Evidentemente que alguns recursos têm que ser mantidos. É expansão do ponto de vista da sua inserção no mercado, de necessidade da sua atividade-fim? De ter a condição de exercer um papel importante de intermediação financeira no País? Recursos consignados mantidos. Mas tudo aquilo que significar atividade-meio: novas instalações, reformas e adaptações, que não sejam estritamente necessárias para essa competitividade, modernização na concorrência e permanência nesse processo financeiro nacional, avançando, tem que ser cancelado. Até porque isso pode viabilizar, talvez, o que é importante se discutir neste País, e que não amadurece: um pacto nacional de produção.

Esses recursos são poucos em relação às nossas necessidades. São poucos também – diria até singelos – em relação aos recursos globais do nosso Orçamento, mas poderiam significar uma preparação para a saída da crise naquilo que efetivamente sai, que é a atividade produtiva, a atividade estruturadora da economia. Talvez isso fosse importante.

Essa minha intervenção inadiável seria para responder o porquê da minha preocupação, que já começa a levantar vozes a favor – o que é muito bom – e algumas contrárias – o que também não deixa de ser bom, até porque esclarece.

O Presidente-Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, em Pernambuco, acredita que eu estou desinformado ao dizer que as reformas de modernização, que foram lá consignadas, são poucas, mas que, para Pernambuco, imaginar que isso seria importante era relegar a um segundo plano algumas atividades – e olhe que não sou daqueles do assistencialismo – que são fundamentais,

para que não se agrave o quadro social brasileiro e, outras, para que se prepare o País para, quando sair da crise, não ter sua economia profundamente abalada.

Sr. Presidente, sempre cito como exemplo um porto construído em Recife, um outro, que está sendo construído no Ceará, e um terceiro, construído no Rio de Janeiro: Suape, Pecem e Sepetiba, respectivamente. Qualquer corte nessas obras, estaremos comprometendo a economia futura do País, pois estaremos adiando a entrada maciça no processo e na atividade econômica dessas instalações. Mas desacelerar a construção de prédios do Poder Judiciário, evidentemente que não atinjo, em nada, uma saída futura da crise. Posso até deixar uma instalação de forma precária, algo que poderia ser justificado – e olhe que alguns não são justificados nem em época de bonança -, mas que poderia ser justificado amanhã, não hoje.

No caso, o quero dizer ao Juiz é que essas verbas – e não estou desinformado, pois esses recursos, esse montante que S. Exª diz não é o que está na peça orçamentária, e para as minhas emendas estou me baseando na peça orçamentária. Quero dizer a S. Exª que, como qualquer outro representante do Poder Público, temos que fazer o estritamente necessário, algumas vezes até com sacrifícios, porque também estamos cobrando sacrifício do povo com o aumento de impostos e de contribuições, com a diminuição das atividades de programas sociais a idosos e a adolescentes. A seguridade social deste País está sendo atingida, porque não alcançamos aquilo que significa – e não quero aqui fazer nenhum grande juízo de valor, embora lamente tremendamente não termos tido a CPI dos Empreiteiros; talvez muitas dessas obras interessem aos empreiteiros, mas não atendem aos interesses nacionais.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra por haver sido citado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Ramez Tebet para uma explicação pessoal.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com muito orgulho recebo sugestões, que vêm a calhar, de um homem da envergadura do Senador Roberto Freire.

Sr. Presidente, mais do que nunca, neste País, governar é estabelecer a prioridade das prioridades. Efetivamente todos sabem, principalmente a Casa, que o cobertor está curto. Cumpre, portanto, ao Congresso Nacional – e falo como Relator-Geral do Orçamento da União e pela responsabilidade que me pesa sobre os ombros – uma participação mais efetiva, objetivando as mais urgentes e imperiosas necessidades do País. A sociedade brasileira está realmente sendo sacrificada, todos sabemos, como afirmou o Senador Roberto Freire. Todos sentimos as dificuldades deste tempo na própria carne: a classe empresarial, os produtores, o trabalhador urbano e o rural. Portanto, nessa hora, o Congresso Nacional precisa assumir efetivamente o seu papel, dar a sua contribuição no sentido de estabelecer o que realmente constitui prioridade para a sociedade brasileira.

Não tenho outro objetivo ao analisar o Orçamento, Sr. Presidente e Srs. Senadores, senão o de priorizar. E vou mais longe: não podemos encerrar a nossa tarefa ao aprovarmos o Orçamento-Geral da União para 1999 e os outros subseqüentes. O papel da Comissão Mista de Orçamento e o do próprio Congresso Nacional vão além. Precisamos exercitar permanentemente e com maior eficiência a grande função do Poder Legislativo, qual seja, a de Poder fiscalizador. Temos que acompanhar a execução orçamentária, saber se realmente o Orçamento está sendo cumprido. Temos que acompanhar a execução das obras e saber como andam as coisas por aí.

Sr. Presidente, darei um exemplo de como estabeleceremos prioridades. Ontem esteve nesta Casa, e foi sabatinado, o Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros. A matéria foi esgotada quanto à questão dos grampos e de escuta telefônica. A matéria foi esgotada dentro daquilo que está sendo publicado neste País. Mas, infelizmente, em razão das minhas preocupações com o próprio Orçamento, perdi a oportunidade de formular uma questão a S. Exª que – a meu ver – não foi formulada nesta Casa. Gostaria que o Ministro me respondesse por que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Banco do Brasil, dois entes públicos, tiveram recursos para financiar as privatizações no País – o primeiro, concedendo financiamentos, e o segundo, carta de fiança -, e não os têm para financiar a produção, a agricultura, o parque industrial deste País, que está com 25% da sua capacidade ociosa. Uma outra pergunta que eu faria a S. Exª seria – essa questão não ficou clara – qual a taxa de juros concedida para as empresas que ganharam os leilões das privatizações. Esses juros foram mais baixos ou mais altos? Não têm os empresários brasileiros, os produtores brasileiros o mesmo direito de usar esses recursos do Banco Nacional do Desenvolvi-

mento Econômico e Social? São indagações, Sr. Presidente, cujas respostas a Nação ainda aguarda. Ao mesmo tempo, não quero entrar mais nisso, mas quero dizer ao Senador Roberto Freire que fico muito honrado de receber essas sugestões de S. Exª. Vou procurar acolhê-las. Tem sido esse o meu objetivo e, tenho certeza, também o da Comissão Mista de Orçamento, que está, neste momento em que o cobertor está curto – é o orçamento mais magro dos últimos anos do Congresso Nacional -, diante de tantas exigências que estão refletidas nas prioridades que, a meu ver, o próprio Congresso Nacional apresenta nas emendas de bancada, nas emendas de Comissão, que abordam questões de nível nacional, como o combate às drogas, como o combate ao trabalho escravo. E outra, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, tenho certeza de que todos estamos imbuídos desse propósito, e temos que tirar dessa crise um exemplo para que o País possa avançar e o povo brasileiro possa ter uma melhor qualidade de vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Bernardo Cabral.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO) – Sr. Presidente, solicito que, se possível, V. Exª dê uma olhada na lista de oradores, senão perdemos o trabalho de termos nos inscrito para falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Exatamente por esse motivo é que estou passando a palavra ao eminente Senador Bernardo Cabral, que está inscrito neste exato momento devido a permuta com o eminente Senador Francelino Pereira.

V. Exª tem a palavra.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Tenho a certeza de que a inquietação do Senador Ernandes Amorim é a mesma minha: de que fosse observada a lista de oradores.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje me propus a fazer uma reflexão com os eminentes colegas Senadores sobre o que, talvez, pudesse ser chamado de os desvios do presidencialismo.

Penso que este é o momento propício para que possamos fazer uma digressão, tendo em vista o que ontem se passou neste plenário, quando aqui compareceu o Ministro de Estado das Comunicações. Ao longo de várias horas, ouvimos o relato de S. Exª e, a seguir, as respostas às indagações; em duas delas, pelo menos, foi aventada a sugestão de que S. Exª deveria renunciar, o que, aliás, na linguagem administrativa, seria melhor dizer "pedir exoneração do cargo", já que S. Exª não dispõe de mandato para a renúncia.

Vejam bem: um membro do Parlamento sugerindo isso a um funcionário subordinado ao Presidente da República, num sistema presidencialista, em que o dono do cargo é o Chefe do Estado. Ora, uma sugestão dessa natureza, ainda que cercada da maior oportunidade, peca por um vício de origem, porque, se estivéssemos num sistema parlamentarista de governo, é evidente que esse Ministro já teria decaído da confiança do Parlamento, já teria sido registrado um voto contrário à sua permanência e teria sido apeado do governo.

O que quero mostrar é que, lamentavelmente, se o Parlamento, no sistema presidencialista, faz essa indicação, toma como resposta o que se lê hoje nos jornais: daqui saiu o Ministro, pediu exoneração do cargo pelo seu telefone celular, e o Presidente da República recusou o pedido.

Melhor teria sido que aqui não se tivesse feito proposta dessa natureza e se tivesse ficasse ou nas críticas, para aqueles que entendem que a crítica devia ser feita, ou no elogio, para quem faz parte da Bancada do Governo.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Com muito prazer, Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Bernardo Cabral, do depoimento do Ministro Mendonça de Barros, do texto das gravações que foram trazidas a este plenário, ficamos com a certeza de que o Presidente da República havia acompanhado a manobra da privatização passo a passo. Logo, o Presidente da República jamais poderia aceitar o pedido de demissão do Ministro se não apresentasse paralelamente o seu próprio pedido de demissão.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Nobre Senador Roberto Requião, no fundo, V. Exª faz a análise do que me propus: o desvio de presidencialismo. Por quê? Quando uma mesma figura encarna a Chefia do Estado, que é o Presidente da República, e a Chefia do Governo passa a controlar, queiram ou não queiram, a atuação do Parlamento. E o que é mais grave é que se fica numa situação presidencialista, barrando a independência do Poder Legislativo, e tanto é assim, que a toda hora se diz que as Comissões Parlamentares de Inquérito se instalam à vontade do Poder Executivo, o que no

fundo é frustrante para o Poder Legislativo e, mais, desmoralizante para quem o integra, no sentido de que não se pode fazer uma análise dos atos daquele que compõe a estrutura governamental.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Com muita honra, quero ouvir V. Exª, Senador Gilvam Borges, e lhe concedo o aparte.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Bernardo Cabral, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo e congratular-me com as considerações de V. Exª. Realmente, V. Exª está chamando a atenção, com profundidade, num momento de crise como este, para os papéis das instituições. V. Exª está chamando a atenção para a reforma política e para uma questão muito séria: que é preciso, realmente, definição dos papéis dentro da reforma que se faz necessária. Numa crise como esta, V. Exª chama a atenção, justamente, para que o Parlamento fique atento, bem como o Poder Executivo. Acho que precisamos intensificar essa discussão. Quero dizer a V. Exª, em relação ao depoimento do Ministro das Comunicações quanto às declarações que foram manifestadas e gravadas, que o Presidente da República e o Ministro não poderiam, em hipótese alguma, deixar de acompanhar todos os processos envolvendo o patrimônio público que estava sendo privatizado, pois precisariam estar cientes de todas as empresas envolvidas. Foi-se buscar tantas parcerias internacionais e nacionais, é claro que o Presidente da República não deveria somente ter a responsabilidade, mas estar atento 24 horas no acompanhamento. Lamentavelmente, temos tido manifestações, de uma certa forma por momentos políticos, por conjuntura, por disputas eleitorais, de denúncias que vieram à tona por empresas que estavam disputando para, justamente, ter esses fatos aqui. Hoje ainda, irei me manifestar na Tribuna desta Casa. Agradeço este aparte a V. Exª, um dos mais brilhantes Senadores desta Casa, com o dom de chamar a atenção com profundidade. Atenção para essa crise, ela é mais profunda ainda. Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Senador Gilvam Borges, além de agradecer o aparte de V. Exª, gostaria de ressaltar a acuidade com que V. Exª previu onde quero chegar. É claro que o fio condutor filosófico desta manifestação é no sentido de chegarmos todos à reforma política. Não mais é possível ouvirmos aqui a sugestão de um Parlamentar, a um membro do Executivo, para que ele renuncie e, a seguir, o próprio membro do Executivo declarar que, se houver consenso do Senado, ele renuncia. Faz-se uma mixórdia de sistemas de governo, não dá para se chegar a uma conclusão lógica, realista.

Ouço sempre dizer que, por não termos partidos fortes, não poderemos implantar o parlamentarismo. Na verdade, enquanto tivermos o sistema presidencialista de governo, jamais teremos partidos fortes, porque a qualquer hora haverá a interferência do Chefe do Poder Executivo, seja ele quem for. Lembro-me que o atual Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, era parlamentarista antes, ao longo da Assembléia Nacional Constituinte, e agora não sei se ainda defende esse sistema; mas, sob as bênçãos do presidencialismo, haverá sempre a interferência, que considero indébita, no Parlamento brasileiro.

Veja V. Exª, Senador Gilvam Borges, que no sistema parlamentarista ninguém discute a reeleição do Presidente da República. Tivemos um exemplo na França. Mitterrand teve dois períodos, ficou quatorze anos, porque o importante é o chefe do governo, que submete previamente o seu plano de governo ao parlamento, e, após a aprovação, quando toda a comunidade, toda a sociedade, toda a nação toma conhecimento do que vai ser realizado **a priori**, para não ser surpreendida **a posteriori** – exatamente como V. Exª registrou, com a chamada privatização.

Foi por isso que me propus a vir aqui e chamar a atenção para o que eu considero o desvio do presidencialismo.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Faço uma pausa para ter o prazer de ouvir o Senador José Eduardo Dutra, Vice-Líder do Bloco de Oposição.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Bernardo Cabral, eu gostaria de me somar ao pronunciamento de V. Exª e, ao mesmo tempo, fazer uma penitência pública. Quando da deliberação, pela população brasileira, sobre o sistema de governo que passaria a ser aplicado – o presidencialismo ou o parlamentarismo -, o nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, fez um plebiscito interno para decidir qual seria a sua posição política nesse plebiscito nacional. As figuras mais expressivas do meu Partido eram defensoras do parlamentarismo, a começar pelo próprio Lula – José Dirceu, José Genoíno e tantos outros. Só que aquele plebiscito se deu numa conjuntura muito particular do País e do nosso Partido: Lula estava com 35%, 40% nas pes-

quisas, e acabou prevalecendo nas nossas bases a posição pelo presidencialismo. E aqui a minha penitência, porque, embora anteriormente tivesse mais simpatia pelo parlamentarismo, acabei fazendo campanha internamente pelo presidencialismo. Assumo que, por trás dessa posição, havia uma certa dose de oportunismo, porque a lógica era: se Lula tem ampla chance de ser eleito presidente, por que agora vamos defender o parlamentarismo? A própria campanha do presidencialismo na televisão apostou exatamente nesta simplificação e no rebaixamento da discussão. Isso acabou tendo efeitos positivos do ponto de vista meramente eleitoral. Acredito que V. Exª lembra, no início da discussão, quando se iniciou a campanha, as pesquisas de opinião pública mostravam uma ampla vantagem para o parlamentarismo. Mas, a partir do momento em que a campanha presidencialista, de forma competente, vinculou o parlamentarismo às eleições indiretas – existia um forte sentimento do povo brasileiro contra as eleições indiretas, até porque a conquista das eleições diretas foi decorrente de uma ampla campanha de mobilização de massas -, a situação mudou,. Esse carimbo de eleições indiretas, de se retirar a soberania do povo, acabou tendo muito peso na campanha parlamentarista, o que fez com que houvesse uma virada na situação e o presidencialismo fosse aprovado por ampla maioria. Acho que está na hora de começarmos a rever a situação, sem casuísmos, porque esse também é um problema. A experiência parlamentarista no Brasil foi resultado de um casuísmo. Nós começamos a ver, no período em que o Governo Fernando Henrique Cardoso estava com a bola toda – que não é este momento – , alguns de seus aliados acenarem com a possibilidade de, ao fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, aprovar-se o parlamentarismo para que Sua Excelência pudesse vir a ser ou o Primeiro Ministro ou aquilo que dizem que ele gosta de ser, o Chefe de Estado; continuar sendo Presidente da República para viajar, encontrar-se com outras autoridades, etc. Também nesse caso, a discussão sobre o parlamentarismo estaria revestida do velho casuísmo. O pronunciamento de V. Exª, fazendo uma ligação muito competente com o episódio de ontem e com a conjuntura que atravessamos atualmente, deve alertar a Nação. Acredito que V. Exª deve comungar da tese de que a introdução do parlamentarismo teria que ser precedida de um novo plebiscito, no qual poder-se-ia estabelecer um debate mais politizado e menos apaixonado, como foi aquele que precedeu o plebiscito de 1993. Posso garantir a V. Exª que, se esse plebiscito acontecer, vou me penitenciar. Na prática, vou voltar à minha posição anterior de parlamentarista e estarei na mesma trincheira que V. Exª, defendendo o parlamentarismo. Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Senador José Eduardo Dutra, as pessoas inteligentes só crescem quando corrigem certos rumos da vida. Sobretudo nesse caso, é com muita alegria que ouço V. Exª dizer que acolhe o sistema parlamentarista de governo, fazendo penitência pelo equívoco cometido no passado, para que possamos ter uma linha política da qual o País necessita.

Veja V. Exª como é rigorosamente verdadeiro o raciocínio de que, lamentavelmente, o parlamentarismo só é lembrado no País em momentos de crise. V. Exª lembrou o episódio João Goulart; depois, ele próprio comandou a derrubada daquele parlamentarismo de ocasião para ficar na Presidência da República. E digo lamentavelmente porque, desde a época de Raul Pilla que se vem tentando mostrar que nada melhor para o País – e àquela altura estávamos em plena Segunda Guerra Mundial, com a Constituinte de 46 – do que a implantação do sistema parlamentarista de governo.

Veja, Sr. Presidente, que todos os países que saíram da Segunda Guerra Mundial arrasados – Itália, Alemanha, Japão -, todos eles implantaram o sistema parlamentarista de governo. Uns, com presidente da república; outros, com imperador, como acontece no Japão. Mas a grande realidade é que a Itália, desorganizada logo após a 2ª Guerra, acabou se transformando na quarta potência mundial econômica. Com todas as crises, jamais, em nenhum instante, na hora que cai o primeiro-ministro, há uma crise de governo. Por quê? Porque no sistema parlamentarista de governo, o sistema que implanta o regime burocrático, apenas cai o primeiro-ministro, mas com ele não caem as sinecuras que existem no presidencialismo; ao contrário, ampliam-se. Temos hoje um ajuste fiscal em razão do qual são demitidos milhares e milhares de funcionários que ocupam cargos de confiança, fruto de uma irresponsabilidade a que já me referi anteriormente: desvio do sistema presidencialista.

Quero dizer-lhe, Senador José Eduardo Dutra, que acaba de ser sancionada lei que trata do plebiscito a que V. Exª se referia. Ela é resultado de um substitutivo do Deputado Almino Affonso, projeto original de Nélson Carneiro, o qual este Senado, com base em parecer do Senador Josaphat Marinho feito na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovou por unanimidade – a Drª Cláudia deu-me,

há pouco, a cópia da devolução feita pela Presidência da República.

Com a implantação do parlamentarismo hoje, por meio de uma mini-reforma constitucional, ilegal e inconstitucional, ainda que fosse só para implantar o parlamentarismo, eu não estaria de acordo. Fazer isso seria burlar o que se fez no passado, quando, por Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 88, permitiu-se o plebiscito, que resultou, lamentavelmente, de forma desastrosa, na continuidade do presidencialismo.

Hoje, nessa reforma política, temos de pensar, primeiro, na reforma dos partidos políticos. Devemos incluir um dispositivo que obrigue a filiação partidária por dois anos, no mínimo, para que o cidadão que se eleja respeite o programa do partido ao qual se submeteu. Segundo, o voto distrital misto. Temos de acabar – falo em razão da experiência em meu Estado – com aqueles cidadãos que procuram os municípios do interior numa eleição, enganam seus eleitores, na próxima eleição procuram outro município, enganam novamente outros eleitores, sem nenhum compromisso com o local que os elegem.

Se nos detivermos ao acontecimento de ontem, daremo-nos conta de que o parlamentar, a não ser que tenha uma dignidade pessoal acima da dignidade política, estará se submetendo cada vez mais ao desejo de quem esteja de plantão na Presidência da República. Repito, em alto e bom som, aquela velha frase: "Ao rei tudo, menos a minha consciência".

Se ocupo esta tribuna hoje é para dizer que não é de agora que luto pelo fortalecimento do Poder Legislativo. Fiz um discurso na Câmara há trinta anos no qual eu previa, sem ser oráculo, que se nós, parlamentares, não defendêssemos a instituição, ela começaria, degrau a degrau, a cair no conceito da opinião pública. E infeliz do povo, torno a dizer, que não ama seu Parlamento. Parlamento fechado é prova de ditadura. Parlamento sem funcionamento é resquício de que o povo não tem onde ecoar a sua voz. Parlamento em que não haja altivez é melhor que não exista.

E, por isso mesmo, Sr. Presidente, que ouço outro parlamentarista, que é o Senador Paulo Guerra; e, a seguir, o nobre Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Paulo Guerra (PMDB – AP) – Senador Bernardo Cabral, dispensável considerar a grande oportunidade da manifestação de V. Exª quanto a este tema e a altivez incontestável da sua postura parlamentar, reiterada agora por esta manifestação quanto às cautelas a que a conjuntura e o momento histórico nos induzem, a fim de que realmente o instituto possa não ser contaminado por essa crise lamentável que todos nós vivenciamos. Vejo, nas palavras de V. Exª, a preocupação permanente com a valorização da nossa instituição, o Poder Legislativo, a preocupação quanto ao encaminhamento dessa proposta parlamentarista. Mas V. Exª, sabiamente, destaca que é exatamente nos momentos de crise que se busca, pelo menos, num nível teórico, um remédio, que, com certeza, não será panacéia para exaurir, para esgotar todos os males que assolam este País, mas, com certeza, sobretudo se alicerçado em um tripé ético, estrutural e legal, poderá resgatar valores que hoje estão por terra, o que todos estamos deplorando. Se as instituições falecem, falece por certo a possibilidade real da cidadania; falece a possibilidade de nos sentirmos confortavelmente representando as aspirações do nosso povo, das nossas unidades federadas. Parabenizo V. Exª na crença e na convicção de que posicionamentos como o de V. Exª ensejarão o balizamento para que este País possa tornar-se digno de uma história que possa honrar também o nosso futuro. Parabéns, Senador.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Senador Paulo Guerra, V. EXª chega ao Senado como um intelectual consagrado, depois de dois mandatos na Câmara dos Deputados. Portanto, V. Exª é um homem afeito ao Parlamento, sabe das suas alegrias, das suas tristezas, dos seus percalços, do que sofre um parlamentar no desempenho de seu mandato – às vezes, ele não passa de um representante, eu diria quase um despachante engravatado, intermediário de problemas paroquiais nos ministérios que nada entendem das dificuldades, sobretudo do povo do interior, do povo distante, como é o caso de seu Estado, o Amapá.

Esta Casa, se quer exercer liderança, tem de pôr sua cabeça de fora, porque nenhuma liderança se afirma pela omissão. Omissão é o subproduto do nada e do não. Não é se comportando com a espinha dorsal vergada que o Parlamento dirá a esta Nação que representa, do lado de lá, a Câmara, o povo e, nós aqui, os Estados. Não é por aí, Sr. Presidente! Não devemos dizer amém a tudo aquilo que possa parecer o certo a quem está eventualmente numa chefia. Devemos mostrar às lideranças do País, apontando defeitos, o caminho a ser trilhado numa crítica sincera, construtiva, honesta, para que não se diga que esta Casa apenas tem privilégios – privilégios que não são exibidos à Nação. Privilégios só existem quando se recebe um mandato do povo.

A confiança dessa procuração deve ser honrada não com aquilo que se pensa, mas com a interpretação do pensamento de quem outorga poderes para um representante falar em seu nome. Por isso mesmo, há de haver uma consciência para valorização desse Parlamento.

Por isso também, nada mais oportuno do que ouvir o aparte do Senador Casildo Maldaner, que foi Governador de Estado e hoje é Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) -- (Fazendo soar a campainha.) – Eminente Senador Bernardo Cabral, a Presidência alerta que o seu tempo já foi ultrapassado em 5 minutos.

Gostaria de pedir ao eminente Senador Casildo Maldaner que fosse o mais breve possível o seu aparte.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Serei breve. Não meditei sobre o tema ainda, Senador Bernardo Cabral, mas acho que ele é oportuno, o debate é valioso. Presidencialismo x Parlamentarismo: V. Exª traz um tema que vai começar a tomar corpo nesta Casa e no Brasil. V. Exª apela para o fortalecimento dos partidos políticos, propondo lealdade partidária por um prazo de no mínimo dois anos. Veja que até nisso a quarentena é necessária, é fundamental para que possamos fortalecer os partidos políticos no Brasil. A quarentena é uma necessidade para que os partidos tenham fundamento, para que as pessoas não fiquem cá e acolá, de acordo com o vento, como se diz na gíria. Ontem cogitou-se aqui a quarentena. Uma coisa tem ligação com a outra, quer queiram quer não. Se tivéssemos o instituto da quarentena nesse e em outros setores – como o setor discutido ontem -, talvez o próprio Governo não estivesse se sentindo tão desconfortável; talvez o Presidente, nessa privatização, pudesse ter constituído uma comissão mais independente que tratasse desse tema específico – comissão formada, quem sabe, por pessoas ligadas ao setor empresarial brasileiro, representantes dos trabalhadores do Brasil e representantes de tendências não tão vinculadas ao Governo. Os acontecimentos mostram que as pessoas que realizaram ou realizam a privatização no Brasil – pessoas com ligações diretas com o Poder – deveriam ser outras. Os acontecimentos relacionados à privatização deixam o Presidente de um certo modo desconfortável neste momento; eles levantam questionamentos com relação a instituições fundamentais do País. Tanto isso é verdade, que o Congresso Nacional parou ontem. Vários Deputados aqui vieram, o Brasil acompanhou o depoimento dado aqui ontem. Os fatos suscitados mexem com as estruturas de poder, todas elas relacionadas ao que foi discutido aqui no plenário ontem. Antes de chegar ao plenário, passei pela Esplanada dos Ministérios: ontem, em torno das onze horas, em razão das expectativas relacionadas ao depoimento, a Esplanada dos Ministérios mais parecia uma Sexta-Feira Santa – todos estavam reunidos. Todos acompanhavam, via sistema de comunicação da TV Senado, os desdobramentos do depoimento que acontecia aqui. E assim estava o Brasil. As fatos discutidos aqui ontem mostram que a descentralização é necessária; se houvesse uma comissão não tão diretamente ligada à estrutura de governo, o Presidente estaria mais tranqüilo neste momento e também as instituições teriam sido menos atingidas. V. Exª citou o caso do Ministro da Itália há pouco. Lá essas questões se resolvem sem maiores problemas. Por tudo isso, parece-me que o tema que V. Exª aborda – apesar de não ter opinião formada ainda em relação a ele – é bastante relevante. Cumprimento V. Exª pelo tema abordado nesta manhã; certamente ele vai começar a criar corpo.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, sei que devo concluir, mas permita-me fazer uma rápida consideração para não ser deselegante com o eminente Senador Casildo Maldaner. Gostaria de lembrar – e S. Exª e a Casa sabem melhor do que eu – que há um provérbio da época de Confúcio segundo o qual "toda marcha começa com o primeiro passo". Ouso corrigir a frase. Uma grande marcha, uma grande caminhada não começa com o primeiro passo; começa com a decisão que antecede o primeiro passo. A quarentena deve existir, mas ela deve ser precedida de algo chamado honestidade, dignidade pessoal. Não seria necessária a quarentena se aqueles que deixam os cargos públicos não levassem em consideração suas vidas privadas e seu interesse pessoal em detrimento do interesse público. Se fosse assim, se cada um se conscientizasse de que cargo público não é instrumento para aumentar contas particulares ou para enriquecer contas bancária, não precisaríamos estar aqui discutindo quarentena. V. Exª lembra bem. É claro. Hoje, não há como dissociar o que existe neste País, por falta de espírito público – só por falta de espírito público – daquilo que precisava ser feito. O dever de quem exercita o múnus público é respeitar a **res** pública. Se isso não for feito, Sr. Presidente, nós estaremos sempre, queiramos ou não, sendo todos – não só parlamentares, mas os que exerceram funções públicas – colocados no mesmo nível e este nível geralmente não é o melhor – coloca-se no pior nível

aquele que tem dignidade pessoal, que tem honradez, que exercita suas funções sem se preocupar, em nenhum instante, com as suas ambições pessoais, mas, sim, com os interesses da coletividade. Que as ambições pessoais fiquem num segundo, terceiro ou quarto plano. Se não fizermos isso, Sr. Presidente, lamentavelmente, estaremos fadados à reprovação pública.

Concluo, portanto, fazendo uma espécie de súmula. O sistema presidencialista tem um desvio de comportamento em alguns instantes. Segundo: é imperioso que se faça a reforma política para que o povo brasileiro tenha condições de ter parlamento forte composto daqueles capazes de defender seus direitos. Terceiro: acabar, de uma vez por todas, com a forma com que se vem atuando no sentido do desequilíbrio dos Poderes. Não importa colocar que eles são harmônicos e independentes entre si, quando, em verdade, o Judiciário está enfraquecido, o Legislativo desmoralizado por influência exclusiva da atuação do Executivo.

Por isso, Sr. Presidente, nesta manhã, coloco à reflexão dos meus eminentes Colegas a possibilidade de nós, num momento muito breve – já que se transformou aquilo que foi originário de uma idéia de Nelson Carneiro num substitutivo de Almino Affonso -, vermos realizar-se um plebiscito, um referendo para a instalação do parlamentarismo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra, para uma breve comunicação, por 5 minutos, ao eminente Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB-PR. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo apenas trazer ao conhecimento desta Casa o fato de que o Presidente da República, no uso continuado do seu arbítrio, sem consultar o Congresso Nacional, sem consultar as partes interessadas, modifica a Medida Provisória nº 1.679/18, de 26 de outubro de 1998, no seu art. 5º.

O art. 5º dessa medida provisória que, ironicamente, disporia sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância dos seus preceitos e dá outras providências.

A medida provisória original dizia no seu art. 5º:

> Art. 5º A escalação do trabalhador portuário avulso, em sistema de rodízio, far-se-á nos termos da Lei nº 8.630, de 1993.

A novidade de Sua Excelência, o Presidente da República, estabelece o seguinte:

> Art. 5º A escalação do trabalhador portuário avulso, em sistema de rodízio, será feita pelo órgão gestor de mão-de-obra.

Retira-se, assim, a última prerrogativa dos sindicatos, de modo a enfraquecê-los sobremaneira. Não se poderia esperar, Sr. Presidente, que a categoria dos portuários admitisse, com mansidão e tranqüilidade, uma violência desse tamanho. Provavelmente essa medida provisória será votada na próxima quarta-feira. E utilizo a palavra neste momento, em nome dos sindicatos dos portuários, para anunciar ao País que durante terça e quarta-feira todos os portuários do Brasil iniciam uma greve nacional em protesto contra mais essa violência aos direitos dos trabalhadores dos portos brasileiros. Inicialmente, Sr. Presidente, serão apenas dois dias de advertência; entretanto, posteriormente os portuários poderão prosseguir com o movimento grevista ou tomar outras providências. Não é possível que sempre à sorrelfa, sem discussão nem sequer no Parlamento, muito menos com os trabalhadores, essas medidas provisórias, mediante as quais se defendem interesses que não são nem do País, mas de grupos que vão se apropriando de setores, como o dos portos, sejam aprovadas. Da mesma forma, Sr. Presidente, que essa tal de Telemar se transformou em dona de telefonia sem saber sequer o que é telefone, no Paraná, por exemplo, o dono de um shopping center se transforma da noite para o dia em proprietário, numa concorrência **mandrake**, do terminal de **containers**. E assim os portos vão sendo invadidos, a economia vai sendo invadida e não se sabe a que tipo de interesses o Governo atende. Pois bem, dessa vez o problema será enfrentado com uma greve nacional, terça e quarta-feira.

Era essa a comunicação que eu queria fazer ao País e ao Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Guerra.

O SR. PAULO GUERRA (PMDB-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, neste momento, valho-me da manifestação anterior do ilustre Senador Relator-Geral do Orçamento da União nesta Casa, que enfatizou sua preocupação quanto à necessidade do efetivo exercício da prerrogativa, da competência deste Congresso Nacional, no que concerne à análise e à definição do Orçamento Geral da União. Neste momento, creio que todas as inquietações dos gestores dos Estados, Municípios e da própria União incidem quanto à conjuntura adversa e,

por que não dizer, perversa, que hoje frena quase que completamente a possibilidade do desenvolvimento do País e do desenvolvimento das ações setoriais que levam respostas às demandas sociais e econômicas de toda a Nação.

Esta Casa, cumprindo sua finalidade precípua, continua a discussão sobre o Programa de Ajuste Fiscal, o empréstimo junto ao FMI e outras instituições internacionais. Preocupados estamos quanto ao desdobramento de tais ações e seus reflexos diretos junto ao País como um todo, bem como em relação às Unidades da Federação, especificamente.

Comungamos das manifestações que orientam no sentido de que se torna imperativa a discussão exaustiva dos assuntos mencionados, pois será através de tal debate, estabelecendo-se o contraditório, que haveremos de encontrar alternativa de solução, que a um tempo possa responder às necessidades impostas pela conjuntura e, de outro, salvaguardar a sociedade brasileira tão combalida já em face de medidas que sacrificam cada vez mais os segmentos mais pobres e comprometem visceralmente as estruturas de produção e transformação que representam, efetivamente, alavancas ao desenvolvimento e crescimento do País.

Dentro desse contexto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero reportar-me a uma questão que diz respeito ao desenvolvimento regional – e aqui valho-me também da oportunidade para ressaltar que a par da questão a que me referirei, brevemente, já outra grande inquietação nos assalta, mencionada há poucos dias pelo eminente Senador Bernardo Cabral, quanto ao Programa Calha Norte. Associado a esse problema, destaco aqui um outro, que tem implicações de natureza regional, mas também de natureza nacional, em razão de acordos internacionais entre o Brasil e a França, tendo como foco a infra-estrutura viária, mais especificamente rodoviária, ligando o Amapá à fronteira com a Guiana Francesa.

Sabemos todos da localização geográfica estratégica do Amapá, que, assim como o Estado de Roraima em relação à Venezuela e Colômbia, cuja ligação rodoviária é anunciada para muito breve, poderá significar elemento relevante nas relações culturais e de comércio, posicionando-nos como porta de entrada e saída para a viabilização de tais relações.

Mister, portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, se faz considerar a prioridade de que se reveste a continuidade e complementação da pavimentação da BR-156, prioridades que quero ter a esperança, mediante o apoio de V. Exªs e da palavra e do propósito tão bem anunciado pelo Sr. Senador responsável pela coordenação, como Relator-Geral, do Orçamento da União nesta Casa, de ver atingidas.

Aproximamo-nos do ano de 1999, ano emblemático, por todas as razões. Será, ademais, o ano em que se reunirão, no mês de junho, no Rio de Janeiro, os 48 Chefes de Estado e de Governo da União Européia, da América Latina e do Caribe numa ambiciosa reunião de cúpula que buscará criar mecanismos criativos de concertação política e de integração comercial.

Nesse contexto, o Mercosul terá papel central, uma vez que, no conjunto latino-americano, é a área cujos integrantes constituem-se verdadeiros **global players**, e onde o comércio exterior é eqüitativamente dividido entre as várias regiões do mundo, ao contrário de países como o México, dos centros americanos e andinos, onde o comércio exterior é quase que exclusivamente concentrado na área do Nafta.

Nesse contexto, ainda não deixará de chamar a atenção que a fronteira da parte sul-americana da União Européia com o Brasil se constitua numa fronteira tão desprovida de vida, de densidade comercial, cultural e humana. Trata-se dos 655 km do rio Oiapoque que separam o Estado do Amapá do Departamento francês ultramarino da Guiana – uma área que aguarda a conclusão da BR-156, que ligará Laranjal do Jari, no oeste do Estado, no limite do Estado do Pará, ao Oiapoque, na fronteira da Guiana Francesa -, coluna dorsal do sistema rodoviário do Estado do Amapá e que propiciará um verdadeiro renascimento da região.

O Presidente francês, Jacques Chirac, na visita que realizou ao País, em março de 1997, assumiu o compromisso de que, até 1999, estaria concluída, inclusive com pavimentação asfáltica, a rodovia que liga Caiena ao Oiapoque, ou melhor, a São Jorge, como se chama o povoado francês do outro lado do rio.

Esse passo, a integração física do território brasileiro com a parcela sul-americana da União Européia, tem não somente um sentido simbólico; carrega igualmente grande significado econômico e geoestratégico num momento em que a sub-região – aquela que está além de nossa fronteira norte – encontra-se tão ameaçada pela desestabilização política, quer pela existência de movimentos guerrilheiros, quer pela ação nefasta do narcotráfico.

Fora do contexto das relações Mercosul-União Européia, há que mencionar que as relações entre

Brasil e França têm experimentado, nos últimos anos, expressiva intensificação decorrente da vontade política dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac de retomar um relacionamento de tradição conhecida, promovendo seu relançamento e sua redinamização. As visitas de Estado do Presidente da República, em maio de 1996, e do Presidente Chirac ao Brasil, em março de 1997, e o encontro realizado no Oiapoque, em novembro passado, demonstram a prioridade que ambos os governos atribuem a essa aproximação.

Dentre os maiores países emergentes, o Brasil é aquele com o qual a França tem as maiores afinidades, tanto culturais quanto lingüísticas, tanto históricas quanto sociais. A América do Sul, mais que a América Latina em seu conjunto, apresenta-se como uma região com identidade geográfica, política e econômica precisa e, na América do Sul, o Mercosul é o melhor exemplo das vantagens de uma ação conjunta e coordenada.

O amplo número de acordos assinados nas mais diversas áreas nos últimos meses e as diferentes iniciativas, tanto no plano do diálogo político quanto no de investimentos e no da promoção cultural, tem conferido vitalidade e dinamismo a uma interação que parece reencontrar seus melhores momentos, permitindo que se projete a perspectiva de uma relação sólida e diversificada e uma parceria estimulante, vigorosa e estratégica.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB-PA) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PAULO GUERRA (PMDB-AP) – Acolho com muito prazer e honra o aparte de V. Exª, Senador pelo poderoso Estado do Pará.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB-PA) – Senador Paulo Guerra, em primeiro lugar, congratulo-me com V. Exª. Sou solidário a V. Exª em relação à sua reivindicação, assim como ao Governador do Estado do Amapá, nosso companheiro de Partido, João Alberto Capiberibe. Além disso, o Amapá é um Estado do Norte do País, vizinho do meu Estado do Pará. Participei da conclusão e entendo a importância do asfaltamento da BR -156 e a integração que essa rodovia promoverá. Acompanhei a visita do Presidente Fernando Henrique e do próprio Presidente da França ao Pará, quando foi assumido o compromisso. Creio que todos somaremos esforços neste Senado Federal, neste Congresso Nacional. Haveremos de convencer o Senador Ramez Tebet, Relator do Orçamento, a restituir os recursos que estavam destinados na primeira versão que veio ao Congresso em agosto, constitucionalmente, e que foram cortados na segunda versão. Só lamento, Senador Paulo Guerra, a forma como o Presidente Fernando Henrique esquece os seus compromissos assumidos. Estavam destinados R$40 milhões à Transamazônica, mas foram totalmente cortados. Sua Excelência esteve no Pará e assumiu o compromisso da construção das eclusas da Hidrelétrica de Tucuruí. Havia R$60 milhões no Orçamento, que também foram zerados. Assim, somos nós, Parlamentares, que teremos de lutar para restituir esses recursos na segunda versão do orçamento da União. O que é lamentável é que Sua Excelência não esquece os seus compromissos com os banqueiros nacionais e internacionais. O Brasil está pagando, em 1998, R$66 bilhões de serviço e amortização da dívida interna e externa. Para 1999, estão previstos R$88 bilhões. É quase três vezes mais do que todo o dinheiro que o governo brasileiro arrecadou com a venda de todas as empresas estatais, incluindo-se a Vale do Rio Doce, a Telebrás e o sistema de telecomunicações. É o meu lamento: temos de socorrer a nossa base, o nosso Estado, a nossa comunidade, considerando que o Presidente, lamentavelmente, esqueceu-se dos compromissos que fez com o nosso povo. Mas vamos dar as mãos a V. Exª e ao Governador do Amapá, para restituirmos os recursos necessários ao asfaltamento dessa rodovia de integração, tão importante ao norte de nosso País. Muito obrigado.

O SR. PAULO GUERRA (PMDB-AP) – Senador Ademir Andrade, a manifestação de V. Exª denota, em primeiro lugar, uma forma clara de ratificação do comprometimento de V. Exª com seu Estado e com nossa região. Oxalá possamos, como disse V. Exª, encontrar não só no ilustre Senador responsável por todo o encaminhamento da relatoria do Orçamento, mas em todos os companheiros, essa sensibilidade, para que possamos, por intermédio desta Casa, do Congresso Nacional, resgatar e não permitir que se perpetrem verdadeiras injustiças para com os nossos Estados amazônidas e que se honrem os compromissos anteriormente assumidos, como bem lembrou V. Exª.

Acompanho também, com muito carinho e acuidade, as questões da nossa Região e tenho certeza de que a luta em favor da implementação dessas medidas que proponho remontam já de algum tempo.

Em julho de 1997, por exemplo, o Senador José Sarney dirigiu-se ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, Dr. Antonio Kandir, solicitando a inclusão da BR-156 no programa Brasil em

Ação. Naquela oportunidade, o Senador Sarney enfatizava a importância da rodovia BR-156 como eixo econômico ligando Macapá ao Oiapoque e às Guianas, ressaltando inclusive a visita do Presidente da República Francesa, Sr. Jacques Chirac, que também reconheceu a relevância da ligação Caiena/Macapá, por intermédio da BR-156.

Aduziu ainda, naquele momento, que, na visão do desenvolvimento regional, a BR-156, partindo do rio Jari até o rio Oiapoque, atravessando bacias hidrográficas de expressivo potencial, promove a integração de municípios produtivos com dois importantes mercados em expansão, pois é a espinha dorsal para a ocupação do Amapá, constituindo, portanto, fator de interiorização do desenvolvimento do Estado com reflexos bem viáveis na conquista do mercado externo no hemisfério norte.

Lembrou, por fim, que, em relação ao desenvolvimento equilibrado do Estado, a BR-156, como fator de interiorização já mencionado, tem uma função entre a cidade e o campo, qual seja, a de estabelecer uma hierarquização urbana entre os diversos municípios, requisito imprescindível a um desejado e harmônico desenvolvimento regional. A Capital Macapá, no sul, concentra 80% da população do Estado, o que revela não só um êxodo rural, mas também um processo migratório acentuado, convergindo para a Capital do Estado.

Eis que, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cotejando análise da função "investimentos" no Orçamento Geral da União, durante o quadriênio 1995/1998, por Estados da Federação, efetuada pela Agência de Desenvolvimento do Amapá (ADAP), têm-se que o Amapá recebeu nesse período a soma de R$50,7 milhões do Governo Federal para investimentos, segundo análise do relatório de acompanhamento da execução orçamentária do SIAFI-PRODASEN. O valor total repassado para investimentos pelo Governo Federal para todo o País foi de R$13.8 bilhões durante o período considerado. Assim, o Amapá recebeu apenas 0,36% do valor total dos recursos repassados.

Portanto, o Amapá foi o Estado que recebeu o menor volume de recursos para investimentos, ficando, portanto, em 27º lugar na classificação. Destaco aqui que em penúltimo lugar encontra-se o Acre – tão bem representado pelo nosso Senador Nabor Júnior – com R$140,3 milhões, dos quais R$65 milhões foram destinados à construção de estradas. Se considerarmos isso como referencial para estabelecer parâmetros, o Amapá recebeu três vezes menos recursos para investimentos do que o próprio Estado do Acre, que já, nessa classificação, posiciona-se em 26º lugar.

Quando se compara os valores repassados para o Amapá com o valor repassado para os demais Estados da Amazônia Legal, cujo valor total já se caracteriza como insuficiente para atender as demandas desses Estados amazônidas, ainda na função investimento e para o quadriênio mencionado, depara-se com a seguinte situação: Amazonas, R$196,4 milhões; Pará, R$323 milhões; Rondônia, R$250,1 milhões; Roraima, R$171,1 milhões; Tocantins, R$ 211,2 milhões; Maranhão, R$442 milhões e Mato Grosso, R$438 milhões, cujos repasses, as liberações efetivas, evidentemente não chegam a esses valores especificamente. O Espírito Santo, ainda, com R$176,4 milhões, para tomar outros exemplos, e o caso do Distrito Federal, com R$601,6 milhões; Pernambuco com 708,1 milhões, considerando que o próprio Distrito Federal e Pernambuco ficaram em sétimo e oitavos lugares nessa classificação decrescente por valor recebido.

Quando se analisa a relação entre o orçamentário e o financeiro, a situação não é diferente. Assim, durante os quatro anos considerados, o valor total autorizado no Orçamento Federal para o Amapá foi de R$159,9 milhões – após aprovação pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República. Ora, o Amapá conseguiu receber ou liquidar créditos orçamentários no valor de R$ 50,7 milhões. Assim, conseguiu receber apenas 32,05% do valor autorizado, sendo, aliás, a pior relação quando comparada aos demais Estados da União. É necessário igualmente salientar que o Amapá também está em último lugar quanto ao valor total autorizado no Orçamento Geral da União (R$159,9 milhões), seguido do Acre, com R$284,1 milhões, e de Roraima, R$ 311,9 milhões.

Isto posto, Sr. Presidente, não poderemos deixar de destacar o trabalho e o esforço permanente da bancada parlamentar do Amapá, que a cada exercício tem buscado garantir no Orçamento Geral da União os recursos necessários à consecução de tão importante objetivo para o Amapá e para o País.

Agora mesmo estamos providenciando as emendas, no sentido de garantirmos recursos visando ao atendimento de diversas demandas do nosso Estado e municípios; dentre elas, a BR-156.

Concluindo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, queremos postular junto ao Governo Federal os recursos já comprometidos e aqueles propostos nas emendas, pois tal liberação representará efetivo ato de justiça com o Amapá e com o seu povo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Guerra, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

Durante o discurso do Sr. Paulo Guerra, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Gilvam Borges.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, já que foi anunciado, inscrevo-me para falar pela Liderança após o Senador Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Exª terá a palavra oportunamente.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, em consideração ao nobre Senador José Eduardo Dutra, conceder-lhe-ei os 5 minutos solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador José Eduardo Dutra, pela ordem, como Líder, por 5 minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges. Serei breve.

Sr. Presidente, eu queria apenas registrar que, a partir da próxima terça-feira, os Presidentes de todos os Sindicatos de Trabalhadores da Companhia Vale do Rio Doce estarão iniciando uma greve de fome na cidade de Vitória, no Espírito Santo.

Hoje, a imprensa e os órgãos do Governo vêm tecendo loas à privatização da Companhia Vale do Rio Doce e apresentando como grande exemplo o lucro expresso que a empresa vem obtendo, particularmente no de 1997.

Quem se der ao trabalho de pesquisar as notas taquigráficas de um debate sobre a privatização da Vale do Rio Doce, com a presença do então Presidente daquela empresa, Dr. Schettino, e com a presença do então Presidente do BNDES, Edmar Bacha, verá que eu, ao analisar o balanço daquela companhia, registrava que a partir dos anos de 1996, 1997 e 1998, a Vale do Rio Doce teria um aumento brutal da sua lucratividade. Por quê? Porque, se em 1995, a empresa despendeu US$900 milhões para amortização do empréstimo que possibilitou a implantação de Carajás, a partir do ano de 1996 essa amortização teria um decréscimo brutal, chegando em 1998 com apenas US$72 milhões. Portanto, esse aumento de lucratividade não é em decorrência da privatização da companhia. Além disso, a companhia, para poder acentuar essa sua lucratividade, está tendo um absoluto descaso, em primeiro lugar, com a segurança dos seus trabalhadores. O número de acidentes de trabalho, em um ano e meio de privatização, aumentou em 30%, inclusive com 9 ocorrências fatais – lamento informar que um desses acidentes fatais aconteceu em Sergipe, há um mês e meio, quando um trabalhador foi soterrado pelo desmonte de rochas, tipo de acidente que não acontecia naquela mina desde 1983. Além disso, a empresa reduziu brutalmente os seus investimentos na área de preservação do meio ambiente e também reduziu brutalmente os seus investimentos na área social e, além disso, vem desrespeitando os direitos dos trabalhadores.

A Constituição prevê a garantia de um turno de seis horas para aqueles trabalhadores que exercem atividades em turno ininterrupto de revezamento. A companhia, para burlar esse dispositivo, está implantando o turno de seis horas e o turno fixo, exatamente para tentar burlar a palavra revezamento, fato inclusive que já foi contestado por decisões da própria Justiça do Trabalho. Mas a companhia continua se utilizando desse tipo de artifício.

Portanto, para chamar a atenção da sociedade para esse aspecto, os dirigentes sindicais estarão iniciando uma greve de fome no dia 24, na próxima terça-feira. Infelizmente, não poderei estar presente nesse ato pelo fato de termos sessão deliberativa. Mas deverei estar presente em Vitória, na próxima sexta-feira, para o encerramento desse ato político dos dirigentes sindicais do Pará, Maranhão, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Sr. Presidente, como Senador da República e como empregado licenciado da Companhia Vale do Rio Doce, gostaria de externar a minha solidariedade a esses companheiros que, nesse ato extremo, chamam a atenção da sociedade para as atitudes repressivas da Companhia Vale do Rio Doce.

Sr. Presidente, peço seja transcrito, na íntegra, documento que me foi encaminhado pelo Sindicato dos Ferroviários do Espírito Santo e de Minas Gerais , que relata todos esses episódios.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Senador Gilvam Borges pela cessão do tempo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DO ESTADO DO ES/MG

Cia Vale do Rio Doce submete seus Trabalhadores a um regime de escravidão, terror e opressão

O resultado de 1 ano e meio de privatização gerou:

- 6 mil trabalhadores demitidos (15.900 para 10.200).
- 9 acidentes com mortes;
- Aumento para 30% do nível de acidentes;
- Crescimento alarmante da poluição ambiental;
- Adoção unilateral de jornada fixa ilegal de 8 horas nas atividades contínuas da pelotização
- Terror para forçar a implantação de jornada de 8 horas para os maquinistas;
- Corte de conquistas dos aposentados;
- Desrespeito a lei de retorno dos anistiados;
- Ingerência na organização sindical dos trabalhadores.

Apesar do lucro apresentado pela vale nos primeiros 9 (nove) meses de 1998, na ordem de 770 milhões de dólares, a empresa está cortando diariamente pessoal sob a desculpa da crise Asiática.

Benjamin Steimbruch, Diretor Presidente da Cia Vale do Rio Doce, anunciou um plano de guerra, onde seus canhões estão apontados para demitir os trabalhadores, ao invés de buscar alternativas junto a sua principal ferramenta, com o objetivo de superar crises. Baseado em uma política imediatista, aventureira e de destruição do complexo CVRD, a ordem é demitir pessoal qualificado, cortar custos com prevenção de acidentes e saúde dos trabalhadores, e terceirizar serviços. Essa política tem gerado o crescimento acelerado de demissões provocando o desequilíbrio social. Os trabalhadores vivem um clima de insatisfação, insegurança, tensão e medo, pois a qualquer momento podem ser demitidos.

Nos intriga o EIA-RIMA da Kobrasco, assinado com o Governo do Estado do Espírito Santo, prévia a admissão de 360 novos empregados, sendo 60% do estado e 40% das demais cidades da federação.

A implantação em 7-10-98 da usina 7 da Kobrasco, não trouxe um trabalhador sequer admitido. Assistimos perplexos a demissão de centenas de trabalhadores após Start Up da usina. A ganância da empesa chega ao ponto de expor seu corpo gerencial às atitudes covardes e desrespeitosas quanto aos trabalhadores e as leis do Estado Brasileiro. Para aumentar o número de demissões, tendo em vista à empresa estar exageradamente enxuta, a Vale resolveu passar por cima da Lei. O Poder Judiciário do Espírito Santo, concedeu ganho de causa para os trabalhadores do turno ininterrupto de revezamento, nas atividades contínuas da pelotização, no que tange a jornada de trabalho. Esses operários, por lei, desde 1998 trabalham 6 horas diárias.

A despeito da CLT e da Constituição, a CVRD implantou uma jornada fixa e ilegal de 8 horas durante 6 dias da semana com uma folga, ou seja, cada grupo de trabalhadores, trabalham eternamente na seguinte escala:

- de 8 às 16 horas;
- de 16 às 24 horas;
- de 00 às 8 horas.

Imagine o mesmo trabalhador trabalhando o resto da vida 6 noites seguidas por semana, de 8 horas às 8 horas. Além de ser jornada com escala sacrificante para a saúde do trabalhador, é uma covardia cometida pela empresa, que não respeita a vida social do seu empregado.

Essa postura tem se estendido aos maquinistas que estão sendo submetidos a um clima e terror, como forma de forçar esses companheiros a aceitarem a proposta de mudança da jornada de trabalho de 6 para 8 horas, e assistirem a demissão de mais de 150 trabalhadores da carreira C.

Somada a esta situação, os investimentos na área de saúde e segurança dos trabalhadores, foram cortados, gerando acidentes constantes. Operários com mais de 15 anos na empresa estão sendo mutilados e perdendo a vida por falta de uma política de prevenção. Em um acidente recente na usina de pelotização, trabalhadores tiveram corpos e vísceras queimados sendo que um deles morreu no próprio local do acidente.

É alarmante o crescimento da poluição ambiental, tendo em vista a redução do número de trabalhadores e o stress provocados pela jornada, além da falta de uma política séria para o setor.

Conquistas de mais de 40 anos foram cortados, como os passes livres dos aposentados e pensionistas, verbas para auxiliar na educação da comunidade e família ferroviária, verbas para assistência a saúde dos aposentados antigos.

A Vale tenta interferir inclusive na organização dos trabalhadores, ameaçando os mesmos com abaixos assinados e liminares contra a atividade sindical.

Greve de Fome à partir de 24 de novembro de 1998

Para coibir esses abusos e denunciar a postura irracional da empresa para a sociedade, os trabalhadores da Vale, a nível Nacional, estão fazendo uma greve geral de fome a partir do dia 24 de novembro de 1998, envolvendo o movimento sindical e político dos estados do Pará, Maranhão, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo. Nosso objetivo é mostrar para a sociedade brasileira a postura intransigente, gananciosa, autoritária e irracional da empresa para com os seus empregados e os problemas ambientais que essa política tem gerado para a sociedade. Nesse sentido estamos pedindo o apoio dos políticos de nosso País, afim de fazer com que a Vale retome para os trilhos respeitando os trabalhadores e a sociedade para continuar se traduzindo em orgulho para a nação Brasileira.

Vitória, 18 de Novembro de 1998

Saudações Sindicais, – Jarlete de Sá Venâncio, Coordenador-Geral – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao eminente Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os episódios dos dossiês e dos grampos telefônicos, tão repercutidos hoje na mídia nacional, embora evidentemente motivados por interesses comerciais e eleitorais contrariados, e aparentemente destituídos de qualquer verossimilhança, não deixam de cumprir em parte o seu único objetivo não declarado: o de lançar dúvidas vagas sobre a probidade do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Sobre a qualidade das pretensas provas do desvio de conduta das personagens governamentais envolvidas nem há o que comentar: vão desde escutas telefônicas clandestinas e editadas até cópias de documentos grosseiramente falsificados, ao primeiro e mais superficial exame.

Quanto à fonte de fornecimento dessas informações apócrifas, as especulações mais razoáveis levam a pessoas das mais suspeitas do meio empresarial e político, como o ex-Presidente Collor, cuja falta de decoro e lisura administrativas lhe valeram a sua atual clandestinidade política.

Tudo, enfim, de inconfessável, está presente na tessitura das intrigas trazidas a público, desde a chantagem e espionagem comercial até tentativas golpistas de comprometimento à credibilidade de um Governo moralmente retilíneo como o atual.

Sinto-me, na verdade, à vontade para reconhecer na administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso sua pauta de honradez e compromisso com o interesse público, pois não sou dos que mantém em relação ao Governo um alinhamento automático, não sendo raras as vezes em que manifestei, desta tribuna, divergências com iniciativas oficiais.

Entretanto, uma coisa é discutir e esclarecer contrastes de pontos de vista, com transparência, no campo da política, e outra bem diferente é esconder-se no anonimato e tentar, através de calúnias, desqualificar o adversário.

Esta a primeira grande lição a tirar-se desses deploráveis acontecimentos ao se desviarem do chão limpo da discussão política propositiva, os intrigantes capitularam em face da superioridade ética e política do Governo.

É como se, indiretamente, conferissem às autoridades governamentais um atestado de boa conduta e eficiência administrativa.

De tão grosseira, a mistificação que hoje se apresenta à Nação, que a própria Oposição teve reserva de consciência de usá-las no debate eleitoral, embora tenha tido acesso tempestivo a todo o material acusatório.

Neste ponto, é preciso louvar as providências tomadas pelo Governo, diante de tudo isso, recomendando ao Ministério Público e à Polícia Federal todo o rigor na apuração dos fatos, bem como o oferecimento voluntário do Ministro das Comunicações, Mendonça de Barros, para prestar esclarecimentos ao Congresso Nacional.

Aliás, a nota que S. Exª fez distribuir à imprensa no dia 17 de novembro tem a claridade ofuscante da verdade, evidenciando que a interveniência do Ministério das Comunicações e do BNDES, no processo licitatório de venda das empresas que compunham o sistema Telebrás, não fez mais do que visar ao interesse público e aumentar o interesse financeiro dos leilões de privatização, em favor do Tesouro Nacional.

Fica patente com a nota oficial, além disso, que a atuação do BNDES e do Ministério das Comunicações, longe de criar desequilíbrio entre os concorrentes, propiciou a todos os consórcios idênticas condições, inclusive de financiamentos, através de carta de fiança do Banco do Brasil e não a favorecimentos escusos, como maldosamente insinua a divulgação selecionada, montada e editada, que a revista **Veja** veio a publicar recentemente.

No entanto, frágil e inconsistente que seja o libelo acusatório, é preciso haver uma investigação aprofundada que elucide até as mais fantasiosas imputações, sob pena de serem atingidos os objetivos difamatórios pretendidos pelos autores.

No entanto, é necessário também dar o tratamento investigativo à questão, conforme a índole das alegações...

O Sr. Ernandes Amorim (PPB – RO) – Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Concedo um aparte ao nobre Senador Ernandes Amorim, fazendo um apelo a V. Exª para que seja breve.

O Sr. Ernandes Amorim (PPB – RO) - Nobre Senador Gilvam Borges, ouço o discurso de V. Exª com muita atenção. Na verdade, quando V. Exª se referiu ao caso Fernando Collor, que foi cassado por esta Casa porque recebeu de presente um carro. Agora estamos diante desse problema todo e aí ouço o discurso de V. Exª e parece-me que ele não está bem sintonizado com o momento atual e até com a maneira como V. Exª conduz os seus trabalhos nesta Casa. É um discurso elogioso à maneira como o Governo está fazendo as privatizações, à maneira como o ex-presidente do BNDES, ontem, se pronunciou. O discurso de V. Exª, parece-me, não está se coadunando com este momento de tantas interrogações sobre o ex-presidente do BNDES, sobre a questão dos grampos telefônicos. Acho que, nessa questão toda, o que resolveria o problema não seria só dizer que Fernando Collor foi cassado e tal. O que deveríamos fazer era criar uma CPI para apurar os fundamentos de todas essas denúncias, para que a população e nós, Senadores, fôssemos esclarecidos. Eu, por exemplo, não tenho quase nenhum conhecimento desses fatos. Não ouvi as fitas,

não sei quantas são, não sei quais são os dizeres que há no restante delas, não sei quais são os comprometimentos que ainda falta virem a público. Por isso caberia o esclarecimento. Não tantos debates, tantos elogios, mas sim uma apuração profunda do episódio dessa licitação, da participação do ex-presidente do BNDES nessa problemática toda. Por isso, assinei o requerimento para a criação da CPI. Para ver esclarecido todo esse problema. Vejo agora V. Exª tecendo elogios a tudo isso e fico espantado.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Nobre Senador Ernandes Amorim, agradeço o aparte de V. Exª. Talvez V. Exª não tenha compreendido ou não tenha conseguido entender; talvez V. Exª devesse ter acesso à peça e ficar mais atento ao meu pronunciamento. Quando me referi ao Presidente Fernando Collor, eu o coloquei como um dos interessados dentro do complô, dentro da intriga. Se V. Exª pensar mais profundamente, V. Exª observará que o que está havendo neste momento, na verdade, são disputas entre empresas e acertos de conta políticos. V. Exª mesmo declarou, no seu microfone, que não tem acesso a nada. Por V. Exª não ter acesso a nada e não estar compreendendo nada é que não deveria assinar uma CPI dessas.

Portanto, V. Exª...

O Sr. Ernandes Amorim (PPB – RO) – Nobre Senador, a CPI é para apurar o que não se sabe, o que não se viu, mas que está sendo denunciado. Por isso é que defendo a criação da CPI. Evidentemente, V. Exª jamais vai querer, conosco, defendê-la.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Acho que V. Exª deveria se informar. Desculpe-me a contundência, mas V. Exª deveria buscar mais esclarecimentos. Justamente por isso é que o Congresso Nacional, nobre Senador Ernandes Amorim, não pode cair no ridículo de instalar uma CPI. Ele não pode criar uma CPI que depois pode cair no nada. O que temos são fitas, intrigas, fofocas de empresas comerciais, com seus interesses prejudicados pela concorrência, e artifícios políticos para tentar instalar uma CPI.

O Congresso Nacional não é palco para brincadeiras. Temos de apurar por meio do Ministério Público, da Polícia Federal, nobre Senador Ernandes Amorim. Se forem comprovadas as denúncias, aí sim, no momento necessário, o Congresso Nacional pode instalar a CPI. Fazer CPI de brincadeira, porque a Oposição está buscando um álibi para tentar incriminar alguém ou fazer política não é possível. A Nação não está aberta a isso, nobre Senador.

Por isso, apelo a V. Exª para que, quando fizer um aparte a este nobre Senador, procure se informar. Faço um apelo a V. Exª: que retire o seu nome do requerimento dessa CPI, porque V. Exª não tinha conhecimento nem embasamento, conforme demonstra neste momento.

Não sou contra a CPI, mas sim contra a forma como está sendo encaminhada. Se houver comprovação das denúncias, que venha a CPI! Mas é preciso que haja investigação, nobre Senador Ernandes Amorim.

Peço a V. Exª que, antes de se manifestar, leia a peça, fique atento ao discurso, e procure realmente apartear com propriedade. Faço este apelo a V. Exª.

O Sr. Ernandes Amorim (PPB – RO) – Com o que perguntei, V. Exª quer aparecer. Não é isso que eu estou perguntando. Estou procurando trabalhar dignamente nesta Casa. Se V. Exª quer diminuir as pessoas...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – V. Exª não sabe o que está falando! É isto que estou dizendo a V. Exª.

O Sr. Ernandes Amorim (PPB – RO) – É porque não sei puxar saco.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio. Fazendo soar a campainha.) – Nobre Senador Ernandes Amorim, a Mesa pede que evitemos esses diálogos mais acalorados.

Peço a V. Exª que conclua seu pronunciamento, nobre Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, nobres Senadores, é lamentável que a desinformação e a falta de elegância às vezes acirrem os ânimos.

Quero fazer um apelo à Mesa para que esclareça quais são realmente os procedimentos normais de encaminhamento de uma CPI como essa. Não estou fazendo aqui elogios graciosos. Estou chamando a atenção para a responsabilidade de uma CPI e salvaguardando a instituição. A partir do momento em que se comprove realmente que o Presidente da República, que o Ministro das Comunicações, que as partes envolvidas têm culpa no cartório, que se instale, sim, a CPI. Mas não concordo que se faça isso dessa forma graciosa, irresponsável.

Desta tribuna, tenho também me manifestado contra matérias de interesse do Governo. Por esse motivo, Sr. Presidente, acreditamos em nosso País.

O Sr. Júlio Campos (PFL – MT) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Concedo o aparte ao nobre Senador Júlio Campos.

O Sr. Júlio Campos (PFL – MT) – Nobre Senador Gilvam Borges, acompanhei de perto o desenrolar do seu pronunciamento. Neste momento final, de conclusão do seu pronunciamento, V. Exª levanta a tese de que se houver envolvimento do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e de outras autoridades do seu Governo, nesse assunto momentoso que todo o Brasil vem acompanhando, a privatização das estatais da área de telecomunicações do nosso País, V. Exª concordaria com a abertura de uma CPI.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Com certeza absoluta.

O Sr. Júlio Campos (PFL – MT) – Quero dizer a V. Exª, como Vice-Líder do PFL nesta Casa, que fique tranqüilo. Se depender do envolvimento do Presidente Fernando Henrique Cardoso no assunto da privatização, não teremos CPI neste País, porque o Presidente da República jamais estaria envolvido em qualquer negociata, em qualquer assunto que viesse a comprometer a sua figura de cidadão, de homem probo, sério, e que está à frente de um Governo de grandes realizações para o País. Se houver o envolvimento de pessoas da estrutura do Governo, não será jamais o da figura do Presidente da República. Sua Excelência nunca se envolveria nesses assuntos. Tenho certeza absoluta de que o Presidente da República não será atingido por qualquer denúncia, nem tem qualquer envolvimento nesse lamentável acontecimento dos grampos e da privatização do sistema de telecomunicações do País. O Presidente da República é um homem que tem provado, nestes quatro anos de seu primeiro Governo, que sempre teve um comportamento ético. Tivemos a honra de conviver com Sua Excelência no Senado Federal – Sua Excelência como Senador por São Paulo; eu, como Senador por Mato Grosso -, e, posteriormente, convivemos com ele quando Sua Excelência foi Ministro das Relações Exteriores e Ministro da Fazenda; e, hoje, como Presidente do Brasil. Posso afiançar a V. Exª que o Presidente Fernando Henrique Cardoso jamais será atingido por qualquer tipo de envolvimento em assuntos graves, corrupção ou negociatas, na área das privatizações no País. Tanto é verdade que Sua Excelência, ao tomar conhecimento de tudo, foi o primeiro a solicitar que qualquer denúncia fosse investigada, primeiramente, pela Casa Militar, em seguida, pela Polícia Federal, que é o órgão competente, e pelo Ministério Público Federal. Se após essa investigação se chegar à conclusão de que algum auxiliar de seu Governo está envolvido, não tenho dúvida alguma de que Sua Excelência não irá deixar de punir os responsáveis por qualquer falha na administração pública do País.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço o aparte de V. Exª.

Prossigo com o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

No entanto, é necessário também dar tratamento investigativo, como falava há pouco, à questão, conforme a índole das alegações apresentadas, todas configurando, se comprovadas, infrações de natureza criminal.

Nesta qualidade, os inquéritos e a instrução probatória pertinentes devem ficar a cargo dos órgãos constitucionalmente afetados a essas funções, como a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e, quando couber, o Tribunal de Contas da União.

Neste sentido, não há razão para politizar-se excessivamente um episódio de contornos nitidamente policiais, fazendo instalar uma CPI com o mero propósito de fragilizar o Governo, seja obstaculizando a criação do futuro Ministério da Produção, como parece interessar às forças conservadoras no Congresso Nacional, seja postergando a pauta de votações de interesse do Governo, já definida nas duas Casas do Parlamento.

Sobretudo, o momento é oportuno para apelar-se ao espírito público demonstrado pelas oposições no período eleitoral, que evitaram partidarizar essas questões, não cedendo aos apelos fáceis de insuflar o imaginário popular, no sentido de depreciar-se ainda mais a representação política brasileira, enlameando-se figuras notórias por sua presença ilibada e inatacável na vida pública nacional.

Corre-se, com isso, o risco de, a pretexto de rever-se o processo de privatizações, obter apenas o desgaste da imagem presidencial e de eventuais presidenciáveis ligados ao mesmo projeto político, pela sua exposição continuada, no âmbito de uma CPI, a toda espécie de versões fabulosas e escabrosas como as atuais, com o simples efeito de levantar suspeitas vagas e não de comprovar fatos determinados, na forma dos Regimentos de ambas as Casas do Congresso Nacional.

Ao fim e ao cabo, chegar-se-ia a um resultado que só interessa às forças conservadoras, que, ao perderem espaço junto ao Governo, lutam ansiosa-

mente para viabilizar uma candidatura própria e alternativa em 2002.

O momento é de serenidade e bom senso e de usar com parcimônia os mecanismos investigatórios adequados e compatíveis com a precariedade dos indícios veiculados até agora, para que se possa fazer justiça sem açodamentos ou ataques gratuitos ao patrimônio moral e histórico de homens públicos decentes.

E, sobretudo, para que a esquerda não termine servindo aos interesses da direita, no mero afã de auferir, com isso, dividendos eleitorais nem sempre em harmonia com a verdade dos fatos.

Compreenda quem tiver a capacidade de compreender.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente e nobres Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nobre Senador Gilvam Borges, atendendo a solicitação de V. Exª, a Mesa informa que a instalação de CPI está regulamentada no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, que diz:

> As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Ernandes Amorim.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, fui eleito Senador da República e como tal cheguei a esta Casa para trabalhar. Não vim ao Senado para ser capacho de ninguém, nem para ser subserviente a ninguém; não tenho motivos para isso. Meu mandato foi conquistado com independência e com o voto do povo do meu Estado, a quem represento e não envergonho.

Ontem escutei parte do depoimento do ex-Presidente do BNDES a respeito da problemática dos grampos e das licitações. Já fui Prefeito, já fui executivo, e fiquei realmente preocupado com aquela situação, sobretudo porque ficou caracterizada uma situação de réu confesso.

Existe a lei. Temos a Lei das Licitações aprovada, é preciso que ela seja cumprida. E não é costurando, remendando – paga mais caro, paga mais barato – que se vai fazer um trabalho digno à frente do serviço público. Por isso, sou contrário à maneira como estamos tratando esses fatos.

Temos, no Congresso Nacional, para isso, uma Comissão de Fiscalização e Controle, que deveria ter se reunido para buscar as informações necessárias. Não vai ser em poucos minutos que vamos saber o que houve nas privatizações. O próprio Ministro disse que já teria privatizadas 60 empresas no Brasil, e que a arrecadação chegaria a R$80 bilhões. Creio que eu e o povo, por exemplo, não sabemos onde estão esses R$80 bilhões nem quais são as empresas que foram privatizadas. Portanto, tudo está incompleto.

Os Srs. Senadores foram eleitos para quê? Para acompanhar, para fiscalizar, para exercitar o direito de fazer uma CPI, o direito de procurar investigar tudo o que interessa a este País, tudo o que interessa à administração pública.

Por que vamos ficar calados? Há interesse em quê? Se assistimos ontem ao ex-Presidente do BNDES dizer que o Banco do Brasil financiou as privatizações, nós, Senadores, vamos ficar de braços cruzados, vendo essa troca de papéis no País? Não sei quantos dólares ou reais entraram nessas negociações e não sei quanto de moeda podre foi usado.

Por tudo isso, Sr. Presidente, fiz um requerimento, a que dei entrada hoje na Casa. Não tendo conhecimento dos fatos – não é com aquele depoimento que vamos saber de tudo o que aconteceu -, estou solicitando ao Ministro da Fazenda informações sobre quais foram as empresas privatizadas no atual Governo, quais os valores apurados no total e, em cada privatização, a especificação do que foi arrecadado em títulos da dívida pública – na maioria deles, podres. E os títulos podres não valem nada. Uma empresa como a Vale do Rio Doce foi vendida por três bilhões e pouco, quando ela, mal administrada, estava dando lucro de 500, 600 milhões por ano; só na Amazônia, os seus recursos minerais foram avaliados em um trilhão e tanto. E solicito ainda a informação de onde foram aplicados os montantes arrecadados nessas privatizações.

É isso o que me interessa. Pertenço à Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, que é praticamente uma CPI permanente. Eu gostaria que essa Comissão estivesse reunida. Também vou diri-

gir este requerimento a ela, pedindo maiores explicações sobre o valor dos juros dos empréstimos para comprar essas empresas. Imagino que o Governo Federal está tomando dinheiro a 40% ou mais ao ano fora do País, para daqui a pouco emprestar, com juros de 4% ou 5% ao ano, para a compra de uma empresa brasileira. Por isso é que desejamos esclarecimentos.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO) – Pois não, concedo a V. Exª o aparte.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Nobre Senador Ernandes Amorim, sem sombra de dúvida, os posicionamentos ideológicos devem ser respeitados a partir do momento em que se compreendem os lados. Afinal, são os contrários que movem a história. De um lado, um governo implantando uma mentalidade desestatizante. Ora, um governo, portanto, liberal. E esse desafio tornou-se o grande desafio do Governo a partir do momento em que optou pelas reformas institucionais e por um caminho. Privatizar, nobre Senador, com o objetivo realmente de passar para a sociedade o controle total da economia num mercado livre e aberto. Essa é a proposta que está em discussão. Agora, a questão da condução através dos editais, os acompanhamentos através dos seus respectivos Ministros, os interesses acirrados das partes, principalmente do empresariado. O Governo brasileiro não poderia, de maneira alguma, deixar de abrir mão de abrir linhas de financiamentos onde haja um patrimônio garantido, para dar oportunidades também ao empresariado nacional, para poderem participar também das privatizações. São pontos de vista diferentes, são maneiras de ver diferentes. Não tenho nada contra V. Exª, muito pelo contrário: foi um embate mais de ordem ideológica, de compreensão e interpretação. Mas respeito a posição de V. Exª. Eu estava ao seu lado no início do mandato. V. Exª é testemunha disso. Mas, dentro do nosso coleguismo, eu gostaria de ter oportunidade de conversar com V. Exª, ou no seu gabinete ou no meu, pois talvez possamos chegar a um consenso, e V. Exª retire o seu nome da CPI. Muito obrigado.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO) – Na realidade, o Senador Gilvam Borges ainda não entendeu que eu vim para cá para ser Senador da República. Quando cheguei aqui, sofri todas aquelas acusações, mas não me recusei, em momento nenhum, de abrir mão do meu sigilo bancário e da minha imunidade parlamentar. Mandei vários requerimentos à Mesa do Senado para apurar o que aconteceu comigo. Não é isso que está acontecendo com esse problema agora.

Voltando à questão das privatizações, evidentemente, privatizar e vender pelo preço real é uma coisa; privatizar e fazer que vende e não vende, ou melhor, pega o dinheiro do Banco do Brasil, que é governo, ou do BNDES, que é governo e é povo, vai privatizar uma empresa e compra com o próprio dinheiro do Governo, não está privatizando: está beneficiando alguns grupos. Isso não é privatizar. Quando me manifestei a favor da CPI, não estou querendo abrir CPI contra o Presidente da República, nem contra Ministro. A CPI é para averiguar, para buscar, esclarecer todos os fatos e denúncias que saíram na imprensa. O que não podemos é deixar de apurar nesta Casa; os Senadores não podem dar as costas a problemas dessa natureza. Daqui a pouco, o cidadão veio aqui e explicou; a mim não convenceu; caberia agora a mim e a outros Senadores que não estão convencidos apurar corretamente o que houve. Amanhã a imprensa vai continuar trabalhando e vão aparecer mais problemas: filho de fulano de tal envolvido, outro com ordem de pagamento para tal lugar. Daqui a pouco vai se ver que o número de pessoas envolvidas nesse problema é maior.

Então, o que Senado deve fazer? Usar as suas prerrogativas e criar uma comissão de inquérito para apurar os fatos.

Mas, na verdade, eu não vim aqui falar desses problemas. Vim a esta tribuna para discutir um problema sério, que é o problema dos municípios, que é o problema dos Estados, que é o problema da falta de recursos e apoio aos municípios, que hoje têm uma função importante nesse contexto geral, nessas mudanças que aí estão.

O município é o responsável pela maioria das ações. Não obstante isso, os cortes do Orçamento atingem principalmente os municípios, que estão ficando a cada momento mais pobres, com maiores obrigações. Por isso é que trouxemos aqui algumas palavras sobre esse assunto.

Sr. Presidente, ocupo esta tribuna para lançar um grito de alerta aos governadores dos pequenos Estados, em especial, aos da Região Norte, para que se unam às suas Bancadas em defesa de seus Estados, pois os novos pacotes e medidas provisórias em curso no Congresso Nacional buscam anular o art. 1º da Constituição Cidadã, que consagra: "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito

Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito (...)". Diferentemente das constituições anteriores, a atual Constituição consagra o município como ente federativo, dispondo, expressamente, a seu respeito, nos seus arts. 29 e 31.

Na prática, de nada adiantou essa elevação dos municípios a entes da Federação, haja vista que não houve a indispensável distribuição de receitas públicas, para que os municípios pudessem realizar tudo o que se insere em sua área de competência privativa.

É inconcebível que uma unidade administrativa da Federação esteja sujeita aos humores e dissabores dos tecnocratas da União e dos Estados em que se situa. Não podemos permitir que permaneça a fragilidade dos municípios, que com uma só canetada do Governo Federal ou estadual tumultue e transforme em profundo caos a sua vida financeira, reduzindo-os à insolvência e, em conseqüência, à impossibilidade de gerir seu peculiar interesse.

Os Estados, por sua vez, também se encontram sujeitos às boas graças dos dirigentes da União. Isso é intolerável. Precisamos acabar com essa odiosa tutela. Temos de lutar pela independência dos Estados e municípios, que precisam ter rendas suficientes para atender a tudo o que se insere em sua área de competência.

Com essa tutela da União, hoje isso não ocorre. Se hoje outra é a realidade, grande parte da culpa cabe aos governadores e prefeitos, que não trabalham em sintonia com a sua bancada federal, em especial com os Senadores, pois o desequilíbrio na Câmara dos Deputados em relação às bancadas do Sudeste, Sul e Nordeste é esmagador, enquanto no Senado Federal a bancada é de três Senadores por Estado, o que estabelece o devido equilíbrio. Assim, os nossos governadores e prefeitos acabam se conformando com essa situação desigual.

Por um imperativo de justiça, reconheço que nós, parlamentares, somos os grandes culpados, que com os nossos votos sacramentamos o avanço voraz da União sobre as receitas dos Estados e municípios, que vem gerando a crise que atormenta os nossos governadores e prefeitos.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é inquestionável que, com os sucessivos pacotes editados com o aval do Congresso Nacional, cada vez mais, Estados e municípios passaram a ser escravos da União, sacrificados em suas receitas públicas a ponto de caírem em estado de insolvência, com todas as conseqüências daí decorrentes.

O FEF – Fundo de Estabilização Fiscal – confisca recursos dos Estados e municípios, devidos pela União por imperativo constitucional. Acrescente-se ainda a malfaldada Lei Kandir, que, com o objetivo de favorecer as exportações, desonera o ICMS e promete repor aos Estados o prejuízo com esses desfalques, o que, na realidade, não passa de quimera.

E o problema vai se agravar mais ainda, pois, no pacote em tramitação no Congresso Nacional, o FEF deve dobrar, ou seja, passará para 40%, o que, na prática, implica falência de centenas de municípios. É urgente que Estados e municípios se mobilizem contra isso, a fim de derrubar essa pretensão nefasta da área econômica do Governo Federal.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é importante que os Srs. Senadores sejam sensibilizados e vejam que chegou a hora de salvar os nossos Estados e municípios, e não escravizá-los, ainda muito mais, à tutela da insaciável área econômica do Governo Federal.

O que constatamos é que vivemos hoje a ditadura dos economistas, que transformaram a República Federativa em República Unitária, com seus governadores e prefeitos transformados em meros coadjuvantes e delegados do poder central, sem condições efetivas de cumprirem seu papel constitucional.

Temos que repensar esse modelo, precisamos de um novo e sério pacto federativo, consagrando direitos, obrigações e limitações de todos os entes federativos, com a conseqüente atribuição de receitas suficientes para que cada qual possa cumprir suas reais atribuições, sem necessidade de andar de pires na mão a mendigar recursos em outras esferas.

Entendemos que somente assim teremos municípios fortes e sadios, capazes de cumprir seu verdadeiro papel na construção de um país forte e democrático.

Os Estados, por sua vez, devem ser vistos sob nova ótica, com um redesenho de sua função constitucional, com diminuição de suas reais atribuições e conseqüente redução de seus recursos.

Com o pacto federativo, à União deveriam caber 30% de todas as receitas públicas; aos Estados caberiam 20%, restando 50% para os municípios. Entendo que os municípios necessitam de metade dos recursos públicos nacionais, porque a eles devem ser transferidos quase todos os serviços públicos que hoje integram o elenco estadual e parte do federal.

Nunca é demais lembrar que é nos municípios onde vive a população e onde os seus problemas precisam ser equacionados e resolvidos.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o povo mora nos municípios e é lá que devem ter seus problemas resolvidos quando eles surgirem. O que se vê ultimamente é que os recursos são carreados todos para o Governo Federal. Para retornar à base de arrecadação, as dificuldades são grandes. Principalmente no que diz respeito aos pequenos Estados, a força parlamentar só é equilibrada no Senado, onde há três Senadores por Estado, qualquer que seja o seu tamanho.

São Paulo tem 74 Deputados federais; Rondônia, Acre, Amapá e Amazonas têm 8 Deputados federais. Se dependermos das votações na Câmara dos Deputados, evidentemente, vamos ficar prejudicados em alguns interesses. Por isso é que sempre tenho chamado a atenção desta Casa para a necessidade de uma maior união entre os parlamentares, principalmente os dos pequenos Estados. Se houver essa união, estaremos mais fortes para defender os interesses relativos ao desenvolvimento dos pequenos Estados.

Por isso, Sr. Presidente, quero só reafirmar: temos de exercer esse mandato de Senador com autonomia, com soberania e não com subserviência. Há muitas pessoas aqui que, por serem diplomatas, escritores ou intelectuais, pensam que as pessoas não sabem que nesta Casa tem-se que ser mais sério, que nesta Casa tem-se que trabalhar em prol do povo, que nesta Casa tem-se que deixar de ser subserviente, que nesta Casa nós, Senadores, temos que aprovar o que interessa ao povo.

Tenho visto aqui Senadores esquecerem o interesse do povo e aprovarem matérias que o prejudicam. Às vezes se diz "fulano é oposição, fulano é radical". Não se trata de discutir isso. Viemos aqui para defender interesses do povo. Se todos nós não estivermos de um lado só, evidentemente, essa democracia não vai chegar a lugar algum, e a população brasileira vai ficar submetida a esses horrores pelos quais o Brasil está passando. Há uma maioria avassaladora aqui nesta Casa e em outros setores que não tem reconhecido o direito do cidadão, o direito do povo. Por isso, não gostei do posicionamento do Senador Gilvam Borges, principalmente da maneira desdenhosa com que S. Exª me tratou. Não aceito esse tipo de tratamento, principalmente vindo de um colega. S. Exª não é mais sabido do que ninguém, não é melhor do que ninguém, todos nós aqui somos Senadores e devemos respeitar uns aos outros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade, por cessão do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho tratar hoje de uma questão singela, mas importante. É algo que tem incomodado a mim e a muitas pessoas que têm assistido à propaganda oficial do Governo, especificamente, a propaganda do Banco do Brasil. Nos últimos tempos, vem aparecendo uma propaganda do Banco do Brasil que considero uma das propagandas mais idiotas que já vi na minha vida.

Em se falando em propaganda, o Governo Fernando Henrique é um governo que gasta muito com esse setor. Creio que os meios de comunicação, as rádios, os jornais, vivem basicamente dos governos. E nenhum governo foi tão pródigo em proteger, financiar, apoiar e sustentar os meios de comunicação como o Governo Fernando Henrique Cardoso. São R$500 milhões por ano de propaganda, é R$1,5 milhão por dia de propaganda. Significa, Senador Casildo Maldaner, o equivalente ao direito que cada parlamentar tem de apresentar emendas no Orçamento da União e que são cortados, evidentemente.

Hoje temos o direito de apresentar R$1,5 milhão de emendas no Orçamento para atender a obras e necessidades da população que representamos. Ora, o Presidente Fernando Henrique gasta R$1,5 milhão por dia em propaganda do seu Governo.

Propaganda é necessário. A Constituição reconheceu a propaganda oficial, mas estabeleceu regras para que ela fosse feita. O art. 37, § 1º, da Constituição brasileira, diz o seguinte:

> "§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos."

Portanto, a propaganda oficial deve ser educativa, informativa.

O que temos assistido na propaganda específica do Banco do Brasil é algo absurdo, monstruoso. Aparecem dois cidadãos, falando como se estivessem a 190 anos da nossa época, tratando o Banco do Brasil como se existisse há 190 anos e não diz

absolutamente nada. Ora, quero aqui protestar contra essa propaganda.

Estou, Sr. Presidente, apresentando um requerimento de informação ao Ministro da Fazenda. Quero saber quanto o Banco do Brasil está gastando em propaganda. Quero saber quem são as agências contratadas para fazer essa propaganda. Quero saber quais são os canais de televisão que estão recebendo e quanto estão recebendo por essa propaganda idiota, imbecil, que está sendo veiculada nas emissoras de televisão do nosso País.

O Banco do Brasil, uma instituição tão importante para a nossa Pátria, deveria fazer a sua propaganda informando ao povo do nosso País os seus programas, os seus programas de crédito, a forma de acesso da população aos seus serviços. O Banco do Brasil deveria explicar como está financiando o comércio exterior, tão necessário às exportações brasileiras, deveria explicar quais são as linhas de financiamento agrícola, quanto está destinando a financiamento agrícola, à pecuária, à avicultura, à piscicultura. Deveria informar ainda qual é a forma de acesso e qual é a taxa de juros que se está pagando. O Banco do Brasil deveria informar qual é o seu financiamento à indústria, qual é a taxa de juros, qual é o incentivo. Deveria informar também qual é o financiamento ao comércio, ao setor de serviços, ao fundo constitucional que no caso da Região Centro-Oeste, do Senador Júlio Campos, é o Banco do Brasil que administra; informar como é que o trabalhador tem acesso a esse fundo.

Mas não, o Banco do Brasil veicula dez, quinze ou vinte vezes por dia essa propaganda. Não sei por que, mas todo o tempo que ligo a televisão está lá essa propaganda idiota, imbecil sendo veiculada: dois cidadãos falando 190 anos à frente de um Banco do Brasil há 190 anos, sobre algo que eles mesmos desconhecem, em locais absurdos. Isso é um desperdício de dinheiro! Se a direção do Banco do Brasil está com medo de que se privatize o banco, então que confesse esse medo. A impressão que dá a propaganda é que o Banco do Brasil está afirmando o seguinte: bom, daqui a 190 anos nós ainda estaremos existindo. Se ele está com medo da privatização, então que o diga, que o confesse. Não é com uma propaganda imbecil e idiota como essa que se vai fazer com que o Banco do Brasil permaneça.

Recomendo que o Banco do Brasil se torne um banco popular, um banco que ajude o povo, um banco que ajude nossa economia, um banco que explique as coisas que faz, porque há coisas positivas. Nós sabemos disso e queremos e lutamos pela manutenção do Banco do Brasil, mas ele tem que explicar, por exemplo, por que o cheque especial chega a juros de 10% ao mês, numa verdadeira agiotagem. Não é culpa dele, mas do Governo, que impõe a cobrança desses juros enquanto persegue agiotas pelo País inteiro. Acho que devem ser perseguidos, mas o próprio Governo não deixa de ser um verdadeiro agiota do povo brasileiro. Como é que, numa economia estabilizada, com inflação de menos de 1% – talvez neste ano inteiro a inflação não chegue a 1% - , cobram-se juros de cheque especial de 10% ao mês? O Banco deveria explicar-se.

Mais do que isso, a CPMF, para quem tem saldo devedor, é cobrado duas vezes: na entrada do saldo devedor e na sua cobertura. O cidadão que cai na infelicidade de possuir saldo devedor no Banco do Brasil paga duas vezes a CPMF; em vez de 0,2%, ele paga 0,4%. Esses fatos é que deveriam ser explicadas na propaganda oficial desse Banco.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA) – Concedo o aparte, com muita alegria, ao Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Ademir Andrade, quero, de coração, cumprimentá-lo pela exposição que faz em relação a esse tema. Várias vezes tenho-me questionado a respeito do porquê disso. O Banco do Brasil, na verdade, é um instrumento do Governo até como atividade fim. Defendo muito a interiorização do desenvolvimento do Brasil. Várias vezes levantei essa tese aqui. O Banco do Brasil, diria, é o meio que o Governo detém, um instrumento, para que recursos do BNDES, recursos que venham daqui ou de lá, do exterior, através do Banco do Brasil, que é um instrumento de política de desenvolvimento do Governo, sejam levados a todo o Brasil, ao interior e a todos os lugares, interiorizando o desenvolvimento. Esse é o instrumento que o Governo detém, que o Brasil detém. Não vejo razão, não compreendo quando começa a promover propaganda do próprio Banco em relação aos seus concorrentes, porque não há concorrência entre os bancos. O Banco do Brasil está acima disso. Eu diria que o Banco do Brasil precisa servir como um parâmetro, que o Governo detém em mãos até para normatizar atividades de outros bancos no Brasil, como forma de atender as suas políticas em desenvolvimento, as suas políticas médias, pequenas, para ajudar, enfim a Nação como um todo. Eu diria, mais uma vez, como um parâmetro, na verdade. E aí fazer a propaganda de si mesmo,

para concorrer com os demais, com os bancos privados, particulares, não vejo razão para isso. Ainda mais, Senador Ademir Andrade, nós que estamos a conviver, estamos com uma proposta de ajuste fiscal, de contenção de todos os lados, cercando daqui e de lá, procurando fazer com que o setor produtivo contribua com mais, os trabalhadores também, e aí vemos um banco, que é do Governo, fazendo propaganda de si mesmo, gastando como diz V. Exª, os dados estão aí, R$500 milhões por ano, ou seja, R$1,5 milhão por dia, não dá para entender. V. Exª tem toda razão em dizer que ele deve ser um instrumento para dizer qual é a política de desenvolvimento, qual é a política para o pequeno produtor, quanto vai cobrar, como vai fazer, o que vai ter para isso, para aquilo, o pequeno empresário, como vai atuar nesse tipo de política aqui ou acolá, como está desenvolvendo o Centro-Oeste, o Norte, o Sul, em todos os lugares do Brasil. Quer dizer, em vez de fechar agência onde não dá lucro, dever-se-ia motivá-la a ajudar a pequena comunidade a se organizar, para que se desenvolva, evitando-se o êxodo. Porém, cobrar mais do consumidor, para fazer propagandas de si mesmo, não vejo razões. Por isso, quero cumprimentar V. Exª de coração. Não é só o caso do Banco do Brasil, há a Caixa Econômica Federal e a Petrobrás. V. Exª aborda o tema num momento oportuno.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA) – Agradeço o aparte de V.Exª, Senador Casildo Maldaner, mas, em termos de propaganda imbecil, igual a essa, nunca vi na minha vida. Repito que, se o Banco do Brasil tem medo da sua privatização, da sua extinção e do seu futuro, não é com esse tipo de propaganda idiota que irá resolver a questão.

Cito o exemplo do Banco da Amazônia, um banco oficial e regional. A política do Governo Fernando Henrique Cardoso é extinguir todos os bancos públicos de nosso País e conseguiu fazer isso na maioria dos Estados brasileiros: dos 27, apenas 5 resistem com seus bancos oficiais, a quase totalidade foi privatizada ou está na iminência de ser privatizada. Mas o Banco da Amazônia, no Pará, por trabalho nosso, por dedicação nossa neste Congresso Nacional, administra o Fundo Constitucional do Norte na nossa Região. Criamos o Fundo para desenvolver as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. O Nordeste é administrado pelo Banco do Nordeste; o Norte, pelo Banco da Amazônia. Na Região Centro-Oeste tentamos criar um banco, mas é o Banco do Brasil que administra os fundos constitucionais da Região Centro-Oeste.

No Banco da Amazônia, conseguimos fazer com que os recursos do Fundo fossem destinados ao pequeno trabalhador, criando-se o FNO especial. Hoje, o FNO atende, em sua maioria, trabalhadores rurais, pequenos produtores, microprodutores, o pescador artesanal. Isso foi fruto de grande mobilização do povo da Região Norte. Quando o FNO foi criado, servia exclusivamente aos industriais e aos latifundiários, porque não era permitido emprestar a quem não tivesse o documento da terra. A mobilização dos trabalhadores do Pará, num movimento chamado "Grito da Terra", fez com que o Conselho Monetário Nacional mudasse sua política e estabelecesse que recursos poderiam ser destinados a trabalhadores que não tivessem o documento da terra, mas que estivessem associados a cooperativas ou a associações. Isso foi feito.

Ora, no momento em que o Governo Fernando Henrique Cardoso tentou reduzir a força do Banco da Amazônia, tentou falar em privatização – vimos um documento que caminhava para privatização do Banco da Amazônia -, houve uma reação em massa dos trabalhadores do Pará. A Fetagri, os sindicatos de trabalhadores rurais, as organizações populares, as cooperativas do Norte do País reuniram-se contra qualquer possibilidade de extinção do Banco da Amazônia.

O Banco da Amazônia se tornou um banco popular, um banco que atende às necessidades do povo, um banco que tem hoje o apoio da sociedade na defesa da sua permanência, na defesa do seu fortalecimento. É desta forma que o Banco do Brasil vai permanecer pela eternidade. Não é com uma propaganda idiota e imbecil, como esta, que está veiculada nos meios de comunicação.

Por isso, faço este requerimento com o objetivo de corrigir essa distorção e esse erro. E peço ao Ministro da Fazenda que atente para este fato, que passe as informações ao Senado da República que, tenho certeza, verificará o absurdo do erro que se está cometendo.

Nós queremos fortalecer o Banco do Brasil, mas queremos que ele seja uma instituição que informe ao povo as suas linhas de crédito, os seus serviços, o seu trabalho, que apóie a população, que promova o desenvolvimento, porque esta é a finalidade para a qual ele sempre existiu e deverá continuar existindo.

Portanto, chamo a atenção do Governo para este fato, que considero um verdadeiro erro, que não está incomodando apenas a mim, está incomodando inúmeras pessoas que comentaram esta pro-

paganda, que está massivamente sendo veiculada – são dez, quinze vezes por dia – nos canais de televisão, que, infelizmente, não diz absolutamente nada. Uma mensagem que, volto a qualificar, a mais idiota que já vi em todo o sistema de propaganda do Governo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu já estava quase desistindo de ocupar esta Tribuna em virtude do não cumprimento da agenda de inscrição por parte da Mesa Diretora que, lamentavelmente, inventou uma nova fórmula de conceder a palavra para pequenas explicações e deixou o tempo correr nos procunciamentos dos oradores que me antecederam. Porém, infelizmente, sou obrigado a ficar aqui para fazer o meu pequeno pronunciamento relacionado a um assunto que interessa à opinião pública brasileira.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil terá grandes dificuldades para competir de forma adequada na economia globalizada se continuar a manter o excesso de burocracia hoje existente e que chega a consumir até 40% das horas trabalhadas em algumas empresas, conforme depoimento do Sr. Joseph Couri, Presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (SIMPI).

Além da grande teia de leis, decretos, portarias, instruções normativas e outros atos emitidos por autoridades dos mais diversos escalões, os empresários brasileiros são obrigados a manter grande número de funcionários encarregados exclusivamente de cumprir exigências fiscais, tributárias, previdenciárias, do meio ambiente, para mencionar apenas algumas delas.

Para grandes empresas, com grandes dificuldades, principalmente em decorrência da acirrada concorrência hoje existente em nível mundial, ainda é possível absorver esses enormes custos, rateados por uma grande produção, permitindo a sobrevivência da empresa a duras penas.

O mesmo não ocorre em relação às pequenas e médias empresas, que operam com grandes dificuldades na obtenção de capital de giro, na manutenção de um quadro de funcionários e tendo que enfrentar a concorrência nacional, a internacional e, pior de tudo, a daqueles que não cumprem suas obrigações fiscais, tributárias e previdenciárias.

Assim, muitos pequenos empresários – verdadeiros heróis, responsáveis pela geração da grande maioria dos empregos estáveis existentes em nosso economia – são obrigados a atuar na clandestinidade, na economia subterrânea, não por uma inclinação pessoal à sonegação ou à marginalidade, mas por uma questão de vida ou morte, por uma necessidade de sobrevivência, o que até mesmo configura motivo de força maior.

Não estamos aqui, absolutamente, para defender a sonegação fiscal, a evasão tributária, a fraude previdenciária, a inadimplência nem o descumprimento de obrigações legais; não queremos defender qualquer comportamento ilícito.

Queremos, sim, alertar as autoridades de todos os níveis para o perigo existente no excesso de burocracia, no grande número de mudanças em normas legais, que atormentam a vida dos empresários e de todos os cidadãos.

Basta citarmos o que ocorreu somente em 1997: a revista **Informações Objetivas (IOB)** publicou 3.800 páginas com alterações da legislação tributária brasileira – uma média de 19 páginas de modificações tributárias por dia -, o que representa verdadeiro escândalo administrativo, pois é impossível até mesmo ler e, muito pior, conseguir administrar e cumprir esse verdadeiro cipoal legislativo.

Em algumas empresas, 13% dos funcionários são pagos exclusivamente para cumprir procedimentos legais impostos pelo Governo Federal.

Quando somamos as exigências emanadas de autoridades federais com as das autoridades estaduais e municipais, podemos ver que grande parte do chamado Custo Brasil decorre de uma burocracia ineficiente e geradora de entraves ao desenvolvimento de nossas atividades produtivas.

Com isso, muitas pequenas e médias empresas vão à falência, por terem seus custos muito elevados e sem condições de concorrer num mercado cada vez mais competitivo e mundializado, pois não podem sobreviver num país onde existem 58 diferentes tipos de obrigações tributárias, 58 tipos de impostos diferentes tem o Brasil.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, muitos brasileiros, hoje, gastam grande parte de seu tempo, e de suas vidas, em filas de cartórios e de repartições públicas federais, estaduais e municipais, de estabelecimentos bancários, tentando conseguir certidões dos mais diversos tipos, atestados, carimbos, firmas reconhecidas; encaminhando papéis e processos e pedindo encarecidamente para que seus

pleitos não sejam engavetados pelas teias burocráticas.

Às vésperas do século XXI, com o Brasil tentando se modernizar e competir favoravelmente em termos mundiais, não mais podemos tolerar a manutenção desse estado de coisas lamentável.

É chegado o momento de fazermos uma verdadeira revolução na administração pública brasileira, para que o conceito de servidor público tenha validade, para que o público receba – em troca de seus impostos, taxas e contribuições compulsórias – um tratamento adequado e um serviço compatível com as exigências de uma sociedade moderna e de uma das dez maiores economias do mundo.

É preciso repensar o Governo, em todos os seus níveis e instâncias, é preciso estabelecer novas técnicas de administração pública compatíveis com o Terceiro Milênio.

Não mais podemos conviver com um país em que se criam dificuldades para vender facilidades – veja bem, num país em que se criam dificuldades para vender facilidades: não se trata de simplesmente recriarmos o antigo Ministério da Desburocratização. Devemos sim criar condições políticas, institucionais e administrativas para que nossas atividades produtivas não sejam prejudicadas por práticas ultrapassadas e processos burocráticos que nos lembram o mundo da ficção realista de Franz Kafka.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os eminentes Senadores e Senadoras, membros desta Casa do Congresso Nacional, todos com grande experiência na vida administrativa, política e empresarial, conhecem perfeitamente as enormes dificuldades existentes no combate aos excessos da burocracia.

Não se trata da solução simplista de decretarmos o fim da burocracia, numa atitude pueril e descolada da realidade nacional e internacional, pois a burocracia é necessária, existe em todos os países desenvolvidos e civilizados.

O objetivo imediato desse nosso pronunciamento é pedir o apoio de todos os eminentes Senadores e Senadoras para uma ação firme e decidida em prol da desburocratização do nosso Brasil, pois só assim teremos condições de oferecer aos brasileiros melhores condições de vida neste fim de século e no Terceiro Milênio.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Pois não. Ouço, com muita honra, o aparte de V. Exª.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Quero apenas registrar, apesar do adiantado da hora, a proposta de V. Exª, quando pede a desburocratização, quando apela para a simplificação. Valeu a pena V. Exª esperar para falar, porque, com o novo sistema de comunicação, não apenas esta Casa, mas todo o Brasil pôde acompanhar o seu pronunciamento e verificar a preocupação de V. Exª no sentido de simplificarmos os mecanismos que aí estão. Vamos desburocratizar e ser mais diretos e transparentes; vamos tentar, como disse V. Exª – usando novamente esta expressão – simplificar o acesso aos órgãos públicos para que todos possam entender melhor os fatos. Com isso, vamos economizar. Parabéns pela tese, pela exposição que V. Exª fez tão bem sobre o tema.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado. Incorporo com muita honra o aparte de V. Exª ao meu pronunciamento, nobre Senador Casildo Maldaner. V. Exª, que já foi Governador do Estado de Santa Catarina, sabe muito bem o quanto é difícil a teia administrativa, tanto no âmbito federal, estadual ou municipal. A burocracia também está emperrando o desenvolvimento do Brasil, e o cidadão comum, aquele que paga os seus impostos, que quer crescer, cada vez mais está sendo sufocado pelas dificuldades em conseguir documentos, em tirar certidões. É uma parafernália tão grande de documentos, de papéis que se exige para qualquer coisa neste País que realmente ficamos impressionados com o fato de o Brasil ainda conseguir crescer; ele cresce quase que por conta própria, porque se fosse depender dos organismos públicos, o País estaria praticamente paralisado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Casildo Maldaner, último orador inscrito.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Colegas, serei breve.

Tenho aqui comigo um pronunciamento sobre outra versão, inclusive por escrito, mas vou deixá-lo de lado para analisar, em poucos minutos, aquilo que o Senador Roberto Freire, no dia de hoje, já expôs neste plenário, qual seja, as considerações que o Relator do Orçamento para o ano que vem, o Senador Ramez Tebet, também expôs e inclusive o que o Senador Ademir Andrade ainda há pouco analisou desta tribuna: os gastos públicos. Devemos examinar como vamos enfrentar um Orçamento bastante enxuto para o ano que vem; como vamos atra-

vessar os momentos que se avizinham de contenção dos recursos públicos.

O Senador Ademir Andrade, ainda há pouco, referiu-se aos gastos com propaganda que o Banco do Brasil vem fazendo. Inclusive eu o aparteei para concordar com o seu posicionamento, sobre a maneira pela qual se propagam os recursos do Banco do Brasil, quando precisamos ter um banco para ser o normatizador das atividades; para ser, na verdade, um instrumento de desenvolvimento do Governo. Não há razão de ser nos gastos com propaganda de si mesmo para concorrer com os seus irmãos, da maneira como são gastos recursos na base de RS$500 milhões por ano, ou RS$1,5 milhão por dia.

É claro que poderíamos discorrer sobre outras atividades, de excessos de gastos que o Governo poderia reduzir no campo do Executivo. Precisamos analisar com carinho o Orçamento do ano que vem.

O Governo apresenta um corte de RS$8,6 bilhões para o próximo exercício não somente no Executivo. Nós, do Legislativo, também temos que verificar onde poderemos conter gastos, para que possamos, em conjunto, até em solidariedade com o povo brasileiro, enfrentar os próximos meses.

Sr. Presidente, nobres Colegas, em outros setores, como no Poder Judiciário, também precisa haver redução de gastos. Precisamos da compreensão dos Três Poderes neste momento.

Ainda ontem, alguns meios de comunicação noticiavam e divulgavam gastos excessivos no Poder Judiciário. Não sei se são excessivos, mas pelo menos são investimentos que, talvez, neste momento, poderiam ser adiados; poderiam ser suspensos. Ontem foi divulgado que no setor da Justiça do Trabalho serão investidos bilhões de reais, assim como na Justiça Eleitoral; são obras de construção ou de ampliação de espaços físicos. A sociedade, então, questiona essas obras. Nós, como representantes dos Estados, temos a obrigação de exteriorizar nesta Casa aquilo que ouvimos nas ruas, todos os dias, dos demais setores da sociedade; temos que trazer as dúvidas da população, com toda a sinceridade e transparência. Será que não é possível adiarmos um pouco esses investimentos na própria Justiça do Trabalho, no setor de construção e ampliação de espaços físicos? Em um momento tão difícil, quando se cortam gastos até no campo social, como na área da saúde, será que não é possível postergarmos um pouco essas obras? Será que o atual espaço físico não é o suficiente para se levar Justiça do Trabalho a todos os que precisam? Será que não é possível usar os próprios prédios da Justiça do Trabalho para se levar Justiça a quem necessita?

O mesmo ocorre em relação à Justiça Eleitoral. Há uma previsão de bilhões de reais para o próximo exercício; investimentos para a construção dos próprios edifícios, sedes ou ampliações para a Justiça Eleitoral em diversos Estados do Brasil. Refiro-me também aos Tribunais Regionais do Trabalho e aos Tribunais Regionais Eleitorais.

Todos sabemos que, de dois em dois anos, temos pleitos eleitorais no Brasil. Será que não é possível postergarmos investimentos desta envergadura? A Justiça Eleitoral, para que possa cumprir a sua finalidade, não poderia utilizar os prédios da Justiça comum de hoje, já que são os próprios juízes comuns que exercem momentaneamente, .ou nos tempos respectivos, a função de juízes eleitorais? Não se poderia atribuir essas funções nas próprias comarcas ou nos próprios tribunais de Justiça dos respectivos Estados, já que existe um espaço físico para, de dois em dois anos, quando acontecem os pleitos, atender o cumprimento no disposto na Lei Eleitoral? Será que não é possível darmos as mãos para que possamos atravessar este momento duro que a Nação está vivendo? Talvez assim, com essas contenções momentâneas, postergando investimentos, possamos enfrentar questões fundamentais, que não há como postergá-las, quer no campo social ou no da saúde. Creio que talvez o adiamento de algumas coisas não implicaria no não atendimento à comunidade.

Convoco todos os que pensam dessa forma para analisarmos essas questões colocadas no Orçamento para o próximo ano. Temos que enfrentamos essa fase com coragem. A Comissão Mista de Orçamento está debruçada sobre essa questão. Creio que esse é o melhor momento para analisarmos as prioridades fundamentais. Temos que deixar de lado privilégios, que poderão ser superados, e enfrentarmos o que é fundamental.

Sr. Presidente, ainda hoje o Relator da Comissão de Orçamento, Senador Ramez Tebet, analisava essa questão, levantada aqui pelo Senador Roberto Freire, a respeito das questões da Justiça do Trabalho de Pernambuco e de outras regiões do Brasil. Essa mesma questão também foi abordada pelo Senador Ademir Andrade em relação a gastos do Executivo com propagandas. Então, parece-me que neste momento precisamos nos debruçar com seriedade, com desprendimento e vermos o que deixaremos de lado temporariamente nessas questões fundamentais – repito -, que são impostergáveis,

para que possamos atender a questões indispensáveis para que o País, harmoniosamente, avance e supere esses momentos difíceis. Aí sim, com o desenvolvimento, teremos mais emprego, mais justiça social, mais fraternidade, que é a razão principal de estarmos aqui.

Os Poderes Legislativo, Executivo e o Judiciário creio que estão dispostos a essa conclamação. Todos, neste momento em que se analisa o Orçamento da União, temos a intenção de cumprir o que está disposto na Constituição: votá-lo até o dia 15 do próximo mês.

Portanto, Sr. Presidente, penso que devamos analisar o que é fundamental, prioritário para o País para os próximos meses. Está em nossas mãos!

Eram essas as considerações, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 569, DE 1998

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o previsto no § 2º, do art. 50 da Constituição Federal e, considerando que, por intermédio da Medida Provisória nº 1.667/98, o Governo Federal instituiu o Programa Emergencial de Frentes Produtivas, sob a responsabilidade da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste SUDENE, para o qual destinou R$600.000.000,00;

considerando que, por intermédio da Medida Provisória nº 1659/98 (atual 1.683/98), o Governo Federal instituiu o Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem na área de atuação da Sudene contando com recursos da ordem de R$450.000.000,00; e,

considerando a importância dos recursos extraordinários para municípios atingidos pela estiagem,

Requeiro seja encaminhado ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal o seguinte pedido de informações:

1) relação dos municípios atendidos com os recursos do Programa Emergencial de Frentes Produtivas, com o montante destinado a cada um, por estado;

2) informações sobre os trabalhos realizados nas frentes produtivas, benefícios gerados e dificuldades encontradas pela Sudene para a execução do Programa;

3) relação dos financiamentos concedidos a mini e pequenos produtores rurais, ao amparo do Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem, com o montante destinado a cada município, por estado;

4) informações sobre o número, montante e localizado das operações prorrogadas por força do disposto no art. 3º da Medida Provisória nº 1683/98;

5) perfil dos produtores beneficiados com os recursos do Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem, por estado e em cada um deles, o porte do produtor e o montante específico destinado a cada segmento;

6) informações sobre a destinação dos financiamentos concedidos no âmbito do Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem (custeio ou investimentos) e sobre as dificuldades e limitações porventura enfrentados na execução do Programa.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 1998. – Senador **Lúcio Alcântara**

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.687-1
DE 29 DE JUNHO DE 1998

Institui o Programa Emergencial de Frentes Produtivas e dá outras providências.

.....

Art. 8º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.667, de 5 de junho de 1998.

Art. 9º Esta Medida Provisória entra em vigor de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se a Medida Provisória nº 1.667, de 5 de junho de 1998.

Brasília, 29 de junho de 1998; 177º da Independência e 110º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº1.687-5
DE 26 DE OUTUBRO DE 1998

Institui o Programa Emergencial de Frentes Produtivas e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Emergencial de Frentes Produtivas, com o objetivo de prestar assistência à população das regiões afetadas pela seca.

Art. 2º Fica autorizada a alocação, em depósitos especais remunerados, no Banco do Brasil S. A., da importância de até R$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, destinada à concessão de empréstimo, em caráter excepcional, à União, por intermédio do Ministério do Planejamento e Orçamento, para desenvolver as ações do Programa Emergencial de Frente Produtiva.

§ 1º A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE será o órgão responsável pela execução do Programa de que trata o artigo anterior.

§ 2º O depósito dos recursos será efetuado em até seis parcelas, observada a Reserva Mínima de Liquidez do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, de que trata o art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pela Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991.

§ 3º Caberá ao Ministro de Estado do Trabalho determinar a adoção das providências indispensáveis à alocação de que trata este artigo, independentemente de quaisquer outros atos de natureza administrativa.

Art. 3º Fica o Tesouro Nacional autorizado a emitir títulos públicos especiais, com registro no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, administrado pelo Banco Central do Brasil, como fim de lastrear o empréstimo a que se refere o artigo anterior.

Art. 4º O depósito dos recursos ora previstos será remunerado pelo Banco do Brasil S.A. ao FAT, com base na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescida de seis por cento ao ano.

§ 1º Os encargos correspondentes ao período compreendido entre a data de liberação dos recursos e a data equivalente, no mês anterior, à do primeiro pagamento de juros, serão incorporados ao principal.

§ 2º O principal será reembolsado em vinte e quatro prestações mensais, a iniciar-se no primeiro dia útil de junho de 1999.

§ 3º Cada prestação corresponderá ao resultado da divisão do saldo devedor atualizado até a data do seu vencimento, pelo número de prestações vincendas, inclusive a que estiver sendo reembolsada.

§ 4º Os juros incidirão sobre o principal atualizado e serão pagos junto com os reembolsos do principal, proporcionalmente aos seus valores atualizados.

Art. 5º Aplica-se o disposto no artigo anterior ao cálculo para pagamento dos encargos e amortização do empréstimo de que trata o art. 2º desta Medida Provisória, pela União, por intermédio do Ministério do Planejamento e Orçamento, ao Banco do Brasil S.A.

Art. 6º As leis orçamentárias anuais consignarão no orçamento do Ministério do Planejamento e Orçamento dotações específicas para o pagamento do principal e encargos decorrentes do empréstimo de que trata o art 2º desta Medida Provisória.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Medida Provisória no prazo de trinta dias, a contar da sua publicação.

Art. 8º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.687-4, de 25 de setembro de 1998.

Art. 9º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de outubro de 1998; 177º da Independência e 110º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.683-6
DE 26 DE OUTUBRO DE 1998.

Institui o Programa Especial de Financiamento para combate aos efeitos da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Especial de Financiamento a produtores rurais que tiverem suas atividades prejudicadas pelos efeitos da estiagem que assola a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

§ 1º O Programa Especial de Financiamento de que trata este artigo será operado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. e contará com recursos de R$450.000.000,00 (quatrocentos e cinqüenta milhões de reais) oriundos das seguintes fontes:

I – R$280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais) do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, criado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989;

II – R$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) do Fundo de Amparo ao Trabalhador –

FAT, instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990;

III – R$50.000.000,00 (cinqüenta milhões de reais) de programas administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

§ 2º Cinqüenta por cento dos recursos alocados ao Programa Especial de Financiamento de que trata esta medida provisória deverão ser destinados para os mini e pequenos produtores que explorem áreas de até quatro módulos rurais e, cumulativamente, sejam enquadrados nos critérios aplicáveis ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

§ 3º Com base na receita bruta anual obtida no exercício anterior, na atividade rural, considera-se, para os efeitos desta medida provisória:

I – grande produtor, aquele com receita superior a R$500.000,00 (quinhentos mil reais);

II – médio produtor, aquele com receita superior a R$80.000,00 (oitenta mil reais) e até R$500.000,00 (quinhentos mil reais);

III – míni e pequeno produtor, aquele com receita igual ou inferior a R$80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 2º Os financiamentos rurais contratados ao amparo do Programa Especial de Financiamento terão as seguintes condições:

I – juros:

a) de três por cento ao ano, nas operações de custeio;

b) de seis por cento ao ano, nos financiamentos de investimento;

II – prazos:

a) de até quatro anos, incluídos até dois de carência, nas operações de custeio;

b) de até doze anos, incluídos até quatro de carência, quando se tratar de créditos para investimentos;

III – limites de financiamento:

a) mini e pequenos produtores: R$15.000,00 (quinze mil reais)

b) médios produtores: R$35.000,00 (trinta e cinco mil reais);

c) grandes produtores: R$50.000,00 (cinqüenta mil reais).

Parágrafo único. Os financiamentos concedidos aos mini e pequenos produtores rurais terão rebate de cinqüenta por cento sobre as amortizações das parcelas do crédito utilizado.

Art. 3º Ficam os bancos oficiais federais autorizados a conceder prorrogação do vencimento de operações de crédito rural contratadas até 13 de maio de 1998, pelo prazo de dois anos, desde que o produtor comprove a perda da receita da exploração de sua propriedade rural, em decorrência dos efeitos da estiagem, e desde que o imóvel esteja localizado em município que atenda aos requisitos constantes do artigo seguinte.

Parágrafo único. Os administradores dos recursos mencionados no § 1º do art. 1º adequarão o retorno dos seus créditos aos novos prazos de retorno dos financiamentos prorrogados na forma do **caput**.

Art. 4º Serão beneficiários dos financiamentos objeto do Programa de que trata esta medida provisória os produtores rurais cujas unidades produtivas estejam situadas em municípios localizados na área mencionada no art. 1º, reconhecida em situação de emergência nos termos da legislação em vigor.

Art. 5º Serão de responsabilidade:

I – do FNE, o rebate de cinqüenta por cento do principal dos financiamentos a que se refere o parágrafo único do art. 2º.

II – do Tesouro Nacional, o diferencial entre as taxas de juros definidas no inciso I do art. 2º e a Taxa de Juros de Longo Prazo – TPLP, nos financiamentos realizados com recursos do FAT e do BNDES.

Parágrafo único. Na realização dos financiamentos de que trata esta medida provisória, os agentes financeiros federais dispensarão as comissões de serviço usualmente cobradas nas operações da espécie.

Art. 6º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.683-5, de 25 de setembro de 1998.

Art. 7º Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de outubro de 1998; 177º da Independência e 110º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 570, DE 1998

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o previsto no § 2º, do art. 50 da Constituição Federal e,

considerando que, por intermédio da Medida Provisória nº 1.667/98, o Governo Federal instituiu o Programa Emergencial de Frentes Produtivas, sob a responsabilidade da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, para o qual destinou R$600.000.000,00;

considerando que, por intermédio da Medida Provisória nº 1.659/98 (atual 1.683/98), o Governo Federal instituiu o Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem na área de atuação da Sudene, contando com recursos da ordem de R$450.000.000,00; e,

considerando a importância dos recursos extraordinários para municípios atingidos pela estiagem,

Requeiro seja encaminhado ao Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento o seguinte pedido de informações:

1) relação dos municípios atendidos com os recursos do Programa Emergencial de Frentes Produtivas, com o montante destinado a cada um, por estado;

2) informações sobre os trabalhos realizados nas frentes produtivas, benefícios gerados e dificuldades encontradas pela Sudene para a execução do Programa;

3) relação dos financiamentos concedidos a mini e pequenos produtores rurais, ao amparo do Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem, com o montante destinado a cada município, por estado;

4) informações sobre o número, montante e localização das operações prorrogadas por força do disposto no art. 3º da Medida Provisória nº 1.683/98;

5) perfil dos produtores beneficiados com os recursos do Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem, por estado e em cada um deles, o porte do produtor e o montante específico destinado a cada segmento;

6) informações sobre a destinação dos financiamentos concedidos no âmbito do Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem (custeio ou investimentos) e sobre as dificuldades e limtações porventura enfrentados na execução do Programa.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 1998. Senador **Lúcio Alcântara.**

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.687-1
DE 29 DE JUNHO DE 1998

Institui o Programa Emergencial de Frentes Produtivas e dá outras providências.

.....

Art. 8º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.667, de 5 de junho de 1998.

Art. 9º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se a Medida Provisória nº 1.667, de 5 de junho de 1998.

Brasília, 29 de junho de 1998; 177º da Independência e 110º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.687-5
DE 26 DE OUTUBRO DE 1998

Institui o Programa Emergencial de Frente Produtivas e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Emergencial de Frente Produtivas, com o objetivo de prestar assistência à população das regiões afetadas pela seca.

Art. 2º Fica autorizada a alocação, em depósitos especiais remunerados, no Banco do Brasil S.A., da importância de até R$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT destinada à concessão de empréstimo, em caráter excepcional, à União, por intermédio do Ministério do Planejamento e Orçamento, para desenvolver as ações do Programa Emergencial de Frentes Produtivas.

§ 1º A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, será o órgão responsável pela execução do Programa de que trata o artigo anterior.

§ 2º O depósito dos recursos será efetuado em até seis parcelas, observada a Reserva Mínima de Liquidez do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, de que trata o art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pela Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991.

§ 3º Caberá ao Minstro de Estado do Trabalho determinar a adotação das providências indispensáveis à alocação de que trata este artigo, independentemente de quaisquer outros atos de natureza adminstrativa.

Art. 3º Fica o Tesouro Nacional autorizado a emitir títulos públicos especiais, com registro no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, administrado pelo Banco Central do Brasil, como fim de lastrear o empréstimo a que se refere o artigo anterior.

Art. 4º O depósito dos recursos ora previstos será remunerado pelo Banco do Brasil S.A. ao FAT, com base na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescido de seis por cento ao ano.

§ 1º Os encargos correspondentes ao período compreendido entre a data de liberação dos recur-

sos e a data equivalente, no mês anterior, à do primeiro pagamento de juros, serão incorporados ao principal.

§ 2º O principal será reembolsado em vinte e quatro prestações mensais, a iniciar-se no primeiro dia útil de junho de 1999.

§ 3º Cada prestação corresponderá ao resultado da divisão do saldo devedor atualizado até a data do seu vencimento pelo número de prestações vincedas, inclusive a que estiver sendo reembolsada.

§ 4º Os juros incidirão sobre o principal atualizado e serão pagos junto com os reembolsos do principal, proporcionalmente aos seus valores atualizados.

Art. 5º Aplica-se o disposto no artigo anterior ao cálculo para pagamento dos encargos e amortização do empréstimo de que trata o art. 2º desta Medida Provisória, pela União, por intermédio do Ministério do Planejamento e Orçamento, ao Banco do Brasil S.A.

Art. 6º As leis orçamentária anuais consignarão no orçamento do Minstério do Planejamento e Orçamento dotações específicas para o pagamento do principal e encargos decorrentes do empréstimo de que trata o art. 2º desta Medida Provisória.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Medida Provisória no prazo de trinta dias, a contar da sua publicação.

Art. 8º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.687-4, de 25 de setembro de 1998.

Art. 9º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de outubro de 1998; 117º da Independência e 110º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.683-6
DE 26 DE OUTUBRO DE 1998.

Institui o Programa Especial de Financiamento para combate aos efeitos da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste SUDENE, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Especial de Financiamento a produtores rurais que tiverem suas atividades prejudicadas pelos efeitos da estiagem que assola a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

§ 1º O Programa Especial de Financiamento de que trata este artigo será operado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. e contará com recursos de R$450.000.000,00 (quatrocentos e cinqüenta milhoes de reais) oriundos das seguintes fontes:I – R$280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais) do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, criado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989;

II – R$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990;

III – R$50.000.000,00 (cinqüenta milhões de reais) de programas administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

§ 2º Cinqüenta por cento dos recursos alocados ao Programa Especial de Financiamento de que trata esta Medida Provisória deverão ser destinados para os mini e pequenos produtores que explorem áreas de até quatro módulos rurais e, cumulativamente, sejam enquadrados nos critérios aplicáveis ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

§ 3º Com base na receita bruta anual obtida no exercício anterior, na atividade rural, considera-se, para os efeitos desta Medida Provisória:

I – grande produtor, aquele com receita superior a R$500.000,00 (quinhentos mil reais);

II – médio produtor, aquele com receita superior a R$80.000,00 (oitenta mil reais) e até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

III – mini e pequeno produtor, aquele com receita igual ou inferior a R$80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 2º Os financiamentos rurais contratados ao amparo do Programa Especial de Financiamento terão as seguintes condições:

I – juros:

a) de três por cento ao ano, nas operações de custeio;

b) de seis por cento ao ano, nos financiamentos de investimento:

II – prazos:

a) de até quatro anos, incluídos até dois de carência, nas operações de custeio;

b) de até doze anos, incluídos até quatro de carência, quando se tratar de créditos para investimento;

III – limites de financiamento:

a) mini e pequenos produtores: R$15.000,00 (quinze mil reais);

b) médios produtores: R$35.000,00 (trinta e cinco mil reais);

c) grandes produtores: R$50.000,00 (cinqüenta mil reais).

Parágrafo único. Os financiamentos concedidos aos mini e pequenos produtores rurais terão rebate de cinqüenta por cento sobre as amortizações das parcelas do crédito utilizado.

Art. 3º Ficam os bancos oficiais federais autorizados a conceder prorrogação do vencimento de operações de crédito rural contratadas até 13 de maio de 1998, pelo prazo de dois anos, desde que o produtor comprove a perda da receita da exploração de sua propriedade rural, em decorrência dos efeitos da estiagem, e desde que o imóvel esteja localizado em município que atenda aos requisitos constantes do artigo seguinte.

Parágrafo único. Os administradores dos recursos mencionados no § 1º do art. 1º adequarão o retorno dos seus créditos aos novos prazos de retorno dos financiamentos prorrogados na forma do **caput**.

Art. 4º Serão beneficiários dos financiamentos objeto do Programa de que trata esta Medida Provisória os produtores rurais cujas unidades produtivas estejam situadas em municípios localizados na área mencionada no art. 1º, reconhecida em situação de emergência nos termos da legislação em vigor.

Art. 5º Serão de responsabilidade:

I – do FNE, o rebate de cinqüenta por cento do principal dos financiamentos a que se refere o parágrafo único do art. 2º;

II – do Tesouro Nacional, o diferencial entre as taxas de juros definidas no inciso I do art. 2º e a Taxa de juros de Longo Prazo – TJLP, nos financiamentos realizados com recursos do FAT e do BNDES.

Parágrafo único. Na realização dos financiamentos de que trata esta Medida Provisória, os agentes financeiros federais dispensarão as comissões de serviço usualmente cobradas nas operações da espécie.

Art. 6º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.683-5, de 25 de setembro de 1998.

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de outubro de 1998; 177º da Independência e 110º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

(Á Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 571, DE 1998.

Senhor Presidente,

Requeiro na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda solicitando as seguintes informações:

1) Quais empresas foram privatizadas no atual Governo?

2) Quais os valores apurados no total, e em cada privatização, especificando o que foi arrecadado em Títulos da Dívida Pública?

3) Onde foram aplicados os montantes arrecadados?

Justificação

Impõe-se as informações solicitadas para avaliação da execução dos planos de privatização realizados pelo governo a fim de cumprir uma das funções precípuas do Senado Federal que é exatamente a fiscalização e controle das ações do Estado.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 1998. – Senador **Ernandes Amorim.**

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 572, DE 1998.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o previsto no artigo 50, parágrafo 2º da Constituição Federal, seja encaminhado ao Senhor Ministro da Fazenda, a seguinte solicitação de informações, no âmbito do Banco do Brasil:

1) Qual foi o gasto total do Banco do Brasil em publicidade em 1998 até a presente data?

2) Que agência foram contratadas para execução dos serviços de publicidade e em que valores e finalidade?

3) Quais foram as modalidades de propaganda (institucional, produtos do Banco etc) e quanto foi investido em cada modalidade e em cada tipo de mídia (TV, rádios, revistas, jornais etc)?

Justificação

O Banco do Brasil tem aparecido na mídia e geral com publicidade da instituição que não fala nem especifica os serviços que presta à coletividade. São propagandas vazias, que nada dizem, contrariando o que orienta a lei e a Constituição.

Não se percebe esforços do banco em garantir a divulgação das suas linhas de crédito, que tipo de atividade e bens podem ser financiadas pela instituição, nem como é possível ter acesso a esses produtos e serviços.

Com as informações aqui requeridas, pretendemos fazer uma comparação entre o que o banco estatal investe em publicidade institucional e o que investe em campanhas de esclarecimento ao público e aos seus correntistas, como forma de fomentar a utilização de seus recursos em projetos de maior alcance social.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 1998. – Senador **Ademir Andrade.**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 3.167, de 1998, na origem, de 19 do corrente, encaminhando nova manifestação daquele Órgão, à luz da Resolução nº 78, de 1998, referente ao Ofício nº S/71, de 1998 (nº 2.074/98, na origem), que trata da operação de crédito baseada no Contrato de Confissão, Assunção , Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, firmado em 31 de março de 1998, entre a União e o Estado da Paraíba, com a interveniência do Banco do Estado da Paraíba – Paraiban, e do Banco do Brasil S/A, no valor total de duzentos e sessenta e seis milhões, trezentos e treze mil, seiscentos e onze reais e quinze centavos.

A matéria anexada ao processado do Ofício nº S/71, de 1998, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 3.168, de 1998, na origem, de 19 do corrente, encaminhando nova manifestação daquele Órgão, à luz da Resolução nº 78, de 1998, referente ao Ofício nº S/69, de 1998 (nº 2.071/98, na origem), que trata da operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ativos, celebrado em 13 de maio e 1998, entre a União e o Estado do Rio Grande do Norte, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, cujos recursos serão destinados ao saneamento daquele Estado, no valor de noventa e nove milhões e duzentos e noventa e três mil reais.

A matéria anexada ao processado do Ofício nº S/69, de 1998, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Não há mais oradores inscritos.

A Srª. Senadora Benedita da Silva e os Srs. Senadores Teotônio Vilela Filho, João Rocha e Edison Lobão enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento.

S. Exªs serão atendidos.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a importância da luta de Zumbi dos Palmares, de Dandara e de todos os quilombolas, muitos deles entre nós, principalmente aqueles que nas comunidades negras rurais, chamados remanescentes de quilombos ainda não tiveram suas terras tituladas, é fundamental.

É assustador que o país com a maior população negra, depois da Nigéria, tenha tão pequena representação negra no congresso, que todos sabemos fundamental no processo democrático e, ainda, que tão poucos interesses desse conjunto humano sejam aqui defendidos.

As desigualdades que se materializam em desemprego, desigualdade salarial, mortalidade infantil em índice comparável com os espaços mais pobres do planeta.

O racismo e os preceitos inibem o desenvolvimento do Brasil e impedem a nossa participação com maior eficiência na conjuntura internacional. Associado à pobreza e gerando a pobreza, consolida, neste final de milênio, as desigualdades históricas que criaram as estruturas excludentes e uma cidadania débil.

Hoje é uma questão de amor ao Brasil criar programas e projetos de ação afirmativa, específicos para a população negra, para assegurar a sua participação ativa no processo de desenvolvimento, O país não participará, com todo o seu potencial, do desenvolvimento global possível se, conforme compreendam os países do primeiro mundo, não incluir os afro-descendentes.

Mudanças de base em nosso país exigem que todos os brasileiros tenhamos disposição. É fundamental que a sociedade se sensibilize e expresse solidariedade ativa para eliminação do racismo.

Nós somos uma única raça humana.

Os diferentes grupos étnicos representam a criatividade divina.

Precisamos todos garantir que o racismo, quando praticado, seja punido como crime.

Aqueles que tem o poder de garantir emprego, empregadores em geral e empresários precisam expressar a sua sensibilidade e compromisso com a consolidação do desenvolvimento do Brasil, assegurando emprego a todas as pessoas que puderem exercer as suas tarefas com competência. Não discriminando mulheres, não discriminando negros, estou certa que haverá um grande aumento de produtividade, como aconteceu na Europa e nos Estados Unidos.

Mudanças de base em nosso país exigem que todos os Brasileiros tenham disposição de romper com a hipocrisia que impede que o racismo seja reconhecido e punido como crime, mas isso só se faz com investimentos econômicos e sociais.

Os 350 anos de escravidão trazem marcas vivas no nosso cotidiano, seja na sociedade civil, seja nos poderes estabelecidos, a República não apenas não criou possibilidades de inclusão para os negros, como criou mecanismos para impedir a possibilidade de exercício do poder e de participação plena para os afrodescendentes. Criamos uma sociedade preconceituosa e temos a possibilidade de mudar nossa história neste final de século. Temos, entretanto, que

ser firmes e ter vontade política e solidariedade social para fazê-lo.

Hoje temos os dados finalmente sistematizados e divulgados pelo governo. Há, finalmente, o rompimento com o pacto perverso criado pelo mito da democracia racial. Temos os intelectuais e o movimento negro formulando propostas e apoiando ações de todos os segmentos.

Há, portanto, que se romper com o círculo de perversidade e, isso só pode ser feito com vontade política. Como explicar que, há pouco mais de um mês, uma comunidade quilombola de Ubatuba fosse parcialmente retirada da terra em que vive há séculos, porque uma imobiliária decidiu construir um condomínio de luxo e que fosse extremamente difícil, para o Instituto de Terras de São Paulo, em convênio com a Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, assegurar sua permanência na terra, porque não têm títulos?

É difícil explicar tal realidade a quaisquer outros habitantes do planeta. Se expulsos, esses trabalhadores rurais que nunca foram sem terra, engrossariam a massa dos ainda mais pobres e para muitos não restaria senão a possibilidade de ir para baixo de viadutos que com freqüência levam à marginalidade, à prostituição, às drogas, às prisões ou, no mínimo, ao rompimento do vínculo coletivo e familiar,

Estamos trabalhando no orçamento. Eis uma oportunidade para sermos dignos da contribuição do povo negro para nosso país e aprovarmos emendas que permitam a criação de uma dramaturgia negra que elevaria o poder do Brasil na indústria cultural globalizada e ávida de diversidade. Rompamos com a falta de solidariedade política e asseguremos a consolidação dos projetos de mapeamento e titulação das terras quilombolas. Asseguremos a implantação de projetos de capacitação e requalificação da população negra para que esteja preparada para os novos mercados de trabalho. É importante garantir os programas de saúde da população negra e criar condições para que a anemia falciforme e outras doenças tenham cuidado especial.

Trata-se hoje de considerar relatórios como o último do Banco Interamericano de Desenvolvimenot que mostra o que já sabemos, que somos o país que apresenta as maiores desigualdades e criar uma nova ética, a ética da inclusão, inviável em nosso país desde o início de sua história, pelo peso da escravidão e posterior consolidação das discriminações.

O governo, a partir das reivindicações do movimento negro, tem dado passos importantes, mas ainda insuficientes. A criação do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra, em implantação pala Fundação Palmares, rompe com a lógica de invisibilidade do negro pelo Estado. Os projetos de educação, os parâmetros curriculares e os programas de apoio, os projetos com as comunidades quilombolas, os cursos de capacitação financiados pelo FAT do Ministério do Trabalho e pela Fundação Palmares, o GTI para a Valorização da População Negra. Entretanto, faltam mudanças de base, de conceito de Estado, de compreensão de necessidades básicas da população como inclusão cotidiana na mídia para que negros e brancos possam valorizar a humanidade do negro, programas específicos escolares e de combate ao analfabetismo, a titulação das terras dos quilombos, maior intercâmbio cultural, com a África e inclusão da sua história que é parte da história da humanidade. Investimentos no emprego com fim da discriminação e a criação de projetos educacionais nas áreas urbanas e suburbanas para acabar com a fatalidade da exclusão para os jovens negros, vítimas primeiras da violência policial e do narcotráfico.

A mulher negra é produtora de riqueza e grande potenciadora das capacidaes humanas. Projetos específicos para a mulher afro-brasileira serão de imenso resultado social.

Era o que tinha a dizer.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é com indisfarçável orgulho que venho a esta tribuna, na tarde de hoje, para registrar, após a consolidação dos resultados das últimas eleições, o meu contentamento e as minhas impressões sobre a eleição deste ano de 1998. Nela, o PSDB obteve um notável crescimento de sua bancada no Congresso, nas Assembléias Legislativas dos Estados e também do número de Governadores.

Especial regozijo eu manifesto pela reeleição, em primeiro turno, do Presidente Tucano Fernando Henrique Cardoso, comprovando que se poder ganhar uma eleição com dignidade, sem enganar ninguém, com propostas sérias, objetivas, realistas.

É preciso que nos debrucemos sobre os dados estatísticos resultantes das urnas e os seus reais significados.

O Partido da Social Democracia Brasileira sai, mais uma vez, vitorioso das urnas, consolidando um processo de crescimento eleitoral inédito na história política brasileira.

Com dez anos de existência e sua sexta eleição, nas eleições de 1998 o PSDB reelegeu Fernando Henrique Cardoso Presidente da República e continuou no comando de sete Estados – Ceará, com Tasso Jereissati; Espírito Santo, com José Ignácio; Goiás, com Marconi Perillo; Mato Grosso, com Dante de Oliveira; Pará, com Almir Gabriel; São Paulo, com Mário Covas, e Sergipe, com Albano Franco. É o Partido com maior número de Governadores.

O PSDB foi o partido mais votado em todo o Brasil: recebeu 29 milhões de votos, considerando os votos dados aos candidatos ao Governo de Estado, no primeiro e no segundo turnos. A expressiva votação do PSDB é o reconhecimento dos brasileiros ao muito que foi feito no País e a reafirmação de que o partido tem voto de confiança para o seu projeto social-democrata de corrigir as grandes injustiças e desigualdades que marcam o Brasil.

Foi, ainda, o partido que mais cresceu no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e nas Assembléias Legislativas, confirmando uma tendência registrada nas eleições municipais de 96 – quando teve o melhor desempenho eleitoral entre todos os partidos brasileiros.

Elegeu, também, quatro novos Senadores – Luis Pontes, no Ceará, Paulo Hartung, no Espírito Santo, Antero Paes, no Mato Grosso, e Álvaro Dias, no Paraná. Com 16 Senadores, é a terceira maior bancada no Senado Federal. Cresceu em 60% em relação à bancada eleita em 1994.

Sua bancada na Câmara dos Deputados para a Legislatura 1999/2002 começa com 99 Deputados Federais eleitos em 25 unidades da federação. Tornou-se o segundo maior partido da Câmara dos Deputados e cresceu 57% em relação à bancada eleita em 1994.

Os cálculos da Câmara dos Deputados, confirmados pelo Superior Tribunal Eleitoral, revelam que o PSDB, a Social-Democracia dos Tucanos Brasileiro, foi o partido mais votado do País na eleição para Deputado Federal. Obteve 11,7 milhões de votos.

Para as Assembléias Legislativas os Tucanos elegeram 152 Deputados, com um crescimento de 56% em relação à eleição de 1994, tornando-se o terceiro partido com o maior número de parlamentares estaduais em todo o País.

Os candidatos tucanos foram às urnas em 1998 com o discurso das reformas, da necessidade delas serem aprovadas pelo Congresso Nacional para haver a continuidade da estabilização econômica alcançada com o Plano Real, em 1994. O povo os ouviu nas praças públicas e os elegeu para mudar o Brasil.

O que é importante observar é que o eleitorado brasileiro, inclusive dos três maiores Colégios Eleitorais do País, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, fez a opção pela legenda partidária. Os eleitores votaram no número 45, atitude que se pode interpretar claramente como uma aprovação do programa do partido e das políticas públicas que os Governos Tucanos estão implementando no País, nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

O eleitorado certamente sabe que o peso da Bancada do PSDB na Câmara Federal é fundamental para a aprovação das reformas que ainda estão faltando para que o Brasil chegue ao próximo milênio livre das amarras e das mazelas que emperram o nosso desenvolvimento.

O PSDB mostrou que se pode fazer as reformas que o País precisa, com os ajustes fiscais necessários, apesar da antipatia dessas medidas. Provou-se que é possível consertar o País, sem contudo, sacrificar demasiadamente os programas sociais mais caros ao nosso povo, que é possível tocar obras sem abrir mão nem da ética política, nem da austeridade administrativa.

Está provado, assim, que o povo se sensibiliza com a sinceridade dos governantes e apóia com indisfarçável entusiasmo os que verdadeiramente tem compromisso com a ética política e os premia com o seu voto. As gratificantes vitórias de covas, em São Paulo, e Tasso Jereissati, no Ceará, são também claros exemplos do que aqui estou afirmando.

Sobre esse tema, o **Correio Braziliense** do último dia 7 de novembro e também o **Jornal do Commércio** do dia 11, publicaram artigo de minha autoria, intitulado "o PSDB e os sinais das urnas", transcrito no **O Tucano,** informativo da Executiva Nacional do PSDB, cujo texto solicito constar dos Anais da Casa, como parte integrante deste pronunciamento, para a reflexão dos meus ilustres pares.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. TEOTONIO VILELA FILHO EM SEU DISCURSO DE ENCAIXE:

Tucanos

Informativo da Executiva Nacional do PSDB

O PSDB E OS SINAIS DAS URNAS

Senador Teotonio Vilela Filho – Presidente Nacional do PSDB

O PSDB emerge das urnas com o desempenho eleitoral gratificante do partido que fez o maior número de governadores e do que mais cresceu nas eleições legislativas em relação ao pleito de 1994. Emerge, sobretudo, com um saldo político que confirma sua trajetória inovadora no cenário eleitoral brasileiro: o PSDB ganhou sem enganar ninguém e sem qualquer concessão a promessa irresponsávelmente fantasiosas. Ao contrário Fernando Henrique se elegeu ainda no primeiro turno, pouco depois de o governo promover elevação emergencial dos juros a patamares jamais cogitados. Em plena campanha, o próprio presidente admitiu uma elevação de impostos, indesejada mas jamais descartada.

A mais importante e emblemática de todas as disputadas, a de São Paulo, premiou, em Mário Covas, a ética política, a austeridade fiscal e a serenidade administrativa, exatamente as principais bandeiras do PSDB. E, por coincidência, foi o próprio Covas o autor de um ousadíssimo ajuste fiscal, que não impediu nem mesmo a demissão de milhares de servidores. Ainda assim, todo o Brasil torceu por ele.

Por trás dos números eleitorais que orgulham, há outras conquistas políticas que gratificam. Uma delas é a coerência do partido que, dos Pampas à Amazônia, se apresentou com uma clara preocupação com a unidade. Do material gráfico às peças eletrônicas, das cores ao discurso, até porque o PSDB decidiu apresentar não apenas nomes, mas idéias, e expor ao eleitorado seus quadros, mas sobretudo suas propostas.

E essas propostas é que têm sido julgadas e crescentemente aprovadas pelo eleitorado nos primeiros dez anos do partido. Já nas eleições municipais de 1996, o PSDB foi às umas com um discurso duro, de defesa de reformas, de enxugamento das estruturas municipais, sem concessões à demagogia irresponsável de promessas inviáveis, mas assumindo claramente todos os ônus da austeridade administrativa e fiscal que se impunha. Nada de aumentos salariais eleitoreiros, de demissões indiscriminadas de servidores, para citar apenas duas das práticas que se tornaram emblema de um vale-tudo eleitoral em que feio mesmo era perder.

E em 1996, saímos de 274 para 977, um crescimento espetacular de 232%. Nossos vereadores aumentaram de 3.274 para 8.366. Este ano, nosso deputados estaduais aumentaram de 97 para 152 (56% a mais). Os federais de 63 para 99, em crescimento de 57%. Dos dez eleitos para o Senado, em 1994, passamos para 16 este ano, um reforço de 60% na bancada.

Tão importante quanto essa vitória é a forma como se deu. O PSDB sempre jogou limpo com o eleitor, sem fugir de quaisquer desafios, mesmo ao custo de incompreensões e críticas como as que Mário Covas enfrentou nos primeiros anos de administração. E sempre respeitou os aliados.

Por mais legítimo que seja seu projeto de consolidação partidária, o PSDB sempre pensou mais no Brasil e na governabilidade do país, mais nas reformas indispensáveis ao crescimento econômico e ao avanço social que propriamente na sua expansão partidária. Em estados tão importante e vitais como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Tocantins, Rio Grande do Norte e Alagoas, o PSDB abriu mão de candidaturas próprias para garantir palanque único aos candidatos de partidos aliados. No segundo turno, o PSDB soube passar por cima de conveniências de simpatias pessoais para apoiar candidaturas afinadas com a base do governo.

O PSDB cresceu sem atropelar aliados, consciente de que é possível preservar sua identidade partidária e sua fidelidade programática numa base mais abrangente de sustentação parlamentar. O PSDB defenderá junto ao governo os espaços políticos que a sociedade lhe garantiu , sem, no entanto, sacrificar a seus legítimos projetos partidários os interesses do país e a sua governabilidade. Como fez na eleição, o PSDB respeitará em todas as instâncias a aliança política feita transparentemente e aprovada majoritariamente pelo eleitorado: mas até em respeito à vontade social não poderá abrir mão de seus princípios e da luta pela social-democracia em que acreditamos. Foram esses os sinais das umas.

Tome-se, por exemplo, o caso de São Paulo, onde os resultados eleitorais foram particularmente auspiciosos para o PSDB. Covas venceu porque São Paulo se convenceu de que é possível fazer ajuste fiscal sem descuidar de programas sociais e de que é possível tocar obras sem abrir mão nem da ética política nem da austeridade administrativa. Como prega o PSDB, como fez o PSDB em São Paulo e no Ceará, para ficar em apenas dois exemplos.

São essas as bandeiras que nos embalam o projeto de expansão da social-democracia no Brasil. É esse balizamento que as umas apontam e que os tucanos seguirão para os próximos quatro anos.

Por esse sinal das umas imaginamos que o ajuste fiscal do Brasil será menos difícil do que se apregoa.

O PSDB venceu porque o Brasil amadureceu. A democracia pegou.

O SR. JOÃO ROCHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, recentemente, proferi desta tribuna pronunciamento em que comentei alguns dos avanços mais significativos assegurados pela administração do Presidente Fernando Henrique na área educacional, em seu primeiro mandato.

Volto, hoje, à tribuna para – como anunciei que faria – retornar ao tema da educação, abordando, desta feita, aspectos referentes à importantíssima questão da Educação Profissional, de grande atualidade neste momento de dramáticas alterações no mundo do trabalho.

Em meu pronunciamento anterior, afirmei que os avanços concretizados ao longo dos últimos quatro anos no campo educacional vieram em muito boa hora, pois o Brasil acumula um grande atraso histórico nessa área, sendo urgente, agora, empreender um esforço concentrado para nos colocarmos em dia com as tendências internacionais e as exigências do tempo presente. Aduzi, ainda, que o atraso mencionado não está refletido, apenas, nas frias estatísticas que revelam os baixíssimos índices de escolarização, os índices ainda elevados de analfabetismo entre a população adulta ou as assustadoras taxas de repetência e de evasão escolar. O atraso aparece, também, no quadro mais geral de obsolescência, de arcaísmo que assombra há muito nosso sistema educacional e que só agora – graças aos esforços do atual Governo e às novas diretrizes estabelecidas pelo Congresso Nacional na LDB – dá os primeiros sinais de que haverá de ser superado.

Apontei, por fim, que a superação do atraso implicará uma dura batalha, pois redirecionar nossas políticas educacionais exigirá um processo amplo de mudança de mentalidade, atingindo não apenas as autoridades da área, mas o conjunto da população brasileira.

O caso da Educação Profissional e, em particular, do Ensino Técnico é bastante ilustrativo das idéias arcaicas acerca do processo educacional que, desde muito tempo, imperam no Brasil. Ao longo de décadas e décadas, por conta de uma mentalidade bacharelesca, primária e retrógrada, própria de países de terceiro mundo, esse tipo de educação nunca recebeu a atenção merecida e necessária. Em todo o Brasil, é flagrante a escassez de estabelecimentos de ensino técnico. O resultado é que, frente à falta de opção para fazer um curso técnico profissionalizante, milhares de jovens, embora não vocacionados para isso, são levados a fazer um curso universitário. Assim, a cada ano, milhares se bacharelam apenas para se verem inseridos em um mercado de

trabalho saturado, que não tem condições de absorvê-los na área cursada.

Essa mentalidade que valoriza de modo exacerbado o curso superior, em detrimento da formação técnica, corresponde, como já afirmamos, a um atraso estrutural, próprio de países de terceiro mundo. Ao longo dos anos, por pressão da própria sociedade, bem como por omissão do Governo em dar maior atenção ao Ensino Profissionalizante, a oferta de Ensino Superior aumentou em proporção muito maior do que a oferta de Ensino Técnico. O que conseguimos, com essa política estreita e tacanha, foi acumular um inestimável contingente de profissionais de nível superior mediocrizados por falta de vocação, enquanto temos carência de técnicos em quase todas as áreas profissionais.

Ora, nem todos são obrigados a galgar bacharelato. O importante é que se tenha, isto sim, profissionais verdadeiramente vocacionados, profissionais de qualidade, quer bacharéis, quer técnicos de nível médio.

Urge, portanto, fomentar os cursos técnicos e, o que é ainda mais importante, redirecionar as políticas e iniciativas governamentais nessa área. Numa etapa posterior, é provável que venham a ser necessárias, também, ações de conscientização da opinião pública, alertando-a para a importância dos profissionais de nível médio para a economia da Nação e informando-a de que esses profissionais serão mais valorizados pelo Governo.

Felizmente, as mudanças já começam a surgir. Fortes evidências estão vindo à tona no sentido de que os diversos setores envolvidos com os rumos da educação no País passam a reconhecer o papel e a importância da Educação Profissional. A primeira e mais forte dessas evidências é a inserção, na nova LDB, de um capítulo próprio relativo a essa modalidade de educação. Trata-se, com efeito, da primeira vez em que a lei geral da educação brasileira contempla um capítulo específico sobre Educação Profissional.

Além do reconhecimento explícito da relevância da Educação Profissional na nova LDB, é também muito alvissareiro o enfoque que a ela foi dado naquele diploma legal. Refletindo uma concepção moderna e ampla, a nova LDB preceitua que a Educação Profissional integre-se e articule-se às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia e conduza ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Preconiza, ainda, a oferta de Educação Profissional a jovens e adultos, trabalhadores em geral, tendo como referência a Educação Regular – Ensino Fundamental, Médio e Superior – ou, de forma mais livre e circunstancialmente necessária, sem qualquer condicionamento em relação à escolaridade.

Ora, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sabemos todos que a nova realidade da economia e do mundo do trabalho em nível mundial exige, cada vez mais, do cidadão que pretende disputar um posto de trabalho, uma sólida qualificação profissional. Mais do que isso, exige um esforço permanente de atualização, por meio de programas de qualificação e de educação continuada. Afinal, as inovações tecnológicas e as mudanças na organização da produção provocam profundas e rápidas alterações na vida profissional dos indivíduos.

Essa conjuntura exige que se priorize decididamente a Educação Básica – Fundamental e Média -, evidência muito bem percebida pelo Governo do Presidente Fernando Henrique, que não tem medido esforços para a universalização e a melhoria da qualidade nesses níveis de ensino. Esses devem ser, sem dúvida alguma, os principais objetivos educacionais do País para a próxima década, se pretendemos manter e ampliar nossos espaços na economia mundial, único caminho para melhorar o padrão e a qualidade de vida de nossa população. A valorização da Educação Básica, no entanto, não significa, de maneira alguma, redução da importância da Educação Profissional. Ao contrário, uma Educação Profissional de qualidade, respaldada em Educação Básica de qualidade, constitui a chave do êxito de sociedades desenvolvidas.

Nesse sentido, a Reforma da Educação Profissional promovida após a edição da nova LDB deu um notável passo à frente, ao separar a formação profissional e o ensino acadêmico em nível médio, fazendo com que o Ensino Técnico complemente o Ensino Médio, ao invés de substituí-lo.

De fato, a desvinculação entre a formação profissional e o ensino acadêmico de nível médio constitui uma das medidas mais felizes, acertadas e oportunas da Reforma, representando fundamento essencial para a flexibilização e a democratização do acesso à Educação Profissional, linhas mestras definidas pelo Governo Fernando Henrique para sua política no tocante a essa modalidade de educação.

É que, com essa desvinculação, será corrigida uma grave distorção. Hoje, metade dos alunos de escolas técnicas federais – geralmente os de maior poder aquisitivo – aproveitam o bom nível dos cursos para prestar vestibular, quando o objetivo do Ensino Técnico é tornar a pessoa capaz de ingressar no mercado de trabalho. Agora, quem estiver interessado em curso superior não precisará seguir a parte técnica do curso. Com isso, abrir-se-ão muitas vagas para aqueles que, efetivamente, têm necessi-

dade de se profissionalizar. Na verdade, a determinação do MEC às instituições federais de educação tecnológica, contida na Portaria n.º 646, é de que o incremento de vagas, em relação àquelas oferecidas em 1997, seja de, no mínimo, 50% no período de até 5 anos.

A partir da Reforma, o acesso às escolas técnicas fica aberto, também, aos alunos vindos de outras escolas de nível médio, bem como àqueles que obtiveram diploma dessa etapa fazendo o supletivo. A possibilidade de o aluno cursar primeiro o Ensino Médio e depois o curso técnico coaduna-se com a tendência internacional de formar técnicos com sólida base de formação geral. No entanto, a busca do aluno pelo curso técnico pode derivar de uma necessidade mais premente de inserção no mercado de trabalho, por esse motivo, permanece a possibilidade de se cursar o Ensino Médio e o Técnico de forma concomitante. Concomitante, porém autônoma, é bom sempre ressaltar.

Mas a desvinculação em relação ao Ensino Médio não é, de forma alguma, a única inovação positiva introduzida pela Reforma da Educação Profissional. A opção pela modularização dos cursos técnicos tem também grande importância, pois garante a pretendida flexibilidade, já que o aluno poderá, após a conclusão de um ou mais módulos, buscar o mercado de trabalho, retornando à escola, para dar continuidade à sua formação, no momento que lhe for mais oportuno.

Outros itens extremamente positivos dessa Reforma são a previsão de implantação, nas escolas técnicas federais, de cursos básicos destinados à qualificação de trabalhadores, independentemente do seu nível de escolaridade, e, na outra ponta, a criação da Educação Profissional de Nível Tecnológico, consistente em cursos de nível superior que conferirão diploma de Tecnólogo, e que são destinados a egressos do Ensino Médio e Técnico.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estou convencido de que realmente foram abertas as portas de um novo tempo para a Educação Profissional e Técnica neste País. As mudanças na legislação abrem de fato caminho para a ampliação das oportunidades e para a flexibilização dessa modalidade de ensino.

A organização dos currículos em módulos correspondentes a profissões no mercado de trabalho – cada um deles agrupando um conjunto de disciplinas – permite que cada módulo tenha caráter de terminalidade para efeito de qualificação profissional, dando direito ao correspondente certificado de qualificação profissional. Assim, o aluno de um determinado curso técnico vai somando diversas qualificações – as quais podem, por si sós, dar-lhe acesso desde logo ao mercado de trabalho – até obter sua habilitação como técnico de nível médio. Além disso, os módulos cursados em uma habilitação específica poderão ser aproveitados para obtenção de habilitação diversa, da mesma forma que os módulos cursados em uma instituição poderão ser aproveitados em outra. Evidentemente, a expedição do diploma de técnico de nível médio exige, além da conclusão dos diversos módulos previstos para aquela habilitação, também a prévia ou concomitante conclusão do Ensino Médio. Cumpre lembrar ainda, em relação à modularização, que ela é uma estratégia praticada em vários países e estimulada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Também pela primeira vez, o sistema educacional passa a reconhecer formalmente o conhecimento adquirido de maneira não-formal, seja no trabalho, seja pelo estudo autodidata ou de qualquer outra forma. A LDB prevê, no artigo 41, que "O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos."

Isso significa que um trabalhador pode procurar uma instituição federal ou estadual de ensino para submeter-se a um exame e, nele sendo bem sucedido, receber um certificado de competência. Esse certificado de competência servirá para dispensá-lo de cursar disciplinas ou módulos em cursos de habilitação do ensino técnico. Mas caso esse trabalhador obtenha todo o conjunto de certificados de competência equivalente a todas as disciplinas e módulos que integram uma habilitação profissional, ele terá direito ao diploma correspondente de técnico de nível médio.

A certificação de competências, um mecanismo já adotado em outros países, constitui mais um instrumento para a democratização e a flexibilização da Educação Profissional, em todos os seus níveis, sendo, ademais, coerente com a política nacional de qualidade, produtividade e competitividade. Afinal, não é cabível nos dias atuais a postura de desconsideração pelas habilidades, conhecimentos e competências adquiridas por qualquer pessoa por meio de estudos não-formais ou no próprio trabalho. É preciso superar o preconceito e o flagrante desperdício de não valorizar a experiência profissional e o autodidatismo, que não têm recebido, até hoje, a atenção que merecem. Trata-se de um potencial humano que tem permanecido oculto e que precisa ser adequadamente identificado, avaliado, reconhecido, aproveitado e certificado. Pelo mecanismo da certificação, abrem-se possibilidades de qualificação inicial e seqüencial, bem como de requalificação e atualização de trabalhadores, empregados ou não. Essa formalização

simples e ágil é necessária até mesmo para reincorporar cidadãos que se encontram à margem de um processo sistemático de educação profissional.

Ao mesmo tempo em que se preocupou em dar maior flexibilidade ao Ensino Técnico, adotando medidas como a modularização e a certificação de competências, a Reforma da Educação Profissional teve também a louvável preocupação de sintonizar intimamente o Ensino Técnico ao mercado de trabalho e aos avanços tecnológicos. Assim, os instrumentos legislativos complementares à LDB que consubstanciam a Reforma da Educação Profissional, o Decreto n.º 2.208 e a Portaria n.º 646, determinam, por exemplo, que a elaboração das diretrizes curriculares para o Ensino Técnico deverá estar embasada em estudos de identificação do perfil de competências necessárias à atividade requerida, ouvidos os setores interessados, inclusive trabalhadores e empregadores; e que a oferta de cursos de nível técnico e de qualificação, requalificação e reprofissionalização de jovens, adultos e trabalhadores em geral será feita de acordo com as demandas identificadas junto aos setores produtivos, sindicatos de trabalhadores e sindicatos patronais, bem como junto a órgãos de desenvolvimento econômico e social dos Governos Estaduais e Municipais.

Dentro desse mesmo espírito de aproximar o Ensino Técnico da realidade do mundo do trabalho, a Reforma determina que as disciplinas do currículo do Ensino Técnico serão ministradas por professores, instrutores e monitores selecionados, principalmente, em função de sua experiência profissional, os quais deverão ser preparados para o magistério, previamente ou em serviço, por meio de cursos regulares de licenciatura ou de programas especiais de formação pedagógica.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já tive oportunidade, neste pronunciamento, de mencionar a flagrante escassez de estabelecimentos de ensino técnico em nosso País. Expressei, também, minha convicção quanto à necessidade e à urgência de se fomentar essa modalidade de ensino.

Com efeito, o Sistema Nacional de Educação Tecnológica está subdimensionado em relação ao tamanho de nossa População Economicamente Ativa (PEA).

A Rede Federal de Educação, que atende hoje cerca de 160 mil alunos, é composta por 5 Centros Federais de Educação Tecnológica e suas 6 Unidades Descentralizadas (UNEDs), por 19 Escolas Técnicas Federais e suas 17 UNEDs, e por 46 Escolas Agrotécnicas Federais e suas 17 UNEDs. As Escolas Técnicas Federais estão localizadas em grande parte nas Capitais dos Estados e atendem aos setores industrial e de serviços. As Agrotécnicas estão localizadas, em sua grande maioria, na área rural, e oferecem cursos nos setores de agropecuária, agroindústria, zootecnia e infra-estrutura rural. As Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs) localizam-se em cidades do interior e funcionam como um prolongamento de suas matrizes, às quais estão subordinadas.

Além da Rede Federal, há também as Redes de Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros de Educação Tecnológica dos Estados, Municípios, do Distrito Federal e do setor privado. Esse conjunto engloba cerca de 500 escolas e oferece quase 2 milhões de matrículas. Por fim, o País conta com a Rede de Serviços Nacionais de Aprendizagem, o conhecido Sistema "S", compreendendo o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes (SENAT) e o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE). O Sistema "S", em suas 1 mil e 600 unidades, oferece anualmente um total de 4 milhões e 800 mil matrículas.

Pois bem. A soma desses números revela que todo o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, englobando todas essas Redes, não chega a oferecer 7 milhões de matrículas à população brasileira. Trata-se, com efeito, de uma reduzida oferta anual de matrículas no campo da Educação Profissional, pois estamos atendendo a menos de 9% da População Economicamente Ativa (PEA) do País. Esse índice nos coloca bem na retaguarda dos países do Mercosul e muito distantes de países paradigmáticos em desenvolvimento sócio-econômico, como é o caso das nações da Europa Ocidental, da América do Norte e do Japão. Nesses países, a oferta anual de educação profissional chega a 20% da PEA. Mesmo na América Latina, países como Argentina e Chile asseguram oferta de educação profissional, anualmente, a 18% da PEA.

Não menos grave é a constatação de que a PEA brasileira não atinge 4 anos de estudo – não estamos falando de anos de escolaridade, mas de anos de estudo! – e, ainda, abriga cerca de 20% de analfabetos funcionais.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, foi justamente a partir da constatação dessa situação de nítida desvantagem em que o Brasil se encontra em termos de oferta de educação profissional que o Governo do Presidente Fernando Henrique deslanchou seu projeto de Reforma para o setor, buscando, em primeiro lugar, democratizar o acesso a essa forma de educação, pela ampliação da oferta.

A análise do quadro realizada no início do atual mandato concluiu que o sistema formal de Educação Profissional no Brasil estava submetido a uma legislação rígida e a uma organização pouco flexível. Historicamente, as diretrizes legais na área da Educação Profissional apresentavam-se divorciadas das políticas de desenvolvimento econômico e tecnológico do País, das políticas sociais voltadas para o trabalho produtivo e para a geração de renda e de estratégias que fecundassem parcerias e integração.

De resto, o modelo vigente de oferta de vagas na Educação Profissional contribuía para aprofundar as desigualdades sociais à medida que se mostrava impermeável à diversidade sócio-econômica e cultural do País. Afinal, considerada a grande variedade que caracteriza o Brasil, ao longo de seu vasto território, por que nossas escolas devem oferecer os mesmos cursos, com os mesmos currículos, o mesmo tipo de estágio e o mesmo sistema de avaliação? Por que nossas escolas fazem tanta questão de se parecerem umas com as outras? A verdade é que a cultura escolar brasileira, cimentada num certo mimetismo institucional, contribui para a "pasteurização" da educação. Com isso, o Ensino Profissionalizante distanciava-se crescentemente da realidade do mundo do trabalho, que apresenta grandes variações de acordo com as características sócio-econômicas de cada região brasileira.

Em 1995 já estava bastante claro, também, que a nova configuração imposta pela ordem econômica mundial caracteriza-se pela rapidez na substituição de tecnologias de produção. Em conseqüência, exige do Brasil igual rapidez e agilidade na adequação das políticas de formação de recursos humanos, como resposta às mudanças decorrentes da reestruturação produtiva. Tal como estava nossa Educação Profissional, exigia-se uma rápida e radical reversão de sua concepção e de seu formato organizacional, além da detonação de um esforço convergente para desestatizar as operações em seu âmbito. Afinal, a amplitude das questões referentes à qualificação, profissionalização, reprofissionalização e colocação de mão-de-obra requer ações de tal magnitude que não podem mais ser empreendidas pelo Poder Público ou pela Sociedade isoladamente. Requer-se, portanto, uma ampla articulação envolvendo os setores público e privado.

Outro dado relevante indicado pela nova conjuntura econômica mundial é que a empregabilidade, foco da Educação Profissional, deve ser entendida não apenas como a capacidade de se obter um emprego, mas, também, como a capacidade de se manter em um mercado de trabalho em constante mutação.

A partir desse diagnóstico, o Governo definiu os seguintes princípios para embasar a Reforma a ser implantada: democratização, flexibilidade, intensidade e qualidade. Por democratização, deve-se entender o esforço por ampliar a oferta de Educação Profissional, o que começa por retirá-la da moldura do ensino regular. Flexibilidade significa organizar a Educação Profissional de modo que ela seja capaz de atender a caleidoscópica diversidade do nível educacional de sua clientela, que sua oferta esteja sintonizada com o estágio de desenvolvimento das várias regiões do País e que ela responda agilmente às demandas específicas do setor produtivo. O princípio denominado intensidade refere-se à opção por centrar a aprendizagem mais no domínio qualitativo de um núcleo de material, do que na cobertura quantitativa extensa. O princípio da qualidade, por fim, implica a determinação de construir o resultado educativo dentro de uma visão dinâmica que envolve processos e padrões historicamente delineados.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, definidos esses quatro princípios, a legislação da Reforma da Educação Profissional – Decreto n.º 2.208/97 e Portaria n.º 646/97 – desenhou as características da nova Educação Profissional do País.

Agora, a Educação Profissional tem formato curricular autônomo e, portanto, descolado do Ensino Médio, sendo complementar à Educação Básica. Sua finalidade é o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, devendo incluir modalidades diferenciadas de oferta e podendo ser desenvolvida em articulação com o ensino regular ou mediante estratégias de educação continuada.

Com a Reforma, a Educação Profissional passa a compreender três níveis explicitamente definidos: o Nível Básico, destinado à qualificação e requalificação de trabalhadores, independentemente de seu nível de escolaridade; o Nível Técnico, voltado para a Habilitação Profissional de alunos matriculados no nível médio do ensino regular ou dele egressos; e o Nível Tecnológico, oferecendo formação de nível superior na área tecnológica.

Os currículos plenos dos cursos técnicos deverão ter formulação flexível, mediante a utilização do instrumento da modularização, mecanismo que permitirá saídas e entradas intermediárias. Adotar-se-á, outrossim, o mecanismo da Certificação de Competência em nível intermediário.

A Educação Profissional fará permanente rastreamento do setor produtivo objetivando redefinição contínua de cursos e de currículos. Paralelamente, será assegurada a participação de empresários e de

trabalhadores nos Conselhos de Administração de toda a Rede Federal de Ensino Técnico.

Os Sistemas Públicos Estaduais e Municipais de Educação Profissional passarão, também, por um processo de reordenamento, enquanto que as Instituições Federais de Educação Tecnológica serão transformadas em Centros de Referência para os diferentes subsistemas de Educação Profissional. Por fim, mas não com menor importância, buscar-se-á a expansão da oferta de Educação Profissional por meio do chamado segmento comunitário.

Mas definir novas características, ajustadas à realidade do tempo presente, para a Educação Profissional não era suficiente. Era igualmente importante garantir os meios financeiros necessários à implementação da Reforma definida. Para isso, o Governo Fernando Henrique criou o Programa de Reforma da Educação Profissional – PROEP, que contará, em um primeiro momento, com recursos da ordem de 500 milhões de dólares, metade dessa quantia originária de dotações orçamentárias do Governo Federal – sendo 25% recursos do MEC e 25% recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) do Ministério do Trabalho – e os 50% restantes provenientes de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Os recursos do Proep serão destinados à reestruturação das Instituições Federais de Educação Tecnológica, ao reordenamento dos sistemas estaduais de Educação Profissional e à expansão da oferta de Educação Profissional via segmento comunitário. A utilização desses recursos, associada à criação e implementação de uma ampla rede de parcerias entre os setores público e privado, deverá resultar em um incremento de oferta de Educação Profissional no País, chegando a 18% da PEA brasileira nos próximos quatro anos, o que significa a duplicação da oferta em relação ao índice atual.

O Programa de Expansão da Educação Profissional – Proep está estruturado em três subprogramas. O primeiro é destinado a apoiar a transformação das Instituições Federais de Educação Tecnológica – aí englobados os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), as Escolas Técnicas Federais (ETFs) e as Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) – em centros de referência para o desenvolvimento da educação profissional no País.

A configuração da rede federal no território nacional, cerca de duas unidades em cada Estado, favorece sua utilização como centros de ensaio, pesquisa e estudo relacionados com trabalho, emprego e educação, para que possam irradiar seus conhecimentos e experiências às redes estaduais, municipais e privadas, vindo a se constituir em verdadeiros Centros de Referências. Para isso, o Proep financiará obras de ampliação, aquisição de equipamentos, capacitação de professores, introdução de novos modelos de gestão escolar e desenvolvimento técnico-pedagógico nas escolas da Rede Federal.

O segundo subprograma do Proep visa a criar condições para a reestruturação do subsistema de Educação Profissional dos Estados, pretendendo, também, enfatizar a compatibilização da oferta com as reais demandas do mercado de trabalho. O objetivo da reestruturação pretendida é fortalecer institucional e tecnicamente o sistema estadual, mediante a ampliação da oferta e diversificação de cursos, a qualificação de docentes, a modernização das metodologias de ensino, das instalações físicas e dos equipamentos.

O terceiro subprograma, talvez o mais importante, volta-se para apoiar a expansão do segmento comunitário. No âmbito do Proep, o segmento comunitário é constituído pelo conjunto de entidades representativas da sociedade civil organizada que atuam ou pretendem atuar na área da Educação Profissional, tais como sindicatos patronais ou de empregados, organizações não-governamentais, instituições privadas sem fins lucrativos, entidades filantrópicas. Em caráter preferencial, o Proep prevê a articulação dessas entidades em parcerias, com ou sem participação do Poder Público. Para efeitos do Proep, as Prefeituras Municipais também fazem parte do segmento comunitário.

O PROEP considera o segmento comunitário, ao lado do sistema estadual, como o principal veículo de expansão da rede de escolas ou centros voltados para a Educação Profissional no País. Para estimular essa expansão, o Proep investirá recursos seus na construção, implantação, reforma ou ampliação de escolas ou centros de Educação Profissional reivindicados por entidades do segmento comunitário, isoladamente, ou em parceria com outras instituições. Esses recursos do Proep serão destinados a infra-estrutura, gestão da Educação Profissional, desenvolvimento técnico-pedagógico e capacitação de recursos humanos.

A idéia é que o Governo Federal, através do Proep, construa e equipe essas escolas comunitárias, financie a implementação de todo o sistema de gestão escolar e o desenvolvimento de todo o projeto técnico-pedagógico, treine o corpo docente, os gestores e o pessoal administrativo. A contrapartida exigida das entidades que reivindicaram a escola será o oferecimento do terreno onde ela será implantada, a responsabilidade por todas as despesas de custeio, incluindo manutenção e operação da escola, e, finalmente, a demonstração da

existência de articulação da escola com a comunidade e o setor produtivo local.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como já afirmei, é flagrante a escassez de estabelecimentos de Ensino Técnico em nosso País. É também evidente que, para ampliarmos a oferta de vagas nessa modalidade de ensino na proporção exigida pela dimensão de nossa População Economicamente Ativa, a amplitude dos esforços exigidos é tal que o Poder Público, isoladamente, não os poderá empreender. É indispensável, portanto, – nessa, como em tantas outras questões econômicas e sociais – a conjugação de esforços, mediante o estabelecimento de parcerias entre o Estado e a Sociedade. O Proep, por meio de seu subprograma de expansão e atendimento do segmento comunitário, concretiza de maneira brilhante essa proposta de parceria entre o Setor Público e o Setor Privado para a ampliação e a melhoria da Educação Profissional. Com efeito, o segmento comunitário é o melhor e mais viável caminho para o aumento da oferta de vagas em Educação Profissional.

Em meu Estado do Tocantins, por exemplo, é também premente a necessidade de ampliar as oportunidades de acesso à Educação Profissional. A presença da Rede Federal resume-se a um único estabelecimento, a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, que acolhe 345 alunos em seu curso de agropecuária. Para o próximo ano, está prevista a implantação dos cursos de zootecnia, agricultura e agroindústria. Na Capital, Palmas, há um prédio integralmente construído e equipado, destinado à instalação de uma Escola Técnica, que, até hoje, não foi implementada. Na conformidade da nova sistemática implantada pela Reforma da Educação Profissional, o Governo Federal está à procura de parceiros que assumam a manutenção e operação do estabelecimento. De minha parte, espero que essa parceria se concretize brevemente, para que os jovens de Tocantins possam contar com mais essa opção para obter uma habilitação profissional.

É opinião generalizada entre os estudiosos que o próximo século vai sacramentar a morte do emprego, mas vai diversificar a vida do trabalho.

Essa nova conjuntura econômica exige, cada vez mais, uma força de trabalho com alto nível educacional, em permanente processo de requalificação, com alta capacidade de aprender e inovar. O Governo do Presidente Fernando Henrique demonstrou ter percebido muito bem essa realidade ao promover uma Reforma da Educação Profissional que se preocupa não apenas em ampliar a oferta dessa modalidade de ensino, mas, também, em flexibilizá-la, de modo que ela possa atender a uma clientela detentora dos mais variados níveis educacionais e possa estar em íntima sintonia com as demandas do setor produtivo e com o estágio de desenvolvimento de cada região do País.

Agora, a Educação Profissional, mesmo nas Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, não é mais exclusividade dos jovens que cursam o Ensino Médio. Também o aluno matriculado no Ensino Fundamental e no Ensino Superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à Educação Profissional. Na verdade, o Ensino Profissionalizante está aberto a todos, pois a lei determina que as escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão também cursos especiais, abertos à comunidade, nos quais a matrícula estará condicionada, não necessariamente ao nível de escolaridade, mas sim à capacidade de aproveitamento.

Acertou também o Governo Fernando Henrique ao instituir um Programa próprio – o Proep –, dotado dos necessários recursos financeiros, para viabilizar a implantação da Reforma da Educação

Profissional. Ao apostar na desestatização das operações no âmbito da Educação Profissional, ao apostar no segmento comunitário como canal preferencial para a expansão da oferta de vagas, o PROEP mostra estar sintonizado com a realidade dos dias que correm. Esse é, com efeito, o único caminho viável para darmos a nossa População Economicamente Ativa o atendimento de que ela necessita em termos de Educação Profissional.

Sr. Presidente, a administração Fernando Henrique definiu acertadamente novos rumos para a Educação Profissional do Brasil, ajustando-a à realidade do tempo presente e abrindo caminho para duplicar sua oferta. Importa, agora, garantir que a Reforma seja plenamente implementada, para que possamos superar nossas antigas deficiências no setor, garantindo a nossos jovens, a nossos trabalhadores de todas as idades a chance de se qualificarem e requalificarem adequadamente para poderem obter e manter colocações no mercado de trabalho.

Essa é uma tarefa da maior importância para o futuro da Nação, para nosso desenvolvimento econômico e para a melhoria da qualidade de vida de nossa população. Afinal, uma força de trabalho bem educada e bem treinada será o mais relevante diferencial econômico entre as nações no novo século que se avizinha.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a crise econômica

que assola o mundo, e não somente o Brasil, é uma dramática infelicidade para os países emergentes. Aqui no Congresso, as forças políticas que apoiam o governo Fernando Henrique Cardoso estão motivadas a lhe dar os instrumentos de que necessita para superar conjuntura tão difícil, certas de que atuamos, nesse sentido, em benefício do País.

Teremos de aprovar medidas duras, bem o sabemos, mas o fazemos por falta de outras alternativas.

Esse confiante apoio que oferecemos à Administração Federal, no entanto, não nos impede de deplorar o que deixará de ser feito, aceitando por necessidade os enormes sacrifícios que repercutirão negativamente no crescimento nacional. E, no Congresso, muitas vezes poderemos oferecer ponderações e sugestões que busquem minorar os efeitos de um ajuste fiscal que vai cortar, por alguns anos, as perspectivas que todos mantínhamos em relação ao Brasil.

Neste passo, estou pensando na política educacional, que até então vem caminhando tão bem sob a orientação do Ministro Paulo Renato Souza.

Os Anais do Senado estão repletos dos numerosos pronunciamentos que, desta tribuna, as Senhoras e os Senhores Senadores têm feito a respeito da educação em nosso País. Dos debates travados sempre se extrai o consenso de que a educação merece entre nós a mais absoluta prioridade. Estamos todos de acordo, neste final de século, quanto à imprescindibilidade de uma política educacional bem orientada como base para a construção de uma sociedade mais justa e preparada para tocar à frente o desenvolvimento econômico. Especialmente agora, vivendo os povos numa época marcada pelo peso crescente das inovações tecnológicas, da acirrada concorrência e da globalização dos mercados, estarão avassaladas as comunidades que não se qualificarem pelo aprimoramento educacional.

Em discurso sobre educação que proferi há dois anos, tive a oportunidade de citar o exemplo coreano, que demonstrou capacidade para operar uma substancial transformação no seu sistema educacional.

Com uma economia destroçada, população analfabeta e sem recursos naturais, a Coréia do Sul – após a devastadora guerra ideológica que dividiu ainda mais as duas Coréias, entre 1950 e 1953, que sucedeu a vinte e cinco anos de dominação japonesa – apresentava, em 1960, uma renda per capita que não chegava a cem dólares. Dez anos depois, o índice subira para ainda desprezíveis duzentos e cinqüenta dólares, pouco mais da metade do ostentado pelo Brasil. Vinte e cinco anos depois, em 1995, a renda per capita coreana atingira a marca dos oito mil, duzentos e vinte dólares; simplesmente, quase duas vezes e meia a brasileira.

Um dos pilares do êxito coreano foi o investimento na educação. Investimento, diga-se com ênfase, cuja importância esteve não no volume físico dos recursos aplicados no ensino, mas, sim, na eficácia com que tais recursos foram e têm sido utilizados.

Citei à época o livro de Jim Rohwer, Asia Rising, no qual o autor aponta para uma decisão da Coréia que ajuda a entender o sucesso de sua experiência. Massificou-se, com qualidade, a educação básica. Diz ele: "Enquanto os países da América Latina e mesmo a Índia deram ênfase à universidade, a Coréia e os demais tigres asiáticos favoreceram a educação fundamental, universal, obrigatória e gratuita". De acordo com o autor, noventa por cento do investimento coreano em educação vão para o ciclo básico que, aliás, é feito em nove anos, um a mais que no Brasil.

Com duzentos e vinte dias letivos ao ano; investindo cerca de quatro por cento do PIB em educação (quase que exclusivamente no ensino fundamental); oferecendo um salário inicial de cerca de um mil e quinhentos dólares ao professor de primeiro grau, para uma jornada de vinte e quatro horas semanais, não surpreende que a Coréia do Sul tenha eliminado o analfabetismo no país, matricule cem por cento de suas crianças em idade escolar e apresente uma das mais pujantes e competitivas economias do mundo contemporâneo, em que pese a crise internacional que ameaça todas as Nações emergentes.

A conclusão a que se pode chegar é que os países asiáticos primeiro garantiram a presença de todos os alunos na escola de ensino fundamental, com repetência baixa ou nula, para em seguida ampliarem o ensino de segundo grau, hoje perto da generalização, e o ensino de terceiro grau.

A sociedade começa a compreender que, sem o seu decisivo compromisso com a causa, o Estado não será capaz de, por si só, reverter o quadro ruim de nossa educação. É fundamental que se fortaleça a parceria entre Estado e Sociedade, pois somente assim podem se estabelecer os adequados mecanismos de controle social sobre a escola.

No Brasil, ainda não dispomos sequer de indicadores precisos, com as informações confiáveis em torno do nosso processo educacional. Em 1996, o próprio Presidente da República criticou, publicamente, trabalho produzido no IPEA/SEPLAN, referente aos gastos públicos com a educação, por "incapacidade de fazer a leitura correta dos dados."

Já dizia no meu referido pronunciamento que outro exemplo dramático de disparidade de números é o que ocorre em relação à porcentagem do Produto Interno Bruto investido na educação. Dependendo

de quem fala, ou da metodologia utilizada, o percentual pode ser de três vírgula sete, três vírgula oito, quatro vírgula dois ou até mesmo próximo a cinco.

Há de se confessar que produzimos estatísticas não confiáveis que, não raro, induziram ou sustentaram a implementação de políticas públicas equivocadas no campo da educação.

"Esse é o tipo do problema de longa duração. Não é de hoje que se manifesta. A repetência, possivelmente o mais dramático indicador da falta de qualidade de nossa educação básica, foi, ao longo do tempo, mascarada por erros conceituais de nossos censos educacionais, diluída pela vaga idéia de evasão. O Brasil deve especialmente ao emérito pesquisador Sérgio Costa Ribeiro, recentemente falecido, o desmonte dessa perigosa farsa", disse então desta tribuna.

Há meio século, por exemplo, já se avaliara que o grande problema da educação era a qualidade do ensino, não a falta de escolas. A ferida mais dolorosa de nosso sistema educacional foi e continua sendo a qualidade do ensino e a pedagogia da repetência.

A questão deixa de ser, pois, de construção e passa a envolver algo muito mais sério: a manutenção do aluno na escola, no prazo certo. Para tanto, o País precisa dar o grande salto da qualidade, de modo a expulsar do sistema a famigerada "pedagogia da repetência".

O próprio Ministro Paulo Renato Souza explicitou o drama de nossa educação básica: "O gargalo da educação no Brasil", disse o Ministro, "está no ensino fundamental. Apenas setenta por cento das crianças que entram na primeira série concluem a quarta. Mesmo assim, levam, em média, seis anos para chegar lá. Só a metade das crianças termina a oitava série, mas gasta, em média, doze anos. Se melhorarmos a qualidade do ensino nessa etapa, poderemos dar um salto em todo o sistema educacional".

Esse é o ponto essencial. Garantir qualidade para a educação básica é o grande desafio que se apresenta ao País.

Passos importantes estão sendo dados no sentido do aprimoramento das estatísticas educacionais que, indiscutivelmente, são essenciais para a formulação e a implementação das políticas públicas para o setor. Da mesma forma que o Ministério da Educação tem-se movimentado nessa direção, sobretudo a partir de 1993, os governos estaduais e municipais, de um modo geral, também vêm-se esforçando para aperfeiçoar as informações.

Ainda recentemente, o IBGE deu divulgação a uma ampla Pesquisa sobre Padrão de Vida, abrangendo várias regiões do país, que está a merecer nossa atenção, especialmente pela comprovação de que, inclusive na educação, o Nordeste brasileiro mantém-se numa situação de inferioridade ao processo educacional desenvolvido nas outras regiões do País.

Muitas foram as conclusões alcançadas por essas pesquisa. Vou referir-me, porém, apenas a algumas delas, com ênfase para aquela que revela a terrível diferença entre as regiões brasileiras, principalmente quando o assunto é educação e saúde, direitos essenciais do cidadão.

Este trabalho, denominado PPV, foi realizado entre março de 1996 e março de 1997, e baseou-se nas respostas a questionários que foram distribuídos para 5 mil domicílios, em áreas urbanas e rurais de três capitais do Nordeste – Fortaleza, Recife e Salvador – e três do Sudeste – Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. De acordo com o IBGE, a área pesquisada representa um território onde residem mais de 70% da população brasileira.

No capítulo referente à Educação, além da influência de fatores como renda familiar, escolaridade dos pais e cor da pele, constata-se pela pesquisa que, em termos de carga horária, o estudante do 1º grau, no Nordeste, tem um ano a menos que o estudante do Sudeste. Enquanto no Nordeste a carga horária diária no 1º grau da rede pública é de 3 horas 50 minutos, no Sudeste o tempo é de 4 horas e 26 minutos.

De acordo com a pesquisa, considerando o ano escolar de 200 dias, esta diferença de 36 minutos diários representa, em um ano, 30 dias a menos de aulas para os alunos do Nordeste. Isso significa dizer que, ao final do 1º grau, o aluno nordestino tem praticamente um ano a menos de aprendizado que o do Sudeste.

Outro dado importante: segundo o IBGE, este problema não se restringe apenas à rede pública de ensino. A carga horária menor também faz-se presente na rede privada do Nordeste, atingindo tanto o 1º quanto o 2º graus.

No tocante à temática da Saúde, a pesquisa aborda os mais diversos aspectos, desde a prática de exercícios físicos até os gastos médios com medicamentos, exatamente onde se insere dado relevante quando comparadas as realidades entre as regiões Sudeste e Nordeste. A pesquisa revela não só que os gastos com saúde representam 4% dos gastos totais, mas, também, que os remédios são os responsáveis pela esmagadora maioria desses gastos. No Sudeste, os gastos com remédios chegam a 89,8% da despesa total com saúde. No Nordeste, porém, o índice é significativamente alto, atingindo a casa dos 93% das despesas totais com saúde.

Os resultados alcançados pela pesquisa ora citada nos mostram mais que simples informações estatísticas. Devem servir ao governo e à sociedade como base para profundas e amplas reflexões, pois revelam, ao meu ver, o abominável desnível regional ainda existente em nosso país, o que compromete a credibilidade buscada pelo Brasil. Seja no Sul, no Centro-Oeste, Nordeste ou Sudeste, educação e saúde são direitos essenciais a todo e qualquer cidadão brasileiro, a serem mantidos sem qualquer modalidade de discriminação.

Cumprimento o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por mais este trabalho de pesquisa, que se soma aos tantos outros que conquistaram para o IBGE o grande prestígio de que goza no cenário nacional e internacional.

E que sirva essa pesquisa para demonstrar ao Governo que o Nordeste, historicamente discriminado na distribuição de verbas habitualmente usufruídas pelos Estados mais ao Sul, tem direito e merece uma atenção prioritária dos poderes públicos, capaz de compensar a falta de equanimidade do passado.

Sr. Presidente, falar-se em mais verbas, na atual conjuntura, parece a fantasia de um contrasenso, mas não é. É exatamente nas crises que devemos ter criatividade para destacar as prioridades, entre as quais está a educação, a ser oferecida igualitariamente, sem discriminações, a todo o País. Com crise ou sem crise, jamais daremos passos à frente se faltarem aos nossos jovens as oportunidades do seu aprimoramento intelectual e profissional.

Esta a ponderação que não somente eu, mas acredito que todo o Congresso, persiste em enfatizar às reflexões dos responsáveis pelo futuro de nosso País.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência lembra aos Srs. Senadores que constarão da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de terça-feira, dia 24 do corrente, às 14 horas e 30 minutos, as seguintes matérias:

Dia 24.11.98, terça-feira, às 14h 30min: Sessão deliberativa ordinária

Proposição (Autor/Nº Origem)	Ementa / Instrução	Informações
1 Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1997 Antônio Carlos Valadares e outros	Dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde, e dá outras providências. Parecer nº 504/98-CCJ, Relator: Senador Esperidião Amin, favorável, com Emenda nº 1-CCJ (substitutivo).	Segundo dia de discussão, em primeiro turno.
2 Projeto de Resolução nº 102, de 1998 (Ofício nº S/76, de 1998) Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Ceará a incluir no Contrato de Confissão, Assunção e Refinanciamento de Dívidas, celebrado entre o Estado e a União, em 16.10.97, a operação firmada entre o Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Apresentado como conclusão do Parecer nº 572/98-CAE, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Peres.	Discussão, em turno único. Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 558/98.
3 Projeto de Resolução nº 103, de 1998 (Ofício nº S/66, de 1998) Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito, consubstanciada no contrato de abertura de crédito celebrado entre a União, o Estado do Pará e o Banco do Estado do Para S.A. - BANPARÁ, com a interveniência do Banco Central do Brasil - BACEN, celebrado em 30 de março de 1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de noventa e sete milhões e quinhentos mil reais. Apresentado como conclusão do Parecer nº 577/98-CAE, Relator: Senador Carlos Bezerra.	Discussão, em turno único. Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 559/98. Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.
4 Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1998 (nº 4.606/98, na Casa de origem) Presidente da República	Dispõe sobre a autonomia de gestão das Organizações Militares Prestadoras de Serviço da Marinha e dá outras providências. Pareceres: - nº 589/98-CRE, Relator: Senador Bernardo Cabral, favorável; e - nº 590/98-CCJ, Relator: Senador Lúcio Alcântara, favorável.	Discussão, em turno único. Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 564/98.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 42 minutos.)

(CS 16301/98)

(*)DISCURSO DO SR. SENADOR ROBERTO REQUIÃO, PROFERIDO NA SESSÃO DO DIA 13 DE AGOSTO DE 1998, E PUBLICADO NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL DO DIA SUBSEQUENTE, QUE SE REPÚBLICA PARA TRANSCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS NELE REFERIDOS:

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como todos sabemos no Senado Federal, o Banco do Estado do Paraná encontra-se falido. O melhor dentre todos os bancos, públicos e privados do País, nacionais e internacionais, durante a minha administração, está totalmente liquidado devido a desvio de recursos públicos e má administração.

Vou ler um trecho de uma denúncia feita na Assembléia Legislativa, com base na leitura das atas da diretoria do Banco:

> Um banco falido, que procura R$2 milhões por dia para suprir as suas necessidades, está financiando alguns corredores de automóveis nos Estados Unidos. Um chama-se Cristiano da Matta, de Minas Gerais valor R$ 1,8 milhão; outro de Curitiba, chama-se Sérgio Paese e recebe R$2 milhões; e o outro chama-se Alfredo Garcia, que, para correr na Indy Lights, nos Estados Unidos, recebe R$4 milhões.

As operações de patrocínio do Banco do Estado do Paraná para corredores de automóveis nos Estados Unidos, proximamente, deverá dar entrada, no Senado Federal da República, a um pedido de saneamento.

O Deputado Luiz Claúdio Romanelli, na sessão de 24/7/98 da Assembléia Legislativa do Paraná, deu publicidade a uma série de atas do Banco do Estado do Paraná – da Diretoria do Banco e da Diretoria do Leasing – mostrando de forma explicita um continuado processo de corrupção.

Posteriormente à leitura dessas atas, fez a elas referência o Senador Osmar Dias, numa reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. E jornais do Paraná, como **A Gazeta do Povo, Diário Popular e o Estado do Paraná**, de 28 e 29/4/1998, abordaram o conteúdo dessas atas, vazado provavelmente por funcionários do Banco indignados com o que está ocorrendo com as finanças do melhor banco estadual do País.

A minha intenção, nesta sessão, era fazer a leitura das atas, mas por economia de tempo e para não esgotar a paciência dos Srs.Senadores, solicito à Mesa a transcrição, nos Anais do Senado da República, do seu conteúdo completo (Requerimento nº 495, de 1998).

Para isso, passo as mãos da Mesa as atas de Leasing e da Diretoria, que já enviei ao Banco Central há algum tempo, bem como ao Ministério Público do Estado do Paraná, sem que nenhuma providência tenha sido tomada. Envia-las-ei, hoje, ao Chefe do Ministério Público Federal, Dr. Geraldo Brindeiro, na esperança de que aquele órgão tome as providências necessárias para que os ladrões do Banco do Estado do Paraná respondam ao devido processo e, posteriormente, sejam recolhidos a uma enxovia pública.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENADOR ROBERTO REQUIÃO EM SEU DISCUSSO

BANESTADO LEASING S.A.
ARRENDAMENTO MERCANTIL

208ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 25.11.97 NOVEMBRO DE 1997

Neco – Vamos dar início a 208ª reunião ordinária de administração e 33ª reunião extraordinária do conselho fiscal. Eu gostaria que os senhores passassem a minuta da pauta da reunião anterior, e se os senhores tiverem alguma observação, algumas necessidades de mudanças no texto aqui elaborado, então por favor.. Eu tenho. Na página, na folha 09 da ata da reunião anterior, na página 09 no parecer do Comitê de Crédito 01: "considerando o pagamento de 240 mil em junho de 97", só que anteriormente na página 08 no item 10.2 empresa ... onde está "com vistas a solucionar as suas pendências juntos à BLAM, baixou 250 mil em agosto de 97. O que é que vale é julho de 97, 240 mil ou é agosto, 250 mil. Está conflitante aqui, tanto a importância como a data.

Arlei – Vou confirmar isso daí.

(*)Republicado por incorreção na publicação do DSF de 16-10-98, páginas 14097 e seguintes, dos documentos a que se refere o discurso.

Neco – Na mesma página descendo um pouco mais objetivo, prazo de 36 meses a partir de janeiro de 1997. Eu suponho que é janeiro de 98.

Arlei – É isso aí mesmo, está correto, janeiro de 98.

Neco – Na página 11, no Leasing -back feito à empresa Helisul Táxi Aéreo, eu gostaria de perguntar ao Arlei se não preocupa em fazer o seguro da aeronave.

Arlei – Claro, é exigido.

Neco – Mas não está escrito aqui.

Arlei – Esse caso aqui, ainda não foi contratada a operação.

Neco – è exigido, é norma.

Arlei – É. Inclusive sobre isso a gente teve um problema sério porque não foi feito o seguro de uma aeronave, eu vou contar lá na frente.

Bompeixe – Uma outra aeronave.

Arlei – Uma outra aeronave. Não tem nada a ver, essa operação não foi contratada ainda.

Neco – No caso específico é importante a Leasing se resguardar e fazer o seguro porque em caso de acidente a perda é total.

Sérgio Mota – Cem por cento.

Arlei – Eu acho que pode colocar aqui viu Emanuel, garantia da operação com seguro.

Bompeixe – Com seguro.

Arlei – E respectivo seguro. No final do parecer da aeronave da Helisul.

Emanuel – 11.1.2, página 11.

Neco – Parecer da Banestado Leasing S.A – Arrendamento Mercantil: Em virtude do valor da aeronave, e, seguro, e procuração para... junto a UNIMED. O seguro de aeronave tem que ser obrigatório para quem está fazendo leasing.

Aldo – Isso é uma norma geral?

Vargas – É geral, todo bem tem que ter seguro.

Arlei – Infelizmente nós tivemos um caso aí que não tinha. Lá na frente a gente vai mostrar.

Neco – Eu não tenho mais nenhuma observação, se os senhores tiverem alguma informação que se manifestem. Temos a nossa pauta extensa.

Aldo – Eu tenho. Na página 19, onde consta a renúncia do conselheiro Miguel Horst Bompeixe, Eu só gostaria de saber se o conselheiro, apesar dos apelos que nós fizemos, se ele mantém a sua decisão?

Bompeixe – Eu estou em u não apresentei renúncia, eu iria apresentar.

Neco – Eu acho que, ao invés da palavra renúncia de conselheiro, põe carta de conselheiro. No item 12.6, o senhor põe aqui ao invés de renúncia, carta de conselheiro.

Sérgio Motta – No título, ou manifestação.

Neco – Carta porque vai ser escrito, formal. Tudo bem, então não havendo da parte dos senhores conselheiros mais nenhuma alteração para a aprovação da minuta da ata, eu peço aos senhores que se estiverem de acordo permaneçam como estão, se não estiverem que se manifestem. Aprovada a ata conforme a redação, e as alterações sugeridas. A ata da 78ª reunião ordinária do conselho fiscal está sob a apreciação dos senhores para aprovação dos senhores conselheiros fiscais. Aprovada também a ata. Agora nós passamos a página 1 da pauta. Nós pediríamos ao Sr. Arlei que se manifestasse a respeito do Demonstrativo Sintético do Resultado Contábil.

Arlei -Presidente, eu gostaria antes de começarmos a entrar na pauta. Nós temos aqui a presença da Divisão Jurídica do Banco, o Dr. Milton e Dr. Francisco que é da área mais criminal aqui do Banco, tem o auditor do Banco o João Maria, inclusive para esclarecer algumas indagações que ficaram pendentes na última reunião do conselho. Então eu gostaria que o Dr. Francisco ele vai se manifestar sobre o problema dos processos administrativos dos funcionários, com relação ao Ministério Público e também com relação à Empresa Amorim Sergipe, Rápido Laser e Pré Motor; as providências que estariam sendo tomadas nesse campo. E o Dr. Milton também está acompanhando e depois o auditor, o João Maria vai falar que ele está participando de todo o levantamento do escritório do Küster tá, então são as pessoas que estão intimamente ligadas no processo. Vão passar então as informações. Dr. Francisco tem a palavra.

Dr. Francisco – Nós preparamos um relatório bastante resumido, a cerca das providências tomadas pela divisão jurídica da qual a cópia já está com os senhores. A pedido da Promotoria de proteção ao patrimônio público nós encaminhamos cópias de todos os relatórios da auditoria e de todos os processos administrativos. A área cível dessa Promotoria vai apurar a responsabilidade civil, ou seja, tentar o ressarcimento dos prejuízos sofridos pela Leasing por essas pessoas. E a área criminal a responsabilidade penal. Há fortes indícios da ocorrência de crime, a Promotoria já mencionou corrupção, concussão, formação de quadrilha.

Neco – Nessa história qual dos casos que o senhor pode dizer?

Dr. Francisco – Todos os relatórios indicam a ocorrência de crime. Agora, na opinião da Divisão Jurídica o crime praticado na Leasing, o Promotor da área criminal. Prosseguindo então, o Ministério Público Estadual, na área criminal, obteve a quebra de

sigilo bancário de três ex-funcionários da Leasing, o Luiz Antonio, o José Edson e o Nacim. E o que ele descobriu? Ele descobriu que empresas que tiveram deferidas operações com a Leasing, faziam pagamentos a uma pessoa chamada Eusir Bággio, e que o Eusir Bággio repassava parte desses valores ao Luiz, que por sua vez repassava ao José Edson. Não há maiores indícios com relação a participação do Nacim. Com relação ao Luiz Antonio e o José Edson há fortes indícios. O dinheiro saia da empresa, ia para o Eusir e depois para o Luiz e para o José Edson. Então com base nisso esta apurando sobre o crime de corrupção e o crime de concussão. Se eles solicitaram propinas ou se eles exigiram o pagamento de propinas e também o crime de formação de quadrilha. Então essa é a linha de investigação do Ministério Público Estadual na área criminal.

Neco – Dr. Francisco desculpe interrompe-lo, é que hoje eu tive uma visita de um cliente da Leasing, a TV Mix de Londrina, o Dr. Milton estava presente e ele confirmou que ele foi sugerido por um cidadão de Londrina chamado Paulo Alho, que tem uma Brasília; ele estava com dificuldade de encontrar recursos e fazer uma operação junto ao Banco do Estado, e se fosse a Leasing e ele dando uma contribuição ele poderia conseguir, e ficou comprovado, e ele hoje na minha frente e de testemunhas ele confirmou que ele deu 12 mil reais em dinheiro para o Edinho, uma câmera fotográfica, uma filmadora. Então com o Edinho já tem a prova dele com cliente do Banco.

Betenheuser – Ele, somente indagado e sugerido que viesse a depor na Auditoria, ele se negou alegando que não gostaria de estar com "juiz de cor".

Dr. Francisco – Várias pessoas já nos procuraram com a mesma história mas igualmente se recusaram a formalizar...

Neco – Não, mas agora ele falou na minha frente, na frente do Dr. Milton aqui no Banco e nós podemos indicá-lo como testemunha, como corruptor...

Vargas – Ai ele é intimado a depor.

Neco – Lógico.

Betenheuser – O senhor quer que seja encaminhada esta pauta?

Neco – Sim, porque que não! eu fiquei sabendo disso.

Betenheuser – Então tem que encaminhar, porque ele se negou a qualquer depoimento que disse que iria envolver terceiros. Eu vou encaminhar dessa forma Presidente.

Neco – Eu na função que eu estou sabendo, um fato desses, eu não posso ficar omisso.

Betenheuser – Está ok Presidente, o problema é o seguinte: Se ele se recusar a depor e eventualmente chamado em juízo. Mas tudo bem, vamos encaminhar essa forma. Vamos passar a qualificação dele ao Ministério Público, dando essa informação.

Neco – Por favor! Por favor.

Dr. Francisco – Bom, além dessa investigação do Ministério Público Estadual, nós também solicitamos à Procuradoria da República no Paraná a abertura de inquérito policial. Nós entendemos que caracterizados crimes contra o sistema financeiro nacional.

Neco – Chamado crime do colarinho.

Dr. Francisco – Crime do colarinho branco, gestão fraudulenta da instituição financeira e em alguns casos fraude em financiamentos. A gestão fraudulenta envolve o pessoal da Leasing, o Diretor-Presidente à época e mais essas pessoas aqui, Luiz Antonio e José Edson. E as de financiamento envolvem os empresários que tomaram dinheiro da Leasing. Eu tenho aqui cópias de todas as notícias de crime, são vinte e seis notícias de crimes encaminhadas ao Ministério Público Federal.

Neco – O Senhor poderia transferir ao Dr. Bompeixe, por favor. Por gentileza.

Dr. Francisco – Nos casos em que houve crime por parte dos empresários, são aqueles de Sergipe, da HABITACIONAL, da RÁPIDO LASER e da AMORIM SERGIPE. Nós temos um caso em São Paulo da PREMOTOR, está bem caracterizado ocorrência de crime no caso de financiamento, os bens não existem; foram usadas notas frias para obtenção de financiamento. Nós temos um caso de São Paulo, a SAN JOSEPH, também com notas frias. Outra de São Paulo da LOPEN INFORMÁTICA, notas frias. E todos esses casos estão sendo apurados pelo Ministério Público. Eles ainda estão analisando a documentação que nós encaminhamos, são vinte e sete pedidos, vinte e sete relatórios; quer dizer, uma documentação farta. Fora os processos administrativos. Há um único caso que já há abertura de inquérito policial, é o Sr. Oswaldo Luiz Magalhães dos Santos, que forneceu informação falsa ao Banco Central. No caso da RÁPIDO LASER...

Neco – Domicilio.

Dr. Francisco – Domicílio, exatamente, então neste caso já há um inquérito instaurado em curso aqui na Delegacia da Policia Federal de Curitiba. Já foram ouvidas as testemunhas arroladas pelo Banco, entre elas o Sr. José Maria e já foi ouvido o pai do Sr. Oswaldo. O inquérito está em fase de espera das respostas de alguns ofícios que o delegado en-

caminhou a diversos órgãos né, Exatoria, Prefeitura, Junta Comercial de Sergipe etc. Eu acho que o relatório, se alguém tiver mais alguma dúvida?

Neco – Eu tenho. No caso do Sr. Oswaldo, que é o Diretor Presidente, é o maior responsável, não há dúvida é quanto a isso.

Dr. Francisco – Não, não há dúvida.

Neco – O pai dele foi convocado pra prestar declarações, exatamente pra comprovar o domicílio aonde comparece o domicílio do escritório dele como o endereço do Contrato Social da firma RÁPIDO LASER, certo?

Dr. Francisco – Isto, certo, para explicar a situação.

Neco – Ou ele pode dizer que ele fez um favor para um amigo tá? Qual a implicação criminal? Porque isto aqui é um falso testemunho!

Dr. Francisco – Sim, sim. Sabe o que? Eu não tenho cópia do depoimento dele.

Neco – Como? Como?

Dr. Francisco – Nós solicitaremos ao delegado cópia desse depoimento dele. Mas o Delegado já me adiantou o seguinte: É o Sr. Joaquim dos Santos Filho.

Neco – É, Joaquim dos Santos Filho, ladrão da Caixa Econômica Federal, entre outros.

Dr. Francisco – Então ele disse que a responsabilidade não é dele nem do filho dele. O pessoal da Sergipe foi que usou indevidamente o endereço dele.

Sérgio Motta – Que coincidência!

Dr. Francisco – É coincidência.

Vargas – Depois deu outro endereço lá do Boqueirão que não era nada também.

Dr. Francisco – O endereço do Boqueirão era...

Sérgio Motta – Era de uma firma fechada do pai dele.

Dr. Francisco – Então eu conseguirei cópias de todos esses depoimentos e apresentarei à Presidência oportunamente.

Neco – É nós vamos tentar agora com a TV MIX incriminar esse rapaz e ele vai ver o peso agora, do crime que ele fez. Certamente depois disso ele vai abrir a boca.

Dr. Francisco – É lamentável que os funcionários da Leasing tenham sido punidos, ou melhor, não é lamentável; é lamentável que só os funcionários da Leasing tenham sido colhidos até agora.

Neco – Qual a sugestão que o Senhor dá? O que o Banco pode fazer com o Secretário?

Dr. Francisco – O que o Banco pode fazer ele já fez né?

Neco – O Banco encaminhou à Polícia Federal que cabe fazer isso, agora, que o homem que é homem de confiança do governador não me cabe questionar isso.

Dr. Francisco – Apenas registro que isso é lamentável né?

Sérgio Motta – Houve algum indício de crime na emissão das debêntures da Leasing.

Dr. Francisco – Eu não acompanhei essa emissão. Não trabalhei o relatório da Auditoria que tratou dessa emissão.

Sérgio Motta – E a Auditoria sabe?

Arlei – O relatório da auditoria não apurou nada.

Sérgio Motta – Nada, nada?

Vargas – Mas você não pode enquadrar o Sr. Oswaldo no Colarinho Branco também? Federal?

Betenheuser – Sim, ele foi enquadrado por informação falsa.

Dr. Francisco – Por informação falsa e gestão fraudulenta.

Vargas – E outro tipo previsto na lei, não?

Dr. Francisco – Têm que ver o seguinte, o que é que está acontecendo. Se os senhores observarem tem vários segmentos de informações que estão indo as diversas esferas de polícia. No Ministério Público Estadual atua as duas concentrações, na esfera criminal buscando cada um dos fatos e uns foram apurados nos Processos Administrativos, e eventualmente também cada um dos fatos que serão apurados em decorrências das ações que se comovem de reintegração. Do lado cível, o Ministério Público deve analisar possibilidades de ações de improbidade administrativa, buscando seqüestro de bens etc. Certo? Então já há uma segmentação de informações. O problema é o seguinte: Trabalhar com todas essas informações de tal forma que se produza alguma coisa que traga resultados. Na fase seguinte também tem o primeiro contato o Ministério Público está analisando ainda todas as informações trazidas, até que eles possam enquadrar cada um dos agentes que estão tidos como responsáveis. Pode eventualmente chegar ao Diretor- Presidente entendendo que ele, em decorrência de todas essas ações, em função talvez de fiscalização, de controle, talvez possa ser lhe imputado uma responsabilidade maior de que é a de " falsidade ideológica e gestão temerária". Certo? Mas isso é ao final de toda essa análise, ao final de toda essa persecução penal.

Neco – Dr. Francisco, a respeito da sua afirmação aí, eu tenho já conhecimento que tem uma correspondência e que o Banco Central questionou o

endereço do pai do Presidente da Leasing e ele alega numa correspondência que já li, que ele ofereceu como gentileza para... Existe isso escrito e assinado pelo Oswaldo dos Santos.

Betenheuser – Esta informação já esta fazendo parte do processo da Auditoria e hoje do inquérito policial.

Bompeixe – Não, não faz parte do inquérito policial.

Neco – Porque, então a informação que o pai esta dizendo que não estava sabendo, não é bem isso.

Betenheuser – É que veja o senhor o seguinte, ele esta só depondo primeiro numa parte policial certo? E é o princípio do direito que mesmo na fase inicial que eventualmente ele vier a ser denunciado, ele pode se negar a prestar depoimento que traga prejuízo na ordem criminal certo? Então ele, nesse momento ele faz por produzir uma verdade, certo, que está vindo em defesa dele em função de uma própria acusação. Enquanto testemunha, se for arrolada, aí sim ele daí poderá responder pelo crime.

É que ele assinou, tem uma correspondência, que ela foi ao Banco Central, e ele ofereceu o endereço...

Betenheuser – Foi justamente essa base para a instauração do inquérito policial.

Arlei – Só que na Junta Comercial esse endereço consta como da empresa.

Dr. Francisco – Não, é que eles fizeram as alterações contratuais.

Bompeixe – Senhor Presidente, uma pergunta aqui. Se envolveu o Paulo Alho da Silva, mas era bom fazer o levantamento se a construtora Brasília ou Alho da Silva fizeram operações com a Leasing, pode estar nos últimos anos.

Arlei – Nos últimos anos não.

Bompeixe – Olha você tem que dar "x" pra sair um "favorável" é porque ou eu tenho conhecimento ou já pratiquei isto.

Sérgio Motta – Sem dúvida.

Arlei – Ela era devedor da Leasing e do Banco. A Construtora Brasília tem operações em Crédito Liquidação hoje.

Neco – Quem é que autorizou essa operação com a Leasing?

Arlei – Parece que foi feito na Leasing pra pagar o Banco e no Banco para pagar a Leasing.

Vargas – E estão mal das pernas.

Vilmar – Ele não era secretário de administração lá?

Bompeixe – O irmão dele.

Arlei – Isso em 94 e 95.

Bompeixe – O irmão dele foi Secretário do Chico.

Arlei – Alguém quer mais uma informação do Dr. Francisco aí?

Dr. Francisco – Bom, eu deixei todas as cópias aqui.

Arlei – Então agora o doutor o Milton quer falar alguma coisa a respeito, pode falar.

Betenheuser – É sobre o relatório que foi solicitado da Leasing, o relatório realmente é muito extenso e é muito mais produtivo aos Conselheiros do ao Conselho Fiscal, que melhor que nós possibilitemos que eles possam ter acesso ao sistema de andamento processual, pra que eles investiguem, procurem saber o que é de necessário e não todo esse calhamaço de informações.

Neco – Eu acho que devemos perguntar a opinião deles.

Betenheuser – Não eu só estou sugerindo, eu falei "navegar" e o Dr. Bompeixe disse não, navegar não é comigo, o meu negócio é "nadar".

Vargas – Naufragar.

Neco – Então eu acho que se eles solicitaram por escrito, então tem que ser por escrito.

Betenheuser – Sim, eu estou passando por escrito. Estou sugerindo que...

Neco – Entrega ao Dr. Bompeixe ele está perto de você.

Vargas – Se tiver algum caso de interesse, vai no sistema ai acessa.

Betenheuser – A qualquer momento, pode ser em Londrina, próximo a uma agência, pode consultar.

Arlei – A agência vai se assustar.

Bompeixe – Já que o Doutor esta aqui, aproveitando o ensejo, eu sei que uma das preocupações dele é a questão dos perdigueiros, embora nós não tenhamos nenhum canil, mas eu pergunto a ele o problema daquelas empresas, como é o nome? CUMJUR e PLUS.

Vargas – CUMJUR/PLUS.

Betenheuser – O que está acontecendo na Leasing é o seguinte. Em razão de uma solicitação do Conselho, essas empresas aí, o está acontecendo o seguinte: Eu tenho como conceito que localizador, que hoje mudaram o nome de perdigueiro para localizador, deixar mais bonito né? Tem que ter exceção, você contrata perdigueiro na exceção, ou seja, quando tiver dificuldade na localização de bens, ou fazer uma reintegração específica de grande monta, aí você contrata esse pessoal especializado, digamos assim, está ligado o gravador, "mais

truculento", que vai lá e toma a coisa. Isso na exceção. O que aconteceu na Leasing, é que isso virou regra, certo? E isso favoreceu então diversas pessoas que estavam buscando e cumprindo a sua função, mas sem uma regra específica. Diante de argumentos trazidos para o Conselho de Administração e questionados ao GEDEL na época, então resolvemos a situação assim: vamos suspender tudo isso aqui, e passamos uma normativa certo? Dando poderes específicos a quem pode autorizar tal contratação, certo? Porque é difícil fazer, digamos assim, uma escolha de uma pessoa, porque o localizador ele vende a informação, agora se ele contatou um veículo, vocês não conseguiram então eu percebo, a remuneração eu quero tanto. Então é difícil fazer justamente as contratações, então o que vai acontecer, a partir de setembro nós emitimos uma norma que diz o seguinte: "Somente a Divisão Jurídica, os dois departamentos do Jurídico, o GEDEL e os advogados regionais tem autorização para que se contrate perdigueiros nas seguintes situações: Inexistência dos bens, não localização do paradeiro dos bens, dificuldade no cumprimento dependendo do montante do crédito, do tamanho dos bens a serem removidos em fim, de tal sorte que haja regras específicas. Claro que estamos passando uma fase de experimentação se isso vai funcionar, porque, uma regra que anterior que é elástica, porque não tinha regra, e hoje uma regra mais rigorosa. Então o que é que nós temos que avaliar, verificar se nesse novo sistema vai haver a mesmo a solução. E uma vez se amoldando ao sistema, vamos aperfeiçoá-la. É que hoje nós estamos fazendo, vendo a situação da Leasing, aos poucos está se trazendo regras, regras e normas. Certo?

Arlei – Que antes não existiam.

Sérgio Motta – Nós continuamos pagando a PLUS e a...

Arlei – Sim, quando necessário, como se faz agora.

Vilmar – Tem problema também que tinha coisa que já que estava em mão deles e o processo não pode tomar também.

Betenheuser – E tem mais uma situação, eu pedi ao setor de cadastro do Banco, que faça o cadastramento de localizadores de tal sorte que eu mos fazendo. Isto serve tanto pra Leasing como para o Banco.

Bompeixe – Só para dar um exemplo, o que o Arlei me falou hoje, uma diligência que envolve vários bens custou 1/3 (um terço), aliás, (um quarto), do que vinha sendo cobrado anteriormente, (um quarto). A média era R$ 1.200,00 (um mil e duzentos), R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), por veículo.

Arlei – Nós negociamos eu quero dizer o caso de Aracaju, chegou hoje o localizador, não é mais perdigueiro, localizador, e sabe quanto custou tudo? Ele localizou 15 cavalos, 14 semi-reboques já estão lá guardados, já aprendidos, inclusive está vindo as fotos daqui a pouco pra ver o estado lastimável que estão estes bens. 14 semi-reboques, 23 máquinas industriais, está tudo numa área só lá em Aracaju. Reintegrando tudo isso aqui, mais despesas de viagens, despesas de hospedagens e pagou mais oficiais de lá porque tem que pagar, deu mais de seis mil lá, R$ 20.000,00 (vinte mil reais). É que a gente negociou antes, agente paga todas as despesas de viagens tudo, só que nós vamos acertar um preço especial por cada veículo apreendido. É o que a gente negociou, pagamento como era um lote grande né então a gente fechou por isso aqui. Uma notícia até agradável.

Neco – E a empresa que teve os bens interditados?

Arlei – Bom, agora o que acontece. Com esses bens aqui, outros bens vão ser localizados, então o que esta acontecendo é que o nosso crédito, nosso fiel depositário do que faltou dos bens, aí entra...

Betenheuser – Não, não, aí não é o Francisco. Ai é própria ação cível, que é depositária judicial, então voltando a precatória, da informação que não foi levantada dos bens, faz-se um requerimento ao Juízo que ele apresente em vinte e quatro horas, sob pena de vir com decretação da prisão de até um ano de cadeia.

Arlei – Ai teve uma decretação...

Betenheuser – Não, não compete não. Só após o depósito judicial.

Bompeixe – Mas ele já era "depositário judicial"?

Betenheuser – O leasing não tem depósito.

Arlei – A informação que o localizador me trouxe inclusive, que ele já foi objeto, o seu Amorim lá, Sergipe. Ele já foi objeto de prisão por parte do Banco do Brasil, que não localizou os bens, lá na Nossa Senhora do Socorro o local, mas daí dizem que já entrou com "habeas corpus"

Bompeixe – Foi aprendido uma laranja lá.

Vargas – Não cabe manifesto.

Dr. Francisco – Com licença, me ocorreu uma sugestão, o Senhor disse o que mais se pode fazer, eu não sei se cabe. Eu sei que o Sindicato dos Bancários esta encaminhando ao Governador uma nota

de repúdio pela permanência desse Senhor como Secretário de Estado, porquê? Porque enquanto ele for Secretário de Estado, ele tem foro privilegiado e isso prejudica as investigações tanto do Ministério Público Federal como o Ministério Público Estadual. Ele tem foro privilegiado lá Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal.

Betenheuser – Não é primeira instância o juiz do Tribunal Federal, é o TRE que vai, e o TRE, acumulado como está.

Dr. Francisco – A sugestão que eu faria é a seguinte: É se o Conselho da BLAM não poderia encaminhar um expediente ao Governador dando conhecimento do resultado da Auditoria e do envolvimento do Senhor Oswaldo nessas irregularidades, tocar no evidente envolvimento do Senhor Oswaldo nas irregularidades?

Neco – O Governador já sabe,

Dr. Francisco – Oficialmente?

Neco – Pessoalmente.

Sérgio Motta – Mas não oficialmente.

Dr. Francisco – Uma manifestação oficial do Conselho de Administração da BLAM.

Neco – Isso compete aos Senhores.

Vargas – Eu acho que o que se poderia dizer Presidente, é oficiar o que esta relatado, as providências que estão sendo tomadas em relação à BLAM, que ele estaria envolvido, mas não precisa absolutamente entregar todo o dossiê, dar notícia. Oficializa uma notícia que ele sabe pessoalmente, que ele conhece pelo menos. Isso oficializa de uma forma suave, está certo?

Bompeixe – Porque suave? Então não comunica, fica mais elegante.

Eu posso dizer aos Senhores que eu tão logo soube do episódio, o Valter Benelli me deu a primeira notícia, eu fui levar ao Secretário da Fazenda, que é meu superior, nós fomos falar com o Governador, ele me pediu que desse a ele o direito de defesa, a pedido do Dr. Bompeixe ele foi convocado, o Oswaldo compareceu, o fato dele Ter desrespeitado ao Dr. Bompeixe como Conselheiro do Banco, daí foi que eu enviei à Promotoria de Assunto Federal a denúncia, criou um problema a meu ver, criou.

Arlei – O Governo indiretamente sabe. O Banco mandou, o Governador sabe.

Neco – Vou dizer para os Senhores, quando eu estava saindo da sala do Governador, dentro da sala, eu e o Governador, o Giovani Gionédis e o Rafael Greca, o Greca se adiantou e disse assim, Neco esse cara é um ladrão, noutro momento tomaram a decisão, a minha obrigação foi cumprida eu lamento pelos Senhores, mas nós estamos vivendo essa situação. Posso dizer aos Senhores que está começando a nascer, na Secretaria que ele está administrando, que veio uma solicitação de empréstimo para a Paraná Turismo, para adquirir no exterior um negócio de plástico para fazer uma pista de dança de plástico. R$l.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), o Banco não autorizou. não tem nenhuma operação de origem da Secretaria de Esportes. Então, se por ventura os Conselheiros quiserem manter um contato primeiro com o meu superior do Banco que é o Dr. Giovani, eu estou à disposição, posso até acompanhá-los levá-los, porque cabe a ele que é o representante do Banco junto ao Governo Estadual, levar ao Governador. Eu tenho que me reportar a Ele, nós estamos numa hierarquia. Podemos marcar um dia uma hora, mas tem que ser com antecedência, ele está indo amanhã a Brasília ver esse negócio de protocolo do Governo do Estado com o Banco Central isso é pra venda de banco oficial, e hoje as sete horas foi ver um problema na Cidade Industrial, posso conversar com ele e pedir uma audiência para os Senhores Conselheiros e Conselheiros Fiscais, e levar assim um repúdio ao Senhor Oswaldo como administrador da BLAM.

Sérgio Motta – Até antes do Sindicato fazer a bagunça que vai ser, daí vai ter imprensa e aquelas coisas todas.

Vargas – Fazer já isso, fazer já.

Neco – O Governador está saindo agora às 19h para Londrina, amanhã ele vai inaugurar uma série de início de obras. Então às 19h eu vou estar com ele e com o Secretário Giovani. Eu posso tocar no assunto e pedir audiência com os Conselheiros da BLAM. Eu acho, na minha opinião o melhor caminho.

Vargas – Pode ser.

Arlei – Acho que então é assim, então nós passamos ao nosso Auditor, o João Maria que é Auditor do Banco e que tem acompanhado na Leasing, Presidente, um trabalho que foi solicitado inclusive pelo Conselho, e apontado por nós na época, aliás o Escritório que faz todo o trabalho advocacia da Empresa na área do Milton Küster. Então daí estamos fazendo tipo uma conciliação, porque foi feito muito adiantamento prá esse Escritório por conta de processos em andamento e daí o João Maria, Auditor está fazendo levantamento na própria Leasing e lá no escritório, inclusive o Küster tem ido lá direto, então eu gostaria que ele relatasse como é que esta esse...

Neco – Vai lá porque a Leasing não tem controle?

Arlei – Não é isso, é que ele precisa ir lá e checar com que tem na Leasing e não checar as informações que tem com ele, esta fazendo conciliação os três.

Bompeixe – Espera lá, da licença! O Dr. Milton saiu daqui agora o que é uma pena porque ele disse que não tem.

Arlei – Não tem o que?

Bompeixe – Não tem controle.

Arlei – Não, mas o João Maria vai falar para os Senhores. Ele vai dizer se tem controle.

Bompeixe – É. João Maria quem é?

Arlei – Ele é Auditor. Auditor do Banco.

Bompeixe – Não devo contestar?

João Maria – A gente, por solicitação da Diretoria da Leasing, é que a Auditoria entrasse com processo pra tentar compor aquele saldo que apresentava como adiantamento dos honorários...

Neco – Desculpe, a Auditoria da Leasing, ou Auditoria do Banco do Estado?

Arlei – Do Banco, Auditoria do Banco.

João Maria – Então, cumprindo essa solicitação nós iniciamos os trabalhos de tentar levantar todos os valores que ali constava e que a gente viesse a compor ou validar o número que apresentava no balanço da Banestado Leasing. Existem controles dentro da Banestado Leasing, só que os números que constam hoje em boa parte daqueles números do balanço da Leasing é antigo, que vem remanescente de vários processos que foram iniciados em épocas passadas e que houve seqüência de adiantamentos e acabou se...

Aldo – Nos mesmos processos?

João Maria – É que tinha etapas de pagamentos pelos adiantamentos no decorrer do processo, iniciar o interesse de posse e concluía com uma ... esse processo.

Aldo – Iam atras de um recibo.

João Maria – Exatamente. Então para que esse levantamento tivesse uma validade realmente, era necessário que voltasse processo por processo, contrato por contrato e que fosse, foram ajuizados e que compõe aquele número, que hoje da setecentos e oitenta e poucos contratos, e que compõem aqueles setecentos e poucos mil reais que está lá de adiantamento na Banestado Leasing. O trabalho está um pouco lento, a gente concorda que realmente deveria ser, estar mais adiantado, mas em busca dessa validação desse número é que esta lento, tem que ir contrato por contrato que é coisa antiga, tem coisa de 95, tem coisa de 94, tem que compor os valores, buscar recibos, olhar a ação realmente se foi reintegrada se não foi reintegrada, se já foi feito um acerto com o Küster né, e compõe aquele número na íntegra e que já foi paga, tem uma série de hipóteses que podem acontecer dentro de um desses contratos. Então é um trabalho que está sendo desgastante, mas a gente tem colhido até agora bons resultados. Acredito que essa semana o levantamento de campo, que é buscar documentos, acaba, aí a gente vai partir pra classificar os problemas que realmente que podem acontecer.

Sérgio Motta – Até agora não tem nenhuma opinião, nem uma vaga idéia de como foi aquilo que aconteceu?

João Maria – Olha, vaga idéias, tem algumas coisas que a gente percebeu, que tem valores que estão lá dentro lançados e que não são adiantamentos; são despesas que estão lá classificadas de forma errada porque, porque na informação que veio do escritório teria ação onde o, a parte réu do processo, ação passiva, que está lá como adiantamento e que na realidade e despesas extras pagavam o valor para que ele efetuasse o trabalho. Isso está lá e quer dizer, é meramente classificação, isso digamos alguma coisa que a gente verificou mas que não é grande, não é números desse tipo, que compõe esse número de erros digamos, de classificação incorreta é pouco.

Sérgio Motta – Uma sugestão, ao invés de você partir de 94 pra cá, não daria pra você partir daqui pra trás?

João Maria – É, veja bem, todo o processo que nós temos hoje, nós estamos guardando todos, todos, todos. Inclusive os antigos, já que o valor que se consta é um numero que até então a gente julga vago, porque não da pra validar, porque realmente existe aquele adiantamento, é real, tem que se validar todos. Não dá pra fazer uma seleção de alguns contratos e tentar validar e não validar o restante, tem que fazer cem por cento.

Bompeixe – Existem todos os registros na Leasing?

João Maria – Os registros existem.

Bompeixe – Todos?

João Maria – O que não existia era controle sobre processos.

Vargas – Eles pagam e jogam na conta adiantamento de despesas e aí fica lá.

Bompeixe – O Senhor também verificou que determinado valor, se tornou praxe pagar por outro? Isso constou aqui.

João Maria – Era o que acontecia, até quando começamos a fazer o trabalho dentro da auditoria,

dentro da Leasing com relação aos pagamentos dos adiantamentos, se pagava os 10% de adiantamento sobre o 100%.

Vargas – Eu encaminhei no dia cinco de novembro, viu Dr. Bompeixe...

Betenheuser – De todo o passado que ele tem que verificar caso por caso, o que é que foi pago de cada um, pra verificar se agora ou no futuro teria alguma coisa a devolver ou a pagar.

Vargas – É exatamente isso, eu peguei, no dia cinco de novembro eu encaminhei à Leasing uma carta sugerindo que a Auditoria verificasse todos os aspectos importantes. A maioria dos adiantamentos, sucumbência, honorários, como você quiser identificar, eram pagos uma taxa de 10%. Independente do tipo de ação, do tipo de fase que se encontrava a ação. Enquanto que o contrato assinado com ele, isso em 94 previa: Na distribuição, na reintegração ou na venda do bem reintegrado 1% em valores de ação até cem mil e 0,5% acima de cem mil. Essa diferença é que tem que ser apurada. Eu acho que é importante que se apure isso.

Betenheuser – Eu não sei se chegou a ocorrer. Vocês pediram esse trabalho antes?

João Maria – Nós recebemos por intermédio da...

Vargas – Ele recebia 10% quando deveria receber 1% ou 0,5% talvez. Essa diferença é que tem que ser cotejada, e ele deve nos devolver logicamente porque receberam a mais.

João Maria – A gente, só colocando, a gente tem realmente essa solicitação, mas prá gente participar de duas validação dos números pagos em relação ao contrato assinado, que estava vigente na época, da prá se feito é evidente, só que é um pouco mais demorado.

Vargas – Sim, são dois momentos, o primeiro momento é você conferir o que foi pago se está registrado pro Küster ou se os números conferem, o segundo momento é o valor, se foi pago 1% se foi pago 10%, se tinha que pagar 0,5%, são dois momentos.

João Maria – Com um detalhe, é que tem contratos que já foram liquidados e que depois não esta na massa.

Como assim?

João Maria – Eles tem uma armação no passado que a Leasing baixou, que foi pago dentro desse diferencial, era praxe.

Vargas – Entendeu, já terminou o processo.

Sérgio Motta – Está arquivado.

João Maria – Eles tem registro só que não tem ...

Vargas – Não, porque veja bem, na execução do pagamento, quer dizer, o que é isto? É uma despesa de cinqüenta mil, paga-se ao Küster referente tal, não tem custas.

Bompeixe – Não tem a referência no recibo ou coisa que o valha? Refere-se aos autos pagos tal, tal.

Vargas – Pago custas, acabou.

Betenheuser – É justamente isso que nós precisamos. É pagamento, e não precisa dizer, isso aqui é pra isso, isso aqui é pra isso.

Vargas – É exatamente.

Betenheuser – Foi validado, conforme disse o Dr. Vargas.

Neco – Dr. Bompeixe, eu sou novo aqui na casa, desculpe a minha ignorância, a minha necessidade de conhecer os fatos. Aconteceu um episódio agora esses dias lá em Londrina, como eu estou muito mais em Londrina, eu estou orientando o Colette que distribua igualmente as ações da Regional SUREG Londrina para todos os advogados credenciados e não canalizando privilégios pra um. O advogado do Banco pediu demissão, pediu transferência para outro local.

Frare – Senhor Presidente, deixa eu só acrescentar, uma ótima atitude sua e isso aí deveria ser estendido para as demais regionais, que no caso de Cascavel, tem concentrações em cima de um escritório só.

Bompeixe – Meu amigo eu quase apanhei na Regional lá em Londrina, só por causa disso. Que é isso companheiro!

Frare – Ele tomou iniciativa!

Sérgio Motta – Deve ser agora, recente.

Neco – Agora recente, agora. Entendeu Milton? Eu não sei se é você que determina os advogados do Banco, eu não sei se é da sua determinação a transferência ou a indicação de advogado. Lógico você tem conhecimento dos advogados credenciados, eu tenho já dito aqui no Colegiado e na Diretoria, que as causas de grandes valores é de responsabilidade da Presidência. É o caso da ASPEN PARK, está na mão do Dr. Hosken hoje e do Dr. Cesário, é o caso da FREEZAGRO, são os grandes devedores do Banco. E chamou-me, causou-me estranheza que hoje eu telefonei lá pra Londrina, aí é que ele me informou porque eu determinei que se fizesse igualmente como tem que ser, cinco advogados em seqüência, não importa escolher, acontece em dias alternados, de acordo com o não pagamento, e parece que o nosso advogado não gostou muito.

Betenheuser – Não, não. Presidente, o fato que eu tiver que contornar foi o seguinte: Que reunião com os gerentes, Colete falou que havia suspeita, que o advogado da Regional estaria recebendo propina para canalizar processos. O Dr. Faquim, é uma pessoa que eu posso dizer, extremamente honesta e muito introspectivo, ele não soube contornar profissionalmente este fato, e se fechou em si, se fechou na ostra e caiu em depressão. Ele não tem mais condições de voltar à SUREG em função desse acontecido, certo? Porque talvez a comunicação dada aos gerentes, a reação dos gerentes de dar risada, porque talvez tinha sido conotação de brincadeira, e ele não conseguiu suportar, por isso é que ele pediu afastamento. Ele me ligou à tarde, chorando, Presidente, em função desse fato, busquei contornar certo? Eu estou por enquanto trabalhando com o advogado da SUREG de Santo Antonio para atender Londrina, porque Londrina está efetivamente na parte do jurídico um verdadeiro desmando, um absurdo o que está acontecendo lá.

Neco – O Senhor acabou de dizer que o rapaz é bom.

Betenheuser – Sim, mas ele estava precisando se tratar.

Neco – A única bondade se nota aí que o Senhor acabou de me relatar.

Bompeixe – Presidente, veja o seguinte, ele não conseguiu superar essa dificuldade. Estou colocando outra pessoa agora pra tentar que justamente esse problema que o Senhor esta relatando não existam mais. Que coloquem em ordem o jurídico. O que aconteceu foi o seguinte: Foi uma descentralização de todas as ações, não era a Regional que estava segurando as ações, era cada agência, cada agência indicava pra quem entendesse, então sorte que um mesmo devedor tinha dois ou três advogados. Por isso Presidente eu estou tentando colocar no trilho.

Bompeixe – E digo mais. Presidente, se o Senhor me permite, não é brincadeira não, tem coisas que acontecem lá que as vezes eu trago aqui a colação aos Senhores, parece brincadeira, não é brincadeira com ele: Colete, como é que eu faço a distribuição? Converse com o Milton. Mas eu tenho uma sugestão pra fazer, se eu tenho dez advogados faz um sistema de distribuição por mês. Agora não vai distribuir como fazem em alguns lugares, esse aqui é de R$ 1.000,00 (mil reais), para o escritório de Castro, de R$ 800,00 (oitocentos reais) Apucarana, não é mil e um milhão. Faz por faixa de valor. Então, ações até R$10.000,00 (dez mil reais), todo mundo vai receber um dia, ações até R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), todo mundo vai receber um dia, porque é que aquele que vai comer o filé também tenha que roer o osso, essa sugestão eu dei. Na administração anterior, eu não fui expulso da agência por sorte, eu fui sugerir, porque antes havia um esquema muito mais sério lá. Também não interessa aqui lavar sujo, morreu, se não a gente vai moer a cana e não vai sair mais caldo. Não é verdade? Esse eu escolho pra mim, o resto é pro resto. Está acontecendo em Londrina. Então quando eu sugeri, vamos fazer igualitariamente, não se conseguiu até agora, que existe um mecanismo, tem até um caso de uma moça, que se licenciou do Banco pra trabalhar em um escritório de advocacia e, por coincidência, esse advogado, deve ser brilhante, em dois meses ele conhecia todos os gerentes da Regional nome a nome. Então é muito difícil, eu acho que esse sistema de distribuição, Milton, porque o valor porque tem ações que são difíceis, principalmente quando o Banco está no plano passivo. Então tem que organizar isso aí, porque senão vai sempre acontecer isso, e que acontece em Cascavel, não é só em Cascavel não, se apertar sai mais gato da tuba.

Neco – O senhor que conhece bem a matéria podia dizer pra Presidência qual é a forma mais justa e também a forma de controlar isso? O critério é distribuir por igualdade, certo?

Bompeixe – Não eu acho que a forma não tem como, por igualdade e por valor.

Neco – Dez advogados vão receber as ações iguais, de R$10,00 (dez reais), de R$100,00 (cem reais), quer dizer dez e dez, vinte e vinte, e assim vai, você poderia por isso no papel.

Bompeixe – Estratificado. Porque aí, faz com que todo mundo tenha interesse.

Neco – E se existe, eu não sei se existe no Banco um controle de ação. Ação exemplo, agência de Bela Vista do Paraíso, ele foi ajuizada para um dos dez advogados da SUREG de Londrina certo? Quando é que ele conhece, que o negócio está, que a ação está, foi ajuizada?

Bompeixe – Ah, ele conhece porque quando vem o RTA, é uma das condições...

Betenheuser – É verdade. Presidente, a busca do Jurídico hoje é da informatização, hoje enquanto a gente trabalha com gerência de informatização, nós estamos buscando informatização. Já teve, já foi pauta deste Conselho aqui, foi pedido para a Diretoria de Informática que se fizesse, que se passasse simplesmente o layout dos arquivos de informática pra poder fazer a transformação do arquivo do "Kûs-

ter" para o arquivo do Banco e que até hoje não conseguimos. Nós já pedimos a reformulação do sistema jurídico lá da APJ, porque, nós estamos chegando a setenta mil processos.

Neco – Aonde?

Bompeixe – APJ, Sistema de Andamento de Processo Jurídicos. Continua setenta mil registros. Só que se consegue o controle disso a partir do momento que os escritórios dos advogados passem a gerenciar eles mesmos os nossos arquivos e alimentá-los . E a partir desse momento, como o Senhor quer agora, e na mesma hora que esta sendo distribuída a ação nós temos essa informação aqui no Banco. É isso que nós estamos pedindo Presidente, mas não conseguimos ainda.

Neco – Com licença, o Senhor teria isso por escrito?

Bompeixe – Tinha por escrito. A diretoria passada.

Neco – Podia dar essa correspondência pra mim, por favor?

Bompeixe – Sim, sem isso nós estamos terceirizando esse Banco e acabando com o controle. Só quem tem o controle se é o advogado credenciado. Se bate na terceirização mas não se dá estrutura pra terceirizar. Entendeu?

Neco – Me traz essa informação ai Doutor, me traz essa informação que nós vamos pegar o Galvão ...

Betenheuser – Atendendo esse tipo de coisa nós vamos ter condições de fazer as devidas alterações. É, cada Regional Presidente, se o Senhor for visitar cada uma vai ter um critério de distribuição diferente. Porque que as Regionais são diferentes, porque até quatro anos atrás quem distribuía era somente eu aqui no "DEJAD" e não tinha, ia o que fosse com o advogado. A partir do momento que eu com dois funcionários pra distribuir processos, chegando a quarenta mil, eu não tive mais condições, tive que decentralizar, sem a devida estrutura nas Regionais. E quem passou a dominar ou o Advogado ou o Supervisor ou o Superintendente Regional.

Arlei – Que nem conhece a parte jurídica, nada.

Betenheuser – Mas querem beneficiar o X ou Y.

Neco – Tudo bem...

Betenheuser – Mas Presidente também eu quero colocar a outra coisa, o Senhor veja o seguinte: Esta certo, nós temos que ter taxas de distribuição, mas há casos Presidente, no tipo, precisamos que distribuamos processos pra tal pessoa porque entendemos que ela é a pessoa que mais entende de tal matéria, por isso que nesse momento também o Superintendente Regional como é o meu que eu indiquei em outros casos, que tal pessoa pegue esse processo, porque ele conhece mais aquela matéria que os demais.

Arlei – Por isso o Küster tem o volume que tem na Regional de Curitiba.

Bompeixe – A história do Dr. Küster aí com esse volume, foi um acordo com uma composição antiga, passada.

Betenheuser – Eu vou lhe passar Presidente esse sistema de reformulação.

Neco – Nós vamos dar prioridade nisso aí tá? Outra coisa, você estava relatando o episódio do seu colega, que entrou em depressão. O Senhor soube o que aconteceu com o colega seu que é lá de Maringá?

Betenheuser – O Senhor me relatou.

Neco – Esta sabendo dos fatos.

Betenheuser – Estou sabendo que o senhor mandou instalar já o procedimento administrativo.

Neco – Aconteceu agora.

Bompeixe – O que é que houve com o Oziel agora, Oziel de Castro?

Neco – A Presidência do Banco, a Superintendência de Maringá, a Superintendência de Londrina, estava buscando uma solução para o Frigorífico LUPPI, lá de Lupionópolis, com o Senhor Prefeito. A proprietária, que é uma viuva, está devendo para o Banco R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), um pouquinho mais, e nós estávamos mantendo a exemplo do que foi feito com o frigorífico de Paranavaí, uma auto-gestão de administração direta do Banco compartilhada com pessoas ligadas a indústria. Então a idéia era fazer a mesma coisa com o Frigorífico LUPPI, de Lupionópolis. Inclusive nós mantivemos contato com um grupo de judeus, que já estava compromissado com o Banco de abater 500 animais dia nesse frigorífico no sistema Judaico, religião judaica, que é morrendo com sangramento total, cortando a garganta e comprando somente o dianteiro, que é o grande problema do boi. O dianteiro é que nem abacaxi, o traseiro é fácil de vender e estávamos quase nos finalmente, veio para surpresa nossa três pessoas; uma delas era o Oziel e foram até a viuva e celebraram um contrato de administração do frigorífico dela aonde ele está autorizado por procuração para administrar e está se falando na região que ele é laranja meu e laranja do Carlão. E eu estava lá, todas as reuniões feitas em Londrina, várias vezes, o Prefeito foi duas vezes, o Prefeito não está sabendo, o Banco não está sabendo dessa

transação e ela foi feita dia 11 de novembro, com procuração que é um dos sócios é filho do Edson Deliberador, que é ovelha negra, e o Senhor deve conhecer. Então mais um terceiro, que deve ser do mesmo time, então fizeram essa empresa e quebraram toda uma negociação que a diretoria estava fazendo.

Bompeixe – Presidente o Senhor que é um homem criador de renome sabe disso, que o cão que come uma ovelha só matando, ele vai comer o rebanho.

Neco – Mas esse vai ser demitido.

Bompeixe – O Senhor não acreditou nisso ai tem que começar acreditando.

Neco – Eu quero tinha apenas relato, agora eu tenho fatos, documentos escritos. A viúva deu a ele, eu quero saber qual o critério ele sendo funcionário do Banco pode administrar uma empresa de terceiros.

Betenheuser – Que tempo que ele teve pra fazer isso?

Neco – Qual o tempo disponível que ele tem pra administrar uma empresa comercial, aonde ele tem um vínculo empregatício com o Banco do Estado do Paraná, como é que consegue, eu não consigo fazer isso.

Betenheuser – É que o Dr. Aldo não está aqui, senão ele poderia relatar o caso do frigorífico Continental. Houve uma proposta que veio para o meu parecer, caiu na minha mesa, foi sugerido o nome do Oziel para participar da administração. Eu dei um parecer a área de Câmbio que dizia o seguinte: Por três razões eu entendo que o advogado não poderia participar da administração, porque primeiro: A questão que pode se entender que o Banco é um sócio oculto e que pode ser responsabilizado eventualmente, posteriormente pelo passivo trabalhista, pelo passivo fiscal. Segundo, entendi que o advogado regional não tenha a formação suficiente para entender de câmbio que é justamente onde pode acontecer a fraude nesse tipo de situação de frigorífico, ainda mais como se trabalha num frigorífico. Terceiro, entendi que o trabalho do advogado tem que se desenvolver na Regional nos controles referenciais de assistência jurídica ao Regional e que se precisar um advogado para rotatividade eu acho que está perdendo elemento. Da mesma forma eu não sei o que aconteceu posteriormente, não sei.

Bompeixe -Por isso que causou uma espécie vê-lo lá aquele dia, aquela alegria.

Neco – Ele foi lá porque estava querendo a minha ajuda, junto com à Maria de Lurdes do INCRA pra fazenda que ele havia comprado do Banco do Estado, que era do Fugantti. E como ele era advogado do Banco, ele sabia de todas as informações privilegiadas, então ele arrematou a Fazenda. Legalmente é perfeito, mas eticamente não é. E daí a fazenda foi invadida, no período em que ele, dizer que comprou.

Bompeixe – Mas não fez escritura até hoje né?

Neco – Não foi e não vai ser, não vai ser. Eles invadiram e por causa disso ele desistiu da compra da fazenda mas ficou consagrado...

Bompeixe – Até uma pessoa amiga minha fez um comentário maldoso. Não é possível alguma coisa está errada Bompeixe, botaram pra cuidar das ovelhas vão comer todas, era eu que ia dizer que estava alguma coisa errada.

Neco – É isso aí.

Betenheuser – O Senhor pode perguntar para o Dr. Aldo o meu parecer.

Bompeixe – Era ele que distribuía antes os processos, Conselheiro da Leasing.

Neco – Aonde nós estamos trabalhando.

Arlei – Alguém mais tem uma pergunta ao João Maria?

Vargas – Uma coisa que me preocupou na última reunião foi aquela, foi aquele ingresso de funcionário fora de hora mexendo nos sistemas.

Betenheuser – A Auditoria determinou a instauração de processo administrativo porque o funcionário entrou às cinco horas da manhã.

Vargas – Tem que ser demitido.

Arlei – Foi mandado para a Área de Recursos Humanos.

Vargas – O Daros levantou uma questão que é extremamente válida e preocupante, que se essa pessoa ou alguém lá dentro tem condições de operar o sistema. Então essa pergunta ficou no ar. E eu sugeri, estou sugerindo a Auditoria, além do sistema que eles vão fazer que é ver se o sistema confere com a contabilidade, dessa possibilidade. Agora levei um susto maior, com a informação verbal do Valter, Valter Benelli de que a contabilidade é feita pelo sistema eles não saem do sistema não pelos documentos. Procede isso?

Vilmar – Como é que é?

Daros – Não a contabilidade é pelos documentos. Só pode ser.

Vargas – Pelo sistema, você contabiliza pelo que o sistema gera, quer dizer a listagem do sistema.

Vilmar – Não, pelos dados do documento.

Vargas – Pelos documentos, o sistema gera uma listagem de controle, do que foi baixado.

Vilmar – Positivo, você lança pelo documento, você bate com a documentação.

Vargas – Mas você entra no sistema, todos os documentos.

Vilmar – Das informações você alimenta o sistema para contabilizar pelos documentos.

Vargas – Pelos documentos?

Vilmar – Claro, pelos documentos.

João Maria – A gente está trabalhando exatamente nessa informação, a gente esta trabalhando em cima e está praticamente encerrada esta verificação. Eu não sei se essas informações de sistemas é de abril, toda a movimentação de ingressos de números dentro do sistema. A contabilidade ela é gerada após do cadastramento dentro do sistema dessa informação, cadastro um contrato e daí pra frente a contabilidade é gerada.

Vargas – Sim, mas os pagamentos o sistema tem os documentos?

Daros – A baixa das prestações, você tem o documento que comprova.

João Maria – A minha validação em cima desse número, qual a possibilidade de ou vir alguém entrar dentro do sistema e alterar o número e mudar a base contábil. Porque a contabilidade sempre ela vai estar checando com o sistema, se o sistema faz o lançamento automático, no final os dois vão fechar. HIDROMEC fechou-se de abril até hoje.

Vargas – Tudo bem, porque poderia um cara chegar lá e alterar o saldo devedor, baixar o saldo. Não sei se tem controle tem.

João Maria – Depois tem renegociações, tem renegociações.

Vargas – Tem uma listagem.

Neco – As operações ficam arquivadas nos sistema? Então mesmo que eu pegar o sistema deve estar gravada em algum lugar esta operação. Operação é uma coisa, está dentro de uma linha do sistema e contabilidade é outro negócio.

Arlei – Ele tem que fechar.

A alternativa de alterar dados do sistema seria através de forjar uma renegociação e alterar os dados, e em cima disso que eu trabalhei. Porque seria a única possibilidade para que entrar, fora isso um processo novo, o que eu fiz? Porque todos os contratos que iniciassem a partir desse dados não tem erro, porque só poderia alterar em cima de uma base através de renegociação. E eu peguei todas as renegociações e verifiquei.

Daros – Ou então transferir de um contrato pra outro na mesma conta.

João Maria – Mas ele aparece como renegociado.

Daros – Aparece movimentação.

Vargas – E o limite é diário pra você conferir.

Daros – Tem uma certa segurança. Você tem documento que você faz a verificação.

Vargas – O Livro Diário é conferido, ok, liga com a conta corrente de agência, o diário confere, ok.

Arlei – Só pra concluir, eu gostaria, o João sabe disso, o João esta conosco lá, tipo adotivo lá na Banestado Leasing, ele esta participando em todos os processos, todo começo ele é chamado, então o João tem mais um ou dois não é que ajudam lá né João? No momento.

João Maria – Três, estamos em três.

Arlei – Então veja bem presidente, a Leasing poderia dizer que instalou uma auditoria permanente, auditoria permanente. Não é Auditoria por amostragem, é permanente. Ele esta lá qualquer coisa vai vê, digitar, conferir.

Bompeixe – Se houver algum erro ele é responsável.

Arlei – Também. Hoje a Auditoria é co-responsável. Não, valeu, obrigado viu João Maria, obrigado, valeu a informação.

João Maria – Estou dispensado ?

Arlei – Está dispensado. Valeu o Dr. Milton, obrigado. Finalmente iniciar na ata, na pauta.

Neco – Gostaria que o Arlei relatasse o Demonstrativo Sintético Contábil em Reais, relativo ao mês de outubro/97.

Arlei – No mês de outubro nós representamos o resultado negativo na ordem de R$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos) o dado liquido é de R$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos) isso no decorrer do que, nós estamos tendo isso é todo o mês essa renda de arrendamento, uma redução dessa renda, lógico que umas nós não estamos operando, e esta havendo muita renegociação de contrato também, pode ver que um dos fatores que nos ajudaram bastante no mês de outubro foi na alienação de bens, quer dizer nós estamos indo bem na venda via direta e via leilão, que pulou de R$2.000.000, 00 (dois milhões de reais) para R$4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais).

Vargas – Explica uma coisa Arlei, nesse item, na folha, na página 04 que diz assim: vendas de bens, vendas de leilão, R$ 939.920,00 (novecentos e trinta e nove mil, novecentos e vinte mil reais) e aqui você tem R$ 4.210.000,00 (quatro milhões, duzentos e dez mil reais)?

Vilmar – Esse, só uma informação, essa venda que lucro na relação de venda de bens, são os contratos quitados antecipadamente, e os contratos que são encerrados que são quitados pelo VRG. A venda de leilão é aqui em baixo.

Vargas – Onde é que está a venda?

Vilmar – Lucro na venda de bens, R$1.482.000,00 (um milhão quatrocentos e oitenta e dois mil reais).

Vargas – Sim, mas aqui no seu Fluxo de Caixa tem R$939.920 00 (novecentos e trinta e nove mil, novecentos e vinte mil reais)

Vilmar – Mas isso era o saldo do dia seu Mário, esse é o valor do mês da venda do mês.

Arlei – Isso não é movimentação/mês. Isso aqui é movimentação/mês, isso aqui é o saldo do dia.

Bompeixe – E esse despesa de leilão foi todo no dia?

Arlei – No leilão, no dia.

Bompeixe – No mês R$1.400.000,00 (um milhão quatrocentos mil reais),o que esse R$1.400.000,00 (um milhão quatrocentos mil reais)?

Vilmar – Esse R$1.400.000,00 (um milhão quatrocentos mil reais) é saldo do dia.

Vargas – Fluxo de Caixa é Mensal, não é do dia.

Arlei – 30 do 09.

Vargas – Não tem Saldo anterior?

Bompeixe – La no final do mês.

Vargas – O saldo final é a gente que deve.

Arlei – R$939.920,00 (novecentos e trinta e nove mil, novecentos e vinte mil reais) vendas de bens e vendas em leilão, isso é a comissão do mês.

Vargas – Come é que você tem aqui R$1.400.000,00 (um milhão quatrocentos mil reais). Lucro na venda de bens, R$1.400.000,00 (um milhão quatrocentos mil reais)?

Bompeixe – O Lucro de R$939.920, 00 (novecentos e trinta e nove mil, novecentos e vinte mil reais), é o lucro do dia 31.

Vargas – Não, não, isso é do mês. Se tem o saldo anterior de setembro, é do mês.

Arlei – É do mês. Está certo, vamos acertar isso aí .

Daros – Me diga uma coisa isso aqui não é caixa, compromisso contábil?

Arlei – Compromisso contábil, é o caso pode não haldo você tem da 23% a 26% ao ano

Arlei – Inclusive sobre isso aí Vilmar nós estamos tentando conversar aqui com o Alaor aqui, o que é que aconteceu?

Bompeixe – Eu posso lavara a alma aqui só um minutinho, posso? Olha minha gente eu esperei três anos para ouvir o que eu ouvi hoje. Falei que eu enxaguei. Lavei e enxagüei minha alma. É pena que o Presidente não esteja ai. Não, porque eu lavei e enxagüei. Eu quase fui agredido dentro da Regional minha gente, e fui lá pra dizer façam a divisão igualitária.

Arlei – E se você não tivesse ido na divisão o Senhor não estava aqui para ouvir isso.

Bompeixe – Se você for no meu colega no mesmo escritório do Nelson tem ação de Apucarana de R$ 812,00 (oitocentos e doze reais), um advogado de Londrina atender em Apucarana é brincadeira. Lavei a alma hoje por isso eu não quis que retirasse aquela manifestação porque que estou arrependido.

Arlei – Mas viu se eu estivesse, não estaria aqui pra ouvir isso.

Bom peixe – Mas não tem importância se eu não ouvir a história registrará.

Arlei – Ah, falou o poeta.

Bompeixe – Porque que o mês de setembro , diz aqui despesas não operacionais, é isso?

Arlei – Isso é um nome técnico, como é que é Vilmar, insuficiência, superveniência?

Vilmar – É, iInsuficiência de depreciação é o ajuste contábil que se faz no contrato pelo descasamento do prazo. Você faz um contrato em 24 meses, e você vai fazer a depreciação desse contrato em 42 meses. Então como você tem esse descasamento entre 24 e 42 isso fica em 18 meses, esse contrato pedia insuficiência de depreciação. Vai Ter que se ajustar ao valor contábil com o valor financeiro da operação.

Bompeixe – O bem que você financiou em 24 vai liquidar em 42?

Vilmar – Você vai depreciar e quando você faz a amortização, e quando você faz a apropriação da receita você faz pelo regime do método exponencial, tabela "price", é um processo inverso, você amortiza mais juros e menos o principal. E no caso da depreciação ele joga despesas linear todo o mês é o mesmo valor. Então você chega no final do contrato tem ainda resíduo de depreciação.

Bompeixe – Se depreciamos os outros 18.

Vilmar – Exatamente.

Vargas – Outra coisa meu chefe, eu tenho aqui outras despesas operacionais de R$3.618.000,00 (três milhões seiscentos e dezoito mil reais) aqui.

Vilmar – É, nessa despesa aqui foi feito o acerto da, tudo para o caixa da ...

Vargas – R$1.900.000,00 (um milhão e novecentos reais) sobre tributos, foi pagamento de diversos.

Vilmar – Essa diferença aqui foi feito a baixa do contrato da...

Arlei – Da ZAID?

Vilmar – Imobilizado da RÁPIDO LASER, porque foi feito o levantamento da não existência do bem, nós tivemos que dar baixa como outras despesas operacionais, daí esta com ação de cobrança. Daí não é ação de reintegração.

Arlei – Virou ação de cobrança.

Vargas – Tudo? Tudo bem. Aí eu não tenho mais perguntas.

Arlei – Folha 1 mais algumas pergunta? Podemos ir para a "2 – Indicadores".

Vargas – Aqui só tem uma coisa. Volta página 4, lá na "Fluxo de Caixa". Você ingressou em setembro o aumento de capital vinte e nove milhões e uns quebrados, só que o seu demonstrativo, esse capital. Não, mês de outubro.

Arlei – Qual foi o dia do aumento do capital, oh Vilmar?

Vilmar – Não, ele entrou, foi para aplicação em setembro, agora ele foi prá caixa em outubro.

Vargas – Agora fundiu a cuca. Você aplica num mês e contabiliza no outro?

Vilmar – Não, ele foi contabilizado como valor de aplicação no mês de setembro.

Daros – Está o balancete.

Vilmar – Em setembro resgatou, daí é caixa.

Daros – Ele voltou.

Vargas – Não, foi o contrário você levou em capital em setembro e aplicou em outubro, porque.

Bompeixe – Ah, o aumento é em outubro.

Vargas – Não, o aumento é em setembro. Veja aqui. Patrimônio Líquido está com R$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) em agosto.

Bompeixe – Qual é a pagina disso aí?

Vargas – Na página 2.

Vilmar – O Mário veja bem, veja se eu consigo esclarecer. O aumento foi feito em setembro.

Arlei – 30-9-97 foi feito o aumento.

Vilmar – Só que esse aumento, ele entrou no caixa da Leasing e saiu porque a gente aplicou em títulos do Governo Federal, e ele não queria deixar o dinheiro parado, então o que aconteceu.

Vargas – Tudo bem, eu só estou discutindo uma data. Porque aqui você entrou em setembro, nesse demonstrativo da página 2; aumentou o seu Patrimônio Líquido de 24 para 54 e no teu demonstrativo de caixa entrou em outubro.

Vilmar – Pois é em outubro nós resgatamos ele e colocamos no caixa. Ele saiu da aplicação e foi prá caixa.

Arlei – Em 30-9-97 ele estava como aplicação.

Bompeixe – Em 30-9. é valor aplicado no incorporado.

Vilmar – Não era caixa, era títulos aplicados.

Bompeixe – Esse preço que está alto em gente?

Arlei – Cada vez mais, Doutor Bompeixe.

Vargas – Cada vez maior.

Arlei – Tenho dúvida. Cada vez que eu vou jogando operação mais para Crédito em Liquidação.

Vargas – A mensal caiu um pouco. De 44 caiu para 38.

Bompeixe – Talvez não seja o momento.

Vargas – Aí deu uma melhorada. Os investimentos melhoraram, a inadimplência em geral subiu.

Arlei – Então ela não era para ser CL? É que engessa né, cada vez vai engessando mais.

Vilmar – E além do que não é Arlei, as operações que estavam em atraso esse mês já se incorporou mais uma parcela. São os mesmos devedores, só, que o saldo vai se...

Arlei – É isso ai.

Vargas – Na medida que vai baixando o saldo.

Vilmar – Só que na outra ponta a nossa Carteira de PV não está operando quase nada.

Vargas – Pois é.

Bompeixe – Me perdoem a minha ignorância reconhecida. Qual foi o valor aplicado?

Vilmar – R$2.604.000,00 (dois milhões e seiscentos e quatro).

Arlei – R$2.700.000,00. Tudo isso.

Bompeixe – R$2.604.000,00 (dois milhões e seiscentos e quatro), que é baixo para o mercado né?

Arlei – O Banco Safra aplicou R$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) de leasing.

Vargas – R$2.787.000,00 Fluxo de Caixa.

Sérgio Motta – Vamos autorizar uma nova "satisfação".

Arlei – O banco Safra "fechou". Bom, na folha 2 mais alguma pergunta? Vamos para a folha 3 "vinte maiores devedores – Contratos acima de R$500.000,00 (quinhentos mil reais)".

Bompeixe – Entrou algum novo ainda não conhecido?

Arlei – Não.

Bompeixe – Por favor tenham calma.

Vargas – Desafio é Club Car.

Bompeixe – Desafio é Club Car.

Vargas – Mudou de nome outra vez. Construtora Carpisa é nova essa ?

Arlei – Não, essa foi renegociada. Não honrou a primeira parcela.

Bompeixe – Carpisa, continua nos devendo? Eu passei em frente ele hoje. Está bonita.

Vilmar – Ela esta contestando a auditoria.

Daros – Serena está em concordata.

Vilmar – Agora entrou com ação contra a Leasing.

Vargas – Bom, a Sofhar, bem a Sofhar que é nova nesta relação. O que é isso "Clube de Bens ", Computador?

Vilmar – Computadores.

Arlei – Computadores e bens móveis.

Vargas – Bom, esses computadores provavelmente não valem nada, mas estão lá, e os que devem estar ...

Arlei – Aqueles são, dação por falta de pagamento. Eu posso pegar uma relação para a próxima reunião.

Vargas – Deve ser 486, R$200,00 (duzentos reais) é muito.

Arlei – 386. Quais são os bens da Sofhar aí, nós vamos trazer.

Vargas – Você falou que está ajuizado?

Bompeixe – Uma informação por gentileza. Aqui consta em atraso.

Arlei – Sim.

Bompeixe – Já ajuizou alguma medida?

Arlei – Já estamos ajuizando, pondo na justiça para reintegrar.

Bompeixe – Eu estou perguntando pelo seguinte. Tem uma das notícias – crime a que envolve a CRISTUR. Serão ... se algumas dessas aqui contiver uma ação judicial.

Arlei – Essa Cristur é dos novos. Essa é de 94, do governo anterior.

Bompeixe – A que eu estou perguntando porque vejam bem eu combinei com minha mulher que hoje eu sou apenas ouvinte. Estou me excedendo.

Arlei – A Cristur é o seguinte viu Dr. Bompeixe.

Bompeixe – Porque vai parecer estranho que eu diga " olha essa operação foi anormal e eu não tomo nenhuma atitude ".

Arlei – Não, não, deixa eu explicar. A Cristur o que acontece. A Cristur é uma empresa contratada pelo Banco para o transporte de funcionários aqui de Santa Cândida. Em torno de 10 a 12 ônibus. Então o que acontece? O Banco todo o mês quando paga não paga para a Cristur. O dinheiro vai direto para a Leasing.

Bompeixe – Só para os senhores saberem: Tay Mahal, Coterpavi, Cristur, Distribuidora Zaid.

Sérgio Motta – O que ele esta querendo?

Vargas – Estão todas ajuizadas!

Bompeixe – Eu só quero saber, eu não sei, eu tenho que saber. Porque daqui a pouco foi ajuizada uma.

Arlei – Mas Dr. Bompeixe, eu não vou lembrar dos 28 processos de cabeça, se foram ajuizadas.

Bompeixe – Não, desculpe.

Arlei – Algumas eu lembro.

Bompeixe – Eu estou dizendo que eu só acho estranho que nós estejamos a dizer que é uma operação irregular e que agora nós não estejamos tomando medida judicial!

Arlei – Cristur não esta ajuizada não. Vai estar ajuizada. Nem a Coterpavi.

Bompeixe – Pois é mas a Cristur ....

Arlei – Nem a Coterpavi, que a Coterpavi esta negociando. Oh não, a Coterpavi esta ajuizada.

Bompeixe – Emilio Romani,

Arlei – Está acertado, já negociou a dívida, está em dia, pagando em dia. Veja bem, o que eles estão levantando aí é da forma como foi feita a concessão das operações. Não Dr. Bompeixe essas operações foram mal concedidas. O fato delas terem sido mal concedidas não quer dizer que não estejam sendo pagas, É diferente. Veja bem, A Emilio Romani, uma empresa que quem assumiu foi o Meneguel, e o Meneguel veio aqui e renegociou e esta aí pagando bonitinho.

Vilmar – Não, não, ele está falando que elas são suspeitas de Ter pago comissão.

Arlei – não, não é isso não.

Bompeixe – O que eu quero dizer é o seguinte: Se uma operação foi mal feita, desculpe, se ela foi feita de forma irregular e eu noticio ...

Sérgio Motta – Arlei, eu não vou comentar nada disso aqui.

Arlei – Esqueça ...

Bompeixe – Toca pra frente. O tempo dirá. Eu só acho que se é irregular e não toma atitude nenhuma, qualquer coisa, eu estou dizendo que estou fazendo uma acusação leviana.

Arlei – Tem razão. Entendi. Mandamos para o Ministério Público, que dentro da Leasing está normal. Notório, Emílio Romani está lá. O escritório está pagando lá.

Bompeixe – Tem certas coisas que tem que ver viu gente.

Vargas – Então antes de Ter revertido tem que fazer um acordo, tem que conversar.

Bompeixe Então para amanhã a gente não levar uma invertida.

Arlei – Faz o seguinte: baseado na análise inicial da operação, que a auditoria levantou nessas operações era o início da análise.

Daros – Mas por outro lado, se ela está pagando em dia, não tem nada a ver; porque se discute a origem, agora, se está inadimplente, aí abre a ação também.

Arlei – O que a gente comentou aqui, o que foi comentado, que o Dr. Francisco comentou aqui, a SAN JOSEPH, que tem nota fria. Não é que tem nota fria. Pode ser que 20% não exista. É executar o contrato, do que o cara continuar pagando da forma como esta pagando. Daí eu vou jogar pra CL dois ou três milhões ou prefiro ficar recebendo todo mês aqui.

Vargas – A SOFHAR está em atraso e está tudo bem.

Daros – Tá aí no início da operação.

Vargas – Se você procurar você não vai achar os bens nessa operação.* Se você for ver está tudo em atraso* Daros.

Vargas – Se você reintegrar esses bens não valem nada.

Bompeixe – Vamos tomar uma atitude, o que caracteriza.

Daros – Não, entrou em atraso. Decorreu o processo executa.

Bompeixe – Mas se não executar?

Daros – Mas se ela pagar ...

Bompeixe – Se ela esta em atraso, eu digo o seguinte. Eu compareço perante a autoridade e digo, olha senhores, perante o procurador e digo , olha essa operação é irregular, foi feito isso, foi feito aquilo, houve favorecimento. Está em dia, é uma situação, eu quero apurar responsabilidades. Agora outra situação; eu denuncio ela esta em atraso e não tomo providência nenhuma.

Vargas – É, essa aí tem que tomar.

Bompeixe – E esse pra amanhã se eu não levar uma invertida. Executar, vocês não acham que é irregular, ela esta em atraso e vocês não fazem nada.

Arlei – Houve falha de comunicação, porque nós lá na Leasing não estamos sabendo desses processos que estão correndo aí. Estou por fora disso aí. Estou tomando conhecimento agora disso aí. A auditoria com o Sr. Krüger.

Vilmar – O problema não é esse, o próprio jurídico depois iria ver isso.

Arlei – Então tem que ver se ele está movendo o lado criminal, tem que trazer o judicial do outro.

Vargas – Cível.

Arlei – Cível, sei lá. Anota aí pra depois a gente ver.

Bompeixe – Tem um revertério aí pra danar.

Vargas – Você estava falando aí algumas coisas aí Arlei, fatos novos sobre a Sofhar.

Arlei – A Sofhar é o seguinte. Esteve aqui visitando o Presidente o Diretor da Sofhar. O Luiz Mário, inclusive o senhor Presidente me convocou para estar junto, e ele está assinando um contrato com órgãos do Governo do Estado, inclusive o Banestado, é no valor de R$14.000.000,00 por um prazo aí de 16 a 18 meses, coisa assim. E com isso ele vai acertar a divida aqui.

Sérgio Motta – Não dá pra fazer junto ao Banestado e outros órgãos, acordo de pagar o CL que está devendo pra Leasing.

Arlei – Aí é que está. O que a gente vai fazer, o que a gente vai acertar daqui pra frente é o seguinte: Ele vai dar uma procuração, por escrito para a Leasing, que todos os créditos oriundos desse contrato serão utilizados para acertar a Leasing, e o ECC que ele vai fazer aqui no Banco. Ele vai fazer esse ECC aqui no Banco sabe porque? Pra acertar a pendência na Leasing, que é pra gente, vou Ter que jogar quatro milhões para CL. Ele veio renegociar. Faz uma ponte com o Banco e se ele tem esses recursos, contrato assinado pelo governador, pelo Secretário da Fazenda, Presidente do Banestado, todo mundo, COPEL.

Vargas – Contrato de prestação de serviços é complicado.

Arlei – Eu não sei se é bem de prestação de serviço. Acho que é na área de software.

Vilmar – Software e prestação de serviços.

Arlei – Prestação de serviços. Ele tem centro de treinamento aí, esse negócio aí.

Vargas – Eu volto a SOFHAR mais tarde.

Arlei – Pois não Dr. Bompeixe.

Bompeixe – Uma sugestão que eu vou fazer aqui, veja bem. Está lá em CL e não tem bem nenhum. A Leasing faz um rastreamento periódico. Para verificar....

Arlei – Alguém que conhece essa Empresa. Mas quem que poderia ser Dr. Bompeixe?

Vargas – Eu estou com você, mas é difícil Arlei. De operacionalizar é difícil. Principalmente a Rápido Laser, visitou a empresa, estive lá.

Bompeixe – É rápido.

Vargas – É laser.

Arlei – Então a folha 3.2 . Estão aqui aqueles maiores de 500 mil reais. Só entrou 1ª. A maioria está em CL;

Bompeixe – Urbalon é da onde em gente? De Londrina?

Arlei – Parece que sim, né. É que eu saiba é de Londrina.

Vargas – A maioria está em CL, é verdade?

Arlei – Deixa eu ver aqui onde está a Urbalon.

Bompeixe – Urbalon está aqui na 6.5.

Vargas – Recupera, fica normal, viu Bompeixe.

Arlei – Mas tem um que renegociou.

Bompeixe – TEX NORTE em liquidação?

Arlei – Faz tempo.

Bompeixe – Meu Deus do Céu!

Vilmar – Cabo Verde renegociou também.

Bompeixe – Eles fizeram um acerto com o Banco, não é isso?

Arlei – A TEX NORTE fez aquela fazenda, lá na época. Mas era pra acertar a Comercial e a Resolução63. Não era leasing. Eu que estive lá em Londrina acertando, fazendo isso aí.

Vilmar – Viu Arlei, RD acertou também, R$3,5 (três milhões e meio).

Bompeixe – O atraso aqui é R$71.000.000,00 (setenta e um milhões).

Arlei – É isso aí. Eu só queria receber metade do CL, que me dava um resultado em dinheiro. Só metade desse CL dos 20 maiores. Não estou dizendo metade do CL carteira. Metade dos 20 maiores, Esses aqui só virava o resultado.

Sérgio Motta – Me responda o que é 40% da carteira.

Vilmar – 20 maiores é quarenta por cento da carteira.

Vargas – Pega ASPEN PARK, AMORIM SERGIPE E CLUBE CAR 40% da carteira.

Arlei – Bom, folha 4 " Movimentação financeira ocorrida no mês" . Folha 4 ok? Folha 5 Despesas Administrativas. A NEW HOLLAND, eu tinha pedido viu Vilmar, para o Romano de quando que eram essas notas de transporte da NEW HOLLAND.

Vargas – Tem que ser recibo.

Arlei – Não, que paga é o Banco e o Banco debita depois. Outra coisa acho que vai pro brejo. Agora quando ele está contratando quem esta contratando irregularmente é o Banco do Estado. Tem uma auditoria em cima disso. Desta vez não é a Leasing.

Bompeixe – Olha gente, essa despesa PLUS/ COMJUR eu desconjuro em R$94.000,00

Vilmar – Propaganda e Publicidade baixaram bastante também viu.

Arlei – Olha, esses R$20.000 que foi pago da AMORIM SERGIPE viu De. Bompeixe, tudo é para CONJUR.

Vilmar – O localizador.

Bompeixe – Olha o Milton estava me explicando aqui a pouco, porque não pode aplicar sorteios e que tem advogados que só serve para cobrança, pra mais nada. O cara vai fazer uma petição. É bem dizer a ver isso, veja que situação, se eu dou aquela pra ele como é que fica. Então você tem que chamar o cidadão e dizer; a despeito do seu padrinho ser ilustre, ou entra na fila da 1ª comunhão. Porque não é possível.

Daros – Correto, corretíssimo.

Bompeixe – Tem que ficar com quem pode, certo Daros.

Daros – Claro.

Arlei – A gente pode Ter certeza de uma coisa. Com essa apertada que nós estamos dando agora em cima dessas despesas aí de valor de oficial, valor pode ver como já começou a cair a conta. Agora tem um setor dentro da empresa que pega todas as junções, aquele calhamaço que vem das agências, porque antes do jeito que chegava, correspondia-se e oh. Agora é devolvido, não concordo.

Daros – Arlei, qualquer situação em cada caso onde você põe o dedo tem resultado.

Arlei – Claro que tem, mas demora.

Bompeixe – Vocês querem saber uma coisa, desculpe o que eu vou dizer essa PLUS/CUM JUR não era acesso a todos os advogados não, viu! Não era serviço que não podia dispor. Aí é que está a malandragem.

Vilmar – Não.

Arlei – Mas agora, começa operação pente fino a coisa esta mais ... É que a CUM JUR cobre o Paraná né Dr. Bompeixe.

Bompeixe – Agora me diz uma coisa. Essa "despesas, reintegração, outros".

Vilmar – A partir do mês nove os procedimentos foram decentralizados pela DIJUR em face das despesas ora tratadas.

Bompeixe – Não, tudo bem " despesas, reintegração, outros";

Vilmar – Não, ali em baixo ele fala porque houve essa evolução.

Bompeixe – Não, sei, por cousa de vigias?

Vilmar – A reintegração não.

Bompeixe – Está aqui olha.

Arlei – Agora, não esqueça que nós estamos começando a pegar o esquema de imóveis, que aliás, está aqui o que a Leasing vende de imóveis. Dos imóveis que nós temos aqui requer vigias, segurança, esse negócio todo. Como é que você vai deixar os imóveis abandonados?

Bompeixe – Olha eu vou ler isso aqui pra vocês. " outras despesas: déficit, reintegração Outros R$211.000,00. Esse é também contratação de vigias?

Vargas – Não, isso aqui é despesas de reintegração. E outra coisa. Agora o que é não sei.

Arlei – Não é vigilância.

Vilmar – Despesa de Segurança e Vigilância. Despesa de Vigilância é R$21.000,00

Vargas – Não, mas não é isso. É despesa de reintegração. Outros – R$211.000,00 o que você quer saber.

Bompeixe – Só um instante, com licença. Tem oficial de justiça é o que eu estou dizendo. Tem despesas da PLUS?CUM JUR, tem honorários advocatícios. Tem honorário aos credenciados. E essa "outros" eu quero saber o que é que é, eu quero saber.

Arlei – Qual?

Frare – "Despesas da mineração – Outros" R$211.000,00.

Bompeixe – Transportes está lá em cima o que é esse "outros" R$211.000,00?

Vargas – São outros. Esse é perdigueiro.

Sérgio – Veja bem.

Arlei – Perdigueiro já esta em PLUS?CUMJUR.

Vargas – Mas não tem perdigueiro nos dois.

Arlei – Oficial de justiça, cartório. Só que aqui é despesa de viagem não esqueça que nós estamos reintegrando adoidado.

Vargas – Não as custas deles.

Arlei – Doutor Bompeixe, só um detalhe, não se esqueça que no mês de setembro e outubro nós ajuizamos mais de mil processos. Isso aí quantos oficiais de justiça estão ocorrendo, buscando veículos aí, reintegralizando bens. Não temos mais espaço para trazer mais bens, estão ficando no interior, Não tem lugar pra por em Curitiba.

Bompeixe – Não, não estou desconfiando eu só quero saber o que é esse "outro".

Arlei – Mas deve ser isso aí. Acredito que seja.

Sérgio Motta – Bom se for mil processos é capaz de ser que seja mesmo.

Bompeixe – Não, não estou duvidando só quero saber.

Arlei – Não, é p seguinte Vilmar. Vamos mandar por escrito para o Dr. Bompeixe em Londrina. Tira inclusive aquele lucro lá que o Romano tem como despesa. Tem mais uma Dr. Bompeixe. Tem um por um listado, centavo por centavo do que é isso. Nós temos um " centro de custos por despesa," Então você pega lá uma despesa, vamos dar aquele caderno, aliás você manda todos aos conselheiros.

Bompeixe – Porque tem aqui " movimentos de contas, contratações de vigias" o que é que é isso?

Arlei – Ah isso sim.

Vilmar – Vigilância.

Daros – Arlei, "vigilância e segurança".

Arlei – Em Curitiba nós temos dois imóveis enormes que estão lá, que são nossos. Que precisamos fazer a guarda.

Bompeixe – Aí vem a 1ª pergunta, está na hora ou eu posso fazer agora, ou deixar para depois? Posso fazer agora? Eu sugeri na reunião passada que se requeresse ao juiz a venda antecipada desses bens se possível, ficando com o resultado para apura-lo no final. Porque essa despesa aqui ela não vai no finalmente, ela não vai ser reembolsada.

Arlei – Ver se o juiz libera, porque já pode vender a DVN.

Bompeixe – Não, tem que requerer pra vender ou contratar pessoal especializado, leia-se vigia. Porque? Porque se o juiz autorizar para que ela contrate pessoal especializado ela pode dobrar essa despesa, porque se não ela não vou poder cobrar. Porque se num mês está em R$22.000,00.

Arlei – Vai aumentar mais.

Bompeixe – Em dez meses são R$220.000,00.

Arlei – É isso mesmo. Mas nós vamos agüentar, olha aqui Bompeixe o problema é que nós temos imóveis. Só que a maioria, nós não podemos vender.

Aldo – Porque?

Arlei – Porque se era nosso agora tem embargo em cima, não podemos fazer nada. O Dr. Bompeixe sabe disso.

Sérgio Motta – São 71 imóveis. Agora você, aquela fazenda de Canoinhas, fazenda, uma enorme de uma fazenda, eu não sei se é nossa ou da Olsen e agora que está pagando os vigias lá somos nós, porque a Olsen não está pagando nada.

Bompeixe -.Está pagando porque quer.

Arlei – Pede ao juiz.

Bompeixe – Está pagando porque quer. Porque ela deixou de estar sob a responsabilidade da BLAM, Ela deixou de ser de responsabilidade da BLAM.

Arlei – Mas a posse é da Leasing.

Bompeixe – O que foi que o juiz disse?

Vargas – Você pede ao juiz a vigilância.

Vilmar – Eles registraram com a revisional de juros na reintegração de posse.

Bompeixe – Na reintegração, com quem esta a posse?

Arlei – Nós, a Leasing.

Bompeixe – Muito bem, tem que se manter gente lá, Então eu sugeri isso na reunião passada e reitero agora: A BLAM, através de seus advogados, por isso que eu acho que em reunião do conselho, advogado deveria estar sempre presente. A BLAM, através de seu advogado.

Arlei – Porque a área jurídica é a que mais está atuando naquela empresa hoje.

Bompeixe – Pedir ao juiz, chegar ao juiz e dizer: olha, existe o seguinte; existem equipamentos que tem que Ter manutenção, existe a possibilidade de Ter invasão. Muito bem.

Sérgio Motta – Invasão principalmente.

Arlei – Já tem invasão lá.

Sérgio Motta – Estão tirando até madeira dali.

Bompeixe – Muito bem. Estão nós precisamos Ter guardas ali. Faz a proposta vai custar "X". Pra cobrar isso lá no final. Senão nós vamos cobrar isso gente.

Arlei – Então por isso aí por escrito.

Vilmar – Passar por escrito para a área jurídica.

Bompeixe – Então vai acontecer alguma coisa. Nós vamos ter por mês R$2.000.000,00 (dois milhões de reais) e gastar R$1.000.000,00 (um milhão de reais) de segurança.

Vilmar – Esse caso aí da Fazenda da Olsen, eu falei com o Fernando, que é advogado do processos, eu até comentei com ele que eu sou o Secretário da reunião. Vamos entrar com uma ação ao Juiz, que no caso ele autorize a venda, faz o depósito em juízo, conforme foi falado. Ele ficou de entrar com o processo.

Bompeixe – Então tem que cobrar dele.

Arlei – A Olsen também aqui em Curitiba no Pinheirinho é o mesmo caso. Estávamos com o negócio quase vendido, o cara ir dar R$2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Bompeixe – Porque se não isso aqui vai virar um, olha vocês me desculpem, isso aqui vai virar um...

Vilmar – Então deposita o valor da venda em juízo.

Vargas – Então o cara entrou com agravos.

Arlei – Embargos de terceiros.

Aldo – E pode isso?

Bompeixe – De terceiros? E pode isso?

Vargas – Está hipotecado?

Arlei – Vilmar, pelo amor de Deus me traz um advogado da Leasing daqui pra frente, porque eu não entendo. É que eu não entendo, Bompeixe. Isso que eu quero dizer, se é agravo ou se é embargo.

Vargas – Embargos de terceiros, tem que tomar conhecimento do caso.

Vilmar – A bem da verdade é que a gente não entende os termos técnicos.

Bompeixe – Mas gente, olha aqui. Quais são, vamos estabelecer uma coisa aqui. Quais são esses processo? É caso dessa, como essa firma aqui. Como é o nome?

Arlei – Qual?

Bompeixe – Essa aqui, uma tal de GRAMADI?

Arlei – Ah, essa é outro pepino.

Bompeixe – Então eu proponho que na próxima reunião a Diretoria traga provas das medidas requeridas para venda antecipada ou pra segurança e qual o despacho do Juiz. Porque no mês que vem nós vamos chegar aqui e nós vamos ouvir, o Penteado está requerendo. Aparentemente não tem nada, se não conseguirem bater a petição num dia, me chama lá que eu faço. Não, porque eu estou vendo gente, essas despesas, é R$20.000,00, R$30.000,00, isso vai se somando, e até por um resguardo. Se amanhã houver algum incidente lá na Fazenda ou acidente lá na Fazenda, houve por exemplo a morte de uma pessoa. A Leasing oportunamente comunicou o risco que estava correndo e teve uma autorização judicial para contratação de gente, né? Então ela fica resguardada. Eu acho que é isso, se não vamos ficar a descoberto.

Sérgio Motta – A promoção do Bompeixe é extremamente válida. Então fica já aprovada pelo Conselho que na próxima reunião, e nas demais em diante, que desses casos todos serão prestados documentalmente, mas através do Jurídico.

Vargas – Não, mas você pode fazer uma correspondência ao Jurídico, em nome do Conselho dizendo que uma determinação do Conselho, que todas as ações que tenham condições de venda antecipada seja argüida ao Juiz, e todos os bens da Leasing sejam reintegrados em evidente perigo de inva-

são e deterioração. Seja oficiada ao Juiz a autorização para contratar vigilância.

Sérgio Motta – Vilmar, ver no registro de imóveis se a indústria lá de São Paulo está no seguro, a que está arrendada está no seguro. Eu vou contigo ver isso.

Bompeixe – Olha aqui gente, esses bens que foram reintegrados lá em São Paulo, que está lá no local são objeto de seguro?

Vilmar – Não.

Vargas – A de tecidos falou que já fizeram leasing. Não fizeram ou fizeram na Companhia.

Bompeixe – Não tem certeza, não tem como ver, não tem como comprovar.

Arlei – Bompeixe, muitas coisas você cobra no Jurídico e não anda, entrega para a Área Jurídica e emperra tudo, e é verdade o que eu estou falando.

Vargas – É, o jurídico. Não é só o jurídico.

Bompeixe – Há casos em que os advogados preferem o foro de Curitiba. Há varas que estão congestionadas.

Arlei – Nós estamos na página 7. Nós estamos destacando os maiores aqui, os valores maiores.

Bompeixe – A Taj Mahal. Esse Taj Mahal, aquela casa é nossa?

Arlei – Aquela casa é nossa. Esse aqui, o saldo é remanescente. O bem objeto aqui é um que está lá na República Argentina, um depósito que não vale "polícia" nenhuma.

Daros – Está reintegrado?

Arlei – Está reintegrado. Esse está sendo reintegrado.

Daros – Aquela casa dele lá em frente ao Santa Mônica na praia, dá para pegar?

Arlei – Aquele casarão, não é?

Vargas – Como avalista pode.

Arlei – O bem não é avalista da operação.

Vargas – Vai na execução.

Arlei – Sim, fica o saldo pelo saldo.

Bompeixe – eu acho, na minha opinião bem sincera, aqui na 7.1. nós temos que negociar com essa TRANSPORTES RECANAN. Temos que ser severos com os machos viu Mário. Eu estou sugerindo aqui, a Empresa com esse rapaz da TRANSPORTES RECANAN.

Vargas – Tem que dar um "ferro" maior nele. Tem um aqui que se chama ADF COMÉRCIO CAMPINA GRANDE.

Bompeixe – Esse RECANAN na página 7.2. tem que ser severo até a exaustão.

Vilmar – Esse aqui influi violentamente no resultado. Aquele ali é pequeno.

Bompeixe – Pizzaria Massolin também.

Arlei – Esse ali o Gerente recuperou R$7.000.000,00 (sete milhões de reais) de leasing. Tem alguma pergunta ai dos contratos transferidos para CL? Página 8, ou seja, SONOLECO é contrato que estava só na rubrica de Crédito em Liquidação. Não era dos que estavam compensados em prejuízo.

Bompeixe – Isso tudo que foi recuperado.

Vargas – Na página 8, as duas últimas reuniões foi pedido valores que ingressaram em dinheiro.

Sérgio Motta – Dessas empresas de Londrina.

Arlei – Por favor, então nós temos posição ali feitas atendendo à solicitação do Conselho.

Vargas – Nós pedimos uma informação do que realmente entrou em dinheiro.

Arlei – Passa aos Conselheiros, Vilmar.

Vilmar – Como nós comentamos ai, foi pedido para fazer novo leiaute do relatório. Não foi possível, por isso nós fizemos manual. Só que é passível de divergência, mas pelo menos foi feito manual.

Bompeixe – A A.A. GATO recuperou o bem gente?

Daros – Conceder um empréstimo a uma empresa que se chama A.A. GATO?

Arlei – E foi recuperado ein!

Vargas – A coluna valor é em dinheiro.

Arlei – Não necessariamente dinheiro não, Mário. O valor a gente renegociou e jogou para a frente.

Vargas – Não, não. A pergunta feita foi realmente o que ingressou em dinheiro na Empresa.

Vilmar – As quitações ai é caixa.

Arlei – O que é debitado é caixa. O valor renegociado não pode ser. Estou falando outra de Curitiba aqui. Renegociou R$47.000,00 (quarenta e sete mil reais). A primeira, tá. Não que tenha entrado de caixa R$10.000,00, não R$5.000,00.

Vargas – Então esses R$19.000,00 (dezenove mil reais) entrou dinheiro.

Arlei – Entrou, entrou R$23.700,00 (vinte e três mil e setecentos reais).

Bompeixe – Aonde?

Arlei – Nesse que foi quitado, no caso da CAPELETTO & CIA LTDA.

Bompeixe – Sim, nesse entrou.

Vargas – R$19.000,00 (dezenove mil reais).

Arlei – Não, R$19.000,00 (dezenove mil reais), mais custas, mais não sei o que, foi para R$23.700,00 (vinte e três mil e setecentos reais).

Bompeixe – O que foi renegociado não sabe-se o que entrou de dinheiro.

Arlei – Não, você renegociou o saldo, o saldo foi renegociado.

Vargas – Foi pago em dinheiro.

Bompeixe – A A.A. GATO aqui, onde diz "Composição da Dívida", entrou dinheiro. Arlei, renegociado eu sei o que, quitado eu sei o que é.

Arlei – "Composição da Dívida" e "Renegociado" é a mesma coisa.

Sérgio Motta – Só para mostrar que tem cultura.

Daros – Esse renegociado com a TIBAGI entrou R$1.782.000,00 (um milhão, setecentos e oitenta e dois mil reais) ou foi abatido o saldo deles?

Vargas – A sim, o total.

Frare – Para a DIPLOMATA foi um grande negócio renegociar.

Arlei – A DIPLOMATA foi um outro grupo que assumiu lá, não é Frare?

Frare – É o mesmo com o aval do sócio do Frigorífico.

Bompeixe – Aquele de Cascavel.

Arlei – É que com o Alfredo não tinha negócio mesmo, era complicado.

Frare – Esse eu sei. Entrou R$60.000,00 (sessenta mil reais) em dinheiro.

Bompeixe – E tem mais um aqui que entrou R$298.000,00 passou para R$392.000,00.

Arlei – Quanto?

Bompeixe – De R$398.000,00 baixou para R$282.000,00, página 4.

Arlei – É, oh. Excelente negociação. Olha, isso são contratos que você tem realizado a 45, 46% ao ano mais TR. E você tem que renegociar agora por enquanto, 28%, 30%. A caixa cai violentamente. Sem contar que esse saldo aqui ele está engessado com moras e um monte de coisas. E aí temos a folha 9 aqui "Contratos Baixados com Prejuízo no Mês".

Sérgio Motta – O que é essa DANIELE?

Arlei – É uma empresa de lingeri. São aquelas remanescente, que você pegou bem e vendeu bem. Sobra esse saldinho aí. Vai lá para CCP.

Bompeixe – ELETROSOLDA PARANAENSE é Londrina, não é, ou Cambé ? Uma das duas.

Sérgio Motta – 90% aqui é Londrina.

Arlei – Quando não é Londrina é Cambé. Do lado ali. Rolândia, Apucarana, Ibiporã. Folha 10. Agora daqui pra frente são as renegociações feitas, fizeram aqui para aprovação do Comitê. Essa aqui a famosa "Futiwalle". Tem esse avião aqui, inclusive quem ajudou a vender foi o Presidente. Esse avião aqui lá em Jundiaí. A própria empresa nos, vejam bem esse contrato é na verdade de 92. Isso aqui já estava em CCP a gente conseguiu vender à vista por R$272.500,00 (duzentos e setenta e dois mil e quinhentos reais).

Daros – Mas desde aquela época não localizavam o bem?

Arlei – Estava lá. O bem estava lá, só que nós tínhamos, só que a "Futiwalle" entrou com um, é um outro caso, nós só pudemos vender porque a "Futiwalle" assinou junto. Ela se viu livre do pepino, então ela aceitou, não é claro. Nós demos por encerrado o processo.

Daros – Quanto você perdeu nisso?

Arlei – Veja bem. O avião não valia mais que R$245.000,00. Lá em 92 era em cruzeiro. Veja, a 22% dava R$230.000,00. A 12% a.a. R$246.000,00. Isso aqui não foi tanto. Conseguimos tirar elas por elas. A próxima aqui é ANGULO. Aquele japonês safado, sem vergonha lá de... também uma empresa de São Paulo, de Jundiaí. Cada 6 meses nós estamos renegociando. Um dos outros grandes devedores. R$950.000,00 ele renegociou por 36 meses, após renegociamos para uma taxa de 26%.

Bompeixe – Mais TR?

Arlei – Todas mais TR. Esse pessoal incompetente que não sabe preencher isso ai.

Bompeixe – Tudo é mais amanhã o pessoa que está aqui sai daqui como é que nós ficamos sabendo? DIPLOMATA.

Arlei – Essa DIPLOMATA vocês viram a renegociação feita.

Frare – Baixou R$10.000,00 na hora de pagar.

Arlei – É. Não é que eles tinham requerido para custas. Então essa é a Diplomata que nós tínhamos visto ali atras, já está renegociado. HELISUL. A . HELISUL está uma briga desgraçada. Aquele avião da UNIMED. HELISUL você conhece né Frare, lá de Foz do Iguaçu. Bons clientes, pagam em dia. Aliás, quantas aeronaves eles tem, pagam em dia. Melhor cliente que temos de Foz do Iguaçu.

Bompeixe – São sérios né?

Arlei – Pelo menos até agora. É bom cliente, se são sérios não sei. Mas como cliente é um dos melhores da gente. Pediram a substituição do avião por três helicópteros. Então reforçou a garantia em relação à aeronave. Só que ele pediu para fazer a reavaliação e nós estamos analisando. Aqui é só substituição do avião por três helicópteros.

Daros – Espera ai. Eles querem dar os três helicópteros em garantia daquele avião?

Arlei – Não, não. Não foi contratada a operação. É que é o seguinte. Se eu trago uma operação do Comitê I, que eu não estou a fim de ficar depois dizendo a ninguém. Foi aprovado um valor aqui. R$800.000,00 de um avião. Só que ai eles disseram não queremos mais avião, queremos três helicópteros. Por isso que eu trouxe aqui. Mudou, não é avião, agora são três helicópteros, só que o valor é o mesmo.

Daros – Ah, ao invés de comprar um avião eles vão comprar três helicópteros.

Arlei – Eles vão fazer lease-back.

Daros – Ah, esses três helicópteros são deles?

Arlei – Sim, são deles.

Bompeixe – O que é esses helicópteros, não tem nenhuma taxa lá no DAC?

Arlei – O senhor esta me perguntando detalhes da operação que não cabe a mim ver, o que é isto, não aí não, você esta pedindo pra eu ir na DAC ver o helicóptero?

Bompeixe – Não, eu estou perguntando se foi visto?

Arlei – Lógico, se não ver tem que mandar prender.

Bompeixe – Eu preciso saber se a condição jurídica dessas aeronaves foram verificadas.

Arlei – Não foi Feito Leasing back dessa operação, na hora dela ser formalizada, tem que ser feito todo o processo.

Seria a aprovação do crédito, não do processo.

Bompeixe – Porque pode numa dessas passar batido!

Arlei – Mas Bompeixe, se simplesmente passar batido, vai haver um processo administrativo em quem fez. É o que nós estamos fazendo na Leasing direto, se o senhor não sabe, mas nesse caso eu gostaria que o senhor me desse aquele caso, aquele que o senhor me mostrou ontem.

Bompeixe – Que caso é aquele?

Arlei – Aquele caso que o bem não esta nem no nome da Leasing nem da arrendatária. Tem que abrir um inquérito em cima do gerente que fez aquela operação, mas tem que abrir, pega o no nome ai, tem que mandar.

Bompeixe – Só ele que você quer ou tem mais algum?

Arlei – Os que o Senhor tiver? Se ninguém der prá nós não adianta ué! Se ninguém chegar lá e falar prá gente...

Bompeixe – Sabe o que acontece, é que a maioria dos que são credenciados chegaram a uma conclusão elementar: o que interessa é eu receber, se a Leasing não vai receber não interessa.

Arlei – Interessa receber a parte dele.

Vargas – A parte dele.

Bompeixe – É isso aí.

Vargas – A famosa sucumbência adiantada.

Arlei – RD Transportes, Comércio de Carnes, 10.8. Esse é um problema sério.

Vargas – Você me dê uma informação, ABSOLUTA ACESSORIA ADMINISTRATIVA. Você conhece?

Arlei – Esses caras que estavam negociando isso aqui, essa Empresa mesmo que esteve lá com o Paulo. Tinha ela e mais uma. Tinha dois consultores negociando com essa Empresa.

Vargas – Mas não é gente conhecida.

Arlei – Graças a Deus. Não faço nem questão.

Bompeixe – SAN JOSEPH.

Arlei – Essa é a famosa que eu falei, aquela que falou aí o advogado. Inclusive né Vilmar... inclusive quem foi fazer...

Bompeixe – 22% mais TR. A PONTAL LINHAS AÉREAS é também daqui, porque a PONTAL presta serviços para serviços para o correio.

Arlei – Essa mesmo. Ela é do Grupo Transportadora Sulista. Transportadora Sulista, a Céu Transportes e Total Linhas Aéreas. Tudo mais TR.

Bompeixe – O que caiu da TAM o Focher 100, Focher 50.

Arlei – Bom, na folha 11. O "Quadro Analítico dos Bens Reintegrados", isso aqui foi pedido do Conselho também sobre a situação dos bens que estão lá na Leasing hoje. Os Senhores poderiam ir direto para esse quadro da folha 11.3 aqui, onde aparece a localização...

Bompeixe – Não é bom chamar o Presidente.

Vargas – Isso aqui é importante Bompeixe.

Bompeixe – É, lógico que é.

Vargas – Esse assunto é grave.

Bompeixe – Chamar o Presidente.

Arlei – Não, grave era.

Bompeixe – Tem mais o bem MAKU de Londrina.

Arlei – MACU, anote aí. Não foi transferido também?

Vilmar – Não, eles trouxeram o bem para Curitiba para entregar emprestaram para um amigo e capotaram a Fiorino.

Sérgio Motta – Mas tem seguro né?

Bompeixe – Eu não sei se tem seguro. Eu sei que a única coisa que ela tem são veículos. Pode ser Macu Correia, Macu defensivos de Veterinária. Você vai encontrar um único nome, Macu. Arlei que

queria que você anotasse para trazer um relato daquele avião, daquela aeronave.

Arlei – Sim Senhor.

Vilmar – Como é o nome daquele empresário que acharam o documento aqui.

Arlei – É o genro dos Vieiras.

Sérgio Motta – Sobrinho do Vieira.

Vargas – Ah, aquele lá de...

Arlei – Canela, que ficou devendo o celular.

Daros – Aqui na Leasing. Você está brincando? E não tinha seguro?

Vargas – Ele era da concessionária da Renault.

Daros – Brincadeira. Mas quem que tinha comprado.

Sérgio Motta – Quem que assina, quem formaliza essa informação aqui?

Arlei – É lá do Departamento dele, DEATO. Esse é um relatório de emergência. Senhor Presidente, nós estamos aqui na folha 11. Adiantamos bastante a reunião e aonde foi pedido o relatório pelo Conselho do bens da Leasing Reintegrados e o que estão livres, os que estão com problemas e os que estão bloqueados. Então nós estamos implantando um sistema de controle que não existia.

Sérgio Motta – Ou que existia em duplicidade.

Arlei – Ou em duplicidade, uma parte aqui uma parte lá, e hoje nós estamos fazendo um controle especificamente nosso. Nós é que sabemos do Conselho da Leasing. Nós tínhamos um pouco aqui um pouco lá e ninguém sabia onde é que está. Então a responsabilidade é da Leasing.

Sérgio Motta – Tem que ser.

Arlei – Mas antes não era. Eles fizeram uma baixa aqui, mas agora fica no pátio mas a responsabilidade é nossa. Então, foi apresentado aqui nas folhas 11.e 11.3, a gente coloca veículos indisponíveis para a venda. Veja, no nosso pátio lá do Champagnat tem 182 veículos nossos.

Vilmar – Inclusive esse pátio tem um problema né Arlei, a Prefeitura está autuando lá, porque não tem.

Arlei – Inclusive a gente talvez, daí, dependo a gente vai usar aquele da Olsen lá por enquanto, que não podemos vender. Lá no Pinheirinho. Vamos transferir prá lá tudo.

Neco – Tem que consultar se tem Alvará né.

Vilmar – Mas aquele lá do Pinheirinho é nosso, o depósito.

Arlei – A sim, mas pra poder vender, porque nós vamos fazer comércio. Guarda e comércio. Então aqui nós temos 182 veículos lá na Júlia Vanderlei, próximo à TELEPAR. Aqui no DEPPA, no Banco tem mais, são 109, mas são caminhões, aqui são só caminhões, ônibus e máquinas e nos pátios das regionais em torno de 200 veículos.

Neco – Aqui está escrito veículos pequenos, vários.

Arlei – Não, esses aí são do Banco. Então dá um total de 491 veículos. Então está aqui em baixo a justificativa do porque esses veículos estão sinistrados. Cedidos, então tem 20 nas SUREGs.

Sérgio Motta – O que quer dizer cedidos?

Arlei – Em nome do Banco.

Vilmar – São em uso do Banco.

Arlei – Que os Diretores usam, os Regionais usam para recuperação de crédito e nós cedemos para o pessoal fazer recuperação de crédito.

Neco – É proibido a aquisição de veículos. Os diretores usam os carros que pertencem ao Banco ou à Leasing, que não é o meu caso.

Arlei – Inclusive tem carro lá que nós não podemos vender. Tem um Passat Alemão que está a mais de um ano, que a gente mandou fazer um orçamento. R$8.000.00 (oito mil reais). Esse nós não podemos vender que está com problema na receita federal, de guias de importação.

Vargas – Tem carros lá que você tem condições de vender, tem BMW, eu vi um Mercedes bonito.

Arlei – Você não pode vender mas não pode usar também.

Bompeixe – Como esses veículos são cedidos para o Conglomerado inteiro?

Arlei – É com um "termo de responsabilidade" que é assinado pela área que está usando o veículo. Aí vem os por "impedimento judicial" 31. Em nome de terceiros, aquele caso que nós conversamos, que tem que regularizar, não tem recibo, não tem como transferir no DETRAN, não tem DUTs, 83. E sem AR, ou seja, Auto de Reintegração e/ou Termo de Devolução, só que isso é uma coisa temporária, você já consegue, 347.

Vargas – Liberado nenhum.

Bompeixe – Meus Deus! Esses bens são indisponíveis.

Arlei – São bens indisponíveis, né.

Sérgio Motta – Eu acho que o mais importante nesse quadro aqui são as considerações que, existem uma porção de coisas e é bom que o Senhor tome conhecimento Presidente.

Arlei – Então veja bem Presidente. O que a gente está apontando nessa análise desse problema... Aqui na 11.1 nós estamos vendo aqui que nós

"somos pela centralização e baixa de bens reintegrados", que é o que a gente já está fazendo agora, não são as ações que ainda vai acontecer.

Neco – Lavado, cercado...

Arlei – Isso nós vamos tentar fazer naquela área da Olsen lá, cercada, tem tudo lá, fica lá no Pinheirinho. Inclusive lá tem um barracão que dá para guardar os melhores veículos.

Neco – Guardados dentro do barracão.

Arlei – Dentro do barracão.

Neco – Mandar lavar.

Arlei – Sim. Outra coisa que eu estava pensando também em terceirizar as vendas.

Bompeixe – Ai, mais problemas. Eu quero fazer um comentário aqui na 11.4.

Vargas – É válida a idéia, só que eu acho que esse ramo muito de baixo nível.

Sérgio – Não. Sou perfeitamente favorável. Eles definem o valor.

Arlei – O valor mínimo, nós queremos o nosso mínimo.

Sérgio Motta – Eles vendem por quanto eles quiserem, o que passou é deles.

Neco – Uma coisa Arlei, eu quero fazer uma pergunta para você. Esses dias chamaram um avaliador, era um engenheiro.

Arlei – É um engenheiro civil, é infelizmente.

Neco – Mas você vai na "boca" que vende carros usados, esses caras são "experts" em avaliação de veículos.

Vilmar – No caso das SUREGs do interior é o Bruno.

Vargas – É, mas ele tem que Ter um perfil profissional, sem prejuízo na avaliação.

Bompeixe – Percepção de campo.

Arlei – Nós estamos agora com um engenheiro mecânico. Nós estamos acertando com o Paulo, que ele vai colocar dois engenheiros exclusivamente, ficando lá permanentemente na avaliação lá, porque nós estamos deixando de vender bem por falta de avaliação. O Dr. Mário esteve lá comigo, faltou avaliação. O Banco não poder vender porque não tinha engenheiro para avaliar. Um monte de engenheiro credenciado aqui, é que hoje é tudo centralizado aqui, é que o hoje eu dependo da DIRAD para poder fazer alguma coisa.

Bompeixe – É por isso que eu defendo aqui, e vou repetir é a terceira reunião que eu trago esse assunto. Esse caso aqui do bloqueio do CPD no DETRAN. Esse caso aqui 11.4. Impedimento Judicial, o veículo fica bloqueado até, é esse caso aqui que eu acho que sempre que possível, a não ser aquele caso que é Receita Federal.

Arlei – Na 11.4., onde já dá as possibilidades de venda, né?

Bompeixe – Eu teria que pedir a venda antecipada gente.

Vilmar – Tem caso que o cliente chega lá na Agência, deixa o carro lá.

Arlei – Deixa o carro lá, você sabe que está havendo a reintegração, mas já deixa o carro por conta.

Vargas – Mas não deixa documento?

Bompeixe – O cara abandona o carro?

Arlei – Não, ele deixa o carro.

Vargas – Ele não pega um documento.

Arlei – Nós temos de recebimento, ele assina um documento.

Neco – Não a transferência do veículo?

Arlei – Não, o veículo já está no nome da Leasing. Quando é auto de liberação tem que estar no nosso nome.

Vargas – Tem o Clube Car aqui em Curitiba.

Arlei – Eu falei para o Dr. Bompeixe que a gente está pegando esses casos onde não foi transferido o bem. Então a gente vai pegar o nome da empresa, ver qual é a agência e mandar para a auditoria. Isso foi uma falta de, foi uma indisciplina administrativa por falha gerencial. Ele tinha que, no mínimo, transferir o bem. Problema da agência isso aí, ela que é obrigada a fazer.

Bompeixe – Me diz uma coisa, as reintegrações algumas vezes, quando mais às vezes, cobrar a situação do bem. Às vezes consta a situação do bem. Como é que o bem se encontra?

Arlei – Termo de Recebimento.

Bompeixe – No mais das vezes. Nesses casos aqui eu entendo numa consulta na área jurídica como deverá funcionar isso aqui, viu? Para evitar que futuramente.

Arlei – Qual o caso, o Dr. Bompeixe?

Bompeixe – Esses casos aqui que os bens foram parar sei lá.

Arlei – Ah tá, tá, tá.

Bompeixe – O caro abandonou lá, deixou lá, a Leasing que venha pegar. Eu acho que nós temos que Ter o cuidado prá que amanhã não se diga que o bem foi entregue em condições e não corresponde à verdade.

Arlei – Oh, é que a grande maioria dos casos referem-se aos bens que são devolvidos, depositados ou abandonados nos pátios das agências. Sem

que o fato seja formalizado legalmente por parte do arrendatário.

Sérgio Motta – Então num auto de recebimento.

Arlei – Chega lá e avisa eu deixei o carro aí, o cara não quer...

Vilmar – O cara não assina nada.

Arlei – Ele já arrancou toca-fitas, já trocou os pneus por velhos, tudo estourado, devolve o carro.

Vargas – Se estiver no nome dele ai complica.

Arlei – Vocês vão ver aqui o estado dos caminhões da Amorim Sergipe.

Bompeixe – Bem, existe alguma coisa em termos de sistema que a Área de Informática do Banco deve dar uma...

Arlei – Veja bem, hoje Dr. Mário eu diria para o Senhor que hoje, o Senhor já foi na Champagnat, eles tem um terminalzinho lá. É interligado então entrou um carro já é cadastrado na hora. Vendeu, já é cadastrado, quer dizer, existe um acompanhamento.

Vargas – Aqui ele cita dois sistemas só que é a mesma coisa, um no Banco e outro na Leasing. O que ele está sugerindo é que se unifique o sistema.

Arlei – Perfeitamente.

Vargas – É a Área de Informática tem que dar uma solução absoluta.

Vilmar – Você tem que ver a prioridade da prioridade.

Arlei – É, Dr. Mário é o seguinte o que a gente está fazendo aqui é exigindo por parte inclusive dos órgãos aqui do Banco é o tratamento da Leasing como Empresa e não como Carteira, é ser tratada como Empresa e como tal tem que dar suporte, senão não dá.

Bompeixe – Aqui 11.5 diz assim: Imóveis não Liberados. Esses, o próprio Banco pode fazer uso? Quer dizer...

Arlei – Foi cedido um aqui Água Mineral.

Bompeixe – Santa Paula?

Arlei – Poder de terceiros, 8. É alugado. Apartamento que era para entrar naquela famosa composição da Água Mineral em mil novecentos e lá vai...

Neco – A Água paga aluguel?

Arlei – Para a Associação Banestado. Não a Associação Banestado também tem que remunerar a Leasing através de um convênio que existe.

Vilmar – Tem um contrato de que cabe cobrança?

Arlei – Não, hoje não, porque hoje estão tendo prejuízo.

Neco – Como prejuízo?

Arlei – por causa do custo da água. Veja bem, esse negócio está se arrastando a mais de 10 anos, sei lá não sei quanto tempo faz isso aí

Neco – Quem é o dono da Água Mineral?

Arlei – O dono do imóvel é a Banestado Leasing. O administrador daquilo é a Associação Banestado, ela faz o papel de Administradora do Complexo.

Daros – Mas você tem o problema se deixar de explorar a água custa mais caro.

Arlei – Isso é um pepino da gestão anterior.

Daros – É eu acompanhei isso.

Arlei – Se a gente parar aquilo lá vira sucata. Pelo menos assim a Leasing não está tendo prejuízo nenhum.

Daros – Não estamos tendo segurança nem manutenção.

Arlei – Está lá, o Complexo está sendo mantido.

Daros – Porque não pode, ainda está.

Vargas – Água não custa nada, está lá.

Arlei – Está preocupado, está competindo com a Ouro Fino.

Vargas – Tem pequenos custo de filtragem, essas coisas.

Daros – Agora você veja só uma coisa o Estado fez um convênio a Ouro Fino de R$1 (um real) a garrafa de água, poderia ter feito com a AB.

Arlei – Mas o Tribunal de Contas inclusive é contra a existência desse processo. Essa coisa está se arrastando há muito tempo.

Daros – Não, não, não. As cem mil garrafas para assistência social agora para presente das crianças, foi feito com a Ouro Fino, quando poderia ser feito com a AB.

Vargas – Vocês conhecem que existe uma "secretária de saia".

Daros – Não, mas a Ouro Fino é a Ouro Fino. Cem mil garrafas a R$1 (um) real.

Arlei – Veja bem, com a chegada lá do Marquesini lá agora, inclusive a gente vai colocar ele vendo mais de perto esse processo da Água Mineral junto à Associação Banestado. Na folha 11, alguém tem mais algum comentário?

Vargas – A minha única observação é essa, que se deve insistir junto à Área de Informática do Banco para que se unifique os sistemas para que se tenha uma controle único e junto à área administrativa, o Banco sai caro. Essas avaliações seja feitas de carro.

Arlei – Essas avaliações eu vou fazer o seguinte, eu vou fazer uma carta aqui que conforme Reunião do Conselho de Administração aonde deve ter dois engenheiros em estado permanente lá avalian-

do, porque chega todo dia, todo dia está chegando bem todo dia. Você viu há pouco, chegou 45 veículos sem avaliação há mais de 30 dias. Um absurdo isso. Não sei quem tinha viajado não sei prá onde e mecânico era um só. Aqui na folha 12, também foi cobrado pelo Conselho, as metas de recuperação das operações Crédito em Liquidação. Então o que agente tem de provisão para o 2º Semestre de 97 e atras tem um quadro do previsto e do recuperado. Dentro do que à gente previu não está tão. O problema é o ingresso.

Bompeixe – Aqui diz assim valores o ... Cascavel. Em outubro era R$364.000,00 né? O que esse três porcento?

Arlei -Três por cento estoque. É estoque que está em Crédito em Liquidação.

Bompeixe – Três por cento de R$364.000,00?

Arlei – Não, é R$12.506.000,00. Eu estou passando aqui para quem tomar conhecimento dos caminhões que foram recuperados, esses caminhões a maioria era da TRANSPESCA .

Daros – Nossa mãe.

Arlei – Famosa TRANSPESCA.

Daros – Espera aí, mas esse aí é da AMORIM?

Vargas – É AMORIM.

Daros – Ah, então já eram caminhões usados que foram...

Arlei – Sim, que foi uma transferência de leasing.

Vargas – É a justificativa da recuperação da AMORIM e TRANSPESCA.

Arlei – Esse parecer é na RÁPIDO LASER. Fizeram na SERGIPE. Presidente, esses são os assuntos da pauta.

Vargas – Eu quero voltar a um assunto da última reunião que entregue uma série de documentos, contratos, relatórios da Sofhar. O Arlei relatou que estão em fase de acertos com o Banco etc. Acertos operacionais.

Arlei – Arrendatários.

Vargas – O meu assunto realmente não é esse. É a prestação de serviços, se eles fizeram pagamento, baixaram saldo, etc. Então eu fiz uma série de indagações à leasing nesse mês de novembro e não tenho resposta.

Arlei – Infelizmente, nós passamos às áreas responsáveis sobre esses assuntos para elas responderem. Nós cobramos das áreas. Veja lá a cópia das cartas que nós mandamos para as áreas.

Vargas – A respeito desses documentos se só tem uma assinatura. O estatuto da BLAM pede duas assinaturas.

Vilmar – Viu Dr. Mário sobre esse caso ai o Dr. Neco pediu para fazer com cópia para vocês.

Vargas – Existe uma série de pendências que ficaram ainda, não resolveram. Existe um contrato da manutenção de software R$5.000,00 por mês.

Arlei – Isso aí não foi, isso aí foi rompido em março.

Bompeixe – Foi celebrado o contrato e a Leasing cumpriu a parte dela. Anular aonde esse contrato? O contrato está escrito, uma das partes que quer a nulidade cumpriu. Reconheceu que era válido.

Vargas – Não, o Arlei reconheceu que eles não prestaram o serviço.

Arlei – Veja bem, com a assinatura que houve aí do contrato entre o Governo do Estado, o BANESTADO, SANEPAR, COPEL, e tal eu disse pra ele, se vocês têm esse contrato, você já tem obrigação de cumprir com a parte de software da Empresa. Eu não tenho mais que ficar pagando esses cinco, seis mil por mês. Mário, se eu não acordo para isso daí. Se eu não sei desse contrato nós estávamos pagando até hoje. Aí é que está. São coisas que a gente vai pegando no meio do caminho e vai descobrindo.

Vargas – Tem que ver se eles prestaram essa manutenção.

Arlei – A Área de Informática do Banco está sendo chamada para responder sobre todas questões.

Vargas – Aguarda-se a próxima reunião.

Arlei – Eu gostaria as datas que nós mandamos para as áreas que nós mandamos e passar para o Mário.

Vargas – Eu concordo. Foi isso que eu perguntei...

Bompeixe – Eu queria fazer uma pergunta sobre a aeronave sinistrada.

Arlei – Eu conto as histórias para o Bompeixe e depois ele me põe em fria.

Bompeixe – Não, não é uma fria. Eu peço ao ilustre Diretor que me permita fazer o registro à público.

Neco – Até eu ia, quando nós terminarmos, nós vamos conversar hoje com o Secretário e pedir uma audiência juntamente com os Srs. do Conselho para que os Srs. tenham a oportunidade de conversar com o Presidente do Conselho de Administração do Banco a respeito ... do Ex-Diretor Presidente.

Bompeixe – Presidente, posso, a pergunta, Arlei: queima da aeronave.

Arlei – Bom o que acontece é o seguinte : é, maio de 95, acho abril, maio de 95. Foi contratada

uma operação de leasing com a empresa J.D. Barros, que estava adquirindo uma aeronave da D.M. Então foi feito um lease-back; a aeronave da D.M. passou pra a J.D. Barros, isso em maio de 95. Em junho de 96, essa aeronave foi transferido para uma empresa chamada Iguaçu Rent a Car. Essa é uma operação que foi concedida na época diretamente pelo Diretor Presidente da então empresa, transferindo essa aeronave da J. D. Barros para a Iguaçu Rent a Car, então fizeram-se os ajustes, fez-se o aditivo ao contrato. Isso em junho de 96, mais precisamente em 28 de junho de 1.996, segundo o aditivo que eu tenho.

Vargas – Final da gestão.

Arlei – Isso no a pagar das luzes. No a pagar das luzes da gestão do então Diretor Presidente. Ele transferiu o avião da J. D. Barros para Iguaçu Rent a Car, através do aditivo. E quando contratou-se essa operação da aeronave em abril de 95, maio de 95, tinha lá no contrato lá que a aeronave estava coberta por seguro, a partir daquela data, maio de 95. O que aconteceu, claro em maio de 96 venceu o seguro. Só que como essa operação estava vencida e estava com problema, e o mais importante era achar alguém que assumisse este avião do que acertar, sei lá, foi passado a essa empresa aí. Bem, é, partiu-se do pressuposto que esse avião estava segurado, porque o próprio contrato é de 36 meses, se você faz um seguro, quer dizer, o contrato lá com diz que o prazo é de 36 meses, e lá na última folha diz que a aeronave está assegurada. Quem comprou parte do pressuposto que é pra 36 meses. Moral da história, o que aconteceu, essa aeronave sofreu um sinistro agora, exatamente dia 31 de outubro no município de Canela, no Rio Grande do Sul, que faleceu aquele genro dos Vieira e mais aqueles dois, e essa aeronave estava sem seguro, por falta de controle da "Dona" Banestado Leasing, de pessoas que lá na época estavam ocupando esse setor que é o Sr. Edinho, Sr. Luiz Antonio, o pessoal que estavam lá, estavam muito preocupados, mas por que aconteceu isso aí, vamos voltar no tempo Srs. Conselheiros, e lembrar muito bem : Seguro era importante na leasing, quando? Os funcionários recebiam a comissão do seguro. Quando eles não mais receberam a comissão do seguro, o seguro deixou de ser importante, e naquela aconteceu, pena que o Marquesini não esteja aqui, ele era Diretor Superintendente na época da empresa, o Mário acompanhou muito bem isso aí, deu uma briga desgraçada, o Fayet, entende, e infelizmente a Gralha Azul retirou lá da Leasing, o pessoal da área responsável pelo Núcleo de seguros, que acompanhava a renovação de seguros dos contratos, porque a partir daquele momento, como não tinha mais comissão de seguros para funcionários, o seguro deixou de ser interessante. Ainda bem que o Comandante Rodrigues, que é uma pessoa, que cuida bastante, que é da JET SUL, que tem mais de cinco ou seis aeronaves, fez um reforço de seguro da aeronave, acreditando que tinha um seguro, então ele fez um seguro de US$ 700,000.00 no Bamerindus, tá, então hoje existe um seguro de US$700,000.00 no Bamerindus, conosco não tem nada, salvo um milhão e trinta à vista da dívida que a gente recompôs recentemente, eu trouxe até aqui no Conselho esta composição. Qual é a forma que a gente tem pra resolver esse impasse aí? Veja bem.

Vargas – Isso aconteceu. Qual é a forma de controle que existe hoje na Leasing?

Bompeixe – De seguro?

Arlei – Continua a mesma coisa. Não tem agora, mas a partir disso aqui, a primeira ordem que foi dada, todas as aeronaves tem que verificar aonde é que está o seguro.

Vargas – Todas não. Todos os bens.

Arlei – Claro que é todos os bens. Só que agora nós vamos pegar a Gralha Azul, chamá-la para dentro da Empresa de novo, entendeu? Quer dizer, passar o controle do seguro para ela fazer a receita, porque não interessa a receita da Leasing. O que a Leasing precisa ter é os bens segurados.

Vargas – Porque é que nós estamos brigando aqui, quatrocentas reuniões até na última.

Arlei – Nós não estamos operando Dr. Mário, nós estamos falando do estoque, do estoque que eu não sei como está o seguro.

Vargas – Eu estou falando das passadas, reuniões que nós falamos duzentas vezes, a Gralha Azul deve ter a exclusividade, é empresa nossa, vai dar para terceiros? Não, não dá, porque é mais caro. Eu entendi exatamente o que você disse, não havia interesse em fazer com a Gralha Azul, a empresa de fora dava comissão para alguém.

Arlei – Então veja bem, o que a gente está acertando com a Gralha Azul, é que ela está de novo voltando o seu Núcleo lá dentro, independente de ter ou não comissão e segurar os bens que estão lá dentro. Como é que a gente vai acertar este avião aqui. Tem lá o saldo de um milhão, o cara só tem 700 mil, não tem mais dinheiro, ele conseguiu achar uma aeronave aí, em torno de uns 850 mil dólares, está aqui a carta, ele fez a carta hoje, está aqui olha 975 mil reais o avião, deve ser um Sytake 1, 935 mil.

Então o que a gente pode fazer aí para poder acertar isso aí, fazer uma revisão da taxa desse contrato, tá, em torno de 165 mil e liberar esse 165 mil, ele pega mais o dinheiro do seguro do Bamerindus, compra outra aeronave e substitui nesse contrato e continua nos pagando.

Frare – Libera os 700?

Arlei – Não os 700 é dele. Nós não temos nada.

Vargas – Não tem seguro pra nós?

Frare – Não tá vinculado a Leasing?

Arlei – Não.

Vargas – Mas o avião não está em nosso nome.

Arlei – O avião que caiu, sim. O Sinistrado, sim.

Vargas – Mas o do seguro não.

Arlei – Mas o seguro é de 700 mil. Revolve pra nós.

Bompeixe – Então o Arlei, sugiro que essa operação seja casada. O dinheiro, só será dado ao vendedor, contra a transferência da aeronave para nós.

Arlei – Perfeito. Pra nós da Leasing. Nós vamos Ter que resolver isso tudo no mesmo momento.

Vargas – Tudo absolutamente casados, amigável não tem jeito.

Arlei – E inclusive colocando como subarrendatário, a JET SUL TÁXI AÉREO, pra cumprir o que exige o DAC. O que só pode voar se tiver seguro, porque daí eles não deixariam essa IGUAÇU RENT A CAR, e a JET SUL tem próprio e tem para nos pagar por mês, pelo menos. Então o problema aqui se a gente trocar por o sinistro, não sei quanto daria no final, eu acho que a vantagem seria, Presidente, aqui pelo menos a gente não tem prejuízo, não teria prejuízo, então foi a forma que eu achei, você dá uma versão de taxa de 1.160, para não alterar o saldo devedor, viu Mário, abato, libero e mantenho o saldo devedor, e você uma aeronave garantido. Mas nós ficamos com a aeronave e ele continua nos pagando.

Viu Arlei. Ele vinha pagando regularmente?

Arlei – Não, ele fez uma composição, agora recentemente ele compôs a dívida conosco. Tá isso aqui são alterações feitas lá atrás, infelizmente para atender interesses políticos, estou sabendo, foi feito por isso. Tá, aí esse comandante aqui diz que na época ele assumiu e tal, e deu no que deu. Foi feita a transferência, deve ter sido feito uma coisa diretamente lá dentro, como era feito. Então, veja bem Presidente, eu acho que essa solução, eu não sei se até posso por na ata ou deixo para aprovar em Comitê I.

Bompeixe – Eu vou sugerir aqui, ao Conselho que na próxima reunião, se não houver tempo houver, ou senão numa subseqüente a Leasing proceda a um levantamento do seguro de todos os bens, porque...

Vargas – Porque mantêm o controle.

Arlei – Eu estou contatando a Gralha Azul, para que ela reative o número de Gralha Azul lá dentro da empresa para fazer o levantamento inclusive desses contratos que nós estamos renegociando agora.

Bompeixe – E esse aí do carro, o Fiorino. Se ele não tiver no seguro, perdeu tudo.

Arlei – É que o problema é estoque antigo. Como ninguém mexe e ninguém vê, o problema é esse tá vencido porque, como era feito o casadinho, era 24 meses, não estão pagando a dívida, não tem seguro, nós estamos a descoberto, totalmente a descoberto, na verdade.

Bompeixe – Eu vou dar aqui um depoimento. É que dificilmente o cara que vai recompor uma dívida, faz seguro de novo. Não tem gerente que obrigue o cara a fazer.

Arlei – O cara vai falar que não tem dinheiro para pagar o seguro.

Aí você renegocia, se você condicionar o seguro, não sai a renegociação.

Bompeixe – Você não precisa falar que vai fazer o seguro, você embute o seguro sem dizer que está fazendo. E outra pergunta : TV Mix, o que é que diz, ela está no ar.

Neco – Eu acabei de falar com Paulo Pucci, e do que a gente conversou, talvez a gente encontre uma solução, a minha interferência foi, porque eu estava em Londrina, e o Colette, Superintendente Regional, participou-me que o Peter, que é um dos proprietários da TV Mix, confidenciou a ele conforme me disse agora a pouco pro telefone, aquela necessidade de fazer uma contribuição espontânea para um Diretor da Leasing, para poder Ter acesso a uma operação, e ele pensou novamente que aconteceu isso. Uma câmera de geradores de mais dois mil reais, e agora nós vamos iniciar um processo aonde nós vamos levar indícios contra o indivíduo da Leasing que era o tal de Edinho e depois eu conversei algum tempo com eles disso aí, que era uma operação da Leasing, estava o Paulo Pucci, o Dr. Milton, porque o Dr. Milton também ouviu falar desse assunto, o Valter Benelli também estava. Eu saí, depois

eles adiantaram as conversações para uma composição, qual é eu não sei ainda.

Bompeixe – Porque eu transmiti ao Arlei, a questão de uma semana, um advogado de Londrina foi procurado para ajuizar uma pela TV MIX contra a Leasing sobre esse contrato aí.

Neco – Eu vou falar pro Colete pra correr atras disso. Eu

Bompeixe – Pra que?

Arlei – Para a gente não tomar os bens dele.

Bompeixe – Estava em cumprimento a carta precatória daquele negócio da renegociação, se parou o cumprimento. Houve o cumprimento, daí nesse interregno um advogado em Londrina, cujo nome eu não vou declinar, foi procurado por pessoas da TV Mix, para verificar da possibilidade de ingressar com uma medida contra a Leasing. Eu telefonei de imediato para o Arlei, disse : Arlei eu estou sabendo disso, dá uma verificada, para nós não sermos pegos no contrapé.

Neco – Mas o que pode ocorrer Dr. Bompeixe?

Bompeixe – Eu não sei. Pode ser que apresentem uma revisional, ou qualquer coisa, e o Judiciário se encaminha cada vez mais para dar ganho de causa nas revisões contra as empresas de leasing. Aliás não é o judiciário, a doutrina inteira está dizendo isto.

Sérgio Motta – Até o Tribunal de Alçada?

Bompeixe – Tudo.

Benelli – O que foi acertado hoje, eles levaram para consideração e para registro. Eles concordaram com a proposta, houve uma redução da taxa de 6% para... daríamos um desconto em torno de R$150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais), parcelamento em 36 meses, pagando a primeira em janeiro. Eles pagariam as custas de advogado e outras custas de honorários de R$2.500,00.

Neco – Aquela indústria de São Paulo?

Arlei – A DVN continua fechada. Estamos lá mantendo dois três seguranças lá dentro. As máquinas, os bens continuam não podendo ser retirados. Existe uma área que eles dizem ser deles ainda. Vamos Ter que chamar o engenheiro lá para ver o que é, onde é essa divisa, dividir o tapume, para não dizer até que a gente estaria cerceando... Então essa é uma delas. Estamos lá siderúrgica Catarinense, aqui em Quatro Barras, com dois, três seguranças lá dentro, fechada. Estamos com o depósito da Olsen fechado. Com a fazenda da Olsen fechada. Pela primeira vez, aquilo que eu mostrei. Nós tínhamos veículos, caminhões, agora estamos cheios de imóveis. Temos até um sistema para acompanhar os imóveis.

Bompeixe – Arlei, a proposta que o Conselho aprovou hoje fale prá todas essas empresas que requerer ao juiz a contratação para depois ser ressarcida a despesa. Serve para todas, é isso? Certo? Aprovado. O AMORIM SERGIPE, eu olhei o estado dos carros, de dois faz um. Eu tenho a impressão que esses carros, eu acredito que nós devamos fazer a venda rápida, o quanto antes melhor.

Arlei – Sim, veja bem. Existe inclusive umas duas empresas lá interessadas, então eu vou procurar acertar para mandar daqui ou contratar um avaliador, sei lá ou manda um engenheiro nosso aqui do Banco, que faça avaliação de tudo que tem lá, de máquina, de tudo e se tiver lá comprador, como a Leasing pode fazer direto; se ele bater no valor que o engenheiro, o avaliador, o mínimo, vendemos tudo. Trazer para cá, Deus o livre. Não, não, custou R$20.000,00 (vinte mil reais) para fazer isso aqui, gente.

Daros – Qual é o valor do AMORIM SERGIPE?

Arlei – R$8.000.000,00 (oito milhões de reais). Diga Daros, vendemos por um esses "cavalos" aqui. Isso aqui vai dar uns R$800.000,00 (oitocentos mil reais).

Frare – Isso aqui está num pátio, ele não é o "fiel depositário".

Arlei – Nós alugamos um pátio para guardar lá.

Frare – Ele está como fiel depositário.

Arlei – Não, não. Ele não é "fiel depositário". Era. Aí os bens que não foram localizados vai seguir uma ação, ai o Dr. Francisco pega agora e faz o que, o precatório volta, eram o que? 30 (trinta) veículos, só achou 15 (quinze). Cadê os outros 15? Aí é um outro tipo de ação que vai correr, e que o Dr. Francisco falou e você vai pegar os desdobramentos, se já cumpriu a parte obrigatório do registro dos bens. Esse... disse que tem um aditivo assinado pelo Luiz Antonio e o Edinho, isso quem me falou foi o "localizador", o "perdigueiro", que esteve lá me trazendo isso aqui. Ele tem um aditivo lá na mão dele, que esses 15 (quinze) veículos que não foram localizados foram trocados por máquinas. Existe esse aditivo assinado. Só que essas máquinas são as mesmas que já são do outro contrato.

Bompeixe – Se isso existir, isso não engloba naquelas ações penais já instauradas. É bom não esquecer isso. É outro fato.

Arlei – Infelizmente, parece que ele tem esse aditivo, inclusive pelo que ele viu parece que tem um negócio lá do Cartório do Taboão.

Vargas – É bom que tenha porque assim é outro fato para comprovar, prova documental.

Arlei – Só que essas máquinas, que ele disse que trocou 15 (quinze) caminhões por máquinas, são as máquinas que estão em outro contrato. Os mesmos bens para levantar dinheiro duas vezes.

Bompeixe – Arlei – O "localizador", "são bernardo", me diz uma coisa, ele já trouxe fotocópia da carta-precatória inteira.

Arlei – Eu acho que ele entregou para o Dr. Fernando, porque eu vi o Fernando com tanto documento.

Bompeixe – Então eu não preciso voltar a carta-precatória. É aproveitar e protocolar a inteira que está lá.

Arlei – Não, não, nós já estamos. E tem um detalhe, o processo corre aqui. A ordem de prisão sai daqui. Isso é o que o advogado estava me falando. Não é como lá, a do Banco do Brasil infelizmente tem que ser lá. Aí não puderam cumprir.

Bompeixe – Uma pergunta, a ASPEN PARK, como é que está?

Neco – A ASPEN PARK está sendo, o Dr. Hosken e o Dr. Gabriel estão trabalhando para a ação ser agilizada mais na parte penal e criminal. Essa é a notícia que eu tenho. Eu me encontrei numa dessas reuniões junto com o Dr. Schulmann ele tem junto a companheiros de escritório de assessoria, aconselhamento dessas empresas, e ele nos perguntou a mim e ao Dr. Hosken que estava presente a situação do ASPEN PARK. Então nós pedimos alguns conselhos a ele de como deveríamos proceder. Nós dissemos que a situação do ASPEN PARK é muito complicada. Mas nós estamos percebendo que pessoas ligadas ao Grupo, ao empreendimento estavam tentando um acordo conosco, só que o advogado tem ido lá na BLAM, fala, fala e nada acontece. Está nos enrolando, tomando o nosso tempo. As afirmações dele não ser realizam. Então nós pedimos ao advogado credenciado do Banco, juntamente com o advogado, o titular da ação, aquele Senhor de moreno, o Senhor conhece Dr. Bompeixe.

Bompeixe – Ele é famoso, é famoso. Eu tenho que ser irônico. Vai virar o ano, nós vamos ouvir aquelas mesmas histórias. Não porque houve um tempo que as ações em Londrina eram dirigidas para ele. Todo mundo sabe disso.

Vargas – Exclusividade.

Neco – O que aconteceu nesse caso. Eu soube que houve uma determinação que quem estava titular da ação. Esse é um Senhor de cor, que ele então é o titular credenciado junto ao Banco, porém ele está seguindo a determinação do Dr. Hosken e Dr. Cesário. Eu tenho que lá a Londrina hoje à noite, amanhã eu fazer contato para me informar, eu comunico ao Arlei e ele comunica aos Senhores, no caso específico do ASPEN PARK.

Bompeixe – Eu falei que ele era famoso porque pessoas que saíram do Jurídico foram trabalhar com ele.

Neco – Aí é que está um detalhe para o Senhor, não são do Jurídico. São escriturários, porém são advogados.

Bompeixe – Mas que estavam no Jurídico, trabalhavam lá.

Arlei – Exercendo o papel de advogados.

Neco – Não exerciam a função de advogados.

Bompeixe – Não, não de advogados. Trabalhavam no Jurídico. A parte burocrática do Jurídico.

Neco – A informação que eu tenho das agências é que eram e são escriturários.

Bompeixe – Sim, mas estavam lotados no Jurídico.

Neco – Isso eu não sei. Existem várias situaçõ-es no Banco. Aqui é muito pior do que o Senhor está pensando. É mesmo.

Arlei – Presidente, eu poderia fazer só uma colocação, que da minha parte.

Neco – Da indicação do Marquesini.

Arlei – Não, não. O Conselho nas últimas reuniões tem procurado se resguardar de todas as formas possíveis de tudo aquilo que aconteceu principalmente de ruim na empresa, relatando, escrevendo, ou mandando constar em ata. Então os gerentes de divisão, de departamento, os atuais da gerentes Empresa, de divisão e de departamento, também querem deixar registrado aqui na ata a nível de Conselho a preocupação deles também com o que acontecem e que não fique aquilo de que eles hoje tem culpa do que aconteceu. Que estão tentando fazer o melhor possível, que não consegue atender ao Conselho, mas que, prá ficar registrado Mário, como o Conselho também registrou, eu só gostaria, eu vou ler rapidamente, é um documento transcrito por mim e por outros gerentes de divisão e de departamento, trouxe para o Conselho para que tomasse conhecimento: "Ao longo dos últimos meses, sobretudo no transcorrer desse exercício, a BANESTADO LEASING está sendo alvo de inúmeras denúncias, cujos conteúdos apontavam para o envolvimento de funcionários e direção na aprovação de operações irregulares, ou seja, em desacordo com a boa técnica de operação bancária. Diante dessas denúncias, iniciou-se em novembro de 96 minuciosa auditoria na Empresa. Ocorre que em fevereiro desse ano correspondência anônima dirigida a diversos órgãos do

Governo e BANESTADO trouxe a conhecimento público o que até então estava sendo investigado em sigilo. A Empresa passou a ser noticiada pela imprensa falada e escrita e as denúncias passaram a ser manchetes quase que obrigatórias nos principais meios de comunicação, inclusive de repercussão nacional, incluindo Gazeta Mercantil, Folha de São Paulo, etc. Se os números do balanço já não eram satisfatórios, esse bombardeio vindo de todos os lados fez com que a situação se agravasse ainda mais. A instituição BANESTADO isolou a Empresa (ficando marginalizados) e a sensação vivida é que estávamos sendo literalmente rifados. Iniciou-se um processo de estagnação e os funcionários, do mais simples ao mais alto escalão foram marginalizados de forma direta e indireta. Direção Geral, SUREGs e Rede de Agências, sem uma exceção optaram pela condição de espectadores, para ver até quando, ou até onde a empresa suportaria aquela pressão. Esse foi o quadro vivido praticamente durante quase todo o exercício.

Assim, diante do espúrio praticado e isolada como foco de doença, a BLAM passou a acumular resultados negativos. As operações ficaram reduzidas em valores ínfimos e o índice de inadimplência atingiu níveis até então nunca visto em dezessete anos de história. Paralelamente o clima interno estava insustentável, com o pessoal desmotivado e revoltado. Pois bem, tudo que foi relatado não é novidade ou contém surpresa, entretanto são fatos que nos deixam extremamente à vontade para nessa oportunidade vir expor o nosso ponto de vista em relação ao comportamento adotado pelo Controlador e em especial por esse Colegiado. Não obstante a auditoria interna ter concluído os trabalhos de averiguação cujos resultados culminou com a demissão de oito funcionários, parece existir ainda um clima de desconfiança e desconforto reinando no ar, senão vejamos. Dentre as atribuições do Conselho de Administração o item 12 do Estatuto traz como sua competência: Fiscalizar a gestão dos diretores, examinar a qualquer tempo os documentos necessários, solicitar informações sobre contratos celebrados, proibir a celebração de qualquer outros julgados necessários." Sob esse aspecto atualmente o Conselho tem se mostrado bastante atuante. Entretanto, é preciso esclarecer que determinados assuntos permanentemente abordados já encontram-se devidamente esclarecidos em diversos relatórios de auditoria. Diante das insistências fica a seguinte dúvida, ou o resultado da auditoria não espelhou com profundidade a realidade dos fatos ocorridos ou a atual direção da BLAM e seu quadro de administradores permanecem sob suspeita. Quanto à segunda hipótese há de se fazer o seguinte comentário. Nós funcionários não recebemos nenhum apoio externo durante o período mais crítico vivido pela Empresa, nem por isso cruzamos os braços. O senso de profissionalismo prevaleceu e o rótulo a nós atribuído de resto da quadrilha não nos abateu. A atual direção e funcionários são os maiores interessados na elucidação dos lamentáveis episódios nos quais a Empresa... Portanto, não existe motivo para esconder a verdade qualquer que seja. Muitas das respostas que o Conselho deseja, somente poderiam ser prestadas pelo pessoal demitido e, ainda, pela autoridade máxima da Empresa à época. Assim as providências que o caso e a Casa exigem não estão em nossa alçada. Isso posto, entendemos que a BLAM não pode permanecer refém do passado por uma razão muito simples. Sobrevivência. O momento exige que todas as forças estejam direcionadas no mesmo sentido e com o mesmo propósito, planejar a empresa com vistas ao futuro, de tal sorte que possamos retomar o rumo dos negócios e reerguer esse quadro ainda desfavorável. Ressaltamos aqui que a empresa nunca necessitou do apoio do Conselho como no momento. Muita coisa precisa ser feita, revista e implementada tanto no aspecto operacional quanto no administrativo, uma vez que a possibilidade já descartada de transformar a Empresa em Carteira retardou várias medidas e hoje se apresentam como sendo inadiáveis e urgentes.

Isso aqui é basicamente no sentido do que acontece. Cada reunião do Conselho...

Sérgio Motta – Quem assina?

Arlei – Arlei, Vilmar, Paulo Pucci, Romano, Gerente de Departamento, ... Laudilene, Gerente de Departamento, e Mário Sérgio, Gerente de Departamento. Porque? Cada reunião de Conselho nós chegamos lá com mais de 30, 50 pedidos. São uma realidade, eu não estou dizendo que não é correto o que o Conselho pede. O que ele citam é o que a gente atende antes, porque aquilo lá virou cliente em cima de cliente, é direto. Então a gente fica olha, quantas vezes, é a terceira vez que o Mário cobra da gente. Eu não consigo atender. As pessoas que até saberiam mais não estão mais lá. Dependo de terceiros. A gente não ter como atender, isso que a gente queria deixar claro aqui, é que dá a impressão Mário que toda reunião que chega do Conselho, que não é atendido. Pô, esse pessoal não quer mostrar, não é isso, nós não temos a informação. Nós estamos tentando de tudo quanto é forma ter essa infor-

mação, mas a gente não consegue. Olha, eu trouxe hoje a auditoria, então veja o Küster foi nós que levantamos o assunto aqui. O problema do, o próprio advogado, o Dr. Francisco, vem expõe tudo. Quer dizer a gente tem feito, só que tem coisas que eu fico, olha mais uma vez não trouxe, mas não é que a gente não quer trazer.

Vargas – Tem que citar o fato. Mas veja bem, aí foi reproduzindo a responsabilidade do Conselho fiscalizar etc. Agora, como nós vamos fiscalizar, como nós vamos acompanhar se nós não temos a informação.

Arlei – Mário, informações do passado nós não temos como saber. Agora, de hoje você pode pedir que nós fornecemos.

Vargas – Quando você fala de informações, que são repetitivas, que estão na auditoria, eu não sei quais são. Se você vai falar sobre alguma coisa você tem que identificar o que. Eu não sei o que. Essa informação eu já tenho, aquela eu já tenho, algumas você identifica pelo menos.

Arlei – Esse relatório da Auditoria do Valter Benelli.

Vargas – Eu concordo com isso daí, veja bem, eu não estou discordando.

Bompeixe – Arlei, eu vou só relatar um negócio aqui. Ou mudam a lei da AS ou elas acabam com os Conselhos, porquê? Porque ele pode ser destituído a qualquer tempo. A justiça tem dito que ele não pode ser destituído quando se afirma, ou seja, o Conselheiro idôneo e não é. Se ele não der motivo vai ser reconduzido. Se não der acabou. Veja bem, aqui nessa mesma sala foi dito pelo Presidente do BANESTADO de então que quem dos Conselheiros quisessem tiver acesso aos documentos podia ter, o que não podia Ter era cópia porque poderia vazar para as áreas.

Arlei – Isso eu me lembro.

Vargas – Dito várias vezes.

Bompeixe – Várias vezes eu ouvi isso aqui. As coisas que eu brinco aqui, que eu sou irônico é porque eu cansei de levar ferrada. Já desatou os bondes e o filme está rodando do mesmo jeito...

Bompeixe – Se rebelou o Presidente da BLAM, fulano e beltrano estiveram aqui exigindo.

Vargas – Ele não quis colocar em ata e agora nós colocamos.

Bompeixe – Esse incidente foi lá em maio.

Vargas – Ele começou em maio não em setembro.

Bompeixe – Eu comecei a sentar ai onde está sentado o Aldo para evitar um choque pessoal, porque o Mário sentava aqui e o então Presidente sentava ali onde está o Sérgio. Por isso eu comecei a sentar aqui. A pedido, para evitar uma briga. Então não se põe em dúvida a honorabilidade de um elemento, porque eu não costumo acusar ninguém, tanto que uma ocasião me foram mostrar uma notícia crime e eu disse gente, notícia crime se conta o fato não diz quem praticou. Na hora que eu digo que foi Daros que praticou o ilícito, se eu não provar ele vem contra mim por danos morais. Eu conto o fato, quem praticou as autoridades judiais, policiais que vão verificar. Eu entendo essa sua colocação, mas o que acontece é que nós chegamos a um ponto aqui que prá nós sabermos das informações aqui tem que pedir, é do passado, não é do seu tempo, tem que pedir. É por isso que eu disse hoje. Não diz aqui TR. Não, mas é claro que é com TR, mas não diz. Amanhã o Arlei não está aqui, o Vilmar não está. Ah, eles não estão mais na Companhia, quem é que pode esclarecer? Já foram embora.

Vargas – Esse relatório que foi apresentado aqui, o problema da inadimplência não tem assinatura. Quem fez esse relatório?

Arlei – Quem é responsável é o Departamento, o DEABE, está escrito ai o Departamento. Eu me responsabilizo. Qualquer documento que estiver nessa pasta do Conselho eu assino total responsabilidade ai.

Vargas – Agora veja bem, falou do passado, que as coisas são do passado nós estamos pedindo. Porque não tínhamos.

Arlei – O que a gente fala aqui é que tem coisas que estão com as pessoas. Nós sabemos que a Sofhar foi um esquema, foi fechado pelo Senhor Luiz, pelo Senhor Edinho, pelo Senhor Oswaldo.

Vilmar – É um quebra-cabeças, eu ninguém entende.

Arlei – Eu não consigo Mário.

Vilmar – Ninguém consegue fechar esse quebra-cabeça.

Arlei – A própria Área de Informática do Banco não consegue fechar. A própria Área de Informática. A gente fica angustiado porque não pode dar resposta, isso que a gente quer deixar registrado.

Vargas – Você sabe que eu sinto Aldo, que sou o mais velho aqui, mais antigo parece. Cinqüentenário, mais antigo. O que você sente é que não é só a Leasing, é um problema de estrutura geral. Aqui só foi degenerando de uma forma tal que chega a esse ponto como se dissesse não a DINFO não atende, no meu tempo também não atendia, quando era diretor lá. Tinha que matar aqueles caras que fazem os programas. Existem um conflito entre a área de

patrimônio e a área de bens, não sei. Essas coisas vieram se agravando sabe. Responsabilidade do gerente em fazer um risco do bem que nem transferiu, não sabe nem se existe.

Daros – Isso é a impunidade.

Vargas – A impunidade é que agrava. Quando nós levamos para o lado, o Bompeixe gosta de ser irônico; quando se fala esse cara vai ser despedido, leva um ano. Isso não existe.

Aldo – Existe uma legislação hoje que protege as estatais. Você não pode recorrer.

Vargas – É muito lento. Um ano, um ano. Esse que ingressou lá no sistema, o que aconteceu com aquele caso?

Aldo – Se fosse uma instituição privada.

Vargas – Era despedido e acabou-se.

Aldo – Até você apurar se agiu de forma criminosa, leva pra polícia.

Bompeixe – E vou esclarecer só uma coisa aqui, quando eu fui irônico aquela hora, posso até ter sido indelicado, sarcástico. Esse Murilo, deve ser um gênio, ele veio de Cuiabá advogar em Londrina. Aí o que é que fez o Regional? o que é que fez o Regional? Descentralizou para as agências. O Advogado tinha que conversar com as agências. Este homem em um mês depois sabia o nome de todos os gerentes de Londrina. Ele levou dois funcionários do Banco, que eram advogados mas não são advogados do Banco para trabalhar com ele. Todas as ações boas foram para as mãos dele, num esquema que existia anteriormente. Todas as boas.

Daros – Mas ele não fez uma política de boa vizinhança?

Bompeixe – Fez, fez, está certo. Por isso às vezes me mandam um abacaxi para as minhas mãos e eu não quero. Chama o fulano. Quando foi o caso que se fala muito ai, a Freezagro eu mandei pra ele. O Oziel entrou no meio do Gilmar, discutiram, mandaram para o Dr... Ai deu uma briga. Passaram para a Vice-Governadora, que não foi brincadeira para torear o negócio. Todo mundo sabe disso. Porque, porque foi feito um acerto novamente. Então, era bom estabelecer critérios, mas que critérios? Já começa inverter o critério. Não dá. Depois um advogado credenciado prestar conta para quem que não é credenciado, estranho ein.

Neco – Somente para encerrar, eu sou obrigado a sair, eu tenho umas correspondências para assinar, são transferências de funcionários, gerentes que dependem da minha assinatura. Para finalizar eu tenho que submeter à apreciação dos Senhores nós fizemos alteração no estatuto da Leasing. Essa mudança estatutária nós criamos, vai haver uma mudança na Diretoria da Leasing. Eu estava como Presidente, o Arlei como Diretor. Então eu vou ler a indicação de Diretor para a Banestado Leasing S.A – Arrendamento Mercantil. Senhores Conselheiros: Em decorrência da reforma estatutária ocorrida na Banestado Leasing S.A – Arrendamento Mercantil, por meio da 62ª Assembléia Geral Extraordinária, de 21.11.97, faz-se necessária a readequação da Diretoria. Portanto os nomes indicados são os seguintes. Isso quem está indicando é o Sócio-Controlador , com aprovação do Secretário da Fazenda. Arlei Mário Pinto Lara, que era Diretor assume no meu lugar que estou saindo, como Diretor-Presidente, e José Edison Marquesini como Diretor. Até estou achando estranho o pessoal aceitar essa indicação com essa referência do Dr. Bompeixe. Esse aqui é um herói né.

Bompeixe – Ou louco, né.

Neco – Ou os dois né. Nós sabemos que a situação da Empresa está

Arlei – Ela está numa fase que seu Deus quiser.

Neco – Então eu estou submetendo aos Senhores, porque merece a aprovação dos Senhores a aprovação dos nomes aqui sugeridos, para assumir o Dr. Arlei a Presidência da Banestado Leasing S.A – Arrendamento Mercantil e José Edison Marquesini. Se estiverem de acordo então fica aprovada a indicação.

Emanuel – Só que tem um detalhe, essa Assembléia de reforma estatutária que foi feita pra fazer esse ajuste, o processo está no Banco Central. Eu falei hoje com o Rui do Banco Central. Eles aprovando esse processo dessa Assembléia, na seqüência a gente pode fazer essa eleição pelo Conselho de Administração, o Arlei como Presidente e o Marquesini como Diretor.

Neco – Mas isso não é uma indicação?

Emanuel – É uma indicação. Poderíamos fazer hoje se o Banco Central tivesse dado o sinal verde para aprovação dessa Assembléia.

Neco – Então fica nula essa indicação.

Emanuel – O nome do Marquesini está previamente consultado.

Vargas – É efetiva a eleição após a aprovação da reforma estatutária. E a posse dependendo do cadastro do Banco Central.

Emanuel – Homologação do Banco Central.

Arlei – Então você teria que aguardar o Banco Central para tomar posse.

Vargas – Não, não pode.

Neco – Pode, mas não pode assinar. Ele não pode assinar, pode acompanhar.

Arlei – Ele já esteve comigo lá duas vezes. Ele já esteve lá conversando com todas as áreas.

Neco – Eu quero agradecer aos Senhores. O Dr. Bompeixe, o Senhor está indo para Londrina hoje? O Senhor vai ficar aqui? Eu estou indo hoje à noite mas volto amanhã cedo. Eu quero agradecer a atenção dos Senhores e lamentar que eu tenho compromisso agora na Prefeitura.

BANESTADO LEASING S.A.
– ARRENDAMENTO MERCANTIL

211ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 3-3-98 MARÇO DE 1998

Mota – Sobre a ASPEN PARK, que ficou de ser informado nessa reunião, quais as providências iniciais que foram tomadas, que estão sendo tomadas, com relação ao nosso débito com a ASPEN PARK.

Vargas – Crédito, crédito.

Mota – Crédito nosso, débito deles.

Pucci – Esse assunto da ASPEN PARK na reunião anterior com relação à discriminação do que foi tomado a nível jurídico né? não foi possível passar a tempo de constar na pauta, mas nós temos separadamente para cada um dos Senhores, relatórios que já foram feitos vou lhes passar às mãos aliás, foi tomado providências já de passar o que foi possível levantar dos vinte maiores, inclusive a ASPEN PARK que não foi possível entregar. Então faz parte do que foi pedido aqui exposto principalmente da ASPEN PARK, então vou passar para cada um dos Senhores. Junto com isso vou passar também um memorando que foi pedido e eu tomei a liberdade de providenciar a posição do acerto de contas do Escritório Küster Ferreira Machado com relação à Leasing. Ele está em fase final de levantamento o próprio escritório esta cobrando um posicionamento da Auditoria do Banco, da Contabilidade da Leasing, eu despachei para a área do Vilmar e a área do Vilmar fez uma resposta e está em fase final. Pelo que tivemos conhecimento da contabilidade, da auditoria a diferença que esta perdurando em torno de R$28.000,00 somente, e nós estamos sofrendo ainda aí suspendido na Leasing qualquer pagamento de bem reintegrado que o Escritório Küster e Machado não paga mais desde 96. Então talvez desses R$28.000,00 ainda tem que pagar mais uns R$3 ou R$4 mil, quando for fazer o acordo final.

Mota – Vamos zerar, vamos zerar.

Vargas – Eram R$700.000,00, Paulo?

Pucci – R$700.000,00. Isto está todinho lá item por item, foi acertado, as operações foram, os processos foram se concluindo, terminando, foram feitas as reintegrações e as despesas existentes. Então estão sendo checados com esses valores, pela Auditoria e pela Contabilidade da Leasing.

Vargas – Dentro do contrato original deles de 01% ou de 10%?

Pucci – Dentro do contrato original até a data que nós suspendemos. Esses contratos foram suspendidos em agosto ou novembro. Acho que com relação à ASPEN PARK, o que é mais importante o Dr. Sarmento me ligou ele está de férias. Exatamente está de férias para fazer a montagem das peças do processo das ASPEN PARK. Só para ter um exemplo do que seriam essas peças, notificação específica, no caso do ASPEN PARK para todos os lojistas. Então tudo isso está sendo providenciado detalhadamente para que sejam supridas as necessidades aos advogados que defenderão essa causa. A Advogada que fez foi a Dra. Maria de Lurdes, ela não é advogada que está levantando esse processo. Ela fez por uma posição que o Dr. Sarmento me passou por telefone e ela deve ter se equivocado aqui.

Vargas – Tudo bem.

Mota – Eu não entendi bem uma coisa aqui. Segundo esse relatório, o Sarmento faz a petição inicial e manda para o Advogado em Londrina?

Pucci – Não ele vai fazer. Ele vai só montar o processo.

Mota – A Advogada responsável pela elaboração da emissão. Quer dizer a elaboração disso aqui não é fazê-la. É montar os elementos só?

Vargas – Ela faz a petição inicial.

Pucci – Não é só a parte de montagem.

Mota – E quem será o advogado em Londrina, será do Banco também? Ou não.

Vargas – São dois, lá Presidente. Os advogados são o Dr. Hosken e Otávio Cesário?

Neco – Hosken de Novaes e Otávio Cesário.

Pucci – Isso a gente está discutindo em função, vai haver muita pressão e tudo mais. As pessoas, os advogados do Banco não seriam. Isso já foi discutido.

Vargas – Isso já foi discutido, já foi aprovado.

Mota – Isso está tranqüilo, só para saber. Quer dizer que agora os elementos estão prontos?

Marquesini – Estão sendo montados.

Pucci – Quer dizer que no dia 15, mais tardar no final do mês essa documentação será encaminhado ao Escritório.

Mota – Tinha um relatório do Küster tem que olhar tudo, isso já é mais complicado. É tudo Maringá, onde está Londrina leia-se Maringá.

Pucci – Vai ser encaminhado pelo Dr. Sarmento.

Neco – Esse advogado do Banco, porque foi demitido o Oziel, então o Dr. Ronaldo, que é o Advogado do Banco vai acompanhar a ação.

Aldo – Presidente, eu perguntei só pró-forma.

Vargas – O Advogado pode até estar sediado em Londrina, mas o foro é em Maringá. Eu gostaria voltando ao Küster que você deixasse à disposição mim, de quem quiser, para dar uma olhada nesse levantamento que foi feito.

Pucci – Vilmar, por favor a Contabilidade tem esses números.

Marquesini – A qualquer momento.

Vargas – O relatório está com a Auditoria. Só para dar uma olhada, quem fez esse levantamento, na metodologia.

Aldo – Eu não encontrei a figura numérica, valores de adiantamento. Esses R$700.000,00 não está em lugar nenhum aqui.

Pucci – Houve R$700.000,00 de adiantamento, realmente houve R$700.000,00 de adiantamento durante o ano de 1995. As ações que eram encaminhadas e se pagava o adiantamento dos contratos. Os contratos de credenciamento eram diferentes e aí foi suspenso. Foi pedido credenciamento junto ao Banco e posteriormente um levantamento desses valores adiantados porque não se tinha um controle do que já tinha sido adiantado o que já teria sido cumprido com a finalização do processo. E aí só se dizia que foi adiantado, foi adiantado e até agora ninguém viu a cor do dinheiro, quando na realidade o processo estava sendo dado continuidade, os bens estavam sendo reintegrados, vendidos e nós paramos com esse processo de pagamento para fazer o levantamento do quanto foi pago, quanto foi depositado. O que acontece? Passou um ano, quase um ano e meio e não está se pagando mais nada. Esses R$700 mil ficou corroído com o cumprimento das ações que esse advogado tinha, que o Escritório Küster de adiantamento.

Neco – Quem que autorizava esses pagamento adiantados?

Pucci – A Equipe anterior que estava lá. Nós fomos prá lá e com dois meses nós conseguimos bloquear o contrato e descredenciar da forma como estava. Daí passou a nível de financiamento junto ao Banco.

Vargas – É tem uma parcela que você não vai recuperar, é difícil. 10% (dez) por cento que eram pagos para ele, desses 30% era distribuído internamente nas agências.

Mota – Nas agências não.

Vargas – Na Diretoria pelo menos.

Pucci – Não, o Küster não.

Vargas – Ah, interna do Banco. O Küster não distribui.

Pucci – No levantamento da Auditoria você o fato do...

Vargas – É extra-caixa. Não é do Küster.

Pucci – De ilegal não tinha nada, tinha imoral né? Esse é que era o problema.

Mota – Com relação à distribuição dos registros de títulos e documentos ao 1º Ofício só, ficou decidido nesse Reunião ou se redistribuiria para todo mundo ou se dava uma razão válida para que ficasse só com o 1º Ofício. Como é que ficou isso?

Pucci – Veja, até é bom que eu vou entrar num outro assunto com relação a essas distribuições tá. O 1º Ofício de Títulos e Documentos nos apresentou o orçamento, foi aquele que foi trazido numa reunião, não me lembro mais em qual delas. Você estava presente? A posição de cada cartório com relação ao preço e agilidade, qualidade nos serviços e esse Cartório foi o que melhor condições de preço e qualidade e o próprio pessoal da cobrança. Após apresentar aqui o pessoal achou por bem dar continuidade. Porque se eu vou distribuir uma coisa, está sendo bem feita, por um preço mais barato, por outros que talvez não apresentam a mesma qualidade e ainda pago mais. Esse foi o preço dado por eles por cada cartório cobrado da Banestado Leasing. A diferença era razoável. Hoje nós temos num único cartório, esse aqui Bacacheri, de Títulos e Documentos. Por exemplo, hoje custa R$60 o registro de títulos por documentos. Para a Banestado Leasing é feito por R$50. Agora eu tive que mandar registrar todos os contratos da CLUBECAR e a DESAFIO, porque a gente está numa iminência de ter que executar esses contratos de R$10 milhões. São 2 mil contratos em função dos emitidos dos 500 e 600 contratos que tinham 3 ou 4 demitidos isso aí daria R$450.000,00 aproximadamente esses o Cartório deixou por R$27.000,00, ele baixou de R$60,00 para R$35,00.

Mota – Essa é uma renovada que vai ficar lá.

Pucci – Mais do que isso, ele pagou as custas quase todas do mês no desconto.

Mota – Nós não estamos levantando o ponto da idoneidade dele.

Vargas – O Paulo, na época em que nós levantamos essa questão, você disse que tinha várias propostas, essas propostas foram formalizadas por escrito ou não?

Pucci – Foram consultadas, veio para nós.

Vargas – Veio, eu não falo nada, eu não falo mais nada, eu não me recordo.

Daros – Porque entrou o problema do Mateus Leme, do Taboão.

Vargas – Ah sim , o Taboão eu até me lembro.

Daros – Não, mas era tudo mandado para o Hauer. Daí veio essa proposta que continua hoje.

Vargas – Mas aqui veja bem, Taboão e Bacacheri, Boa vista, Bacacheri, sei lá esses são tabeliães. Esse é um tipo de custo, um tipo de atividade cartorária e esses aqui não, esses aqui são só registros, são dois tipos, são dois tipos de Cartório.

Daros – Eu me lembro que veio...

Mota – Veio, eu me lembro também

Vargas – Então está bom.

Mota – Eu também me lembro que veió.

Vargas – Minha memória como se diz em informática, é ram, ligou a máquina, aperta

Marquesini – Que aliás esses esclarecimentos já foram prestados também na última Reunião do Conselho.

Vargas – Tudo bem. Eu perguntaria se a Auditoria do Banco está fazendo alguma atividade permanente ainda.

Marquesini – Permanente não. Nós temos ocasiões eventuais de trabalhos específicos recomendados.

Mota – E ainda tem o da Küster.

Marquesini – Só tem o da Küster.

Pucci – Foi pedido recentemente uma posição com relação à operação da CLUBCAR.

Vargas – Específica.

Marquesini – Duas vezes o trabalho recomendado prá isso.

Vargas – Isso é um trabalho específico não é uma Auditoria realizada permanente. É específica.

Mota – Dentre as propostas de renegociação ou até de negociação, tem uma aqui, eu não me lembro onde é que está eu vi, nós vimos também.

Vargas – O JULY CUSTO. É uma operação de R$10 dez mil.

Mota – R$10 de mil reais.

Vargas – R$10 de mil reais, está vindo para o Conselho. É uma operação meio pequena.

Mota – Você não acha que, não há necessidade de vir para o Conselho essa aí?

Vargas – É muito pequena.

Marquesini – Não, essa é em função do limite, do nível de endividamento da Empresa no Banco. Embora é uma operação de R$12.000,00, mas o endividamento da Empresa no Banco nos levou a levar ao Comitê I e trazer para homologação.

Mota – Está entendido.

Aldo – Tanto que na próxima alguém tinha mencionado isso.

Marquesini – Na reunião passada foi feito Dr. Aldo, foi comentado.

Vargas – Eu não sei um, eu não vi aqui prá frente, que eu pedi um relatório analítico com relação ao Crédito em Liquidação, que tivessem informações mais detalhadas.

Marquesini – Sobre isso eu insisti com os advogados inclusive e infelizmente a resposta que eu obtive, é que não há possibilidade de se fazer isso, porque para se fazer isso eles teriam que fazer isso manualmente. Nós pedimos que nos fosse apresentado desde a origem, e todas as fases em que ocorreram do processo.

Vargas – Até a fase atual.

Marquesini – E isto tanto o Dr. Fernando como o Dr. Sarmento me colocou que eles teriam uma dificuldade para nos apresentar esse relatório da forma que foi pedido para esta reuniãc. Mas que estão trabalhando...

Mota – E chegarão a apresentar em alguma reunião?

Pucci – A Dra. Malú conseguiu apresentar alguns cinco desses que estão aí.

Marquesini – Os cinco maiores. Dentre os vinte...

Vargas – Eu acho que nem manualmente nem por sistema porque o que nos apresentaram, vocês se lembram? Nós pedimos as fases dos processos eles apresentaram 400 folhas. Não tinha nada não sabia nem em que vara estava.

Aldo – Não, é aquele negócio está em andamento.

Vargas – É, em andamento.

Aldo – Não dava detalhes como é que estava a posição do processo.

Marquesini – Tinha que entrar pelo menos os 20 maiores, pelo menos...

Vargas – O sistema existe só que o sistema não é municiado e está furado só isso. O sistema existe. É informatizado, e daí?

Marquesini – Esperamos...

Aldo – Está sendo orientado inclusive pelo Departamento Jurídico do Banco para montar uma folha específica como é a posição processual de cada processo, isso tem que estar no sistema com todas as informações, como se fosse um cartório, tem que se espelhar num cartório. Concluso o Juiz tal, advogado tal e assim na seqüência. Fica fácil pra eles inclusive, como num cartório de advocacia moderno.

Vargas – Eu vou lhe citar a justiça Federal que está mais informatizada que a Estadual. Na Federal você chega lá na sede da Justiça, tem um terminal igual a um terminal de extrato bancário, põe o número do processo e lista a fase do processo.

Pucci – Dr. Mário, nós temos tomado uma atitude a nível de sistema lá na Leasing em função desse processo a própria Divisão Jurídica do Banco está usando e o sistema é o mesmo utilizado pela Leasing.

Vargas – E ficou caro? Não precisa inventar a roda, já está inventada. Porque não se dirige a Justiça federal, eu tenho certeza que a área de informática deles presta todos os esclarecimentos ou pode até fornecer o sistema pronto, prontinho. E se você quiser o histórico daquela ação, você pede um histórico e ele te da um extrato inteiro da causa desde o começo até o fim.

Mota – No meu Cartório também é assim.

Vargas – O teu é assim?

Mota – Tudo assim.

Vargas – Qualquer, tem cartório bem informatizado.

Mota – Porque hoje em dia com o número de ações que o Banco tem, tem centenas, se não fizer assim não consegue.

Vargas – Agora tem um detalhe, não há sistema que funcione sozinho, precisa ter um digitador, ter um elemento dando as informações. É o caso nosso que tem um sistema que gerou aquele monte de fichas, sem informação nenhuma, certo? Bom, tudo bem. Tem alguma coisa aí para Crédito em Liquidação? Lá pra frente?

Mota – O sistema de controle, lembram-se de que nós conversamos até exaustivamente sobre a necessidade de haver na Leasing, a par da operacionalidade e da administração, um sistema de controle, que fiscalizasse, prá falar um português bem claro, e já estava sendo providenciado por alguém, não era por você Paulo, que estava montando isso?

Pucci – Veja eu, eu não participei da Reunião anterior do Conselho, mas me passaram uma função que eu faria uma apresentação sobre o Sistema de Controle Operacional. O Arlei prometeu.

Mota – Exatamente

Pucci – Eu fui pego de surpresa, mas eu tenho alguma coisa aqui, a nível do que existe no controle das operações, na realização das operações, na liberação, na cobrança e na recuperação do crédito.

Vargas – Não, mas é exatamente isso Paulo, mas eu gostaria que isso fosse veja bem, você não escreve, você não tem uma rotina, no Banco isso se chamava CDS, hoje eu não sei...

Pucci – Você fala sobre qual rotina.

Vargas – Toda a rotina, todas as rotinas do Banco eram escritas tá? Diz faça isso faça aquilo, vem prá tal departamento, acontece aquilo.

Pucci – Não existe mais isto Dr. Mário, os únicos coisas, documentos que existem no Banco são os KPS, e um manual que cada área está desenvolvendo e revendo hoje, eles tem isso aí.

Vargas – Desculpe eu sempre penso, não só a nível de normatizado, disciplinar uma rotina, disciplinar uma atividade, mas principalmente no momento que você vai cobrar uma coisa de alguém, o que é, porque você não fez, pois está escrito aqui porque você não fez? Então fica mudo, se fica sem nada. É o caso nosso da Leasing, lá toda aquela bagunça que aconteceu. Está tudo diluído lá dentro. Ninguém sabe quem é o responsável. Está diluído.

Pucci – Existe um manual na forma de se operacionalizar da forma de se cobrar. Está em manual.

Marquesini – E isto esta válido para toda a Rede.

Pucci – Não, mas tem lá centralizado lá no Núcleo Estratégico lá da Leasing também, só que eu fiz questão de não trazer pra vocês, porque aquilo ali é enorme, se é isso que vocês querem eu trago. Só que tem uma coisa. Sabe quando um Gerente de agência vai olhar isto aí? Existe essa documentação.

Mota – Vê se alcanço raciocínio dele, sabe quando o gerente vai examinar isto aí, porque?

Pucci – Você tem que perguntar sempre porque ele recebe 500 informações por dia. De todas essas Carteiras do Banco a dificuldade dele demorar cada momento, existe um manual que raramente ele vai lá procurar. De vez em quando hoje em dia está se fazendo uma operação de leasing uma vez por mês na agência.

Mota – E a agência cada vez não tem um operador de leasing?

Pucci – Não, não. Esse operador está lá ele sabe dar informações toda vez para o mesmo gerente que já fez operação de leasing., ele não vai pegar o manual. Mas eu lhe trago o manual. Eu lhe trago o manual, mas eu trago o manual.

Vilmar – O manual é o operador de leasing,

Pucci – Ele exibe, o manual é operador ele tem formalizado isso ele tem tudo, eu trago para os Senhores. O que eu queria apresentar aqui, é que nós estamos a tempo, a forma como é feito a operação, existem regras para serem feitas na operação, no atraso, as medidas imediatas, inclusive via sistemas, não é aquela bagunça que vocês imaginam, a coisa é bem adequada.

Mota – Não, quando o Mário falou em bagunça, a bagunça ela...

Pucci – Então hoje existe.

Vargas – Está diluída. Não sabe quem é o responsável, não sabe o que tem que fazer o que.

Pucci – Só que sinceramente me desculpem, é que eu não entendi na forma que vocês queriam, só que eu não trazer, eu fiz questão, eu disse agora, eu não trazer a norma pura e seco, se é isso eu passo para os Senhores amanhã mesmo, mas eu trouxe ele diluída aqui e explicações que eu faria de como se procede alterações através da Rede...

Vargas – Então a afirmativa é de que existe, isto manualizado e normatizado.

Pucci – Existe.

Mota – Pode nos dar demonstração disto na próxima reunião.

Marquesini – Então eu pediria com licença aqui, de que se tivesse condição de fazer no final da Reunião porque são transparências, né?

Mota – Ah sim tá. Tudo bem.

Aldo – Eu queria fazer, dar um depoimento para os Senhores Conselheiros com relação à manualização das rotinas do Banco. Nós estamos trabalhando em cima das, desse Processo de Saneamento do Banco junto ao Banco Central, do Banestado junto ao Banco Central. Isso tem nos levado, nos levou a montar todo um rol de providências que deverão ser tomadas e implantadas pelo Banco. Não é a primeira vez, desde que eu estou aqui no Banco faz uns 4 anos, essa aqui é a terceira vez que eu já vi o Banco montar um ideário de procedimentos, um ideário de boas intenções, milhares de propósitos e muito das coisas não aconteceram. Porque nós temos uma certa, tivemos dificuldades, primeiro: mudanças sucessivas na Diretoria. Depois um berro que se dava daqui, não passa do Rio Passaúna ou não passa aqui da Serra do Mar não adianta. Se não tiver uma estrutura de acompanhamento não adianta nada. Então dentro desse programa cada Diretor montou na sua área, tivemos bastante diferença agora, cada Diretor está montando o seu trabalho dentro da sua área e nós estamos reestruturando a Auditoria do Banco. Transformando, tentando voltar, eu não sou bancário de carreira mas eu sei que existia uma figura nos bancos chamada inspetor, inspetoria. Aí eu tive o cuidado de perguntar a alguns amigos que eu tenho aqui dentro do Banco, vocês conhecem o tal do Elias que eu conheço a muitos anos, que é do BRADESCO, o Madias que é Vice-Presidente do UNIBANCO, conversando com eles como é que funciona a Auditoria do Banco. A auditoria do Banco ao contrário do BANESTADO que é sob a alegação que nós iríamos implementar uma auditoria eletrônica, que só está hoje em Reunião de Diretoria, eu falei, foi desmontada a inspetoria manual, quer dizer, nós cometemos um erro terrível sem ter uma auditoria eletrônica à distância funcionando, foi desativada a inspetoria de campo está errado.

Pucci – E ficou saneado.

Aldo – Não, existe está funcionando, só que aquela Inspetoria, eu acho que tem que manter.

Pucci – Claro, é obvio isso.

Aldo – Eu perguntei a um amigo meu que é Gerente de São Paulo do CITIBANK, até hoje eles tem a figura do Inspetor, que entra na agência do CITIBANK, seja na mesa de um escriturário, de um caixa do Gerente de Negócios ou de até do Diretor, até hoje eles fazem esse sistema: "o Senhor por favor levante-se sente naquela cadeira que eu vou examinar o que tem na sua mesa". E começa a ver papel por papel, que papel é esse o que é isso aqui porque não foi deferido, puxa a gaveta por gaveta. Isto eu entendo que é auditoria de campo. Inspetoria de campo, eu acho que o Banco tem que retomar a esse período.

Pucci – Claro que tem.

Aldo – Eu na minha visão não pode acabar.

Vargas – Nunca pode ter acabado.

Aldo – Não poderia, de forma nenhuma. Então a primeira coisa que tem que fazer é retomar aquele sistema que o Inspetor vai lá na Agência e vê se as operações estão foram feitas de forma compatível com a decisão tomada nos Comitês; ou seja, se foram tomados os cuidados, se há vinculação de duplicatas, se há caução de títulos, exatamente como foi exigido no deferimento da operação.

Daros – Senão só vai descobrir como foi feito depois que der errado.

Aldo – Der o que?

Daros – Se der errado.

Aldo – Mas é isso que está acontecendo. Olha não dá prá entrar em juízo porque a hipoteca não foi registrada no Cartório.

Vargas – O cara não assinou o contrato.

Aldo – O cara não assinou o contrato. Mas meu Deus do céu, nós não temos inspetoria, um inspetor que acompanhe.

Mota – Auditoria preventiva, não é Aldo?

Vargas – Agora veja bem Aldo. Existem vários momentos.

Aldo – À distância, por sistema, é muito bonito você pode ter, como me disse o Antônio no Bradesco nós temos as duas.

Daros – Sim é claro que temos que ter as duas.

Aldo – Mas nós temos o perdigueiro que vai lá no interior de São Paulo, lá na agência de Furavila, não sei aonde e quer ver lá como é está o negócio, quer ver a operação.

Vargas – Eu não sei no Banco como é que está funcionando hoje, eu estou fora há muito tempo, mas pelo que se ouve falar, você sente Aldo, na relação do Banco, exatamente esse setor de controle, existe um setor de controle que vai fazer um controle à distância, por sistema ou manualmente de alguma forma. Para ver se está lançado se está dentro do que foi autorizado, isso você pode fazer por Sistema. O sistema te dá a listagem por exceção, só vai listar o que está errado o que está certo não precisa listar, esse é o oficial. Mas as vezes tem que olhar porque o Sistema sozinho também não faz, alguém tem que olhar e interpelar a agência à distância, isso é distância. Tem que ter isso, e tinha que ter a inspetoria de campo operacional, é o caso, o caso aqui de vocês de controle, quando vem o contrato, quando vem a documentação pra vocês alguém tem que olhar se está certa. Pra não acontecer isso que esta aí dentro como aconteceu conosco que , sem DUT, sem, contrato sem assinatura esse é manual, o Sistema não vê isso.

Daros – Importante que é papel.

Vargas – O sistema não vê isso.

Aldo – A evolução do Sistema não te dá o direito de você abandonar outras vias.

Vargas – Isto aqui não está assinado o contrato o Sistema não vai saber.

Daros – Não sabe.

Vargas – Não vai saber nunca.

Pucci – O Sistema prevê Dr. Mário está aqui ele dá até o título do documento que está faltando. Nós bloqueamos a agência, a Leasing é uma das mais perfeitas Carteiras da Rede do Banco.

Aldo – Você fala por Sistema a distância?

Aldo – Por Sistema a operadora, o que eu faço...

Aldo – Pra vocês é mais fácil.

Pucci – Então o que acontece. Não se confia em 15 dias que aqui é o prazo envio de documentação, aquela operação foi liberada, mas eu bloquei a agência, que parcialmente me falta documentos no processo. Por causa de um processo eu bloqueio a agência para qualquer operação de leasing, é a punição da Leasing para a agência. Aí imediatamente já está com outro processo e pede a documentação pendente. Todos esses trabalhos que tem aí, tudo isso eu tenho em Sistema.

Aldo – Na Leasing, no Banco nós não temos ainda.

Vargas – Voltando, eu sempre estou aqui, aqui eu sou historiador. O que é que eu posso fazer?

Mota – Você quer saber tudo, eu vou dar esse privilégio?

Vargas – Quem criou a Auditoria do Banco do Estado fui eu, eu não, o controle. Auditoria com o objetivo de fazer auditorias de alto nível de grande, de coisas de maior importância. O dia a dia da rotina é da inspetoria, é o inspetor que faz, não é o auditor, o auditor não anda na agência no setor do caixa vendo se fecha a conta corrente, esse troço não é problema dele do Auditor. O auditor vai numa agência, vai a um setor interno do Banco ou a uma empresa fazer auditoria de alto nível, de grandes problemas ou de grandes operações, não precisa ser nem problema. Isso é auditoria. Não se confunde uma coisa com outra, e a par disso ainda fica ao setor de fiscalização à distância ou por sistema ou por documentos, vai ter que ser feito à distância. As três coisas nenhuma delas pode trabalhar sozinha, tem que ser as três. Então no Banco, eu não sei se ainda existe existia um departamento que se chamava-se DEIFA – Departamento de Inspeção e Fiscalização de Agências. Fazia a inspeção à distância através de cópias de documentos feitos manualmente e tinha essa inspetoria que ia em campo fazer o seu relatório. Depois criou-se a Auditoria com o objetivo maior, mais alto, ligado à Presidência, etc. maior foi isso.

Aldo – Na realidade esse processo significa uma revolução. Então você não pode desmontar o que está funcionando.

Vargas – A rigor não funcionava, porque a história do Banco é uma história de indisciplina total, sempre foi e agora que você está aí você sabe disso. Então nós fazíamos até num curso de gerência

por disciplina, que tinha uma diferença entre eficácia e eficiência.

Então o Departamento de Fiscalização de Agências – DEIFA, o resultado dele que achavam que era positivo, era medido pelo número de cartas que eles escrevia para as agências reclamando de irregularidades. Eram mil e tantas, de mil cartas por ano só que qual era o resultado? Qual é o efeito sexta seção a maioria tinha 50 mil cartas. Eficácia nenhuma, eficiência, não tinha resultado nenhum.

Aldo – Nós tínhamos um setor de Controladoria no Banco que é eficientíssimo. Trabalham 45 pessoas, geram relatórios magníficos, só que quem lê, quem que toma as providências, quem acompanha, quem vai verificar se aquilo está sendo colocado em prática. É isso que nós estamos tentando colocar de forma que os que recebem, alguém vai ter que acompanhar o relatório...

Aldo – O Dr. Sérgio está satisfeito?

Mota – Não, da minha parte estou satisfeito.

Vargas – Nós pedimos também está contemplado também na ata, instruções para as agências sobre aquele aspecto do ajuizamentos de Crédito em Liquidação. Nós detectamos que tinham operações com três anos de vencidas e não estavam ajuizadas e nós pedimos um relatório. Alias nem tanto o relatório, nós pedimos que fosse montado instrução à Rede, certo, dando os prazos para ajuizamentos reintegrações de posse, as providências a tomar no caso de inadimplência, tentando apressar...

Marquesini – Infelizmente isso passa pela DIJUR. Então as normas que a DIJUR segue são normas globais não especificamente. Então eu conversei pessoalmente com o Milton Betenheuser, então eles no presente momento estão tendo uma dificuldade, que é relacionada, primeiro com falta de gente. Nas SUREGs, advogados nas SUREGs para poder orientar. E as agências hoje não estão preparadas com orientação e até com ensinamento para adotar esses procedimentos. Então precisaria de uma doutrinação ou um ensinamento.

Mota – Treinamento.

Marquesini – Treinamento via Banco para que eles pudessem, porque a Leasing por si, nós não temos condições de fazer.

Pucci – Alias eu não vejo condições de as agências hoje, algumas delas tem condições. A maioria não tem condições de suprir essa necessidade.

Aldo – Mas por, justamente por deficiência de pessoal.

Pucci – Deficiência de pessoal, assunto muito técnico. Não é fácil.

Marquesini – Falta de esclarecimento, complexidade

Pucci – Um erro de notificação, um erro numa ccisinha, ele atrapalha o processo todo. Para o senhor ter uma idéia Dr. Mário, o senhor sabia que nós temos um processo de indenização lá na Leasing de US$ 1milhão de dólares. Alguém comentou com o senhor? É, um pedido de indenização?

Vargas – Perdas e danos?

Pucci – É, pedido de perdas e danos. É, foi reintegrado um bem cuja notificação foi expedida e iniciado o processo de execução e por deficiência do sistema, não poderia aceitar aparcela depois de iniciado o processo de ajuizamento. O cidadão depositou na conta da Leasing. Safadeza, e o processo continua. Reintegramos o bem do cara e vendemos. Aí ele entrou com ação de indenização, US$ 1milhão de dólares.

Mota – Não vai ganhar.

Pucci – Não vai ganhar. Nós acertamos esta semana, até eu vou comunicar os Senhores já que nós vamos pagar o veículo dele, e o advogado pediu R$15 mil reais e que o veículo é R$34 mil. Vamos pagar um veículo novo para ele, um caminhãozinho F-4000 é R$14 mil. É que nós pegamos e vendemos dele. Ele pediu R$15 mil porque no mínimo achou que ia receber R$150 mil, e eu estou fechando por R$13 mil, que é dez por cento.

Vargas – E o advogado pediu só de honorários.

Pucci – O Advogado consciente de como funciona a coisa e tal passou e passa, porque são muitas ações e existe malvadeza do outro lado. Esse cidadão usou de esperteza e de má fé. Queria ganhar a causa.

Marquesini – Essa solicitação, Mário, eu considero que ela deve merecer uma análise muito aprofundada sobretudo por sentir lá na ponta, nas agências, nós colhemos "mariscos".

Vargas – Veja bem, Marquesini. Eu acho que uma instrução para as agências dando um prazo, curto e grosso. O cara não pagou em dia você já notifica que já está em atraso. Dá um prazo, 72 horas para cumprir. Já tem que iniciar a reintegração do bem.

Marquesini – Isso cabe, eu acho que à Empresa Leasing tomar providências, agora não foi possível ser tomada essa providência entre a última reunião e hoje. Infelizmente, sabe. As nossas deficiências de pessoas é muito grande.

Mota – Depois se não instruir o pessoal da ponta.

Aldo – Desculpe, qual é a sua pergunta?

Vargas – Não, não eu disse que eles estão dizendo que isso é complexo, depende da DIJUR. Eu acho que instruções simples para as agências. A minha idéia...

Pucci – Essas instruções já existem viu Dr. Mário Vargas, desculpe.

Vargas – Então reitere.

Pucci – Eu lhe encaminho as normativas com relação a procedimentos, ajuizamentos de processos, formas de cobranças, quem pode autorizar recibo, quem não pode, os advogados credenciados, isso tem. Eu lhe mando juntamente com o que eu fiquei devendo.

Vilmar – Aquela parte de controle, manual de controle.

Vargas – Manual de controle.

Pucci – eu mando tudo para o Senhor, amanhã. Promessa é dívida.

Vargas – Quero ver, Senhor Paulo.

Pucci – Essa distribuição foi feita. Agora, se não estiver de acordo com o que o Senhor imagina, aí nós podemos discutir na próxima reunião. Esse controle já existe e está dentro do que é possível se fazer, de orientação.

Vilmar – Está mais ou menos de acordo com as orientações do Banco.

Pucci – Que a do Banco. Exatamente quase cópia fiel do que existe no Banco. Isso não tinha na Leasing. Por isso aconteceu esse processo de indenização. Esse processo é de 95.

Vargas – Bom tempo.

Pucci – Não tínhamos esse controle.

Vargas – Mas é o que eu falei.

Pucci – Hoje nós não aceitamos mais, saiu a notificação por sistema, ele bloqueia, não recebe por lugar nenhum mais.

Vargas – Ele bloqueia. Falar em ajuizamento chefe, você diz que tinha não sei quantos mil contratos, como está hoje isso? Ninguém via lembrar quanto tempo.

Pucci – Posso contar para o Senhor, eu não conseguiram mandar os processos ainda, porque, para o Setor está montando os processos, ele tem que fazer lá uma planilha em que montar uma série de documentos. Então que mandar para o Cartório de Títulos e Documentos. O que aconteceu? O processo da CLUBCAR teve que preparar a documentação equivalente a 2 mil processos.

Mota – Absorveu tudo.

Pucci – Absorveu, até quarta-feira agora, que deve terminar o registro lá no Títulos e Documentos do Cartório, desses processos da CLUBCAR, os terceiros envolvidos o Setor se disponibiliza a começar a ajuizar novamente. Porque realmente aí é humanamente impossível. Porque tem até falta de gente.

Vargas – Já que nós estamos em títulos e documentos, esses contratos não são registrados diretamente nos Títulos e Documentos no momento em que você assina?

Pucci – Hoje nós estamos fazendo isso na área operacional, os novos contratos, que é a minoria, são muito poucos. Depois eu gostaria de entrar nesse assunto com o Senhor aí, porque não se cobrava antes uma taxa de abertura de crédito. Vamos começar cobrar hoje que é exatamente o valor do registro do documento. Fez o contrato lá na agência, chegou na Leasing manda registrar, aqui na Leasing, tá? Porque não se fazia antes, eles achavam que correria, valia a pena correr o risco. A Leasing não tinha inadimplência. Aí começou a explodir a inadimplência, começou surgir problemas de registrar o contrato. Olha o risco no caso da CLUBCAR. O repasse desse veículos da CLUBCAR DESAFIO para terceiros, se esse cidadão pegou esse documento.

Vargas – É discutível essa necessidade de registro desse documentos. Você um documento público, no caso de veículo, é o DETRAN. Esse é o registro público.

Pucci – Deixa eu completar, Sr. Mário, o que aconteceu já.

Vilmar – Qual é a conseqüência disso?

Pucci – Se o títulos e documentos registrar o primeiro contrato lá na CLUBCAR com o cidadão, mesmo com data posterior ao meu aqui da Leasing, o que vale é o dele.

Vilmar – O que vale é o dele.

Pucci – Ele vai lá e cancela o registro no DETRAN, o Senhor sabia disso?

Mota – É isso é verdade.

Pucci – Eu estou correndo esse risco se estiver algum contrato da CLUBCAR registrado já, porque a Banestado Leasing não fez isso.

Aldo – Não poderia alertar antes que aconteça?

Marquesini – Eu tenho a impressão que isso surgiu agora em função da CLUBCAR.

Pucci – Então eu tomei essa iniciativa, eu consultei o Arlei só para saber o custo dos contratos, dos registros, porque quando eu vi que não ia dar certo a documentação do processo aí, falei esse cara não tem dinheiro para pagar. Nós vamos ter que executar, partir para a execução.

Vilmar – Só que nós vamos correr o risco de ficarmos com o registro anterior.

Pucci – Com certeza.

Vargas – Sim, veja bem vocês faziam leasing com nota fiscal, não com o certificado, o DUT transferido, DUT de transferência. Então, nada obsta de pegar o carro e vender para um terceiro e registrar em nome de terceiro. Isso é o que deve ter acontecido.

Vilmar – ... Só que o cliente pagou o CLUBCAR e não pagou a Leasing.

Vargas – Da CLUBCAR isso?

Pucci – Sim.

Vargas – Mas nós não tínhamos pegado o DUT.

Pucci – Dá uma olhada. O DUT não estava, alguma coisa eles passaram para nós, não sei se

Vilmar – Com mais um agravante ainda.

Vargas – Mais grave que isso?

Vargas – Bom, a parte de contratos acho que já deu. Nós já vimos tudo que é Crédito em Liquidação. Depois vamos indo para frente que tem mais coisa, conforme a própria pauta. É, foi falado aqui, você também falou Aldo saneamento, essa coisa toda. Como é que está o projeto de incorporação da Leasing ao Banco, aquela idéia, transformar em Carteira.

Aldo – Está em análise ainda. Aí é que esta o problema. De um lado a idéia e a vontade da Diretoria é transformar em uma Carteira, mas por outro lado se nós transformarmos em uma Carteira, nós indisponibilizamos uma entidade do Conglomerado que tem essa capacidade por exemplo de emitir debêntures. E depois ela é muito mais volátil. Eu me recuso a tomar uma decisão, digamos de caráter definitivo aqui no Conglomerado baseado numa gestão temerária do passado. Eu acho que a Leasing é viável. Desde que seja administrada com competência, com moralidade, com ética, sem falar em outras coisas. Então eu acho que deveria ser, mas um estudo está sendo feito, provavelmente o que nós vamos trazer para o Banco será a parte de controle, mas a Leasing continuará funcionando como empresa.

Vargas – A Empresa permanece.

Aldo – Eu acho que não convém sacrificar a Leasing por um fato que ocorreu no passado. É a mesma coisa que tirar o sofá da sala. Então não adianta nada. Vamos tratar de botar a Leasing em pé e fazer a Leasing funcionar como Empresa dentro das normas legais, dentro da sua atividade, porque eu acho que o mercado de leasing hoje está cada vez mais promissor. Veja aí o BRADESCO que está aí trabalhando, deitando e rolando no leasing, o HSBC então está fazendo aí horrores. Agora nós temos que assumir o compromisso. Acho que a Leasing, no meu ponto de vista...

Vargas – É você quer incorporar só a parte de contabilidade, administração, de pessoal.

Aldo – Como as outras, fazer uma cozinha comum e fazer as pontas todas trabalharem. Então essa é a idéia.

Vargas – Bom, eu volto à água fria, que já está congelada: Digitalização. A nossa famosa SOFHAR, em que pé está isso?

Marquesini – Bom, o processo de digitalização.

Vargas – Está andando?

Marquesini – Está andando não naquele ritmo que nós esperávamos porque a DINFO ficou de nos ceder naquele momento 8 funcionários. Ocorre que dentro do processo de férias só puderam nos ceder 2. E agora, a partir...

Vilmar – Com o agravante que os estagiários que estavam lá contratados saíram fora, porque estavam ganhando muito pouco.

Marquesini – Somente agora a partir, após o Carnaval é que a DINFO começou gradativamente nos atender, então ficaram de mandar mais 2 agora no começo dessa semana. Ontem estavam ainda participando de reuniões e devem complementar isso até agora dia 10 de março com os 8 que ficaram e nós deveremos na medida da nossa possibilidade alocar gente nossa também no processo.

Mota – Quer dizer que aquela idéia de normatizar até o fim de março morreu?

Marquesini – Eu acredito que ficou prejudicado, exatamente com esse processo porque a DINFO não aportou esses 8 elementos imediatamente como havíamos combinado.

Mota – Então daí quando normatizados, normalizado isso, quando que vocês acham que...

Marquesini – Eu conversei com a moça que acompanha isso, que é a Jussara, ela acha que com os 8 elementos da DINFO e se nós pudermos ter lá mais 2 ou 3 da própria Empresa, a possibilidade de nós recuperarmos esse mês que está perdido e mais uns 20 dias. Agora tem esse aspecto também que nós terminando o processo de digitalização, que nesse mesmo caminho está o processo de licitação para compra dos equipamentos. Está caminhando exatamente dentro desse mesmo prazo, talvez correndo o risco de terminar a digitalização e os equipamentos estar amarrados.

Vargas – Bom, eu quando falo isso eu não estou me referindo só à SOFHAR. A SOFHAR teve baixa no seu saldo devedor por várias dações em pagamento. Não é trabalho. Tem vários contratos nosso em andamento. Amortizaram vários desse

contratos como dação em pagamento. Alguns em prestação de serviços, equipamentos, OK? Eu gostaria só para nosso controle, fizessem um demonstrativo rápido, as datas, as dações, da baixa, o valor que foi baixado e que tipo de dação foi feito.

Marquesini – Mas o valor dos equipamentos veio.

Vargas – Veio isso, mas não veio, o que eu gostaria de Ter uma outro elemento que era o saldo devedor na época.

Marquesini – Aquilo que o senhor precisa?

Vargas – Não, veja bem, o tipo de dação, tipo de serviço, o valor da dação e o saldo devedor que restou, e parece que houve estorno de dação também.

Marquesini – Me parece que foi feito um acordo..

Vargas – Não foi feito, e estornado. Só para se ter uma idéia, como se comportou esse caso da SOFHAR. Está inadimplente ainda.

Marquesini – Eu vou fazer um resumo então da origem. Essa empresa ela, ao todo foram 21 contratos celebrados onde ocorreram quatro renegociações, a última em janeiro de 98 com a aprovação do Comitê, prevendo um pagamento de R$150 mil reais como parte dos contratos. Alegando prazo para 36 meses sendo que os 6 primeiros meses, pagamento somente de juros e alterando as datas de aniversário das parcelas em três. E isso não foi cumprido até hoje, não pagaram. Dia 20, 23 e 25 de fevereiro deveriam ter sido as primeiras parcelas da negociação e que até hoje estão em aberto, até 02 de março.

Mota – Me diga uma coisa, a SOFHAR, ela não tinha um dinheiro para receber da COPEL ou de qualquer outro órgão público, SANEPAR ou coisa assim?

Pucci – E que tem até.

Mota – E que em seguida o Banco...

Vilmar – Ela tentou negociar com o Banco e não deu certo. Não sei porque.

Aldo – Ela pediu uma nova operação de leasing no Banco e foi indeferida não é? Pra nós seria, queria uma operação quer dizer, eu te devo R$100 mil, você me empresta R$200 mil e eu te pago R$100 mil, assim não dá.

Vilmar – Ela queria fazer um empréstimo no posto, mais ainda a parte de

Aldo – Em cima de um contrato de prestação de serviços entrega fatura.

Marquesini – São equipamentos de informática, telefonia, móveis e utensílios para escritório.

Vilmar – Mesa cadeira, xícara, pires...

Vargas – A reintegração dos bens deles e pegar e jogar fora. Não vale nada.

Mota – Não será melhor acabar com isso de uma vez, em vez de agente começar perder mais dinheiro ainda...

Vilmar – Fazer o que, Dr. Mário?

Mota – Executar a SOFHAR. Não tem jeito não é?

Vargas – Executar o contrato?

Mota – Prá Não perder muito.

Vargas – Ter jeito tem, pode executar só que você vai para reintegrar, na reintegração não leva nada.

Mota – Sim mais do jeito que vai, só vai aumentando a dívida.

Vargas – Agora, naturalmente esses equipamentos que foram objeto de leasing devem estar com terceiros, devem ter alugado para terceiros, vendido. Não está aqui, devem estar com terceiros. Vendeu entregaram, não existem e provavelmente não vai existir mais isso.

Aldo – Isso é comum...

Vilmar – Há uma orientação para...

Vargas – Aí tem duas ações..

Mota – Não, é uma sugestão...

Vargas – Você vai fazer uma reintegração de posse, não vai encontrar, vai ter que entrar com uma ação criminal, de estelionato em cima deles, do Diretor da Empresa tá? E executamos a SOFHAR com saldo devedor. Eu faço essa proposta pra vocês.

Mota – A gente da mais perna para ela e ela também não cumpre, porque a dívida vai se alongando, vai aumentando, aumentando.

Vargas – Eu acho que tentativas de negociação foram feitas várias.

Aldo – Tentativas não, foram várias tentamos, deram um gás aí pra eles como ele acabou de dizer e ele não cumpriu. Eu acho que...

Vargas – Eu sei que o Senhor vai cobrar, mas nós vamos executar, chama antes conversa, nós vamos executar, tem 72 horas pra nós despachar, cumprir o que foi determinado, então nós vamos executar. Vamos iniciar com reintegração de posse, muito bem, se não tiverem, é o caso de denúncia ou de queixa-crime para a polícia.

Marquesini – Queixa crime já foi formalizada. Ela está no rol das 26 empresas.

Vargas – Ah é? Não, isso aí é outra coisa. Essa queixa-crime das 26 empresas é queixa crime contra os administradores, já foi cumprido e tudo isso.

Marquesini – Não, não Conselheiro para a própria Empresas e para os administradores.

Vargas – Também, também pela Federal.

Marquesini – É a mesma ação, contra as Empresas e os administradores.

Vargas – Mas veja bem, veja bem Marquesini. Precisa ver o fundamento dessa ficha aqui.

Marquesini – O fundamento solicita com base no Relatório de Auditoria que a Procuradoria examine indícios de favorecimentos ilícitos e mais ainda informação, informações fraudulentas para concessão, para obtenção do crédito e tal, e pedindo que apurado ou constatado, que sejam pra "A" ou "B" aberto o competente inquérito policial.

Vargas – Mas esse seria um pouco diferente, seria um inquérito policial por estelionato, desvios de bens, apropriação indébita.

Marquesini – Para nós constatarmos isso nós vamos ter que entrar com ação de reintegração de posse.

Aldo – Primeiro, há que passar ai...

Marquesini – Não localizados. Sim aí entrar com uma ação, não de estelionato, é uma ação contra o devedor solidário como depositário infiel.

Vargas – Com isso você não pega ninguém.

Aldo – Mas assusta, incomoda, assusta..

Vargas – Agora eu acho que uma ação, uma queixa-crime, um inquérito policial, pedido de abertura incomoda mais eles tem que ir lá na polícia explicar. Não vai levar a nada pode ter certeza, mas vai incomodar e a ação normal de cobrança.

Marquesini – Eu vejo que medidas que não levam a nada e que só incomoda é a mesma coisa. Então tem que se tomar medidas efetivas que traduzam pela reparação, como é a primeira que é a medida com relação à reintegração de posse dos bens e não dando sucesso virão as medidas complementares.

Vargas – É isso que eu digo.

Marquesini – Agora.

Vargas – É a criminal que é apropriação indébita ou estelionato e a cível que é a cobrança do saldo devedor, sem os bens só o saldo devedor de alguma forma. Ação executiva.

Marquesini – O Conselho deliberando a tomada dessas decisões...

Vargas – Da minha parte eu sei, é uma solução.

Marquesini – Mas eu acho que deveremos procurar primeiramente.

Vargas – Não, claro.

Marquesini – Principalmente porque está se fazendo uma semana que os vencimentos das parcelas, são consideradas parcelas em dívidas, os contratos considerados em dia pra nós ainda né esta em curso normal.

Aldo – Eles entraram com um pedido aqui no Banco e trouxeram um contrato de prestação de serviços ao Estado. Acontece que o contrato não tem nada, enfim é um contrato de intenções que não tem nada do que firmar, se tivesse, se esse contrato fosse acompanhado digamos de algumas petições ou alguns documentos, ou títulos de créditos aí até tudo bem, aí poderia se descontar, você não pode operar, fazer uma operação com um contrato de intenções, isto está em discussão inclusive no Comitê.

Vargas – É, na minha época de Banco nós não fazíamos operação em contrato. Fazia operações em fatura, no caso do DER por exemplo tinham os contratos de obras, o cara vinha com os contratos, na época fizeram. Perderam tudo. Porque não fazia a obra e acabou.

Aldo – Levaram dinheiro

Vargas – Nós descontamos faturas, faturas e certificados, a gente ter um contrato de serviço não dá, a prova está conosco, tem um contrato, nem que fosse verbal, não cumpriu. A prova está ai. Contrato não dá pra segurar. Bom, tudo bem. Bom gente nós estamos na área de informática existe ou foi proposto ou foi aprovada até por nós aqui do Conselho algum tempo atrás, um Plano de Informática, lembra? Um Sistema, etc., que depois foi suspenso depois retornou. Então eu gostaria que a história fosse contada para nós também, em que pé está.

Pucci – Foi desenvolvido durante o ano de 96 até meados de 97, o EPS, Estudo Preliminar de Sistemas da BLAM, aprovaram e tudo, e depois foi apresentado no final do relatório custos para a implementação, com 7 módulos definidos na época dos quais o operacional de controle administrativo etc. Em seguida ficou definido que a Banestado Leasing se transformaria, ou viria pra cá e se transformaria em Carteira finalmente foi feito um estudo de reestruturação. Aí como foi suspenso, para não se perder o trabalho, um módulo de qualquer forma teria que ser iniciado porque a Leasing como Carteira ou Empresa, a tendência é distribuir as atividades de operacionalização na Rede com alçada máxima na GEREG. A Leasing é uma Carteira como a GEROC aqui, como DIRCO, é coisa seccional que vem

pra cima o resto é tudo operacionalizado na Rede. E aí em função disso se decidiu que um desses 7 módulos do EPS, se daria continuidade a um custo bem menor, que me parece que foi de R$5 milhões o levantamento na época e reduziu bastante esse valor, não me lembro agora quanto. Está sendo dado continuidade nesse estudo e aí quando se definiu que a Leasing não se transformaria em Carteira, daríamos continuidade no restante do processo, nós íamos estartar os outros 6 módulos, não foi possível não tem recursos na DINFO. Então eu estou hoje, a minha secretária está pautando para a Reunião da Diretoria do Banco a viabilização desses outros, da continuidade desses outros módulos em função dos estudos preliminares porque mesmo vindo pra cá, a parte operacional não consegue mas transfere, porque tem parte do controle inclusive vinculadas aí e tem que ser tratadas em conjunto. Então isso é objeto para a próxima, se for possível para a próxima Reunião de Diretoria para analisar com prioridade, porque a preocupação para o pessoal da DINFO ficar tocando esse módulo operacional é de que a Leasing fique no esquecimento e não entre nas prioridades porque o Senhor está centralizando a informatização.

Vargas – Exatamente,

Pucci – Quando eu mandei a correspondência, foi o Arlei que assinou né, nós preparamos lá o EPS como um todo prioridade para a Leasing ele contempla todos esses módulos, mas só prá contar então a situação que há, só tem um módulo que é o operacional em desenvolvimento e agora carente de desenvolvimento os outros 6 módulos essa é a posição.

Vargas – Em resumo, estamos do mesmo tamanho.

Pucci – O Marquesini pediu pra colocar também, porque nós estamos fazendo reuniões constantes, toda a terça-feira existe uma reunião pra tratar de assuntos do dia a dia e emergênciais, e toda a semana aparece lá na Leasing. Nós já desenvolvemos extratos de rotina, quer dizer, um aperfeiçoamento do Sistema antigo, que vai ser substituído por esse novo do EPS, mas que tem que ser tocado enquanto o outro não estiver desenvolvido. Toda a terça-feira tem reunião da DINFO com os Gerentes da LEASING. Além disso, estão sendo feitas reuniões dos Gerentes da LEASING com uma empresa terceirizada que está trabalhando com o desenvolvimento do operacional, isso é, para a DINFO, que é difícil, quebra cabeça , tem coisas dentro do Sistema atual que ninguém sabe como é que está lá o que é que está, as normas são tão complexas de leasing que se perdeu a memória com a demissão das pessoas lá, os especialistas foram mandados embora de leasing. Ficou gente lá que conhece mas que tem que estudar um pouco mais. Eu particularmente, perto dos meninos lá, fico, deixo muito a desejar, só estou no gerenciamento, mas a parte técnica mesmo eu não conheço e o que aconteceu com a demissão das pessoas que conheciam precariedade agora no desenvolvimento do rolo. Então está tendo um pouco de dificuldade, mas estamos tentando superar.

Vargas – Eles conheciam demais lá.

Pucci – O pecado foi esse, como técnicos, eram excelentes. Fizeram um excelente serviço.

Vargas – Só eles conheciam, você que não sabia de nada. Então está bom, vamos começar de novo, exatamente, sabiam de tudo. Dizem que quem tem informação tem o poder né Padre, nossa época de informática, Eu acho que não é de mentira, quem sabe usar a informação é que tem o poder. Tem que ter, saber usar a informação você tem que tê-la. Saber usar a informação. Isso é que é importante.

Aldo – Conselheiro mais uma?

Vargas – Mais uma. Olha estão com discurso aqui comprido. Bom isso aqui seria o Conselheiro Raul, mas eu vou tomar a palavra dele. A observação foi dele e no rascunho deve estar observado isso também. Um dia ele veio aqui e foi ali em baixo, no bloco 11 e 12 e viu aqueles bens lá dentro e ficou assustado, porque viu algumas coisas lá bens que devem estar no tempo há anos. Ele lembrou-se disso, porque ele foi Gerente de uma Empresa, que era do Banco, uma tal de BABS, Administração de Bens e Serviços do Banco e ele diz que talvez tenha coisa lá que é do tempo dele. Ele aposentou em 90, isso já fazem quase 10 anos no tempo se desmanchando lá. Eu não sei se é leasing.

Raul – Um caminhão Scânia.

Vargas – Eu volto a repassar, pela quarta ou quinta Reunião do Conselho a validade desses bens. Às vezes esses bens que são, a validade de se requerer ao Juiz a venda antecipada de todos esses bens que estão com problemas fiscais, vende antecipadamente em juízo o dinheiro, porque o dinheiro não deteriora tanto como o bens que está lá. Está certo? Então isso já foi falado aqui várias vezes, várias vezes.

Mota – Nós já propusemos umas cinco ou seis vezes. O Jurídico estava presente através do Dr. Milton Betenheuser, concordou, diz que ia fazer verificar e morreu.

Pucci – Como a situação da coisa, eu acho que o Milton comentou naquela época nos contratos do Banco, por alienação fiduciária, que é a garantia dadas anteriores certo?

Vargas – Depois que pediu ao juiz a venda do bem, depositando em juízo o dinheiro.

Mota – Está garantido lá.

Raul – Um bem que está lá 10 anos parado. Os bens estão lá só estragando, só piora.

Mota – Tem televisores à lenha, à lenha.

Marquesini – Eu quero apresentar os Conselheiros, eu participei como convidado de uma reunião recente da Diretoria do Banco, e este assunto a ser, autorização prá venda dos bens que há impedimento jurídico, a área jurídica do Banco está tratando junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, um pedido de autorização. Agora, por falta de embasamento jurídico, eu não sei explicar aos Senhores o porque de pedir ao Tribunal, o texto foi comentado nesta mesa por interpelação do Presidente Neco e foram dados os esclarecimentos pelos Diretores de Administração do Banco, a cerca do andamento disso. Com relação à LEASING, a situação nossa ela não está neste pé como o Conselheiro comentou, se nós tivermos bens com prazo um pouco mais antigos, mas nunca nesse prazo de 10 anos. Porque, como disse o Paulo, consumada a reintegração de posse e não havendo contestação, nós estamos vendendo os bens. Os bens da LEASING estão sendo vendidos, com um detalhe, por favor, um detalhe, nós não estamos conseguindo vender aqueles cuja documentação está incompleta. Eu não posso vender um caminhão não tenho a DUT. Então eu tenho que entrar num processo de buscar lá na origem, uma operação feita a cinco anos atrás que o antigo arrendatário sumiu, levou a documentação e eu só tenho o registro desse bem em contrato, eu não tenho ele no documento original. A propriedade não é minha, eu estou de posse. Bom, podemos vender isso? Podemos, nós vamos lá e vendemos, agora quem que vai comprar sem a DUT.

Vargas – A menos que tem um mandato judicial, expedido pelo juiz.

Marquesini – Esses casos eu comentei na penúltima Reunião do Conselho que eu participei e desisti dado a um volume "X", mas que nós estávamos tentando obter junto ao DETRAN aqui do Paraná esta autorização, ou seja, eles analisariam os casos.

Vilmar – Mandaram carta para o DETRAN dia 19 de dezembro. Só que até hoje está rodando todos os departamentos e nada.

Marquesini – Ou seja, aí a burocracia lá que Deus me livre.

Raul – Eu ia dizer, aquela vez que eu vim aqui, faz mais ou menos um mês, que aparentemente eles têm caminhões lá que são daquele tempo.

Marquesini – Não é aparentemente.

Raul – Não, não. Eu não anotei o número do chassis eu não posso provar nada.

Marquesini – Não, é real.

Raul Então veja, eu fui lá e...

Marquesini – Não, é real. Agora, tem outro aspecto aqui neste Conselho, a questão de uns 4 ou 5 meses, foi deliberado que determinados tipos de bens só seriam vendidos através de DEPPA, em leilão.

Mota – Não, não foi o Conselho que deliberou isso.

Vargas – Não, nós não fomos.

Marquesini – Pela informação que eu tenho...

Vargas – Só se o Conselho do Banco.

Marquesini – Pela informação que eu tenho, teria ocorrido isso. Agora o Presidente Neco a questão de 60 dias ou um pouco mais, ele está, ele pessoalmente, exigindo a aceleração a venda disso a ponto de determinar que aquilo que estiver disponível seja lá no interior seja na capital, seja removido pra Londrina e lá estão sendo vendidos. Que aliás estão sendo objeto desta pauta que está aqui para nós decidirmos. Então essa preocupação...

Aldo – Eu acho que essa, está havendo uma velocidade maior aqui na parte de leilão de venda de bens da Leasing, eu estou acompanhando os jornais aí, quase que toda a semana sai lá um edital de leilão, que esta havendo um leilão.

Marquesini – Eu acho que aliás, hoje ou amanhã está havendo um leilão do Banco.

Aldo – Agora esse assunto do advogado aqui, eu vou pessoalmente...

Vargas – É que a lei permite de que se requeira ao juiz, que a venda antecipada dos bens.

Aldo – Vamos determinar que imediatamente requeira ao juiz a venda antecipada dos bens.

Vargas – Já, mas não dava,

Aldo – Mas não custa.

Vargas – Mas requer, se o juiz conceder, e se a outra parte não contestar, não agravar a decisão do juiz, tudo bem.

Marquesini – Eu estava com o Senhor neste despacho que o Senhor estava dando, mas eu co-

mentei aqui numa reunião plenária, duas ou três semanas atrás esse assusto, plenária do Banco, esse assunto foi abordado e o Paulo Krüger deu os esclarecimentos devidos que estava dependendo de uma decisão do Tribunal.

Aldo – Dr. Mário Vargas mais alguma?

Vargas – Não, eu acho que nós poderíamos prosseguir na Ata, na Pauta, eu tenho dois assuntos vamos deixar para o final.

Aldo – Vamos deixar para o final. Bom, "Fluxo de Caixa Realizado no Mês de Janeiro", quem é que vai relatar?

Marquesini – Vilmar.

Vilmar – não sei se tem alguma alteração.

Aldo – Esse pagamento de parcelas das debêntures na saída aqui é esse normalmente mensal o valor que está sendo pago?

Vilmar – Normalmente em torno disso.

Aldo – Está em dia então?

Vilmar – Termina o pagamento das debêntures em maio.

Aldo – Em maio, em maio liquida

Marquesini – O saldo está em torno de R$27 milhões, para ser liquidado.

Aldo – Item dois "Campanha de venda de Bens".

Marquesini – Vilmar, Paulo Pucci.

Vilmar – Bom, isso aqui foi vendido para que a LEASING desenvolvesse a Campanha de Vendas dos Bens, nos mesmos moldes que o Banco tocou a dele e quando o pessoal DEPPA fez a Campanha lá não foi conversado com a gente e a LEASING acabou ficando de fora desse processo e depois teve uma venda de bens, até o Marquesini falou aí em Londrina, aonde o Presidente questionou o pessoal lá porque é que eles não estavam sendo pagos dessas comissões aqui, e eles teriam direitos de receber essas comissões, conforme o Banco está fazendo. Então foi pedido para o Arlei e para o Marquesini, para que eles montassem uma proposta da LEASING, para que a gente também viesse pagar as comissões nas vendas de bens na mesma metodologia que o Banco adota, na mesma metodologia do Banco, ele está pedindo que seja com data retroativa a 10 de novembro, porque teriam pedidos para que se façam os pagamentos.

Marquesini – Não só haviam pedidos, já vieram débitos oriundos das vendas feitas em Londrina por determinação do Presidente. Porque o pessoal começou a reclamar, então nós estamos aí, está sendo feita a Campanha da Leasing, a proposição é que o Conselho tomando conhecimento homologue, que seja estendido para a LEASING também nos mesmos moldes que é adotado no Banco.

Aldo – Agora me diga uma coisa, pelo o que eu entendi aqui, nós estamos autorizando o Banco os funcionários da LEASING, a exemplo do Banco a venderem.

Marquesini – A participarem de uma comissão na venda daqueles bens que eles indicarem a um cobrador que se efetivado isso ocorre no Banco.

Vargas – Praticamente venda direta.

Marquesini – Sim.

Aldo – Aqui diz as formas, Direta, Leilão e Leasing.

Marquesini – É o item 3 esclarece bem a forma de pagamento. Prevalece para as três comissões.

Vargas – Sim, mas no Leilão não há o que pagar, é leilão.

Marquesini – Ele indica, ele recebe. O Banco procede assim, o Banco está procedendo assim.

Vargas – Mas o cara faz um lance. Foi ele que me indicou.

Mota – O leilão é público.

Marquesini – Por gentileza, o funcionário de uma agência, o funcionário de uma agência ele tem uma espécie de uma senha, convite.

Vilmar – Um convite.

Marquesini – Eu entrego a você: Dr. Mário vai haver um Leilão especificado assim dessa maneira. O Senhor com esse convite se apresenta nesse local em que se está o bem e se habilita no leilão e entrega esse convite lá provando que o Senhor veio indicado por alguém que comprou. Isto está sendo usado...

Aldo – Então o funcionário está sendo usado como um divulgador do leilão.

Marquesini – Um divulgador do leilão e da venda do bem.

Aldo – E ele comprova isso através da entrega do convite, que o Mário foi lá e comprou um papagaio, uma gaiola, achou bonito, e o funcionário ganha à vista.

Marquesini – Exatamente. Daí vai o nome do angariador e o nome do comprador naquele convite.

Aldo – O Conselheiro vê alguma coisa, algum problema nisso?

Pucci – Só pra fazer um posicionamento. Eu não tinha percebido Dr. Aldo, que na frota de veículos do Banco, a minha posição, eu acho que absurdo, com relação ao leilão. A gente já perde 5% para o leiloeiro.

Vargas – Só Direta pagar mais 2%..

Mota – O leilão é público.

Vargas – Para o leilão não vale, vale prá direta.

Pucci – É uma posição minha, Dr. Aldo, eu acho que para o leilão já existe o ônus, mas o que pode acontecer Dr. Aldo num leilão, nós temos os compradores contumazes do leilão. Se ele faz um acordo com um ou dois funcionários, por favor, não estou querendo dizer que exista isso, amanhã ou depois essa pessoa que compra em leilão vai ganhar os 2% e dividir, 1% para cada um com o comprador. Eu não vejo no leilão a necessidade do pagamento.

Mota – Porque no leilão geralmente tem o comprador que vai sempre.

Pucci – Se eu pagar 2% na venda direta eu estou ganhando 3% porque não levei para o leilão. Vou pagar mais 2% no leilão e já estou pagando 5% para o leiloeiro, aí é absurdo. Eu acho até que isso deveria ser levado para consideração do Banco.

Aldo – Tanto que de início eu questionei justamente o leilão daí o Marquesini me fez ver, eu achei interessante o funcionário.

Pucci – No investimento do Banco não há publicidade que existe. O Banco faz publicidade de leilão até...

Vargas – Não leilão eu não vejo Dr. Aldo, apesar de ser válida a

Mota – E a Venda direta como é que é?

Vargas – Na venda direta o funcionário traz o cliente e diz olha esse aqui é o meu indicado para comprar esse bem.

Marquesini – A mesma forma.

Aldo – No leilão.

Marquesini – Ele prá venda direta também

Vargas – Não, não.

Pucci – Na Leasing, não. Nós temos venda direta.

Vargas – O camarada chega lá na pátio da Leasing, diz eu quero comprar esse carro, o funcionário leva a pessoa lá. Leva lá a pessoa e a pessoa diz eu quero comprar esse carro, faz a proposta? Mas a proposta é de vocês? A proposta é aceita? No Direto.

Mota – No leilão eu também sou contra.

Aldo – Eu acho que o leilão dá esse problema aí.

Vargas – Aqui na outra forma que é a leasing é a maneira direta.

Mota – Tem uma outra observação aqui, considerações finais: "quando se tratar de venda parcelada, alçada exclusiva da BLAM ou LEASING, o prêmio será pago apenas sobre o valor da entrada". Então vamos dizer que o cidadão vai lá e saia R$10 mil o bem, mas ele dá R$500,00 de entrada ou R$1.000 de entrada.

Vilmar – A comissão é sobre os R$1.000,00 só.

Pucci – É só sobre o recurso que está entrando.

Mota – Eu acho que não é justo, eu acho que deveria ser sobre o total, na medida que o cidadão for pagando, se ele pagou no último mês tanto...

Pucci – Teve uma época que a comissão de seguros ficou assim inclusive no Banco né Dr. Aldo, a medida que a pessoa fosse pagando a operação e a parcela do seguro.

Mota – Eu acho muito mais justo, muito louvável.

Vilmar – Só para ilustrar, para fazer esses pagamentos das comissões, que a maior parte dos clientes não tem contas no Banco, tem que fazer através de RBA.

Aldo – O que é que é RBA.

Vargas – Recibo Autônomo.

Vilmar – Nós vamos ter que deduzir ICM, reter ISS, é uma burocracia. Agora imagina sobre o valor das parcelas a gente manter esse controle.

Marquesini – Um outro pormenor é que o cidadão ao fazer com financiamento, ali está embutido um grau de risco.

Vargas – Sim claro pode não pagar, dá a estrada e some.

Mota – Daí é o seguinte Mário, cada parcela que ele for pagando o cidadão teria mas daí burocraticamente.

Vilmar – Na hora do pagamento ele exige um regime de caixa, recebeu paga.

Pucci – Se tivesse um sistema até dava para pagar.

Mota – Sendo que é só para funcionários do Banco e da BLAM. Assim mesmo é muito complicado. Então tá, então desconsiderem minha idéia.

Vargas – Inclusive isso aqui o cliente paga a vista. Faça negócio à vista.

Aldo – Aprovado então?

Mota – Aprovado com exceção do leasing.

Vargas – Valorizando o leasing no leilão.

Marquesini – Eu pediria licença aos Conselheiros para substituirmos essa página 3 porque houve alteração de redação.

Aldo – Então enquanto eles decidirem nós vamos examinar a página 4. "Venda dos Bens Reintegrados da AMORIM SERGIPE".

Marquesini – Essa proposta está vindo para uma ratificação, porque a autorização já foi dada.

Vilmar – Ela foi vendida para aquela empresa LOMBARI.

Marquesini – O Conselho aprovou e consumou-se a venda com o pagamento.

Mota – Já foi pago?

Marquesini – Já foi.

Vargas – Me diga uma coisa e o transporte até Curitiba fica por nossa conta?

Marquesini – Não, por conta deles.

Pucci – Essa empresa que comprou se eu não me engano ela foi buscar lá e pagou quanto? R$470.

Vargas – Pagou R$255 mil pra nós.

Daros – Inclusive abateu do saldo da AMORIM SERGIPE.

Mota – Bom, está aqui a folha nova.

Marquesini – Bom, então a página 3 por favor.

Aldo – Voltando a página 3, já foi substituída.

Marquesini – Nós temos um recurso tomado ao Banco do Estado através de CDI e esse recurso terão vencimentos que começaram ontem e que se prolongarão até maio, então eu peço ao Vilmar por gentileza como estão.

Aldo – Perfeito.

Vilmar – Ontem nós tivemos dois vencimentos dos recursos captados de CDI do Banco, onde nós temos recursos aplicados naquela 7ª Emissão de Debêntures do Banco, a gente está aprovando aqui para que a gente passa a resgates parciais dentro dos respectivos vencimentos que estão aqui elencados aqui, para a gente ir amortizando esses CDIs aqui. Ontem nós pagamos R$11.175 milhões e tivemos que fazer um resgate aqui no valor de R$8 milhões e pouco que nós tínhamos de saldo em Caixa. Então a gente está fazendo essa proposta aqui e a gente também está se preocupando com a seqüência que vai chegar no final do mês de julho aqui, nós vamos precisar de mais uns R$160 milhões, e nós vamos precisar de recursos aqui para que a LEASING, para a renovação dos CDIs do Banco, viu Dr. Aldo, do remanescente. E isso aqui que se você for nas taxas que está hoje de leasing, está bastante comprometida a situação da LEASING.

Vargas – É tem que levantar as aplicações e ir amortizando.

Vilmar – A minha preocupação também é que eu não vou ter saldo em caixa para quitar tudo.

Vargas – Bom, você vai captar na frente se não for expectativa de queda de juros, tá baixo.

Vilmar – O custo MIX hoje do Banco que ele está informando para a LEASING, é de 24% e qualquer coisa mais TR e a minha Carteira hoje, Carteira boa, a taxa média é de 28%. Então nós estamos com um.

Vargas – Mas como é que você vai acertar então?

Vilmar – Isso aí nós vamos ter que acertar no Banco.

Aldo – Temos que fazer uma reunião com a Área Financeira ali em baixo.

Vilmar – Inclusive ele faz menção aqui que a gente aguarde o Saneamento do Banco aí, e que o custo MIX do Banco venha se tornar um custo compatível com o que o mercado vem adotando, que está numa faixa de 17%, 16% mais TR.

Aldo – Mas isso nós podemos tratar antes do saneamento, isso tem que tratar desde já com a Área Financeira.

Vargas – Viu Aldo, isso deve ser tratado com Administração Financeira.

Mota – eu acho que isso é da Área Financeira.

Marquesini – Nós estamos hoje Dr. Aldo, retornando ao Banco um recurso que prá nós tem um custo menor e aliviando por sua vez o Banco de ir buscar um recurso com um valor de taxa mais alta lá fora.

Aldo – Daí seria assim a subsidiária.

Marquesini – Então nós estamos retornando ao Banco esse dinheiro, ajudando a desafogar um pouco a necessidade de captação a custo mais alto, mas só que com a preocupação de que lá na frente.

Aldo – Isso é natural.

Marquesini – Nós ficamos preocupados.

E por falar em captação de recursos e essa coisa toda, eu não me lembro, só me esclareçam, ficou combinado que a LEASING agora começaria, como disse o Aldo muito bem aqui, o mercado leasing está opulando, está ótimo, que a LEASING não só a começar não só a receber os atrasados, mas como a trabalhar prá frente. Existe um plano nesse sentido?

Aldo – Deixa eu fazer um, em favor da LEASING, deixa eu só fazer uma pequena consideração, não é uma resposta nem uma justificativa. O que está acontecendo na LEASING, é, e os Senhores são testemunhas disso, é uma administração aos solavancos, mas isso vai se resolver. O que se procura é levar a LEASING, uniforme, para que com tranqüilidade a LEASING poder operar, quer dizer, nós estamos, eu tenho acompanhado as reuniões desde que assumi a Vice-Presidência, as reuniões do Conselho, e vejo que o Conselho da LEASING, não consiga tanto, que seria, isso seria importante na fase que está a LEASING, acredito que os pró-

prios dirigentes da LEASING se sentem até de certos aspectos amparados, e se ao mesmo tempo eles são questionados, mas por outro lado tem um Conselho atuante, amparados. Então eu acho que a Leasing deve ter um plano, se não foi executado deve estar latente, mas deve ter um plano aí e que deverá colocar logo em prática, um plano de ação comercial. Começar a trabalhar.

Marquesini – Esse plano já foi apresentado ao Conselho e em resumo nós previmos que em termos de aplicações um volume na ordem de R$60 milhões de reais para esse semestre. Para esse primeiro semestre, sendo R$6 milhões em dezembro...

Pucci – R$6 milhões em dezembro, R$6 milhões em janeiro e R$6 milhões em fevereiro e a partir de então duas ao mês. Inclusive essas metas foram incluídas por isso serão todas produtos do Banco, e agora a tendência inclusive em termos de Marketing, após passado o período de alavancagem de recursos que foi prioridade aqui, começar a divulgação dos produtos de leasing como os outros produtos na parte de aplicações.

Aldo – Todos os Conselheiros sabem que aquilo ali é uma campanha inédita que foi feita no Banco, os meses de janeiro e fevereiro coisa que nunca se fazia normalmente assim, nós começávamos sempre em março, e desta vez nós começamos uma campanha de captação exatamente para treinar, estimular e trabalhar um pouco principalmente os gerentes substitutos, aqueles gerentes que ficavam na agência quando o titular saia de férias. Então fizemos aí uma campanha, início de campanha digamos. A turma está esquentando, é um treino para começar agora, ontem estava, hoje está, ontem começo a campanha efetiva, mas aí até o resultado final. Não temos o resultado final porque o resultado é 27, o resultado final deve sair daqui uns quinze dias. Mas a campanha parece que foi bem sucedida, não chegamos ao 100% por cento, mas já passou tranqüilamente, mas deve chegar aos 70%, mais talvez, aos 80% do previsto da meta.

Pucci – Então em função deste período, desse momento que o pessoal está ocupado na captação, que é prioridade também, não se alavancou tanto as operações. Uns tem ido esporadicamente para a Regional, principalmente aqui em Curitiba, e temos sentido certa dificuldade, por parte dos Gerentes, divulgar o leasing. O Vilmar está de prova aqui, nas sexta-feira última nós estivemos aqui na Sudoeste, não é Vilmar, e tentamos conversar com o pessoal para ver o que estava acontecendo, tinha agência que não fez uma operação de leasing no mês. Agência de grande porte. O que está havendo com vocês? Sabe qual foi a resposta, que eu tive do pessoal Dr. Aldo? Estamos traumatizados com a Leasing. Não faz leasing porque estão traumatizados. Agora que nós mudamos toda a política operacional, que não faço mais 100% de leasing, não incluo mais o seguro de leasing embutido na parcela, dou toda a segurança para o cara não deixar de pagar, para quem dá 20% no mínimo antecipado na operação ele não deixa de pagar nunca. Você não vai fazer? Ah não porque o meu orçamentário eles estão traumatizados com o passado. Infelizmente o leasing está assim. Então nós precisamos partir para uma campanha, tanto interna quanto externa. Senão nós não vamos agüentar.

Aldo – Precisamos trazer um exorcista. Exorcizar isso tudo...

Marquesini – Já estão sendo contemplado. Sobre isso o que o Paulo Pucci falou, eu percorri todas as Superintendências Regionais, à exceção aqui de Pato Branco, e o que eu tenho percebido nessas reuniões é um receio, sabe, ainda dos gerentes pelas operações anteriores que ocorreram, e que foram mal sucedidas, do Banco e das próprias agências. Há uma tendência, que vamos dizer, que eu acho que a partir do mês de março, a gente comece a recuperar o terreno. Nós estamos operando, como o Senhor tem acompanhado, na faixa de R$2,5 milhões por mês. Isso não paga o custo. Não paga o preço. Você trouxe por favor, a planilha que o Jayme preparou. Nós estamos tendo dificuldade, eu pedi que fosse montado uma planilha, para estabelecer o nosso ponto de equilíbrio. Infelizmente como nós estamos sem poder, nós não temos os números do balanço, não fechamos o balanço de dezembro, não temos o balanço de janeiro, complica. Estamos com uma situação também que é a recuperação das operações vencidas. Foi feito um esforço muito grande para tentar compor, renegociar mas aquele resultado que se esperava ele não está vindo. Então é mais um motivo para uma pauta que na seqüência eu quero discutir com os Senhores. Pois bem, o que nós vamos precisar mesmo, é de parte da Direção do Banco, da Diretoria do Banco, Dr. Aldo na sua pessoa, um apelo aos Superintendentes Regionais para que eles transmitam lá para baixo, para a Rede, para os gerentes, também a necessidade, ou seja, o leasing continua sendo um produto do interesse da organização. É, uma dificuldade nós temos e por hora nós não temos como superá-la. Fazendo um comparativo hoje de manhã, quando foi feito um comentário acerca dos preços de seguro, que são

elevados, eu digo hoje nós estamos com um problema de taxa em função da nossa realidade, as nossas taxa se forem cotejadas com os bancos e montadoras, as nossas taxas não são competitivas.

Vargas – Isso são 1,6% mais variação cambial.

Marquesini – Sabe, e se nós formos cotejar com taxas BRADESCO, Banco Safra, as nossas taxas são, agora, a questão está quem vai especular uma taxa dessa é uma pessoa já muito bem esclarecida. Agora, no interior, aonde essa concorrência quase inexiste, aí é um trabalho do gerente. É a caneta do gerente.

Aldo – Mesmo aqui, se esmiuçar.

Marquesini – Então é esse o apelo.

Vargas – A taxa não tem sido grande. No varejão aí.

Marquesini – Para uma pessoa leiga, falar uma taxa de TR + 28% e TR + 34, não é questão da saliva.

Vilmar – Viu Sr. Mário, só para ilustra aqui. O custo médio que a gente fez aqui, comparando com o custo médio do mercado, com o custo médio do Banco e o nosso custo médio. Nós temos o custo médio do Banco 19% aa + TR. Custo do mercado, esse é do mercado. Custo Mix do Banco, está na faixa de 21,5% aa. Então o Banco tem 2,0 de desvantagem ai. Se for computar é pouco, mas sai fora do mercado, com o agravante com o problema.

Mota – E ainda tem o da Seguradora que certamente é mais alto. O Seguro.

Vilmar – A sorte da Leasing.

Marquesini – É um problema complicado esse nosso. E a questão de falar do seguro não é a questão que o seguro é mais caro. Nosso seguro da Seguradora ele tem uma tarifa que ela é mais alta que o mercado, mas não é por culpa da Seguradora, é uma questão, o mercado segurado pratica a DAMC. Nós não podemos querer fazer como o Alaor, não dá. Nós queremos fazer uma política de seguro e seguir o que faz uma Paulista, uma Novo Hamburgo, eles fazem. Não, eles fazem DAMP. Na realidade, a expressão da nossa seguradora ainda é pequena em relação às gigantes que tem no mercado brasileiro.

Aldo – Só que a Paulista não tem rede, está vinculada...

Marquesini – Estou vendendo o produto BANESTADO, e não abrir conta.

Pucci – Existe uma anomalia inclusive, não que outras companhias melhor que a nossa, fica distribuído por gerente no caso do leasing, eu não pude colocar obrigatório. Mas preferencialmente com a Gralha Azul. Mas eu liguei para o Paulo, o Banco Central não deixa. Aí eu liguei para o Regional, para o Superintendente, disse olha, aonde você está lendo ali preferencialmente, pode passar para os Gerente Regionais, Isso foi passado. É obrigado a fazer com a Gralha Azul, não se faz. Agora novos.

Vargas – Será feito pela Gralha Azul.

Raul – No caso específico, eu fiz um leasing semana passada, na FORD, eu fui obrigado ia fazer na FORD, eu ia fazer na Gralha Azul. Paguei R$500 a mais. Aí a franquia na Gralha Azul era R$1.800,00 e na FORD era R$1.500,00. Não me deixaram fazer na Gralha Azul. Comprou o carro lá tem que fazer lá. Ou não comprava o carro

Vargas – Se não leva, é assim que funciona. Exatamente.

Raul – Eu sou uma das vítimas.

Vargas – É quer que eu te digo, ele vai levar o dinheiro, vai fazer o negócio, tem interesse. Comprar um carro, fazer qualquer leasing. Te que fazer, seguir a nossa norma. Se o gerente do BRADESCO fizer com outra companhia vai para a rua, pode ter certeza disso.

Vilmar – Tem que seguir a taxa.

Vargas – Não, não se discute a taxa. É nosso.

Daros – Mas Mário aí eu levanto uma questão, espera ai eu acho que entre você fazer uma operação boa que dê rentabilidade para a Leasing em detrimento da Gralha Azul, eu acho que você deveria fazer a operação. Aí não dá, porque eu vejo aí o pouco da operacionalidade da empresa.

Pucci – Não é esse o fator que tem impedido de fazer o leasing, não é não. Não é o fator do seguro não.

Marquesini – O Senhor comentou, como analogia nós temos dificuldade de taxa.

Vargas – Esse não é tão grande, não é tão grande a diferença, o que o gerente vem vender pra você, é que a Gralha azul é muito cara, a Novo Hamburgo é muito mais barata porque o cliente não quer fazer. Não é o cliente, ele que quer fazer, porque a Novo Hamburgo vai dar uma comissão maior pra ele. Essa é a grande verdade. A verdade é essa, claro que é toda a vida chefe.

Raul – Eu fiz Ford, fui obrigado a fazer e paguei mais caro.

Vargas – Pagou mais caro.

Raul – Depois que eu fiz o negócio fiz uma carta para a Ford reclamando.

Mota – Porque você não fez o leasing através do Banco aqui?

Raul – Não pode porque eu estava comprando o carro lá.

Vargas – É mais um burro amarrado, a taxa dele é mais alta ele vai ter que fazer lá. Tem que ser tudo conjugado.

Aldo – Bom só para nós darmos, esse assunto aqui que foi apresentado pela Diretoria da BLAM, sobre a renovação é um assunto que nós vamos resolver internamente, é essa a disposição do Conselho. 4º assunto já está resolvido, então 5º página 5, Relatório Jurídico, de uma reunião que foi feita na OLSEN.

Vargas – Eu estive vendo esse Relatório, nós temos que ler isso aqui.

Vilmar – Não o Marquesini vai fazer só uns...

Vargas – Dar uma rápida aqui em cima.

Marquesini – Vou fazer uma explanação geral.

Aldo – Por favor.

Marquesini – Nas operações feitas com o Grupo OLSEN, houve lá no início a constituição de garantias ocorrendo ou não o pagamento houve a ação de reintegração e essa ação de reintegração entre os bens reintegrados lá do Grupo OLSEN, foi feita de uma propriedade rural situada no Município de Canoinhas, próximo a Santa Cecília. Essa propriedade, quando ela foi constituída, ou dada em garantia original, infelizmente a análise da documentação, análise desta garantia não foi feita de uma maneira rigorosa, e houveram vícios de origem na constituição dessa garantia. A inadimplência, com a reintegração de posse, além de não ter sido observada aqueles vícios, ainda se cometeram outros vícios. Então, na seqüência nós solicitamos à Área Jurídica que elaborasse para nós um relatório demonstrando tudo o que ocorreu desde o momento e este relatório nos trouxe uma relativa preocupação porque nós reintegramos um bem, essa fazenda e que de repente assumimos para nós um problema dos mais sérios. Esta propriedade ela tem um reflorestamento, esta propriedade está já ocupada por posseiros e esta propriedade ela está vamos dizer com valores arbitrados, atribuídos, que não correspondem à realidade. Então o objetivo é que o Conselho tome apenas ciência dessa realidade, e das providências que nós estamos tomando conforme relata esta ata de uma reunião feita a semana passada, mas que numa situação em que nós já de ante mão podemos dizer que é um abacaxi. É um problema. O relatório da nossa Advogada Dra. Malú está apresentado aos Senhores todos os passos que ocorreram e conclui com as sugestões que são tomadas. Então nós temos um reflorestamento que tem que ser resolvido a sua situação jurídica com o IBAMA.

Vilmar – Que foi constituído como garantia da Leasing como pessoa jurídica.

Marquesini – Um reflorestamento que foi feito por incentivos fiscais que nós não sabemos se os titulares desses incentivos fiscais abriram mão para o Grupo OLSEN ou não dos seus direitos. Há contratos preliminares de serra e derrubada dessa madeira terceiros anteriores à propriedade da OLSEN. Não sabemos se foi cancelada ou não.

Vilmar – E manutenção pelo IBAMA até 2005.

Marquesini – Tá, ou seja, esses vínculos de manutenção da floresta que vão se prolongar. O objetivo é que o Conselho da Leasing tome ciência dessa situação e para que os passos como estão elencados aqui nós deveremos custar a cumprir. Já estamos assinando uma carta agora pedindo a liberação ao Dr. Ratzk da Reflorestadora, para que ele nos dê Assessoria com inventário do reflorestamento e façamos junto ao INCRA a situação dos assentamentos, como ocorreu esses assentamentos, com ou sem participação do INCRA, e ficar o IBAMA responsável pela administração do Projeto, e se houve a emissão dos CPRs, os Certificados, e solicitar ao IBAMA fiscalização na área de reflorestamento. Então e concluindo para os Senhores ainda a situação final, de que se como nos explicou a Área Jurídica, reflorestamento é uma garantia, terra é outra, nós não somos donos do reflorestamento, tá? E se nós não somos donos do reflorestamento, aí a situação é pior de quando foi constituída a garantia e avaliação incluiu o reflorestamento. Então se nós somos donos da terra, a terra vale 25% do valor total do que foi constituída a garantia. Então nós precisamos...

Vargas – Bom, existem garantias hipotecárias, subsidiárias?

Marquesini – Existem. Estão sendo executadas.

Vilmar – Está sendo proposta ação...

Marquesini – É está sendo proposta.

Aldo – É o imóvel ali deles ali na...

Vilmar – Não é a fazenda

Marquesini – São imóveis também rurais.

Aldo – Esse aqui é da Serraria, não é da revendedora. Do mesmo Grupo.

Daros – Esse é lá em Canoinhas.

Marquesini – Não, mas é do mesmo Grupo. Grupo OLSEN.

Pucci – A revendedora faz parte da revenda. A hipoteca.

Aldo – Mas já não estava solucionada a propriedade do Banco.

Vargas – Foi reintegrado um no Pinheirinho aqui.

Pucci – Foi reintegrada uma área no Pinheirinho.

Vilmar – Mas esse era objeto do contrato.

Marquesini – Então são dois, nós temos dois imóveis. Uma lá na Cidade Industrial e esse aqui do Pinheirinho. Esse do Pinheirinho inclusive... Mas tem o problema de uma ação interposta contra nós por eles.

Aldo – Por eles?

Marquesini – Por eles. Então, esse nós não podemos alienar.

Vargas – Com que fundamento?

Marquesini – Revisória.

Vargas – A taxa?

Marquesini – Então essa propriedade aqui da BR 116, uma bela propriedade nós já estamos providenciando a adequação, limpeza, recuperação para que nós desativemos o nosso depósito lá do Champagnat e transferimos para...

Aldo – Não vale mais a pena vendê-lo?

Marquesini – Não, o imóvel do Champagnat é alugado. É alugado. Nós paramos com esse aluguel e transferimos aqui para o Pinheirinho.

Vargas – É da TUIUTI.

Pucci – A transformação em recursos seria muito melhor, mas é que pagamento na área de custo que existe hoje, isso tudo já foi levantado. Custo do pátio, vigilância, manutenção de algumas coisas lá, problemas de despejo, não sei se a Prefeitura já acertou aquilo lá.

Aldo – Pode ocupar então, assim você deixa de pagar aluguel.

Marquesini – Aluguel...

Vilmar – R$6 mil que deixa de pagar só em aluguel.

Aldo – Ele é de frente à BR.

Vilmar – Em frente à BR 116, no sentido.

Aldo – Pode expor todo o nosso.

Pucci – Inclusive os tratores que estão aqui vão para lá.

Aldo – Vamos fazer uma vitrine ali, venda permanente de veículos. OK. Então, a folha 7 Desafio Locadora de Veículos. Proposta de Retificação da Pauta. Quem vai falar sobre isso?

Marquesini – Então, nós estamos trazendo para o Conselho a proposta em quem o Conselho homologou numa reunião anterior a proposta de composição de dívida com precatórios, dentro daquele episódio nós estamos trazendo para que seja cancelado, tome conhecimento, e se cancele a aprovação, conforme a determinação descrita.

Pucci – É nós sugerimos o cancelamento da pauta, conforme o parecer do Comitê da BLAM por não terem sido cumpridos os pré-requisitos inclusive por se tratar de precatórios de terceiros. Quer dizer, num primeiro momento, os pré-requisitos na aprovação da proposta de pagamento de precatórios não foram cumpridas. Um deles é que o precatório não tinha data, isso não existe. O segundo é que o valor acordado para a quitação não estava sendo feito. Não chegou a cumprir o valor, de 18% de taxa de retorno e/ou R$10.300.000,00 e taxa de retorno de 18%. Não estava cumprido. Faltava R$700 mil. Aí veio o problema. O pessoal tentou falar com a Diretoria aqui para ver se acelerava, porque não estava querendo pagar lá na Leasing. Aí surgiu o terceiro problema, que é o principal, que seria precatórios de terceiros não seriam aceitos pelo Banco para pagamento de leasing. Então esses três problemas ai realmente existiram por isso se pede o cancelamento.

Vargas – Eu queria que tudo que o Paulo falou ficasse bem claro. Tudo isso para que verificasse esse cancelamento, e tem mais um detalhe, eu acho que isso é importante para nós, Aldo, nós que participamos da outra reunião, o Conselho aprovou essa operação, mas não conhecia da determinação do Banco, que o Banco não aceitaria precatórios de terceiros.

Aldo – O precatório tem que ter a origem do devedor, tem que estar em nome dele e tem que estar principalmente com data.

Mota – Quanto aos precatórios, eu gostaria de frisar que ficasse bem claro na ata que este Conselho que reuniu-se e aprovou essa operação na tarde do dia 29 não tinha conhecimento de que, na manhã do dia 29, o Conselho do Banco tinha determinado a impossibilidade de negócios com precatórios de terceiros. Nós, pelo menos, não todos nós, não sabíamos disso. E achamos uma operação normal, não haveria problema nenhum e aprovamos. Mas, por desconhecermos. Recebemos a correspondência do Presidente do Banco quinze ou vinte dias depois, não foi mais ou menos isso, de 11 de fevereiro, foi 29 de dezembro, e eu acho até estranho de que quando foi aprovado a ata de aprovação na reunião seguinte, na reunião de janeiro, foi aprovada a ata não se questionou nada. Não se questionou nada. Nós até então continuávamos desconhecendo. Ninguém nos falou, nada nos foi dito, e nem pergunta-

do. Eu quero que isso fique bem claro em ata para não dar a impressão de qualquer atitude assim estranha de nossa parte.

Aldo – Então com esse ato o Conselho está revogando oficialmente aquela operação. Como é que fica a operação, ela retorna, ela já tinha sido paga, dada a quitação?

Pucci – Essa operação não tinha sido feita a quitação porque não conseguiu a continuidade. Não se cumpriu os pré-requisitos. Então não foi dada a continuidade.

Aldo – Então não foi pela ordem dada, foi porque eles não cumpriram.

Pucci – Exatamente, porque eles não cumpriram. Corroborou com isso o cancelamento da titularidade. Isso aqui é um problema sério para a Leasing. Deixo bem claro aqui.

Aldo – A Leasing vai buscar outra fórmula.

Marquesini – Vai buscar a forma jurídica que...

Aldo – Eles deram outra chance. Que ernpresa é essa, Desafio.

Mota – É do Grupo CLUBCAR. Como é que chama meu Deus, Pizani, Geara, Amadeu.

Pucci – São sócios-gerentes.

Vargas – Pizani e Geara, são os cabeças.

Aldo – Acho que seria importante, não sei se isso é muito ortodoxo, que a Diretoria atual da Leasing chamasse os sócios e pedissem a eles uma solução.

Mota – Uma nova proposta.

Aldo – Isso ou por carta ou pessoalmente tem um prazo assim, todos aí são os mesmos titulares da empresa CLUBECAR?

Vargas – Mudaram de nome umas três vezes.

Pucci – Então só para antecipar, podemos até fazer reconsiderações, nós estávamos permanentemente em contato até ocorrer o problema, depois não tivemos mais contato com esse pessoal. Mas é sabido da nossa parte que eles estão com sérias dificuldades financeiras.

Vilmar – Inclusive estão até no PROCON.

Pucci – O problema do contrato com a CLUBCAR, e o repasse pra terceiros desses veículos num prazo inferior ao que eles tem conosco na Leasing. Esses contratos estão vencendo, o pessoal que fez os contratos, os terceiros que fizeram os contratos estão exigindo a liberação porque já terminaram de pagar e eles estão pendentes em contratos conosco lá na Leasing. É um problema muito sério. E eles gastaram esse dinheiro, eles gastaram esse dinheiro, não sei aonde, gastaram, não tem.

Vilmar – Só que ele fizeram com outras empresas, saiu naquele direitos e deveres do consumidor de 2ª feira, que eles estão acionando a BIMOTORES lá, que eles fizeram o mesmo tipo de coisa com o que fizeram aqui no Banco.

Pucci – Eles estão com problemas sérios, saiu nos jornais com outras empresas. Só Leasing. É nós estamos tendo já problemas com ligações no PROCON, felizmente nós temos a Dona Hilda lá, que é funcionária do BANESTADO, que está lá prestando serviços para o PROCON, ela liga sempre para a gente quando surge algum problema da Banestado Leasing, e ela diz o seguinte, esse caso aí vai dar pano prá manga. É problema de perdas e danos, por parte dos que compraram lá. E vai sai o nome no Banestado, infelizmente se partir para a demanda vai sair de novo o nome da Leasing. Só que nós estamos totalmente isentos, porque eles fizeram leasing com intuito de locação desses veículos para terceiros, como é a finalidade da empresa, locadora. Só que eles fizeram contrato de locação com opção de venda. Aí complicou.

Vargas – É tem alguns que não cumpriram. Eu acho que a sua posição de chamá-los, eu acho que mais uma vez tem que alertar os responsáveis, devem saber porque são marginais, tem que saber que existe um risco de um inquérito policial em cima deles. E se a Banestado Leasing abre inquérito policial, isso pode ser transformar numa cadeia e todos os prejudicados entrarem juntos. Pode não acontecer nada a nível de processo penal, mas desmoraliza e os caras vão ter que se incomodar. E além das providências normais, cíveis, reintegrar o que for possível recuperar e...

Pucci – Eu vi na pessoa do Sr. Renato Pizani, uma preocupação...

Vilmar – O bem não está no nome dele, está no nome da Leasing.

Vargas – O que estiver no nome da Leasing é possível reintegrar. Então veja bem, essa pessoa, existe uma reação em cadeia, essa pessoa que fez negócio com ele, e vai ter esse carro que já pagou, até prá eles talvez, vai Ter esse carro reintegrado, apreendido, vai entrar com embargos de terceiros.

Aldo – As pessoas estão relacionadas na página 7/1 por acaso.

Vilmar – Terceiros de boa fé?

Vargas – É embargos de terceiros. Provar que pagou o carro para o cara.

Pucci – Cada contrato desses eu imagino ter ai uns dez, vinte carros mais ou menos. São trinta, mais, cinqüenta, sessenta carros cada contrato.

Mota – Bom negócio para a Leasing na época, grande negócio.

Pucci – Olha, eu acho que foi bom prá todo mundo, porque essas operações foram feitas com aqueles seguros feitos lá na BLAM, que os gerentes levavam, todo mundo levou seguro aqui e todo mundo ganhou. Então, a nível de ter se fazer a coisa, foi um bom negócio só que fizeram um casamento adequado de prazo, fizeram dinheiro antecipado, previram VRG final, complicou daí.

Vargas – Esse é o tipo de operação OLSEN que nós vamos rever, nos deram uma garantia furada. Isso que eu ia perguntar, retornando à OLSEN, que nós temos que identificar quem analisou, o advogado.

Pucci – Que fez o contrato preventivo.

Daros – Quer dizer então que o CL da Leasing não seria só aquilo, seria mais isso ai?

Pucci – É outro assunto da seqüência que está complicado.

Aldo – Então da DESAFIO vocês estão trabalhando. Poderia dar um susto.

Vargas – Vamos reintegrar os bens ou tem uma...

Pucci – É que eu não podia atitude antes de registrar

Aldo – Registra o contrato e imediatamente chama um advogado, assim já com uma ação criminal. Vocês estão fazendo isso?

Marquesini – Conclui amanhã o registro dos contratos.

Aldo – Sete, agora item 7.

Marquesini – Bom, eu quero fazer uma explanação, depois eu peço ao Vilmar e ao Paulo dessem seqüência. É, que no final de dezembro com o Projeto de Saneamento do Banco, através da Diretoria Financeira do Banco, houve a recomendação que se buscasse listar todas aquelas operações que no âmbito da Leasing fossem consideradas problemáticas e que devessem então ser transferidas ou provisionadas os valores para que nós fechássemos esse balanço livre de problemas futuros. Então, com base no histórico das ocorrências, foram listados, levantados um rol de operações que na visão dos técnicos eram consideradas operações que poderiam ensejar riscos lá na frente. De uma forma conservadora os valores dessas operações que atingiam o limite de R$9 milhões foram provisionados. É, na seqüência, existia desde agosto um relatório do Banco Central que recomendava a transferência ou provisionamento de um número também de operações que na ótica do Banco Central estavam com um risco de inadimplência por prazo ou negociação desfeita ou por insuficiência de garantias. Então, no rol dessas operações que o Banco Central listou, ocorreram várias que estavam em processo de renegociação, inclusive essa famigerada CLUBCAR. Consequentemente, estando num processo de renegociação, elas não foram provisionadas. Então agora nós estamos com uma situação que traz um grau de preocupação.

Mota – Falhou a renegociação.

Marquesini – E outras que foram renegociadas e que infelizmente não estão pagando, daquelas que o Banco Central mandou provisionar. Então nós estamos com uma situação preliminar de resultado em que...

Vilmar – Mas nós trabalhamos com a primeira situação.

Marquesini – É, não está fechada, está desenhada com a primeira situação. Eu pediria por favor, acompanhar com essa, onde nós estaríamos com prejuízo da ordem de R$99 milhões e fechando com um PL de R$13,700 milhões. Considerando que se nós tivermos que estornar um provisionamento daquela primeira relação de R$21 milhões, e considerando que tivermos que lançar, eu quando falei em valores estava invertido, o Banco Central pediu R$18, R$19 milhões. Então se nós formos cumprir com aquilo que o Banco Central determinou e ai estornar aquela previsão que nós tivemos com base na idéia que outras empresas que não pagassem, nós estaríamos com um Patrimônio reduzido para R$6,900 milhões. Eu queria que você continuasse...

Vilmar – Como é que foi feito? O Arlei conversando com o pessoal fez o levantamento das operações que eram possíveis de serem transferidas dentro do relatório do Banco Central, de uma relação de 55 ficou pendente, pela relação do Banco Central, provisionar R$13 milhões, só da DESAFIO dá R$11 milhões. E ele fez em função do objetivo de fazer um saneamento na Leasing provisão adicional dos contratos que viriam a ter problemas em janeiro, fevereiro e março de 1998, e essa provisão adicional é de R$21,299 milhões. Agora foi conversado com o Alaor, ele pediu para que a gente revisse, que a situação não era bem assim, dar uma melhorada na posição e ver o que dava para reverter no resultado da Leasing, melhorar a situação do Patrimônio Líquido da Leasing. Nós fomos levantar junto à Área Contábil, e notificamos que tinha algumas empresas que faziam parte da lista do Banco Central que não haviam sido provisionadas, mas não haviam sido provisionadas porque estavam com processo de renego-

ciação, ASPEN PARK, DESAFIO, LITERÁRIO etc., KOUBAK, ITAITIRA a gente pediu para provisionar.

Vilmar – A terceira. Então nos estornaríamos no primeiro semestre de 98 conforme haviam solicitado não é, e consideraríamos a provisão total dos percentuais aqui apresentados pelo Banco Central. Isso aí vai dar um resultado, no mês de 31 e acumulado no exercício de 96. Isso ai faria com que o PL da Leasing passasse da R$13 milhões para R$15.931 milhões em os valores de despesas de CL no mês, em dezembro de R$41 milhões. Então essas duas situações, a primeira e a terceira, são as que tem um impacto um pouco maior, a gente pode melhorar o resultado do PL da Leasing, estornando aqueles R$21 milhões e cumprindo o estritamente o que o Banco Central determinou. Só que a gente sabe que a legislação é bem clara. Você não pode, que nem o Banco Central colocou aqui nessa posição dos 13, que estão faltando dois contratos da DESAFIO, você tem que pegar a empresa inteira, então nós teríamos que provisionar os R$28 milhões. Se provisionar os R$28 milhões e não estornar os R$21 milhões aqui, que é a quarta situação aqui.

Daros – Sim, daí não fica negativa?

Pucci – Não, fica R$6 milhões. O pedido que o pessoal tem feito é que retira essa provisão adicional do primeiro trimestre, nós somos super conservadores, mesmo sabendo das empresas que iam dar problemas em janeiro, fevereiro e março porque? Aí que o Arlei vinha batendo, a partir do primeiro trimestre do ano que vem, a empresa começaria a dar resultado lá na Leasing, porque a gente está sabendo vai existir o saneamento, vai, então vamos jogar tudo agora. Traz aqui para dezembro, não deixa cair lá, nós sabemos que vai apodrecer lá na frente, tira já o podre. Só que agora em função dessas outras solicitações aí que o Banco Central fez do não cumprimento das renegociações daquelas operações listadas a gente está se vendo na obrigação de provisionar isso e jogar os R$28 milhões para manter o PL positivo em dezembro, fato que poderá ocorrer no primeiro trimestre de 98.

Vilmar – Nós estamos mal, em janeiro já vira.

Daros – Porque nós já estamos em março.

Vilmar – Porque daí se você for cumprir a determinação do Banco Central vai ficar com PL de R$6.969 milhões, e a previsão do balanço de janeiro que a gente fez, , lá mas que tem que fazer os ajustes necessários, ainda não temos nem os números de dezembro, é que no mês de janeiro nós vamos fechar com seis ou sete milhões de prejuízo.

Vargas – Aí fica negativo.

Vilmar – Aí 50% vai ficar com uns R$3 milhões de PL na Leasing, fevereiro já...

Pucci – Outro fator também que você colocou como detalhe mas é bom citar, é que uma dessas situações, qualquer valor do PL ficar nós estamos em desacordo com o Acordo da Basiléia, certo? Desenquadrado, o desenquadramento determina que há intervenção Federal. É outro posicionamento.

Vilmar – Ou acionista majoritário faz aumento para enquadrar no Acordo de Basiléia em espécie ou eles incluem mesmo.

Pucci – Isso teria que ter ocorrido em dezembro. Veja outra preocupação que precisa falar com o Alaor.

Vilmar – Mas isso foi postergado para março.

Pucci – Postergado pra março, vai ser pior ainda, daí o problema vai ser maior.

Marquesini – Com uma outra agravante, nós estivemos conversando com o Alaor, o Alaor acha que o Banco Central nestas circunstâncias o Banco do Estado e a Leasing não autorizariam um aumento de capital na Leasing.

Aldo – Nesse momento é muito difícil nem é conveniente.

Marquesini – Está difícil a solução, por isso estamos trazendo aos Senhores uma situação que assobia, arrepia e que a tentativa seria postergar para março para que esse PL não ficasse a descoberto. Agora o prêmio, o provisionamento que o Banco Central determinou que se fizesse até dezembro ou não.

Pucci – Não, tem que contentar o Banco Central..

Vilmar – Não, mas o Banco Central nós vamos contentar ele no caso de pegamos dois contratos que ele relacionou em agosto, só pegando toda a massa. Se nós pegarmos só o que ele elencou em agosto, nós vamos aumentar o PL da Leasing de R$13 para R$15 estornando os R$21. Agora se nós formos fazer pegando a DESAFIO como devedor e não como integralizado o PL vem para R$6.900

Daros – Vamos analisar a situação em 31 de dezembro.

Pucci – A DESAFIO, em dezembro.

Vilmar – Não, não. Quando você joga um contrato para CL.

Pucci – Eu não consideraria esses R$6, a gente vai cumprir tudo a vista, tem alternativa de mandar só os dois contratos da CLUBCAR. Tem alternativa de estornar mesmo não tendo feito pagamento da SOFHAR agora em janeiro, mas estava negociado

todo o pagamento de R$150 mil. Apesar desse recurso ter sido proveniente da Carteira Comercial, mas foi para quitar o leasing. Então entrou recursos lá na Leasing, então foi renegociado dentro do padrão leasing?

Vilmar – Então você vai discutir com o Banco Central caso a caso.

Pucci – Eu estorno isso em dezembro, eu provisionei esse custo, então eu ganhei tempo é isso que eu quero dizer, essas são as alternativas, um pouco irregulares mas não temos outra alternativa.

Vargas – É a melhor opção?

Vilmar – Inclusive só para conhecimento, o Banco Central adota uns critérios meio esdrúxulos. Ele pega o exemplo da SOFHAR. Tem casos que ele pede para provisionar 70% e tem casos que ele pede para provisionar 100% e tem caso que ele pede para não provisionar nada. Não dá para entender qual foi o critério de análise deles.

Marquesini – Então vamos seguir o critério dele, os dois contratos da...

Vilmar – Estorna menos R$21 mil e provisiona os R$13 mil que ficaram.

Daros – Favorável a nós. Aí nós acertamos.

Vargas – Tem que somar favorável daqui pra frente.

Raul – Esta é a situação.

Marquesini – O problema que nós estamos assim antevendo é que no momento que entrarmos com a ação contra a CLUBCAR aí nós somos obrigados a provisionar.

Aldo – Me diz uma coisa, só um detalhe, o prazo prá vocês apresentar o Balanço pra eles, quando é mesmo?

Vilmar – É o mesmo do Banco.

Aldo – É o mesmo do Banco?

Vilmar – É o mesmo, inclusive nós estamos com um problema agora porque nós temos que mandar junto a CVM, e nós não fechamos em dezembro ainda né? Tem janeiro e fevereiro.

Aldo – Em virtude desse acordo ou desse saneamento financeiro que o Banco está fazendo, nós expusemos ao Banco Central a possibilidade de protelar vocês sabem a situação do nosso balanço.

Vilmar – E a CVM?

Pucci – Eu acho que a CVM também.

Aldo – Eu acho que seria conveniente conversar com o Alaor, para ele consultar o Banco Central, para que essa medida ser despendida a todas as empresas do Conglomerado.

Pucci – Padrão.

Marquesini – Essa realização, essa liberalização do Banco Central para protelarmos o fechamento do Balanço, só foi dado para o Banco?

Aldo – O Plano de Saneamento prevê integrado todo o Conglomerado. Então se a matriz, vamos dizer a empresa 1, eu penso que as empresas acompanham, não acredito que a Gralha Azul entre.

Vilmar – Mas a Gralha faz parte, faz parte.

Aldo – Eu acho que valeria a pena, pra não correr risco nenhum, vocês para ficar bem tranqüilo, já que o Banco Central está dando essa chance, nós deveremos reverenciar bem isso.

Marquesini – Então nós adotamos a medida...

Aldo – Mas conversa com o Alaor antes isso. Ele tem uma carta do Banco Central.

Pucci – O Alaor esta com uma exposição com relação a estornar algumas provisões aí que a gente não queria, mas eu vou ter que partir pra isso.

Marquesini – Nós já conversamos com ele isso, eu e o Vilmar, e ele praticamente compreendeu o todo problema. Então isso

Vargas – Fica, o custo é a melhor opção né? Não há o que, nenhuma delas é boa.

Raul – Lançados esses contratos vamos ter que lançar de todos aqueles

Mota – Nós falamos sobre os dois.

Marquesini – Nós vamos buscar seguir a cartilha, a cartilha esses contratos provisionam 50% se os contratos provisionam 100%, vamos seguir a cartilha. A carta deles ali. Agora colocando-se que o "andar da carroça" nós só estamos empurrando com a barriga a queda do precipício. Porque a tendência que se observa...

Pucci – Nós estamos no passo de dois pra frente e dois pra trás. Mas vai chegar lá.

Aldo – Estando assim está bom.

Vargas – Viu Aldo, não sei se um pra frente e dois pra trás. Nesse risco de liquidação, não seria bom voltar a aquele assunto de incorporar?

Marquesini – Mas aperta do mesmo jeito.

Vargas – Não, daí não aperta você incorpora. Entra num bolo só.

Aldo – Pois é.

Vargas – Extingue a empresa.

Aldo – Precisamos saber até aonde esse risco

Vargas – Entra no bolo e o Banco.

Pucci – Tem que ver até onde o Banco pode suportar também.

Marquesini – O problema por exemplo que o Banco incorporando, é que com os ativos da Leasing, vai enterrar mais o Banco ainda com relação ao Acordo de Basiléia.

Aldo – Vamos marcar uma reunião sobre esse assunto, é que o Alaor viajou agora à tarde, mas amanhã a tarde ele está aí, vamos marcar uma reunião para falar sobre esse assunto.

Vargas – É extremamente importante.

Aldo – Derrepente era interessante fazer já isso e aí incorpora e neutraliza qualquer...

Vargas – Conversa com o Banco Central, consegue uma autorização.

Aldo – Não, o Banco Central vê com bons olhos, mas nós argumentamos a ele que ia perder uma linha de captação, e eles também ficaram meio assim, disse não, é verdade não convém nessas alturas perder um...

Vargas – Então eles que autorizem um aumento de capital, para enquadrar.

Aldo – Mas daí isso tem que ser feito com recursos do Banco.

Marquesini – Bom, nós temos CDI, nós temos CDI. Está lá.

Vilmar – Tira do passivo do Banco e

Aldo – É a forma não é?

Marquesini – É a forma. O que aliás já colocamos para o Alaor isso.

Vargas – Então seriam duas, seriam as duas opções; a opção de fazer aumento de capital sem desencaixe, CDI e a outra há a possibilidade de incorporar.

Marquesini – E para a Leasing o aumento do capital com CDI tem uma vantagem muito alta Dr. Aldo. Com esse recurso, recurso a custo zero ia melhorar o MIX de taxa da Leasing.

Daros – Mário esses CDI precisa ver o desencaixe do Banco.

Marquesini – Não, não é desencaixe.

Daros – Mas ele tomou esse CDI.

Marquesini Mas ele estava bancando lá.

Vilmar – Esse CDI estava no caixa dele

Daros – Não, ele vai deixar de receber a importância.

Pucci – Ele é recurso de terceiros pra nós não é passivo porque é um CDI do Banco, que é remunerado isso tudo com TR.

Cruz – Para ele é melhor que ficar incorporando de que

Daros – Agora isso aí tem que aprovar.

Vargas – Isto está aprovado por enquanto. Isso aí é aprovação de gaveta

Aldo – Tem um último item aqui, podemos passar para o item 8? Isso aqui, naturalmente o Presidente gostaria de fazer, estava com uma viagem marcada, mas é uma comunicação ao Sr. Arlei Pinto de Lara, os Senhores todos devem ter lido, já devem ter conhecimento, mas é só para oficializar ao Conselho, que o Conselho deu o seu referendo a essa decisão da Presidência em comunicar ao Senhor Diretor Arlei, a destituição do cargo de Diretor-Presidente da Empresa Banestado Leasing. Sobre o conhecimento dos Senhores para o referendo de acordo com as normas vigentes Ok? Tem mais alguma coisa?

Mota – O que eu gostaria de saber as razões.

Vilmar – Sobre a aplicação do redutor nesses contratos de Leasing a remuneração das debêntures.

Aldo – Mas tem uma pauta aqui que não foi apreciado mas tem uma pauta que é onde a Diretoria, Honorários dos Administradores que já receberam, quem é que faz essa?

Vargas – Quem é que apresentou isso?

Emanuel – Isso é mais para constar mesmo, isso ai é matéria da assembléia geral ordinária é um item né?

Aldo – Em função da, isso é todo o ano né?

Emanuel – Todo o ano tem que constar para o Conselho.

Aldo – O Conselho aprecia.

Emanuel – Aprecia, aprova e remete para a Assembléia.

Aldo – O Conselho de cada Empresa.

Emanuel – O Conselho de cada empresa aprecia essa matéria e remete para a assembléia para a homologação.

Aldo – Certo.

Emanuel – São os mesmos valores praticados no Banco.

Vilmar – Bom pessoal, essa pauta aqui é com respeito a aplicação dos CDI como o indexador aí na captação dos recursos de debêntures que por conseqüência nas aplicações da carteira de nossos ativos. Quando da emissão das debêntures foi feito uma cláusula que dizia que quando o redutor da TR for superior a 1,5%, as empresas queriam alguma coisa que garantisse para elas uma remuneração maior e então definiu-se que quando esse índice fosse maior, que esse percentual fosse maior que 1,5% as empresas migrariam de TR para remuneração pela AMBIT. Então agora no mês de março o Banco Central divulgou outro redutor só que o Banco Central divulgou em fora de índice e o mercado trata como percentual. Então a gente está numa situação bastante difícil, que a gente fez até consulta com o jurista do Banco e com o advogado da Leasing para que a gente tivesse um embasamento maior e me-

lhor para ver ou não a aplicação ou não desse redutor. E a gente coletou esses documentos estão aqui anexos nas pautas aonde o pessoal manifesta uma preocupação muito grande aí na aplicação no caso específico dos nossos ativos, com o problema de inadimplência o questionamento aí do aspecto aí da legalidade de se aplicar AMBIT como indexador, já tem parecer do Supremo aí pela nova estabilidade aí.

Aldo – Parecer do Supremo? Decisão do Supremo.

Marquesini – Não, decisão não reconhecendo da utilização da AMBIT como indexador.

Vilmar – Então a gente esta propondo aqui no Conselho para que a gente não aplique esse redutor, nem na captação e nem na aplicação. A gente consultou os mercados que tinham debêntures e que tem esse mesmo problema, eles fizeram de conta que não...

Aldo – Ignoraram a AMBIT, e não estão...

Pucci – Aí um caso importante que nesse mês que ocorreu, não houve reclamação por parte dos investidores da Leasing e o pagamento da diferença, aceitaram com a TR simplesmente.

Aldo – A que vocês atribuem essa não reclamação por parte.

Marquesini – Desconhecimento, foi passado batido.

Pucci – Foi passado batido, passou batido. É meio difícil, mas o outro fator é o seguinte. Talvez eles não queiram brigar porque dessas decisões já existentes, da não aplicabilidade. O outro fator é o seguinte, nós teríamos que aplicar por outro lado nos nossos contratos acarretaria mais inadimplência. O valor do lado do ativo é bem superior aos três meses que faltam para o encerramento das debêntures, mais três meses acabam, em maio. Então a gente optou, sugeriu ao Comitê, na decisão, da não aplicação.

Vargas – Não aplicação a clausula.

Marquesini – Isso. E há uma tendência espero de que.

Pucci – Eu não tenho oficialmente, mas a TR já passou ...

Aldo – eu acho que é melhor não tocar nisso. Os Senhores, o Conselho tem mais alguma coisa? Dr. Sérgio o Senhor tem alguma coisa? Dr. Mário?

Vargas – Não muito obrigado.

Aldo – Alguns dos Diretores, Conselheiros.

Pucci – Com relação à dações em pagamento realizadas com a SOFHAR. Isso aqui é só um fato...

Aldo – Traga na próxima reunião, pautada.

Pucci – Trazer pautada então?

Aldo – Está bom? Agradecemos a sua atenção e a sua equidade. Obrigado, agradeço a presença de todos.

BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A.
REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA
REALIZADA EM 10.03.98
MARÇO DE 1998

Neco – Ao Dr. Aldo, Alaor e Eliody a respeito da verdadeira situação do Banco do Estado do Paraná.

Aldo – O Banco do Estado do Paraná por dia está tendo uma despesa de R$2.000.000,00 por dia. Trinta dias significa R$60.000.000,00. A continuar a situação em que nós estamos, em cinco no máximo em 06 meses nós estaremos com o nosso Patrimônio zerado. Nós emprestamos dinheiro, não estamos conseguindo reaver, estamos tendo despesas, como essas de informática, despesas operacional e a Casa, vamos falar assim, a Casa não está correspondendo ao momento em que o Banco está atravessando. Quer dizer, a inadimplência é muito forte, é muito grande e nós não estamos recuperando. Hoje o Alaor está indo buscando R$1.100.000.000,00 e isto está nos dificultando muito, porque a Caixa Econômica e o Banco Central (PAUSA)...

Gabriel – Depois disso que nós já discutimos, com nós mesmos e com outras autoridades, eu acho que é muito mais pra troca de entender é isso . Então essa parte que o Alaor disse que é R$420.000.000, o Milton disse que é R$460.000.000, o outro disse que é R$420.000.000 e o outro diz que é R$450.000.000, isso já era do nosso conhecimento e isso aí seriamente todos nós conhecemos, todos nós sabemos os números nunca foram definitivos, serão no instante da assinatura do contrato. Então eu colocaria aos Senhores de que esses comentários que não tratam de assunto de pauta, que são meramente motivo troca informação entre um motivo e outro, que não façam parte da ata que é um documento perene do Banco e que essa primeira parte, eu acho que, aqui por exemplo: "Em atenção ao Senhor Nilton Hirt Mariano, Diretor de Controle, esclareceu que os valores exibidos inicialmente, na ordem de R$400.000.000,00 foram cortejados na Divisão de Controle Operacional, à época eram R$427.000.000,00, com R$460.000.000,00 o Banco estaria equilibrado". Eu não entendo isso. Quer dizer que na hora que estava sendo comentado eu não entendi perfeitamente. Aqui ele quis dizer

que com R$460.000.000,00 o Patrimônio do Banco estaria equilibrado. Mas como são assuntos que servem para troca de informação, para conversa, esse assunto já é do conhecimento da Diretoria, do Saneamento dos números. Então eu sinceramente eu acho que não é um assunto que, não é um batepapo que devesse ser transformado em ata prá; nada do que a gente conversa, pode ser, ficar registrado no Banco, é um assunto que demonstra inclusive que nós não temos nenhuma segurança daquilo que estamos.

Batata – Está certo.

Neco – Então ficaria suprimido o parágrafo "De acordo até..."

Emanuel – Até o item 1.1

Gabriel – Quer dizer, é a minha ótica assim, eu acho que, eu acho que a ata deveria começar em Cobrança Terceirizada. Isso é assunto de Diretoria, isso é assunto de reunião. O assunto foi uma conversa informal que os Diretores tiveram. Porque nós já vimos aqui números todos eles, muda a cada dia. Eu tenho, eu tenho uma visão disso, isso eu já comentei com o Alaor, que é um companheiro excelente nosso, de que as operações feitas ontem no Banco já estão em provisão para Crédito em Liquidação. O Banco só opera com Crédito Liquidação, eu não entendo isso. Na minha, quando eu fui ver as provisões, na nossa área de Câmbio, tem operação feita o mês passado que está na provisão para Crédito em Liquidação. Então, e são operações que eu tenho certeza que são. Agora que a gente tenha certeza de que o Banco não recebe nada isso a gente tem. Então é, fica cômodo pro Gerente em, faz a operação e esqueceu que ela existe e vai prá Credito Liquidação. Como se o Banco do Estado encontrasse outro Banco do Estado como eles encontram, nós não encontramos outro Banco do Estado prá fazer conosco o que nós fazemos com os Gerentes.

Emanuel – Do dia 17? Não porque tudo isso aqui foram coisas faladas fora de pauta né? São considerações que foram colocadas fora da pauta.

Gabriel – Sabe Dr. Aldo isso, como é que você me falou que aquilo era R$300. E agora é R$400. Então R$460 está bom, então é uma conversa que assim um pouco, essas coisas tão, tão, tão registradas e.

Paulo – Acho até como sugestão, assuntos que fossem comentados, mesmo sendo gravados, seria interessante dizer isso não deve contar em assunto de pauta. Só deixar registrado.

Batata – Deixar registrados só na pauta os assuntos tratados.

Galvão – É que fica difícil você registrar o que foi escrito e o que foi conversado com fidediguinidade.

Emanuel – Fidediguinidade.

Batata – É verdade.

Gabriel – Então o Senhor vê o seguinte em dezembro, no final de dezembro, foi apresentado R$50.000.000,00 de prejuízo e vamos recuperar uns R$10.000 ou R$20.000 na Leasing, no Banco, mas estávamos absurdamente navegando né? Não digo mal informados que não era intenção de ninguém que tinha as informações nos passar diferentes daquilo que tinha. Ora de R$50 milhões nós passou para R$2 bilhões em quatro meses. De modos que, era R$50 milhões e depois foi para R$120 milhões, depois foi para R$400 milhões, depois foi para R$600 milhões, R$700 milhões. Agora estão provisionadas para Crédito Liquidação operações feitas muito recentemente, a gente tem certeza do recebimento, quer dizer, certeza, foram feita à luz da boa prática bancária, ninguém pode saber o que vai ocorrer. Agora, toda a operação que é feita no Banco jogar para Crédito Liquidação como provisão é uma posição muito cômodo prá eles, não já está lá, não há capital que resista isso, porque se não mudar a cultura do Banco Presidente não adiante, porque a cultura da Administração mudou muito, todo mundo é testemunha do seu empenho pra que esse Banco seja um Banco nos moldes dos Bancos privados. Agora, e nós Diretores temos acompanhado isso e temos tido presente, que preside as nossas decisões é nesse sentido que o Senhor tem falado sempre, agora, ainda no Banco a cultura não é essa e não vai adiantar nada, vai ser uma fonte que não vai nunca se esgotar se não mudar a cultura, se o gerente não for dado pra ele responsabilidade de cobrança do que ele faz, porque, ele fez operação ontem e ai a provisão para Crédito em Liquidação ele manda por aqui, tá bom. Então o Banco nunca vai operar, não sei se o Banco recebe. O Batata poderia dizer na linha Comercial. O Banco recebe no dia a dia vai gente pagar conta que deve no Banco. Então não sei.

Batata – O que eu acho é o seguinte, eu acho o seguinte: as operações que foram feitas aí novas, vamos dizer de junho do ano passado pra cá, elas estão tendo liquidez normal.

Gabriel – Mas estão todas em Crédito Liquidação.

Batata – Ah, não.

Gabriel – Ah não, na área de Câmbio até pode.

Ricardo – Perguntaram para os gerentes o que eles achavam o que queriam por eles queriam por o Banco inteiro.

Gabriel – Justamente.

Ricardo – Eles sonharam que daqui um ano o cara não vai pagar então empurraram para limpar a Carteira deles.

Batata – Ontem ainda eu falei, em todas as renegociações de dívidas na realidade, que só na nossa Carteira era de R$700 milhões ,já estavam em 30 de junho do ano passado, eles colocaram tudo, porque é renegociação subentende-se que é uma operação de difícil liquidez. Muitas vezes eles não analisaram questão de garantia, questão de recuperar totalmente, parcialmente recuperável, você entendeu?

Ricardo – Não analisaram nada. O Batata falou pra eles.. eles mandaram tudo.

Batata – Eu falei para o Nilton, você pede a relação eles vão colocar tudo, eles querem limpar, mesmo as dificuldades pequenas, foi o que você falou.

Gabriel – Agora, eu não quero me alongar, desculpa Presidente nesse tema, mas eu acho que os comentários que a gente faz antes e depois da reunião, eu acho que deverá constar em ata aquilo que consta da pauta ou extra-pauta. As outras conversas que a gente tiver, elas que se restrinjam às nossas trocas de informação, que todos temos, cada um conversa com pessoas diferentes e a gente aqui, e muitas das vezes até se elucidou coisas que eu não sabia, o outro completou. Isso faz parte, qualquer reunião ministerial tem um pate-papo anterior e posterior. Então eu acho que é minha sugestão e o Senhor como Presidente decide se, eu acho que deve constar da ata os assuntos da pauta e da extra-pauta. Comentários paralelos eu acho que não, porque esse comentário aqui retrata uma total desinformação. Em dezembro R$150 milhões, depois foi para, quer dizer. Esses não são assuntos que não estavam na pauta.

Aldo – Isso eu gostaria de saber esse assunto estava em pauta ou não.

Emanuel – Não, esse assunto foi fruto de uma abertura de uma reunião em que o Presidente relatou uma conversa de uma reunião anterior que tinha tido, no dia anterior com o Diretor Financeiro, com o Nilton Mariano, e foi pinçando alguns comentários.

Gabriel – Como ele fez hoje, e como faz sempre. Sempre ele abre a reunião fazendo um comentário. Hoje ele fez o comentário da onde foi, não é assunto de pauta. Porque a conversa que ele teve com o Governador ele não revela não porque não queira, mas exatamente como foi. Ele tem as interpretações dele e essas coisas não devem constar em ata porque não é assunto de pauta.

Emanuel – A única procedência que eu entendo de uma situação assim é mostrar o clima organizacional, vamos dizer assim a situação financeira da Empresa, mostrar a preocupação que os Diretores tinham, porque isso é um documento oficial, agora logicamente essas controvérsias de números podem gerar.

Gabriel – Claro, aquilo que o Alaor colocou na última reunião tudo bem, aquilo ele apresentou extra-pauta e ali ele fala dos números e nós temos ciência daquilo. Agora esse bate-papo paralelo eu acho que.

Neco – Inclusive eu agradeço a colaboração do Dr. Gabriel. Acho interessante também eu queria apresentar aos Senhores para nós suprimirmos assuntos que são tratados assim espontaneamente, que não constam de uma ata pré-definida. Então pediria aos Senhores a concordância para nós suprimirmos dessa ata o assunto no qual eu abordei vários assuntos e os companheiros abordaram também e nós temos uma filosofia desta Diretoria eu e o Dr. Aldo para com os Senhores Diretores deste Banco, a lealdade acima de tudo e a confiança e para se ter lealdade e confiança é necessário que os Senhores saibam de tudo. Com essa Diretoria os Senhores estão cientes do que está acontecendo no Banco. Não é escondido dos Senhores nenhuma situação. Aqueles que porventura estão presentes nas reuniões nossas ficam sabendo e isso vem ao encontro da necessidade, porque nós somos uma Diretoria harmônica e unida. Daí porque esse assunto de absoluta necessidade de informação aos Senhores Diretores, assuntos extremamente sigilosos são levados aos Senhores. Então eu vou pedir aos Senhores a concordância ou não para nós suprimirmos assuntos que não estão em pauta. Assunto tratado Abertura, Projeto de Saneamento, etc., que nós suprimamos desta pauta da Reunião do dia 17.02.98. Os Senhores Diretores do Banco que estiverem de acordo com essa definição, de suprimirmos esse relatório referente a esse assunto, os que não que se manifestem.

Aldo – Presidente, eu teria uma apreciação. Eu estou de acordo que a ata se atenha exclusivamente à pauta, que não possa fugir da pauta. Pena que não tenhamos a pauta. Agora, como disse o Dr. Gabriel, muito procedente, a ata é um documento quase que histórico, quer dizer, é um documento histórico. Quer dizer, nós estamos passando no Banco

agora num período onde esse Saneamento Financeiro é fundamental. Tem nos preocupado, está tomando inclusive o tempo para nós cuidarmos de outros assuntos, o próprio Alaor aí, eu estava conversando com o Gabriel por vezes, o Alaor está envolvido até o pescoço nesse assunto, quando devia estar negociando Caixa, ele e a Corretora, negociando outros assuntos de importância vital para o Banco e está cuidando desse ajuste, tal a importância que tem esse ajuste. Então, realmente eu acho que, se daqui há alguns anos alguém for manusear a ata e não encontrar nenhuma discussão da Diretoria, por mais longa que seja, por mais cansativa que seja a respeito do assunto Saneamento do Banestado, vai ficar a discussão: bem mas naquela época a Diretoria não se manifestou, não disse nada. Eu Dr. Gabriel, eu tenho as minhas dúvidas.

Gabriel – Mas esse assunto já foi motivo de várias discussões.

Aldo – Talvez o que nós poderíamos fazer aqui fosse dar uma enxugada na redação. Enxugar um pouco, diminuir talvez os tópicos e não entrar esse primeiro item aqui eu estou de acordo, porque aqui não está sendo feito uma declaração, está sendo, pena que eu não gosto de falar, pena que o Senhor Nilton não esteja aqui. Está manifestada aqui uma inquietação, não uma certeza. Então, mas eu acho, eu nesse ponto me permita com todo respeito ao Dr. Gabriel, claro eu acho que, na minha opinião, eu acho que deveria permanecer esse detalhamento aqui que demonstra o interesse da Diretoria para o assunto.

Gabriel – Bom, então Presidente eu quero então fazer uma sugestão.

Aldo – Agora eu acho que talvez nós pudéssemos dar uma...

Gabriel – A minha sugestão que eu colocaria, o Presidente consultar os companheiros, é de que, daqui prá frente, não tenho receio de nada que está escrito aí porque, claro a gente sabe, só que revela às vezes um pouco de falta de informação nossa mesmo. Cada hora apresenta uma coisa. Que no futuro, a partir de hoje os assuntos que constem da ata sejam aqueles que constem da pauta.

Aldo – Veja aqui, por exemplo, nas folhas 2, o 2º parágrafo, está lá: Continuando, o Senhor Nilton Hirt Mariano comentou que o Senhor Manoel C. Garcia Cid convocará reunião com os Superintendentes Regionais para o próximo dia18, Quarta-feira desta semana, para tratar, dentre outros assuntos dessa questão, ou seja, a questão da Recuperação, tomando-se por base a relação da DIRCO onde consta R$582 milhões, desta estariam de foram duas operações, quais sejam..." Então é uma oportunidade de um Diretor cobrar o outro e eu quero ser cobrado sempre também. Eu acho que a vida da gente é feita pelos nossos críticos e não pelos nossos bajuladores. Então é importante que isso seja levado em consideração. Amanhã ou depois eu quero falar com o Nilton, como o é que foi a reunião, quanto você recuperou. Mais lá na frente diz, na página 3, no 1º, 2º, 3º item: Fazendo um aparte, o Senhor Oswaldo Rodrigues Batata, Diretor de Operações, destacou que dos créditos existentes os Superintendentes Regionais sabem perfeitamente aqueles que o Banco tem condições de receber e os que não são passíveis de recebimento." Isso tem constar em ata. Na minha opinião. Desculpe, eu acho que tem que constar, porque está registrado aqui os Superintendentes estão de braços cruzados nesse sentido. Não só os Superintendentes, existem algumas exceções, como alguns gerentes. Eu tenho participado aqui em Curitiba, participei de duas reuniões que foram feitas em duas Regionais de Curitiba e se possível vou participar de reuniões que os Regionais façam no interior com os gerentes, quer dizer, tentar levar aí a eles essa mensagem, que eles não podem ficar exclusivamente à mercê da terceirização, da cobrança terceirizada e do CL, que é muito cômodo. Joga para CL, joga para a terceirização. Então é o que está sendo feito. Então aqui o que nós fizemos é um retrato da situação em que se encontra o Banco. Eu acho que talvez poderia tirar alguns itens, realmente essa primeira inquietação aqui do colega Nilton Mariano, eu tiraria da página 1 né, mas lá para a frente nós colocaríamos.

Emanuel – O Senhor me permite Dr. Aldo, só um aparte, desde que começou o Saneamento. Sobre o saneamento só foram feitas reuniões em separado, portanto não há registro formais em ata.

Aldo – Mas eu acho que tem que haver. Desculpe, eu trazer esse impasse aqui, mas eu acho que eu não posso me calar quando eu entendo de uma maneira.

Gabriel – A minha intenção, Dr. Aldo não é querer revelar e não constar nos documentos perenes do Banco o que a gente converse. Só que eu acho que deve ser expurgado aqui, não para que não fique registrado, é simplesmente porque são coisas repisadas, e nós nesse caso específico nós não chegamos, no momento seguinte tem uma carta do Alaor fazendo uma colocação franca, procedente, que revela o nosso Projeto de Saneamento do Banco que nós apresentamos ao Banco Central ele está

comprometido, na medida em que passa pela Reunião da Diretoria depois de apresentado, o Projeto de Saneamento Projeto de Saneamento, depois que nós apresentamos nós estamos aqui ainda discutindo números que não estão lá.

Aldo – É, então os números realmente acho que seria o caso de tirar, mas essa análise.

Gabriel – Dos Superintendentes Regionais, perfeitamente.

Aldo – Lá na frente ainda, nas folhas 3: "O Senhor Oswaldo Rodrigues Batata, Diretor de Operaçõ-es, retomou a palavra para mostrar-se solidário ao procedimento adotado pela Diretoria de Controle, pois no seu entendimento os Superintendentes Regionais juntamente com os gerentes de agência têm mais condições de definir quais operações são totalmente recuperáveis." Eu gostaria que o Diretor Batata levasse, passasse a mão ao telefone e falasse com todos os Gerentes Regionais a respeito disso, que foi tratado em Diretoria que, e mais além, na página 4, no 2º item: O Senhor Ricardo Sabóia Khury, Diretor de Crédito Imobiliário, mencionou Ter observado o mesmo fenômeno, isto é, houve uma paralisação geral na linha de frente." Mas é verdade, é verdade. Então eu acho que está aqui, está registrado, então nós temos que tomar uma providência em cima desses registros. Vamos trabalhar em cima disso. Quer dizer. Basta telefonemas, visitas, ida dos Diretores nas Reuniões dos Gerentes, né. Eu pedi um levantamento até não sei para quem, acho que foi para você, não o Edson, está respondendo pela parte da DIRHU, me informou agora que vai trazer à tarde, a relação de uns gerentes que participaram ano passado de um curso. Eu quero saber aonde é que está a análise do aproveitamento que esses gerentes tiveram nesse curso. Quais os temas tratados. Nós vamos ter que mandar uma correspondência a todos esses gerente pedindo que informem o que foi que eles aprenderam nesse curso. E pelo jeito não aprenderam nada. Foram 115 gerentes, evidentemente gerentes das agências estratégicas, e eles que nos dêem uma posição disso.

Neco – Eu, para dar continuidade à nossa ara, eu reitero aquilo que estava colocando em votação para os Senhores Diretores e agradeço a colaboração do Dr. Gabriel e futuramente nós trataremos de assuntos para serem inscritos em ata somente aqueles assuntos pautados na pauta da reunião da Diretoria. O nosso assuntos específico desta ata suprimir aquela primeira, na página 1 aonde identifica alguns valores, aquela frase: De acordo em frente até... fala em valores, até na página.

Aldo – Eu terminaria, Presidente, na página 2, até Superintendentes Regionais. E aí o Senhor Nilton Hirt Mariano comentou... e aí entraria as providências que ele determinou.

Neco – Ótimo. Fica bom assim Gabriel.

Gabriel – Fica.

Aldo – Veja, é podar, suprimir, talvez não suprimir totalmente o miolo da árvore, podar o que está meio torto.

Gabriel – Tudo bem.

Agora, com essa recomendação sua que eu achei muito procedente, nós nos cingirmos exclusivamente aos assuntos de pauta.

Gabriel – É evidente que os comentários iniciais que o Presidente sempre fez, do que ele fez ontem ou que fará amanhã, isso ele continuará fazendo.

Aldo – Mesmo que não conste em ata.

Gabriel – Exatamente. Isso não é assunto que deva ficar registrado em ata, a não ser que ele peça. Quero que isso fique registrado em ata.

Emanuel – Ainda em relação a essa Ata do dia 17 Presidente, eu vou distribuir um assunto que foi deliberado dia 3, que é a contratação do Sérgio, como Chefe de Gabinete da Presidência, mas que deve constar no dia 17 da Reunião, porque efetivamente começou a trabalhar, o contrato dele foi com data do dia 18, então nós não podemos registrar na ata do dia 3, temos que registrar na ata do dia 17. Então eu vou só distribuir para os Senhores Diretores, porque tem uma observação que o Senhor Presidente fez na ocasião. Porque lá na frente se o Tribunal de Contas porventura questionar a contratação tem que estar conciliada a data de registro em ata.

Sérgio – Esse assunto faz parte da ata do dia 03?

Emanuel – No dia 17. Foi deliberado, foi trazido para a Diretoria no dia 03.

Sérgio – R$92 milhões é isso aqui ainda?

Emanuel – É o que foi dito no dia pelo Sion.

Valdemar – Essa redação não é do outro assunto não?

Batata – Esse valor não tem nada a ver com o QAT.

Valdemar – Não é desse item. Não é desse caso aqui.

Elio – Esse item incluía no aditivo do Acordo, e essa negociação havia uma redução de despesas para o Banco.

Batata – Mas não a medida em si.

Valdemar – Isso mesmo.

Paulo – Não sei se seria o caso de consulta, mas 13 ficou decidido que uma Comissão faria o ajuste de reforma estatutária, mas não acabou acontecendo. Então ainda hoje prevalece no Estatuto essa nomenclatura realmente o número 13 e hoje perante...

Valdemar – Que número consta hoje no Estatuto?

Paulo – São 13, na época eram 13, foi feito o aditivo. Era para ser feito a reforma estatutária de alguns itens e esse número cairia para 10. Só que a equipe que ficou designada, não houveram as reuniões e com as mudanças acabou não acontecendo.

Emanuel – Suprimiria esse 2º parágrafo?

Neco – E o restante inclui na ata do dia 03?

Emanuel – Não, esse assunto é para constar na ata do dia 177.02.98

Neco – Está em apreciação ainda a ata da reunião.. Os Senhores que tiverem mais alguma observação. Eu tenho na página 15, falta um "I" na palavra Caixa Econômica Federal. Na letra a, aqui em baixo, falta a letra "I".

Neco – Analisada então a Ata da Reunião Ordinária da Diretoria de 03.03.98 eu submeto aos senhores Diretores do Banco do Estado do Paraná, para a aprovação e os que estiverem de acordo permaneçam como estão e os que não estiverem que se manifestem. Fica aprovada a Ata da Reunião do dia 03.03.98. Pediria por gentileza ao senhor Valdemar o item da DIRHU, Romano Augusto Teixeira, assunto da DIRHU.

Valdemar – Bom Presidente, nós temos aqui uma série de adições, vamos começar pelo Romano, e o Senhor está lembrado e o Edson conversou a respeito dessas situações são aqueles que, com base naquela correspondência que foi feita para o seu conhecimento aí, então nós estamos regularizando e passando para plenário. O Romano tinha havido um comprometimento já da permanência dele na Prefeitura. Houve um erro aí, colocaram DETRAN, mas é Prefeitura

Paulo – O requisitante é a Prefeitura.

Valdemar – Inclusive aqui em cima está adidos externos Prefeitura Municipal de Curitiba. Aqui nós temos Presidente Orivaldo, da Secretaria da Criança e Assuntos da Família. Aquela correspondência está anexa aqui.

Paulo – Com ônus para a origem, para o Banco?

Valdemar – Bem, o Romano tinha sido feito um acordo antes...

Neco – Está em vigência agora.

Valdemar – Aqui está Osvaldo da Silva Oliveira Presidente, no caso a solicitação da Secretaria da Criança e Assuntos da Família e está nessa correspondência que o Senhor conversou com o Edson e eles fizeram algumas determinações, no caso a Secretaria da Criança e o PROVOPAR, que nós faríamos a cessão, os colegas podem ver essa DIRHU-08/98, que está anexa aqui, foi o Edson em conjunto com o Sion fizeram para submeter ao Presidente, os critérios em relação a isso em função do momento atual. Nós temos o Emanuel aqui trouxe algumas coisas de anos anteriores que determinava, mas isso foi o que foi acertado em função do saneamento do Banestado com o Banco Central. Então em cima dessa determinação do Presidente está o Orivaldo, é o mesmo caso da Inajá também, Secretaria do próprio nome, Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, é o mesmo caso aqui do Vladimir Rogério Backes. Esse aqui está, a FUNDEPAR propõe efetuar o ressarcimento de R$17 mil a partir de março. Na realidade, se não me engano são 7 pessoas, três delas estão se aposentando e quatro que ficam, entre eles o Vladimir. Ah essa aqui consta R$17 mil. O próximo nome aqui é Carlos Roberto Barros é o mesmo caso. Na FUNDEPAR também está identificado como permanecer. Silmara da Silva Santos, mesmo caso FUNDEPAR e o último aqui a Valdenice Silva Santos. Continuando aqui, Ubirajara Correia Bastos, PROVOPAR, mesma questão ali atrás, Aristeu Langner, PROVOPAR.

Paulo – O Ubirajara vai ser com ônus para o Banco ou ônus para o PROVOPAR?

Neco – O PROVOPAR é ônus para o Banco e a FUNDEPAR é ônus para a Secretaria.

Valdemar – Só a Secretaria da Criança e o PROVOPAR também. A FUNDEPAR não.

Paulo – Então o Banco paga o Romano, da Secretaria da Criança e do PROVOPAR.

Valdemar – O Romano já tinha um compromisso anterior. Inclusive, Presidente, bom vamos nos ater aqui no caso do PROVOPAR, o Ramiro também.

Paulo – O Ramiro.

Valdemar – Ramiro, figura carimbada. E por fim a Teresa Cristina o mesmo caso. Viu Presidente, hoje nós fechamos a Folha de Pagamento e nós teríamos que nos posicionar a respeito dos salários que não ressarciram. Mês passado nós fizemos o pagamento em cheque, aquela situação. Eu acho que aquele que nós ressarcirmos, paga da mesma forma?

Neco – Precisa saber de um advogado trabalhista. Porque tem vínculo com o Banco do Estado. É uma forma de pressão que nós estávamos agindo para poder receber, mas a Secretaria também não tem dinheiro.

Paulo – Eu vou dar um depoimento aqui, é extremamente doloroso não pagar o funcionário, mas é a única forma Presidente.

Valdemar – Agora, aqui nós não estamos levantando a hipótese de não pagarmos, nós vamos fazer através de cheque-salário.

Neco – Dificulta um pouco, para não ficar muito fácil.

Ricardo – Valdemar, de quem aqui que você está falando.

Valdemar – Não, não esse é geral, daqueles que não responderam, que não tomaram providência. É que tem alguns que alegam que a Secretaria da Fazenda está arrumando recurso, alguns alegam, são diversas histórias.

Ricardo – Você tem que ver o custo-benefício dessa história também. Você pega a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, o cara tem R$14 milhões só na Poupança. Um ano. Simplesmente ele pode inverter, em vez da Poupança ele põe em CDB, aí custa dez funcionários por mês.

Neco – Qual Secretaria?

Ricardo – Secretaria do Trabalho e Assistência Social. A Assembléia eu fui lá e tirei todo o dinheiro do CDB e pus na poupança. Foi um prejuízo para o meu Pai, ele não descobriu até hoje. R$200 contos por mês. Agora ele teve que emprestar dinheiro para o Governo.

Neco – Tem uma Senhora que estava com o Secretário do Turismo, e quando ela deixou de comparecer, ela só aparecia, era depositado da conta dela, então ela não ia trabalhar.

Sérgio – Ela rescindiu o contrato, ela não foi demitida. Ela tinha um contrato de prestação de serviços. Foi rescindido o contrato, ela já assinou, já está ciente.

Neco – Ah, ela tinha um contrato, tem razão. Galvão, a tua área por gentileza.

Galvão – Bom como nós definimos em reunião específica, as prioridades, então eu estou trazendo hoje e foi entregue a cada uma das Diretorias uma pasta com os projetos em andamento. "Conforme determinações dos Srs. Diretores em reunião de planejamento acontecida em 27/02/98, a Diretoria de Informática informa o cronograma de execução dos projetos considerados de altíssima prioridade para o Banco do Estado do Paraná. Para efeito de maximização dos recursos de informática informamos que estamos promovendo alterações na forma de atendimento à manutenção e desenvolvimento de sistemas conforme segue: Mantermos um contingente mínimo para Ter para manter os sistemas em funcionamento promovendo apenas implementações legais e eventuais correções necessárias. As laçadas de SSI(solicitação de Serviços de Informáticas) serão elevadas para nível de Diretor. Na eventualidade de incompatibilidade de prazos e serviços entre Diretores, será solicitado definição da Vice-Presidência. Será criado um comitê interno na DINFO. À nível gerencial, para avaliação de impactos das novas solicitações nos projetos já definidos e em andamento. Nesta data a Diretoria de informática entrega às Diretorias os demais projetos decorrentes do Plano de Saneamento do Banestado junto ao Banco Central juntamente com os demais projetos solicitados para que seja determinada a prioridade e a necessidade dos mesmos. A Diretoria de Informática envidará todos os esforços para suprir as necessidades de informatização do Banestado. Onde não for possível atuar com técnicos próprios serão contratados serviços terceirizados." Então a pasta que foi entregue a cada uma das Diretoria contém na primeira folha uma explicação de como funciona esse relatório. Na primeira parte tem os projetos que a gente chamou de prioridade máxima. Cada Diretoria tem isso aí relacionado. E depois uma Segunda parte...

Aldo – Galvão, desculpe, então é bom assinalar que como prioridade máxima foi eleito aqui os novos produtos.

Galvão – A pasta que o Senhor tem contempla de todas as Diretorias. As pastas das demais Diretoria são diferentes. Mas é isso que está aqui. Desenvolvimento da nova automação bancária, ficou definido naquela reunião que é prioridade máxima. Esse projeto está ligado à Presidência, como também estão, na folha seguinte os Senhores vão ver o sistema, os aplicativos múltiplos para a Auditoria do Banco. E assim por diante. Então o que eu gostaria que os Diretores fizessem é, primeiro. Fizesse uma avaliação disso e que efetivamente foi resolvido naquela reunião, anterior, esses de prioridade máxima. Na seqüência tem prioridade média, e a última parte, e aí eu gostaria que fosse feita uma análise criteriosa dos seus gerentes, para os projetos de desenvolvimento de melhorias, que estão cadastrados hoje na Diretoria de Informática e a gente acha que tem muita coisa que já não é mais necessário. Estão lá alguns até paralisados, mas enfim, para a gente fazer lá uma limpeza , dar uma geral. Então, cada Diretor

poderia passar isso para os seus gerentes e fazer uma análise crítica do que efetivamente é necessário. Esse é o objetivo.

Neco – Galvão, eu queria que se o Senhor me permitir, na DIRHU eu tenho conversado com o pessoal da DIRHU, o Valdemar e os companheiros dele. Nós sentimos muito a necessidade e o Banco é penalizado na minha opinião por isso, porque se faz um pagamento único de pessoal. O pessoal tem direito adquirido para entrar de férias dia 21, o salário dele é dia 19 no mês seguinte e ele já está recebendo um mês antes o salário dele, no pagamento do dia 20. Não tem como o sistema, o banco de informática fazer pagamento de férias seja no dia que ele tem esse benefício?

Galvão – Bom Presidente, isso foi uma, deve ter sido uma deliberação da Diretoria como forma até de facilitar o trabalho, acredito que alguém combinou.

Neco – Porque, a mão-de-obra já tem, equipamentos já tem.

Paulo – Presidente, provavelmente em época inflacionárias era um alto negócio para o Banco. Com o dinheiro o tempo todo, pagava dia 20 porque no dia 21 já era depreciado esse dinheiro. Provavelmente a decisão de fazer todo esse pagamento antecipado ou postergado

Galvão – Ou vice-versa, mas agora.

Neco – Acontece o contrário. Paga na frente um mês, e o custo do dinheiro o Banco está pagando.

Galvão – Eu não sei, não conheço bem o processo dos Recursos Humanos, mas isso aí poderia ser feito na forma de um adiantamento, aí desconta, uma espécie de um vale. Um dia.

Valdemar – Presidente, ele tenta, essas questões maior facilidade de manuseio está no Gestor de Recursos Humanos como um todo, porque hoje até eu acho que esse aqui o impacto não é tão grande, no período de janeiro ou fevereiro, mas tem algumas coisas que o Senhor pede para nós que complica muito, isso que está complicado, acho que envolve com pessoas, nós estamos com pessoas que tem que trabalhar com tempo integral, sabe então é isso que eu acho que vai trazer esse GRH vai trazer beneficio para nós. Mas eu acho que tudo isso foi dado prioridade, por exemplo, ao Novo Sistema Gestor de Recursos Humanos. Tudo isso trará muita facilidade. E volto a dizer, ele acabou sendo prejudicado no passado por ter dado prioridade ao atendimento, que era o nosso ganha pão.

Paulo – Então deixa eu fazer uma pergunta. Naquele reunião que nós fizemos com o Dr. Aldo lá naquele dia foram eleitas as prioridades. Então daquilo veio para cá então.

Galvão – Com prazos, cronogramas, e tal.

Paulo – Isso aqui então é o que foi definido e o que ficou para nós seriam os projetos de desenvolvimento de melhoria para nós avaliarmos.

Galvão – Que eu gostaria que vocês fizessem uma avaliação, para com as suas gerências, para dizer: olha esse não precisa, ou esse pode ter algum aí paralisado que não precise.

Paulo – Especificamente eu tenho aqui como prioridade média a substituição de plataforma SID/PROCOMP.

Galvão – É isso na realidade está como prioridade.

Paulo – É eu acho que se você for voltar aqui que padronização foi feita com automação bancária com o Windows HT, como está dizendo aqui, você vai substituir todas as áreas.

Galvão – Então todos já estão, se você olharem...

Ricardo – O que é prioritário e o que não é.

Aldo – O quanto antes possível, se pudesse colocar isso até o final da semana, até sexta-feira. Porque daí nós já vamos iniciar a segunda parte do cronograma da implantação das medidas do saneamento

Galvão – Com certeza.

Marquesini – Com licença, Dr. Aldo, dentro desse projeto a Empresa de Leasing estava sendo tratada à parte. Existem necessidades de extrema urgência sobretudo na área de controle, porque a Empresa não tem, o Dr. Galvão por favor.

Galvão – Deve ter ido uma pasta para você exatamente nesse formato, deve ter ido, foi é que deve ter ido ontem, deve ter chegado hoje. Mas você vai, tem uma pasta como essa, então você tem que pedir que façam uma avaliação, o que tiver prioridade.

Sérgio – Viu o Galvão.

Galvão – Foram para todas as empresas, além das diretorias do Banco, todas as Empresas que nós temos projetos, inclusive a Gralha Azul que trabalhamos com ele em alguns projetos.

Batata – Aqui tem dois projetos aqui na pasta um CENNP, não pertence mais à DIROP e tem um aqui, estudo preliminar de Crédito, Fomento Rural. Será que não é do Elio isso aqui.

Galvão – É que estava cadastrado como DIROP. Isso deve ter alguns erros. Realmente eu não analisei um por um, mas isso deve ter coisas desse tipo, coisas que estavam numa Diretoria.

Elio – Provavelmente isso era antigo, era da DIROP, do tempo que a DIROP tinha Fomento.

Neco – Marquesini, a sua área vai ter isso aqui.

Batata – Vou passar para você, prá você ver se é importante.

Neco – Galvão, isso aqui corresponde aquelas operações do Banestado do primeiro semestre.

Galvão – É quer dizer, na realidade..

Neco – R$242,000 mil é isso? De quanto que é?

Galvão – A cotação dada a Diretoria de informática? Não saberia dizer.

Aldo – Isso seguramente vai significar um gasto. Sim porque agora vão ser definidas as prioridades

Galvão – Um observação, coisa novas serão... Então isso é para conhecimento da Diretoria, então fica estabelecido até sexta-feira prá essa revisão. É isso aí.

Valdemar – Eu queria falar também, no mês de janeiro e fevereiro a Campanha lançada em cima dos produtos de poupança, Depósitos a Prazo e Fundos. Ainda alcançou ali no final onde foi colocado, 65% da meta dos R$200 Milhões ou seja, R$131 milhões e ainda tem o saldo comparativo aqui do Banco no mercado que correspondeu esse período, não atingiu porque janeiro e fevereiro essas aplicações normalmente caem, e também nós fizemos um comparativo aqui, porque nós aqui pegamos a média dos últimos três meses passados com a médio dos dois de janeiro e fevereiro. Temos uma projeção aqui que seria o saldo de 31 de dezembro que nós tínhamos e o saldo no 28 de fevereiro que talvez não dá uma diferença muito grande nesse sentido. Então esse aqui é o produto final, no caso a primeira colocada foi Londrina, seguida de São Paulo, Maringá, sucessivamente, e o total que o Banco alcançou foi 65% da projeção dos R$200 milhões e tem R$131.milhões. Aqui para conhecimento como se comporta o mercado nesse período.

Neco – O Valdemar, poderia voltar na transparência anterior, o que me deixa muito surpreso em Curitiba somar os valores dos índices, tem uma atuação inexpressiva.

Paulo – Posso falar sobre a minha lá, nós dois somos padrinhos de Curitiba. Nos esforços nós conversamos com as agências, só que a Nordeste aqui no caso sofreu uma retirada de valores em poupança que estavam em COPEL, em Prefeitura, em Estado violento no mês de dezembro.

Ricardo – Poupança só sofreu saque da Assembléia, só foi isso, não foi de COPEL, o único que deposita em poupança é Assembléia em Pinhais. Meu pai sacou dinheiro para emprestar para o Giovani, e não pagou até hoje.

Paulo – E veja uma coisa. O que aconteceu, eles pegaram outubro e novembro pra fazer a média. Então pegou todos esses órgãos no topo e dezembro eles retiraram. Então quando entrou em janeiro eles entraram abaixo do...

Ricardo – Retiraram porque, porque foi todo o dinheiro para o Estado.

Paulo – Exatamente. Então uma das explicaçõ-es nessa Regional, tá inclusive eu tenho os números da Regional que eu recebi ontem, nós estamos com R$56.000.000,00 negativo em 1º de janeiro e ela terminou em 28 de fevereiro com cento e poucos milhõ-es lá.

Ricardo – Geralmente as maiores crescem menos né?

No caso, nesse que está marcando ali a NORdeste e Poderes Públicos já tinha uma média de R$26 milhões de depósito à prazo, que foi a média de outubro, novembro e dezembro que foi falado, ela teve R$13 milhões. Isso era 50% que ela tinha. Também nós temos um fato muito grave que foi aqueles comentários que saíram no Banco justamente nesse período. A maioria deles fez saques e a Nordeste como o Paulo falou pra mim essa questão do saque do Governo. Aqui os Fundos. A meta era 16 e eles tiveram menos nove, quer dizer, era a meta mais nove. Que nem no caso a Sudoeste se o Senhor pegar aqui, a Sudoeste tem um argumento Presidente, que ela foi a melhor colocada na campanha do subir, que era a campanha que terminou no 31 do 12, então ela acabou pegando a base alta. Pegou a base alta até dezembro, setembro, outubro e novembro e daí houveram os saques, acabou dando esse R$300. Mas de fato como o Senhor falou são as que representam o maior valor. O baque nelas o Banco sente mesmo.

Neco – Cascavel reflete na área...

Valdemar – Cascavel tem os saques que teve lá em Foz.

Ricardo – Foz e não acertaram a Poupança Judicial.

Valdemar – É o seguinte Presidente. Tem uma reivindicação do Ricardo fala e faz sentido, a questão de usar os Depósitos Judicial, considerá-lo aqui,

nós temos na área financeira uma análise que passa tudo pelo Comitê Financeiro como o caso, mesmo que se coloca aquele produto aqui e exclua aquele e eles estão avaliando, eles foram contrários no começo, estão avaliando pra colocar agora Inclusive uma das argumentações que eles dizem é a seguinte Presidente: que se depósito judicial valer não pode valer para a Centro Cívico, se não a Centro Cívico já ganhou, não tem campanha.

Ricardo – Mas porque depósito judicial não valem se é o mais barato de todos?

Valdemar – Não, não valem pra efeito de campanha, Ricardo.

Ricardo – Porque não?

Valdemar – Só que nós temos que fazer ajuste porque a Centro Cívico.

Ricardo – Mas porque não vale pra efeito de campanha, é isso que eu queria que alguém me explicasse.

Valdemar – Não, ele é válido o dinheiro é do Banco, acontece que a Centro Cívico só ela que tem o maioria dos depósitos judiciais.

Ricardo – Eu quero saber porque que não vale para efeito de campanha? Qual é a alegação que não vale para efeito de campanha, porque?

Valdemar – Uma delas é essa, uma vez que você fizer isso, você não pode fazer uma premiação, exclua-se a Centro Cívico.

Ricardo – Meu amigo, o Governo do Estado do Paraná, o Poder Judiciário não é obrigado a depositar no Banco do Estado, eu já falei 500 vezes isso!

Valdemar – Não, Veja Ricardo.

Ricardo – Ele pode depositar no Banco do Brasil, ele pode depositar no Meridional, pode depositar na Caixa Econômica Federal.

Valdemar – Campanha interna, Ricardo. Não, não, veja bem, com relação ao recurso que é bom para o Banco é indiscutível...

Ricardo – Então o cara cata R$9.000.000,00 lá em Toledo e não entra na campanha dele? E ainda mandam tirar contas dos não residentes, lógico que ele tem que ficar em último lugar.

Valdemar – Não, não Cascavel está explicado, ele teve não entrou na competição externa

Ricardo – Captou R$9.000.000,00 a 6% ao ano mais TR aí diz que não vale.

Valdemar – Bom, a área financeira está avaliando isso, está avaliando outros Fundos que ela havia considerado e outros Fundos que não havia considerado, e alguns ajustes até junho, mas é polêmico Ricardo você tem razão, é indiscutível que é bom.

Ricardo – De polêmico não tem nada, de polêmico não tem nada.

Paulo – Mas na realidade nós fomos maus.

Valdemar – Que ver, aqui tem um dado que demonstra. Eu gostaria que o Presidente e o Dr. Aldo observassem aqui. Viu Presidente.

Neco – Sim, Desculpe.

Valdemar – Aqui é uma posição é com relação ao mercado nesse período de captação como um todo, nesses três. Então nós temos em azul que é o Banco e em vermelho é a praça no caso, no nosso caso, todas as praças que nós temos agências. Então o Senhor pode observar como é que ele vem conduzindo ali em outubro e novembro, aqui, outubro e novembro nós estávamos mais ou menos como o mercado. Em novembro e dezembro também. Aqui em dezembro nós tivemos uma queda significativa quando saíram aqueles comentários de saques. Então o mercado se manteve no ponto deles. Em seguida, já no mês de janeiro e fevereiro nós equilibramos com o mercado quando começou a campanha e em fevereiro em relação ao mercado, o Senhor veja o nosso volume, nós estamos lá em cima. Então é a Campanha recuperou um estrago muito grande que nós fizemos em termos de imagem que aconteceu no final do ano certo, os dados que mostram ali que, se nós tivéssemos feito essa Campanha com certeza nós estaríamos nesse gráfico aqui em baixo, com certeza. Quer dizer ainda nós estamos buscando uma grana significativa como o Senhor falou, teria sido muito pior se nós não tivéssemos ainda feito esse trabalho com o pessoal. Daí alguém questionou, vou passar para esse outro quadro aqui que esse mostra específico por produtos. Como é que é o mercado e como é que é o Depósito à Prazo. Esse primeiro período que está aqui embaixo, significa novembro, dezembro, janeiro e fevereiro de1997 ou seja, os dois últimos meses de 1996 e os dois primeiros de 97 e o segundo período aqui significam os dois últimos de 1997 e os dois primeiros de 1998. Para você ver como está o mercado em relação ao ano passado e a esse ano. Quer dizer, o primeiro período em azul nós estávamos com um bilhão cento e poucos milhões fechamento em fevereiro e outro nós estamos com R$930.000.000,00, perdemos recursos com relação ao que tínhamos no ano passado. Na Poupança nós subimos, nós tínhamos ano passado R$1.112 em fevereiro hoje nós estamos fechando com R$1.378. Comparando agora o Banco sozinho, o ano passado, no final do ano passado, no final no ano retrasado para o final do ano passado: de Fundos nós estávamos abaixo e agora

com a Campanha equiparamos com os Fundos que estavam lá. Então até prá mostrar que, com exceção do Depósito à Prazo, a Poupança e os Fundos a gente conseguiu equiparar o ano passado em que pese as adversidades esse ano. Esse ano nós estamos com um, debateu-se muito mais em termos de imagem e desgaste nós estamos bem pior que estávamos o ano passado em termos de mídia. E outra coisa que foi questionado e que eu queria colocar aqui é que as vezes a questão do critério é meio complicado, as vezes o pessoal diz, mas porque que vocês pegam a média dos últimos três meses setembro outubro e novembro e não pega 31 do 12 por exemplo. Porque pela lógica o Senhor vai dizer assim mas se eu tinha um pico em 31 do 12 de saldo eu vou ter que partir desse saldo, daí você diz olha, mas pra nós esse sistema é muito ruim porque, primeiro, o pessoal, o Batata, muitos não sabem que muitos gerentes conseguem uma aplicação no dia 29 pra contar no dia 30, mas prá gente sempre pegar a média dos dois meses porque correspondem o histórico efetivo, não tem a malandragem de aplicações. Então aqui pra ter uma idéia, se nós tivéssemos pego 31 do 12 a mesma planilha mas se nós tivéssemos pego aqui 31 do 12 como data fixa, nós teríamos tido de uma meta de R$200 milhões um acréscimo de 352%, menos, desculpe 176%, tá? se fosse pego 31 do 12 efetivamente. Porque, a que pese que novembro e dezembro são meses que o depósito é alto, pra nós dezembro foi ruim, foi o que foi falado aqui foi perdido o 13º do Estado, foi perdido o da Assembléia, foi perdido muito dinheiro e perdemos em São Paulo muitas aplicações por causa da boataria que foi feito em São Paulo em dezembro. Mas aqui mostra aqui de que se a gente considerasse data fixa de 31 do 12 teríamos tido 176% que também não era real, nós achamos mais conveniente, mais real, pegar a média. Mas em síntese Presidente, o que eu queria passar a Campanha aqui que pese que no dia 15 paramos de ativar, foi dado um recado para a Recuperação de Crédito, ela foi muito boa no momento em que nós estamos passando por essas dificuldades. E uma outra coisa que eu queria perguntar é o seguinte, nós, houveram premeações Londrina foi a SUREG que ganhou e as agências as notificações das premiações e nós vamos ter que aí, nesse mês, um jantar com a presença do Padrinho em cada SUREG, em cada Agência, desculpe que ganhou prá motivar, eu acho que é oportuno em função do momento que nós estamos passando agora com descrédito e pessoal fica meio desanimado com tudo isso daí, passar para as agências esse otimismo, porque a gente percebe nas visitas os colegas que foram visitá-los podem me ajudar, eles ainda estão com o pico dentro da realidade deles, temos que continuar até julho, temos ações pra vender uma série de produtos que são interessantes para o Banco. Então nesse mês, em que pese as dificuldades com o Banco Central, esquecer isso fecha o olho e ir para as agências incentivar o pessoal. A gente vai passar o planejamento para cada Diretor-Padrinho para que ele se ajuste com a sua premiada no caso mas que vai lá entregue o prêmio faça esse barulho, essa motivação. Isso a gente fez a avaliação no início da nossa Campanha o que nós estamos gastando é insignificante perto do que nós estamos. É um jantar dos funcionários da agência, é uma barrinha de ouro para aquelas que conseguiram 100%, quer dizer, os custos são baixíssimos, agora o efeito moral o efeito psicológico para eles é muito grande.

Batata – Isso é importante só falar sexta-feira..

Ricardo – Eu não vou, você fez eu perder o jantar pô

Batata – Sexta-feira teve em Paranavaí, vocês mandaram lá 14 agências recebendo Certificado de Qualidade. Então eu até falei, eu acho importante que nessa hora difícil do Banco o pessoal estar, utilizar esse instrumento e sexta-feira agora mais uma cassetada vai receber um título de qualidade, um Certificado de Qualidade quer dizer, o Banco em situação, independente da situação difícil do Banco o pessoal está fazendo tudo para melhorar o trabalho o desenvolvimento e isso é que é importante.

Paulo – Nós tivemos três agências que foram contra na NORDESTE, que foi Pinhais, que foi Tarumã e mais uma outra que nos portes delas ganharam todas as premiações de SUPERPLUS, Capitaliza, de Seguros, apesar de não ter conseguido as metas ficou em oitavo lugar a NORDESTE, na NORDESTE elas ganharam três prêmios de toda a Rede do Banco.

Valdemar – Viu Ricardo provavelmente você tenha alguma agência de que todos as partes levaram prêmios tem que verificar quem sabe você tem alguma delas.

Ricardo – Arruma uma pra mim se não você já viu vou ter que tomar uma sopa. O cara já esta aposentado me enrola no dinheiro ali, trata de arrumar uma agência.

Neco – Eu quero comunicar aos Senhores, o Dr. Galvão da DINFO está autorizado a participar de uma Feira de Hannover de Informática, então está autorizado. Eu também queria comunicar aos Se-

nhores, conversando com o Dr. Aldo nós achamos que é conveniente que as grandes contas dos devedores do Banco do Estado do Paraná seja administrada pelo Diretor da área juntamente com o Diretor Vice-Presidente Dr. Aldo para que nós tenhamos duas pessoas administrando essas grandes contas o Diretor da área no caso do Gabriel, na área operacional e o Dr. Aldo estará administrando essas negociações futuras e também não está aqui o Niltori Mariano, então eu gostaria que comunicasse ao Dr. Aldo estará colaborando com os Senhores nessa operação de cobrança dessas grandes contas. É necessário hoje então recuperar muitos dos créditos e que está difícil a negociação, a gente sente que o empresariado paranaense está em dificuldade. Então é mais um companheiro em condições de poder colaborar com o Diretor da área, que tem mais condições de diálogo, quando se vem aqui a gente recebe Deputado, o Deputado traz cada caso às vezes cabeludos e às vezes eu chamo o Diretor da área levo e transfiro o problema para ele. Então nessas grandes contas o Dr. Aldo estará em condições de colaborar com os Senhores Diretores para no ato da negociação estará dando a opinião dele e colaborando para que os dois recuperem essa importância.

Aldo – Também nas áreas operacionais se houver necessidade.

Gabriel – Operações em Ser também, que enseja uma assessoria da Vice-Presidência, Assessoria que avocará para a Vice-Presidência essas grandes contas, sejam devedoras ou não ou mesmo as grandes contas do Banco.

Aldo – Já está sendo montado.

Neco – É porque o Banco Central está exigindo um Controller, esse é o começo de controlar as grandes contas.

Batata – Aquela sugestão que a gente tinha dado de alguém para controlar.

Gabriel – Inclusive tem passado algumas propostas pelo Comitê que eu acho deverão não passar mais, porque imagina no Comitê eu digo não é que não devam é que dentro dessa nova estrutura deverão ser encaminhadas diretamente com essa estrutura.

Neco – Na verdade é para se tornar mais ágil, ter mais agilidade, quer dizer uma decisão mais rápida.

Gabriel – Exatamente. Então as propostas que vão ao Comitê I devem ser encaminhadas

Batata – O que o Senhor está dizendo as operações em CL e CCP ou operações em Ser?

Gabriel – Todas as operações CL, CCP, o que da valores e débitos

Neco – Ontem mesmo nós recebemos. Dr. Aldo, só a título de ilustração só operação em Ser dos 20 maiores é R$1.200.000.000, só dos 20 maiores devedores, contamos com o Dr. Aldo para organizar. Da área financeira, quem vai apresentar?

Paulo – Não, Eu vou falar desse assunto o Alaor me pediu a gentileza, é nós estamos. Aqui nós vamos fazer um duplo papel da Reflorestadora e do Banco. Nós tivemos a necessidade de fazer um aporte de recurso na Reflorestadora, em função de manutenção e outros itens tá que realmente nós não temos condições de sobrevivência, então também está uma ação judicial que está aí que nós temos que fazer depósito estamos num levantamento que precisamos imediatamente fazer um aporte de R$150.000,00 na Reflorestadora. Nós conversamos com o Alaor ele já fez esse processo mas nos solicitou que fosse pautado para que a Diretoria do Colegiado aprovasse isso. Então apesar de todos os esforços que a gente tem aí na venda da Reflorestadora, nós não conseguimos fazer nenhum, e a Empresa precisa continuar tocando. Então a nossa proposta aqui é favorável a que isso seja aprovado, submetemos então à apreciação da Diretoria do Colegiado.

Neco – Então fica a Critério dos Diretores que se manifestem a favor ou não de acordo com a sua consciência para a aprovação do empréstimo já consignado à da BANF, que não tem condições de sobrevivência. Pertence hoje ao FDE, o Banco é o gestor da BANF. Para aprovação desse empréstimo que será deduzido da prestação de serviço da BANF para com o Banco que é em torno de R$33.000,00 por mês, manutenção de jardins. Os Senhores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovada a solicitação da Diretoria Financeira para antecipação de R$150 mil para a BANF. Outro assunto é do Elio Panato.

Gabriel – Presidente, me desculpe, só com relação ao financiamento, só para o conhecimento dos Senhores, o Paulo me deu essa informação. Um dos clientes que nós temos contato lá Diroi, Indústrias bonet. E numa das conversas que nós tivemos, na última, eles manifestaram um desejo de pelo menos conversar eles tem interesse efetivo sobre a Floresta do Timbó.

Paulo – Eu estou a disposição.

Gabriel – Então me parece que o Gerente de Divisão já fez o contato. Ele disse estamos loucos para que alguém apareça para comprar aquilo. Então se você não quer se envolver Paulo se você puder destacar uma pessoa para conversar com o Er-

cio, nosso Gerente de Divisão, já esta ao par disso aí, pode ser que o Banco.

Marquesini – Com licença Senhor Presidente, Dr. Gabriel sobre esse assunto, o Imóvel que eles pretendem é o imóvel da BANESTADO LEASING, imóvel este que é objeto da reintegração de posse cuja situação jurídica está terrivelmente implicado. Na última Reunião do Conselho de Administração da Leasing nós trouxemos para o conhecimento do Conselho e infelizmente Dr. Gabriel e Dr. Aldo, essa propriedade não temos a menor perspectiva de poder vendê-la a prazo definido.

Paulo – Onde fica aonde isso?

Marquesini – Fica em Santa Catarina, município de Canoinhas, município de Santa Cecília. É uma área reflorestada.

Paulo – Uma parte é reflorestada uma parte não é.

Marquesini – Com três áreas já invadidas por sem-terras, então o problema jurídico, Dr. Gabriel é extremamente enrolado, cuja a perspectiva tão já não existe para poder, podermos vender.

Gabriel – Como o cliente não é BANESTADO, provavelmente não vai dar.

Marquesini – Isso se não obtermos impugnação ainda.

Gabriel – Vamos tentar pra ver se desenrola isso aí.. da propriedade

Neco – Nós estamos de posse do domínio da propriedade? Tem os documentos?

Marquesini – Temos os documentos de reintegração de posse, mas dados os vícios de origem na documentação, impasse até de reflorestamento com certificados do IBAMA, o IBAMA não foi chamado para anuir nessa, escritura.

Paulo – Inclusive quem fez esse processo na época já..

Marquesini – Então o IBAMA foi chamado a anuir na escritura que constituía original pra Leasing, então é um processo complicadíssimo.

Paulo – Então Dr. Gabriel tem que procurar a Leasing.

Marquesini – Já está conversei com o seu Chefe de Divisão Dr. Gabriel e me coloquei a disposição para atender o interessado.

Gabriel – Obrigado.

Neco – Eu queria solicitar ao Dr. Paulo Krüger para apresentar a matéria da Ex-impar- Indústria metalúrgica Do Paraná S.a estou tirando da ordem que estava.

Paulo – Tudo bem. Perfeito. É, "nós gostaríamos de obter uma autorização da Diretoria do Colegiado para realizar oferta de venda de imóvel e instalações anteriormente pertencentes à IMPAR – Indústria Metalúrgica do Paraná conforme condições estipuladas a seguir:" Me desculpe eu ter que ler isso aqui novamente, então o Histórico. "Em 1996 o Banco promoveu com o BADEP uma troca técnica de ativos nos quais incluíram-se dentre outros 30 bens as instalações da indústria citada; tendo o Banco recebido tais ativos pelo montante de R$36 milhões, nos quais figurava a industria pelo valor de R$33.061.458,00. Os valores foram devidamente contabilizados com base em laudos de avaliação firmado por profissional do quadro técnico do BADEP. 1.2 A DIRAD promoveu a contratação de novos laudos de avaliação, os quais cotejaram os preços apresentados da maioria dos bens recebidos, a exceção da nova avaliação pertinente a indústria que foi avaliada por: Obras civis, instalações e terrenos de R$2.781.000,00, Equipamentos R$6.830.060,00, total de R$9.611.060,00. 1.3 Diante destas constatações e atendendo exigência legal(norma do Banco Central) a DIRAD constituiu uma comissão informal para viabilização da venda pública da referida indústria, tendo como conclusão ser possível a venda pública nas condições dos valores obtidos pelos laudos de avaliação contratados pelo Banco, porém tal medida implicaria ao Banco assumir a contabilização como prejuízo na ordem de R$23. Milhões. Como alternativa concluiu a comissão que devem ser estudadas outras possibilidades como a renegociação dos ativos repassados ao Banco com o BADEP de transferência ao FDE com alternativa de venda ou o seu arrendamento o que culminaria ao Banco não contabilizar o prejuízo.1.4. A análise técnica das avaliações apontam para os seguintes aspectos: a avaliação elaborada pelo BADEP diz respeito a apropriação dos valores financiados à época pelo empreendedor com correspondentes correções monetárias até o momento da negociação com o Banco para transferência dos ativos, é o que concluímos; a avaliação atual contratada pelo banco diz respeito a apropriação de valores atuais e reais de mercado dos bens existentes e suas instalações, verificando-se que a um empreendimento concebido nos anos de 1985 e que nunca veio funcionar plenamente, diferencia-se em muito do que seria um empreendimento atual, onde os equipamentos ali instalados, além de estarem com sua tecnologia desatualizada, tem seus preços reduzidos para 1/3 a 1/5 se adquiridos no momento. A concepção industrial planejada não está adequada a política atual de mercado, exigindo do novo em-

preendedor adaptações de envergadura nas instalações. A nossa proposta.2.1 . Considerando que encontra-se provisionado contabilmente a diferença entre os laudos de avaliação recebidos e contratados pelo Banco na ordem de R$23,4 milhões, o que poderá ainda ser revertido caso se opte por uma das alternativas já citadas ou uma nova opção que evite a contabilização desse prejuízo, resta-nos colocar o bem a venda, pois exige a legislação que no mínimo a cada exercício o bem seja levado a venda pública(entende-se como mínimo 2 a 3 vezes), o que não o fizemos. 2.2, Considerando que ainda ao longo desse tempo que o Banco detém a posse do bem, e o momento atual da economia paranaense particularmente a proximidade com a capital onde a demanda de instalação de indústria é muito representativo, vem o Banco sendo procurado por vários interessados da classe dos empresários da área empresarial e a administração política local, para viabilizar o funcionamento do mesmo. Isto é só uma observação o mercado automobilístico vai no mínimo quintuplicar nos próximos três anos, certo? Em termos de produção de peças e etc. Então há um bom mercado nesse sentido. 2.3, propomos a venda através da concorrência pública a qual não implica no pagamento de comissão de venda exigido no leilão. Nas seguintes condições: valor mínimo de venda R$9.611.060.00, condições de pagamento: entrada mínima de 5% à vista, carência de 12 meses para o início do pagamento das prestações, juros de 1% ao mês e correção anual pelo IGP-DI ou INPC a partir do 13º mês, e prazo máximo de pagamento de dez anos. A proposta vencedora será a de melhor preço a vista considerando uma parte do desconto de 5% ao ano de juros de financiamentos de 12% ao ano, esses números estão na área financeira.

Ricardo – Considerando uma taxa de desconto de 5% ao ano, sobre o que, sobre os dez anos da a metade. De juros de financiamento de 12% ao ano, eu não entendi isso aí.

Paulo – Isso aí foi passado pela área financeira, eu não me permiti.

Ricardo – Tem que prestar mais atenção nisso daí.

Aldo – Isso daqui é o seguinte condições de pagamento à vista tarifa de 12 meses juros de 1% ao mês e correção anual pelo IGP.

Paulo – Ah tá, tá. A consideração era uma simulação aqui, no caso se aquela que ofereceu o melhor preço a vista, ou seja, quem propuser no leilão melhor preço, por exemplo se ele fizer uma, cotejando as várias propostas que possam ter, você vai cotejar a elas a preço à vista com desconto de 5%. Só pra cortejar qual é a melhor oferta, não que você vá vender . É termo de comparação de proposta.

Galvão Por exemplo se eu mandar 20% de entrada.

Ricardo – Aqui não diz que é termo de comparação, aqui diz a vencedora será a de melhor preço a vista.

Paulo – Daí está aqui ó . Considerando uma taxa será a de melhor preço à vista é condição de comparação. Faltou escrever isso. Está certo. Agora que eu me toquei nisso aqui. Porque isso aqui sempre tem assim um propõe que vai pagar R$10.800.000,00 mas em outras condições e o outro vai pagar R$11.500,000,00 pode dar mais mas na realidade é menos, então você equilibra para a taxa de hoje. Tem que melhorar.

Ricardo – Então tem que mudar essa coisa, tem que ser uma coisa totalmente montada.

Paulo – Isso aqui é só na hora de comparar. Então o que nós estamos trazendo aqui é a autorização.

Neco – Tem que retificar isso aí para ficar bem claro, como é que fica então a proposta vencedora será a de melhor preço à vista.

Aldo – Vamos fazer aqui para dar menos erro.

Paulo – Eu gostaria até de modificar esse texto com homologação da próxima semana, eu trago isso daqui bem explicadinho.

Ricardo – Super bem explicado.

Aldo – Mais uma semana? Você não vai vender logo?

Paulo – Não na realidade o que nós vamos fazer é o seguinte: isto aqui é o termo comparativo: a proposta vencedora será a de melhor preço à vista, considerando por corporação uma taxa de desconto e tal.

Aldo – O Colegiado confia no Diretor ele vai.

Paulo – Eu faço a modificação e passo aí de Diretor em Diretor e proponho isso.

Neco – Então eu quero submeter aos Diretores do Banco do Paraná para apreciação e votação e aprovação a venda da Ex-impar Indústria Metalúrgica do Paraná S.A, conforme solicitado pelo Diretor Paulo Krüger da Diretoria de Administração e com correção no último parágrafo, conforme observação do Dr. Ricardo Khury. Os que tiverem de acordo que permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Aprovada a proposta de venda do Imóvel da ex-IMPAR.

Paulo – Uma observação Presidente, desculpe, é que como pedem aqui sempre o Senhor também solicita, isso aqui é um dado digamos assim, eticamente de dentro do Banco, então para uma venda é extremamente importante que isso fique só no na hora de sair o edital, porque tem muitos grupos interessados, está uma guerrinha aí, pra evitar qualquer antecipação nisso aí. Ok?

Neco – O Senhor será responsável por esse edital.

Paulo – Com certeza, já está sendo providenciado.

Neco – Eu vou passar a palavra ao Dr. Aldo, Vice-Presidente Executivo do Banco, para apresentar o assunto Leis de Incentivo.

Aldo – Só quero me penitenciar perante os Diretores que não houve tempo de assinar a proposta, porque foi feito agora , um pouquinho antes da reunião. Nós temos feito, a Presidência tem feito, nós fizemos junto também reunião com responsáveis das atividades culturais do Estado e tanto a Secretária de Cultura como a Presidente da Fundação Cultural de Curitiba estariam dispostas, estão dispostas, aliás satisfeitas com a idéia de nos fornecer uma Agenda Cultural do que vai acontecer este ano, justamente para nós canalizarmos recursos para investimentos culturais dentro das leis de incentivos fiscais, normatizando dessa forma a aplicação da, correta desses recursos em atividades já filtradas, atividades culturais já filtradas, já passadas por esses órgãos, porque afinal o Estado tem uma Secretaria de Cultura e a Prefeitura tem uma Fundação Cultural que nós podemos aproveitar perfeitamente. Senão o que vai ocorrer, o que vai ocorrer é que nós estamos comemorando 70 anos de Banco. Nós vamos começar, nós já estamos recebendo, vamos começar a receber propostas das mais esdrúxulas possíveis. Tem aparecido propostas aí de patrocínio, financiamento de coisas de qualidade duvidosa, de retorno negativo, quer dizer, sem querer me arvorar em conhecedor cultural, mas eu acho que nós temos que ter um filtro anterior paras que nos chegue aqui já com atestado de validade e que é uma atividade cultural boa e tirar proveito disso, nós podemos cada vez que utilizarmos os recursos da Lei Huanê para uma atividade dessa ou mesmo algum patrocino do Banco que o Presidente defira dentro dos 70 anos do BANESTADO que seja em primeiro lugar, bem, bem pulverizado no Estado e em segundo lugar que os funcionários do Banco tenham acesso, porque nós estamos comemorando os 70 anos do Banco e é justo que o Banco, que os funcionários do Banco participem dessas atividades. Aqui nós estamos pensando muito em atividades artísticas ou sejam, musica, dança ou teatro, além disso existem alguns casos que nós fomos solicitados de edição de livros. Ora o que é que vai acontecer, vai acontecer aí, sem querer, pessoas ligadas a Governo, apadrinhados, vamos falar assim, não vamos falar de política, bem apadrinhados, que aparecem aí com o sobrinho que é um grande escritor ou então a tia que é uma grande dramaturga e tem uma peça que se passa em Pitanga e que conta a história de não sei o que, coisas desse tipo. Eu não quero desmerecer Pitanga, muito pelo contrário. Mas vai acontecer isso forçosamente. Então se nós tivermos uma decisão de Diretoria monolítica, que seja exclusivamente através de um calendário, que nós vamos aprovar ou não, quer dizer nós não vamos sofrer ingerência externa do Banco, nós vamos aprovar, nós vamos trazer pra cá, eu pensei até, isso na última hora me ocorreu, uma formação de uma comissão para análise de avaliação e composição de projetos culturais de interesse da Instituição, integrar um representante do Banestado, um representante da Secretaria do Estado da Cultura e um representante da Fundação Cultural de Curitiba. Eu gostaria até de retificar isso aqui, colocando três representantes do BANESTADO e um representante da Secretaria do Estado da Cultura e um representante da Fundação Cultural de Curitiba. De formas que o BANESTADO ficasse sempre com a escolha da atividade. Eles trariam pra nós e nós através de três pessoas do BANESTADO faríamos essa filtrasse, quer dizer, eles já fariam lá a filtragem normal, eles tem todos aqueles técnicos e etc. pra ver se tem receptividade, eu sei que a Secretaria de Cultura tem as pessoas que analisam profundamente qual sejam as atividades adaptáveis e com condições de levar a Cascavel, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Paranaguá, Ponta Grossa, grandes núcleos do Estado aí, e sempre com a Bandeira do BANESTADO. Quer dizer, se tiver algum apoio do BANESTADO o compromisso de, desta Comissão, é propor, acompanhar e analisar e avaliar essa atividade cultural. É isso que eu gostaria de submeter a apreciação dos Senhores.

Marquesini – Só Uma observação Dr. Aldo, a propósito, há questão de um ano foi constituída uma entidade civil dentro do BANESTADO, exatamente para absorver a competência de carreamento de coisas assemelhadas que se ligavam aos incentivos da Cultura, me parece que estaria vinculado ao Centro de Exposição nosso.

Aldo – Chama-se Amigos do Espaço Cultural, aquilo ali era restrita ao Espaço Cultural do Banco, isso aqui é para bem mais, principalmente por causa dos 70 anos do Banco. Esse Amigos do Espaço Cultural é um está administrando lá um quatro por quatro.

Marquesini – São aquelas atividades lá né?

Aldo – O que nós estamos pensando aqui, é num âmbito maior, porque forçosamente o Presidente vai começar a receber agora currículos e oferta e uma série de coisas nós deveríamos ter uma espécie de um freio de qualidade, não uma censura de qualidade para que o Banco possa escolher aí dentro de um leque de ofertas da Secretaria de Cultura ou da Fundação Cultural. E outra coisa, não é só isso, é mais importante é que a Secretária de Cultura nos avisou aqui a Dona. Lúcia Camargo, que ela está na Segunda reunião do Fórum de Secretários dos Municípios do Paraná. Evidentemente só tem nas secretarias de cultura aqueles municípios que nos interessa, são municípios médios, não grandes onde a presença do BANESTADO é mais forte. Então as coisas também vão verter de lá pra cá, não quer dizer que vai haver uma imposição daqui pra lá. Eles também, visam manifestações culturais locais que nós sinceramente, que nós do Banco desconhecemos. Eu divido que a gente tenha à essas manifestações culturais. Mas a Secretaria existe pra isso, e dentro desse trabalho ela pode apresentar prá nós algumas opções culturais para que o Banco venha participar dessa parte. Sempre, sempre com a Bandeira do BANESTADO, produção BANESTADO, crédito do BANESTADO e uma quota de ingresso para os funcionários do BANESTADO. Eu acho que esta é a idéia principal.

Neco – Eu também preciso relatar eu acompanhei o Dr. Aldo nessa situação, é que existem leis municipais, nem todos os municípios do Estado do Paraná tem a lei municipal para incentivo e uso de incentivos fiscais IPTU e ISS destinados para a Cultura. Algumas cidades do interior tem destinam 40% dos impostos a recolher destinados à Cultura e a idéia nossa é de fazer uma coisa centralizada para não dispersar, junto com a Secretaria de Cultura do Estado do Paraná a anos se vier uma solicitação para o Banco, o Banco destina essa solicitação à Secretaria de Cultura ela analisa e dá uma resposta ao Banco e o Banco faria um acordo com a Secretaria de Cultura do Estado do Paraná e também as áreas envolvidas com a Cultura de Curitiba e que destina as verbas. Nós temos aqui todas as nossas agências pagam ISS, as agências todas que nós somos proprietários ou alugamos, nós pagamos o IPTU. Então a receita na cidade de Curitiba é considerado, então é considerado Cascavel, Maringá no caso as grandes cidades do interior do Estado, criar esse benefício centralizar, e levar para a população dessas cidades projetos culturais à altura da necessidade do povo. É importante ainda não ter uma diversificação de opiniões, por exemplo chega um conjunto aqui dizendo que é um benefício de um incentivo fiscal. Cultura não é isso, a gente quer fazer com que a Cultura do Paraná seja conhecida, nas artes cênicas, nas artes plásticas etc. É essa finalidade que o Dr. Aldo apresenta para a Diretoria do Banco para análise e direcionarmos os recursos futuros do Banco do Estado do Paraná e que de comum acordo com a Secretaria do Estado e da Cultura e a Fundação Cultural de Curitiba nós possamos ter um critério único de utilização desses recursos. Aqui tem mais um detalhe, além de, nós não vamos dispensar a colaboração do pessoal que já se dedica a área de Cultura. Não esquecem uma coisa, que nós vamos precisar de gente para divulgar, vamos precisar de pessoal para orientar principalmente os nossos Regionais, vamos precisar do apoio da dona Alba, da Dona, daquelas moças todas que, aliás eu acho até que a Alba deveria ser uma das representante do BANESTADO.

Paulo – O meu total apoio.

Aldo – Outro detalhe, nós colocamos aqui Empresas do Conglomerado e aí entra também todas as empresas . Não sei se os Senhores sabem, tem um filme aí que está na eminência de ganhar um OSCAR chamado O QUE É ISSO COMPANHEIRO? que tem o patrocínio da Corretora Banestado de R$195.000,00, eu não sabia disso. Cobrei do Rodrigo e o Rodrigo já mandou uma correspondência porque até agora eu não vi crédito nenhum do BANESTADO nesse falatório desse filme, todo dia falam do filme vai concorrer o OSCAR, CANNES, não sei aonde, nós temos que estar atrelados, como é que é, nós entramos com R$195.000,00.

Paulo – Numa dessas já recebeu milhões de dólares.

Aldo – Pode até ganhar um OSCAR de filme estrangeiro mas eu quero ver o nosso nome lá no OSCAR no dia lá ao menos para alguém gritar BANESTADO! Qualquer coisa nesse sentido. Por isso que é importante termos um controle porque até talvez derrepente esse patrocínio vai reverter como um sucesso para o Banco, é importante isso.

Neco – Então depois das explanação do Dr. Aldo eu quero submeter aos Senhores Diretores, eu estou entendendo que a proposta aqui é DIRFI administrar os recursos, correto? Ela concentrar gastos

das Coligadas, depois comunicar a Secretaria de Cultura o montante de recursos.

Aldo – O que existia numa proposta nominal, Presidente, com sua licença. Existia o seguinte. Foi sugerida a criação de um banco, de uma comissão. Eu como particularmente sou contra essas comissões, essas coisas. É preferível encarregar uma pessoa, de boa vontade. Quer dizer, nós vamos falar com o Alaor, ele que encarregue alguém lá, que acompanhe isso, que faça e traga a coisa pronta, porque formar uma comissão, se reunir, a coisa vai embora. Então, isso é uma coisa imediata, nós temos que correr com isso aqui.

Neco – Então, mais uma vez eu quero submeter aos Senhores para aprovação, são dois itens, a concordância para que a DIRFI administre esses recursos e nós indicar uma pessoa, representante do BANESTADO, que é o nome da Alba.

Aldo – Três.

Neco – Não, nós temos que indicar uma, que do Banco do Estado.

Aldo – Não, mas eu modifiquei a proposta agora. Seriam três representantes do BANESTADO, um representante da Secretaria da Cultura e um representante da Fundação Cultural.

Neco – Perfeito.

Aldo – Aí eu acho que uma seria a Alba, as outra nós vamos ver aí uma pessoa.

Neco – Algum dos Senhores se habilitam a contribuir para a formação do Banco na área cultural?

Aldo – Eu daria uma sugestão, Presidente. Eu colocaria alguém das coligadas. Não sei o nome agora, mas poderíamos pensar.

Batata – Por estar lá no centro.

Aldo – Não, não é porque esteja no centro. Nós temos que dar uma satisfação às coligadas.

Neco – Então o Senhor fica encarregado disso. O Senhor fica indicado pelo Banco, a Alba também pelo Banco e o terceiro nome o Senhor vê com as coligadas. Então vou submeter aos Senhores Diretores do Banco para apreciação e aprovação a solicitação da Vice-Presidência no tocante a normatizar a utilização dos recursos para investimento culturais dentro da lei de incentivo municipais e federais e direcionar os eventos comemorativos dos 70 anos do Banco do Estado. Os que estiverem de acordo permanecem como estão e os contrários que se manifestem. Aprovada a solicitação, com a indicação do Dr. Aldo de Almeida, a Dona Alba e um terceiro nome que será escolhidos entre os companheiros das coligadas. Eu queria solicitar agora ao Dr. Elio Panato, juntamente com o Dr. Gabriel, assunto da Diretoria de Crédito Rural e da Diretoria de Câmbio e Operações Internacionais, a respeito da TEXTILPAR Tecelagem de Paranavaí Ltda.

Gabriel – O Elio pode apresentar.

Elio – Bom, o que nós estamos trazendo novamente é aquela operação de US$ 1,4 (um milhão e quatrocentos mil dólares). É um complemento para se chegar aos US$ 4 (quatro milhões de dólares), na necessidade que a Empresa tem para operar a plena capacidade. Então, na reunião passada, nós ficamos de voltar ao Secretário, o Giovani, com relação à participação do FDE no empreendimento, e o Secretário concordou que o FDE fizesse a troca entre créditos com a COCAMAR, trocar créditos com a participação acionária, desde que não entrassem recursos do FDE. E nesta inclusão dos recursos que o FDE tem para receber da COCAMAR, essa negociação dos 25% é possível. O problema surge agora aqui em função dos acréscimos dos US$ 4 (quatro milhões de dólares). Para isso, nós colocamos algumas condições para isso. Tem que ter nova gestão na Empresa, ela vai ter que transformar-se em SA. Aí a Empresa apresentou uma proposta formal, que é o item 4 e o 5. Uma que º.. e aprovação das cartas de crédito existentes. E eles colocam como condicionantes para isso o ingresso do FDE, com a posição de 25% da COCAMAR. Eles colocam facultar ao FDE o preenchimento de uma das três Diretorias, a Financeira, com aceitação de profissionalização das demais áreas, através da contratação de executivos, especialistas no ramo têxtil e integralização dos R$600 mil, que era uma negociação onde os sócios teriam que colocar, de forma que os 27 sócios colocariam R$200 mil e R$400 mil seriam, a COCAMAR tem algum crédito de fornecimentos de Frios e esses R$400 mil integralizados pela COCAMAR, dariam os R$600 mil. Nós, com o Gabriel nós conversamos e colocamos, convencionamos da seguinte forma: integralização dos R$600 mil pelos sócios, ingresso pelo FDE como acionista em função do capital de 25% pela própria troca de créditos. Diretoria Executiva nomeada majoritariamente pelo FDE. Ao invés de uma diretoria, duas diretorias. A transformação da Empresa em SA, obrigatoriamente ela tem que se transformar em função do ingresso do FDE e com isso nós teríamos um acordo de acionistas onde dos três membros que iriam compor o Conselho, dois seriam indicados pelo FDE e um pela Empresa. Que os sócios renunciam ao direito de preferência na veda das ações que o FDE faria na seqüência e que o FDE pudesse fazer essa venda a qualquer mo-

mento. Na 5ª feira, em função disso, existe uma empresa de Apucarana, PARANÁ TEX, que ela vai fazer, o projeto chegou a uma consulta prévia aqui, ao BRDE, aonde ela vai fazer exatamente igual da TEXTILPAR, com a mesma capacidade. Então, eu entrei em contato com o Gerente da Agência, ele conversou com o pessoal e nós marcamos uma reunião para 5ª feira, com esse pessoal. Nós vamos tentar ver se eles já conseguem entrar. Então, nessa proposta aqui o que aconteceria: o FDE entraria com 25%, os sócios tem 9% do capital que eles não tem como colocar. Nesse crédito que o FDE tem poderia ser integralizado, o FDE já sai com 34% do capital. Agora, a premência disso é que nós precisamos dar uma resposta ou sim ou não no máximo hoje. Porque o pessoal está desde dezembro lá parado, sem operar, em função da falta de giro. Se nós entrarmos, tem que sair já.

Batata – Tadeu, só uma pergunta eles concordam, isso aqui é imposição ou é condição?

Elio – É condição nossa. Eles que chegaram aqui com uma negociação, até o Dr. Aldo participou em que eles concordavam que o FDE fosse gestor da Empresa desde que eles dessem as garantias que eles tem para os sócios fossem liberados também. Quer dizer, vocês estão numa situação e ainda querem impor condições. É que eu não quis colocar a palavra imposição. É condicionante, mas é imposição, nós colocamos mesmo. Agora, é a proposta que nós estamos trazendo para o Colegiado.

Batata – É a única maneira de viabilizar.

Elio – Porque se você não der os R$4 milhões aí eu sou contra. Ou nós damos todo o dinheiro que eles precisam para operar com os teares que estão prontos. Os US$ 2,6 (dois milhões e seiscentos mil dólares) que já está aprovado lá, de agosto, setembro, eles operam com 24 teares. Agora, 24 teares, o que acontecem. 50% eles jamais vão gerar recursos para colocar em dia as operações de fomento. Eles vão ficar naquele tranco o resto da vida.

Batata – É que o ponto de equilíbrio deles é 48 teares.

Elio – 48. É quanto vale a empresa. Ele colocou pra mim, diz que vale R$20 milhões. Não sei se vale aquilo lá.

Aldo – A gente não sabe o que é valor e preço.

Elio – A New Lube. Não sei se o pessoal conhece a New Lube. A New Lube nós tivemos um problema, nós entramos no projeto agora. Ele venderam a empresa, que tem um capital aí de R$5,8 (cinco milhões e oitocentos mil reais). Eles venderam 40% do capital para TRW Americana, que é o segundo maior produtor de motor do mund. Avaliação da empresa R$220 (duzentos e vinte milhões de reais). Quer dizer, o problema do valor, se você pegar e mandar um engenheiro fazer uma avaliação eu não sei se ele vai dar é o valor que ele deve para nós.

Paulo – Isso é um bom referencial.

Elio – Agora, uma avaliação pura e simples do que está lá ele pode chegar mais ou menos no valor que ele deve no próprio. Agora para fazer uma avaliação, teria que ter alguém, um perito que conheça esse mercado, não apenas o valor do imóvel, mas o que você pode fazer. Você vai ter que considerar a tecnologia que eles têm, que é uma das melhores do País. Duas ou três no País que tem a tecnologia deles. É produto deles. Deu problema no começo, não no produto, deu problema na hora deles na tinturaria. Porque ele começaram a fazer a tinturaria uma parte com uma e outra parte com outra. Começou a ter um produto com um qualidade diferente do outro. Então, o que acontece, tem uma só tinturaria que faz para eles, então tem um produto padrão. Eles não contrataram ninguém para tocar o projeto, estão com problema de administração, O que aconteceu, teve problemas sérios. Agora.

Ricardo – Então nós vamos fazer o que, chama os homens aí e vamos...

Aldo – Espera um pouquinho, deixa eu falar. Quem estava na reunião aí. O Batata.

Batata – Não, eu não estava.

Aldo – O Gabriel, na 6ª feira. Essa reunião foi convocada justamente para que eles apresentassem uma proposta válida e por coincidência e por infelicidade da Diretoria da TEXTILPAR uma hora antes tinha tido uma reunião com o pessoal da COCAMAR, que são os proprietários. E até foi bom, porque terminou a reunião da COCAMAR, A COCAMAR fez menção de sair, o Presidente disse não, espera um pouquinho que está entrando uma afiliada de vocês aí. E os diretores da COCAMAR ficaram e a TEXTILPAR começou com o gaguejo deles e acabou havendo até uma contradição, porque eles afirmaram uma coisa e depois informaram outra. Bom, eu acho o seguinte, eu li aqui o final da decisão do Banco. Eu acho que a decisão do Banco é essa mesmo, aporte de recursos mediante de determinadas condições. É assim que nós temos que agir com as empresas. Não adianta estar consultando, olha se você me der isso nós assinamos o recursos. Não. A decisão tem que ser tomada pelo Banco é essa, e querem, querem. O FDE aporta recursos desde que tenham, isso

foram palavras do Secretário Giovani né, desde que tenha Diretoria nomeada pelo Banco.

Elio – Na verdade o Secretário Giovani sempre coloca, desde que o Financeiro seja nosso.

Aldo – Não, mas nós colocamos...

Elio – Só que em função da situação da Empresa, já o retrocesso dela, não adianta colocar isso. Quer dizer, nós vamos colocar o financeiro nosso, obviamente sim. Nós iríamos escolher alguém para ir lá. Agora eu acho que a gente tem que conversar. Tem aquele Senhor que veio, que estava junto, ele é um dos consultores, ele conhece de têxtil, segundo informações da área técnica, ele conhece.

Batata – Aquele velho?

Elio – É. Ele montou o projeto. Então nós.

Gabriel – Então você está me chamando de velho, eu tenho 53 anos.

Batata – Não, ele é mais velho.

Ricardo – Você está conservado.

Elio – Eu acho que ele precisa de alguém no mercado que... Não, não ele é consultor.

Aldo – O Banco precisa de alguém que fica sentado o tempo todo lá.

Elio – Não, ele é consultor industrial. É uma boa pessoa para a gente consultar, alguém no mercado. Ele sabe onde tem alguém que conheça. Então vamos precisar de alguém que realmente conheça do mercado. Como vender e aonde vender. Senão não adianta. Não adianta rolar a Empresa se não sabe aonde vender e como vender.

Batata – Ele é embaixador no Brasil no ramo têxtil.

Elio – Ele é um expert nacional no ramo têxtil.

Aldo – Bom, então você já terminou? Está em votação.

Batata – Só que essa primeira parte é R$1,4 (um milhão e quatrocentos mil reais).

Elio – Eu já fiz a correção.

Batata – Então vocês vejam no item 4 e no item 6 aonde tem o valor, certo.

Elio – É R$1,4 (um milhão e quatrocentos mil reais).

Aldo – Então a proposta apresentada pela Empresa é uma.

Elio – Não, não é que ali em cima.

Batata – Foi um erro.

Elio – É que ali em cima é R$1,4 (um milhão e quatrocentos mil reais). Na verdade Dr. Aldo é R$4 milhões de reais Dr. Aldo, R$2 milhões já está aprovado desde agosto, setembro.

Paulo – Posso fazer umas perguntas de esclarecimento. Eu sou meio leigo nisso ai.

Aldo – Sim Senhor, por favor.

Paulo – Quem seriam esses diretores executivos a serem nomeados pelo FDE?

Elio – Veja bem, nós na verdade vamos pegar um financeiro. Esse vai ser nosso, pode ser alguém do Banco, aposentado, alguém que nós conhecemos. Os outros dois, o Comercial, Industrial, tem um Senhor que...

Paulo – Quer dizer, esse processo aqui, já que nós vamos ser donos...

Elio – É um processo como na AVÍCOLA FELIPE onde está o Gil lá na AVÍCOLA FELIPE. Ele nos passa um relatório a cada 60 dias.

Paulo – Funcionários do Banco podem ser membros desse Conselho.

Aldo – Pode.

Paulo – Eu sou candidato.

Elio – Provavelmente nós vamos colocar dois funcionários do Banco. Pode, porque veja bem a indicação vai ser feita por parte do próprio FDE e o gestor do FDE é o Banco.

Batata – Claro.

Paulo – Avisa o FDE que eu sou candidato a esse Conselho.

Marquesini – Pode vir no futuro a ser Diretor Industrial.

Paulo – Você sabe tem que estar com a empregabilidade meio esperto. Não sabemos o dia de amanhã.

Gabriel – Entrar o Banco Central aí.

Aldo – Terminou. Então está em votação a proposição da Diretoria do Elio Panato com relação à TEXTILPAR. Os Senhores estão de acordo, eu gostaria que prestassem muita atenção nas condicionantes do Banco. Tem que ser bem claro, por favor que essas condicionantes sejam respeitadas, que constem em Ata claramente: Integralização dos R$600 mil, ingresso do FDE como acionista, a diretoria executiva nomeada majoritariamente pelo FDE, transformação da Empresa em Sociedade Anônima, e assim por diante. OK? DIROP, Diretoria de operações, URBAMAR.

Batata – Vamos lá URBAMAR.

Elio – O Batata, só uma questão. Dr. Aldo, na reunião anterior foi colocado de que o Banco não poderia renovar cartas de crédito em função do FDE e pode. Mesmo o FDE sendo sócio.

Paulo – É, isso o Alaor tinha falado.

Elio – Que não poderia. Que não poderia com o FDE, teria que liquidar. O Banco pode fazer isso. Em função da 2461 quando ele fala em algumas ex-

ceções e exceções estarem em avais, fiança e garantia. E no caso acarta de crédito estar como garantia.

Batata – Então vamos lá. A URBAMAR, Urbanização de Maringá, Empresa ligada à Prefeitura Municipal. Ontem nós passamos até no Comitê e surgiu aquele, um impasse aí, se pode ou não pode fazer. Na realidade o Banco pode fazer financiamento. Esse aqui logicamente entra como endividarnento público. O que ele não pode fazer é financiarnento direto das empresas do Estado, logicamente com exceção da COPEL, da SANEPAR, que elas têm recebíveis. Não pode para a CELEPAR; nós temos financiamentos da CELEPAR, e informamos não pode. Mas com a SERCOMTEL em Londrina, sem problema nenhum. Com as Prefeitura são ARO e logicamente nós temos que ter limite. Hoje nós não temos limite. A não ser que a Diretoria de Controle fale, olha você tem tanto de limite, na época nós tínhamos esse limite, foi feito, foi comunicado o Banco Central, sem problema nenhum de empecilho. Ela deve para nós de financiamento na Carteira Comercial R$6.745 milhões, que hoje está um pouquinho até maior. É os avalistas da operação é o Jaime de Moraes Zanoto, é o Prefeito Municipal e o Luiz Antonio Pauli, que é o Secretário da Fazenda e Adriano José Valente, que não sei se os Senhores conhecem também, que é da URBAMAR. Na realidade eles queriam tirar os nomes deles de aval aí. Até eu avisei o Presidente, o Presidente falou não pode tirar os nomes deles, daí fica mais complicado. Garantia proposta penhor de máquinas e equipamentos 100% do valor da operação. Apesar de que fica difícil dimensionar isso aí, por acho até que a máquina não vale 100%, mas é o que eles têm. Hipoteca de lote térreo urbano avaliado em R$1.768 milhões. Então veja bem, a agência eu até vou ver aqui: "Considerando que as previsões de entradas de recursos liquidação da presente operação vão ser confirmadas, recursos anteriormente liberados se destinam à continuidade do novo centro de Maringá, e parte da operação destinou-se à liquidação do ECC vencido e mais parcela de operação do BNDES. A presente operação possui garantias na área de penhor mercantil de máquinas e veículos. Terceira prestadora da garantia, cujos bens segundo garantidores possui valor de mercado em torno de R$6 milhões, sendo que não possuindo condições técnicas de ratificar tal cotação passo os seguintes itens em garantia. E a presente operação conta ainda com avais, já falei. Salientamos ainda que o valor ora proposto se originou através de repactuação de taxas anteriormente contratada de 4,5%. Essa operação estava com taxa de 4,5%, aí nós recalculamos em 3,5% para eles darem esse imóvel de um milhão e pouco. Conforme autorização do Comitê, de 29.10.97, mediante inclusão de garantia hipotecária de lote térreo urbano nº 3, quadra... avaliado com área de 9.437. É esse aí que a gente apresentou aí, que é avaliado em R$1.768 milhões. Consta ainda na proposta devedora amortização de R$800 no SCO vencido, tendo em vista que a previsão de entrada de recursos não se confirmaram. A proponente nos solicitou amortização de R$700 mil, que é total dos recursos hoje disponíveis, recursos esses que já estão à disposição do BANESTADO, que já foi amortizado inclusive na conta. Com relação à operação do fomento do BNDES, com juros vencidos, que é mais um provérbio. A Empresa propõe que seja renegociada mediante procuração de valor vencido no fluxo normal a ser cotado, proposta esta que estão encaminhando nesta data ao DEODE nesta data para análise de viabilidade. Comitê de Crédito da Agência Maringá Centro, Parecer Favorável. A gente condicionando amortização de R$700 mil, inclusão de garantia hipotecária conforme descrito, manter as atuais garantias e pelos avais. Solicitamos também homologação do prazo para 180 dias, tendo em vista que o sistema não acata prazo menor. Parecer da Superintendência Maringá é: Baixa da responsabilidade, penhor de 100% máquinas e equipamentos, amortização de R$700 mil. A Mesa de Negócios, na realidade nós estamos aí autorizando R$5.460 milhões, que é o valor líquido, que fica na realidade, descontando os R$700 mil. Eles tinham proposto também taxa de 3% ao mês, prazo de 180 dias, manutenção das garantias do contrato anterior: penhor de veículos, de máquinas e equipamentos mais hipoteca de 1º grau, baixa do ECC... Só que aí, veja bem, a nossa Mesa de Negócios botou taxa de 4%, mas eles querem 3%. Se a gente autorizar 4% vai ter que voltar novamente essa proposta aqui. Concorda comigo, é por isso que Dr. Aldo, eu quero até parabenizar, tem que botar duas ou três pessoas mesmo, decidir os três ali, porque se nós ficarmos brigando por uma taxa de juros não chegamos a lugar nenhum nunca. Eu acho que nós temos que fazer na taxa de 3%. 3% é uma taxa, TBF mais 0,80.

Aldo – Se tivesse o Alaor aqui.

Batata – Ah, não ia dar certo.

Aldo – Ele está tomando a 2,7%

Batata – Eu falei para ele. Ontem, por exemplo, ele participou do Comitê, e eu vou dizer uma coisa sinceramente, as operações em Ser e as CL/CCP,

se nós não fizermos como o mercado nós não vamos receber e nem renegociar nunca. Beleza então?

Aldo – Beleza não. Beleza não põe feijão na mesa.

Ricardo – Maravilha, maravilha.

Aldo – Alegria.

Batata – A gente está baixando R$700 mil e a Prefeitura Municipal de Maringá está passando por uma situação até meio difícil.

Ricardo – Ah, nada. Isso é tudo maravilha. Morreu atropelado.

Aldo – Ok. Tem mais uma, Diretoria de Operações, DIROP.

Batata – Tem. CIDADELA. Olha aqui. Essa aqui já foi autorizada em outubro de 1997 e até hoje não se concretizou porque primeiro era 150% de garantia, depois foi feita uma carta para 120%, autorizando 120%. Depois tinham alguns imóveis que eles tinham que vender, depois foram feitas umas dez mudanças. Então eles voltaram novamente agora e eles queriam TR seca. Fizeram uma carta para nós. Aí chamamos novamente, veio os Diretores aí, conversaram com o pessoal do Banco, com o Presidente, com o Vice-Presidente, conversaram com o Alaor, voltaram, conversaram comigo, e na realidade o que eles querem hoje. Eles querem um prazo de 48 meses, carência de 12 meses e taxa de TBF seca. É, nesse, são R$8.893 milhões. Isso aí é o valor de recálculo lá atrás, tá? Então tem um parecer da Agência Murici, inclusive o Baiano colocou um parecer muito bem feito. Geração de recursos para liquidação, recebíveis em equação no fluxo de caixa da Empresa, conforme levantamento solicitado. Negociação de recíprocas: aquisição de 0,50% da operação em ações manutenção dos ATERROS CIDADELA CONSÓRCIOS. Hipoteca e recebíveis: Outras considerações: Após diversas tentativas de negociações, renegociações nos últimos 6 meses a Empresa em 16.02.98 enviou-nos correspondência endereçada à Diretoria Comercial cancelando a proposta até então formulada propondo nova renegociação, proposta esta não aceita devida às condicionantes gerais terem sido bastante alteradas vindo a culminar desfavoravelmente para a nossa Instituição. Novamente em 05.03.98 a CIDADELA, representada pelo Senhor Günter, Diretor-Presidente do Grupo, enviou nova proposta à Diretoria Comercial e repassou à Agência Murici, onde aborda o seguinte parâmetro: Data-base 23.12, R$8.893 milhões, prazo de 48 meses, carência de 12 meses, descontada a data de 23.12., taxa TBF seca. Garantia: Hipoteca, que totaliza o valor de R$3.735 milhões mais recebíveis no valor de R$3.064 milhões, vencíveis no período de janeiro de 99 a dezembro do ano de 2001 e que o diferencial da garantia à base de 1,2 (um ponto dois) do total de R$3.872 milhões será complementado no decorrer da carência seja em hipoteca ou recebíveis. Para conhecimento dos comitês superiores, informamos que as responsabilidades contempladas na composição da dívida proposta são as seguintes: R$2,3 (dois milhões e trezentos mil reais) vencidos. Então tem a discriminação de tudo vencido na CIDADELA e na INVESTIMENTOS E EMPREENCIMENTOS IMOBILIÁRIOS, a soma dos valores perfazem o montante de R$8.893 milhões, representado pelo saldo devedor dos contratos objeto da composição de dívida e recalculada à taxa de TBF mais 0,80% até a data de 23.12. Baseados nos indicadores atuais de passivos da proponente fica claro que o BANESTADO não terá o retorno dos ativos alocados na Empresa a curto prazo. O quadro atual é totalmente desfavorável ao Banco pelas garantias existentes e pela forma de capacidade de pagamento atual do Grupo. Os fatores desfavoráveis são relevantes, pois superam na totalidade os dispositivos, acredito que a decisão de qualquer pedido judicial o prejuízo praticamente seria de risco total, tendo em vista a fragilidade da garantia NPs. Na atual circunstância não vejo outra saída senão a composição, mesmo porque com o reforço dessas garantias hipoteca e recebíveis estaríamos melhores respaldados em futuro inadimplemento por parte da CIDADELA caso ocorra. Reafirmamos que a atual situação da CIDADELA reflete total fragilidade financeira talvez não comportando mais medidas de caráter protelatório. Quero lembrar que as garantias existentes são deficitárias. Pronuncio favorável desde que as garantias hipotecárias sejam em 1º grau e que tenham laudo técnico desse valores homologados pela DIRAD. As garantias de recebíveis sejam analisadas por advogado, que já viu isso também. As garantias a serem contempladas 1,2 (um ponto dois) possui instrumento jurídico na escritura ao aditivo da cláusula que contemple a obrigatoriedade pela CIDADELA. Na realidade eles já assinaram até essa escritura aí que eles têm, na reunião anterior, da aprovação anterior. Que o período de carência de 12 meses passe ser amortizado mensalmente, mas mensalmente a empresa não tem como pagar, talvez semestralmente, ou trimestralmente, né. Porque ele diz o seguinte, se não pagar durante 12 meses a garantia já nós perdemos no R$1.715 milhões, que a taxa é de TBF mais 0,80%. Esse é o parecer da Agência. Isenção da TAC, tá, então o Baiano e todo o pessoal

dele. E Comitê da SUREG ratificou também o parecer da Agência. Mesa de Negócios, submeter à apreciação e decisão com o nosso parecer favorável, condicionando a baixa da responsabilidade e os valores calculados até 23.12. data em que deverá retroagir pela implantação caso a presente proposta seja aprovada. A diferença entre o saldo atual e o valor proposto deverá ser estornada em renda na própria Agência. Rege efetiva a constituição de garantia com acompanhamento jurídico, devendo a hipotecária ser em 1º grau BANESTADO e os recebíveis devidamente custodiados e adotados os procedimentos colocados pela Agência. As garantias a serem complementadas devem constar em cláusula específica na escritura pública, assegurando a obrigatoriedade pela proponente compor essa diferença no período de carência. Então, o que ele quer: como ele não tem todo esse valor de recebíveis e hipoteca, ele quer que durante o período de carência, isso constando logicamente na escritura, ele compõe os 120% da garantia. A Mesa botou a taxa de TBF mais 0,5% conforme as praticadas em operações dívida. Porque ele botaram TBF mais 0,5%, porque as instruções hoje dizem TBF mais 0,5% é que existem dentro da Rede, a taxa mínima. A Empresa na realidade queria TR. Ela tem uma carta aqui conosco. Ela queria, só para vocês terem uma idéia, a carta deles está aqui conosco. Eles queriam 7 anos de prazo, 24 meses de carência, taxa de 1% e TR, garantia hipotecária de 1.2.

Gabriel – Mas essa proposta já foi.

Batata – Foi aceita TBF seca.

Gabriel – TBF seca e todas essas condicionante aceitas. Veja, agora só a título de comentário, eu não estou presidindo. Essa aqui URBAMAR por exemplo, quando era o débito total. Essa negociação aqui de R$6 milhões, isso aqui está em provisão, está em Crédito em Liquidação.

Batata – Está naquele bolo total.

Gabriel – Pois é, já vai sair. Essa aqui é a mesma coisa. É isso que nós temos que fazer, soma esses dois aqui e dá R$20 milhões.

Ricardo – E tem uma coisa, eu vou buscar o Rachedinho, porque fui eu que fui convencer ele para o Batata. Propôs TBF seca ele não quis aceitar. E vou atrás do Rached para explicar: a DM fez, eu falei para ele você vai ter que fazer também.

Gabriel – Pois é, só esses dois dá R$20 milhões.

Batata – Ele esteve conversando ontem, eu chamei até o Rached, o Luiz Sérgio, o Mauro, a gente conversou entre nós, ele que TR.

Gabriel – Esses dois aqui não adianta ordem judicial, aí vai ter que entrar Crédito em Liquidação mesmo, se não vai sair nunca da conta. E é uma expectativa, quer dizer eu imagino que eles vão cumprir.

Ricardo – Não, esses não tem problema.

Gabriel – Você conhece bem eles.

Ricardo – No Crédito Imobiliário eles estão pagando uma média de R$800 milhões por mês.

Gabriel – Infelizmente nós temos que ceder nós somos reféns dos devedores. Essa é a grande realidade.

Ricardo – De todos, sem exceção.

Gabriel – De todos, exatamente. Então, aqui já baixou R$20 milhões. Ontem depois do Comitê nós estávamos conversando, e o Luiz Sérgio, Gerente de Divisão do Batata, falou olha eu tenho certeza que esse número que nós temos, o Marquesini ouviu, baixa bastante, vai para duzentos e poucos milhões, o que é realmente problemático. O resto são coisas que, tem operações que Ricardo foi feito mês passado no Câmbio que está em provisão para Crédito em Liquidação.

Ricardo – Só para dar um exemplo, a CIDADELA vai para CL aqui, paga direitinho na Crédito Imobiliário.

Gabriel – Pois é, então.

Ricardo – E vai sobra, vai sobrar muita unidade para ela pagar aqui.

Batata – Vou fazer uma observação. Ele acertou com o Banco Boa Vista a variação cambial + 1,09%, taxa efetiva 1,66%, tem cópia aqui, se vocês quiserem olhar, com a Caixa Econômica Federal a TR + 0,72%, que dá 1,03% e com o HSBC TR + 1%, que dá 1,36%.

Aldo – Foi confirmado com os Bancos?

Batata – Está aqui, cópia.

Aldo – Não, não, foi confirmado com os Bancos?

Batata – Tem contrato dos contratos com o Boa Vista.

Gabriel – Ele aceita TBF. TBF deve dar 2,40%.

Batata – Na realidade o Alfredo não aceitava, mas a Caixa Econômica Federal o Diretor da Empresa diz que não queria brigar.

Ricardo – Viu, Batata eu só queria que você colocasse ali, eu acho que encargos mensais vai ser meio difícil de pagar.

Batata – Mensais, eu acho que trimestral ele tem condições de pagar tranqüilo. O importante é ele nos pagar os juros no primeiro ano, eu acho que ele.

Ricardo – Deixe eu fazer, eu entreguei para vocês todos aqui.

Gabriel – Só um minutinho, o Dr. Aldo vai colocar em cotação para ver se está aprovada a proposta da CIDADELA.

Aldo – Eu já tinha lido a proposta da CIDADELA. Eu acho que sempre em relação a esse tipo de proposta, eu sou favorável por, você acabou de falar, se nós não fizermos, não limpar isso, nós não vamos acabar nunca. Não sei se o Dr. Paulo concorda. O Dr. Paulo sempre tem um ponto de vista.

Paulo – Não eu concordo, nós já estivemos negociando as avaliações a 4 meses atrás, demos um aperto lá.

Batata – Dr. Aldo, deixa eu fazer uma observação. O que acontece. A Empresa propõe TR + 1%. Aí vem aqui, ou vai no Comitê I, não dá unanimidade por causa da taxa. Volta. Aí só na outra semana. Aí você conversa de novo. Aí aceita 1,5%. Ai não dá, aí tem que ser 1,6%. Você entendeu, você não chega a um consenso. Por isso que tem que ter duas pessoas com carta branca para negociar, três pessoas para resolver esse problema. Porque você veja bem, isso aqui foi aprovado em outubro e até hoje não se concretizou, e o Banco tem que fazer outra coisa também. A taxa é essa, a taxa é essa. Caso contrário executa, tem que tomar uma posição nesse sentido, se não daqui 2 meses, daqui 3 meses, passou 6 meses, o Banco não tomou medida judicial.

Ricardo – É que ontem eu não pude vir, a semana passada teve uma empresa lá, dificuldade eu fui, liguei para o Itaú, peguei o Baianinho liguei, está fechado, fez uma proposta. Não, não, é isso aqui, isso aqui eu não quero. Eu faço, mas deve na Carteira Comercial do Banco, devo. Então você vai pagar a Carteira, embuti tudo. Está resolvido, está batendo o contrato lá já.

Gabriel – E já estava em provisão. Baixou mais isso.

Ricardo – Bom, você viram a cartinha que eu fiz, né?

Gabriel – Ok então Dr. Aldo.

Aldo – A proposta está em votação.

Marquesini – Dentro da renegociação considera-se somente a Carteira Comercial?

Batata – É que as outras é que ele está pagando em dia.

Aldo – Mas a outra ele só tem..

Batata – Mas Leasing a gente está olhando viu Marquesini. Eles estão pagando porque senão toma a máquina. Alias todas as negociações, hoje por exemplo eu atendi um cidadão, eu até pedi pra conversar com você, ele disse não Batata eu já fui conversar, lá de Francisco Beltrão ele deve um milhão e cassetada, PAVIMAR. Estiveram comigo e acertaram. Eu disse não tem problema, nós acertamos leasing, nós acertamos tudo. Tenho uns amigos meus, mas eu acho que ele foi lá com o Paulinho, eu já tinha indicado a uma hora pra ele.

Ricardo – Então eu quero que vocês dêem uma olhadinha aí na cartinha que eu passei para vocês.

Batata – Então está aprovada a operação com a, taxa então TPF seca, juros trimestral na carência né?

Ricardo – O Galvão eu acho que precisa da tua ajuda lá eu acho que já estão imprimindo.

Marquesini – O Dr. Ricardo observou, a taxa TBF mais 05% ou só TBF?

Ricardo – TBF seca a proposta. Bom essa cartinha aqui é uma idéia que nós tivemos junto com a CAPITALIZA de dar prêmio para todos os mutuários que estiverem em dia. Então nós bolamos uma carta, foi pedido autorização para a SUSEP, que nós vamos iniciar agora dia 04 de abril o sorteio. As cartas já devem estar sendo emitidas pela DINFO, já devem estar indo as cartas, eu acho que mais uns três ou quatro dias ela está indo. Então isso aqui é um sorteio. Nós vamos dar o prêmio ao mutuário que estiver em dia com a prestação. E o Aldo lembrou bem, se isso aqui der certo, houver uma resposta, nós estendemos ao CDC, inclusive talvez, acho que até a Leasing, tem muita coisa pequena lá.

Aldo – Porque hoje pagar em dia, antigamente era uma obrigação, hoje é uma retribuição, uma exceção.

Ricardo – Sabe o que é que eu vou fazer Aldo, eu vou, eu acho que isto tem. Porra, nós temos que por, eu não vou fazer uma propaganda mas no jornal tem que por, na televisão tem que por lá uma entrevista e dizer: olha, o BANESTADO inova, lança, vai dar prêmio para os mutuários que pagarem em dia. Então Galvão...

Aldo – Será que a legislação do Banco Central, normas não vedam?

Ricardo – Isso não, a Caixa.

Aldo – A Caixa Faz?

Ricardo – Não, a Caixa inventou de fazer e até hoje não lançou, porque são mais mole né? Ela não tinha autorização da SUSEP e tudo. Então só depende do Galvão chegar as cartas o mais rápido possível.

Aldo – Todos leram aqui o?

Paulo – Eu achei uma ótima idéia.

Ricardo – É vamos ver o resultado nós fizemos um pouquinho pra não, quatro sorteios, não é, prá ver. Se dá certo, se der certo nós podemos estender principalmente a idéia do Aldo para o CDC né.

Aldo – CDC e..

Paulo – Tem mais uma idéia que está andando aí é aquela que você a tempos aí, que fazer sorteios na loteria estadual.

Ricardo – Não essa idéia, isso aí não é idéia, isso aí eu fiz 83 né Paulinho?

Paulo – Que dá aos imóveis do Banco.

Ricardo – Isso eu fiz em 83, eu vendi imóveis para a Loteria, até ele me procurou lá no Palácio eu digo da minha parte não tem problema vamos tocar o "pau", e também não acho que tem problema com o Tribunal de Contas.

Paulo – Não, não tem. E já foi contornado isso porque vai sair, sairia com a portaria.

Ricardo – Porque você vai vender do Estado e...

Aldo – Porque não faz isso logo?

Ricardo – Não, isso eu fiz em 83, eles pegaram lá a idéia antiga, voltaram. Então eles compram imóvel, nosso apartamento e depois eles sorteiam como prêmio. Inclusive já tem um predinho novinho ali pra vender, 19 apartamentos.

Paulo – Como é, do Pessoa?

Ricardo – Pessoa. Então não precisa avalista, não precisa. Arruma um parecer que não precisa, já vamos conversar com ele, já vamos vender uns 10 numa pancada só.

Paulo – O Odair está vendo isso aí, via Capitaliza.

Aldo – Temos mais alguma coisa de extra-pauta? Algum Diretor tem alguma.

Paulo – Eu tenho, tenho dois...

Aldo – Não, então antes eu gostaria de passar a palavra para o Diretor da Leasing, tem alguma informação a respeito daquilo que a gente decidiu?

Marquesini – Bom Dr. Aldo.

Aldo – Dentro da idéia da transformação imediata da Leasing em Carteira do Banco, depois nós solicitamos ao Dr. Marquesini que fizesse aqui uma rápida exposição dos bens da Leasing, para ver o que pode, de que maneira vai abater a dívida das Leasing perante o Banco e a opinião dele com relação a essa, que você acha. Eu peço a atenção dos Senhores Diretores.

Sérgio – Com relação a esta solicitação do Dr. Aldo, eu faço uma exposição, e peço desculpa Dr. Aldo porque eu fui apanhado assim na rapidez.

Aldo – Não, não desde o início do processo, está liberado depois nós vamos a fundo.

Marquesini – Bom, isso para os Diretores tomar conhecimento de uma realidade da Empresa. Hoje a Banestado Leasing tem um Capital Social de R$168 milhões de reais de Capital Social. Desse Capital Social de R$168 milhões de reais, nós devemos fechar o Balanço, que não está fechado ainda o Balanço de dezembro com um Patrimônio Liquido de R$16.350 milhões, em números arredondados, sendo que deste Patrimônio Liquido, só entre dezembro de 1996 a setembro de 1997 foi feito um aporte de capital de R$120 milhões de reais por parte do Banco. Isto prá cobrir prejuízos acumulados de R$151milhões de reais, sendo que desses R$151milhões, só no exercício de 97 representa quase R$97 milhões de reais, ou seja, devemos fechar o exercício de 97 com aproximadamente R$97 milhões de reais de prejuízo. Nós temos uma Carteira cujo valor presente, hoje puxando o valor presente, ela soma R$488 milhões de reais e disto podemos dizer que nós temos saldos devedores de operações em curso normal de R$177 milhões de reais, que são 5.583 contratos. Saldo devedor em atraso até 60 dias R$57 milhões de reais são 603 contratos e saldos devedor já lançados em Crédito Liquidação, 1.881 contratos que somam R$253 milhões e temos uma provisão para prazo em Crédito Liquidação da ordem de R$300 milhões de reais. Bom, desses números podemos dizer, temos em curso normal e atraso R$220 milhões de reais, se recebermos o que está em curso normal, que está atrasado nós recebemos R$220 milhões de reais e aí R$253 milhões de reais para se fazer o trabalho de recuperação de CL. Dessa recuperação de CL, torna-se extremamente difícil, dizer, quanto se pode receber, porque a Leasing tem uma característica diferente da Carteira Comercial. A Leasing tem a garantia do bem que enquanto um lado a gente sofre a depreciação por outro lado o saldo devedor é corrigido. E na hora em que você executa um indivíduo, ou na hora em que se apresenta pra fazer uma composição, é o drama. Eu tenho o bem, eu tenho o saldo devedor de R$100 milhões de reais e tenho um bem que vale R$10 milhões de reais, e com uma situação pior ainda, situação pior porque aqui na hora que eu tenho o arrendamento eu tenho lá um elemento que se chama VRG, que é o Valor Mínimo de Resgate, esse valor ele temem promove desajustes na Contabilidade da Empresa porque esse Valor Residual em Garantido, as vezes o arrendatário resolve chegar e não exercer a opção de compra. Não exercendo a opção de com-

pra, pelas cláusulas contratuais, o que é que eu tenho que fazer, eu tenho que ver o bem e vender esse bem, se o valor do bem superar o Valor Residual Garantido, eu tenho que devolver pra ele a diferença. Se for inferior ele tem que me pagar, aí é que é aquela questão né? Se ele me deve de valor residual R$100 milhões de reais, me entregou o bem, eu vendi R$10 milhões de reais. Ele me deve R$90 milhões de reais. Aí eu não tenho garantia e nada, tenho que executar ele prá cobrar. Então é uma situação extremamente complicada que nos leva a ter que pensar e muito quais serão os impactos Dr. Aldo que trará para o Banco esta incorporação da Carteira. Sabe? Porque se formos falar, nós vamos trazer um Ativo e Passivo num determinado valo, só que o Ativo poderá não corresponder esse Passivo, porque os valores residuais estarão lá em baixo. Os valores das garantias.

Paulo – Uma pequena observação. Sobre o estudo a princípio organizacional está pronto e que as alternativas também já foram vistas. Segundo nós já consultamos a Controladoria, poderia internar no Banco como Carteira, mas a área Administrativa, Patrimonial e tal, mas essa vinda Patrimonial para o Banco é totalmente lesiva.

Gabriel – Traz a Leasing, eu entendo o seguinte, transformar a Leasing em Carteira não é, tem que resolver os problemas do passado, mas ela passar a operar daqui pra frente como Carteira do Banco.

Marquesini – Aí que está o problema Dr. Gabriel.

Gabriel – Aquilo que ela tem...

Marquesini – Como Carteira, como Carteira...

Gabriel – Porque vai ser mantida a Empresa Mercantil.

Gabriel – Mas como Carteia o Banco terá que absorvê-la e extinguir a Razão Social.

Paulo – Exatamente

Gabriel – Porque?

Marquesini – Porque sim.

Gabriel – Não fez isso com a Crédito Imobiliário!

Marquesini – Mas ela é uma Carteira.

Gabriel – Não fez isso com a Crédito Imobiliário

Paulo – Fez, fez com a Crédito Imobiliário. Não fez com a BISA.

Marquesini – Mas fez hoje não tem, hoje a Crédito Imobiliário hoje ela não é uma Empresa independente .

Paulo – Não, ela é uma Diretoria.

Marquesini – Ela não é uma Empresa com personalidade jurídica independente.

Gabriel – Bom, eu não sei, o Ricardo está aí...

Marquesini – Não, não é não.

Paulo – Não é não.

Gabriel – Eu acho que, não sei isso cabe ao jurídico analisar.

Marquesini – Sim. Então eu acho que tem esses aspectos que tem que ser muito bem ponderados e avaliar também aspectos estratégicos Dr. Aldo, como por exemplo...

Gabriel – Mas dentro do Projeto de Saneamento, desculpa, dentro do Projeto de Saneamento não está os R$400 milhões de reais da Leasing?

Marquesini – Eu desconheço o número, eu desconheço.

Gabriel – Não, configura esses R$400 milhões de reais

Marquesini – O que se fala dos R$400 milhões da Leasing, é um CDI que o Banco do Estado do Paraná tem, a Leasing tem tomado com o BANESTADO R$451.650.000,00.

Aldo – Eu li outro dia de manhã que era R$461.000.000,00.

Marquesini – Por favor eu peço desculpa porque esses dados aqui são de dezembro. Eu estou falando de dezembro porque eu não tenho fechado o mês de janeiro nem fevereiro. Então e disto nós temos aplicados no BANESTADO R$177milhões de reais, quer dizer, que então não é os R$400 milhões é R$274 milhões, o que já não resolve não diminuir. Então essa posição, são os números que nós poderemos dizer contábeis. Agora, Dr. Aldo, tem um outro aspecto sim, porque aí é difícil dizer com relação aos bens, o quanto que isso representaria. Bom, então eu diria assim hoje: bens disponíveis e indisponíveis que a Leasing tem arrecadado pra si através das ações executadas ou através daquelas vamos dizer, dações em pagamento, enfim. Nós temos, valores disponíveis para vender R$3,6 milhões correspondentes números de avaliação R$3,632 milhões. Indisponíveis R$20 milhões. Então na relação do nosso Passivo esse Ativo aí é mínimo e destes R$20 milhões correspondem em veículos e afins a metade R$9,2 milhões e R$10,8 milhões em imóveis.

Paulo – E com ações judiciais aí, busca e apreensão documentação etc.

Marquesini – Ações judiciais, documentação, completa ações de revisão enfim. Dessas situações que nós colocamos de R$20 milhões no total, de

imóveis indisponíveis nós temos, veículos cuja documentação está em nome de terceiros, impedimento judicial R$422 mil correspondente a veículos em uso, tanto da Leasing como do Banco do Estado. Nós temos aí uma frota praticamente colocada a disposição do Banco, sinistrado de R$2,6 milhões aí sim, R$2,699 milhões, que nós não temos registro ou a BLAM não tem registro.

Gabriel – Aonde estão esses veículos?

Marquesini – O que é que acontece por estarem indisponíveis?

Gabriel – Pra vender. Os veículos estão, são de posse.

Marquesini – Tá, então estamos num processo de levantamento, nós temos hoje em termos de veículos e afins, que são tratores implementos e equipamentos, nós temos indisponíveis 656 itens, que estão nesta situação. E aí sim com relação a equipamentos, máquinas, assim equipamentos diretos, tornos essas bugigangaradas, não sabemos "niente". Mostro aqui para o Senhores terem, eu mandei fazer um levantamento e documentei através de fotografias em todos os depósitos que nós temos. Aí Dr. Aldo e Senhores Diretores, cabe aqui uma defesa para que a Leasing também não seja colocada como a responsável única sabe? Ou seja, por exemplo, eu mostro para os Senhores, se alguém sabe identificar que equipamento é esse e depois de identificar esse equipamento, para que é que ele serve.

Aldo – É um bem ajuizado.

Marquesini – É um bem que foi feita uma operação de Leasing, não pagaram, foi gasto dinheiro para reintegrar, foi gasto dinheiro pra remover, está depositado, guardadinho num armazém coberto, que hoje não sabemos de quem nós pegamos, por quanto nós pegamos e que não tem valor pra venda. Este é um exemplo.

Gabriel – Brincadeira. Isto até que parece do troço de tudo por dinheiro, que apito é esse? Que som é esse? Vai se saber, isso não dá pra saber.

Marquesini – Ente é um dos exemplos. Se os Senhores pegarem esse book aí.

Gabriel – Pode ser que o Paulo pelo fato de ser do Administrativo do Banco e que tem vivência em equipamentos,

Paulo – PHD em magia.

Marquesini – Mas o Senhor está sem turbante aqui hoje, o Senhor não vai identificar.

Gabriel – Não há como identificar isso daí.

Paulo – Olha, isso aí é o mesmo caso, uma vez uma empresa insistiu aqui um ano e pouco atras queria dar como garantia um, era uma operação de leasing, queria dar como garantia um conjunto de britagem.

Batata – Só vale se estiver instalado.

Paulo – Não que vale ou que não vale porque o dia que você não pagar eu vou ter que desmontar aquilo e vai valer 10% do contrato, do preço porque vai vender como peso de sucata.

Aldo – Parece um distufra, como é que é? Distrufragador de vertuges. (risos, muitos risos)

Marquesini – É isso mesmo.

Paulo – Distrufragador de virtuges

Aldo – Distrufragador, até hoje ninguém sabe o que é isso.

Marquesini – Isso aí é um tear, isto é um tear, quer dizer, era um tear cujo os pinos deste tear foi mostrado ali são palitos de sorvetes, está ali documentado, documentado, palito de sorvete, cuja engrenagem de movimentação está ali são duas coroas de bicicletas.

Gabriel – Isto estava em perfeitas operação?

Marquesini – Foi feita uma operação de leasing.

Aldo – Deixa eu só fazer uma pergunta. Foi feito um levantamento pela Auditoria nos últimos tempos, qual é o último Relatório da Auditoria que foi feito na Leasing?

Marquesini – O último de Auditoria feito na Leasing Dr. Aldo foi essa auditoria vamos dizer que culminou com a verificação dos processos de operaçõ-es que acabaram impugnando aquelas ações. Então a Auditoria praticamente centralizou o seu trabalho em 26 Empresas, em operações realizadas em 26 Empresas. Então, então isto está em poder da Auditoria, já foram colocados ao conhecimento e aí foram feitos os levantamentos das irregularidade internas

Aldo – Não, nós não queremos saber das irregularidades agora, mas assim o levantamento da Auditoria com relação a esses bens, está aprovado. Isto é um relatório Gerencial.

Marquesini – Não tem.

Aldo – Não tem.

Marquesini – O único é esse trabalho aí.

Aldo – O trabalho feito lá na sua área, Dr. Paulo Krüger sobre a condição da Leasing, tem um trabalho feito não tem?

Paulo – Tem, tem várias alternativas lá.

Aldo Tem?

Paulo Tem.

Aldo – Então quem é que está fazendo isso?

Paulo – Está pronto isso, não está fazendo está pronto, foi apresentado numa Reunião do Conselho da Leasing ano passado isso.

Aldo – Pois é, então não poderia requentar esse trabalho?

Paulo – Sim trazemos aqui.

Aldo Não Aqui não, fazemos já o pessoal trabalhar como Shapo

Paulo – Naquelas propostas que nós temos com o Senhor lá, como diz lá, aquilo está pronto, eu disse pra vocês que tem coisas que estão prontas, não precisa destacar alguém para fazer.

Aldo – Eu queria que o Senhor destacasse isso daí e a pessoa que montou isso acertasse com o Shapo para dar uma examinada.

Paulo – Com certeza

Aldo – Está bom?

Paulo – Eu só quero adiantar que essa incorporação única é danosa para o Banco eu já falei várias vezes isso aí.

Aldo – Nós temos que trazer esse trabalho e mostrar ao Presidente se é danosa ou sim ou não. tá bom?

Marquesini – Ela vai trazer impactos por exemplo com relação ao Acordo de Basiléia, porque serão mais R$500 milhões de operações.

Aldo – Nós precisamos um documento que seja bem claro com relação a isso.

Paulo – Sem dúvida Dr. Aldo.

Aldo – Alguém mais tem alguma coisa?

Paulo – Eu queria fazer uma observação depois sobre isso aqui.

Aldo – Quem mais tem algo da reunião de hoje? Não? Dr. Paulo Krüger a sua observação hoje?

Paulo – Eu quero duas observações.

Aldo – Então por favor faça.

Paulo – Rapidinho. É foi bom ter lembrado aqui, eu acho que o Batata falou. Nós escutamos de alguns Regionais na semana passada aí que eles não iriam disponibilizar, não precisavam mais fazer Qualidade no Banco participar do Projeto de Qualidade, que não era mais prioridade da Diretoria. Então eu fiquei bastante chateado porque o Regional falou o seguinte: não agora eu quero recuperar crédito, não vou me preocupar com esse troço aí de Qualidade porque não precisa mais.

Galvão – Prioridade do mundo.

Paulo – Quer dizer, o nanismo.

Aldo – Quem foi que falou?

Paulo – Não, eu prefiro eticamente não declinar nome Dr. Aldo mas é.

Gabriel – Qual foi a informação que foi dada?

Paulo – O nanismo dessa, dessa pessoa.

Aldo – Onanismo?

Paulo – Nanismo, eu acho nanismo porque eu acho que é um nanico cerebral.

Gabriel – O que é que o Regional disse que ouviu do Diretor?

Paulo – Não, é que ele foi convocado para uma reunião em Curitiba, que a prioridade da Diretoria é recuperar crédito e que ele não tem tempo para fazer qualidade.

Gabriel – O Diretor falou isso?

Paulo – Não, o Regional falou isso, que ele esteve numa reunião em Curitiba, que a prioridade da Diretoria é recuperar crédito não tem tempo pra fazer qualidade então ele não ia disponibilizar ninguém na Regional não sei o que.

Aldo – Mas isso que falou foi o Regional que falou, não foi o Diretor?

Paulo – Não, não foi o Regional que falou. Eu gostaria de dizer pra vocês que nós estamos retomando todo o processo.

Aldo – Então você pode dizer o nome do Regional!

Paulo – Eu me permito não, não eticamente eu não vou falar.

Gabriel – Por favor Dr. Paulo, é leal à esposa?

Paulo – Eu não vou fazer isso, eu não vou fazer isso.

Aldo – Então faz o seguinte por exemplo, o Senhor telefona pra ele amanhã e diz pra ele que não existe isso eu acho que já nem, algum Diretor não está de acordo, em respeito a Diretoria. Respeito essa sua vontade de manter sigilo por favor amanhã o Senhor ligue pra ele de manhã diga que a Diretoria mantém a Qualidade como necessária.

Galvão – Nós temos que recuperar créditos com Qualidade.

Paulo – Eu farei isso. Com Qualidade, porque a primeira coisa que ele precisa fazer, pra Ter a recuperação de crédito com qualidade.

Aldo – A recuperação de crédito é uma função, é uma determinação, é um propósito nosso. Agora, ele vai fazer isso como diz o Dr. Galvão com Qualidade. É a mesma coisa a freqüência do Banco é diá-

ria, é fundamental que o Diretor todo dia compareça em seu escritório das 9h da manhã às 6h da tarde, vestido e barbeado, não quer dizer que ele tenha que ir pelado e de barba grande. Então ele não pode mais fazer a barba, não pode fazer nada, nem comer nem nada.

Paulo – Segundo assunto: Nós estamos soltando hoje ou amanhã pra Rede, proibindo quaisquer alterações de layout das agências sem a prévia autorização da DIRAD,

Aldo – Maravilha. Ótimo. Parabéns.

Paulo – Porque já estão inventando uma Segunda "reengenharia" na região de Cascavel, então já um outro negócio que nós levamos um ano e pouco para consertar as reengenharias aí do seu Guido do seu Gilmar. Então nós já demos um breque. E aqui na Direção Geral especificamente no Bloco 01, nós vamos fazer algumas alterações aqui da DIRHU, da DIROP da DIRCO e eu pediria que aos, principalmente aos Gerentes de Divisão que, por favor nós não temos mais áreas aqui, então não tem lugar pra sala, prá salinha, pra divisória ou pra isso. Nós vamos fazer o possível. Então não tem condição de fazer mais coisas lá. Então nós estamos numa economia, cada mexida de parede dessa aí o contrato é R$3 mil ou R$4.mil ou R$5 mil pra fazer um mexidinha . Então por medida de economia, nós estamos tomando essa posição. Obrigado pela atenção.

Aldo – Algo mais?

Valdemar – Podemos aproveitar, Dr. Aldo o Presidente comentou no começo sobre aquela pessoa a tal funcionária fantasma que ficou até surpreso, isso na realidade é uma pessoa que é contratada pela Corretora de Seguros, era um contrato especial viu Paulo.

Paulo – Ah tá, agora eu estou lembrado.

Valdemar – Por isso nós do Banco não sabíamos, era um contrato lá específico lá com o Donha e o Donha já cancelou.

Paulo – Deixa eu falar o seguinte, agora eu estou lembrado. Isso aí é um pedido do Senhor Secretário da Fazenda se não me falha a memória.

Valdemar – Não é funcionária fantasma do Banco.

Paulo – Não Foi um pedido do Palácio, do Palácio Sérgio. Um pedido do Palácio que pediu para contratar via Corretora para ficar não disposição do Palácio.

Sérgio – Foi pedido que eu chamasse a pessoa e falasse com ela, já foi chamada, já assinou a rescisão do contrato, sem trauma nenhum, não vai ter repercussão nenhuma.

Aldo – Então está bom. Muito obrigado a todos.

BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A.

REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA REALIZADA EM 17.03.98

MARÇO DE 1998

Aldo – Tem alguma referência descrever na Ata, se tiver alguma, objeção, inclusão, alteração, exclusão, e de qualquer forma...

Paulo – Página 15.

Aldo – Só um minutinho.

Alaor – Eu teria aqui na página 2.

Aldo – Só um instantinho Diretor, eu estou vendo algumas alterações solicitadas pelo Senhor Presidente.

Valdemar – Bom Dr. Aldo, o assunto aqui é o PDV que nós ainda não temos ele aprovado, aprovamos aqui na plenária mas faltou a aprovação do Secretário do Conselho da Administração, mas existe um estudo sobre a incidência ou não do Imposto de Renda sobre o PDV.

Aldo – Parece que essa é a primeira vez que estamos lidando com o PDV no Banco?

Valdemar – Não, não mas é aquele.

Aldo – Não houve outros casos de PDV?

Paulo – É um dos casos.

Valdemar – É só que veio Dr. Aldo aqui, deixa eu dar uma lidinha, nós vamos entender aqui:"Aprovar a não tributação de Imposto de renda sobre os três salários pagos ao PDV" No caso os três salários nós não tínhamos nos anteriores. Esse é um benefício que está sendo para esse PDV. "Deixando o Plano do desligamento Voluntário mais atrativo e estimulando uma maior adesão. Justificativa: em consulta feita à DICON, Gestão Fisco Tributária, perguntando sobre a incidência de Imposto de Renda, sobre a verba 130/131, Incentivo de Desligamento Voluntário. Há entendimento doutrinário que a verba tem natureza remuneratória e sobre o seu pagamento deverá incidir o Imposto de Renda. No entanto, a conclusão do parecer recomenda a não tributação, alegando a existência de várias jurisprudências sobre a matéria que consideraram a referida verba como sendo de natureza Indenizatória e que portanto sobres tais valores não incidem Imposto de Renda Pessoa Física". E aqui tem a posição da Controladoria na questão tributária com diversos pareceres inclusive do Superior Tribunal de Justiça.

Aldo – Parecer? O Superior Tribunal de Justiça não dá Parecer, ele da a decisão.

Valdemar – Decisão. Obrigado. Então aqui na página 1.2 aqui o recurso especial no 2º parágrafo:

"Do Superior Tribunal de justiça, instância final competente para apreciar a matéria, extraímos as seguintes decisões unânimes da 1ª turma". Então em todos eles aqui, eles são, eles consideram não tributário de fato. Então a nosso, isso aqui corresponde 25% aproximadamente de desconto de Imposto de Renda sobre esses três salários. A intenção era deixar isso aí conforme esse ponto de vista, isento do recolhimento do Imposto. Se por um acaso tivermos problema tem aqui no último parágrafo da página 1.3, "Caso seja de interesse da Diretoria tomar o incentivo mais atrativo ao quadro funcional, inobstante o entendimento doutrinário desta Gestão Fisco-Tributária e a legislação em vigor, opinamos pela não tributação da verba. Se formos autuados pela Receita Federal, iremos buscar amparo judicial utilizando os mesmos argumentos que estão se consolidando na jurisprudência"

Aldo – É que esse assunto, é novidade na...

Valdemar – Os três salários não é Dr. Aldo?

Aldo – Não, mesmo que a lei fale da necessidade da obrigatoriedade nos pedidos de Imposto de Renda, face desse julgamento o pessoal da área está achando que nós, tem um parecer que nós não devemos independer Imposto de Renda sobre, é isso?

Valdemar – É isso. Porque torna mais atrativo para o pessoal que aderiu.

Aldo – Os Senhores Diretores entenderam o assunto, tem alguma coisa a acrescentar?

Alaor – Na minha opinião é que devem deixar sem a Tributação.

Valdemar – É tem amparo.

Aldo – Quem estiver de acordo permaneça como está Ok? Aprovada.

Gabriel – O PDV já está aprovado, não né?

Aldo – Não só os terminávels. Vamos, todo o dia assim porque o Secretário Giovani está chegando de viagem hoje, aí eu vou conversar com ele para decidir

Valdemar – Está terminado viu Dr. Aldo, praticamente todo ele está estruturado, talvez é uma questão, uma vez aprovada pelo Conselho...

Paulo – Deixa eu só fazer uma pergunta na questão do PDV, nós temos prazos de validade daquele concurso para que as pessoas se apresentarem, você tem até dia 13 de abril.

Valdemar – Não, a contratação está ocorrendo, esse que é o meu medo, porque veja, nós assumimos informalmente o compromisso de as coisas irem meio paralelas, nós estamos fazendo a nossa parte que é a contratação, inclusive já foi convocado já estamos decidindo todos os critérios, a contratação está ocorrendo.

Aldo – Seu Valdemar está com a palavra.

Valdemar – Vamos lá. Bom aqui: "Empregados à Disposição da Associação Banestado". Esse assunto parece-me que teria sido tratado, o Edson havia conversado com o Presidente." O Banestado atendeu a um pedido da Associação Banestado, autorizando a disponibilização de empregados para prestar serviços àquela Associação, sendo que as despesas de pessoal tidas com esses empregados seriam arcadas pelo Banestado por um período de 180 dias, cujo o término se deu em 12.12.97. Os empregados abaixo relacionados estão atualmente prestando serviço à A B. O Banestado tem um custo total mensal com os empregados acima citados, no importe total de R$38.129,39, base de janeiro, já acrescidos os encargos. Informamos que os ressarcimentos dos valores devidos pela Associação Banestado relativo às despesas dos empregados que estão ou estavam a disposição daquele órgão após o término do período de 180 dias acima citado, ou seja, 12/12/97, encontra-se pendente até a presente data. Proposta da Associação: A associação solicita a manutenção da liberação dos empregados até dezembro de 98, comprometendo-se a efetuar os ressarcimentos das despesas a partir da folha de pagamento de março, através de dedução dos créditos referentes ao contrato de utilização das instalações da colônia de férias de Praia de Leste." Quer dizer, a Associação tinha pedido que fosse descontado essa despesa desse pessoal daquele recebimento que ela tem do aluguel das instalações do Faxinal do Leste lá.

Nilton – Só uma dúvida aqui, esses elementos elencados, aqueles funcionários elencados consta também o MILTON TREIN, e o MILTON TREIN é aposentado.

Valdemar – Ainda não, está na boca aí, está na lista dos 180.

Batata – Essa lista vai sair.

Alaor – Eu não entendo porque que a Associação não paga de dezembro do período de dezembro pra cá?

Valdemar – Não tem dinheiro.

Alaor – Desconta agora que nós temos que pagar aí.

Valdemar – Aí me parece Alaor que teve uma conversa prévia com o Presidente sobre isso.

Alaor – Ah, bom.

Aldo – Aqui tem duas coisas, primeiro lugar, na minha opinião eu acho que deveria, se for por 180 dias deveria considerar o término em 12/12/97, começa por aí. Outra coisa, eu não sou muito favorável a essa vinculação aqui, não sei, só o Diretor Admi-

nistrativo podem nos informar, se é possível fazer esse encontro de contas isso não é meio anti-ortodoxo. Eles estão propondo aqui de deduzir inclusive aquilo que está sendo pago no valor do ressarcimento, é uma dívida engraçada.

Valdemar – Tem que pagar e receber. A bem da verdade, quer dizer, não é necessariamente de forma contábil, esse dinheiro que vem, o dinheiro que vão receber pagar.

Alaor – Credita numa conta e debita.

Paulo – Só como experiência tem que fazer como credita e debita no mesmo dia. Se ficar para cobrar, não vai receber nunca mais.

Batata – Até porque ele está dizendo que a partir de março.

Alaor – Tem que creditar primeiro...

Aldo – Porque?

Alaor – Senão a conta fica descoberta. Fica depósito, adiantamento a depositantes.

Aldo – Ah é?

Alaor – Sim, eu não sei quanto eles têm na conta.

Valdemar – Sim, sim, não deve ter saldo R$30 mil sobrando lá fazendo média. Com certeza, por isso é que pedi que fosse debitado concomitante.

Alaor – Quando sai o pagamento dele? Desses acertos?

Valdemar – É está na segunda folha.

Paulo – O Contrato está sendo administrado pela DIRHU?

Valdemar – DIRHU.

Alaor – Agora, tinha algum acerto com o Presidente?

Valdemar – Veja, a bem da verdade teve. Teve todo aquele problema de mal estar que aconteceu coma Associação daí um dia o MILTON TREIN esteve aqui conversou com o Presidente eu e o Edson participamos da conversa, o Presidente falou que até ia fazer o Faxinal do Leste até para dar uma força no sentido, o MILTON disse que ficou sem dinheiro, então existiu uma conversa antes.

Aldo – Então você assistiu a conversa?

Valdemar – Veja bem, eu assisti essa conversa agora a última em que o Edson ia, me pediu pra pautar isso que ele havia tratado com o Presidente, eu não participei, com o MILTON ficou acertado isso aqui. Tanto eu, apenas eu gostaria de estar, eu gostaria que o Presidente estivesse.

Aldo – Então vamos tirar de pauta.

Valdemar – É melhor né?

Aldo – Você retira de pauta e deixa para próxima reunião. Eu acho que isso aí não tem tanta urgência. Mas grave bem o que o Alaor deixou para dizer depois na próxima reunião. DIRCO. São Jorge, o Senhor Nilton Mariano.

Nilton – INSDÚSTRIAS REUNIDAS SÃO JORGE. São Jorge é uma daquelas composições de leasing, que nós realizamos a dois ou três anos atrás, que já estavam em CL e CCP e nós fizemos alteração. Quando nós fizemos essa ativação dessa operação a dois ou três anos atrás uma parte dela foi garantido com precatório, garantia adicional, precatórios alimentares do advogado da CR Almeida, lá...

Batata – Luiz Alberto Machado.

Nilton – Então por isso é que está com, como vocês podem ver lá tem três operações. Duas sem garantias de precatórios e uma com garantia de precatório. As duas operações que estão sem garantias de precatórios elas tinhas originalmente a garantia de trigo, penhor de trigo que obviamente não existe. A execução em cima dele pra botá-lo na cadeia por infiel depositário, por falda do penhor foi derrubado em juízo, porque o trigo, era o meio de funcionamento da própria indústria então foi em juízo e caiu. E no transcorrer das negociações, agora o maior credor deles é o BANESPA, uns R$60 milhões aproximadamente e o BRADESCO que capitaneou uma negociação de todos os Bancos e coordenando um pool de Bancos que a semana passada na terça-feira nós fizemos uma reunião em São Paulo, para ver de que maneira que a gente vai conduzir daqui para frente. Está sendo feito, o Dr. Aldo sabe disso há uma auditoria através da TREVISAN, dentro do MOINHO SÃO JORGE para determinar condições, prazos e valores que poderão ser acordados com o pool de bancos, que vai envolver as debêntures, participação societária, e uma série de coisas. Essa auditoria vai ficar pronta no prazo de 120 dias com a proposta; 90 dias para a conclusão da auditoria e mais 30 dias para uma proposta. Isto eu estou só historiando pra vocês como é que está o negócio. Está evidenciado já a necessidade de aporte de recursos de capital de giro, inicialmente se falou em R$10 milhões, qualquer coisa assim, está se pensando em mais. Qual seria a participação dos bancos? Cada um dentro do percentual que é a sua dívida, o seu crédito, tá? Como nós temos. Aqui há um outro detalhe, a perfecção inicial da solução desse problema envolve prazos novos de 10 a 15 anos. Essa já foi um horizonte que a TREVISAN já deu inicialmente. Como nós temos a metade, pouco mais da metade da dívida, aqui consta R$15 milhões de precatórios em garantia, mas o valor dos precatórios não é os R$15 milhões, porque: porque a operação ECC vem sen-

do gravados com juros internos nossos e a garantia dos precatórios que é IGP + 1% ou + 0,5%, agora eu não tenho...

Alaor – 16% ao ano, deve ser 16% aa.

Ricardo – 12% + 6%, é 18% ao ano.

Nilton – 12% + 6% no caso da, quando há inadimplência, por parte do Governo.

Ricardo – Essa aí é 12% + 6%, TR +12 e +6% de juro compensatório.

Nilton – Isso depois que o Governo passa a ser inadimplente, digo para fazer o cálculo agora para fazer a conta de chegada. Então não vai atingir os 15. Mas a nossa proposta qual que é? Pegar esses precatórios como "dação em pagamento", esses precatórios tem uma característica por ser alimentar, considerado alimentar, porque é precatório do advogado a ser pago antes da dívida que originou esse precatório, ou seja, deve ser pago antes do CR Almeida. Primeiro paga o precatório do advogado e depois o titular da dívida. Qual que é a nossa intenção, e eu antes de trazer para os Senhores eu já conversei com o Dr. Aldo e conversei também com o Presidente, prá que a coisa, eu também não ia trazer uma coisa que não houvesse condições de aceitação. Expliquei para o Presidente que no caso de uma execução desta dívida, nós iríamos buscar a garantia que é o precatório. Então passaria a ser uma discussão ionócua, porque o BRADESCO já está oferecendo esse precatório como dação parcial. Se os Senhores quiserem ou eventualmente eu acho que até poderia ser feito, para evitar esse ruído todo em cima do precatório, se for aprovado pelo Colegiado, levar para ter uma ciência do secretário viu Dr. Aldo.

Aldo – Não precisa levar para o Conselho.

Batata – Homologação do Conselho.

Nilton – Não, porque não atinge o valor né?

Ricardo – É bom, é bom.

Aldo – O que abunda não prejudica.

Nilton – Então iria para a Reunião do Conselho. Nós somos de parecer, ele é meio inferior a R$15 milhões? Eu não tenho o valor exato disso aqui.

Alaor – Mas pegaríamos por 100% .

Nilton – Por 100%. Porque não tem o valor exato aqui? Existe uma normativa da vigilância do Tribunal da Justiça do Estado, estabelecendo que o critério, viu o Ricardo, não sei isso é válido para todos, um critério da correção dos precatórios que é a média entre a TR mais IGP dividido por 2 acrescido dos 6% + 12%, no caso. Então o Senhor vê que está sendo esclarecido e depois eu vou trazer o número correto disto daqui. Então o nosso parecer, é pegar o que nós temos como garantia de precatórios como "dação em pagamento", porque queremos receber isso bem antes dos 10, 15 anos, com garantia de rendimentos na ordem de 18% ao ano mais indexador, coisa que lá na negociação da dívida nós não vamos ter e mais ainda, diminuindo o aporte de capital de giro em cima da dívida.

Alaor – Esse precatório de que Estado que é?

Nilton – Do Paraná.

Alaor – Paraná?

Aldo – Tem três aspectos aqui, primeiro: comentou, não sei se isso está ocorrendo com nos outros bancos, eles estão negociando talvez com debêntures, com participação acionária de outros bancos. Outros bancos?

Nilton – Todos.

Aldo – Pois é, aí é que está. Esses precatórios estão correndo risco amanhã do Banco Central, numa falha qualquer de pagamento, mandar provisionar isso?

Nilton – Eu entendo que não Presidente, Dr. Aldo. Entendo que não pelo seguinte: os precatórios são dívidas reconhecidas judicialmente do Estado. Está liquido e certo, não existe possibilidade de ação rescisória em cima, que perfeita e acabado. A questão de derrepente o Banco Central em função do não pagamento pelo Estado. Está orçado, mas o Estado não paga, passa para o orçamento seguinte, não paga, o Banco Central pode chegar e dizer vamos provisionar esse caso.

Alaor – O que o Banco Central fará sem dúvida, é nós teremos em ativo no Banco, e ele vai perguntar qual o valor de mercado. Então a diferença esta aí gente. Se ele tiver uma perda de 50%, o lucro de 50% nós vamos provisionar.

Aldo – Porque que no nosso caso também não entra debêntures como está sendo com os outros?

Nilton – A diferença daí nós vamos compor com os outros bancos, com a participação societária e as debêntures.

Alaor – Mas isso quer dizer que a debênture também, pode sim, seguramente não será um bom ativo.

Nilton – Não será um bom ativo.

Alaor – Porque a debênture, deles mesmo?

Nilton – Deles mesmo.

Alaor – Quer dizer eles serão os devedores.

Agora só uma particularidade, aqui para esclarecer você, no que está sendo estudado pelo pool de Bancos que já está condicionado é o afastamento do BANRISUL. A participação na administração deles

no Conselho, vai ser de 2/3 dele, 1/3 dele obviamente e 2/3 do pool de bancos, quer dizer ele vai ficar sem o poder de mando, isso aí está escrito.

Aldo – Qual o valor total da dívida?

Nilton – O valor total da dívida está em torno de R$15 milhões.

Aldo – Não, não total que ele tem com os bancos.

Nilton – O BANESPA é na ordem de R$60 milhões, nós estamos com R$15 milhões o BRADESCO tem R$19 ou R$25 milhões, se não me falha a memória, e mais o Banco Rural, eu acredito que eu deva ter escrito aqui, não, não está, e o BOSANO mas o BOSANO já tinha feito a negociação. E tem mais o Banco do Brasil que não esta compondo aqui a negociação com o Banco do Brasil é um pouco diferente. O Banco do Brasil é detentor da hipoteca, através de uma série industrial, com o MOINHO e o MOINHO é a principal garantia principal do Banco do Brasil, vai ser inclusive, só que hoje ele só garante o Banco do Brasil por um detalhe operacional. Porque a operação de ação judicial não prevê hipoteca em segundo grau, só que a dívida do Banco do Brasil é menor, o que é que vai acontecer com esse, com a dívida do Banco do Brasil? Fazendo, fechando esse, essa negociação global com o Moinho São Jorge, o BANESPA que é detentor de uma série de hipotecas menores, libera as hipotecas menores, aquelas que e o Banco do Brasil precisa ter e o Banco do Brasil libera a hipoteca do Moinho e que isso daí vai cobrir.

Alaor – Agora a única garantia nossa é o precatório?

Nilton – Só. Nós tínhamos penhor de trigo em toda a operação e esse penhor de trigo não existe, e na justiça nós perdemos.

Aldo – Hoje nós estamos completamente sem garantia nenhuma.

Nós temos uma garantia do aspecto judicial que nós fizemos uma penhora e levamos à leilão na casa do Jorge Santos, a casa dele é muito grande e é composta por diversas matrizes. Então o advogado nosso identificou isso daí, depois penhorou algumas hipotecas, porque a casa que o cidadão mora, é penhorada, mas penhorou alguns lotes, tem um terreno tem a piscina dele, a garagem, a churrasqueira está penhorada. E isso daí já foi a leilão, vale R$1 milhão. Então se nós executarmos ele novamente fica suspenso. Eles vão ter 24 horas para nos dar R$1 milhão de reais para gente liberar essa fiança, essa arrematação, mas é R$1 milhão só que, agora respondendo a sua pergunta, que é a garantida que eu diria em termos jurídicos que nós temos.

Aldo – Fora isso mais nada?

Nilton – Nada.

Aldo – Bom aqui tem uma determinação do Presidente do Conselho e do Secretário Giovani que nós não podemos mais aceitar, só em caso excepcional e dado a excepcionalidade do caso eu acho, não sei, proponho que seja aprovado em Diretoria, eu vou submeter aos Senhores, que, mas que seja notificado isso daqui, essa história seja contada por inteira, porque assim como está aqui, está faltando o primeiro capítulo, que é o que exatamente o que você acabou de me dizer, que nós tínhamos penhor de trigo, o trigo foi, o rato comeu, aí nós tentamos, entramos com uma ação, perdemos a ação e hoje estamos sem garantia nenhuma.

Alaor – E o total da dívida.

Aldo – E o total da dívida.

Alaor – Não, não o total com o mercado.

Nilton – A gente pode dar um valor estimado e eu explico porque.

Aldo – Não, não precisa ser. Mais ou menos o do Banco, e levaríamos esse assunto para apreciação do Conselho, bem explicadinho para que na hora "h", o Celso Sabóia vai querer saber quantos anos o trigo tinha...

Nilton – Hoje à tarde eu trago a relação completa.

Ricardo – Vai na Reunião do Conselho explicar verbalmente.

Nilton – Não isso eu faço.

Aldo – Então eu queria submeter essa, por favor.

Marquesini – Dr. Aldo com respeito a essa questão do precatório estamos vivendo uma peculiaridade em participar, qual seja a própria recomendação por escrito do Secretário, cancelasse a operação com precatório de terceiros. Então eu só coloco como uma preocupação quanto o aspecto que desde que sela dada detalhada aos Senhores é de que a empresa com a qual nós não ocorreu a operação com precatórios, está nos acionando para aceitação dos precatórios, então talvez seja...

Ricardo – Porque você não aciona ele, a venda dos carros isso é estelionato.

Marquesini – Isso também está sendo feito.

Ricardo – Manda o cassete nele.

Marquesini – Isso está sendo feito. Então só coloco que inclusive a BLAM tem dois documentos e que eles incorporaram à ação com documentos internos, obtidos por vias nada ortodoxas. Porque como houve aquela determinação por escrito pelo Secretário de não aceitar precatórios de terceiros.

Nilton – Por isso que nós vamos levar ao Conselho, em que pese o valor não atingir.

Aldo – Qual é a tua preocupação?

Marquesini – Não, Dr. Aldo, eu só está fazendo um registro.

Aldo – Fazendo um registro.

Marquesini – De que realmente essa empresa poderá entender como precedente ou não.

Aldo – Precedente não gera direitos. Nós sempre estamos sujeitos a alguém nos acionar por alguma coisa e isso não pode exigir em um dia e tomar a decisão, eu acho que a Leasing é um caso, aqui é outro caso, tem que deixar bem claro que o Banco aqui está sendo, eu acho oportuna essa sua observação, só que no meu ponto de vista.

Dalledone – O Conselho pode até não aprovar né?

Aldo – Alguém quer fazer alguma...

Elio – Dr. Aldo, mas existe uma diferença, isso aqui já é garantia.

Galvão – A origem da operação é nossa garantia.

Elio – No outro caso lá que estão nos oferecendo precatório esse é o contrário já é garantia.

Aldo – Garantia de precatório. Já existe precatório.

Elio – Já existe. É bem diferente do outro caso.

Galvão – Daí nós renegociamos.

Elio – Exatamente.

Aldo – Bom de qualquer forma eu acho que convém mesmo que já tenha sido, que nós estamos transformando a garantia em dação de pagamento, está bom? Essa é a aprovação, e com o histórico todo.

Nilton – Aquele histórico todo eu faço e depois eu passo para os Senhores.

Aldo – Alguém tem alguma observação a fazer com relação essa operação?

Galvão – Eu acho que essa é uma dívida daquelas impagáveis, que não vão pagar nunca. Essa operação é de que Agência?

Nilton – É Nossa Senhora da Lapa, Álvares Penteado. É são Paulo né?

Galvão – O que entrar aqui é lucro. Isso é munição pronta para o Senador Requião.

Aldo – Porque munição, a operação foi feita na época dela.

Ricardo – O Senador Requião foi no Governo dele.

Alaor – Dação com garantia de precatório, na época dele.

Aldo – Então está bem assim?

Alaor – Mas a Diretoria é favorável?

Aldo – Pelo jeito é favorável.

Batata – Com homologação.

Nilton – Favorável na Diretoria, vai para Reunião de Conselho.

Alaor – Parecer favorável da Diretoria.

Aldo – Não, com a aprovação da Diretoria e depois ao Conselho para homologação.

Rodrigo – Dr. Aldo só como o Alaor falou, a título de legislação. Os precatórios no mercado informal tem 40% do valor de face.

Aldo – Quanto?

Rodrigo – 40%.

Batata – Mas também não tem comprador.

Alaor – Não resolve né Dr. Aldo, a observação que ele fez é válida porque o Banco Central quando verificar esse ativo ele vai pedir que a gente provisione 50%. Bom nós temos duas alternativas, provisionar 50% ou provisionar a operação toda, certo, porque nós não vamos receber mesmo. Está em CCP isso aqui né?

Nilton – Não isso nós ativamos.

Batata – Isso foi ativado em 96 se não me engano.

Nilton – Com a garantia dos precatórios vai funcionar?

Alaor – Vai Para CL.

Aldo – Alguém tem alguma coisa..

Aldo – Todos de acordo. Vamos passar para a segunda proposta da pauta.

Nilton – A segunda pauta aqui é uma conversa que nós tivemos, inicialmente eu fui convidado pelo Ermínio, da Secretaria da Fazenda para atender um pessoal do Banco PACTUAL que está tentando entre outras coisas aí a SANEPAR, A COPEL, fui chamado porque eles estavam querendo fazer uma realização fazer uma renegociação com o Banco em cima do CL... Bom eu pedi pra eles fazerem uma proposta.

Aldo – Porque não trouxe uma cópia para a Diretoria?

Nilton – Eu não trouxe mas eu posso pedir lá, peça para a Mirna a cópia da proposta do PACTUAL.

Alaor – Essa auditoria a ser contratada teria que ser paga pelo BANESTADO?

Nilton – Não. O que está escrito aqui em baixo. O que acontece...

Aldo – Exponha, exponha.

Nilton – Então o Banco PACTUAL, em associação como a GLOBOSAX, estão propondo ao BANESTADO, um processo de.... para contrair dívidas

na Carteira de Inadimplência, através de análise desse crédito que será feito diretamente nos nossos arquivos, por empresa de auditoria a ser contratada por eles para compilação e avaliação bancária. O que é que eles querem com isso: duas alternativas, 1 gerir os nossos ativos difíceis, os nossos créditos inadimplentes, e essa gestão ela pegaria desde a inadimplência, passaria para eles e eles iriam atrás da recuperação, primeiro numa recuperação extrajudicial, não logrando o intento, passariam a utilizar os advogados daí prá judicialmente, para buscar o devido. A remuneração deles, isso aqui é depois no futuro que vai receber, se aprovado em forma de cascata, eles inicialmente estão, nos falaram em termos de valores mínimos de operação da ordem de R$500.000,00. O que é que eles querem na realidade, fazer uma análise dos nossos créditos e em cima dessa análise duas propostas. Uma de compra desses créditos, que seriam créditos compensados pelo Banco, Créditos em CL e outra de administração da recuperação desses recursos. Então é uma forma de terceirização que já usada de acordo com eles e que a gente vê também em jornais e revistas aí, que é bastante usada na Europa e nos Estados Unidos e tudo, e pelos grandes bancos. Eles não cuidarn mais da inadimplência. Então eles passam para terceiros e é o que eles estão fazendo aqui. Quando nós recebemos o pessoal, o Diretor deles, conversamos, escutamos e qual é a nossa proposta: a nossa proposta é que seja autorizado pela Reunião de Conselho, pela Diretoria, que nós demos prosseguimento aos entendimentos no sentido da contratação da auditoria, porque a contratação da consultoria está escrito aí, respondendo uma pergunta do Alaor, se nós concordarmos com a negociação com eles, lá na frente o que vamos fazer para Reunião de Diretoria para aprovar ou não, que eles pagam a auditoria. Caso contrário, nós pagaremos, logicamente que o valor já previamente estabelecido. Então o que é que nós trazemos aqui hoje para aprovação da Diretoria, e o nosso parecer é favorável disso daqui, é que nós possamos, a DIRCO de comum acordo com a VI-PRE, continuar as negociações com eles, qual seja, o restabelecimento da contratação, não por nós e sim por ele, porque nós teríamos problemas com a 8666, não é? Eles contratam a Empresa, trazem aqui internamente para fazer esse levantamento, nós já temos basicamente levantado quase todos os dados que eles precisam das maiores operações, eles vão fazer rapidamente isso daí e dependendo disso, vai depender do preço que vai se pagar, e só uma coisa tem que ficar clara aqui para a Diretoria, que ninguém vai autorizar a gente contratar, fazer ou fechar o negócio, vender os ativos nada, autorizar que seja feita essa divida para depois, que a Diretoria decidir, etc.

Alaor – Você vai ater-se apenas ao cliente das grandes operação e as garantia em dívida

Nilton – Das propostas, dos contratos estão bem informados.

Alaor – Só Isso?

Nilton – Só.

Alaor – Não vai entrar no mérito como foi aprovado?

Nilton – Não, absolutamente, absolutamente.

Alaor – Porque daí ia abrir demais o Banco pra eles.

Nilton – Eles assumem, inclusive tem aqui as propostas deles, eles assumem por escrito o compromisso da confidencialidade, aquela coisa toda que agente sabe.

Dalledone – Se o Banco não fechar contrato com eles, o Banco vai ter de pagar a consultoria, estaria infligindo da mesma forma a 8.666

Nilton – Não, porque vai passar por esse processo aí de aprovação, não vejo problema nenhum, porque não teria como a gente fazer uma licitação pra ele.

Aldo – Eu tinha pedido quando nós fizemos nós tivemos lá rápido com eles, uma relação de algumas instituições financeiras que já fizeram, não sei se já fizeram, não mandaram ainda?

Nilton – Não, mas eles, eu recebi naquela reunião que nós fizemos eles tem bastante empreendimentos no México não é? Estados Unidos bastante.

Aldo – Está começando agora.

Nilton – Falaram que estavam com processo semelhante mas não tinham ainda.

Alaor – Falaram que não teriam como devedora, agora em teto máximo eles falaram?

Nilton – Máximo não. Eu li, fiz questão de colocar aqui, mas depois de uma conversa inicial, ele diz não.

Alaor – Quer dizer que se nós levarmos uma relação de R$300, 400 milhões pra eles.

Nilton – Só que eles vão colocar um preço, vão analisar, contrato por contrato, de 30,40,50, depende das garantias, da situação econômica.

Dalledone – Esse é recebível, esse não é, esse eu não quero, né?

Nilton – Não, e daí isso tudo eles saber o andamento processual, que nós já levantamos eles querem saber a formalização do contrato que já foi feito,

as garantias que estão feitas e constituídas na empresa, então você pega um penhor mercantil que não existe.

Aldo – Nilton, pelos nossos belos olhos eles não fazer, acredito que eles vão querer levantar aqueles créditos que são mais convenientes e fáceis de recuperar, sabe o que nós também podemos fazer?

Nilton – Não, mas nós temos uma, eu levantei ali já dentro dessa ótica mais ou menos umas 50 pastas de clientes, o que é que acontece? Então vamos pegar JOÃO JOSÉ ZAC ou MIGUEL ZAC, a dívida é perfeita, temos garantias, já estamos brigando com eles morreu esses tempos aí, a 5 anos ou mais.

Ricardo – O JOSÉ MIGUEL ZAK, o objetivo deles não é receber créditos, não, eles querem me comprar créditos.

Nilton – Sim querem comprar ou administrar, certo?

Ricardo – O objetivo maior deles é ficar com os créditos prá ele e prá Leasing, pra abater no Imposto de Renda lá no outro lado.

Alaor – Não, eles fazem isso também, mas aí é que está.

Ricardo – Vender crédito pra Banco, pra negociar, tudo. Compra por R$20 mil ele vai lá no BRADESCO e vende por R$100 mil e o BRADESCO joga lá no CL dele por, R$100 mil está tudo perdido. Você acha que Banco Americano vai fazer, flor?

Nilton – Não, mas aí veja bem.

Ricardo – Faz prá render, mas o resto é prá vender o podre, pagar Imposto de Renda.

Nilton – Mas nós vamos vender só os que nos interessarem.

Ricardo – Lógico, vamos vender o que nos interessar e eu sou favorável. Agora vamos vender o que nos interessar, não o que interessar prá eles.

Nilton – Claro, claro.

Ricardo – Esse SÃO JORGE aí pode vender pra eles, nós não vamos receber nunca isso mesmo. É isso que eles querem, eles pegam pelo valor cheio pagam aí R$3 milhões, vendem pro BRADESCO por R$5 milhões, o BRADESCO entope lá, não paga Imposto de Renda, outra parte jogam na Contábil, se eles puderem receber eles recebem também.

Aldo – Está em discussão o assunto da proposta do Nilton Mariano, sobre Due Diligence para o BANCO PACTUAL está terceirizando a venda com gestão terceirizada dos créditos problemáticos do BANESTADO. Eu queria a opinião dos Diretores, um por um. Por favor Senhor.

Alaor – Eu sou favorável, condicionado realmente àquilo que o Ricardo falou, nós vamos escrever quem é quem na relação de créditos possíveis de venda, receber os créditos. Reservamos aqueles piores e vamos ver se eles aceitam o risco.

Ricardo – E aceitamos propostas também, né?

Alaor – Por quanto, aí chega a hora .

Aldo – Mas nós não estamos decidindo isso, nós estamos aqui a contratação da Due Diligence.

Alaor – A contratação da Due Diligence.

Aldo – Porque simplesmente eles não vão nos dizer nada enquanto não fizer a contratação.

Alaor – Agora nós não sabemos quanto que custa Due Diligence. Então nós queremos saber.

Nilton – Eles vão pagar. Mas se nós na seqüência não fecharmos o contrato ou de venda ou de gestão daí nós temos que pagar. Isto está escrito na proposta deles, só que também está escrito que eles nos vão nos dar ciência previamente do valor da Due Diligence, quer dizer, nós, o que eu tenho aqui para o Colegiado, é que autorize VIPRE com a DIRCO para dar seqüência nessa negociação e deixando bem claro que não vamos negociar nada sem trazer para o Colegiado.

Batata – Apreciação do Colegiado para a aprovação.

Alaor – Eu acho que estou de acordo com isso daí.

Batata – Aqui está dizendo que basta "o processo para a contratação do serviço, acontecerá de comum acordo com a VIPRE e quando concluir será levada à apreciação do Colegiado para aprovação."

Nilton – Exatamente.

Batata – Quer dizer, não vai se decidir nada.

Nilton – Não, não.

Aldo – Vamos decidir se...

Batata – Se há contratação ou não. Não as vendas.

Nilton – Sim, negociar a agilidade do processo. Eles estão telefonando querendo saber como vai o caso.

Alaor – O processo pode dar andamento até a hora da contratação da Due Diligence?

Nilton – Isso.

Alaor – Na hora que se tiver o valor da Due Diligence, remeter ao Colegiado para a venda.

Aldo – Vocês estão de acordo, estão de acordo ou não.

Paulo – Uma sugestão uma contra proposta do que eles fizeram. Como as de risco, mostra pra eles e se eles tem interesse, talvez esse risco eles não assumissem, porque se a gente não aceitar eles vão dar porcentagem em cima disso aí. De repente, vamos rachar o risco aí, do que ficar só pra nós. Com risco de ele apresentar recurso ainda.

Tadeu – Pelo menos metade.

Aldo – O Senhor sabe quais seriam os valores?

Alaor – Vai depender do número de processos que você entregar a ele.

Nilton – Mas eu acho que não é muito, só pra dar um referencial, eu vou dar três exemplos. No MOINHO SÃO JORGE, está saindo por R$450 mil, mas daí uma auditoria completa na Empresa toda, aqui nós vamos auditar alguns processos que vamos dar pra eles verem para discutir.

Aldo. Então vamos modificar a proposta seu Nilton Mariano. Modificar no sentido o seguinte: autorizando a área da VIPRE e da DIRCO, a dar continuidade às negociações dentro do que foi ouvido aqui: primeiro, questão de custo dessa Due Diligence, questão de créditos bons, que poderiam ficar com créditos ruins também, , e o período de tempo de demora, abrangência da Due Diligence, daí então nós tomamos a decisão, traz novamente a Reunião da Diretoria para apreciação.

Nilton – Isso aí está mais ou menos dentro do contexto aqui que nós explicamos, nós ficamos, fazemos, damos continuidade ao processo e assim que tivermos alguma coisa mais concreta, nós submetemos a apreciação do da Diretoria.

Aldo – Muito bem.

Galvão – Nós não estamos gastando um tostão nesse processo, por enquanto.

Nilton – Nada. Absolutamente nada. Ninguém vai ser contratado a auditoria antes de trazermos isso aqui para a Diretoria.

Aldo – Então nessas condições está aprovada. Operações a serem analisadas, quem tiver alguma coisa... Qual é a dúvida?

Batata – Jamais foi discutido dessa maneira aqui, juros trimestrais na carência, garantias constantes na proposta, hipoteca e para completar os 120%, a Empresa poderá oferecer as garantias durante o prazo de carência.

Aldo – Está em discussão.

Ricardo – Viu Aldo, foi informado que desse...

Batata – Não é que na realidade ele esqueceu de anotar aqui.

Ricardo – Me desculpe mas está na XINGU aqui estivemos ativando o Comitê I ontem, não veio a decisão...

Batata – Não, não ontem não passou pelo Comitê só foi conversado no Comitê.

Ricardo – Tem que vir uma decisão. Então não foi tratada, realmente pra quem não estava aí deixa dúvida.

Batata – Mas é que ontem não foi colocada, como era alçada do Colegiado, na realidade só foi conversado, não foi decidido nada.

Aldo – Só me diz o seguinte. Ser os integrantes do Comitê I realmente estão decidindo daquela maneira, que o Batata acabou de dizer. Quem é integrante do Comitê I, o Batata, Valdemar.

Sérgio – Essa foi decidido aqui?

Aldo – Não está para ser decidido. Foi levantado aqui uma dúvida com relação ao Comitê I.

Batata – Não isso aí é uma outra proposta.

Marquesini – Não, isso aí é uma operação da XINGU.

Batata – Ele está falando outra coisa Dr. Aldo. XINGU vem hoje, está aqui.

Aldo – Eu vou insistir no que eu estou falando com vocês, aqui nas folhas 7, o assunto CIDADELA, na folhas 7, aproveitando a opinião de alguém aqui, lá no final. Comitê de Crédito de Operações I, à apreciação da Reunião da Diretoria, parecer favorável. Eu acho também que isso aqui é muito, eu acho que o Comitê de Crédito mesmo que ele não sendo superior, que ele decida. Qualquer decisão do Comitê de Crédito nesse caso da CIDADELA.

Batata – A CIDADELA não passou pelo Comitê.

Aldo – Não?

Batata – Não.

Aldo – Veio direto prá cá?

Batata – Veio direto pra cá.

Batata – Por causa da alçada.

Aldo – Mas aqui diz, Comitê de Crédito e Operações.

Batata – Mas não passou.

Aldo – Vocês deram até o parecer favorável.

Batata – Não, não passou.

Ricardo – Batata cadê aquela proposta você trouxe inclusive com os contrato que ele fez inclusive com a Caixa Econômica e com o Banco Central. Dá pra desmontar?

Batata – Está tudo com ele aqui. Parecer do Diretor responsável pelo Comitê I, quer dizer, ela veio aqui, como a alçada aqui não passou, então ontem foi conversado no Comitê e não foi decidido nada.

Aldo – Esse assunto aqui?

Batata – Não. O que ele disse é outra coisa. Isso aqui também é CIDADELA não passou no Comitê I. Veio direto pela alçada da Diretoria então acabou não sendo passado lá.

Aldo – Então eu vou propor o seguinte, vamos cortar essa, então se não passou do Comitê não tem parecer nenhum.

Batata – Não deu parecer nenhum. Veio aqui justamente para discutir.

Alaor – Agora já está decidido que é TBF "seca". Na reunião do Comitê I, ele decidiu isso na reunião passada. Está decidido. Então eu gostaria de fazer uma observação Dr. Aldo se o Senhor me permitir, ocorre o seguinte: Eu sei que alguns diretores aqui tem falado insistentemente dizendo olha, é um dinheiro que já está dado, portanto nós não podemos discutir o que é custo e o que não é. É tem razão, nós temos R$4 bilhões em ativos que já foi dado e esses R$4 bilhões em ativos está fora do Banco, foi dado, nós temos em ativos considerados ruins pelo Banco Central R$1.786.000.000,00, e dentre esses ativos, não estão esses aí, não estão esses daí que, segundo o Banco Central não é bom. Então nós estamos fazendo uma composição por TBF "seca", o que representa hoje uma taxa menor do que o custo de captação que nós estamos tendo.

Batata – Com Certeza.

Alaor – Então é isso que eu quero que fique registrado. Eu entendo o problema da sociedade hoje, os empresários não estão pagando, existe um crise de inadimplência, então tudo isso pode ser conciliado quando da aprovação de uma rolagem de uma dívida. Agora, neste caso e nos outros que certamente virão aqui em função deste, nós estaremos trocando 6 por 5. É isto que está acontecendo e mais, nós estamos alongando o perfil da dívida do cliente, enquanto a nossa está ainda no curto prazo e nós não temos fôlego de alongar o perfil. Era só essa observação que eu queria que os Senhores tivessem ciência...

Batata – E Você?

Alaor – Que nós não estamos fazendo renegociação abaixo do custo que está sendo. E eu entendo também, que esse dinheiro não está na conta como todo o nosso ativo já está. São R$4 bilhões que nós temos.

Batata – Ok. Depois, eu tenho mais duas propostas aqui inclusive. Depois que a gente fechar isso aqui.

Aldo – Estamos na CIDADELA , vamos ver como é que fica, vamos ver a CIDADELA.

Alaor – A CIDADELA já está aprovada.

Batata – Dentro daqueles, isso, é que na realidade acabou não sendo constado aqui, é que obrigatoriamente, até o Paulinho falou uma verdade mesmo. Quando decidir Diretoria, a Diretoria decidir isso, isso, isso, tem que colocar aqui.

Aldo – Entendo, você está alertando?

Alaor – Não, não é provocação não Dr. Aldo. Com referência à taxa praticada e ao custo.

Batata – Todos os valores e tudo certinho. Sabe Dr. Aldo, veja bem, traz a proposta aqui tem, o Parecer da Agência, a proposta do cliente, o Parecer do Comitê I, o Parecer da Superintendência, o Parecer da Mesa, aí nós vamos ter que fazer um condensado, para dizer o que nós decidimos.

Aldo – Eu confirmando, eu confirmando, não precisa da Controladoria. TBF está em torno de 2,75%.

Aldo – Então fica aprovada dentro daquela.

Ricardo – Me dá licença.

Aldo – Não, só pra terminar a Ata.

Ricardo – Não, eu quero fazer uma observação.

Aldo – Senhores tem uma, vamos fazer uma reunião só.

Ricardo – Concordo com o Alaor, não se fala em custos. O problema é o seguinte, nós estamos numa crise brutal, hoje ninguém está pagando, está danado. Ou você joga esse "troço" para CL, ou você compõe para receber. Hoje a crise é brutal. Eu nunca quis falar do caso da CIDADELA porque eu estou vendo que já faz oito meses que essa "merda" está rolando aí, faz oito meses que está rolando essa "porra" aí. E joga pra cá, joga pra lá, como eu já trabalhei na CIDADELA eu nunca falei, mas agora eu vou falar. Agora pega os contratos da Caixa Econômica com a CIDADELA, será que a Caixa Econômica é burra, pega o contrato do Banco Central com a CIDADELA, agora se uma empresa com dificuldade nós temos que salvar, agora quando você vê o nosso esta aí. Quantos anos a Caixa Econômica deu para a CIDADELA, 10 anos.

Batata – Foi trazido aqui na reunião da Diretoria TR + 1.

Ricardo – Quantos anos o Banco Central deu para a CIDADELA? E ainda abriram uma linha de crédito de R$12 milhões de reais. Não é só o caso da CIDADELA, é o caso de muitas delas. Então vamos conhecer o histórico da operação, como o histórico da XINGU que eu vou repetir pra vocês na hora da votação. Quem é que "entocou" o pepino da XINGU. Foi o nosso sócio majoritário. Então nós temos

duas decisão, ou nós jogamos pra CL, ou prá salvar o nosso.

Alaor – Eu entendo o que você está falando, realmente com a inadimplência, ocorre o que está ocorrendo agora.

Ricardo – Agora todos os bancos estão pagando isso agora. Só que nós estamos mais "fodidos", nós estamos indo buscar no mercado.

Alaor – Na verdade o que ocorre. A Caixa Econômica, a captação dela é poupança, é recurso do Governo, quer dizer, ela tem um funding.

Ricardo – A Caixa Econômica tem o recurso do Fundo de Garantia.

Alaor – Mas ela tem um funding, ela tem funding muito mais barato do que o nosso. Agora eu me recorro a Caixa Econômica quando eu não consigo pegar mais dinheiro no Banco Central. Sabe quanto eles cobram? 4% ao mês. E nós estamos cobrando 2%.

Ricardo – Eu concordo com você. Nós estamos "fodidos", nós temos que buscar, mas se nós não formos atrás pra receber, nós vamos ficar mais "fodidos" ainda. Pode gravar essa "porra" é bom que o Governo tem que ouvir, porque tem também, então nós vamos ficar mais "fodidos" ainda.

Alaor – Eu entendo, agora eu como financeiro.

Aldo – Eu peço ao Diretor que modere a sua linguagem.

Ricardo – Não é...

Ricardo – O Paulinho faz lá com o dedo assim, não é reunião de colégio.

Alaor – O que eu quero dizer a vocês..

Ricardo – Agora vamos analisar, você tem aí uma DM.

Alaor – Ricardo?

Ricardo – Quantos anos a DM , espera, deixa eu falar. Quantos anos a DM tem de Banco do Estado do Paraná? Quem é que já trabalhou aí com a DM, sempre pagou em dia? Sempre.

Alaor – Sempre, sempre.

Ricardo – Quantos anos a CIDADELA trabalha com o Banco do Estado do Paraná? 30 anos, sempre pagou em dia. Ela atirou um caminhão de "pepino", de falência do Banco, ela veio aqui e comprou, tinha uma parte, está embutido aí. Então tem coisa que nós temos que analisar, não adianta nós ficar, "porra" põe mais um pouquinho, não vai pagar.

Aldo – Alguém mais tem alguma coisa com relação a CIDADELA? Faz favor.

Ricardo – Não, aqui eu...

Alaor – Eu só gostaria de complementar...

Ricardo – Não é, viu Aldo eu não estou falando em questão de sexo, eu estou falando em questão de tudo...

Aldo – Eu sei que tudo o que você fala é procedente, eu estou sabendo.

Ricardo – Como nós estamos "fodidos", então nós temos que buscar, agora eu vejo aqui, mandam fazer composição, com 30% do valor da dívida, coisa pequena. Coisa grande todo mundo se "borra" de medo. Porque é CIDADELA porque é DM, porque é XINGU, porque é não sei o que. Eu tenho que decidir a operação de R$50,00 com a, eu vou receber.

Alaor – Ninguém tem medo. Ricardo, eu estou querendo alertar que o Colegiado fique sabendo tá, mas é importante.

Ricardo – Mas isso nós já sabemos.

Alaor – Não, mas é importante. Se vocês pensarem, se vocês pensarem o dinheiro já está lá fora mesmo, agora nós temos que rolar aí. Eu só estou avisando o seguinte, nós temos lá fora R$4 bilhões, que eu vou no mercado.

Nilton – Isso Alaor, nós não estamos renegociando R$4 bilhões, nós estamos renegociando 3 ou 4 operações.

Alaor – E vai ter que renegociar R$1.786.000.000,00.

Nilton – Não tem problema, nós vamos partir pra isso também, já que foi concedido errado.

Alaor – Se dentro desse R$1.786.000.000,00, se dentro desse R$1.786.000.000,00, nós sempre perdemos 6 para receber 5, pra onde que esse Banco vai?

Nilton – Para a "merda".

Ricardo – Mas Alaor veja, o caso do MOINHO SÃO JORGE. Foi dado R$7.094.000,00 para o MOINHO SÃO JORGE, com garantia do trigo, o trigo desapareceu. Nós temos que ir atrás. Quanto foi dado lá em Umuarama, ninguém fala que é o dobro da dívida de todas essas aí, SOALGO e ALGOESTE.

Ricardo – Sumiu tudo.

Alaor – Nós vamos ter outras, você falou DM, nós vamos ter outras que não vai fazer por mais TBF. Porque nós fizemos a TBF para a CIDADELA. A XINGU, porque isso aqui cinco minutos depois o Sr. RACHED sabe que passou a CIDADELA, ele sabe, tranqüilo.

Batata – Então todos os outros empreiteiros vão saber.

Alaor – Mas todos, todos vão saber e aí nós não vamos ter que, e mais, penhor de máquinas de R$1.900.000,00 do RACHED, mais hipoteca R$700.000,00 e aqueles recebíveis que ele tinha

onde é que está? Está faltando, some no meio do caminho.

Ricardo – Mas o Alaor.

Aldo – Calma, essa discussão é necessária Batata.

Batata – Não, não estou falando, deixa na hora que eu apresentar a XINGU, a gente conversa daí.

Aldo – Esse tipo de conversa.

Ricardo – Não, é bom explicar para os Diretores que não conhecem aqui a história da XINGU.

Aldo – Nem chegamos lá.

Ricardo – Nem você conhece Alaor.

Batata – Eu vou explicar, deixa chegar lá.

Aldo – Se restringir à questão da ata. Está certo então, tudo bem? Alguém mais tem alguma coisa em relação a essa Ata?

Nilton – Uma colocação só Dr. Aldo.

Aldo – Pois não.

Nilton – Com relação a ata anterior da qual eu não participei mas a posteriori nós conversamos, eu conversei com o Batata, que é a retirada da TAC e os encargos semestrais.

Batata – Da TAC a Agência pediu a própria proposta dela isenção da TAC e agora veja bem, essa proposta foi aprovada trimestral. Agora ele está querendo para pagamento semestral, é só a gente fazer essa solicitação e passa Comitê e beleza, sem problema nenhum.

Ricardo – Viu Batata esse tipo de coisa, de renegociação tem que ser direto com você, se não aqui nós vamos ficar loucos.

Batata – Não tem problema, eu não estou trazendo aqui, não é para trazer aqui. Vamos na extra-pauta?

Aldo – Mais alguma dúvida aqui, o Sr. Sérgio está trazendo aqui. A questão da URBAMAR, é R$5.460.012,00.

Sérgio – A URBAMAR tem só uma dúvida, com relação ao valor.

Batata – O valor está lá, R$5.460.012,00.

Emanuel – Já está no Parecer da MESAN.

Batata – Isso, isso.

Aldo – Antes de passar para a extra-pauta, eu queria manifestar aos Senhores uma coisa, viu Seu Alaor. Eu não conheço empresa de nenhuma que até hoje eu participei, que não houve uma discussão entre as áreas financeiras e as áreas operacionais. Qualquer empresa sadia, idônea, tem que haver esse tipo de discussão, porque o dia que não tiver discussão nesta mesa eu sou o primeiro a me retirar. Se nós todos formos "sim senhores" aqui, unânimes, não vai dar certo. Esse debate é muito importante, eu acho é isso é o que vale. Se outras Diretorias tivessem tido esse debate e essa discussão, até o ultimo, até a exaustão, ou seja, até entraves e horas da noite, não importa, mas temos que chegar a um denominador, e se nós não discutirmos, nós vamos sair daqui unânimes e toda a unanimidade é burra. Eu não concordo, eu acho que sempre deve haver desde que no espírito de discussão, o que não pode haver é confronto, mas tem que haver discussão. Porque o que Alaor está defendendo é importante, mas por outro lado Alaor, a gente tem que ver o lado da realidade. Então é muito importante que se levante todas as reuniões esse tipo de assunto, deveria ser assim. Do meu ponto de vista, aliás até você pode apresentar quanto tomou, qual o custo o valor nos últimos cinco dias que antecederam a reunião. Tem que saber, sempre com isso na cabeça.

Alaor – Eu entendo o que os colegas estão dizendo, e entendo também que tem certas negociações que nós teremos que fazer a baixo do custo, porque caso contrário não vamos receber nada. Isso nós vamos ter que transigir algumas vezes. O que me preocupa Dr. Aldo, é não é que seja transigido uma ou outra vez, é que isso aqui está virando rotina, isso aí é uma constante. Então na verdade é, nós estamos trocando 6 por 5 sempre. Então o que tem que se fazer, é desde a origem quando nós concedemos o crédito, nós temos que mudar. Depois que o cidadão que tem lá um limite de R$70.000,00, levou R$16 milhões, fica difícil, aí a gente fica na mão dele.

Aldo. É isso aí. O que é que nós temos..

Aldo – Começa lá, relato XINGU. Vamos direto à XINGU.

Batata – Se o Senhor me permitir, vamos fazer da Prefeitura que é três segundinhos antes.

Aldo – Senhor Elio vamos discutir sobre o a Prefeitura.

Batata – Olha aqui. A Prefeitura Municipal, gente porque é que eu estou trazendo aqui, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Aldo – Não, não. Eu coloquei em discussão a XINGU. Vamos falar da XINGU.

Alaor – Vamos falar da XINGU.

Batata – XINGU? Vamos lá. Então antes deixa eu fazer uma colocação sobre a XINGU. O Ricardo falou uma coisa aí, é muito a sério. CIDADELA, não sei se vocês recordam, mas nós aprovamos essa operação em outubro de 97 e até hoje não estava concluída. Nós temos a XINGU, nós temos a DM, então veja bem, o que importa prá nós é resolver o

problema, problema nosso também e das empresas. Então quando a gente analisa ali na DIROP, nós não fazemos distinção de cor, de raça, de poder econômico, de lado político, de nada. Então pra nós, fizeram certo, fizeram errado, se deram dinheiro a mais ou deram a menos, não interessa pra nós, nós temos que resolver o problema. A CIDADELA por exemplo, é um desses problemas que não se resolvia e nós conversamos com o, o sócio esteve aí o como é que é mesmo o nome dele? Claudionor, eu falei Claudionor ou vocês vão Ter que fechar a negociação ou o Banco vai executar vocês, não podemos ficar 200 anos. Ele diz não, não realmente vocês têm razão. Eu falei vocês pediram todas essas modificações que foram feitas pela Diretoria e, ele falou não, eu vou conversar com o pessoal, eu falei então vocês passam a proposta por escrito, e foi feito a proposta por escrito, foi trazido aqui pata o Colegiado, foi discutido. XINGU é mesma coisa ele fez, ele conversou 30 vezes comigo, conversou com o Alaor, conversou com o Nilton Mariano, conversou com todos os Diretores da casa, com o Dr. Aldo, conversou com o Presidente, conversou com todo mundo, e eu falei prá ele olha, na realidade não adianta nada disso. Você vai ter que trazer uma proposta pra nós concreta. Escreva o que é que você quer, e outra, o que a gente quer na realidade é que você faça uma proposta do que você está querendo do Banco para o Banco poder dar uma resposta para você. Então a primeira proposta que ele fez prá nós, ele fez uma proposta onde ele queria TR "seca". Eu falei essa proposta nem vou levar porque essa proposta não vai passar. Ele trouxe essa aqui dia 11 de março. O que é que ele pedia aqui? Recálculo das operações pela TBF, porque: porque logicamente ele sabia que a outra tinha feito TBF. Prazo mínimo 5 anos. Eu falei olha, eu vou levar para o Colegiado para discutir. Carência de 2 anos, eu falei olha isso aqui é impossível. O Banco não vai aprovar, porque nem pode aprovar, porque com um ano de carência, se pagar um ano de carência, já tem que provisionar o juro, nem pode. Taxa de renegociação. Então ele quer aqui, Forma de Paramento: como ele quer a forma de pagamento? Ele queria a Forma de Pagamento, encargos anuais no período de carência, o principal, sem pagar o principal. Que após a carência, encargos semestrais e o principal anual. Que também é uma cousa para a gente discutir. Garantia: 120% de garantia dentre as mesmas valores existentes, dentre as mesmas valores existentes, considerando que as garantias de crédito por ocasião de eventuais recebimentos, serão substituídos por outros ficando preservados a forma de liquidez estabelecido pelo item 5. Quer dizer, o que ele tem de garantia hoje conosco aqui, é penhor de máquinas e equipamentos R$1.976.000,00, hipoteca de R$730.000.00, e ele tinha algumas garantias nos contratos aqui que é, até que eu estou trazendo aqui, procurações do DNER e DERSUL R$4.935.000,00 e mais uma procuração de R$3.205.000,00 e uma procuração de R$3.750.000,00, na época ele tinha R$15.000.000,00 de garantia. Então veja bem.

Aldo – Isso aí já passou pelo Comitê I?

Batata – Não, nós estamos discutindo. Então ontem a gente discutiu no Comitê, olha, vamos levar da XINGU, ele está querendo isso, então nós discutimos todo esse índice. Olha carência de 2 anos não mas 1 ano de repente pode ser dado não é? 1 ano de carência. TBF, é TBF mesmo? Foi feito para o outro, vão fazer TBF, não vão fazer TBF, por isso é que nós estamos trazendo aqui. Forma de Pagamento. É lógico que na pior das hipóteses a gente tem que fazer pagamento semestral. Então veja bem, aqui tem, se vocês quiserem eu vou ler o parecer da Agência se vocês acharem interessante? AGÊNCIA MARECHAL FLORIANO: Levamos a apreciação das alçadas superiores à agência proposta formulada por Xingu Construtora de Obras Ltda., Entregue nesta Agência em 13.03.98 para a renegociação de operações.

Alaor – Aonde você está lendo Batata, eu não estou achando esse "troço" aqui.

Batata – Primeira página.

Paulo – Grampearam errado.

Ricardo – Por isso que eu não estou achando esse "troço" aqui.

Batata – Primeira página, folha 1/4. Referente Carteira Comercial. Operações CENPP: O parecer e posicionamento sobre operação existente, deverá ser iniciado pelo CENPP, tendo em vista que a sua autonomia e jurisdição sobre a operação, bem como em razão das características que a constituem, que é a garantia de créditos do DNER, Brasília. Recálculo de encargos vencidos: é nosso entendimento que os encargos podem ser recalculados com o custo mínimo de captação que o BANESTADO desembolsa atualmente, à partir das datas de inadimplemento das diversas operações. Prazos: Entendemos como factível de aceitação o prazo total de cinco anos, isso que a Agência está dizendo, proposto pelo cliente para o pagamento e liquidação da dívida, somados aos dois anos de carência, daí vocês vão ver o parecer lá em baixo. Forma de pagamento: prazo total de 5 anos. Período de carência: 2 anos iniciais,

os encargos poderão ser pagos anualmente e o principal, conforme Política Operacional do BANESTADO, deverá haver amortização de, no mínimo, 10% do principal ao ano, para fim de enquadramento de grupo de empresas que tenham um saldo em operações de crédito superior a R$4.280.000,00, 1% do PL do Banco. Após período de carência, 3 anos finais, os encargos deverão ser pagos mensalmente e o principal, é nosso parecer que, deverá ser fixado um plano de pagamento do principal com periodicidade máxima de 6 meses. Taxa para operação de composição: é nosso entender que a taxa a ser fixada à presente proposta é a mínima praticado pelo Banco para operação de recomposição, ou seja, TBF + 0,5% ao mês. Quer dizer, existe um acerto lá hoje que dá direito às Agências renegociar dívidas TBF + 0,5%. Garantias: O cliente oferece a manutenção das garantias existentes nos atuais contratos. Entendemos que deverão ser mantidas obrigatoriamente. Devendo ser mantidas, inclusive, as garantias de hipoteca e penhor mercantil, bem como as procurações outorgando ao BANESTADO de forma irrevogável os poderes para o recebimento de créditos junto ao DER/Paraná e DERSUL/ Mato Grosso do Sul. Entrada de R$1 milhão de reais: o proponente oferece uma entrada a ser efetuada no ato da renegociação. Entendemos que este é o valor mínimo a ser aceito em caso de aprovação da renegociação já que há vários meses não efetuados pagamentos. Conclusão: Em julho/97, foi efetivada uma renegociação de todas as responsabilidades do cliente, concedendo prazo e carências, através de aditivos aos contratos originais, bem como negociação de taxas, conforme pedido ao cliente que possibilitariam o seu adimplemento; o que não ocorreu. Entendemos que, efetuados os ajustes nas propostas exarada pelo cliente, adequando-os aos valores e taxas mínimas que são de necessidade obrigatória para o BANESTADO, possibilitarão a regularização de suas pendências, por isso somos favoráveis nos termos que ora apresentamos. Operações notificadas por saldo total e encargos vencidos. Entendemos que deverá haver uma ação orientativa e acompanhamento do Departamento Jurídico do Banco do Estado do Paraná na constituição da operação e garantias. O valor dessa PPO poderá sofrer alterações em virtude do recálculo dos saldos. Comitê: Dando continuidade à proposta de composição apresentada pela devedora e, considerando a precariedade de liquidez a curto ou médio prazo, conforme relata a própria interessada e o Comitê da Agência detentora do maior volume de responsabilidade em ser. Ratificamos o posicionamento daquele Comitê em razão das tentativas anteriores em ver cumpridos os compromissos assumidos pela cliente, favoráveis. Quanto à operação junto ao CENPP, deixamos de incluí-la na presente renegociação, face à existência de garantia de procuração outorgada pela XINGU à época da concessão do crédito, ao BANESTADO, para receber recursos junto ao DNER/Brasília, constituindo-se em garantia, em que pese o não acatamento por parte daquele órgão. Há alguns dias houve liberação de parcela pelo DNER no valor de aproximadamente R$1.965.000,00, redirecionados pela Empresa ao BRADESCO S.A., apesar de todos os esforços dispendidos pelo CENPP/Curitiba. CENPP/Brasília e SUREG/Jurídico, SUREG. Complementando, temos conhecimento oficioso que nova parcela deverá ser liberada pelo DNER nas próximas horas/ dias, cuja confirmação estamos tentando obter junto ao CENPP de Brasília. COMITÊ DA SUREG. MESA DE NEGÓCIOS: Ao Comitê de Crédito e Operações1. Proposta da Agência. ECC, composição de dívida, R$14.219.000,00, valores passíveis de alteração, né. Prazo: 5 anos; Taxa TBF. Isso ela está fazendo aqui como que eles estão querendo. Forma de pagamento: Nos primeiros 2 anos pagamento... PROPOSTA DO DEVEDOR. Renegociação do montante da dívida.

Alaor – Olha como ele quer, ein Batata. Forma de Pagamento: nos primeiros dois anos pagamento dos encargos, amortização do principal em no mínimo 10% ao ano. Quer dizer, ele não vai pagar em 5 anos, daqui a um ano ele só vai pagar só 10% daquilo que venceu.

Batata – Isso é o que a Agência quer negociar com ele. Mas veja, calma. Esse é da Agência. PROPOSTA DO DEVEDOR: Renegociação do montante da dívida, inclusive operação do CENPP; Prazo de 5 anos com 2 anos de carência; Taxa TBF "seca". FORMA DE PAGAMENTO: No período da Carência, pagamento anual dos encargos. Após a carência, encargos semestrais o principal anual. Solicitada recálculo dos encargos vencidos à TBF "seca". Assim como posicionamento da Agência e SUREG, no primeiro momento devemos apreciar como composição de dívida apenas as operações originais da Agência Marechal Floriano, analisando em separado a operação do CNENPP, haja vista os motivos já expostos nos pareceres da Agência e SUREG. CONTRAPOPOMOS A RENEGOCIAÇÃO DA SEGUINTE FORMA: Prazo 4 anos; Taxa TBF + 0,50% ao mês. FORMA DE PAGAMENTO. Encargos mensais e amortização do principal na ordem de 5% a cada trimestre.

Não conceder carência considerando que até a presente data não foi cumprido o cronograma de pagamento estabelecido na última renegociação em 07/97, período este que já consideramos como carência. Amortizar, no mínimo, R$2.000.000,00, considerando que esse valor já deveria ter sido repassado ao BANESTADO após a liberação do recurso por parte do DNER/Brasília no último mês de fevereiro. Somente conceder rebate de juros com recálculo à taxa contratual, ou seja, TBF + 1% ao mês, todas as operações dele é TBF + 1%, expurgando-se apenas a mora. CONDICIONANTES: Caso a presente proposta seja aprovada por esse Comitê: Baixa de todas as responsabilidades na carteira comercial junto a Agência da Marechal Floriano, totalizando nesta data R$14.219.814,00, valor este passível de alteração; Manutenção das garantias existentes em, no mínimo, 120% a saber: hipoteca em 1º grau ao BANESTADO de R$730.000,00 + penhor de máquinas e equipamentos R$1.966.000,00. Procurações outorgando ao BANESTADO, de forma irrevogável, os poderes para recebimento dos créditos junto ao DER do Paraná e DERSUL do Mato Grosso do Sul. Observar se as procurações vinculadas às diversas operações já não perderam sua validade por motivo de pagamento daqueles órgãos à empresa contratada. Caso isso tenha ocorrido e para atingir o percentual de 120% em garantias, conforme proposto, a proponente deverá apresentar novas certidões de crédito, que é o que ele está dizendo que vai conceder. A constituição das garantias deverá ter acompanhamento do setor jurídico do Banco para a elaboração de instrumento legal, assegurando ao BANESTADO o direito de efetivamente reter os créditos repassados pelos órgãos contratantes dos serviços prestados pela nossa devedora. Ficar, desde já estabelecido que a proponente ficará impedida de operar com o BANESTADO até que haja a definitiva liquidação de todas as suas responsabilidades junto a esta instituição. Caso esse Comitê aprove a operação de forma diferente à proposta da devedora e essa se recuse a aceitar as novas condições, solicitamos procedimentos para a possível execução. Então veja bem, ontem foi, a gente conversou no Comitê I, foi batido um papo, estava o Marquesini, Nilton Mariano o Elio.

Alaor – Posso Fazer uma pergunta?

Batata – Pode.

Alaor – Vamos lá nas garantias.

Batata – Certo.

Alaor – Nós temos R$730.000,00 de equipamentos, máquinas e equipamento, aliás de hipoteca e mais R$1.966.000,00 de máquinas e equipamentos e o restante para chegar no 120%?

Batata – Ele está dizendo aqui ó, 120% de garantia dentre as mesmas hoje existentes considerando que as garantias de créditos...

Alaor – O que é que tem hoje de garantias existentes?

Batata – Não, dentre as que hoje já existem, ele vai completar as 120%. Considerando que as garantias de créditos por ocasião de eventuais recebimentos serão substituídas por outras ficando preservada a forma de liquidez estabelecida. Ele quer dizer o seguinte ele vai dar outros recebíveis para o Banco para completar os 120%.

Alaor – O que acontece é o seguinte, ele deu uma procuração, porque ele tinha direitos à receber de uma obra emergencial. Então ele fez a obra e tinha direitos à receber. Agora ele tem direitos a receber do DNER, ele já prestou o serviço ao DNER?

Batata – DERSUL já.

Alaor – Ele já prestou?

Batata – Já.

Alaor – E esse total que ele tinha à receber dá esses 120% do total da responsabilidade?

Marquesini – Não, o Cliente não oferece 120% de garantia.

Alaor – E quanto ele está oferecendo?

Batata – A carta dele aqui.

Marquesini – Manutenção das garantias atuais.

Alaor – E o que é que ele tem?

Batata – Garantias.

Alaor – E o que é que ele tem de garantia atual?

Batata – Ele tem, R$1.966.000,00 mais R$730.000,00.

Alaor – Não senhor, ele tinha garantias recebíveis.

Batata – Então deixa eu terminar de falar. Ele tem R$1.966.000,00 no penhor de máquinas e equipamentos, R$730.000,00 de Hipoteca, e uma procuração do DNER e do DERSUL de R$4.935.452,85, mais, na garantia de R$2.125.000,00 tinha uma procuração do DNER de R$3.205.000,00.

Alaor – Quanto é que está o total?

Batata – No dia em que ele fez essa proposta, dia 17.03, estava as garantias em R$15.713.452,85.

Alaor – E mais recebíveis de quanto, o total dos recebíveis?

Batata – Bom, o total das garantias davam R$15.713.452,85.

Alaor – Esses eram os recebíveis?

Batata – Esses eram os recebíveis.

Alaor – Desses recebíveis ele recebeu quase R$2 milhões e não deu, não nos pagou?

Batata – Veja bem, é isso que a gente, esse DERSUL por exemplo, faz muito tempo que está, essa operação faz muito tempo e que até hoje alega que não receberam, certo? O que nós temos conhecimento desde aqui é que ele recebeu esse R$1.935.000,00 de Brasília, aí vir pelo Banco do Estado, acabou vindo pelo BRADESCO, com o qual ele está querendo dar um milhão pra nós. Por isso que a Regional deixou esse

Ricardo – Porque não passaram a mão nesse um milhão de uma vez?

Alaor – Não, ele tinha que pagar R$2.040.000,00 e ia ser pelo BANESTADO, mas foi pelo BRADESCO.

Ricardo – Dá licença, posso contar uma historinha para vocês aqui. O único que acompanhou aqui seu Marquesini, em 1983 eu entrei no Banco estava sentado toda essa mesa aqui, e daí teve um Diretor novo que disse, executa todo mundo, põe no pau todo mundo, daí o seu Valmor Pícolo estava ai que era Assistente Financeiro lá ligou, qual é o Patrimônio Líquido do Banco? 30 bilhões de Cruzeiros. Quanto esses caras devem ? 40 bilhões. Ele disse nós vamos quebrar o Banco, e nós viemos devagarinho, recebendo a conta de todo mundo, emprestou mau, vocês me desculpem, tem que beliscar devagarinho. O Sr. RACHED pegou um milhãozinho? Então vamos tomar um milhãozinho dele.

Batata – Recebemos R$1.905.000,00, e ele quer dar R$1 milhão.

Ricardo – Nós tínhamos aqui a HD, era a maior devedora do Banco do Estado. Eu passei a mão fiquei 4 anos recebendo deles. É, antes do CR Almeida.

Batata – Então veja bem só pra complementar, viu Ricardo?

Ricardo – Deixa eu falar, Batata. O negócio é o seguinte: Tudo isso aqui, o papel é muito bonito, é muito bonito, pega uma "porrada" de porcaria desse "troço" que não pode fazer não sei o que, que não pode fazer não sei o que, e não recebe nunca, nunca recebe entende?

Batata – Está certo, mas esse é o parecer da agência, que obrigatoriamente

Ricardo – Então o "troço" não está funcionando. Agora o cara tem um milhão, deve 20 milhões, vamos buscar um milhão dele. O que acontece? Vamos contar, quem é que sabe , como é que foi feita a dívida do RACHED. Alguém conhece aqui? Então eu vou contar pra vocês.

Alaor – Mas só deixa ei dizer um negócio pra você. A última negociação que você estava aqui, você sabe disso. Era uma obra emergencial e ele ia pagar R$2.300.000,00 milhões, tinha uma procuração. Só que de repente, de repente essa procuração...

Ricardo – O problema é que os que devem pra nós, são mais malandros que nós e nós "chupamos o dedo" nós enchemos de parecer e ninguém decide "porra" nenhuma.

Alaor – Então na verdade o que é que aconteceu. Ele devia R$2.300 milhões e tinha que pagar R$2.300 milhões, porque tinha procuração, de repente o órgão que vai fazer o pagamento, não aceita a nossa procuração e ele recebe via BRADESCO.

Ricardo – Mas se você puser um Diretor pra conversar, põe um diretor.

Alaor – Eu conversei com ele.

Ricardo – Não, põe um diretor para cuidar da conta dele

Alaor – Eu conversei com ele.

Ricardo – Não, não conversar não adianta, põe um Diretor responsável para cuidar da conta dele, que você vai tomar cada procuração que ele recebeu, você vai tomar um pouco dele. Quanto é a procuração seu RACHED, é um milhão, dá R$200.000,00, você vai tomar dele. Se tomar R$1 milhão dele ele quebra. Ele para a obra, daí nós não recebemos nada.

Alaor – O fato é o seguinte, eu não tenho nada contra o RACHED, muito pelo contrário.

Ricardo – Eu não estou defendendo o RACHED, eu estou falando em termos gerais.

Alaor – Ele foi meu Diretor na Financeira, eu não tenho nada contra ele.

Ricardo – Eu sei, o que é que houve. O seu José Richa chegou para o Jayme, o Jayme Lerner perguntou seu José Richa o que é que o Senhor quer. Eu quero que o Senhor dê a Estrada COPEL para o Seu RACHED. Perfeitamente, está aqui, está dada. O seu RACHED foi na Leasing tomou não sei R$4 ou R$5 milhões de reais, e sabe quanto tempo depois foi encontrado, depois de 3 anos foram dar o contrato prá ele, 3 anos depois. Ainda aconteceu o seguinte o Senhor Governador pensou que estava assinado, e assinaram o contrato de outro Estado lá na coisa. Então o homem quebrou. Eu não estou defendendo ele estou defendendo, vamos receber. Como nós recebemos no período do Governo do Richa, e vou dar um exemplo prá vocês da HD. HD naquela época devia US$ 5 milhões de dólares, que se

multiplicar hoje vai para US$30 ou 40 milhões de dólares.

Aldo – Terminou Senhor Ricardo?

Ricardo – Não, não, eu quero explicar para eles entenderem. Tem cara mais malandro que a HD. Você conheceu o Alaor. O cara dava nó em pingo d'água, e nós recebemos praticamente tudo dele.

Alaor – O fato é o seguinte. O que está acontecendo no caso dessas empresas. Eles vêm aqui e sabem qual é a nossa fraqueza. Eles vêm aqui acompanhado dos nossos ex-colegas.

Ricardo – Não adianta esse negócio de papel, parecer da MESA, parecer do "cacete", parecer do "cacete". Vou te contar o que aconteceu com a HD, e o Marquesini está aí de prova. Tinha dois prédios parados lá nas Mercês. Eu fui lá e disse, dá os prédios aqui. Chamei os caras da HD, financiei eles e segurei de um lado. Quer dizer, já diminui aí R$1 milhão. Quando eu vi que eles estavam pipocando, peguei o Sr. Falcão, Falcão vamos receber os 17 apartamentos em "dação em pagamento". Foi a maior guerra aqui. Tinha cara não você vai receber de volta. Vamos tomar os apartamento. Aí eu tomei os apartamento, me chamaram de louco, 30 dias depois a Área Administrativa, estourou o Plano Cruzado, estava dando a maior guerra do mundo para comprar os apartamentos. O caso da SAKAMORI, qual foi o maior pepino que o Sr. Ney Braga deixou. O caso da SAKAMORI era US$ 15 milhões Dr. Aldo, US$ 15 milhões. O Sr. Maninho foi lá comigo e disse, olha Ricardo, eu vou entrar com a falência Segunda-feira. Temos que acertar agora. Tomei 225 apartamentos dele e dei 25 por ele. Liguei Sexta-feira à noite para o Sr. Malta, o Banco não quer entrar, não quer entrar na negociação? Não, nós não. Eu peguei os 225 apartamento, quitei minha dívida, assumi um compromisso verbal com o Sr. Maninho, 90 dias depois ele pediu falência, eu recebi tudo e o Banco do Estado do Paraná, oh, "fodeu-se". Então nós temos que ser mais malandros que os caras.

Alaor – Eu não sou contrário à composição, eu não sou contrário, agora veja...

Ricardo – Não é composição, você olha um monte de troço aqui, o cara fica sentado atrás de uma mesa sem experiência nenhuma.

Alaor – Mas Ricardo, só deixa eu.

Ricardo – Põe um Diretor malandro para conversar com o Sr. RACHED e vai beliscando ele devagarinho, vai tomando.

Alaor – Você sabe o que está acontecendo? O que deixa a gente pasmo aqui é o seguinte. Deixa só, mas veja só o que acontece. O Sr. RACHED pediu um empréstimo, a Diretoria aprovou há meses atrás, e ficou, ele deu uma procuração, que ele acabou recebendo a procuração através de um outro banco. Essa procuração era para recebermos quanto?

Batata – R$1.900.000,00.

Alaor – R$1.900.000,00. E agora ele quer dar R$1 milhão.

Ricardo – Pega o R$1 milhão.

Alaor – Bom, esse é um ponto. Não, mas esse é um.

Ricardo – É melhor que não pegar nada.

Alaor – Escuta, mas esse é que é o problema.

Ricardo – A minha proposta é a seguinte, põe um Diretor, nomeia um Diretor responsável para sentar com ele.

Aldo – Senhor Batata, por favor, leva para o Comitê I, e decida primeiro no Comitê I. Está bom?

Batata – Vamos retirar de pauta.

Aldo – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Batata – Só para complementar uma coisa?

Aldo – A respeito desse assunto?

Batata – Mas não é sobre essa proposta aí.

Aldo – Não, não. Desse assunto da...

Batata – Mas não é referente à proposta. Só para dizer o seguinte, a XINGU tem negociado com o Banco do Estado dois Leasing, um R$1.619.000,00 e outro de R$1.718.000,00 a TR + 0,95%, porque, porque não consegue pagar de outra maneira.

Aldo – Mas consegue comprar avião. Por favor, pegue esse aí, submeta primeiro ao Comitê I e só volta aqui com decisão do Comitê I. Não me leva a mal, mas por favor tem que ser assim. Desculpe. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, ainda está com a Diretoria de Operações. Esse assunto não é do Comitê I também, não é a mesma coisa?

Batata – Não. Depois eu vou fazer uma observação no final. A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, porque nós estamos trazendo aqui, porque esse Colegiado decidiu que ARO para prefeituras fora do Estado do Paraná não poderiam ser feitas. Por isso nós estamos trazendo aqui, pelo seguinte. Ela tem conosco Fundo de Investimento R$30.804.000,00, CDB 1.505.000,00, R$32.342.000,00, ela nos dá uma rentabilidade de R$88.608,73 de rentabilidade, e o pessoal estão insistindo. Eu achei por bem trazer aqui, eu acho que merece.

Aldo – Onde é que está.

Alaor – É R$1 milhão.

Ricardo – Já devia ter dado.

Alaor – É R$1 milhão, aprovamos no Comitê lá.

Batata – É porque a decisão aqui do Colegiado de não fazer ARO com operações fora do Estado do Paraná.

Aldo – Fora do Estado foi decidido, mas nesse caso acho que.

Batata – Só que veja bem, porque que eu estou trazendo? Primeiro porque nós não temos limite. Nós vamos ter que vender essa operação, mas eu acho que tem que fazer, certo? O Comitê I achou que deva fazer, por isso que eu estou trazendo.

Alaor – Mas porque nós não temos limite?

Batata – Nós já aplicamos todo. Nós estamos com R$6 milhões estourado.

Aldo – Está em votação a proposta da Diretoria de Operações, concessão de um ARO de R$1 milhão para a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. O Senhores Diretores estão de acordo? Senhor Nilton? O Senhor está de acordo? Aprovado. DICRI/CAPITALIZA. O que é isso?

Dalledone – Dr. Aldo eu não participei da reunião anterior, mas esse assunto na realidade já foi apresentado na anterior. Então simplesmente é só alterar essa Ata anterior com mais um dado aqui, na página 18. É que ali não está bem definido a forma que nós quitaríamos esses títulos. Eu acho que a DICRI ela não tem verba e nem forma de...

Ricardo – Quem vai pagar é a Área de...

Aldo – Isso aqui é aquele Plano Agregado.

Dalledone – Então poderia ser no título 9, na página 18 da Ata anterior.

Aldo – Certo.

Ricardo – Eu proponho o seguinte Aldo, dentro daquela tua idéia, que se estenda isso já ao CDC.

Aldo – Eu já anotei aqui, inclusive. Qual a página?

Dalledone – Folhas 18, item 9, Título de Capitalização, Sistema Financeiro da Habitação.

Aldo – O Senhor quer incluir aqui.

Dalledone – incluir que a quitação do título será através da, deduzido do convênio Capitaliza com o Banco. Que a Capitaliza paga para o Banco

Valdemar – Das tarifas. Agora eu só queria deixar que nós vamos diminuir as tarifas, mas acho que faz parte.

Aldo – Então vamos discutir. Você já está falando em CDC.

Valdemar – Não, não. Estou falando que isso aqui nós vamos pagar a Capitaliza deduzindo das tarifas que ela nos paga, ela paga ao Banco. Eu acho que faz parte, é por aí, mas nós vamos ter uma baixa de R$230 mil de tarifas. Deixar registrado isso, porque amanhã ou depois podem cobrar, como é que estão as nossas metas de tarifas, estamos bancando isso e eventualmente o CDC.

Aldo – Isso aí não vai significar um retorno do outro lado?

Valdemar – Sim, quem ganha é lá.

Ricardo – Quem ganha é o Banco.

Valdemar – Sim, sim.

Aldo – Tirar do bolso do paletó para o bolso da calça.

Valdemar – Da minha parte tudo bem, só deixar registrado

Dalledone – Daí já incluindo que o valor vai ser deduzido...

Aldo – Extra-pauta.

Dalledone – Outro assunto que tem está junto da pasta.

Aldo – Onde é que está?

Dalledone – Dentro da pasta. A proposta de um título para a copa do mundo agora, envolvendo a Seguradora.

Aldo – Isso aqui precisa ser decidido aqui nessa reunião? Não é decisão sua lá?

Dalledone – É que a gente sempre traz para conhecimento, né, porque sai em todas as agências, na mídia.

Aldo – Então com a palavra.

Dalledone – Então é um produto de capitalização e nesse produto está embutido uma camiseta e um boné que faz referência à Copa do Mundo. Esse título ele tem seguro de acidentes pessoais, uma sacola com camiseta e boné, e um título de capitalização e junto tem um seguro de acidentes pessoais. O custo unitário dele é R$10. É um título de valor pequeno e o efeito que isso aqui vai dar nas agências é grande porque vai Ter um material grande de publicidade.

Aldo – Nós podemos fazer isso aqui?

Dalledone – Pode porque está dentro aprovação da SUSEP e está totalmente, e o diferencial dele é que no título que está impresso já, o comprador do título está abrindo o resgate para o PROVOPAR. Então o resgate, 50% do resgate no final dele, ele retorna para o PROVROPAR.

Aldo – Porque não puseram o Ronaldinho e o Romário?

Dalledone – Por causa do custo. O Romário pediu R$180 mil para tirar uma fotografia, mais 15%, tudo sem nota.

Rubens – Não esqueça de incluir a Gralha no emblema.

Dalledone – Na realidade, como é que está esse produto aqui. Ele está nas agências. As agên-

cias apresentaram uma estimativa de venda. Se as agências derem uma resposta que é produtiva a venda, será lançado, se eles disserem que não tem colocação, nós não.

Aldo – Fale um pouco da última página, tem o custo aqui. São 100 mil bonés?

Dalledone – Certo. Sim, é um título com uma série de 100 mil números. Cada número vai ter um kit. 100 mil bonés, 100 mil camisetas, 100 mil títulos, que daria esse custo aqui de R$437 mil. A imagem do jogador/média ficou em R$40 mil. Isso aqui foi um valor apresentado pelo Edmundo e mais o Dunga. Então aí teria a parte de display, cartazes, folhetos e os bonecos que estariam nas agências, e o custo total de R$500 mil. Custo unitário do título R$155, venda do bilhete R$10 Então naquela linha vermelha última lá é o valor se vendidos os 100 mil títulos, que daria de retorno para o PROVOPAR de resgate. É que é R$10 esse título. Essa compra de bonés e camisetas nós estamos orçando inclusive com duas empresas de Apucarana que são devendo para o Banco. Se fechado o pacote vai ter aí um, o Banco vai receber indiretamente uma dívida.

Nilton – Diretamente.

Dalledone – Quer dizer, indiretamente porque não é "dação em pagamento". Compra e paga, é um processo mais ágil do que a dação. Nós estamos aguardando só a resposta das agências, porque se a resposta deles for 10 mil títulos não podemos lançar um...

Aldo – Sr. Diretor, Paulo Krüger?

Paulo – Não.

Aldo – Sr. Alaor, Diretor Financeiro?

Alaor – Dr. Aldo, o nosso companheiro de Diretoria aqui, o Sr. Elio Panato, insistentemente pede para que a gente faça, permite que se faça, permita que, faça Crédito Rural.

Aldo – Porque está segurando o Sr. Elio pela ponta.

Alaor – Não, o que acontece é o seguinte, eu sou frontalmente contra, porque nós captamos a 40%, 50% ao ano e aplicamos a 9%, fora a inadimplência.

Aldo – Mais alguma coisa?

Valdemar – Dr. Aldo eu só queria deixar ao conhecimento dos colegas aí a questão dos 180 aposentados. A questão é a seguinte pessoal. Nós tínhamos uma consulta, feito uma consulta ao nosso Jurídico, depois uma consulta ao Escritório de Brasília, onde nos disseram que eles teriam que ser desligados por uma questão de lei. Só que enquanto nós estávamos providenciando isso, a Associação do Funcionários da COPEL conseguiu uma liminar impedindo esse desligamento e também tínhamos notícia dos CORREIOS, da EMATER e de outras empresas. Daí, os nossos técnicos foram visitar o Ministério Público, conversar com o, sei lá, com o Procurador, e o Procurador não tem certeza. Chamou um técnico dele, escuta, nós, como é que vai a nossa opinião, o técnico disse não sei. Espera aí, nós temos que saber, eles também não sabem. Então, em face da indefinição, nós devemos tratar amanhã, conversar com o Presidente, o Dr. Aldo, amanhã pela manhã, nós suspendermos a questão do desligamento das pessoas, dos 180, porque? Se for uma decisão administrativa que a gente desligue, pode ser, só que nós corremos o risco de eles entrarem e conseguirem a reintegração.

Paulo – A reintegração depois nunca mais.

Valdemar – É, então a gente achou por bem suspender isso; a gente achou por bem segurar isso, nós vamos conversar e vamos descobrir mais, ver mais informações. Porque parece a questão da COPEL, servindo como modelo prá nós, parece que a COPEL está fazendo corpo mole. Ela não está a fim de, a Associação dos Funcionários entrou, conseguiu a liminar e a COPEL: ah, deixa. Eles não tem tanto interesse como nós.

Galvão – Eles querem esses caras lá. A COPEL precisa desse caras.

Valdemar – Isso. Agora, o que nos preocupou é o Ministério Público não Ter convicção com relação a isso. Então, só para os Senhores tomarem conhecimento, nós devemos tratar isso amanhã. É bom porque todos tem algum envolvido, até segunda ordem está suspenso.

Aldo – Não, isso por um prazo muito curto, não é?

Valdemar – Sim, pode ser que amanhã tenhamos uma definição clara e vamos botar em prática. Só que é bom que saiba que temporariamente está suspenso.

Aldo – Batata tem algum assunto relativo a? Tudo bem. Por favor então Senhor Paulo.

Paulo – Eu acho que para que se evite todos esses problemas de reintegrações etc. o Banco poderia a princípio avisar esses 180 e ir negociando, mas negociando caso a caso. Seria um prazo até o final do ano, ou menos até, mas é chamar o pessoal e dizer é assim , assado daí desliga, porque era o que desde 95,96 aqui. Tem a carta de concessão já está no prazo, chama a pessoa começa a negociar e já vai fazendo acordo com o que estiver ali se conse-

gue, eu acho que não são mais 180 porque alguns já entraram. Vinte aí já deram entrada.

Valdemar – Principalmente os Constituintes, eles vão porque eles tem o tempo completo lá na FUNBEP. O problema são os Não Constituintes, porque de repente a pessoa tem uma queda no salário. Mas eu acho que a idéia do Paulo, nós vamos esperar alguns dias, uma semana ou consultar mais.

Aldo – O mais curto possível.

Valdemar – Sim, sim. Nós vamos conversar amanha com o Senhor e o Presidente ver qual o caminho a seguir e na seqüência podemos adotar, o que vai é ter que ser feito, vai o desligamento só que aconteceu esse fato que a gente tem que seguir.

Aldo – Senhor Batata?

Valdemar – Eu quero falar, mais um pouquinho. Aliás eu nem terminei de apresentar a proposta, ein.

Aldo – Proposta extra-pauta?

Batata – Não, da XINGU.

Aldo – Pode falar.

Batata – Então é, veja bem. Nós vamos levar no Comitê então I, pra gente decidir no Comitê I a proposta da XINGU. Porque é que nós estamos trazendo aqui com Parecer das Agências, Parecer da Superintendência, porque apesar, prá mim eu vejo todas as empresas de uma maneira só, sem distinção, sem nada, não é verdade? Mas eu sei que casos polêmicos quando pintam, dependendo de nomes que pintam aqui, o pessoal já começa a amarrar, não sei que, não sei que, prá nós não interessa. Nós temos que resolver os problemas do Banco e problemas da operação o mais rápido possível. Porque é que nós estamos trazendo, insistimos, então foi conversado aqui, ele já conversou com o Alaor, conversou comigo, conversou com todas as pessoas, é a primeira vez que ele trouxe uma proposta concreta, por isso é que a gente está trazendo aqui, que na realidade é uma da alçada da Diretoria, mas a gente vai passar novamente no Comitê I, trazer pra cá,

Alaor – No Comitê I passou isso.

Batata – Sim, hoje contatamos com a DM também que o prazo deles expirou hoje. Ele contratou dia 17, certo Alaor? Até o dia 17, ele falou prá você esperar pra ele conseguir os R$4.000.000,00, está vindo a proposta dele também pra gente resolver porque a gente precisa dessas operações grandes tem que resolver o mais rápido possível, porque as operações pequenas, Dr. Aldo, todas elas não têm problema nenhum, tanto é a gente discute muito aqui em prazo, em taxa, nós renegociamos já operações com 10 anos de prazo, com taxa de TR, TR + 0,50%, TR + 1%, TR + 1,5%, então nós temos que resolver o problema de todo mundo. Agora cada um tem a sua proposta, e se a gente for transferir para CL é TR + 0,5% é isso que nós temos que ter consciência.

Alaor – O problema é que nós temos resolvido o problema de todo mundo, menos do Banco.

Valdemar – Você não conseguiu resolver ainda, então você resolve. Você vai chegar lá.

Aldo – Mais alguma coisa ou não, Dr. Ricardo? Eu gostaria que os Diretores das Empresas do Conglomerado, alguma coisa? Não tem nada para contar para nós? D. Daros, nada?

Daros – Nada.

Aldo – Fundação?

Tadeu – Somente que amanhã nós faremos uma Reunião da Diretoria tem uma coisa boa.

Aldo – Tem. Amanhã, Senhores, a diretoria aqui reunida, está convocada para as nove horas da manhã, o Presidente convocou junto com o Secretário da Fazenda virá aqui para fazer uma reunião conosco. Então quem tiver compromisso, por favor cancele, porque às nove horas da manhã temos uma reunião aqui, com o Secretário, todos do Conglomerado certo?

Ricardo – Eu não posso vir.

Aldo – Está convocado, se Senhor não puder vir.

Ricardo – Quer que traga atestado médico?

Aldo – Não, não precisa, mas manda alguém da área, seria interessante. Eu gostaria só de convidar o Senhor Nilton Mariano, para a próxima Reunião, Reunião do Colegiado, nos fazer uma exposição, que seria daqui a duas semanas, exposição do que nós já temos recuperado o que tem...

Nilton – O Senhor diz, só para esclarecer melhor, o Senhor diz em cima daquela relação, porque nós mandamos aquela relação para cada SUREG com um total de R$592 milhões.

Aldo – Não, não, não.

Nilton – O que é que o Senhor quer?

Aldo – O que eu quero, Eu quero que a sua Diretoria, se está requerendo , expedindo, se esta trabalhando, para nós fazer um cotejamento com os padrinhos, prá poder jogar isso na mesa prá gente discutir. Não é nada, só prá nós discutirmos e ver onde é que está a questão desses..

Nilton – Não, eu queria saber se era dessa CCP ou dessa relação do o que vai para CL.

Aldo – Não, isso é uma coisa que já vem sendo tratado, o que eu pedi pra você trazer, aquelas ope-

rações de dívidas que estão de cabelos brancos, de barba branca, etc. Que fizesse aqui uma exposição para ver o que os padrinhos podem, e eu gostaria também que você fizesse uma exposição da campanha que nós estamos iniciando agora em março, seria interessante ver isso. Bom, eu acho que é só isso, eu só queria comunicar os Senhores que nós fizemos uma reunião na sexta feira, isso é importante que os Senhores saibam, com os integrantes dos PABs que atendem que atendem os funcionários públicos. Estiveram lá o Senhor Cequinel, os dois Regionais de Curitiba, os três gerentes das agências Bacacheri, Centro Cívico e Comendador, nós convocamos, desculpe, o Batata saiu-se maravilhosamente bem na reunião, gostei muito. Nós reunimos, mandamos convites para 55 funcionários, convite não, uma convocação, e compareceram 29. Então como vinte e poucos deixaram de comparecer, nós estamos marcando uma outra reunião, para mostrar prá eles como é importante a participação, porque? Porque os 215 mil funcionários públicos que existem, nós não temos nem 10%, e os outros bancos, já foi apresentado aqui, os Senhores tem conhecimento, estão abocanhando uma fatia de mercado que é nossa. Que nós fazemos o mais pesado, que nós fazemos o mais difícil, eles vem e colhem isso nas nossas barbas. Então nós estamos primeiro tentando melhorar o serviço, porque o serviço do PAB, muitos funcionários públicos se queixam da prestação de serviço, nós vamos fazer uma reunião com os PABs que atendem a COPEL, a CELEPAR, a SANEPAR, e a Secretaria de Educação também, que é fora daqui do eixo Centro Cívico, começar com um impacto maior. E fui informado que é a primeira reunião que foi feita com os funcionários do Estado. Eu também fui informado de um fato que me deixou até preocupado, porque de um certo aspecto é engraçado, que o critério de escolha de quem vai para o PAB é incompetência, incapacidade, insubordinação. Então nas agências, é verdade isso, não é brincadeira. Nas agências o que tem de, quando é o pior da agência, o gerente diz, não, vai lá para o PAB. Eu acho que nós fizemos a reunião no sentido de elevar o moral da turma, tentar melhorar, e quem não corresponder, vai entrar, não quem não corresponder vai entrar naquele limite de falta de produtividade. Eles vão ser observados, analisados daqui pra frente, conforme nós pedimos aos gerentes mais incisivamente e eles vão ser os executores também dessa campanha que o Valdemar Cequinel vai lançar para que nós possamos resgatar aquilo que o BANESTADO já foi, ou seja, nós que trabalharmos com o funcionalismo público. O que me deixou preocupado foi justamente isso, foi esse critério de escolha dos funcionários para os Postos de Atendimento. Eu acho que isto bem trabalhado, nós vamos conseguir. Muito obrigado Senhores todos e até amanhã as 9 horas.

Tadeu – Dr. Aldo, só um esclarecimento, os demais Diretores da Empresas também estão convocados para a reunião de amanhã?

Aldo – Não, só os Presidentes e Superintendentes.

BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A.

REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA, REALIZADA EM 24.03.98 MARÇO DE 1998

Neco – Aprovada a Ata da Reunião Ordinária da Diretoria de 17.03.98. Então vamos iniciar a reunião com o assunto da DIROP.

Batata – Essa operação já veio aqui na reunião anterior. Por é bom trazer esse esclarecimento, porque nós estamos trazendo mais um extra-pauta, por exemplo, porque estamos trazendo mais um extra-pauta, a proposta chegou ontem à tarde e prá nós, prá gente não perder a Reunião da Diretoria, e demorar mais uma semana, então a gente está trazendo extra-pauta. Nós passamos essa proposta da XINGU no Comitê um, tá, então ficou a decisão ali no final, que foi colocada essa proposta, de que maneira?

Aldo – Na página 1/2?

Batata – Na página 1/2. Somos favoráveis à proposta no valor de R$14.219.184,00.

Aldo – Não porque é bom explicar porque o Presidente não estava.

Batata – Ah é, o Presidente não estava. Foi lida todos esses pareceres todo. O Comitê I fez um resumo de todos esses pareceres, ai na folha 1/2. Então somos favoráveis à proposta no valor de R$14.219.184,00 mais a responsabilidade do CENPP R$2.634.737,27. Foi aquela operação que deu uma polêmica danada ai. Que mandou dinheiro pelo BRADESCO, a gente tentou segurar no BRADESCO e deu aquele bafafá todo. Expurgo dos juros de mora, ele queria recálculo, tinha carta dele pedindo recálculo, mas nós não demos recálculo. O Comitê I achou por bem apenas tirar os juros de mora. A carta dele está junto ai. Carência de 1 ano; taxa TBF; foi o que ele tinha pedido na oportunidade; pagamento de juros semestral; capital após a carência semestral também. As garantias dessa operações, a

COPEL, DERSUL, Penhor de Máquinas e Equipamentos de R$4.383.000,00, hipoteca de R$730.000,00, que era o que já existia, e mais essa procuração do CENPP. Na realidade dá quase R$4 milhões, porque ele já recebeu R$1.965.000,00. Amortização no ato de R$1 milhão, tá?

Aldo – Isso está escrito onde?

Batata – Ele não, na renegociação, ele dá R$1 milhão. A carta dele...

Aldo – Ele tem R$1 milhão.

Batata – Ele tem porque esse dinheiro era nosso. Era nosso, está aqui a carta dele oferecendo R$1 milhão; prazo 5 anos, ou seja 1 ano de carência, mais 4 anos. Amortização dos valores recebidos pela procurações dadas como garantia ao Banco no total da responsabilidade existente e aqui depois ele se reuniu com os 4 diretores, a gente recebeu de novo, os 4 diretores, que é o mínimo do Comitê I, ele diz que nós temos que respeitar os prazos e a garantia. Eu falei acho que uma coisa que também foi colocada ai, respeitando-se o prazo e a garantia existentes. Acompanhamento do setor jurídico lá da SUREG para elaboração do instrumento legal. então foi aprovada pelo Comitê I dessa maneira.

Neco – Batata, tem que cuidar, aqui na página 1/3, o item 10, a amortização dos valores não

Batata – As procurações, tem uma procuração DER/COPEL de R$6.420.000,00, tem uma procuração aí DER/COPEL de R$1.875.000,00, e tem uma procuração DERSUL que é R$4.015.472,95.

Neco – Essas são as garantias. Quero saber a dívida.

Batata – R$16.646.000,00.

Neco – Aqui fala as responsabilidades existentes.

Batata – Amortização dos valores recebidos pelas procurações dadas como garantia ao Banco.

Neco – No total da responsabilidade existente.

Batata – Justamente. O que a gente quis dizer ai é que todos esses valores seriam.

Neco – Que hoje são deles as procurações?

Paulo – Se quis dizer que vai se quitar toda a operação.

Neco – E não da dívida existente.

Batata – É, justamente, é isso aí, a dívida existente.

Neco – Isso não está claro.

Paulo – Prá evitar o que aconteceu com esses R$2 milhões.

Batata – É isso, prá quitar os R$2 milhões. A gente colocou aqui no total da responsabilidade existente.

Neco – A redação não está clara.

Batata – Não, mas eu entendi.

Elio – Vai acontecer o seguinte, se por exemplo nós recebermos aquela procuração de R$6.420.000,00 e nós tivermos próximo da amortização de alguma parcela, amortiza essa parcela, a diferença ele vai ter que cobrir, ele vai ter que dar outra procuração na diferença para nós liberarmos o total, caso contrários nós arcaríamos com tudo.

Gabriel – Porque o prazo é 5 anos.

Batata – Eu concordo com você. Na realidade ela está mais, isso ai não tem problema porque a gente pode corrigir aqui.

Neco – Então vamos corrigir.

Batata – Nós vamos corrigir. Lógico vamos corrigir aqui.

Elio – Temos que corrigir: as procurações, em caso de vencimento antecipado, e tal e tal...

Batata – É que aqui o seguinte, como nós já tínhamos dado parecer, daí ele fez reunião com a gente, a gente só aumentou ali, só que aqui no Colegiado.

Elio – Não, mas acho que tem que ficar bem claro...

Sérgio – Foi uma esperteza dele, claro.

Batata – Só que aqui no Colegiado.

Sérgio – Se ele receber esses R$12 milhões aqui e não tiver vencido nada nesses próximos seis meses, ele vai ficar com tudo.

Batata – Não, não. Nós só vamos liberar para ele o dinheiro porque essa procuração está conosco, se ele der outra garantia.

Aldo – Depois que eles pagam substitui por outra.

Gabriel – Isso tem que constar por escrito, depois que pago substitui por outra.

Sérgio – O que está escrito é o seguinte, ele vai receber do DER 2 milhões, se ele não tiver alguma coisa vencida, não, então tem que liberar também.

Neco – Então libera.

Aldo – Então só nesse item aqui, tem que incluir aqui...

Batata – Tem que fazer Emanuel uma. Vamos fazer de uma maneira... Veja bem, essas procuraçõ-es quando é DER/COPEL não, porque a Lilian passa pelo CENPP todo dinheiro liberado e ela monitora todo dinheiro passa pelo Governo Estadual. O problema é essa do DERSUL, é outra história.

Paulo – Deixa eu fazer uma coisa meio fora aqui, eu não muito desse negócio. O que o Banco pode fazer contra o DNER na questão daquela outra

procuração, que era nossa e eles jogaram para o BRADESCO?

Batata – É, veja bem, é poder, segundo o Milton Betenheuser você pode entrar com uma ação do colarinho branco, uma série de coisas, só que não vai resolver o problema também, entendeu, não resolve o problema.

Elio – O problema que você tem que analisar...

Batata – Se você entrar contra o DNER.

Sérgio – Nós tínhamos uma procuração...

Elio – Só se você entrar com uma ação contra o BRADESCO.

Sérgio – Não, mas veja o BRADESCO não tem nada a ver com...

Batata – O BRADESCO é o seguinte, eles mandaram um DOC, o pessoal de Brasília para o BRADESCO daqui. O cara recebeu o DOC, quitou os empréstimos que ele tinha também. Você não pode, como é que você vai entrar com uma ação?

Paulo – Mas veja o seguinte, se é uma pessoa dessa, um grupo desse tem a capacidade de fazer uma vez isso, de repente essas procurações aqui...

Aldo – Eu acho que nós deveríamos amarrar.

Batata – É o que eu estou tentando fazer, fazendo um rascunho aqui...

Neco – Elio, você poderia nos orientar como amarrar mais esse item 10? Aqui não está claro o objetivo.

Batata – Eu vou tentar fazer uma aqui, cada um faz uma aí, de repente a gente chega num consenso.

Aldo – Amortização dos valores recebidos pelas procurações,

Batata – Eu escrevi aqui Dr. Aldo: Amortização dos valores referentes as procurações dadas como garantia ao Banco, se dará da seguinte maneira, dois pontos.

Aldo – Aí estabelecemos um roteiro.

Batata – Isso, um roteiro.

Aldo – Procuração do DNER/COPEL data de tanto, amortizará tal valor. DER/COPEL amortizará tal valor.

Gabriel – Essa redação ele aceita?

Batata – Aceita. Nós discutimos em 4 Diretores.

Elio – Ele voltou aqui exatamente por causa disso, e aí ele colocou, se fosse fazer isso...

Gabriel – Qual é a segurança que a procuração é dada numa vez só, precisa registrar lá no órgão que vai pagar?

Sérgio – Sim, sim. Isso aqui vai ser feito.

Gabriel – Aí ele só registra uma procuração, claro. Mas é registrado lá?

Batata – É registrado. Lá em Brasília tem o pessoal do órgão..

Gabriel – Não, da COPEL aqui DNER?

Batata – Não, a COPEL aqui não tem problema.

Elio – Aqui não tem problema, porque o dinheiro transita no Banestado.

Batata – O único problema que tem aqui na COPEL é se o Secretário pagar por fora pra ele.

Elio – Quer dizer, a do DER e da COPEL a preocupação não é tanta, porque o dinheiro vem pra nós.

Aldo – Aí é que está, as vezes a ponta não controla. O gerente da ponta não fica sabendo.

Elio – O Pessoal do CENPP controla muito bem.

Aldo – O CENPP tudo bem.

Gabriel – Se alguém for na COPEL com uma procuração e falar olha, quando for receber isso aqui, deposita na minha conta porque eu tenho uma procuração.

Elio – Mas passa pelo CENPP. Não a procuração é nossa.

Gabriel – Mas se ele deu pra outro, outra procuração igual.

Aldo – Mas ele já fez uma vez isso.

Gabriel – Pode dar pra outro.

Elio – O que ele fez, ele foi lá em Brasília, no DNER, deve dado algum pra alguém pra fazer aquilo.

Aldo – Ele pode se sentir no direito de fazer novamente. Essa é que é a preocupação, nós temos que amarrar melhor isso.

Sérgio – A Prefeitura deu uma procuração pra nós recebermos um contrato aí, nós consultamos o Dr. Fausto, ele falou pra pessoa que não podia, sob pena de o Banco pagar duplicado.

Gabriel – E a gente não pode, não sei se seria o caso, mas em todos os casos, porque a COPEL e o DER registrasse a operação na ordem de preferência, a primeira que registrou, porque a procuração que ele deu pra nós ele pode dar para o BRADESCO, não pode? Mas Dr. Aldo, eu digo que todos os empreiteiros são desonestos mas tem aquela piadinha, mas todos os desonestos são empreiteiros. Então é difícil de, quer dizer, ele já tapeou a gente uma vez, ele agiu mal. Agora isso aqui 16 do 02, se a gente não acertar, está de uma forma que foi feito tudo ontem. O que falta é esclarecer bem esses

itens. Isso representa R$40. Milhões para nosso CL, e o que sai do CL, melhora o nosso PL.

Aldo – Então, a gente amarrando bem, e o CENPP sendo alertado essas operações maiores o CENPP deveria ser alertado.

Gabriel – Exatamente.

Neco – É aquela idéia do Controller.

Gabriel – Exatamente, é isso aí, as grandes operações, ser tratado por um grupo, não é Dr. Elio?

Aldo – Essa não é. São operações novas as composições, dação em pagamento.

Elio – Aliás o RACHED me falou olha, ninguém do Banco vai lá falar comigo, nem para tomar um cafezinho.

Aldo – Sim mas ele vive aqui!

Batata – Ele conversou com todos os Diretores do Banco, e daí na última estava, ele disse que a gente não atendia. Eu disse em quanto o senhor não fizer uma carta dizendo como quer renegociar, não tem como a gente conversar. Porque você conversa, ele conta a história tudo de novo: mas o Senhor quer assim? Não, eu quero TR "seca". Porque a primeira carta é TR "seca". Ele não chega num acordo nunca. Não essa carta é a segunda.

Aldo – Você já tem as atas aí seu Batata?

Batata – Não, eu estou colocando o conceito: amortização dos valores referentes às procurações dadas como garantia ao Banco, se dará da seguinte maneira: a) DER/COPEL R$6.420.000,00 e R$1.875.000,00, pagamento de juros e capital vencidos; b) DERSUL R$4.015.000,00, pagamento de juros e capital vencidos, c) procuração junto ao CENPP, pagamento juros e capital vencido; d) os valores somente serão liberados à Empresa, caso a mesma substitua procurações por outras garantias. Não sei o que a gente...

Gabriel – Outras procurações.

Aldo – Mas porque já abrir essa possibilidade pra eles?

Batata – Não, é porque dentro do prazo de carência, ontem ele veio conversar com nós, vamos dizer que com um mês de carência ele recebe um valor, aí não tem como nós prender porque nós demos um prazo de um ano de carência pra ele.

Elio – Se ele não substitui por outra procuração.

Batata – Por isso é que eu estou escrevendo aqui. Os valores somente serão reintegrados a empresa caso a mesma substitua as procurações por outras equivalente, né.

Aldo – Exatamente.

Gabriel – Não por outras garantias, por outra procuração.

Batata – Colocar mais alguma coisa?

Aldo – Não, eu acho que ficou bem amarrado.

Batata – Acha que está bom assim, ou vocês querem aumentar mais alguma coisa?

Aldo – Não.

Gabriel – Agora, isso que o Dr. Aldo falou, o Dr. Aldo e o Elio, eu acho importante dar conhecimento ao órgão Controlador, dessas operações são feitas, das que está na agenda, colocar na agenda, quando vira a página, hoje venceu tal da XINGU.

Batata – Veja bem, quando é da Secretaria da Comunicação, DER, COPEL, qualquer órgão do governo que faça pagamento através do Banco do Estado, a menina vai no sistema, vê o nome da Empresa, e vê se tem alguma responsabilidade no Banco. Assim que ela procede. Se tem ela já desconta, se não tem daí elas liberam o dinheiro, dessa maneira. Posso colocar essa outra?

Aldo – Por favor, a proposta, tem DM.

Batata – Essa outra termina esse trio polêmico. CIDADELA terminou acho que o contrato essa aqui também, e a DM que chegou ontem à tarde mas a gente fez questão de conversar com alguns Diretores prá passar também, porque é mais R$15.000.000,00 aqui também, que nesses três casos aí são R$50.000.000,00 de renegociação e tem mais a parte do Elio lá ainda também que tem que passar. ECC Não Rotativo R$15.000.000,00; Prazo 365; Taxa TBF "Seca". Ele fez uma carta aqui para o Banco do Estado. Ele já tinha conversado anteriormente até com o Presidente com o Alaor, conversou comigo várias vezes, conversou com, eu acho que com quase todos os Diretores também. Então veja bem, o que é que ele está propondo pra nós. Ele deve R$32.507.044,00, e o que é que a gente fez, veio a proposta da Agência que fez a carta, então veja bem, ele deve uma operação de R$8.000.000,00, que está em R$12.059.l76,00, deve uma operação de R$5.500.000,00, que está em R$5.803.524,00, deve operação de R$1.700,000,00, que está em R$897.000,00. Esses, o capital era R$15.200.000,00, e hoje está em R$19.760.317,00. Foi feito um recálculo, porque está vencida algumas dessas operações, com taxa do próprio contrato, que se chegou em R$18.523.108,23. Ele vai pagar o juro que dá R$3.323.108,53, e mais R$200.000,00 do capital, que ele vai, ele quer retomar os R$15.000.000,00, um ano de prazo, pagamento de juro e capital no final. E fica só o FINAME prá renegociar, eu acho que o Elio vai trazer.

Elio – Esse já está ok.

Batata – Já está ok também né?

Aldo – É R$18.500.000,00 ou é R$18.300.000,00?

Batata – R$18.523.000,00 tudo.

Elio – Aqui em cima está, da R$3.553.000,00 e no meu R$3.323.000,00.

Batata – Mas ele vai pagar mais R$200.000,00 do capital, que era R$15.200.000,00 do capital né? Das três operações, e daí fica só R$15.000.000,00. Então veja bem, a agência aqui relacionou operação por operação tudo certinho, Mesa de Negócio também foi favorável; Prazo de 1 ano; Taxa de TBF "Seca", que na realidade ele já tinha até tratado, eu acho que o Alaor estava também presente nessa negociação. A COPEL deverá manter aplicação financeira de igual valor durante a vigência da presente operação com remuneração de 60% do CDI, para viabilizar a taxa da TBF "Seca" conforme negociação mantida com a DIRCO. A DIRCO estava presente nessa negociação, tá. Efetiva constituição da garantia de penhor de máquinas e equipamentos no valor de R$17.843.000,00 mais a manutenção da hipoteca no valor de R$1.900.000,00, e procuração da COPEL de R$12.000.000,00, que já existia essa garantia, tá? Pagamento final de encargo: ele não quer pagar semestral, ele quer pagar só o juro final porque termina dessa negociação, essa obra termina essa obra o ano que vem, e segundo a Agência aqui que também colocou aqui, conversou com ele, a gente também conversou com ele, essa obra aqui vai, olha aqui, pelas informações que obtivemos junto à Empresa, contrato entre a COPEL e DM, deve encerrar em dezembro de 1998, porém a obras deve se encerrar definitivamente em junho de 1999, e o saldo a receber da COPEL gira em torno de R$90.000.000,00, mais um possível reajuste poderá ser aprovado pela COPEL de R$20.000.000,00, ele escreveu aqui: desconhecemos os valores necessários para acabar a obra. Na realidade esses R$20.000.000,00 é uma diferença, segundo ele foi feito um levantamento por uma empresa credenciada ele está alegando prejuízo, então ele conseguiu provar isso aí junto com o pessoal da COPEL e está sub-judice isso aí, o pessoal da COPEL ficou de realmente estudar e ver o que é que pode ser pago pra ele, né, até porque o Governador quer inaugurar agora antes da eleição.

Paulo – Eu quero fazer uma pergunta só, eu acho que cabe no valor maior. Esta dentro dessas máquinas e equipamentos no valor de R$17.843.000,00. Isso é uma, já teve uma avaliação pronta disso ou ainda vai prá ser feito?

Batata – Não, essa aí já, esses contratos aqui, existem garantias, cada contrato destes, um tem garantia de procuração, e aqui, veja bem, máquinas e equipamentos relacionadas fará parte integrante da proposta, a Agência tem uma cópia lá, a Empresa, estamos encaminhado pedido de avaliação ao DEPA para inflacionar percentual de garantis dentro do exposto, então eles estão, já encaminharam para o DEPPA, e o DEPPA vai fazer avaliação, certinho, então.

Paulo – Certo, a pergunta então foi, acertei na pergunta então vamos lá, você entende a pergunta. Então eles estão encaminhando.

Batata – Estão encaminhando.

Paulo – O que eu acredito, é que esta avaliação não chegue.

Batata – Mas porque?

Paulo – Porque está superestimado.

Batata – Superestimado.

Paulo – Na hora que for fazer realmente, certos equipamentos tem uma depreciação terrível.

Batata – É. Dentro das propostas todas, eu acho essa proposta a menos ruim né? Porque ele está pagando praticamente R$3.500.000,00, está entrando no caixa do Banco, eu acho que se nós não pegar forte nisso aí, tem que pelo menos, esse trio aí olha, eu não agüento mais falar. Então a TBF hoje, porque se você vai na justiça, primeiro, você vai pegar 10 anos vai ganhar o que? TR +0,5% ou + 1%, além de uma revisional de juros, então...

Aldo – Como é essa história?

Paulo – Eu sei mais ou menos.

Aldo – A COPEL vai depositar no Banco mais R$15.000.000,00, mas vai aceitar uma remuneração menor, pra compensar a TR. Eu faria duas observações Batata, primeiro eu tiraria essa, da Ata TBF "Seca", porque fazer "Seca" aqui.

Batata – Mas ai a Mesa colocou TBF "Seca". Eu tiraria o "Seca".

Aldo – Eu não colocaria na ata essa aplicação.

Batata – Tirar. Eu também, veja bem, Como a mesa de negócios.

Aldo – Tira daqui mas não tira da aplicação.

Batata – Como a Mesa colocou isso aí, a Mesa dá o parecer dela e a gente vai segundo o parecer dela.

Elio – Aí eu concordo, você poderia deixar, por exemplo sem os 60%.

Gabriel – Mas eu acho que, olha mesmo assim, se a COPEL sofreu uma auditoria lá, aí você pode achar um favorecimento pra um ou prá outro.

Batata – Pode achar não, vão achar.

Gabriel – Porque ela está garantindo uma dívida de empreiteiro, a COPEL não pode isso, eu acho que eu tiraria.

Batata – Sabe porque nós colocamos aqui, porque de repente a gente não coloca casos dessa natureza, o pessoal vai dizer não, não você está omitindo, então a gente colocou tudo.

Aldo – Não, foi bom ter colocado.

Batata – Foi colocado até a título de conhecimento.

Aldo – Porque esteve aqui esses tempos o Presidente da COPEL e o Diretor Financeiro. Mas essa medida tem que ser concomitante, assinou e deposita.

Batata – Exatamente. Eu conversei com o financeiro.

Aldo – Tem que saber onde é que está esse dinheiro.

Batata – Na realidade esse dinheiro...

Paulo – Falando em dinheiro, Dr. Aldo eu acho que o Valdemar tem razão, que se tira ali o negócio de 60%, mas diz pra COPEL que vai manter.

Valdemar – Prá nós Banco, é bom constar essa informação, porque afinal 60% esta boa também.

Aldo – Pois é alguém me falou certa vez, parece que o Banco Central não permite esse tipo de casamento eu não sei, parece meio incestuoso. Teria que ver esse caso.

Elio – Você acha o que? Melhora ou prejudica?

Valdemar – Não eu acho que nós o pessoal quer uma operação melhor para o Banco essa informação. Não é uma operação que o Banco vai ser lesado.

Batata – Prá nós é um bom negócio.

Paulo – Essa informação ela, agora, excluímos essa informação.

Aldo – Tem que ter por expresso isso na ata.

Valdemar – Não eu acho que, prá nós eu deixaria isso aí, agora...

Batata – É pra nós não tem problema nenhum, pode dar problema pra COPEL.

Elio – Batata, isso aqui...

Gabriel – Porque a COPEL aplicar 60% do valor financiado aqui é uma negligência do aplicador no sistema financeiro.

Batata – Apesar que ela pode justificar pelo serviço que a gente presta para ela.

Gabriel – Não tem justificativa, isso é que nem comprar precatório.

Elio – Para o Banco Central é setor público.

Batata – Não, não porque a Empresa não tem nada a ver com o setor.

Elio – Não é a Empresa mas a garantia que está sendo dada.

Batata – Não é garantia da COPEL, a COPEL não está dando garantia, ela está tendo , uma funding pra nós, prá viabilizar, porque ela tem interesse no término da obra e...

Gabriel – Um funding pra nós. E acho que não pode ser registrado.

Batata – Vocês que sabem.

Gabriel – Isso é um acordo básico, eu acho que não deve ser registrado.

Batata – Vamos tirar, né. Eu acho que prá nós não pode mas pode pra COPEL a não ser, aliás. Conclusão da Diretoria reunida então, excluir os 60%? Só deixar a COPEL ali?

Gabriel – Tira da Ata né?

Aldo – Valdemar, argumente mais aí nessa...

Valdemar – O meu ponto de vista

Aldo – O que é que você acha? Desculpe...

Valdemar – O meu ponto de vista é o seguinte, corre o risco de alguém vir fazer uma auditoria da COPEL e descobrir aqui, não tem? Agora nós sermos questionados, que isso aqui não vai trazer problema prá nós, muito pelo contrário vai mostrar que a operação é melhor para o Banco.

Batata – Essa informação...

Paulo – Há um ano não é a mesma administração da COPEL, eles podem também sair disso aqui, ou seja, ficar com o ITAU, um exemplo.

Elio – Batata, qual é o custo acumulado na PPO?

Batata – Na PPO? Deixa eu dar uma olhadinha para ver se eles colocaram, não aqui não traz.

Elio – Se colocaram na PPO, tem que excluir na PPO também.

Sérgio – Precisamos ouvir o Presidente aqui na...

Batata – Não, não consta não.

Elio – Não consta?

Batata – Na realidade eles não tem nem dinheiro, eles não tinham nem conhecimento.

Neco – eu acho que o item 4 deve ser retirado inteiro.

Batata – Aprovado, retirando o item 4 e TBF "Seca"

Aldo – Eu também acho.

Elio – Porque veja bem, isso é um acordo entre as duas diretorias.

Gabriel – Tira a TBF também ou não? Só o "Seca", né?

Batata – Só a palavra "Seca" aliás eu nem sei porque escreveram essa "porra" aí. Eu acho que uma taxa ótima, uma taxa básica de financiamento é muito melhor que TR. Não digo "Seca", a palavra "Seca"

Neco – Batata, eu pediria aos Senhores nessa página que, não sei número de página que é mas no item 4, tirar todo o parágrafo. Excluir esse troço.

Elio – Excluir todo.

Gabriel – E remunera.

Batata – Excluindo o item 4 da Mesa de Negócio, né? Exatamente. Porque isso aí no acordo é um fio de bigode né? Vamos dizer assim né?

Sérgio – Ele não pode fazer, ele está lesando o interesse da COPEL.

Gabriel – Agora que o mutuário, no caso dele não saiba disso.

Batata – Não ele sabe.

Gabriel – Não ele não sabe que nós estamos retirando isso da Ata.

Neco – Então a respeito da COPEL ali na folha no item 8, mais ou menos na metade a operação da ordem de R$8.500.000,00. Parecer, eu não lembro do empréstimo R$1.679.974...

Batata – É R$5.500

Neco – Eu queria que explicassem, essa operação quitou duplicata, e o Banco descontou duplicata e o Banco estornou prá ele?

Batata – Olha aqui, essa operação foi iniciada em 14.04.96

Neco – Você que estava em Maringá nessa época.

Batata – Não, não. Eu estava em Maringá mas não foi feita em Maringá não, foi feita aqui em Curitiba na Agência Bacacheri. Isso aí, lembra aquela história do Shopping, o Shopping quando foi feito leasing, era para pagar essa duplicata aqui e que essa empresa ia descontar. Acontece que eles liberaram o dinheiro aqui, não se conversou Leasing e a Diretoria aqui, e deram o dinheiro para a Empresa. Porque nós fizemos uma, uma das coisas que na época foi feita a operação, porque já existiam operação de R$4.000.000,00 que é a ação que a DM tem até hoje contra o Shopping que é dessa duplicata não paga. O cara tirou o dinheiro, quer dizer, o dinheiro está tudo na nossa mão de negócios, não falaram, certo.

Neco – A duplicata é emitida pela ASPEN PARK?

Batata – Emitida pela ASPEN PARK.

Neco – Deve ser prestação de serviços que a empresa fez para construir

Batata – É a DM fez prestação de serviços.

Neco – Agora, como que nós não estamos sabendo de um volume desses não passou pela Diretoria?

Batata – Não, eles conversaram, o pessoal da Leasing conversou, só que ligaram prá nós depois que já tinham tirado o dinheiro, o dinheiro foi liberado aqui em Curitiba, portanto foi liberado aqui na agência Bacacheri. Era liberado aqui pelo Bacacheri.

Neco – O gerente tinha alçada de R$6.000.000,00?

Batata – Não, foi autorizado pela Diretoria, Presidente.

Neco – Mas como a Diretoria faz, sabe que é da Leasing?

Batata – Mas é isso que eu estou dizendo, é tudo dentro da mesma casa, o Senhor entendeu? Nós mesmo liberamos o dinheiro para o cara e não pagamos nossa dívida. O Senhor entendeu?

Aldo – Abril de 96?

Batata – Abril de 96. Não, não sabia estava tudo as mil maravilha.

Paulo – Estava começando a explodir.

Batata – Na realidade explodindo aqui por um pessoal que sabia, a gente que estava fora daqui não sabia.

Neco – E estou me informando aqui, porque eu me lendo, recebi um processo ASPEN PARK pela Leasing, é anterior ao problema da ASPEN PARK.

Batata – Esse valor quando foi liberado, até foi conversado com o pessoal da Mesa aqui,

Neco – Então na ASPEN PARK, vamos supor é R$10.000.000,00 na Leasing. R$8.000.000,00?

Batata – É foi feito na época era R$8.000.000,00. Hoje deve ser uns R$14.000.000,00. R$8.000.000,00, e dos R$8.000.000.00 iriam pagar essa dívida, eles já tinham no Banco do Estado desconto de duplicatas, esses R$4.000.000,00 aqui, R$6.000.000,00, o Senhor me entendeu? Quer dizer a Empresa iria pegar R$2.000.000,00

Neco – A DM pagou pra eles e a DM não pagou pra nós.

Batata – A DM, julga-se que a DM fez o trabalho com a ASPEN PARK, do Grupo, veio no Banco do estado, o Banco descontou porque sabia que a Leasing iria liberar o dinheiro pra eles. Só que a Leasing liberou e não avisou estou liberando aqui, debite a duplicata o Senhor me entendeu? Aí nós ficamos com duas dívidas o ASPEN ficou devendo e a DM ficou devendo, e ficou devendo pro Banco do Estado. Então é uma barbaridade né? Fazer o que?

Neco – Eu estou ficando escolado.

Batata – Não, olha isso aqui foi a maior pateada que eu já fiz na minha vida, agora saber o que é que aconteceu fica difícil.

Paulo – A hipoteca também.

Batata – A hipoteca também, veja bem foi feita aqui em Curitiba e não quiseram hipoteca....

Batata – Com exclusão do Item 4.

Emanuel – Exclusão do item 4 por completo, e deixa só a TBF, nada de "Seca".

Batata – Isso, do item 4 do parecer da Mesa de Negócios né?

Aldo – E ali na Mesa de Negócios, também operação proposta da COPEL, também retira a palavra "Seca"

Batata – Todos "Seca".

Aldo – O que fala em "Seca" aí

Paulo – Molha toda ela.

Batata – Isso é no item 2 excluir onde existe, eu não sei porque que escreveram "Seca", tinham que escrever pelo mesmos molhado então, porque eu acho que, escrever "Seca".

Emanuel – Excluir todo esse item 4, transcreve...

Batata – Só que daí você transcreve do jeito que está aí.

Emanuel – Transcreve-se o parecer da mesa e a decisão da Diretoria diferente disso. Ou já na própria...

Batata – Espera aí, não, você tem que tirar se não fica na Ata você vai deixar vestígio.

Emanuel – Pra não deixar vestígio tem que tirar o próprio parecer da Mesa?

Batata – O próprio parecer da Mesa.

Emanuel – Então você tem que pedir para eles refazerem esta proposta aqui.

Batata – Você vai ter de refazer...

Neco – Eu queria dar uma sugestão aqui no item 2, assim redigido: pagamento dos encargos nesta data totaliza R$3 milhões. já recalculado expurgando-se a mora. Eu quero dizer o seguinte, o pagamento dos encargos, expurgando-se a mora, os encargos que nessa data totaliza, que nessa data já recalculado totalizam R$3. 303.000.000,00. Inverter, só para dar mais ênfase.

Paulo – Inverter, prá dar mais ênfase.

Batata – Daí a gente tem que falar com a Mesa de Negócios lá viu Emanuel, fazer...

Neco – Que o pagamento dos encargos, expurgando-se a mora, que nesta data totaliza, que nesta data, já recalculado totaliza R$3.303.000.000.

Batata – Muito bem Presidente. Também tem muitas coisas que ficam sem sentido, mas como é outras pessoas que dão o parecer fica difícil a gente...

Neco – Eu queria também no item 5 na proposta da DM, eu sugeriria uma reavaliação dos equipamentos e pedir ao oficial da garantia o penhor de máquinas e equipamentos. Solicitar uma reavaliação dessas máquinas.

Batata – Não mas no parecer da superintendência, esta aqui ó, efetivo constituição das garantias com avaliações atualizadas pelo DEPPA, no parecer da SEREG, da Superintendência aí, na penúltima folha, é porque na realidade...

Neco – O item 5. Efetiva constituição da garantia e penhor de máquinas e equipamentos no valor de R$17 milhões.

Batata – Ah, o Senhor está no mesmo aí em baixo. Efetivo processual da garantia.

Neco – Mais manutenção de hipoteca e procuração da COPEL no valor R$12.000.000,00.

Emanuel – Eu poderia colocar as avaliações deverão ser atualizadas pelo DEPPA.

Batata – Sim. É que eles não colocaram, o próprio Comitê. Coloque isso aí porque daí a gente conversa com a MESAN.

Neco – No início da operação, vamos supor que as máquinas continuem as mesmas, elas não tem o mesmo valor.

Batata – Não, é verdade. É que aqui. Não precisa modificar, é que na realidade nós nem poderíamos mexer no parecer da Mesa de Negócios, certo? Mas como tem o negócio da COPEL que já vai mexer, então já concerta o resto também, porque o parecer não é nosso é parecer da Mesa.

Elio – Mas viu o Batata você não está mexendo, você esta acrescentando.

Batata – Veja bem, o parecer deles... Nós não podemos mexer no parecer deles.

Gabriel – Porque? Nós podemos retificar. Não senhor, a Diretoria aprova da seguinte forma, seria eliminado aquele item 4.

Batata – Nós como é a Mesa que está aqui, o que a gente pode fazer, é olha o item 4

Gabriel – Não há necessidade de decidir, o critério é o seguinte, não veio para a Diretoria homologar?

Batata – Certo.

Aldo – A Diretoria homologa através de uma nova redação.

Gabriel – Exatamente.

Aldo – Refaz a redação.

Batata – Deixa eu só repetir, é isso que ele está dizendo. É porque se a gente aprovar do jeito que você está falando, nós vamos aprovar mediante isso sim, só que se nós não mexer, vai ficar escrito aqui com o parecer deles, então nós vamos ter que mexer.

Gabriel – Eliminar o item 4.

Neco – Eu tenho outra sugestão aqui na 2ª folha, lá em baixo. A Empresa também pede isenção de TAC.

Batata – É Taxa de Abertura.

Neco – Não está abrindo nada. É uma recomposição de dívida.

Batata – Sim, é por isso que ela está pedindo isenção. Toda vez que faz um contrato novo, automaticamente nós cobramos pra....

Neco – Não é contrato novo.

Batata – Nós entendemos como contrato novo, mas nós estamos isentando ele. O que é errado né?

Neco – Batata, ontem eu ouvi dos funcionários lá de Londrina, um tal de INOC.

Batata – Não, isso não existe mais não.

Paulo – Deu alguns PAs esse tal de INOC, ai.

Batata – Nós éramos contra porque o seguinte: o que a gente não quer pra gente, a gente não deve desejar para os outros. Por exemplo. Imagina que você ter uma conta no Banco e forem debitar uma coisa prá você, eu fico puto da vida se acontecer um negócio desses.

Neco – Eu não, eu gosto. Batata quando da avaliação do DEPPA não foi relativa aos equipamentos e sim ao percentual de garantia.

Batata – Aonde o Senhor diz?

Neco – "Estamos encaminhando pedido de avaliação..." No final da primeira página: "estamos encaminhando pedido de avaliação ao DEPPA, para equacionar percentual em garantia".

Batata – Certo. Mas é que isso aqui é o Parecer da Agência. Nós não podemos mexer no parecer deles mas nós temos que aumentar no nosso.

Aldo – Batata, chama o Edson e o Luiz Sérgio, eles são bons, eles entendem esse item aqui.

Batata – Não, isso aqui nós vamos de fato, eu não estou dizendo em relação à Agência...

Aldo – Mas tinha que solicitar até por uma questão de garantia deles, eu entendo aqui a posição do Comitê da DIROP, mas eles vão compreender também que essa vinculação da procuração da COPEL aqui vai ficar.

Batata – Não, isso daqui já está definido, nós vamos tirar, porque ali não tem problema eles puxam outra PPO disso aqui, a gente já tira vai excluir isso aí. Se a gente colocar no nosso, é o que eu estava dizendo ao Gabriel, vai ficar no parecer deles, e daí fica a mesma coisa.

Neco – Terminou Batata?

Batata – Terminei sim.

Neco – Eu pediria um, favor ao Cequinel, que está respondendo pela Diretoria de Recursos Humanos, assunto referente a Empregados à Disposição da Associação Banestado.

Valdemar – Nós apresentamos essa proposta na Reunião da Diretoria anterior. Na realidade é o seguinte: a Associação pede a manutenção da disposição dos funcionários e isso fica uma coisa pendente conosco quanto a esse pagamento. Então "a pedido da Associação Banestado, autorizando a disponibilização de empregados para prestar serviços àquela Associação, sendo que as despesas de pessoal tidas com esses empregados seriam arcadas pelo Banestado por um período de 180 dias, cujo o término se deu em 12.12.97" Lista dos Empregados: "O Banestado têm um custo total mensal com os empregados acima citados, no importe de R$38.129,39 base de janeiro, já acrescidos os encargos. Informamos que os ressarcimentos dos valores devidos pela Associação Banestado relativo às despesas dos empregados que estão ou estavam à disposição daquele órgão após o termino do período de 180 dias acima citados, ou seja, 12.12.97, encontra-se pendente até a presente data. A Proposta da Associação: a Associação solicita a manutenção da liberação dos empregados até dezembro de 98, comprometeu-se a efetuar os ressarcimentos das despesas a partir da folha de pagamento de março de 98, através de dedução dos créditos referentes ao contrato de utilização das instalações da Colônia de Férias de Praia de Leste", para nosso treinamento. E a proposta da DIRHU. Nós conversamos com o Presidente, a DIRHU, está fazendo a seguinte proposta, ele concorda com a proposta da Associação, mas sugere, que os débitos anteriores relativos aos ressarcimentos, e que encontram-se pendentes dessa data, sejam transformados em créditos para outros uso futuros junto a AB conforme a base. Dezembro R$14.000.000, janeiro, R$38.000,00, fevereiro R$37.000,00, total de R$90 mil. Na cotação do dólar, hoje nós teríamos um débito de R$80.272,00 com a Associação Banestado.

Batata – Boa idéia essa.

Valdemar – Obrigado.

Neco – Nós não compramos água da mineral deles?

Paulo – Não. água nós compramos de distribuidores, que coincidentemente compra deles. A aquisição não é direta, nós não podemos, O Tribunal de Contas quase nos matou em 95. Proibiu a compra direta.

Neco – Então nós podíamos ficar com esse crédito, essa é a minha opinião, sugestão, poderíamos usar o hotel deles.

Valdemar – Isso, conforme vai usando vai amortizando.

Neco – Vai amortizando, inclusive com aqueles cursos lá em Pontal, na Praia de Leste, não precisa cobrar tudo de uma vez só, cobra em duas, três vezes. Mas deixar de cobrar não. Eu queria submeter aos Senhores para apreciação, para aprovação a proposta da DIRHU, quem estiver de acordo que permaneça como está caso contrário que se manifeste. Então está aprovada a proposta da DIRHU. Agora assunto da Presidência. Esse assunto da Presidência, eu queria conversar a respeito dessa apreciação da publicidade que está sendo solicitada através do Shalapak e Juracy Moreira, na folha 6/1, o volume que se gasta. Nós temos dois compromissos, um com o Banco Central de reduzir o custo de adequação e o outro que é conter os gastos, e também o compromisso a permuta das horas extras assumidas para reduzir custos de patrocínio com publicidade. Então eu gostaria de solicitar nós retirarmos esse assunto aqui que são vários assuntos eu e o Dr. Aldo. Para ver qual e a expectativa do Palácio do Governo com relação a este ano, é um ano político, e aqui também nós temos uma informação só do Shalapak, não tem do Palácio, a Assessoria de Comunicação aqui do Banco é muito vinculada a compromissos com o Palácio do Governo e eu não estou em condições de apresentar aos Senhores, porque eu não tenho as informações. Esse assunto vai ser tirado de pauta e o outro fica prejudicado. Isso aqui fala só o que foi aprovado em Agosto de 1997 e proposta para Agosto de 1998. Só os veículo de comunicação, mas não fala os valores.

Emanuel – Perdão, Presidente essa é uma abreviatura de AGO – Assembléia Geral. É publicações aprovadas na AGO de 97, Assembléia Geral. Ordinária.

Paulo – Isso aqui eu acho que não tem problema de aprovação porque é só o órgão que vai veicular as informações oficiais do Banco. E essa distribuição aqui é uma distribuição eqüitativa por órgãos da imprensa.

Neco – Então eu vou submeter para votação. Primeiro deixa eu fazer uma correção na folha 4, é Folha do Paraná não é Folha de Londrina. Também na folha 4/1, aonde se lê Folha de Londrina, leia-se Folha do Paraná.

Emanuel – É nós colocamos uma observação que ela circula com outro nome. Em Londrina ela circula Presidente, como Folha do Paraná também?

Neco – Tem a página de Londrina, não tem mais a Folha de Londrina, com a Folha do Paraná. Imprensa Jornalística Folha de Londrina mas o nome fantasia é Folha do Paraná. Então vou submeter aos Senhores da página 4 – SEGER, Publicaçõ-es Legais do Banco do Estado do Paraná e das Empresas Banestado e Ligadas referentes a 1998. Quem estiver de acordo que permaneça como está caso contrário que se manifeste. Então está aprovada, conforme as observações de alteração dos nomes reais dos jornais e veículos de comunicação. Aprovado. A outra matéria é da área do Batata, Gabriel.

Gabriel – A primeira EBERLE, renovação de limite especial exportação, o valor de R$11.500.000,00, 180 dias, taxa, garantia nota promissória e aval. Foi deferida pelo parecer da GEROI, ou seja, renovação de um limite de R$2.500.000,00, por 180 dias, com conseqüente integração das responsabilidade. Também aquele problema de Limite de Crédito continua. A EBERLE tembém baixa carta de crédito de R$29.500.00. A empresa enquadrou-se em 16.03.98, Limite Especial de SE. Não está enquadrada bem como seu Carta de Crédito Importação, Caução em Duplicata, foi indeferida. A ultima é da COCAMAR é de R$670.000,00. Essa operação foi depois, inicialmente era de R$614.000,00 a COCAMAR pagar os encargos depois a COCAMAR não tinha como, foi pago os encargos e foi para R$670.000,00 para incluir os encargos. O Limite do Crédito não tinha, não tem, porque é uma operação de recálculo, a empresa com limite baixado em 30.11.95. Então a COCAMAR é uma Empresa que está sendo tratada a renegociação.

Neco – Agora o Batata.

Batata – O Elio.

Elio – Serraria Santa Lúcia. É uma operação pequena, uma Empresa de Paula Freitas. Ela faz compensados. A operação foi feita em função que eles tiveram um problema lá com um vendaval, derrubou boa parte do barracão e aí até é interessante porque o empresário tinha dinheiro prá fazer e que se ele fosse fazer acabaria o capital de giro dele. Então ele veio ao Banco para fazer uma operação. A operação foi aprovada no Comitê II, R$80.000,00

com 5 anos de prazo, isso vai dar R$2.000,00 por mês.

Neco – Então Batata na folha 3.

Batata – Então vamos ver na página 3. Isso. A ACPLAST é um ECC Rotativo de Caução de Duplicatas. É uma reforma, então não tem, limite anterior dela é de R$100.000,00 vencida em 96 também, restrições protestos, restrições financeiras, tinha problema no BEC, um monte de problemas por isso é que não tem, então foi transformado esse ECC em duplicata, eles, a cada duplicata que eles devem pra nós, eles estão deixando entre juros e amortização 10%. Carlos Xavier Simões, ECC Não Rotativo, na realidade aqui é R$400,000,00 mas depois disso foi feito, aumentou-se mais o juro na operação, essa operação é a primeira, tem uma segunda que vai vir também para liquidar um problema que já existia. Também. Ele tem, foi cancelado o limite dele por rescisório. Companhia de Informática do Paraná – CELEPAR, tem uma reforma, era R$3.000.000,00, veio baixando R$2.497.000,00 que recebemos, também ele não tem limite, não tem coisa pública na operação feita dentro da margem de endividamento e a Cooperativa Vale do Ivai, também uma reforma de R$450.000,00 com duplicatas, e abaixar também com restrições, operações vencidas.

Paulo – Só uma pergunta, podemos operar com a CELEPAR?

Batata – Não, não pode. Mas já existia essa operação. Mas não tem outra alternativa, não pode, a CELEPAR já devia R$3.000.000,00 pra nós, foi até conversado com o Giovani e com o pessoal da CELEPAR eles estão baixando.

Paulo – Quem que veio o Augusto?

Batata – É, foi conversado com o pessoal da CELEPAR pelo CENNP. Na realidade essa operação não poderia ser feita lá no passado, foi feito, quer dizer, é uma das poucas operações que não pode fazer porque é do Estado. Então, mas isso ai é de conhecimento do próprio Banco Central, foi feito lá atrás, só nós resta, a gente tentou liquidar tudo isso aí, fazerem em outro Banco, foi conversado com o Giovani mas não tinha também como liquidar a operação.

Paulo – Só uma observação. Para nós conseguirmos implantar o CDC do funcionário público a CELEPAR faz uma dificuldade terrível, para renovar empréstimo aqui tem que São umas coisas de única mão.

Batata – Nós brigamos para baixar mas não teve jeito. Não tinha dinheiro.

Neco – Batata, eu queria levantar uma questão aqui, o Carlos Xavier Simões eu sei uma operação foi salientado na operação para que se aprovasse, mas eu só quero umas informações. Aqui estão dizendo valor ECC Não Rotativo R$400.000,00 e o total das responsabilidade está R$429.014,00.

Batata – Na realidade esses R$400.000,00 Presidente, ele nem foi feito essa operação, vai vir outra de R$469.000,00 já foi totalizado, inclusive porque a gente tinha mandado R$400.000,00 para ver se ele pagava os juros, mas ele não teve dinheiro daí veio outra, outro pedido de R$469.000,00, já co-autorizado uma de R$469.000,00 para ele baixar. Eu acho que até que a Maria Odete conversou com o Senhor a respeito disso. E o Giovani ligou pra mim, eu disse não seu Giovani já foi, porque na realidade ele não queria assinar a reforma aí o Giovani ontem me ligou e falou Batata, ele está aqui na minha frente, então ele falou que vai assinar, então você fala para a Maria Odete aí, eu falei com a Lu e ele foi lá no Banco assinar ontem.

Neco – Esses dois assuntos, esse aqui específico e o outro do AT, quando foi que o Giovani estava aqui, chegou o Secretário do AT e eu saí e eles conversaram e ficou acertado, como eu não sei.

Batata – Foram conversar comigo, mas eu não estou sabendo.

Batata – O que eu estou sabendo é que o Giovani, o Nilton Mariano, eu falei com o Nilton ele disse que conversou com o Giovani e o Giovani falou não, isso aí eu não quero saber.

Neco – Ele falou isso ?

Batata – Falou para o Nilton.

Neco – Precisamos conversar.

Batata – É verdade. E então ficou, pelo menos o que o Nilton disso isso, desse pra mim. Até o Nilton falou poxa, na hora de fazer e agora o Secretário falou isso eu não sei o que é que vai ser feito. Aí seria importante conversar com o Nilton na hora que ele voltar de, pelo menos foi o que ele me disse para nós no Comitê, eu não sei se vocês estavam presentes.

Neco – A informação é que era para renovar a operação, foi o que dito e foi renovada.

Aldo – Qual é o valor, é quatrocentos e?

Neco – R$434.000,00.

Batata – Não, na realidade essa operação foi até autorizada a reforma, não no nome da Empresa.

Neco – Foi dividido em três empresas.

Batata – Não, foi feito numa só.

Elio – Eram três empresas, dois milhões e pouco, onde entrou os precatórios aonde passou para esses seiscentos e poucos.

Batata – Isso foi o ano passado.

Elio – E aí ocorreu o erro nosso. Porque nós renovamos com uma taxa de 5% ao mês justamente pra..

Batata – Essa aí que é a, você administrou com o Nilton né? Que o Senhor tinha pedido, não sei como é que foi feito sinceramente. O que eu posso dizer é que essa semana o Nilton falou que tinha conversado com o Secretário sobre essa operação, então, pelo menos foi o que ele me falou. Teria que comprovar com o Nilton, conversar com o Nilton pra ver se é isso mesmo. E tem na última folha aqui, eu pulo o Gabriel, depois você volta, da Emílio Romani S.A. é também de R$180.000,00 é uma reforma também de um dinheiro que segundo ele vai ser liberado BRDE. E não como não passar. LOUZANO que é uma Empresa muito boa foi também uma reforma teve caução de títulos, tem um penhor aqui, mas já estava dessa maneira esses R$200.000,00, mas segundo, se eu não me engano é de São Paulo essa Empresa aqui, faz tempo que trabalha com essa Empresa, e essa empresa nunca deu problema. Na realidade não foi nem analisada nem por nós do Comitê I, é Comitê de Crédito II, não sei nem porque colocaram aqui.

Emanuel – Em função agora desse acompanhamento do Banco Central eu acho que nós estamos coletando também as que o Comitê II.

Neco – É bom, é bom.

Batata – É bom colocar até pra vocês ficar sabendo o que acontece no outro escalão.

Neco – Penhor, nós temos problemas de penhor. Tem que orientar o pessoal para não aceitar.

Batata – Não, já foi orientado. Penhor eu nunca vi ninguém ganhar a causa de penhor no Banco. Infelizmente é igual a passarinho voando.

Neco – O Dr. Gabriel novamente por gentileza.

Gabriel – Essa operação com essa Empresa LAVIOLETERA foi até uma discussão, não bem uma discussão porque eu até me dou bem com ele o Valdir Gerente da Comendador, ele diz que nós indeferimos uma operação para a LAVIOLETERA por causa da reciprocidade, que essa operação tinha garantia excelentes e que a Empresa tinha limites, eu disse pra ele que essa operação jamais passou pelo Câmbio, pela Diretoria pelo menos e ele disse que tinha e eu falei que não tinha, tinha, não tinha, tinha, não tinha, e depois eu fui verificar e ele tinha razão só que eu não tomei conhecimento dessa operação. Essa operação foi indeferida pelos caminhos antes de chegar a Diretoria e não é alçada que eu sei de deferir abaixo da Diretoria. Então eu pedi para o pessoal colocarem nessa pauta para a Diretoria tomar conhecimento de que é uma falha da minha área e eu não tinha conhecimento. E serve pra gente analisar o seguinte, de que as coisas tem que valer no Banco para todo mundo igual e não prá uns vale e pra outros não vele. Essa Empresa tem pelo mesmo Limite implantado de R$1.000.000,00 e prá essa não pode dar e prá outras que não tem nada dão. Eu não conheço a Empresa.

Paulo – Eles são donos da Agência da Comendador

Gabriel – É eles são donos do prédio.

Paulo – Centenário, como a da Vila Hauer hoje lá da FUNBEP.

Gabriel – Isso veio pra cá para eu dizer aos Senhores, me penitenciar porque é uma falha minha e que eu corrigi, espero que tenha corrigido, mas prá ver como, eu disse olha eu não sou do Banco, eu não sou da Folha de Pagamento do Banco não sou funcionário mas eu gosto do Banco que nem vocês porque tem gente que diz eu acabo concordando nós não mandamos no Banco, pelo menos os alienígenas. Somos em três.

Paulo – Vamos nos esposar dessa sua.

Aldo – Qual foi a explicação no entendimento?

Gabriel – O que está escrito aqui, falta de respaldo e reciprocidade, mas reciprocidade o Gerente da Agência ele diz que ele dá toda a reciprocidade.

Paulo – Eu acho que é o contrário foi indeferido porque ele tem respaldo e vai pagar.

Gabriel – As duplicatas, foram para o Comitê II isso?

Batata – Eu acho que foi pro Comitê II.

Gabriel - Mas não podia ter sido no Comitê II, essa alçada não me parece que é do Comitê II.

Batata - É Comitê II.

Paulo - Essa Empresa aqui é a maior proprietária de imóveis no centro de Curitiba.

Gabriel - Não, é imóveis do Banco. Aonde está a Agência Comendador é deles.

Paulo - Onde estava a Corretora.

Gabriel - Então são essas falhas eu trago para conhecimento dos Senhores, quando um empresário faz uma proposta ou da administração ou de um nível assim de decisão inferior, não inferior no sentido da palavra, mas na hierarquia, então eles resolveram indeferir porque, mas eu já pedi para que essas coisas não ocorram mais. Porque não quiseram dar, dão para quem não tem nada de limite e deixam de

dar para quem tem. Eu trouxe aqui só para conhecimento, mas concordo que não é o fato de indeferir. Eu não tinha conhecimento disso como advogado.

Neco - Valdemar, você poderia apresentar para a Diretoria a respeito do projeto do Cartão SMART CARD. Eu falei com o Dr. Rubens Pavan, ele depositou mais R$ 10 milhões do SERCOMTEL, é isso? Você está sabendo?

Valdemar - Quer dizer, eu não tenho o valor.

Neco - Mas ele falou pessoalmente, quando eu estive lá anteontem, ele tinha depositado mais R$ 10 milhões e ele vai direcionar mais R$ 10 milhões para o Banco do Estado, porque o SERCOMTEL está sendo direcionado para ser privatizado e o resultado dessa venda, do SERCOMTEL, a Prefeitura como controlador vai depositar no Banco do Estado. Você participa para a Diretoria. Eu tenho que atender um pessoal, como é o nome que a Dona Arlete falou?

Emanuel - Como é que é o nome, IPSAT? IPSAT CORPORACION.

Valdemar - Agora, Presidente, antes do Senhor ir, só deixa eu mostrar os números da Campanha. Em seguida nós conversamos Pode ser?

Elio - Com relação ao FDE, eu coloquei parte dos meus técnicos para fazer cobrança nas Regionais, e agora na hora do almoço o meu Gerente de Divisão me falou nós vamos ter que puxar os nossos técnicos de Londrina e Maringá, porque o que está acontecendo. O pessoal chegou lá e as duas GEREGs disseram que não precisam, que já estão fazendo lá por conta deles, querem autonomia porque eles não vão ter como negociar o custo do FDE, e o que me deixou mais preocupado foi o seguinte pegam toda a dívida da empresa, estão pegando, pegam a os recursos que entram jogam todo para carteira comercial e nada para o FDE porque é como eles dizem, então para o FDE não vem nada. Isso me parece que em Umuarama também está a mesma coisa. E a outra que me deixou mais preocupado ainda é com relação a Cascavel, isso a proposta está aqui. O ano passado eles já fizeram uma negociação com uma empresa chamada VARGUINHAS COMÉRCIO E TRANSPORTES, nós descobrimos por acaso, quando apareceu uma cópia do contrato na Divisão. Eles liquidaram dois FINAMEs, você conhece Valdemar.

Valdemar - Conheço.

Elio - Liquidaram dois ou três contratos, fizeram contratos com TJLP, contratos viciados, que já foram feitos, contratos iniciados e que se formos executar, não se recebe porque é proibido por lei só pode se usar...

Elio - Contratação do seguro da frota, 43 itens com 1, prêmio total de R$ 66.000,00. Quer dizer, eles estão dando um desconto de 72% na dívida do FDE e estão fazendo o seguro de R$ 66.000,00.

Batata - 72%?

Paulo - Quanto é que é a comissão?

Elio - Eu não sei, aí que está o detalhe. Quer dizer, nós FDE, o FDE vai ter que assumir um alíquota em R$ 72.000,00 e eles vão fazer um seguro de R$ 66.000,00. Eu vou simplesmente vão indeferir isso aí.

Neco - Sem dúvida, lógico.

Elio - Quer dizer, o que dá para ver, damos um desconto de R$ 72.000,00 eles fazem um seguro de R$ 66.000,00 e tudo bem. Quer dizer é esse o tratamento em muitos casos aos recursos que são do FDE.

Neco - Tem que ver com quem é padrinho dessa SUREG.

Elio - Cascavel eu não sei.

Gabriel - O Ricardo é o padrinho da recuperação.

Valdemar - O Ricardo está fazendo a campanha.

Batata - É a mesma.

Elio - Esta está no papel, os técnicos estão colocando eu pedi para eles fazerem um relatório o que é que está acontecendo efetivamente para passar para o Senhor.

Neco - Por favor.

Elio - Me preocupa muito, porque nós estamos dando um tratamento que não é do nosso ramo, que era problema nosso, transferimos ao FDE e agora me parece o seguinte, joga embaixo do pano, embaixo do tapete porque o FDE vai bancar. Quer dizer, é o que está acontecendo, está havendo o Saneamento do Banco.

Batata - Será que isso aí é uma verdade? Será que é concreta, eles estão fazendo só as outras FDE não?

Elio - As outras estão fazendo lá e aí o que acontece, o FDE não recebe nada, eles rolam no ritmo que eles querem, não é isso, aí que está o detalhe.

Batata - Quem deve banca né?

Batata - Isso. Aí é que está o detalhe. Então quer dizer, estão dando tratamento totalmente diferente e isso me preocupa. É isso aí.

Neco - É mas tem que orientar esse negócio, tem que dar uma dura neles não é assim não.

Gabriel - Nós vamos fazer um relatório ai nós traremos e entregaremos ao Sr. e ao Dr. Aldo.

Elio - Está aqui está documentada, está assinada por eles, assinada pela agência pelo Comitê. Está ok.

Neco - Vamos fazer remanejamento nos Superintendentes.

Valdemar - Bom Presidente, nós vamos, nós fechamos em fevereiro a Campanha Desafio de depósito a prazo, fundos. Nós encerramos a campanha e já foram premiados e já foram tomadas as providências e as Superintendências no caso Maringá e aqui nós temos um jantar que, na própria circular que dizia que o jantar fosse feito na unidade com a presença do Diretor. Fomos dar uma mão para o Gabriel que não está conseguindo vencer os compromissos né? Então, Presidente esses seriam na campanha de janeiro e fevereiro as unidades estão fazendo as confraternizações com os funcionários, que nós estamos inclusive terminando. Então aqui eu gostaria é que, se o Gabriel não puder tudo, que alguém desse uma mão, até substituí-lo mas se o Gabriel puder ele que é o Padrinho, os demais ali as unidades a partir do Dalledone só confirmar data, o Paulo Krüger, o Batata, então são todas as unidades que foram premiadas nos primeiro dois meses da Campanha. Isso já foi informado, o Senhor esteve, até participou da festa lá em Londrina.

Neco - Em Londrina fui eu e o Gabriel.

Valdemar - Foi feito na Londrina Centro.

Gabriel - Londrina, na Regional, depois vai ter de todas as agências.

Valdemar - Isso. Já a Regional de Londrina teve uma boa colocação. Então isso aqui é só para informar que eu gostaria que os Diretores, se pudessem, que participassem desse evento é muito importante.

Batata - Faltam agências ai.

Valdemar - Faltam algumas. Bom, isso aqui é com relação aos dois primeiros meses. Com relação ao desafio agora incluindo os doze produtos, a posição geral está ali inclusive no total nós alcançamos 85% em janeiro e fevereiro. Quer dizer, como foi um período de férias, é um bom resultado. Nós conseguimos no ECC Cheque, dentro da meta estipulada para janeiro e fevereiro, foi 221%, ECC Cheque. Fundo 71%, Leasing 47%, Poupança 31,45%, Seguros 45,25%, Ações 0,76%. Aqui, nós inclusive conversamos com o Alaor, na realidade tem algumas, a gente vai ver depois, algumas agências, nas SUREGs estão conseguindo colocar mais ações. Essa colocação é mais do que liquidez no mercado, porque no passado essa liquidez era mantida pela FUNBEP. A FUNBEP comprava essas ações para manter. E agora nós estamos conseguindo isso com as agências, então foi uma boa iniciativa de colocar isso na Campanha, só que algumas SUREGs ainda não estão dando a importância devida no caso. Aqui os outros produtos: Cartões nós estamos com 23,12%, aí também é bom observar porque são no caso de Cartões por exemplo, é acumulado isso aí, nós vamos chegar a 100% em junho, CDC 31%, Depósito à Prazo conseguimos 108%, que a meta era, inclusive começou a recuperar agora, Super Cheque 97%, Título de Capitalização 82% e Tarifas 84,25%. Na realidade a gente transformou tudo numa unidade só, mesmo cartões, que a gente controlava por número de cartões, a gente transformou numa unidade monetária para facilitar para que todos tivessem o mesmo comparativo. Aqui, como é que está as posições hoje. A SUREG São Paulo está com152,16% todo em todos os produtos, é o Nilton Mariano o Padrinho, Londrina 186% com o Gabriel, Maringá 107% com o Batata, Santo Antonio da Platina 86% com o Dalledone, Pato Branco 84% com o Donha, Ponta Grossa 83% com o Elio, a Nordeste 83% com o Paulo Krüger, Umuarama 68% com o Marquesini, Cascavel 58% com o Ricardo, e a Sudoeste com 8,.89% comigo, aliás eu estive conversando com o Hamilton, nós estamos viajando juntos, na realidade o Hamilton aqui alega e ele tem um pouco de razão, a base dele, ele foi o melhor colocado no SUBIR no segundo semestre do ano passado. Na base dele enquanto que alguns pegaram a base de baixa ele pegou a base no pico e também mês de janeiro e fevereiro, mas ele já tem aqueles indicadores no 7 e 8 que já reverteu. Porque essa posição, é bom frisar ela é 27 de fevereiro, certo? Então já tem recuperação. Então eu diria por ser dois meses complicados está bom, e aqui é só uma questão para que a Sudoeste dar uma recuperada, mas a maioria está num percentual bom em todos os outros produtos.

Neco - Valdemar qual é a média ideal?

Valdemar - A média do Banco hoje, nós estamos com 85%, quer dizer, se São Paulo Londrina e Maringá estão puxando para cima né?

Neco - Então você quer dizer que só três estão fora da média?

Valdemar - Sim. E tem motivos inclusive, tem situações específicas por causa disso aí, que nós devemos reverter em março.

Batata - A SUREG Sudoeste é do...

Valdemar - Hamilton.

Batata - E a Nordeste é do Alarcão.

Aldo - Não é muito melhor, porque ele saiu de uma posição de -70% venda, quer dizer que ele saiu do negativo, então até ele chegar na positivo, já foi uma conquista.

Batata - Ele transformou os -70%.

Paulo - Ficou negativo com positivo.

Valdemar - E isso aqui tem o seguinte, nós estamos com dois deles, o trabalho é semestral quer dizer.

Aldo - Mas isso é inédito no Banco.

Valdemar - Sim, foi, eu acho que está muito bom em termos de resultado. Ali, depois isso aqui foi colocado na transparência. Ali tem produto por produto. Ali tem produto por produto, pode até mostrar, SUREG por SUREG, produto por produto e a média é feita no final, só que em termos de resultado no momento está bom. E aqui a gente vai em março com certeza vai reverter a Sudoeste e as demais também, porque agora a gente vai, e uns ajustezinhos que até foi motivo de uma conversa com o Batata e com o Marquesini, tem uma reivindicação do próprio Alaor, que eu vou passar na seqüência aí, bem rápido. Bom, nós tínhamos, fizemos o seguinte: nós fizemos dois meses aquela Campanha com o jantar e tudo mais, que nós acabamos de mostrar aqui com o pessoal que vai ser premiado, e agora fizemos um incentivo mensal. Através da Seguradora Gralha Azul, da Capitaliza e da Corretora, nós estamos conseguindo viabilizar um micro completo para a agência e para a SUREG quem conseguir superar os determinados pontos no mês. Por exemplo, quais são? 5% da meta mensal dos 12 produtos, 70% no mínimo da meta mensal de tarifa, porque a tarifa é uma meta muito importante para nós e 20% da meta mensal de 9 produtos, e estar positivo nos outros 2 produtos, e o Banco atingir 20% na meta mensal. Esta é uma regra que nós estávamos incentivando no incentivo mensal agora prá março. Ocorre que o Alaor pediu que a gente desse uma olhada na questão do nosso, nosso, no recurso que está muito caro, que é as aplicações o ECC Cheque, o Super Cheque, o CDC e o Leasing, a gente desse uma segurada porque de repente nós estamos fazendo uma meta, forçando buscar dinheiro no mercado, nesse momento nós estamos pagando dinheiro tão caro, é bom, nós discutimos com o Batata inclusive depois ele pega no CDC aqui, é vantajoso, mas o Alaor acha que nesse momento você vai forçar uma saída, quer dizer forçando uma demanda que não é uma estratégia nesse momento. Então a gente está fazendo o seguinte: esta mudando o regulamento para nove produtos neste momento. Inclusive o Batata, você pode me mostrar aquele informativo que saiu hoje Batata? Ele saiu hoje na rede.

Neco - Os Senhores com licença, eu tenho que atender um pessoal.

Valdemar - Tudo bem, Presidente. Então aqui como a gente estava falando ele excluiu nessa nova estratégia, inclusão da recuperação de crédito, foi o motivo daquela reunião que nós tivemos em fevereiro, e a retirada de 4 produtos de aplicação, o CDC, o ECC Cheque, Leasing e o Super Cheque. Então nós estamos dizendo que eles mantenham essas 4 aplicações neste mês. Porque nesse momento não vale a pena você correr atras de dinheiro, mas que eles mantenham a base para poder competir, daí, o que aconteceu, o incentivo mensal agora, ele passa a ter estes produtos: 1) Poupança, Seguros, Ações, Cartões, Deposito a Prazo, Capitaliza e Recuperação de Crédito também contados os pontos da mesma forma que tem esse aqui. Existe uma meta com premiação e tudo mais. Com esses novos produtos, o novo regulamento vai ficar dessa forma, quem vai ganhar? Quem alcançar 100% da meta mensal dos 9 produtos, 50% do mínimo da meta de tarifas, 20% da meta mensal de 6 produtos, estar positivo nos outros 2 e o Banco atingindo mínimo de 20% da meta. O que mudou daquela primeira, simplesmente puxou de 12 para 9 produtos, que na verdade seriam 8 tirando 4, mas acrescenta a Recuperação de Crédito. Então é um ajuste que a gente fez em face o momento em que nós estamos passando e que nós podemos no mês que vem que se tiver recursos, de acordo com a nossa necessidade realocar isso aí. Então eles vão continuar brigando firme nesses 9 e vamos manter a base de aplicações que destinam a ter espaço. E saiu hoje, o Batata tem aí a cópia, isso saiu na rua. E aqui é aquela posição que o Dr. Aldo viu ali, que está um pouco difícil de ver, mas que na realidade por SUREG a gente pode acompanhar aqui.

Paulo - Valdemar só pede para o pessoal quando fizer esses quadros, aumentar um pouco as letras.

Valdemar - Na realidade é verdade, só que eles procuram sempre aumentar o tamanho da letra, o número da letra.

Gabriel - É o tamanho das colunas.

Valdemar - É diminuiu, está com duas colunas.

Aldo - O número do sapato de acordo com o tamanho do pé.

Valdemar - Por exemplo pode ver das Ações, as Ações é um produto que nós vamos ter que forçar a barra, nós temos Maringá e Santo Antonio, Nordeste também não conseguiu, mas a maioria está negativa. E assim vai sucessivamente, eu posso até passar depois, eu vou passar para cada Padrinho uma posição para que analisem item por item os seus produtos. É isso aí Emanuel, são as informações gerais.

Paulo - Eu posso fazer uma sugestão Valdemar?

Valdemar - Sugira.

Paulo - É pertinente o senhor está passando por isso. Nas campanhas passadas a DIRAD ficou responsável e agora você é que está tocando. Não coloque mais viagem como premiação. Nós diremos agência de turismo, daí o cara não quer ir o cara não pode ir, o cara quer fazer aquilo, o cara quer Nova Iorque, não quer ficar em motel quer ir em outra época, sabe? Então você está tendo aí um problema com a viagem para Assunção, o pessoal não quer ir porque está conturbada a coisa.

Aldo - Não quer ir não vai,

Paulo - É complicado.

Valdemar - Mas veja Paulo, existe um estudo que diz o seguinte, quando o cara ganha dinheiro ele lembra no máximo dois anos, então ele ganha uma viagem, lembra quinze. Então o efeito digamos numa viagem que ele vai com a família e tudo mais, é bem maior, agora sempre vai existir isso aí. Mais tem um cara que quer de uma forma e outro quer de outra, teve um que ligou agora para nós fazendo uma sugestão.

Batata - Não consegue concertar o mundo.

Valdemar - Não, mas está o regime lá tem estado no Paraguai, numa dessas acontece alguma coisa.

Aldo - O máximo que pode fazer é prender.

Paulo - Eu Falei isso porque ele falou quinta feira que ele estava preocupado em pegar a viagem porque ele podia ficar preso lá.

Valdemar - Na realidade ele está querendo Nova Iorque, ele está querendo Nova Iorque.

Batata - Eu também. Eles dão prêmio para Diretor também?

Paulo - Pode sortear de repente, nós estamos comprando 20 passagens, conseguir uma a mais o Senhor é Diretor aí.

Valdemar - Bom Dr. Aldo é o seguinte, nós lançamos como é de conhecimento dos colegas o cartão ali ó "balinha de troco nunca mais". Nós lançamos o Cartão Smartcard Visa Cash em Campinas. Paralelo a esse lançamento que nós fizemos, porque hoje se usa esse cartão como se fosse dinheiro eletrônico, é aquele chips que carrega, inclusive eu tenho um no meu bolso, vale R$ 40,00, eu carreguei fui lá numa banca comprei uma revista, fomos festar demos um giro, em Campinas é o projeto piloto onde tem mais de 1.500 terminais, que aceitam o cartão. Então, esse, essa idéia do Cartão Inteligente.

Aldo - O Cartão é aquele ali, tem o nome do BANESTADO e tudo.

Valdemar - O Cartão é aquele ali, essa tarja na diagonal, ele é padrão para todos os Bancos, porque são todos do projeto.

Paulo - Já tem o Cartão é?

Valdemar - Sim, carregado.

Aldo - Faz favor, mostra pra mim, eu quero ver.

Gabriel - Isso é ótimo para dar para a esposa para fazer essas compras miúdas.

Batata - Ilimitado né?

Gabriel - R$ 40,00. Ele falou.

Valdemar - Não, na realidade você pode carregar no valor que você quiser. É semelhante a uma carteira.

Gabriel - Você carrega e fica o mês inteiro sem precisar de troco.

Valdemar - E não precisa de senha.

Gabriel - Porque daí facilita troco.

Aldo - Não isso é ótimo.

Batata - Agora, alijas é o seguinte, uma coisa que, a gente sabe tanta coisa. O cartão nosso daquele pessoal que recebe pelo cartão no Banco do Estado, eu não sabia que ele vai lá e ele tem que receber tudo, ele não pode receber parte?

Valdemar - Aquele sim.

Batata - Prá nós o mais importante.

Valdemar - É, esse ai vai mudar.

Batata - Vai mudar por esse aqui?

Valdemar - Sim, vai ficar na seqüência assim.

Gabriel - Então não precisa ir no Banco para receber?

Batata - O cara vai no banco ele ganha R$ 800,00 se ele quiser receber R$ 100,00 não pode.

Sérgio - Você vai numa farmácia. Ele tem que ter uma máquina.

Valdemar - Porque que hoje está o piloto em Campinas, só em Campinas temos hoje 1.500 terminais, o futuro é termos esse dinheiro Eletrônico para essa forma. Alias,

Aldo - Mas a VISA entra com a máquina?

Valdemar - Neste caso sim, mas daí eu quero chegar um pouco, só para explicar o que vai acontecer em Londrina. Daí, veja, nós estamos hoje.

Batata - Pago somente no Brasil.

Valdemar - Perfeito. Nós estamos hoje em Campinas, e Campinas é um projeto piloto. O BRADESCO está fazendo um projeto sozinho em Itu, dentro da tecnologia dele mas daí ele faz parte do Visa Casch em Campinas. Daí está essa loucura, toda a semana vem uma empresa querer vender mais cara aqui vem a "Simes Dólares" vem a "Chulumberge", porque todo mundo vem fazer o que quer vender a tecnologia para nós, mas o grande problema do Cartão significa as máquinas pra ler, tem que ter uma estrutura, um parque de máquinas para ler, porque o Cartão de Crédito tem valor, porque você vai numa farmácia aceita, vai num mercado, aceita. Bom Londrina aconteceu o seguinte. A prefeitura de Londrina recebeu uma visita de uma fornecedora de cartões, e achou interessante a idéia de fazer o controle de ponto na Prefeitura de Londrina com o Cartão Inteligente. Daí a Prefeitura de Londrina entrou em contato com a VISA em São Paulo, e que gostaria de fazer uma parceria se a VISA não podia entrar e entrar com alguma parte. Visa e Londrina, Prefeitura de Londrina mantiveram contato conosco. Nós fizemos o orçamento e chegamos a conclusão que instalar todos esse esquema em Londrina, nós iríamos fazer de duas formas, íamos fazer o Cartão Inteligente no primeiro momento para usar o ponto e todo o controle de ponto da Prefeitura com um tanto de pessoal, e a tarja magnética para fazer a leitura através do Elétron que é hoje um débito na conta que nós aprovamos aqui, na conta corrente da pessoa. Então seria um Cartão híbrido, e nós discutimos com a Prefeitura. Ele chagaria num valor mais ou menos de investimento em torno de R$ 390.000,00. Nós conseguimos da VISA numa briga, primeiro por ser Londrina uma cidade estratégica pra eles na parte de R$ 100.000,00 a R$ 150.000,00 que eles entrariam com algumas coisas e nós teríamos a outra parte, e a Prefeitura teria uma parcela que seria o investimento nos terminais que vão ler os chips dentro da Prefeitura, ou que o cara vai passar no lugar de trabalho dele, vai ter que passar pro cartão ler que ele está chegando e tudo mais. Só que a Prefeitura de Londrina disse que se ela fosse fazer isso ela teria dificuldades com licitação, ela não pode chegar e contratar isso aí, ela teria que licitar em aberto. Daí conversa vai conversa vem, aquilo que o Presidente falou, a gente conseguiu da Prefeitura de Londrina e da SERCOMTEL, fizemos o levantamento hoje a reciprocidade dessas duas, tanto a Prefeitura como a SERCOMTEL, está na faixa de R$80.000,00/mês pro Banco, a gente sugeriu que eles se comprometessem com aplicações num valor maior e nós iremos aumentar a parcela com a VISA, pegar um pouco mais da VISA e o Banco entraria com um pouco mais, e nós faríamos uma coisa inédita, porque até hoje não tem no Brasil um Cartão Híbrido que você, fora o eixo Campinas, porque a VISA daí entraria colocando em todas as máquinas da cidade e implementar o uso, porque daí não é do chips, é do magnético. A VISA colocaria, deveria colocar dentro da Prefeitura, mas nós iríamos fazer um barulho com o Cartão Inteligente em Londrina e tudo mais. Então isso ficou acertado, o Presidente conseguiu da SERCOMTEL uma promessa de depósitos e nós pedimos isso por escrito e está indo a Maura funcionária nossa, contratar com a Secretária de Administração da Prefeitura a implantação desse projeto. Então nós devemos ter além hoje do Visa Casch,que está em Campinas, nós devemos ter esse projeto híbrido em Londrina que vai ser uma coisa muito bom em termos de imagem pra nós. Então esse aqui daí nós devemos no dia 08 de abril, implanta-lo aqui em Santa Cândida, nós vamos ter umas máquinas aqui,

Gabriel - Vai funcionar com senha Valdemar?

Valdemar - Não, esse não tem senha.

Gabriel - É direto.

Valdemar - É grana.

Gabriel - Esse é um bom presente

Batata - Também se você perder o Cartão perde o dinheiro também.

Gabriel - Vê se a empresa dá de brinde.

Mas nós estamos avaliando Dr. Aldo como eu expliquei para o Senhor, nós através da Associação Banestado viabilizamos a cobrança de pedágio na ponte de Guaíra. Daí o pessoal tem sentido que quer comprar cartela, a transportadora que passa no caso tem que pagar toda a vez o dono já dá uma cartela.

Daí nós estamos estudando a possibilidade de fazer ou o Visa Casch lá, porque aí é fácil o Senhor vai ter duas leitoras na ponte e lá. E a venda na nossa agência BANESTADO, lá em Guaíra. Então provavelmente está bem alinhavado para a gente fazer isso até para dar um ar de modernidade lá.

Batata - Aonde está o Japonês e o Alemão lá de Cascavel?

Valdemar - É os dois. Não lá eles estão muito bem, o Dr. Aldo pediu as posições né? Mas quem sabe a gente consiga também e daí começa a desenvolver a tecnologia. A questão é que a gente tem sido muito procurado, assediado por esta empresa aí, a Philips vei, veio a Shuliverger, a Simes in Door. O Dr. Aldo até acompanhou umas reuniões, eles tem uma idéia de fazer um cartão como este, mas diferente desse com a Prefeitura de Curitiba, mas seria assim tipo, teria que instalar alguns mil terminais na cidade, no ponto do ônibus e isso precisa de um investimento de R$ 30.000.000,00, então eles estavam procurando parceiros pra eles. Então, tudo bem, uma coisa boa que quem sabe dê certo amanhã, é uma coisa pra, a médio prazo, não é uma coisa fácil. Aqui nós estamos colocando amanhã.

Gabriel - Esses chips aí, você falou nos pedágios por exemplo, se você instalar no automóvel no limite de cima, eu vi lá em Buenos Aires isso aí.

Valdemar - Não, eles têm.

Gabriel - O carro se aproxima e abre por uma leitora ótica. Pois é e este não dá para desenvolver?

Valdemar - Lá existe, veja bem, este aqui se chama contact less, sem contato, mas tem duas coisas, existe este com a leitura ótica no vídeo que é uma coisa e existe um cartão que é muito usado em São Paulo e em algumas empresas de ônibus, que você passa o cartão, tipo assim eu passo longe não preciso me aproximar.

Gabriel - Mas e daí se o carro não pára ele vai indo e passa direto.

Valdemar - A tecnologia do contac less, nos pedágio vai ser usado isso aqui.

Elio - Nos pedágios será utilizado esse tipo ai.

Gabriel - Mas é com cartão. Você adquire o cartão e ele vai no...

Valdemar - Aquele dia que nós estivemos visitando, o Dr. Aldo sugeriu pra nós a Caminhos do Paraná, estivemos conversando com os empreiteiros sobre o pedágio, eles comentaram e tem grupo argentino no meio sócios da Argentina que conhecem bem essa tecnologia. Só que eles comentaram que aqui eles acham que no Paraná no primeiro momento não deve colocar meio no dinheiro até prá provar, em março ou abril eles não vão conseguir essa tecnologia. Mas existe, existe, eu digo o Cartão que não precisa contatar, porque ele só passa aberto e ele distingue, eu não me lembro qual é a distância que você passa e ele lê sozinho e existe a leitora no parabrisa ali.

Sérgio - As empresas não compram esses tipos de máquinas aí para a leitura disso aí? Tem tantas farmácias e postos que estão pegando cheques sem fundos.

Paulo - Eles compram Sérgio mas ainda é caro. Eles não bancam o investimento.

Sérgio - Mas fica recebendo cheque sem fundo o tempo todo.

Valdemar - Mas veja, mas daí hoje, mas veja bem Sérgio hoje usa o cartão de crédito. Hoje nós temos o nosso cartão convencional que você pode usar no Visa ou você pode usar na tua conta corrente. Então por aí está resolvido o problema no primeiro momento. O que vai acontecer que essas máquinas da VISA e outras, no futuro bem próximo vamos ler o Cartão Inteligente. Daí ela vai fazer...

Gabriel - Você passa o cartão e

Aldo - O Cartão de Crédito tem que preencher o papelzinho, passar na maquininha.

Sérgio - A ligação às vezes tem que esperar um tempão.

Valdemar - A máquina vai ser o mesmo, eu acho que ela vai passar por uma adaptação.

Gabriel - Você pode receber o teu dinheiro de volta?

Valdemar - Nesse aqui pode, você pode voltar no Banco e pode recasrregar.

Gabriel - Você pode pegar o Cartão.

Valdemar - Sim. Nós teremos máquinas, nós temos maquinas para carregar e máquinas para descarregar na nossa agência.

Gabriel - Na hora que estiver dissiminado as máquinas tudo bem. Se você vai viajar vai levar o Cartão e mais nada.

Valdemar - Só uma informação, sabe porque aquele cartão decolou como manda o figurino, Cartão Inteligente o Smart Card, que a gente mostrou. Por exemplo na Espanha, Portugal, na China que eu tenho informações e na própria Coréia, hoje tem cartão adoidado, ocorre que nós somos muito amarrado à forma norte-americana os norte-americanos investiram muito em telecomunicação. Então eles tem muita grana e satélites e tudo mais para transmitir dados, então a partir que você colocar esse, esse aqui é of. Não precisa você ficar vendo na hora se tem saldo. Então eles não estão deixando a coisa

andar, e a gente sabe de fonte limpa que os Diretores da VISA, eles querem tirar um investimento que eles tiveram em tecnologia de transmissão. E nós. Então aqui ele vai se desenrolar na seqüência.

Batata - É igual as montadoras aqui no Brasil.

Aldo - Alguém mais tem alguma. Não?

BANESTADO LEASING S.A.
ARRENDAMENTO MERCANTIL

208ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 25.11.97

NOVEMBRO DE 1997

Neco - Vamos dar início a 208ª reunião ordinária de administração e 33ª reunião extraordinária do conselho fiscal.

Dr. Francisco - Nós preparamos um relatório bastante resumido, a cerca das providências tomadas pela divisão jurídica da qual a cópia já está com os senhores. A pedido da Promotoria de proteção ao patrimônio público nós encaminhamos cópias de todos os relatórios da auditoria e de todos os processos administrativos. A área cível dessa Promotoria vai apurar a responsabilidade civil, ou seja, tentar o ressarcimento dos prejuízos sofridos pela Leasing por essas pessoas. E a área criminal a responsabilidade penal. Há fortes indícios da ocorrência de crime, a Promotoria já mencionou corrupção, concussão, formação de quadrilha.

Neco - Nessa história qual dos casos que o senhor pode dizer?

Dr. Francisco - Todos os relatórios indicam a ocorrência de crime. Agora, na opinião da Divisão Jurídica o crime praticado na Leasing, o Promotor da área criminal. Prosseguindo então, o Ministério Público Estadual, na área criminal, obteve a quebra de sigilo bancário de três ex-funcionários da Leasing, o Luiz Antonio, o José Edson e o Nacim. E o que ele descobriu? Ele descobriu que empresas que tiveram deferidas operações com a Leasing, faziam pagamentos a uma pessoa chamada Eusir Bággio, e que o Eusir Bággio repassava parte desses valores ao Luiz, que por sua vez repassava ao José Edson. Não há maiores indícios com relação a participação do Nacim. Com relação ao Luiz Antonio e o José Edson há fortes indícios. O dinheiro saia da empresa, ia para o Eusir e depois para o Luiz e para o José Edson. Então com base nisso esta apurando sobre o crime de corrupção e o crime de concussão. Se eles solicitaram propinas ou se eles exigiram o pagamento de propinas e também o crime de formação de quadrilha. Então essa é a linha de investigação do Ministério Público Estadual na área criminal.

Neco - Dr. Francisco desculpe interrompe-lo, é que hoje eu tive uma visita de um cliente da Leasing, a TV Mix de Londrina, o Dr. Milton estava presente e ele confirmou que ele foi sugerido por um cidadão de Londrina chamado Paulo Alho, que tem uma Brasília; ele estava com dificuldade de encontrar recursos e fazer uma operação junto ao Banco do Estado, e se fosse a Leasing e ele dando uma contribuição ele poderia conseguir, e ficou comprovado, e ele hoje na minha frente e de testemunhas ele confirmou que ele deu 12 mil reais em dinheiro para o Edinho, uma câmera fotográfica, uma filmadora. Então com o Edinho já tem a prova dele com cliente do Banco.

Betenheuser - Ele, somente indagado e sugerido que viesse a depor na Auditoria, ele se negou alegando que não gostaria de estar com "juiz de cor".

Dr. Francisco - Várias pessoas já nos procuraram com a mesma história mas igualmente se recusaram a formalizar...

Neco - Não, mas agora ele falou na minha frente, na frente do Dr. Milton aqui no Banco e nós podemos indicá-lo como testemunha, como corruptor...

Vargas - Ai ele é intimado a depor.

Neco - Lógico.

Betenheuser - Está ok Presidente, o problema é o seguinte: Se ele se recusar a depor e eventualmente chamado em juízo. Mas tudo bem, vamos encaminhar essa forma. Vamos passar a qualificação dele ao Ministério Público, dando essa informação.

Neco - Por favor! Por favor.

Dr. Francisco - Bom, além dessa investigação do Ministério Público Estadual, nós também solicitamos à Procuradoria da República no Paraná a abertura de inquérito policial. Nós entendemos que caracterizados crimes contra o sistema financeiro nacional.

Neco - Chamado crime do colarinho.

Dr. Francisco - Crime do colarinho branco, gestão fraudulenta da instituição financeira e em alguns casos fraude em financiamentos. A gestão fraudulenta envolve o pessoal da Leasing, o Diretor-Presidente à época e mais essas pessoas aqui, Luiz Antonio e José Edson. E as de financiamento envolvem os empresários que tomaram dinheiro da Leasing. Eu tenho aqui cópias de todas as notícias de crime, são vinte e seis notícias de crimes encaminhadas ao Ministério Público Federal.

Neco - O Senhor poderia transferir ao Dr. Bompeixe, por favor. Por gentileza.

Dr. Francisco - Nos casos em que houve crime por parte dos empresários, são aqueles de Sergipe, da HABITACIONAL, da RÁPIDO LASER e da AMORIM SERGIPE. Nós temos um caso em São Paulo da PREMOTOR, está bem caracterizado ocorrência de crime no caso de financiamento, os bens não existem; foram usadas notas frias para obtenção de financiamento. Nós temos um caso de São Paulo, a SAN JOSEPH, também com notas frias. Outra de São Paulo da LOPEN INFORMÁTICA, notas frias. E todos esses casos estão sendo apurados pelo Ministério Público. Eles ainda estão analisando a documentação que nós encaminhamos, são vinte e sete pedidos, vinte e sete relatórios; quer dizer, uma documentação farta. Fora os processos administrativos. Há um único caso que já há abertura de inquérito policial, é o Sr. Oswaldo Luiz Magalhães dos Santos, que forneceu informação falsa ao Banco Central. No caso da RÁPIDO LASER...

Neco - Domicilio.

Dr. Francisco - Domicílio, exatamente, então neste caso já há um inquérito instaurado em curso aqui na Delegacia da Policia Federal de Curitiba. Já foram ouvidas as testemunhas arroladas pelo Banco, entre elas o Sr. José Maria e já foi ouvido o pai do Sr. Oswaldo. O inquérito está em fase de espera das respostas de alguns ofícios que o delegado encaminhou a diversos órgãos né, Exatoria, Prefeitura, Junta Comercial de Sergipe etc. Eu acho que o relatório, se alguém tiver mais alguma dúvida?

Neco - Eu tenho. No caso do Sr. Oswaldo, que é o Diretor Presidente, é o maior responsável, não há dúvida é quanto a isso.

Dr. Francisco - Não, não há dúvida.

Neco - O pai dele foi convocado pra prestar declarações, exatamente pra comprovar o domicílio aonde comparece o domicílio do escritório dele como o endereço do Contrato Social da firma RÁPIDO LASER, certo?

Dr. Francisco - Isto, certo, para explicar a situação.

Neco - Ou ele pode dizer que ele fez um favor para um amigo tá? Qual a implicação criminal? Porque isto aqui é um falso testemunho!

Dr. Francisco - Sim, sim. Sabe o que? Eu não tenho cópia do depoimento dele.

Neco - Como? Como?

Dr. Francisco - Nós solicitaremos ao delegado cópia desse depoimento dele. Mas o Delegado já me adiantou o seguinte: É o Sr. Joaquim dos Santos Filho.

Neco - É, Joaquim dos Santos Filho, ladrão da Caixa Econômica Federal, entre outros.

Dr. Francisco - Então ele disse que a responsabilidade não é dele nem do filho dele. O pessoal da Sergipe foi que usou indevidamente o endereço dele.

Sérgio Motta - Que coincidência!

Dr. Francisco - É coincidência.

Vargas - Depois deu outro endereço lá do Boqueirão que não era nada também.

Dr. Francisco - O endereço do Boqueirão era...

Sérgio Motta - Era de uma firma fechada do pai dele.

Dr. Francisco - Então eu conseguirei cópias de todos esses depoimentos e apresentarei à Presidência oportunamente.

Neco - É nós vamos tentar agora com a TV MIX incriminar esse rapaz e ele vai ver o peso agora, do crime que ele fez. Certamente depois disso ele vai abrir a boca.

Dr. Francisco - É lamentável que os funcionários da Leasing tenham sido punidos, ou melhor, não é lamentável; é lamentável que só os funcionários da Leasing tenham sido colhidos até agora.

Neco - Qual a sugestão que o Senhor dá? O que o Banco pode fazer com o Secretário?

Dr. Francisco - O que o Banco pode fazer ele já fez né?

Neco - O Banco encaminhou à Polícia Federal que cabe fazer isso, agora, que o homem que é homem de confiança do governador não me cabe questionar isso.

Dr. Francisco - Apenas registro que isso é lamentável né?

Sérgio Motta - Houve algum indício de crime na emissão das debêntures da Leasing.

Dr. Francisco - Eu não acompanhei essa emissão. Não trabalhei o relatório da Auditoria que tratou dessa emissão.

Sérgio Motta - E a Auditoria sabe?

Arlei - O relatório da auditoria não apurou nada.

Sérgio Motta - Nada, nada?

Vargas - Mas você não pode enquadrar o Sr. Oswaldo no Colarinho Branco também? Federal?

Betenheuser - Sim, ele foi enquadrado por informação falsa.

Dr. Francisco - Por informação falsa e gestão fraudulenta.

Vargas - E outro tipo previsto na lei, não?

Dr. Francisco - Têm que ver o seguinte, o que é que está acontecendo. Se os senhores observarem tem vários segmentos de informações que estão indo as diversas esferas de polícia. No Ministério Público Estadual atua as duas concentrações, na esfe-

ra criminal buscando cada um dos fatos e uns foram apurados nos Processos Administrativos, e eventualmente também cada um dos fatos que serão apurados em decorrências das ações que se comovem de reintegração. Do lado cível, o Ministério Público deve analisar possibilidades de ações de improbidade administrativa, buscando seqüestro de bens etc. Certo? Então já há uma segmentação de informações. O problema é o seguinte: Trabalhar com todas essas informações de tal forma que se produza alguma coisa que traga resultados. Na fase seguinte também tem o primeiro contato o Ministério Público está analisando ainda todas as informações trazidas, até que eles possam enquadrar cada um dos agentes que estão tidos como responsáveis. Pode eventualmente chegar ao Diretor- Presidente entendendo que ele, em decorrência de todas essas ações, em função talvez de fiscalização, de controle, talvez possa ser lhe imputado uma responsabilidade maior de que é a de " falsidade ideológica e gestão temerária". Certo? Mas isso é ao final de toda essa análise, ao final de toda essa persecução penal.

Neco - Dr. Francisco, a respeito da sua afirmação aí, eu tenho já conhecimento que tem uma correspondência e que o Banco Central questionou o endereço do pai do Presidente da Leasing e ele alega numa correspondência que já li, que ele ofereceu como gentileza para... Existe isso escrito e assinado pelo Oswaldo dos Santos.

Betenheuser - Esta informação já esta fazendo parte do processo da Auditoria e hoje do inquérito policial.

Bompeixe - Não, não faz parte do inquérito policial.

Neco - Porque, então a informação que o pai esta dizendo que não estava sabendo, não é bem isso.

Betenheuser - É que veja o senhor o seguinte, ele esta só depondo primeiro numa parte policial certo? E é o princípio do direito que mesmo na fase inicial que eventualmente ele vier a ser denunciado, ele pode se negar a prestar depoimento que traga prejuízo na ordem criminal certo? Então ele, nesse momento ele faz por produzir uma verdade, certo, que está vindo em defesa dele em função de uma própria acusação. Enquanto testemunha, se for arrolada, aí sim ele daí poderá responder pelo crime.

É que ele assinou, tem uma correspondência, que ela foi ao Banco Central, e ele ofereceu o endereço...

Betenheuser - Foi justamente essa base para a instauração do inquérito policial.

Arlei - Só que na Junta Comercial esse endereço consta como da empresa.

Dr. Francisco - Não, é que eles fizeram as alterações contratuais.

Bompeixe - Já que o Doutor esta aqui, aproveitando o ensejo, eu sei que uma das preocupações dele é a questão dos perdigueiros, embora nós não tenhamos nenhum canil, mas eu pergunto a ele o problema daquelas empresas, como é o nome? CUMJUR e PLUS.

Vargas - CUMJUR/PLUS.

Betenheuser - O que está acontecendo na Leasing é o seguinte. Em razão de uma solicitação do Conselho, essas empresas aí, o está acontecendo o seguinte: Eu tenho como conceito que localizador, que hoje mudaram o nome de perdigueiro para localizador, deixar mais bonito né? Tem que ter exceção, você contrata perdigueiro na exceção, ou seja, quando tiver dificuldade na localização de bens, ou fazer uma reintegração específica de grande monta, aí você contrata esse pessoal especializado, digamos assim, está ligado o gravador, "mais truculento", que vai lá e toma a coisa. Isso na exceção. O que aconteceu na Leasing, é que isso virou regra, certo? E isso favoreceu então diversas pessoas que estavam buscando e cumprindo a sua função, mas sem uma regra específica. Diante de argumentos trazidos para o Conselho de Administração e questionados ao GEDEL na época, então resolvemos a situação assim: vamos suspender tudo isso aqui, e passamos uma normativa certo? Dando poderes específicos a quem pode autorizar tal contratação, certo? Porque é difícil fazer, digamos assim, uma escolha de uma pessoa, porque o localizador ele vende a informação, agora se ele contatou um veículo, vocês não conseguiram então eu percebo, a remuneração eu quero tanto. Então é difícil fazer justamente as contratações, então o que vai acontecer, a partir de setembro nós emitimos uma norma que diz o seguinte: "Somente a Divisão Jurídica, os dois departamentos do Jurídico, o GEDEL e os advogados regionais tem autorização para que se contrate perdigueiros nas seguintes situações: Inexistência dos bens, não localização do paradeiro dos bens, dificuldade no cumprimento dependendo do montante do crédito, do tamanho dos bens a serem removidos em fim, de tal sorte que haja regras específicas. Claro que estamos passando uma fase de experimentação se isso vai funcionar, porque, uma regra que anterior que é elástica, porque não tinha regra, e hoje uma regra mais rigorosa. Então o que é que nós temos que avaliar, verificar se nesse novo sistema vai haver a mesmo a so-

lução. E uma vez se amoldando ao sistema, vamos aperfeiçoá-la. É que hoje nós estamos fazendo, vendo a situação da Leasing, aos poucos está se trazendo regras, regras e normas. Certo?

Dr. Francisco - Com licença, me ocorreu uma sugestão, o Senhor disse o que mais se pode fazer, eu não sei se cabe. Eu sei que o Sindicato dos Bancários esta encaminhando ao Governador uma nota de repúdio pela permanência desse Senhor como Secretário de Estado, porquê? Porque enquanto ele for Secretário de Estado, ele tem foro privilegiado e isso prejudica as investigações tanto do Ministério Público Federal como o Ministério Público Estadual. Ele tem foro privilegiado lá Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal.

Betenheuser - Não é primeira instância o juiz do Tribunal Federal, é o TRE que vai, e o TRE, acumulado como está.

Dr. Francisco - A sugestão que eu faria é a seguinte: É se o Conselho da BLAM não poderia encaminhar um expediente ao Governador dando conhecimento do resultado da Auditoria e do envolvimento do Senhor Oswaldo nessas irregularidades, tocar no evidente envolvimento do Senhor Oswaldo nas irregularidades?

Neco - O Governador já sabe,

Dr. Francisco - Oficialmente?

Neco - Pessoalmente.

Sérgio Motta - Mas não oficialmente.

Dr. Francisco - Uma manifestação oficial do Conselho de Administração da BLAM.

Neco - Isso compete aos Senhores.

Vargas - Eu acho que o que se poderia dizer Presidente, é oficiar o que esta relatado, as providências que estão sendo tomadas em relação à BLAM, que ele estaria envolvido, mas não precisa absolutamente entregar todo o dossiê, dar notícia. Oficializa uma notícia que ele sabe pessoalmente, que ele conhece pelo menos. Isso oficializa de uma forma suave, está certo?

Bompeixe - Porque suave? Então não comunica, fica mais elegante.

Eu posso dizer aos Senhores que eu tão logo soube do episódio, o Valter Benelli me deu a primeira notícia, eu fui levar ao Secretário da Fazenda, que é meu superior, nós fomos falar com o Governador, ele me pediu que desse a ele o direito de defesa, a pedido do Dr. Bompeixe ele foi convocado, o Oswaldo compareceu, o fato dele Ter desrespeitado ao Dr. Bompeixe como Conselheiro do Banco, daí foi que eu enviei à Promotoria de Assunto Federal a denúncia, criou um problema a meu ver, criou.

Arlei - O Governo indiretamente sabe. O Banco mandou, o Governador sabe.

Neco - Vou dizer para os Senhores, quando eu estava saindo da sala do Governador, dentro da sala, eu e o Governador, o Giovani Gionédis e o Rafael Greca, o Greca se adiantou e disse assim, Neco esse cara é um ladrão, noutro momento tomaram a decisão, a minha obrigação foi cumprida eu lamento pelos Senhores, mas nós estamos vivendo essa situação. Posso dizer aos Senhores que está começando a nascer, na Secretaria que ele está administrando, que veio uma solicitação de empréstimo para a Paraná Turismo, para adquirir no exterior um negócio de plástico para fazer uma pista de dança de plástico. R$ l.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), o Banco não autorizou. não tem nenhuma operação de origem da Secretaria de Esportes. Então, se por ventura os Conselheiros quiserem manter um contato primeiro com o meu superior do Banco que é o Dr. Giovani, eu estou à disposição, posso até acompanhá-los levá-los, porque cabe a ele que é o representante do Banco junto ao Governo Estadual, levar ao Governador. Eu tenho que me reportar a Ele, nós estamos numa hierarquia. Podemos marcar um dia uma hora, mas tem que ser com antecedência, ele está indo amanhã a Brasília ver esse negócio de protocolo do Governo do Estado com o Banco Central isso é pra venda de banco oficial, e hoje as sete horas foi ver um problema na Cidade Industrial, posso conversar com ele e pedir uma audiência para os Senhores Conselheiros e Conselheiros Fiscais, e levar assim um repúdio ao Senhor Oswaldo como administrador da BLAM.

Sérgio Motta - Até antes do Sindicato fazer a bagunça que vai ser, daí vai ter imprensa e aquelas coisas todas.

Vargas - Fazer já isso, fazer já.

Neco - O Governador está saindo agora às 19:00 h para Londrina, amanhã ele vai inaugurar uma série de início de obras. Então às 19:00 h eu vou estar com ele e com o Secretário Giovani. Eu posso tocar no assunto e pedir audiência com os Conselheiros da BLAM. Eu acho, na minha opinião o melhor caminho.

Neco - Vai lá porque a Leasing não tem controle?

Arlei - Não é isso, é que ele precisa ir lá e checar com que tem na Leasing e não checar as informações que tem com ele, esta fazendo conciliação os três.

Bompeixe - Espera lá, da licença! O Dr. Milton saiu daqui agora o que é uma pena porque ele disse que não tem.

Arlei - Não tem o que?

Bompeixe - Não tem controle.

Arlei - Não, mas o João Maria vai falar para os Senhores. Ele vai dizer se tem controle.

Bompeixe - É. João Maria quem é?

Arlei - Ele é Auditor. Auditor do Banco.

Bompeixe - Não devo contestar?

João Maria - A gente, por solicitação da Diretoria da Leasing, é que a Auditoria entrasse com processo pra tentar compor aquele saldo que apresentava como adiantamento dos honorários...

Neco - Desculpe, a Auditoria da Leasing, ou Auditoria do Banco do Estado?

Arlei - Do Banco, Auditoria do Banco.

João Maria - Então, cumprindo essa solicitação nós iniciamos os trabalhos de tentar levantar todos os valores que ali constava e que a gente viesse a compor ou validar o número que apresentava no balanço da Banestado Leasing. Existem controles dentro da Banestado Leasing, só que os números que constam hoje em boa parte daqueles números do balanço da Leasing é antigo, que vem remanescente de vários processos que foram iniciados em épocas passadas e que houve seqüência de adiantamentos e acabou se...

Aldo - Nos mesmos processos?

João Maria - É que tinha etapas de pagamentos pelos adiantamentos no decorrer do processo, iniciar o interesse de posse e concluía com uma ... esse processo.

Aldo - Iam atras de um recibo.

João Maria - Exatamente. Então para que esse levantamento tivesse uma validade realmente, era necessário que voltasse processo por processo, contrato por contrato e que fosse, foram ajuizados e que compõe aquele número, que hoje da setecentos e oitenta e poucos contratos, e que compõem aqueles setecentos e poucos mil reais que está lá de adiantamento na Banestado Leasing. O trabalho está um pouco lento, a gente concorda que realmente deveria ser, estar mais adiantado, mas em busca dessa validação desse número é que esta lento, tem que ir contrato por contrato que é coisa antiga, tem coisa de 95, tem coisa de 94, tem que compor os valores, buscar recibos, olhar a ação realmente se foi reintegrada se não foi reintegrada, se já foi feito um acerto com o Küster né, e compõe aquele número na íntegra e que já foi paga, tem uma série de hipóteses que podem acontecer dentro de um desses contratos. Então é um trabalho que está sendo desgastante, mas a gente tem colhido até agora bons resultados. Acredito que essa semana o levantamento de campo, que é buscar documentos, acaba, aí a gente vai partir pra classificar os problemas que realmente que podem acontecer.

Sérgio Motta - Até agora não tem nenhuma opinião, nem uma vaga idéia de como foi aquilo que aconteceu?

João Maria - Olha, vaga idéias, tem algumas coisas que a gente percebeu, que tem valores que estão lá dentro lançados e que não são adiantamentos; são despesas que estão lá classificadas de forma errada porque, porque na informação que veio do escritório teria ação onde o, a parte réu do processo, ação passiva, que está lá como adiantamento e que na realidade e despesas extras pagavam o valor para que ele efetuasse o trabalho. Isso está lá e quer dizer, é meramente classificação, isso digamos alguma coisa que a gente verificou mas que não é grande, não é números desse tipo, que compõe esse número de erros digamos, de classificação incorreta é pouco.

Neco - Agora recente, agora. Entendeu Milton? Eu não sei se é você que determina os advogados do Banco, eu não sei se é da sua determinação a transferência ou a indicação de advogado. Lógico você tem conhecimento dos advogados credenciados, eu tenho já dito aqui no Colegiado e na Diretoria, que as causas de grandes valores é de responsabilidade da Presidência. É o caso da ASPEN PARK, está na mão do Dr. Hosken hoje e do Dr. Cesário, é o caso da FREEZAGRO, são os grandes devedores do Banco. E chamou-me, causou-me estranheza que hoje eu telefonei lá pra Londrina, aí é que ele me informou porque eu determinei que se fizesse igualmente como tem que ser, cinco advogados em seqüência, não importa escolher, acontece em dias alternados, de acordo com o não pagamento, e parece que o nosso advogado não gostou muito.

Betenheuser - Não, não. Presidente, o fato que eu tiver que contornar foi o seguinte: Que reunião com os gerentes, Colete falou que havia suspeita, que o advogado da Regional estaria recebendo propina para canalizar processos. O Dr. Faquim, é uma pessoa que eu posso dizer, extremamente honesta e muito introspectivo, ele não soube contornar profissionalmente este fato, e se fechou em si, se fechou na ostra e caiu em depressão. Ele não tem mais condições de voltar à SUREG em função desse acontecido, certo? Porque talvez a comunicação dada aos gerentes, a reação dos gerentes de dar risada, porque talvez tinha sido conotação de brincadeira, e ele não conseguiu suportar, por isso é que

ele pediu afastamento. Ele me ligou à tarde, chorando, Presidente, em função desse fato, busquei contornar certo? Eu estou por enquanto trabalhando com o advogado da SUREG de Santo Antonio para atender Londrina, porque Londrina está efetivamente na parte do jurídico um verdadeiro desmando, um absurdo o que está acontecendo lá.

Neco - O Senhor acabou de dizer que o rapaz é bom.

Betenheuser - Sim, mas ele estava precisando se tratar.

Neco - A única bondade se nota aí que o Senhor acabou de me relatar.

Vargas - Uma coisa que me preocupou na última reunião foi aquela, foi aquele ingresso de funcionário fora de hora mexendo nos sistemas.

Betenheuser - A Auditoria determinou a instauração de processo administrativo porque o funcionário entrou às cinco horas da manhã.

Vargas - Tem que ser demitido.

Arlei - Foi mandado para a Área de Recursos Humanos.

Vargas - O Daros levantou uma questão que é extremamente válida e preocupante, que se essa pessoa ou alguém lá dentro tem condições de operar o sistema. Então essa pergunta ficou no ar. E eu sugeri, estou sugerindo a Auditoria, além do sistema que eles vão fazer que é ver se o sistema confere com a contabilidade, dessa possibilidade. Agora levei um susto maior, com a informação verbal do Valter, Valter Benelli de que a contabilidade é feita pelo sistema eles não saem do sistema não pelos documentos. Procede isso?

Vilmar - Como é que é?

Daros - Não a contabilidade é pelos documentos. Só pode ser.

Vargas - Pelo sistema, você contabiliza pelo que o sistema gera, quer dizer a listagem do sistema.

Vilmar - Não, pelos dados do documento.

Vargas - Pelos documentos, o sistema gera uma listagem de controle, do que foi baixado.

Vilmar - Positivo, você lança pelo documento, você bate com a documentação.

Vargas - Mas você entra no sistema, todos os documentos.

Vilmar - Das informações você alimenta o sistema para contabilizar pelos documentos.

Vargas - Pelos documentos?

Vilmar - Claro, pelos documentos.

João Maria - A gente está trabalhando exatamente nessa informação, a gente esta trabalhando em cima e está praticamente encerrada esta verificação. Eu não sei se essas informações de sistemas é de abril, toda a movimentação de ingressos de números dentro do sistema. A contabilidade ela é gerada após do cadastramento dentro do sistema dessa informação, cadastro um contrato e daí pra frente a contabilidade é gerada.

Vargas - Sim, mas os pagamentos o sistema tem os documentos?

Daros - A baixa das prestações, você tem o documento que comprova.

João Maria - A minha validação em cima desse número, qual a possibilidade de ou vir alguém entrar dentro do sistema e alterar o número e mudar a base contábil. Porque a contabilidade sempre ela vai estar checando com o sistema, se o sistema faz o lançamento automático, no final os dois vão fechar. HIDROMEC fechou-se de abril até hoje.

Vargas - Tudo bem, porque poderia um cara chegar lá e alterar o saldo devedor, baixar o saldo. Não sei se tem controle tem.

João Maria - Depois tem renegociações, tem renegociações.

Vargas - Tem uma listagem.

Neco - As operações ficam arquivadas nos sistema? Então mesmo que eu pegar o sistema deve estar gravada em algum lugar esta operação. Operação é uma coisa, está dentro de uma linha do sistema e contabilidade é outro negócio.

Arlei - Ele tem que fechar.

A alternativa de alterar dados do sistema seria através de forjar uma renegociação e alterar os dados, e em cima disso que eu trabalhei. Porque seria a única possibilidade para que entrar, fora isso um processo novo, o que eu fiz? Porque todos os contratos que iniciassem a partir desse dados não tem erro, porque só poderia alterar em cima de uma base através de renegociação. E eu peguei todas as renegociações e verifiquei.

Daros - Ou então transferir de um contrato pra outro na mesma conta.

João Maria - Mas ele aparece como renegociado.

Daros - Aparece movimentação.

Vargas - E o limite é diário pra você conferir.

Daros - Tem uma certa segurança. Você tem documento que você faz a verificação.

Vargas - O Livro Diário é conferido, ok, liga com a conta corrente de agência, o diário confere, ok.

Neco - Gostaria que o Arlei relatasse o Demonstrativo Sintético Contábil em Reais, relativo ao mês de outubro/97.

Arlei - No mês de outubro nós representamos o resultado negativo na ordem de R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos) o dado liquido é de R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos) isso no decorrer do que, nós estamos tendo isso é todo o mês essa renda de arrendamento, uma redução dessa renda, lógico que umas nós não estamos operando, e esta havendo muita renegociação de contrato também, pode ver que um dos fatores que nos ajudaram bastante no mês de outubro foi na alienação de bens, quer dizer nós estamos indo bem na venda via direta e via leilão, que pulou de R$ 2.000.000, 00 (dois milhões de reais) para R$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais).

Vargas - Explica uma coisa Arlei, nesse item, na folha, na página 04 que diz assim: vendas de bens, vendas de leilão, R$ 939.920,00 (novecentos e trinta e nove mil, novecentos e vinte mil reais) e aqui você tem R$ 4.210.000,00 (quatro milhões, duzentos e dez mil reais)?

Vilmar - Esse, só uma informação, essa venda que lucro na relação de venda de bens, são os contratos quitados antecipadamente, e os contratos que são encerrados que são quitados pelo VRG. A venda de leilão é aqui em baixo.

Vargas - Onde é que está a venda?

Vilmar - Lucro na venda de bens, R$ 1.482.000,00 (um milhão quatrocentos e oitenta e dois mil reais).

Vargas - Sim, mas aqui no seu Fluxo de Caixa tem R$ 939.920 00 (novecentos e trinta e nove mil, novecentos e vinte mil reais)

Vilmar - Mas isso era o saldo do dia seu Mário, esse é o valor do mês da venda do mês.

Arlei - Isso não é movimentação/mês. Isso aqui é movimentação/mês, isso aqui é o saldo do dia.

Bompeixe - E esse despesa de leilão foi todo no dia?

Arlei - No leilão, no dia.

Bompeixe - No mês R$ 1.400.000,00 (um milhão quatrocentos mil reais),o que esse R$ 1.400.000,00 (um milhão quatrocentos mil reais)?

Vilmar - Esse R$ 1.400.000,00 (um milhão quatrocentos mil reais) é saldo do dia.

Vargas - Fluxo de Caixa é Mensal, não é do dia.

Arlei - 30 do 09.

Vargas - Não tem Saldo anterior?

Bompeixe - La no final do mês.

Vargas - O saldo final é a gente que deve.

Arlei – R$939.920,00 (novecentos e trinta e nove mil, novecentos e vinte mil reais) vendas de bens e vendas em leilão, isso é a comissão do mês.

Vargas – Come é que você tem aqui R$1.400.000,00 (um milhão quatrocentos mil reais). Lucro na venda de bens, R$1.400.000,00 (um milhão quatrocentos mil reais)?

Bompeixe – O Lucro de R$939.920, 00 (novecentos e trinta e nove mil, novecentos e vinte mil reais), é o lucro do dia 31.

Vargas – Não, não, isso é do mês. Se tem o saldo anterior de setembro, é do mês.

Vargas – Me diga uma coisa, a despesa de captação de vocês e a CDI.

Arlei – É CDI.

Vilmar – É DCI, cedendo.

Arlei – É, 1,96.

Vargas – Outra coisa meu chefe, eu tenho aqui outras despesas operacionais de R$3.618.000,00 (três milhões seiscentos e dezoito mil reais) aqui.

Vilmar – É, nessa despesa aqui foi feito o acerto da, tudo para o caixa da ...

Vargas – R$1.900.000,00 (um milhão e novecentos reais) sobre tributos, foi pagamento de diversos.

Vilmar – Essa diferença aqui foi feito a baixa do contrato da...

Arlei – Da ZAID?

Vilmar – Imobilizado da RÁPIDO LASER, porque foi feito o levantamento da não existência do bem, nós tivemos que dar baixa como outras despesas operacionais, daí esta com ação de cobrança. Daí não é ação de reintegração.

Bompeixe – Entrou algum novo ainda não conhecido?

Arlei – Não.

Vargas – Desafio é Club Car.

Bompeixe – Desafio é Club Car.

Vargas – Mudou de nome outra vez. Construtora CARPISA é nova essa ?

Arlei – Não, essa foi renegociada. Não honrou a primeira parcela.

Bompeixe – CARPISA, continua nos devendo? Eu passei em frente ele hoje. Está bonita.

Vilmar – Ela esta contestando a auditoria.

Daros – Serena está em concordata.

Vilmar – Agora entrou com ação contra a Leasing.

Vargas – Bom, a SOFHAR, bem a SOFHAR que é nova nesta relação. O que é isso "Clube de Bens ", Computador?

Vilmar – Computadores.

Arlei – Computadores e bens móveis.

Vargas – Bom, esses computadores provavelmente não valem nada, mas estão lá, e os que devem estar ...

Arlei – Aqueles são, dação por falta de pagamento. Eu posso pegar uma relação para a próxima reunião.

Vargas – Deve ser 486, R$200,00 (duzentos reais) é muito.

Arlei – 386. Quais são os bens da SOFHAR aí, nós vamos trazer.

Vargas – Você falou que está ajuizado?

Bompeixe – Uma informação por gentileza. Aqui consta em atraso.

Arlei – Sim.

Bompeixe – Já ajuizou alguma medida?

Arlei – Já estamos ajuizando, pondo na justiça para reintegrar.

Bompeixe – Eu estou perguntando pelo seguinte. Tem uma das notícias – crime a que envolve a CRISTUR. Serão ... se algumas dessas aqui contiver uma ação judicial.

Arlei – Essa CRISTUR é dos novos. Essa é de 94, do governo anterior.

Bompeixe – A que eu estou perguntando porque vejam bem eu combinei com minha mulher que hoje eu sou apenas ouvinte. Estou me excedendo.

Arlei – A CRISTUR é o seguinte viu Dr. Bompeixe.

Bompeixe – Porque vai parecer estranho que eu diga " olha essa operação foi anormal e eu não tomo nenhuma atitude ".

Arlei – Não, não, deixa eu explicar. A CRISTUR o que acontece. A CRISTUR é uma empresa contratada pelo Banco para o transporte de funcionários aqui de Santa Cândida. Em torno de 10 a 12 ônibus. Então o que acontece? O Banco todo o mês quando paga não paga para a CRISTUR. O dinheiro vai direto para a Leasing.

Bompeixe – Só para os senhores saberem: TAY MAHAL, COTERPAVI, CRISTUR,DISTRIBUIDORA ZAID.

Sérgio Motta – O que ele esta querendo?

Vargas – Estão todas ajuizadas!

Bompeixe – Eu só quero saber, eu não sei, eu tenho que saber. Porque daqui a pouco foi ajuizada uma.

Arlei – Mas Dr. Bompeixe, eu não vou lembrar dos 28 processos de cabeça, se foram ajuizadas.

Bompeixe – Não, desculpe.

Arlei – Algumas eu lembro.

Bompeixe – Eu estou dizendo que eu só acho estranho que nós estejamos a dizer que é uma operação irregular e que agora nós não estejamos tomando medida judicial!

Arlei – CRISTUR não esta ajuizada não. Vai estar ajuizada. Nem a COTERPAVI.

Bompeixe – Pois é mas a CRISTUR ....

Arlei – Nem a COTERPAVI, que a COTERPAVI esta negociando. Oh não, a COTERPAVI esta ajuizada.

BOMPEIXE – EMILIO ROMANI,

Arlei – Está acertado, já negociou a dívida, está em dia, pagando em dia. Veja bem, o que eles estão levantando aí é da forma como foi feita a concessão das operações. Não Dr. Bompeixe essas operações foram mal concedidas. O fato delas terem sido mal concedidas não quer dizer que não estejam sendo pagas, É diferente. Veja bem, A EMILIO ROMANI, uma empresa que quem assumiu foi o Meneguel, e o Meneguel veio aqui e renegociou e esta aí pagando bonitinho.

Vilmar – Não, não, ele está falando que elas são suspeitas de Ter pago comissão.

Arlei – não, não é isso não.

Bompeixe – O que eu quero dizer é o seguinte: Se uma operação foi mal feita, desculpe, se ela foi feita de forma irregular e eu noticio ...

Sérgio Motta – Arlei, eu não vou comentar nada disso aqui.

Arlei – Esqueça ...

Bompeixe – Toca pra frente. O tempo dirá. Eu só acho que se é irregular e não toma atitude nenhuma, qualquer coisa, eu estou dizendo que estou fazendo uma acusação leviana.

Arlei – Tem razão. Entendi. Mandamos para o Ministério Público, que dentro da Leasing está normal. Notório, Emílio Romani está lá. O escritório está pagando lá.

Bompeixe – Tem certas coisas que tem que ver viu gente.

Vargas – Então antes de Ter revertido tem que fazer um acordo, tem que conversar.

Bompeixe Então para amanhã a gente não levar uma invertida.

Arlei – Faz o seguinte: baseado na análise inicial da operação, que a auditoria levantou nessas operações era o início da análise.

Daros – Mas por outro lado, se ela está pagando em dia, não tem nada a ver; porque se discute a origem, agora, se está inadimplente, aí abre a ação também.

Arlei – O que a gente comentou aqui, o que foi comentado, que o Dr. Francisco comentou aqui, a

SAN JOSEPH, que tem nota fria. Não é que tem nota fria. Pode ser que 20% não exista. É executar o contrato, do que o cara continuar pagando da forma como esta pagando. Daí eu vou jogar pra CL dois ou três milhões ou prefiro ficar recebendo todo mês aqui.

Vargas – A SOFHAR está em atraso e está tudo bem.

Daros – Tá aí no início da operação.

Vargas – Se você procurar você não vai achar os bens nessa operação.* Se você for ver está tudo em atraso* Daros.

Vargas – Se você reintegrar esses bens não valem nada.

Bompeixe – Vamos tomar uma atitude, o que caracteriza.

Daros – Não, entrou em atraso. Decorreu o processo executa.

Bompeixe – Mas se não executar?

Daros – Mas se ela pagar ...

Bompeixe – Se ela esta em atraso, eu digo o seguinte. Eu compareço perante a autoridade e digo, olha senhores, perante o procurador e digo , olha essa operação é irregular, foi feito isso, foi feito aquilo, houve favorecimento. Está em dia, é uma situação, eu quero apurar responsabilidades. Agora outra situação; eu denuncio ela esta em atraso e não tomo providência nenhuma.

Vargas – É, essa aí tem que tomar.

Bompeixe – E esse pra amanhã se eu não levar uma invertida. Executar, vocês não acham que é irregular, ela esta em atraso e vocês não fazem nada.

Arlei – Houve falha de comunicação, porque nós lá na Leasing não estamos sabendo desses processos que estão correndo aí. Estou por fora disso aí. Estou tomando conhecimento agora disso aí. A auditoria com o Sr. Krüger.

Vilmar – O problema não é esse, o próprio jurídico depois iria ver isso.

Arlei – Então tem que ver se ele está movendo o lado criminal, tem que trazer o judicial do outro.

Vargas – Cível.

Arlei – Cível, sei lá. Anota aí pra depois a gente ver.

Bompeixe – Tem um revertério aí pra danar.

Vargas – Você estava falando aí algumas coisas aí Arlei, fatos novos sobre a Sofhar.

Arlei – A Sofhar é o seguinte. Esteve aqui visitando o Presidente o Diretor da Sofhar. O Luiz Mário, inclusive o senhor Presidente me convocou para estar junto, e ele está assinando um contrato com órgãos do Governo do Estado, inclusive o Banestado, é no valor de R$14.000.000,00 por um prazo aí de 16 a 18 meses, coisa assim. E com isso ele vai acertar a divida aqui.

Sérgio Motta – Não dá pra fazer junto ao Banestado e outros órgãos, acordo de pagar o CL que está devendo pra Leasing.

Arlei – Aí é que está. O que a gente vai fazer, o que a gente vai acertar daqui pra frente é o seguinte: Ele vai dar uma procuração, por escrito para a Leasing, que todos os créditos oriundos desse contrato serão utilizados para acertar a Leasing, e o ECC que ele vai fazer aqui no Banco. Ele vai fazer esse ECC aqui no Banco sabe porque? Pra acertar a pendência na Leasing, que é pra gente, vou Ter que jogar quatro milhões para CL. Ele veio renegociar. Faz uma ponte com o Banco e se ele tem esses recursos, contrato assinado pelo governador, pelo Secretário da Fazenda, Presidente do Banestado, todo mundo, COPEL.

Vargas – Contrato de prestação de serviços é complicado.

Arlei – Eu não sei se é bem de prestação de serviço. Acho que é na área de software.

Vilmar – Software e prestação de serviços.

Arlei – Prestação de serviços. Ele tem centro de treinamento aí, esse negócio aí.

Vargas – Eu volto a SOFHAR mais tarde.

Arlei – Pois não Dr. Bompeixe.

Arlei – É isso aí. Eu só queria receber metade do CL, que me dava um resultado em dinheiro. Só metade desse CL dos 20 maiores. Não estou dizendo metade do CL carteira. Metade dos 20 maiores, Esses aqui só virava o resultado.

Sérgio Motta – Me responda o que é 40% da carteira.

Vilmar – 20 maiores é quarenta por cento da carteira.

Vargas – Pega ASPEN PARK, AMORIM SERGIPE E CLUBE CAR 40% da carteira.

Vilmar – Como é o nome daquele empresário que acharam o documento aqui.

Arlei – É o genro dos Vieiras.

Sérgio Motta – Sobrinho do Vieira.

Vargas – Ah, aquele lá de...

Arlei – Canela, que ficou devendo o celular.

Daros – Aqui na Leasing. Você está brincando? E não tinha seguro?

Vargas – Ele era da concessionária da Renault.

Bompeixe – Aqui 11.5 diz assim: Imóveis não Liberados. Esses, o próprio Banco pode fazer uso? Quer dizer...

Arlei – Foi cedido um aqui Água Mineral.

Bompeixe – Santa Paula?

Arlei – Poder de terceiros, 8. É alugado. Apartamento que era para entrar naquela famosa composição da Água Mineral em mil novecentos e lá vai...

Neco – A Água paga aluguel?

Arlei – Para a Associação Banestado. Não a Associação Banestado também tem que remunerar a Leasing através de um convênio que existe.

Vilmar – Tem um contrato de que cabe cobrança?

Arlei – Não, hoje não, porque hoje estão tendo prejuízo.

Neco – Como prejuízo?

Arlei – por causa do custo da água. Veja bem, esse negócio está se arrastando a mais de 10 anos, sei lá não sei quanto tempo faz isso aí

Neco – Quem é o dono da Água Mineral?

Arlei – O dono do imóvel é a Banestado Leasing. O administrador daquilo é a Associação Banestado, ela faz o papel de Administradora do Complexo.

Daros – Mas você tem o problema se deixar de explorar a água custa mais caro.

Arlei – Isso é um pepino da gestão anterior.

Daros – É eu acompanhei isso.

Arlei – Se a gente parar aquilo lá vira sucata. Pelo menos assim a Leasing não está tendo prejuízo nenhum.

Daros – Não estamos tendo segurança nem manutenção.

Arlei – Está lá, o Complexo está sendo mantido.

Daros – Porque não pode, ainda está.

Vargas – Água não custa nada, está lá.

Arlei – Está preocupado, está competindo com a Ouro Fino.

Vargas – Tem pequenos custo de filtragem, essas coisas.

Daros – Agora você veja só uma coisa o Estado fez um convênio a Ouro Fino de R$1 (um real) a garrafa de água, poderia ter feito com a AB.

Arlei – Mas o Tribunal de Contas inclusive é contra a existência desse processo. Essa coisa está se arrastando há muito tempo.

Daros – Não, não, não. As cem mil garrafas para assistência social agora para presente das crianças, foi feito com a Ouro Fino, quando poderia ser feito com a AB.

Vargas – Vocês conhecem que existe uma "secretária de saia".

Daros – Não, mas a Ouro Fino é a Ouro Fino. Cem mil garrafas a R$1 (um) real.

Bompeixe – Aqui diz assim valores o ... Cascavel. Em outubro era R$364.000,00 né? O que esse três porcento?

Arlei -Três por cento estoque. É estoque que está em Crédito em Liquidação.

Bompeixe – Três por cento de R$364.000,00?

Arlei – Não, é R$12.506.000,00. Eu estou passando aqui para quem tomar conhecimento dos caminhões que foram recuperados, esses caminhões a maioria era da TRANSPESCA .

Daros – Nossa mãe.

Arlei – Famosa TRANSPESCA.

Arlei – Bom o que acontece é o seguinte : é, maio de 95, acho abril, maio de 95. Foi contratada uma operação de leasing com a empresa J.D. Barros, que estava adquirindo uma aeronave da D.M. Então foi feito um lease-back; a aeronave da D.M. passou pra a J.D. Barros, isso em maio de 95. Em junho de 96, essa aeronave foi transferido para uma empresa chamada Iguaçu Rent a Car. Essa é uma operação que foi concedida na época diretamente pelo Diretor Presidente da então empresa, transferindo essa aeronave da J. D. Barros para a Iguaçu Rent a Car, então fizeram-se os ajustes, fez-se o aditivo ao contrato. Isso em junho de 96, mais precisamente em 28 de junho de 1.996, segundo o aditivo que eu tenho.

Vargas – Final da gestão.

Arlei – Isso no a pagar das luzes. No a pagar das luzes da gestão do então Diretor Presidente. Ele transferiu o avião da J. D. Barros para Iguaçu Rent a Car, através do aditivo. E quando contratou-se essa operação da aeronave em abril de 95, maio de 95, tinha lá no contrato lá que a aeronave estava coberta por seguro, a partir daquela data, maio de 95. O que aconteceu, claro em maio de 96 venceu o seguro. Só que como essa operação estava vencida e estava com problema, e o mais importante era achar alguém que assumisse este avião do que acertar, sei lá, foi passado a essa empresa aí. Bem, é, partiu-se do pressuposto que esse avião estava segurado, porque o próprio contrato é de 36 meses, se você faz um seguro, quer dizer, o contrato lá com diz que o prazo é de 36 meses, e lá na última folha diz que a aeronave está assegurada. Quem comprou parte do

pressuposto que é pra 36 meses. Moral da história, o que aconteceu, essa aeronave sofreu um sinistro agora, exatamente dia 31 de outubro no município de Canela, no Rio Grande do Sul, que faleceu aquele genro dos Vieira e mais aqueles dois, e essa aeronave estava sem seguro, por falta de controle da "Dona" Banestado Leasing, de pessoas que lá na época estavam ocupando esse setor que é o Sr. Edinho, Sr. Luiz Antonio, o pessoal que estavam lá, estavam muito preocupados, mas por que aconteceu isso aí, vamos voltar no tempo Srs. Conselheiros, e lembrar muito bem : Seguro era importante na leasing, quando? Os funcionários recebiam a comissão do seguro. Quando eles não mais receberam a comissão do seguro, o seguro deixou de ser importante, e naquela aconteceu, pena que o Marquesini não esteja aqui, ele era Diretor Superintendente na época da empresa, o Mário acompanhou muito bem isso aí, deu uma briga desgraçada, o Fayet, entende, e infelizmente a Gralha Azul retirou lá da Leasing, o pessoal da área responsável pelo Núcleo de seguros, que acompanhava a renovação de seguros dos contratos, porque a partir daquele momento, como não tinha mais comissão de seguros para funcionários, o seguro deixou de ser interessante. Ainda bem que o Comandante Rodrigues, que é uma pessoa, que cuida bastante, que é da JET SUL, que tem mais de cinco ou seis aeronaves, fez um reforço de seguro da aeronave, acreditando que tinha um seguro, então ele fez um seguro de US$ 700,000.00 no Bamerindus, tá, então hoje existe um seguro de US$ 700,000.00 no Bamerindus, conosco não tem nada, salvo um milhão e trinta à vista da dívida que a gente recompôs recentemente, eu trouxe até aqui no Conselho esta composição. Qual é a forma que a gente tem pra resolver esse impasse aí? Veja bem.

Vargas – Isso aconteceu. Qual é a forma de controle que existe hoje na Leasing?

Bompeixe – De seguro?

Arlei – Continua a mesma coisa. Não tem agora, mas a partir disso aqui, a primeira ordem que foi dada, todas as aeronaves tem que verificar aonde é que está o seguro.

Arlei – E inclusive colocando como subarrendatário, a JET SUL TÁXI AÉREO, pra cumprir o que exige o DAC. O que só pode voar se tiver seguro, porque daí eles não deixariam essa IGUAÇU RENT A CAR, e a JET SUL tem próprio e tem para nos pagar por mês, pelo menos. Então o problema aqui se a gente trocar por o sinistro, não sei quanto daria no final, eu acho que a vantagem seria, Presidente, aqui pelo menos a gente não tem prejuízo, não teria prejuízo, então foi a forma que eu achei, você dá uma versão de taxa de 1.160, para não alterar o saldo devedor, viu Mário, abato, libero e mantenho o saldo devedor, e você uma aeronave garantido. Mas nós ficamos com a aeronave e ele continua nos pagando.

Viu Arlei. Ele vinha pagando regularmente?

Arlei – Não, ele fez uma composição, agora recentemente ele compôs a dívida conosco. Tá isso aqui são alterações feitas lá atrás, infelizmente para atender interesses políticos, estou sabendo, foi feito por isso. Tá, aí esse comandante aqui diz que na época ele assumiu e tal, e deu no que deu. Foi feita a transferência, deve ter sido feito uma coisa diretamente lá dentro, como era feito. Então, veja bem Presidente, eu acho que essa solução, eu não sei se até posso por na ata ou deixo para aprovar em Comitê I.

Neco – Eu acabei de falar com Paulo Pucci, e do que a gente conversou, talvez a gente encontre uma solução, a minha interferência foi, porque eu estava em Londrina, e o Colette, Superintendente Regional, participou-me que o Peter, que é um dos proprietários da TV Mix, confidenciou a ele conforme me disse agora a pouco pro telefone, aquela necessidade de fazer uma contribuição espontânea para um Diretor da Leasing, para poder Ter acesso a uma operação, e ele pensou novamente que aconteceu isso. Uma câmera de geradores de mais dois mil reais, e agora nós vamos iniciar um processo aonde nós vamos levar indícios contra o indivíduo da Leasing que era o tal de Edinho e depois eu conversei algum tempo com eles disso aí, que era uma operação da Leasing, estava o Paulo Pucci, o Dr. Milton, porque o Dr. Milton também ouviu falar desse assunto, o Valter Benelli também estava. Eu saí, depois eles adiantaram as conversações para uma composição, qual é eu não sei ainda.

Bompeixe – Porque eu transmiti ao Arlei, a questão de uma semana, um advogado de Londrina foi procurado para ajuizar uma pela TV MIX contra a Leasing sobre esse contrato aí.

Neco – Eu vou falar pro Colete pra correr atras disso. Eu

Bompeixe – Pra que?

Arlei – Para a gente não tomar os bens dele.

Bompeixe – Estava em cumprimento a carta precatória daquele negócio da renegociação, se parou o cumprimento. Houve o cumprimento, daí nesse interregno um advogado em Londrina, cujo nome eu não vou declinar, foi procurado por pessoas da TV

Mix, para verificar da possibilidade de ingressar com uma medida contra a Leasing. Eu telefonei de imediato para o Arlei, disse : Arlei eu estou sabendo disso, dá uma verificada, para nós não sermos pegos no contrapé.

Neco – Mas o que pode ocorrer Dr. Bompeixe?

Bompeixe – Eu não sei. Pode ser que apresentem uma revisional, ou qualquer coisa, e o Judiciário se encaminha cada vez mais para dar ganho de causa nas revisões contra as empresas de leasing. Aliás não é o judiciário, a doutrina inteira está dizendo isto.

Sérgio Motta – Até o Tribunal de Alçada?

Bompeixe – Tudo.

Benelli – O que foi acertado hoje, eles levaram para consideração e para registro. Eles concordaram com a proposta, houve uma redução da taxa de 6% para... daríamos um desconto em torno de R$150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais), parcelamento em 36 meses, pagando a primeira em janeiro. Eles pagariam as custas de advogado e outras custas de honorários de R$2.500,00.

Daros – Qual é o valor do AMORIM SERGIPE?

Arlei – R$8.000.000,00 (oito milhões de reais). Diga Daros, vendemos por um esses "cavalos" aqui. Isso aqui vai dar uns R$800.000,00 (oitocentos mil reais).

Frare – Isso aqui está num pátio, ele não é o "fiel depositário".

Arlei – Nós alugamos um pátio para guardar lá.

Frare – Ele está como fiel depositário.

Arlei – Não, não. Ele não é "fiel depositário". Era. Aí os bens que não foram localizados vai seguir uma ação, ai o Dr. Francisco pega agora e faz o que, o precatório volta, eram o que? 30 (trinta) veículos, só achou 15 (quinze). Cadê os outros 15? Aí é um outro tipo de ação que vai correr, e que o Dr. Francisco falou e você vai pegar os desdobramentos, se já cumpriu a parte obrigatório do registro dos bens. Esse... disse que tem um aditivo assinado pelo Luiz Antonio e o Edinho, isso quem me falou foi o "localizador", o "perdigueiro", que esteve lá me trazendo isso aqui. Ele tem um aditivo lá na mão dele, que esses 15 (quinze) veículos que não foram localizados foram trocados por máquinas. Existe esse aditivo assinado. Só que essas máquinas são as mesmas que já são do outro contrato.

Bompeixe – Se isso existir, isso não engloba naquelas ações penais já instauradas. É bom não esquecer isso. É outro fato.

Arlei – Infelizmente, parece que ele tem esse aditivo, inclusive pelo que ele viu parece que tem um negócio lá do Cartório do Taboão.

Vargas – É bom que tenha porque assim é outro fato para comprovar, prova documental.

Arlei – Só que essas máquinas, que ele disse que trocou 15 (quinze) caminhões por máquinas, são as máquinas que estão em outro contrato. Os mesmos bens para levantar dinheiro duas vezes.

Bompeixe – Arlei – O "localizador", "são bernardo", me diz uma coisa, ele já trouxe fotocópia da carta-precatória inteira.

Vargas – Tem que citar o fato. Mas veja bem, aí foi reproduzindo a responsabilidade do Conselho fiscalizar etc. Agora, como nós vamos fiscalizar, como nós vamos acompanhar se nós não temos a informação.

Arlei – Mário, informações do passado nós não temos como saber. Agora, de hoje você pode pedir que nós fornecemos.

Vargas – Quando você fala de informações, que são repetitivas, que estão na auditoria, eu não sei quais são. Se você vai falar sobre alguma coisa você tem que identificar o que. Eu não sei o que. Essa informação eu já tenho, aquela eu já tenho, algumas você identifica pelo menos.

Arlei – Esse relatório da Auditoria do Valter Benelli.

Vargas – Eu concordo com isso daí, veja bem, eu não estou discordando.

Bompeixe – Arlei, eu vou só relatar um negócio aqui. Ou mudam a lei da AS ou elas acabam com os Conselhos, porquê? Porque ele pode ser destituído a qualquer tempo. A justiça tem dito que ele não pode ser destituído quando se afirma, ou seja, o Conselheiro idôneo e não é. Se ele não der motivo vai ser reconduzido. Se não der acabou. Veja bem, aqui nessa mesma sala foi dito pelo Presidente do BANESTADO de então que quem dos Conselheiros quisessem tiver acesso aos documentos podia ter, o que não podia Ter era cópia porque poderia vazar para as áreas.

Bompeixe – Se rebelou o Presidente da BLAM, fulano e beltrano estiveram aqui exigindo.

Vargas – Ele não quis colocar em ata e agora nós colocamos.

Bompeixe – Esse incidente foi lá em maio.

Vargas – Ele começou em maio não em setembro.

Bompeixe – Eu comecei a sentar ai onde está sentado o Aldo para evitar um choque pessoal, por-

que o Mário sentava aqui e o então Presidente sentava ali onde está o Sérgio. Por isso eu comecei a sentar aqui. A pedido, para evitar uma briga. Então não se põe em dúvida a honorabilidade de um elemento, porque eu não costumo acusar ninguém, tanto que uma ocasião me foram mostrar uma notícia crime e eu disse gente, notícia crime se conta o fato não diz quem praticou. Na hora que eu digo que foi Daros que praticou o ilícito, se eu não provar ele vem contra mim por danos morais. Eu conto o fato, quem praticou as autoridades judiais, policiais que vão verificar. Eu entendo essa sua colocação, mas o que acontece é que nós chegamos a um ponto aqui que prá nós sabermos das informações aqui tem que pedir, é do passado, não é do seu tempo, tem que pedir. É por isso que eu disse hoje. Não diz aqui TR. Não, mas é claro que é com TR, mas não diz. Amanhã o Arlei não está aqui, o Vilmar não está. Ah, eles não estão mais na Companhia, quem é que pode esclarecer? Já foram embora.

Vargas – Esse relatório que foi apresentado aqui, o problema da inadimplência não tem assinatura. Quem fez esse relatório?

Arlei – Quem é responsável é o Departamento, o DEABE, está escrito ai o Departamento. Eu me responsabilizo. Qualquer documento que estiver nessa pasta do Conselho eu assino total responsabilidade ai.

Vargas – Agora veja bem, falou do passado, que as coisas são do passado nós estamos pedindo. Porque não tínhamos.

Arlei – O que a gente fala aqui é que tem coisas que estão com as pessoas. Nós sabemos que a Sofhar foi um esquema, foi fechado pelo Senhor Luiz, pelo Senhor Edinho, pelo Senhor Oswaldo.

Vilmar – É um quebra-cabeças, eu ninguém entende.

Arlei – Eu não consigo Mário.

Vilmar – Ninguém consegue fechar esse quebra-cabeça.

Arlei – A própria Área de Informática do Banco não consegue fechar. A própria Área de Informática. A gente fica angustiado porque não pode dar resposta, isso que a gente quer deixar registrado.

Vargas – Você sabe que eu sinto Aldo, que sou o mais velho aqui, mais antigo parece. Cinqüentenário, mais antigo. O que você sente é que não é só a Leasing, é um problema de estrutura geral. Aqui só foi degenerando de uma forma tal que chega a esse ponto como se dissesse não a DINFO não atende, no meu tempo também não atendia, quando era diretor lá. Tinha que matar aqueles caras que fazem os programas. Existem um conflito entre a área de patrimônio e a área de bens, não sei. Essas coisas vieram se agravando sabe. Responsabilidade do gerente em fazer um risco do bem que nem transferiu, não sabe nem se existe.

BANESTADO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL

211ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 03.03.98 MARÇO DE 1998

Aldo – Eu não encontrei a figura numérica, valores de adiantamento. Esses R$700.000,00 não está em lugar nenhum aqui.

Pucci – Houve R$700.000,00 de adiantamento, realmente houve R$700.000,00 de adiantamento durante o ano de 1995. As ações que eram encaminhadas e se pagava o adiantamento dos contratos. Os contratos de credenciamento eram diferentes e aí foi suspenso. Foi pedido credenciamento junto ao Banco e posteriormente um levantamento desses valores adiantados porque não se tinha um controle do que já tinha sido adiantado o que já teria sido cumprido com a finalização do processo. E aí só se dizia que foi adiantado, foi adiantado e até agora ninguém viu a cor do dinheiro, quando na realidade o processo estava sendo dado continuidade, os bens estavam sendo reintegrados, vendidos e nós paramos com esse processo de pagamento para fazer o levantamento do quanto foi pago, quanto foi depositado. O que acontece? Passou um ano, quase um ano e meio e não está se pagando mais nada. Esses R$700 mil ficou corroído com o cumprimento das ações que esse advogado tinha, que o Escritório Küster de adiantamento.

Neco – Quem que autorizava esses pagamento adiantados?

Pucci – A Equipe anterior que estava lá. Nós fomos prá lá e com dois meses nós conseguimos bloquear o contrato e descredenciar da forma como estava. Daí passou a nível de financiamento junto ao Banco.

Vargas – É tem uma parcela que você não vai recuperar, é difícil. 10% (dez) por cento que eram pagos para ele, desses 30% era distribuído internamente nas agências.

Mota – Nas agências não.

Vargas – Na Diretoria pelo menos.

Pucci – Não, o Küster não.

Vargas – Ah, interna do Banco. O Küster não distribui.

Pucci – No levantamento da Auditoria você o fato do...

Vargas – É extra-caixa. Não é do Küster.

Pucci – De ilegal não tinha nada, tinha imoral né? Esse é que era o problema.

Mota – Com relação à distribuição dos registros de títulos e documentos ao 1º Ofício só, ficou decidido nesse Reunião ou se redistribuiria para todo mundo ou se dava uma razão válida para que ficasse só com o 1º Ofício. Como é que ficou isso?

Pucci – Veja, até é bom que eu vou entrar num outro assunto com relação a essas distribuições tá. O 1º Ofício de Títulos e Documentos nos apresentou o orçamento, foi aquele que foi trazido numa reunião, não me lembro mais em qual delas. Você estava presente? A posição de cada cartório com relação ao preço e agilidade, qualidade nos serviços e esse Cartório foi o que melhor condições de preço e qualidade e o próprio pessoal da cobrança. Após apresentar aqui o pessoal achou por bem dar continuidade. Porque se eu vou distribuir uma coisa, está sendo bem feita, por um preço mais barato, por outros que talvez não apresentam a mesma qualidade e ainda pago mais. Esse foi o preço dado por eles por cada cartório cobrado da Banestado Leasing. A diferença era razoável. Hoje nós temos num único cartório, esse aqui Bacacheri, de Títulos e Documentos. Por exemplo, hoje custa R$60 o registro de títulos por documentos. Para a Banestado Leasing é feito por R$50. Agora eu tive que mandar registrar todos os contratos da CLUBECAR e a DESAFIO, porque a gente está numa iminência de ter que executar esses contratos de R$10 milhões. São 2 mil contratos em função dos emitidos dos 500 e 600 contratos que tinham 3 ou 4 demitidos isso aí daria R4 50.000,00 aproximadamente esses o Cartório deixou por R$27.000,00, ele baixou de R$60,00 para R$35,00.

Mota – Nós não estamos levantando o ponto da idoneidade dele.

Vargas – O Paulo, na época em que nós levantamos essa questão, você disse que tinha várias propostas, essas propostas foram formalizadas por escrito ou não?

Pucci – Foram consultadas, veio para nós.

Vargas – Veio, eu não falo nada, eu não falo mais nada, eu não me recordo.

Daros – Porque entrou o problema do Mateus Leme, do Taboão.

Vargas – Ah sim , o Taboão eu até me lembro.

Daros – Não, mas era tudo mandado para o Hauer. Daí veio essa proposta que continua hoje.

Vargas – Mas aqui veja bem, Taboão e Bacacheri, Boa vista, Bacacheri, sei lá esses são tabeliães. Esse é um tipo de custo, um tipo de atividade cartorária e esses aqui não, esses aqui são só registros, são dois tipos, são dois tipos de Cartório.

Pucci – Foi pedido recentemente uma posição da Auditoria com relação à operação da CLUBCAR.

Vargas – Específica.

Marquesini – Duas vezes o trabalho recomendado prá isso.

Vargas – Isso é um trabalho específico não é uma Auditoria realizada permanente. É específica.

Aldo – O Dr. Sérgio está satisfeito?

Mota – Não, da minha parte estou satisfeito.

Vargas – Nós pedimos também está contemplado também na ata, instruções para as agências sobre aquele aspecto do ajuizamentos de Crédito em Liquidação. Nós detectamos que tinham operações com três anos de vencidas e não estavam ajuizadas e nós pedimos um relatório. Alias nem tanto o relatório, nós pedimos que fosse montado instrução à Rede, certo, dando os prazos para ajuizamentos reintegrações de posse, as providências a tomar no caso de inadimplência, tentando apressar...

Marquesini – Infelizmente isso passa pela DIJUR. Então as normas que a DIJUR segue são normas globais não especificamente. Então eu conversei pessoalmente com o Milton Betenheuser, então eles no presente momento estão tendo uma dificuldade, que é relacionada, primeiro com falta de gente. Nas SUREGs, advogados nas SUREGs para poder orientar. E as agências hoje não estão preparadas com orientação e até com ensinamento para adotar esses procedimentos. Então precisaria de uma doutrinação ou um ensinamento.

Mota – Treinamento.

Pucci – Um erro de notificação, um erro numa coisinha, ele atrapalha o processo todo. Para o senhor ter uma idéia Dr. Mário, o senhor sabia que nós temos um processo de indenização lá na Leasing de US$ 1milhão de dólares. Alguém comentou com o senhor? É, um pedido de indenização?

Vargas – Perdas e danos?

Pucci – É, pedido de perdas e danos. É, foi reintegrado um bem cuja notificação foi expedida e iniciado o processo de execução e por deficiência do sistema, não poderia aceitar aparcela depois de iniciado o processo de ajuizamento. O cidadão depositou na conta da Leasing. Safadeza, e o processo continua. Reintegramos o bem do cara e vendemos.

Aí ele entrou com ação de indenização, US$ 1milhão de dólares.

Mota – Não vai ganhar.

Pucci – Não vai ganhar. Nós acertamos esta semana, até eu vou comunicar os Senhores já que nós vamos pagar o veículo dele, e o advogado pediu R$15 mil reais e que o veículo é R$34 mil. Vamos pagar um veículo novo para ele, um caminhãozinho F-4000 é R$14 mil. É que nós pegamos e vendemos dele. Ele pediu R$15 mil porque no mínimo achou que ia receber R$150 mil, e eu estou fechando por R$13 mil, que é dez por cento.

Vargas – E o advogado pediu só de honorários.

Pucci – O Advogado consciente de como funciona a coisa e tal passou e passa, porque são muitas ações e existe malvadeza do outro lado. Esse cidadão usou de esperteza e de má fé. Queria ganhar a causa.

Pucci – Posso contar para o Senhor, eu não conseguiram mandar os processos ainda, porque, para o Setor está montando os processos, ele tem que fazer lá uma planilha em que montar uma série de documentos. Então que mandar para o Cartório de Títulos e Documentos. O que aconteceu? O processo da CLUBCAR teve que preparar a documentação equivalente a 2 mil processos.

Mota – Absorveu tudo.

Pucci – Absorveu, até quarta-feira agora, que deve terminar o registro lá no Títulos e Documentos do Cartório, desses processos da CLUBCAR, os terceiros envolvidos o Setor se disponibiliza a começar a ajuizar novamente. Porque realmente aí é humanamente impossível. Porque tem até falta de gente.

Vargas – Já que nós estamos em títulos e documentos, esses contratos não são registrados diretamente nos Títulos e Documentos no momento em que você assina?

Pucci – Hoje nós estamos fazendo isso na área operacional, os novos contratos, que é a minoria, são muito poucos. Depois eu gostaria de entrar nesse assunto com o Senhor aí, porque não se cobrava antes uma taxa de abertura de crédito. Vamos começar cobrar hoje que é exatamente o valor do registro do documento. Fez o contrato lá na agência, chegou na Leasing manda registrar, aqui na Leasing, tá? Porque não se fazia antes, eles achavam que correria, valia a pena correr o risco. A Leasing não tinha inadimplência. Aí começou a explodir a inadimplência, começou surgir problemas de registrar o contrato. Olha o risco no caso da CLUBCAR. O repasse desse veículos da CLUBCAR DESAFIO para terceiros, se esse cidadão pegou esse documento.

Vargas – É discutível essa necessidade de registro desse documentos. Você um documento público, no caso de veículo, é o DETRAN. Esse é o registro público.

Pucci – Deixa eu completar, Sr. Mário, o que aconteceu já.

Vilmar – Qual é a conseqüência disso?

Pucci – Se o títulos e documentos registrar o primeiro contrato lá na CLUBCAR com o cidadão, mesmo com data posterior ao meu aqui da Leasing, o que vale é o dele.

Vilmar – O que vale é o dele.

Pucci – Ele vai lá e cancela o registro no DETRAN, o Senhor sabia disso?

Mota – É isso é verdade.

Pucci – Eu estou correndo esse risco se estiver algum contrato da CLUBCAR registrado já, porque a Banestado Leasing não fez isso.

Aldo – Não poderia alertar antes que aconteça?

Marquesini – Eu tenho a impressão que isso surgiu agora em função da CLUBCAR.

Pucci – Então eu tomei essa iniciativa, eu consultei o Arlei só para saber o custo dos contratos, dos registros, porque quando eu vi que não ia dar certo a documentação do processo aí, falei esse cara não tem dinheiro para pagar. Nós vamos ter que executar, partir para a execução.

Vilmar – Só que nós vamos correr o risco de ficarmos com o registro anterior.

Pucci – Com certeza.

Vargas – Sim, veja bem vocês faziam leasing com nota fiscal, não com o certificado, o DUT transferido, DUT de transferência. Então, nada obsta de pegar o carro e vender para um terceiro e registrar em nome de terceiro. Isso é o que deve ter acontecido.

Vilmar – ... Só que o cliente pagou o CLUBCAR e não pagou a Leasing.

Vargas – Da CLUBCAR isso?

Pucci – Sim.

Vargas – Mas nós não tínhamos pegado o DUT.

Pucci – Dá uma olhada. O DUT não estava, alguma coisa eles passaram para nós, não sei se

Vilmar – Com mais um agravante ainda.

Vargas – Mais grave que isso?

Vargas -A SOFHAR teve baixa de seu saldo devedor por várias dações em pagamento. Não é trabalho. Tem vários contratos nosso em andamen-

to. Amortizaram vários desse contratos como dação em pagamento. Alguns em prestação de serviços, equipamentos, OK? Eu gostaria só para nosso controle, fizessem um demonstrativo rápido, as datas, as dações, da baixa, o valor que foi baixado e que tipo de dação foi feito.

Marquesini – Mas o valor dos equipamentos veio.

Vargas – Veio isso, mas não veio, o que eu gostaria de Ter uma outro elemento que era o saldo devedor na época.

Marquesini – Aquilo que o senhor precisa?

Vargas – Não, veja bem, o tipo de dação, tipo de serviço, o valor da dação e o saldo devedor que restou, e parece que houve estorno de dação também.

Marquesini – Me parece que foi feito um acordo..

Vargas – Não foi feito, e estornado. Só para se ter uma idéia, como se comportou esse caso da SOFHAR. Está inadimplente ainda.

Marquesini – Eu vou fazer um resumo então da origem. Essa empresa ela, ao todo foram 21 contratos celebrados onde ocorreram quatro renegociaçõ-es, a última em janeiro de 98 com a aprovação do Comitê, prevendo um pagamento de R$150 mil reais como parte dos contratos. Alegando prazo para 36 meses sendo que os 6 primeiros meses, pagamento somente de juros e alterando as datas de aniversário das parcelas em três. E isso não foi cumprido até hoje, não pagaram. Dia 20, 23 e 25 de fevereiro deveriam ter sido as primeiras parcelas da negociação e que até hoje estão em aberto, até 02 de março.

Mota – Me diga uma coisa, a SOFHAR, ela não tinha um dinheiro para receber da COPEL ou de qualquer outro órgão público, SANEPAR ou coisa assim?

Pucci – E que tem até.

Mota – E que em seguida o Banco...

Vilmar – Ela tentou negociar com o Banco e não deu certo. Não sei porque.

Aldo – Ela pediu uma nova operação de leasing no Banco e foi indeferida não é? Pra nós seria, queria uma operação quer dizer, eu te devo R$100 mil, você me empresta R$200 mil e eu te pago R$100 mil, assim não dá.

Vilmar – Ela queria fazer um empréstimo no posto, mais ainda a parte de

Aldo – Em cima de um contrato de prestação de serviços entrega fatura.

Marquesini – São equipamentos de informática, telefonia, móveis e utensílios para escritório.

Vilmar – Mesa cadeira, xícara, pires...

Vargas – A reintegração dos bens deles e pegar e jogar fora. Não vale nada.

Mota – Não será melhor acabar com isso de uma vez, em vez de agente começar perder mais dinheiro ainda...

Vilmar – Fazer o que, Dr. Mário?

Mota – Executar a SOFHAR. Não tem jeito não é?

Vargas – Executar o contrato?

Mota – Prá Não perder muito.

Vargas – Ter jeito tem, pode executar só que você vai para reintegrar, na reintegração não leva nada.

Mota – Sim mais do jeito que vai, só vai aumentando a dívida.

Vargas – Agora, naturalmente esses equipamentos que foram objeto de leasing devem estar com terceiros, devem ter alugado para terceiros, vendido. Não está aqui, devem estar com terceiros. Vendeu entregaram, não existem e provavelmente não vai existir mais isso.

Aldo – Isso é comum...

Vilmar – Há uma orientação para...

Vargas – Aí tem duas ações..

Mota – Não, é uma sugestão...

Vargas – Você vai fazer uma reintegração de posse, não vai encontrar, vai ter que entrar com uma ação criminal, de estelionato em cima deles, do Diretor da Empresa tá? E executamos a SOFHAR com saldo devedor. Eu faço essa proposta pra vocês.

Mota – A gente da mais perna para ela e ela também não cumpre, porque a dívida vai se alongando, vai aumentando, aumentando.

Vargas – Eu acho que tentativas de negociação foram feitas várias.

Aldo – Tentativas não, foram várias tentamos, deram um gás aí pra eles como ele acabou de dizer e ele não cumpriu. Eu acho que...

Vargas – Eu sei que o Senhor vai cobrar, mas nós vamos executar, chama antes conversa, nós vamos executar, tem 72 horas pra nós despachar, cumprir o que foi determinado, então nós vamos executar. Vamos iniciar com reintegração de posse, muito bem, se não tiverem, é o caso de denúncia ou de queixa-crime para a polícia.

Marquesini – Queixa crime já foi formalizada. Ela está no rol das 26 empresas.

Vargas – Ah é? Não, isso aí é outra coisa. Essa queixa-crime das 26 empresas é queixa crime contra os administradores, já foi cumprido e tudo isso.

Marquesini – Não, não Conselheiro para a própria Empresas e para os administradores.

Vargas – Também, também pela Federal.

Marquesini – É a mesma ação, contra as Empresas e os administradores.

Vargas – Mas veja bem, veja bem Marquesini. Precisa ver o fundamento dessa ficha aqui.

Marquesini – O fundamento solicita com base no Relatório de Auditoria que a Procuradoria examine indícios de favorecimentos ilícitos e mais ainda informação, informações fraudulentas para concessão, para obtenção do crédito e tal, e pedindo que apurado ou constatado, que sejam pra "A" ou "B" aberto o competente inquérito policial.

Vargas – Mas esse seria um pouco diferente, seria um inquérito policial por estelionato, desvios de bens, apropriação indébita.

Marquesini – Para nós constatarmos isso nós vamos ter que entrar com ação de reintegração de posse.

Aldo – Primeiro, há que passar ai...

Marquesini – Não localizados. Sim aí entrar com uma ação, não de estelionato, é uma ação contra o devedor solidário como depositário infiel.

Vargas – Com isso você não pega ninguém.

Aldo – Mas assusta, incomoda, assusta.

Vargas – Agora eu acho que uma ação, uma queixa-crime, um inquérito policial, pedido de abertura incomoda mais eles tem que ir lá na polícia explicar. Não vai levar a nada pode ter certeza, mas vai incomodar e a ação normal de cobrança.

Marquesini – Eu vejo que medidas que não levam a nada e que só incomoda é a mesma coisa. Então tem que se tomar medidas efetivas que traduzam pela reparação, como é a primeira que é a medida com relação à reintegração de posse dos bens e não dando sucesso virão as medidas complementares.

Vargas – É isso que eu digo.

Marquesini – Agora.

Vargas – É a criminal que é apropriação indébita ou estelionato e a cível que é a cobrança do saldo devedor, sem os bens só o saldo devedor de alguma forma. Ação executiva.

Marquesini – O Conselho deliberando a tomada dessas decisões...

Vargas – Da minha parte eu sei, é uma solução.

Marquesini – Mas eu acho que deveremos procurar primeiramente.

Vargas – Não, claro.

Marquesini – Principalmente porque está se fazendo uma semana que os vencimentos das parcelas, são consideradas parcelas em dívidas, os contratos considerados em dia pra nós ainda né esta em curso normal.

Aldo – Eles entraram com um pedido aqui no Banco e trouxeram um contrato de prestação de serviços ao Estado. Acontece que o contrato não tem nada, enfim é um contrato de intenções que não tem nada do que firmar, se tivesse, se esse contrato fosse acompanhado digamos de algumas petições ou alguns documentos, ou títulos de créditos aí até tudo bem, aí poderia se descontar, você não pode operar, fazer uma operação com um contrato de intenções, isto está em discussão inclusive no Comitê.

Vargas – É, na minha época de Banco nós não fazíamos operação em contrato. Fazia operações em fatura, no caso do DER por exemplo tinham os contratos de obras, o cara vinha com os contratos, na época fizeram. Perderam tudo. Porque não fazia a obra e acabou.

Aldo – Levaram dinheiro

Pucci – O Marquesini pediu pra colocar também, porque nós estamos fazendo reuniões constantes, toda a terça-feira existe uma reunião pra tratar de assuntos do dia a dia e emergênciais, e toda a semana aparece lá na Leasing. Nós já desenvolvemos extratos de rotina, quer dizer, um aperfeiçoamento do Sistema antigo, que vai ser substituído por esse novo do EPS, mas que tem que ser tocado enquanto o outro não estiver desenvolvido. Toda a terça-feira tem reunião da DINFO com os Gerentes da LEASING. Além disso, estão sendo feitas reuniões dos Gerentes da LEASING com uma empresa terceirizada que está trabalhando com o desenvolvimento do operacional, isso é, para a DINFO, que é difícil, quebra cabeça , tem coisas dentro do Sistema atual que ninguém sabe como é que está lá o que é que está, as normas são tão complexas de leasing que se perdeu a memória com a demissão das pessoas lá, os especialistas foram mandados embora de leasing. Ficou gente lá que conhece mas que tem que estudar um pouco mais. Eu particularmente, perto dos meninos lá, fico, deixo muito a desejar, só estou no gerenciamento, mas a parte técnica mesmo eu não conheço e o que aconteceu com a demissão das pessoas que conheciam precariedade agora no desenvolvimento do rolo. Então está tendo um pouco de dificuldade, mas estamos tentando superar.

Vargas – Eles conheciam demais lá.

Pucci – O pecado foi esse, como técnicos, eram excelentes. Fizeram um excelente serviço.

Vargas – Só eles conheciam, você que não sabia de nada. Então está bom, vamos começar de novo, exatamente, sabiam de tudo. Dizem que quem tem informação tem o poder né Padre, nossa época de informática, Eu acho que não é de mentira, quem sabe usar a informação é que tem o poder. Tem que ter, saber usar a informação você tem que tê-la. Saber usar a informação. Isso é que é importante.

Marquesini – Eu quero apresentar os Conselheiros, eu participei como convidado de uma reunião recente da Diretoria do Banco, e este assunto a ser, autorização prá venda dos bens que há impedimento jurídico, a área jurídica do Banco está tratando junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, um pedido de autorização. Agora, por falta de embasamento jurídico, eu não sei explicar aos Senhores o porque de pedir ao Tribunal, o texto foi comentado nesta mesa por interpelação do Presidente Neco e foram dados os esclarecimentos pelos Diretores de Administração do Banco, a cerca do andamento disso. Com relação à LEASING, a situação nossa ela não está neste pé como o Conselheiro comentou, se nós tivermos bens com prazo um pouco mais antigos, mas nunca nesse prazo de 10 anos. Porque, como disse o Paulo, consumada a reintegração de posse e não havendo contestação, nós estamos vendendo os bens. Os bens da LEASING estão sendo vendidos, com um detalhe, por favor, um detalhe, nós não estamos conseguindo vender aqueles cuja documentação está incompleta. Eu não posso vender um caminhão não tenho a DUT. Então eu tenho que entrar num processo de buscar lá na origem, uma operação feita a cinco anos atrás que o antigo arrendatário sumiu, levou a documentação e eu só tenho o registro desse bem em contrato, eu não tenho ele no documento original. A propriedade não é minha, eu estou de posse. Bom, podemos vender isso? Podemos, nós vamos lá e vendemos, agora quem que vai comprar sem a DUT.

Vargas – A menos que tem um mandato judicial, expedido pelo juiz.

Marquesini – Esses casos eu comentei na penúltima Reunião do Conselho que eu participei e desisti dado a um volume "X", mas que nós estávamos tentando obter junto ao DETRAN aqui do Paraná esta autorização, ou seja, eles analisariam os casos.

Vilmar – Mandaram carta para o DETRAN dia 19 de dezembro. Só que até hoje está rodando todos os departamentos e nada.

Marquesini – Ou seja, aí a burocracia lá que Deus me livre.

Marquesini – Pela informação que eu tenho, teria ocorrido isso. Agora o Presidente Neco a questão de 60 dias ou um pouco mais, ele está, ele pessoalmente, exigindo a aceleração a venda disso a ponto de determinar que aquilo que estiver disponível seja lá no interior seja na capital, seja removido pra Londrina e lá estão sendo vendidos. Que aliás estão sendo objeto desta pauta que está aqui para nós decidirmos. Então essa preocupação...

Aldo – Eu acho que essa, está havendo uma velocidade maior aqui na parte de leilão de venda de bens da Leasing, eu estou acompanhando os jornais aí, quase que toda a semana sai lá um edital de leilão, que esta havendo um leilão.

Marquesini – Eu acho que aliás, hoje ou amanhã está havendo um leilão do Banco.

Aldo – Vamos deixar para o final. Bom, "Fluxo de Caixa Realizado no Mês de Janeiro", quem é que vai relatar?

Marquesini – Vilmar.

Vilmar – não sei se tem alguma alteração.

Aldo – Esse pagamento de parcelas das debêntures na saída aqui é esse normalmente mensal o valor que está sendo pago?

Vilmar – Normalmente em torno disso.

Aldo – Está em dia então?

Vilmar – Termina o pagamento das debêntures em maio.

Aldo – Em maio, em maio liquida

Marquesini – O saldo está em torno de R$27 milhões, para ser liquidado.

Vilmar – Bom, isso aqui foi vendido para que a LEASING desenvolvesse a Campanha de Vendas dos Bens, nos mesmos moldes que o Banco tocou a dele e quando o pessoal DEPPA fez a Campanha lá não foi conversado com a gente e a LEASING acabou ficando de fora desse processo e depois teve uma venda de bens, até o Marquesini falou aí em Londrina, aonde o Presidente questionou o pessoal lá porque é que eles não estavam sendo pagos dessas comissões aqui, e eles teriam direitos de receber essas comissões, conforme o Banco está fazendo. Então foi pedido para o Arlei e para o Marquesini, para que eles montassem uma proposta da LEASING, para que a gente também viesse pagar as comissões nas vendas de bens na mesma metodologia que o Banco adota, na mesma metodologia do Banco, ele está pedindo que seja com data retroativa a

10 de novembro, porque teriam pedidos para que se façam os pagamentos.

Marquesini – Não só haviam pedidos, já vieram débitos oriundos das vendas feitas em Londrina por determinação do Presidente. Porque o pessoal começou a reclamar, então nós estamos aí, está sendo feita a Campanha da Leasing, a proposição é que o Conselho tomando conhecimento homologue, que seja estendido para a LEASING também nos mesmos moldes que é adotado no Banco.

Aldo – Agora me diga uma coisa, pelo o que eu entendi aqui, nós estamos autorizando o Banco os funcionários da LEASING, a exemplo do Banco a venderem.

Marquesini – A participarem de uma comissão na venda daqueles bens que eles indicarem a um cobrador que se efetivado isso ocorre no Banco.

Vargas – Praticamente venda direta.

Marquesini – Sim.

Aldo – Aqui diz as formas, Direta, Leilão e Leasing.

Marquesini – É o item 3 esclarece bem a forma de pagamento. Prevalece para as três comissões.

Vargas – Sim, mas no Leilão não há o que pagar, é leilão.

Marquesini – Ele indica, ele recebe. O Banco procede assim, o Banco está procedendo assim.

Vargas – Mas o cara faz um lance. Foi ele que me indicou.

Mota – O leilão é público.

Marquesini – Por gentileza, o funcionário de uma agência, o funcionário de uma agência ele tem uma espécie de uma senha, convite.

Vilmar – Um convite.

Marquesini – Eu entrego a você: Dr. Mário vai haver um Leilão especificado assim dessa maneira. O Senhor com esse convite se apresenta nesse local em que se está o bem e se habilita no leilão e entrega esse convite lá provando que o Senhor veio indicado por alguém que comprou. Isto está sendo usado...

Aldo – Então o funcionário está sendo usado como um divulgador do leilão.

Marquesini – Um divulgador do leilão e da venda do bem.

Aldo – E ele comprova isso através da entrega do convite, que o Mário foi lá e comprou um papagaio, uma gaiola, achou bonito, e o funcionário ganha à vista.

Marquesini – Exatamente. Daí vai o nome do angariador e o nome do comprador naquele convite.

Aldo – O Conselheiro vê alguma coisa, algum problema nisso?

Pucci – Só pra fazer um posicionamento. Eu não tinha percebido Dr. Aldo, que na frota de veículos do Banco, a minha posição, eu acho que absurdo, com relação ao leilão. A gente já perde 5% para o leiloeiro.

Vargas – Só Direta pagar mais 2%..

Mota – O leilão é público.

Vargas – Para o leilão não vale, vale prá direta.

Pucci – É uma posição minha, Dr. Aldo, eu acho que para o leilão já existe o ônus, mas o que pode acontecer Dr. Aldo num leilão, nós temos os compradores contumazes do leilão. Se ele faz um acordo com um ou dois funcionários, por favor, não estou querendo dizer que exista isso, amanhã ou depois essa pessoa que compra em leilão vai ganhar os 2% e dividir, 1% para cada um com o comprador. Eu não vejo no leilão a necessidade do pagamento.

Mota – Porque no leilão geralmente tem o comprador que vai sempre.

Pucci – Se eu pagar 2% na venda direta eu estou ganhando 3% porque não levei para o leilão. Vou pagar mais 2% no leilão e já estou pagando 5% para o leiloeiro, aí é absurdo. Eu acho até que isso deveria ser levado para consideração do Banco.

Aldo – Tanto que de início eu questionei justamente o leilão daí o Marquesini me fez ver, eu achei interessante o funcionário.

Pucci – No investimento do Banco não há publicidade que existe. O Banco faz publicidade de leilão até...

Vargas – Não leilão eu não vejo Dr. Aldo, apesar de ser válida a

Mota – E a Venda direta como é que é?

Vargas – Na venda direta o funcionário traz o cliente e diz olha esse aqui é o meu indicado para comprar esse bem.

Marquesini – A mesma forma.

Aldo – No leilão.

Marquesini – Ele prá venda direta também

Vargas – Não, não.

Pucci – Na Leasing, não. Nós temos venda direta.

Vargas – O camarada chega lá na pátio da Leasing, diz eu quero comprar esse carro, o funcionário leva a pessoa lá. Leva lá a pessoa e a pessoa diz eu quero comprar esse carro, faz a proposta? Mas a proposta é de vocês? A proposta é aceita? No Direto.

Mota – No leilão eu também sou contra.

Aldo – Eu acho que o leilão dá esse problema aí.

Vargas – Aqui na outra forma que é a leasing é a maneira direta.

Mota – Tem uma outra observação aqui, considerações finais: "quando se tratar de venda parcelada, alçada exclusiva da BLAM ou LEASING, o prêmio será pago apenas sobre o valor da entrada". Então vamos dizer que o cidadão vai lá e saia R$10 mil o bem, mas ele dá R$500,00 de entrada ou R$1.000 de entrada.

Vilmar – A comissão é sobre os R$1.000,00 só.

Pucci – É só sobre o recurso que está entrando.

Mota – Eu acho que não é justo, eu acho que deveria ser sobre o total, na medida que o cidadão for pagando, se ele pagou no último mês tanto...

Pucci – Teve uma época que a comissão de seguros ficou assim inclusive no Banco né Dr. Aldo, a medida que a pessoa fosse pagando a operação e a parcela do seguro.

Mota – Eu acho muito mais justo, muito louvável.

Vilmar – Só para ilustrar, para fazer esses pagamentos das comissões, que a maior parte dos clientes não tem contas no Banco, tem que fazer através de RBA.

Aldo – O que é que é RBA.

Vargas – Recibo Autônomo.

Vilmar – Nós vamos ter que deduzir ICM, reter ISS, é uma burocracia. Agora imagina sobre o valor das parcelas a gente manter esse controle.

Marquesini – Um outro pormenor é que o cidadão ao fazer com financiamento, ali está embutido um grau de risco.

Vargas – Sim claro pode não pagar, dá a estrada e some.

Mota – Daí é o seguinte Mário, cada parcela que ele for pagando o cidadão teria mas daí burocraticamente.

Vilmar – Na hora do pagamento ele exige um regime de caixa, recebeu paga.

Pucci – Se tivesse um sistema até dava para pagar.

Mota – Sendo que é só para funcionários do Banco e da BLAM. Assim mesmo é muito complicado. Então tá, então desconsiderem minha idéia.

Vargas – Inclusive isso aqui o cliente paga a vista. Faça negócio à vista.

Aldo – Aprovado então?

Mota – Aprovado com exceção do leasing.

Vargas – Valorizando o leasing no leilão.

Vilmar – Ontem nós tivemos dois vencimentos dos recursos captados de CDI do Banco, onde nós temos recursos aplicados naquela 7ª Emissão de Debêntures do Banco, a gente está aprovando aqui para que a gente passa a resgates parciais dentro dos respectivos vencimentos que estão aqui elencados aqui, para a gente ir amortizando esses CDIs aqui. Ontem nós pagamos R$11.175 milhões e tivemos que fazer um resgate aqui no valor de R$8 milhões e pouco que nós tínhamos de saldo em Caixa. Então a gente está fazendo essa proposta aqui e a gente também está se preocupando com a seqüência que vai chegar no final do mês de julho aqui, nós vamos precisar de mais uns R$160 milhões, e nós vamos precisar de recursos aqui para que a LEASING, para a renovação dos CDIs do Banco, viu Dr. Aldo, do remanescente. E isso aqui que se você for nas taxas que está hoje de leasing, está bastante comprometida a situação da LEASING.

Vargas – É tem que levantar as aplicações e ir amortizando.

Vilmar – A minha preocupação também é que eu não vou ter saldo em caixa para quitar tudo.

Vargas – Bom, você vai captar na frente se não for expectativa de queda de juros, tá baixo.

Vilmar – O custo MIX hoje do Banco que ele está informando para a LEASING, é de 24% e qualquer coisa mais TR e a minha Carteira hoje, Carteira boa, a taxa média é de 28%. Então nós estamos com um.

Vargas – Mas como é que você vai acertar então?

Vilmar – Isso aí nós vamos ter que acertar no Banco.

Aldo – Temos que fazer uma reunião com a Área Financeira ali em baixo.

Vilmar – Inclusive ele faz menção aqui que a gente aguarde o Saneamento do Banco aí, e que o custo MIX do Banco venha se tornar um custo compatível com o que o mercado vem adotando, que está numa faixa de 17%, 16% mais TR.

Aldo – Mas isso nós podemos tratar antes do saneamento, isso tem que tratar desde já com a Área Financeira.

Vargas – Viu Aldo, isso deve ser tratado com Administração Financeira.

Mota – eu acho que isso é da Área Financeira.

Marquesini – Nós estamos hoje Dr. Aldo, retornando ao Banco um recurso que prá nós tem um custo menor e aliviando por sua vez o Banco de ir buscar um recurso com um valor de taxa mais alta lá fora.

Aldo – Daí seria assim a subsidiária.

Marquesini – Então nós estamos retornando ao Banco esse dinheiro, ajudando a desafogar um pouco a necessidade de captação a custo mais alto, mas só que com a preocupação de que lá na frente.

Aldo – Isso é natural.

Marquesini – Nós ficamos preocupados.

Aldo – Deixa eu fazer um, em favor da LEASING, deixa eu só fazer uma pequena consideração, não é uma resposta nem uma justificativa. O que está acontecendo na LEASING, é, e os Senhores são testemunhas disso, é uma administração aos solavancos, mas isso vai se resolver. O que se procura é levar a LEASING, uniforme, para que com tranqüilidade a LEASING poder operar, quer dizer, nós estamos, eu tenho acompanhado as reuniões desde que assumi a Vice-Presidência, as reuniões do Conselho, e vejo que o Conselho da LEASING, não consiga tanto, que seria, isso seria importante na fase que está a LEASING, acredito que os próprios dirigentes da LEASING se sentem até de certos aspectos amparados, e se ao mesmo tempo eles são questionados, mas por outro lado tem um Conselho atuante, amparados. Então eu acho que a Leasing deve ter um plano, se não foi executado deve estar latente, mas deve ter um plano aí e que deverá colocar logo em prática, um plano de ação comercial. Começar a trabalhar.

Marquesini – Esse plano já foi apresentado ao Conselho e em resumo nós previmos que em termos de aplicações um volume na ordem de R$60 milhões de reais para esse semestre. Para esse primeiro semestre, sendo R$6 milhões em dezembro.

Pucci – R$6 milhões em dezembro, R$6 milhões em janeiro e R$6 milhões em fevereiro e a partir de então duas ao mês. Inclusive essas metas foram incluídas por isso serão todas produtos do Banco, e agora a tendência inclusive em termos de Marketing, após passado o período de alavancagem de recursos que foi prioridade aqui, começar a divulgação dos produtos de leasing como os outros produtos na parte de aplicações.

Aldo – Todos os Conselheiros sabem que aquilo ali é uma campanha inédita que foi feita no Banco, os meses de janeiro e fevereiro coisa que nunca se fazia normalmente assim, nós começávamos sempre em março, e desta vez nós começamos uma campanha de captação exatamente para treinar, estimular e trabalhar um pouco principalmente os gerentes substitutos, aqueles gerentes que ficavam na agência quando o titular saia de férias. Então fizemos aí uma campanha, início de campanha digamos. A turma está esquentando, é um treino para começar agora, ontem estava, hoje está, ontem começo a campanha efetiva, mas aí até o resultado final. Não temos o resultado final porque o resultado é 27, o resultado final deve sair daqui uns quinze dias. Mas a campanha parece que foi bem sucedida, não chegamos ao 100% por cento, mas já passou tranqüilamente, mas deve chegar aos 70%, mais talvez, aos 80% do previsto da meta.

Pucci – Então em função deste período, desse momento que o pessoal está ocupado na captação, que é prioridade também, não se alavancou tanto as operações. Uns tem ido esporadicamente para a Regional, principalmente aqui em Curitiba, e temos sentido certa dificuldade, por parte dos Gerentes, divulgar o leasing. O Vilmar está de prova aqui, nas sexta-feira última nós estivemos aqui na Sudoeste, não é Vilmar, e tentamos conversar com o pessoal para ver o que estava acontecendo, tinha agência que não fez uma operação de leasing no mês. Agência de grande porte. O que está havendo com vocês? Sabe qual foi a resposta, que eu tive do pessoal Dr. Aldo? Estamos traumatizados com a Leasing. Não faz leasing porque estão traumatizados. Agora que nós mudamos toda a política operacional, que não faço mais 100% de leasing, não incluo mais o seguro de leasing embutido na parcela, dou toda a segurança para o cara não deixar de pagar, para quem dá 20% no mínimo antecipado na operação ele não deixa de pagar nunca. Você não vai fazer? Ah não porque o meu orçamentário eles estão traumatizados com o passado. Infelizmente o leasing está assim. Então nós precisamos partir para uma campanha, tanto interna quanto externa. Senão nós não vamos agüentar.

Aldo – Precisamos trazer um exorcista. Exorcizar isso tudo...

Marquesini – Já estão sendo contemplado. Sobre isso o que o Paulo Pucci falou, eu percorri todas as Superintendências Regionais, à exceção aqui de Pato Branco, e o que eu tenho percebido nessas reuniões é um receio, sabe, ainda dos gerentes pelas operações anteriores que ocorreram, e que foram mal sucedidas, do Banco e das próprias agências. Há uma tendência, que vamos dizer, que eu acho que a partir do mês de março, a gente comece a recuperar o terreno. Nós estamos operando, como o Senhor tem acompanhado, na faixa de R$2,5 milhões por mês. Isso não paga o custo. Não paga o preço. Você trouxe por favor, a planilha que o Jayme preparou. Nós estamos tendo dificuldade, eu pedi que fosse montado uma planilha, para estabelecer o nosso ponto de equilíbrio. Infelizmente como nós es-

tamos sem poder, nós não temos os números do balanço, não fechamos o balanço de dezembro, não temos o balanço de janeiro, complica.

Aldo – Bom só para nós darmos, esse assunto aqui que foi apresentado pela Diretoria da BLAM, sobre a renovação é um assunto que nós vamos resolver internamente, é essa a disposição do Conselho. 4º assunto já está resolvido, então 5º página 5, Relatório Jurídico, de uma reunião que foi feita na OLSEN.

Vargas – Eu estive vendo esse Relatório, nós temos que ler isso aqui.

Vilmar – Não o Marquesini vai fazer só uns...

Vargas – Dar uma rápida aqui em cima.

Marquesini – Vou fazer uma explanação geral.

Aldo – Por favor.

Marquesini – Nas operações feitas com o Grupo OLSEN, houve lá no início a constituição de garantias ocorrendo ou não o pagamento houve a ação de reintegração e essa ação de reintegração entre os bens reintegrados lá do Grupo OLSEN, foi feita de uma propriedade rural situada no Município de Canoinhas, próximo a Santa Cecília. Essa propriedade, quando ela foi constituída, ou dada em garantia original, infelizmente a análise da documentação, análise desta garantia não foi feita de uma maneira rigorosa, e houveram vícios de origem na constituição dessa garantia. A inadimplência, com a reintegração de posse, além de não ter sido observada aqueles vícios, ainda se cometeram outros vícios. Então, na seqüência nós solicitamos à Área Jurídica que elaborasse para nós um relatório demonstrando tudo o que ocorreu desde o momento e este relatório nos trouxe uma relativa preocupação porque nós reintegramos um bem, essa fazenda e que de repente assumimos para nós um problema dos mais sérios. Esta propriedade ela tem um reflorestamento, esta propriedade está já ocupada por posseiros e esta propriedade ela está vamos dizer com valores arbitrados, atribuídos, que não correspondem à realidade. Então o objetivo é que o Conselho tome apenas ciência dessa realidade, e das providências que nós estamos tomando conforme relata esta ata de uma reunião feita a semana passada, mas que numa situação em que nós já de ante mão podemos dizer que é um abacaxi. É um problema. O relatório da nossa Advogada Dra. Malú está apresentado aos Senhores todos os passos que ocorreram e conclui com as sugestões que são tomadas. Então nós temos um reflorestamento que tem que ser resolvido a sua situação jurídica com o IBAMA.

Vilmar – Que foi constituído como garantia da Leasing como pessoa jurídica.

Marquesini – Um reflorestamento que foi feito por incentivos fiscais que nós não sabemos se os titulares desses incentivos fiscais abriram mão para o Grupo OLSEN ou não dos seus direitos. Há contratos preliminares de serra e derrubada dessa madeira terceiros anteriores à propriedade da OLSEN. Não sabemos se foi cancelada ou não.

Vilmar – E manutenção pelo IBAMA até 2005.

Marquesini – Tá, ou seja, esses vínculos de manutenção da floresta que vão se prolongar. O objetivo é que o Conselho da Leasing tome ciência dessa situação e para que os passos como estão elencados aqui nós deveremos custar a cumprir. Já estamos assinando uma carta agora pedindo a liberação ao Dr. Ratzk da Reflorestadora, para que ele nos dê Assessoria com inventário do reflorestamento e façamos junto ao INCRA a situação dos assentamentos, como ocorreu esses assentamentos, com ou sem participação do INCRA, e ficar o IBAMA responsável pela administração do Projeto, e se houve a emissão dos CPRs, os Certificados, e solicitar ao IBAMA fiscalização na área de reflorestamento. Então e concluindo para os Senhores ainda a situação final, de que se como nos explicou a Área Jurídica, reflorestamento é uma garantia, terra é outra, nós não somos donos do reflorestamento, tá? E se nós não somos donos do reflorestamento, aí a situação é pior de quando foi constituída a garantia e avaliação incluiu o reflorestamento. Então se nós somos donos da terra, a terra vale 25% do valor total do que foi constituída a garantia. Então nós precisamos...

Vargas – Bom, existem garantias hipotecárias, subsidiárias?

Marquesini – Existem. Estão sendo executadas.

Vilmar – Está sendo proposta ação...

Marquesini – É está sendo proposta.

Aldo – É o imóvel ali deles ali na...

Vilmar – Não é a fazenda

Marquesini – São imóveis também rurais.

Aldo – Esse aqui é da Serraria, não é da revendedora. Do mesmo Grupo.

Daros – Esse é lá em Canoinhas.

Marquesini – Não, mas é do mesmo Grupo. Grupo OLSEN.

Pucci – A revendedora faz parte da revenda. A hipoteca.

Aldo – Mas já não estava solucionada a propriedade do Banco.

Vargas – Foi reintegrado um no Pinheirinho aqui.

Pucci – Foi reintegrada uma área no Pinheirinho.

Vilmar – Mas esse era objeto do contrato.

Marquesini – Então são dois, nós temos dois imóveis. Uma lá na Cidade Industrial e esse aqui do Pinheirinho. Esse do Pinheirinho inclusive... Mas tem o problema de uma ação interposta contra nós por eles.

Aldo – Por eles?

Marquesini – Por eles. Então, esse nós não podemos alienar.

Vargas – Com que fundamento?

Marquesini – Revisória.

Vargas – A taxa?

Marquesini – Então essa propriedade aqui da BR 116, uma bela propriedade nós já estamos providenciando a adequação, limpeza, recuperação para que nós desativemos o nosso depósito lá do Champagnat e transferimos para...

Aldo – Não vale mais a pena vendê-lo?

Marquesini – Não, o imóvel do Champagnat é alugado. É alugado. Nós paramos com esse aluguel e transferimos aqui para o Pinheirinho.

Vargas – É da TUIUTI.

Pucci – A transformação em recursos seria muito melhor, mas é que pagamento na área de custo que existe hoje, isso tudo já foi levantado. Custo do pátio, vigilância, manutenção de algumas coisas lá, problemas de despejo, não sei se a Prefeitura já acertou aquilo lá.

Aldo – Pode ocupar então, assim você deixa de pagar aluguel.

Marquesini – Aluguel...

Vilmar – R$6 mil que deixa de pagar só em aluguel.

Aldo – Ele é de frente à BR.

Vilmar – Em frente à BR 116, no sentido.

Aldo – Pode expor todo o nosso.

Pucci – Inclusive os tratores que estão aqui vão para lá.

Aldo – Vamos fazer uma vitrine ali, venda permanente de veículos. OK. Então, a folha 7 Desafio Locadora de Veículos. Proposta de Retificação da Pauta. Quem vai falar sobre isso?

Marquesini – Então, nós estamos trazendo para o Conselho a proposta em quem o Conselho homologou numa reunião anterior a proposta de composição de dívida com precatórios, dentro daquele episódio nós estamos trazendo para que seja cancelado, tome conhecimento, e se cancele a aprovação, conforme a determinação descrita.

Pucci – É nós sugerimos o cancelamento da pauta, conforme o parecer do Comitê da BLAM por não terem sido cumpridos os pré-requisitos inclusive por se tratar de precatórios de terceiros. Quer dizer, num primeiro momento, os pré-requisitos na aprovação da proposta de pagamento de precatórios não foram cumpridas. Um deles é que o precatório não tinha data, isso não existe. O segundo é que o valor acordado para a quitação não estava sendo feito. Não chegou a cumprir o valor, de 18% de taxa de retorno e/ou R$10.300.000,00 e taxa de retorno de 18%. Não estava cumprido. Faltava R$700 mil. Aí veio o problema. O pessoal tentou falar com a Diretoria aqui para ver se acelerava, porque não estava querendo pagar lá na Leasing. Aí surgiu o terceiro problema, que é o principal, que seria precatórios de terceiros não seriam aceitos pelo Banco para pagamento de leasing. Então esses três problemas ai realmente existiram por isso se pede o cancelamento.

Vargas – Eu queria que tudo que o Paulo falou ficasse bem claro. Tudo isso para que verificasse esse cancelamento, e tem mais um detalhe, eu acho que isso é importante para nós, Aldo, nós que participamos da outra reunião, o Conselho aprovou essa operação, mas não conhecia da determinação do Banco, que o Banco não aceitaria precatórios de terceiros.

Aldo – O precatório tem que ter a origem do devedor, tem que estar em nome dele e tem que estar principalmente com data.

Mota – Quanto aos precatórios, eu gostaria de frisar que ficasse bem claro na ata que este Conselho que reuniu-se e aprovou essa operação na tarde do dia 29 não tinha conhecimento de que, na manhã do dia 29, o Conselho do Banco tinha determinado a impossibilidade de negócios com precatórios de terceiros. Nós, pelo menos, não todos nós, não sabíamos disso. E achamos uma operação normal, não haveria problema nenhum e aprovamos. Mas, por desconhecermos. Recebemos a correspondência do Presidente do Banco quinze ou vinte dias depois, não foi mais ou menos isso, de 11 de fevereiro, foi 29 de dezembro, e eu acho até estranho de que quando foi aprovado a ata de aprovação na reunião seguinte, na reunião de janeiro, foi aprovada a ata não se questionou nada. Não se questionou nada. Nós até então continuávamos desconhecendo. Ninguém nos falou, nada nos foi dito, e nem perguntado. Eu quero que isso fique bem claro em ata para

não dar a impressão de qualquer atitude assim estranha de nossa parte.

Aldo – Então com esse ato o Conselho está revogando oficialmente aquela operação. Como é que fica a operação, ela retorna, ela já tinha sido paga, dada a quitação?

Pucci – Essa operação não tinha sido feita a quitação porque não conseguiu a continuidade. Não se cumpriu os pré-requisitos. Então não foi dada a continuidade.

Aldo – Então não foi pela ordem dada, foi porque eles não cumpriram.

Pucci – Exatamente, porque eles não cumpriram. Corroborou com isso o cancelamento da titularidade. Isso aqui é um problema sério para a Leasing. Deixo bem claro aqui.

Aldo – A Leasing vai buscar outra fórmula.

Marquesini – Vai buscar a forma jurídica que...

Aldo – Eles deram outra chance. Que empresa é essa, Desafio.

Mota – É do Grupo CLUBCAR. Como é que chama meu Deus, Pizani, Geara, Amadeu.

Pucci – São sócios-gerentes.

Vargas – Pizani e Geara, são os cabeças.

Aldo – Acho que seria importante, não sei se isso é muito ortodoxo, que a Diretoria atual da Leasing chamasse os sócios e pedissem a eles uma solução.

Mota – Uma nova proposta.

Aldo – Isso ou por carta ou pessoalmente tem um prazo assim, todos aí são os mesmos titulares da empresa CLUBECAR?

Vargas – Mudaram de nome umas três vezes.

Pucci – Então só para antecipar, podemos até fazer reconsiderações, nós estávamos permanentemente em contato até ocorrer o problema, depois não tivemos mais contato com esse pessoal. Mas é sabido da nossa parte que eles estão com sérias dificuldades financeiras.

Vilmar – Inclusive estão até no PROCON.

Pucci – O problema do contrato com a CLUBCAR, e o repasse pra terceiros desses veículos num prazo inferior ao que eles tem conosco na Leasing. Esses contratos estão vencendo, o pessoal que fez os contratos, os terceiros que fizeram os contratos estão exigindo a liberação porque já terminaram de pagar e eles estão pendentes em contratos conosco lá na Leasing. É um problema muito sério. E eles gastaram esse dinheiro, eles gastaram esse dinheiro, não sei aonde, gastaram, não tem.

Vilmar – Só que ele fizeram com outras empresas, saiu naquele direitos e deveres do consumidor de 2ª feira, que eles estão acionando a BIMOTORES lá, que eles fizeram o mesmo tipo de coisa com o que fizeram aqui no Banco.

Pucci – Eles estão com problemas sérios, saiu nos jornais com outras empresas. Só Leasing. É nós estamos tendo já problemas com ligações no PROCON, felizmente nós temos a Dona Hilda lá, que é funcionária do BANESTADO, que está lá prestando serviços para o PROCON, ela liga sempre para a gente quando surge algum problema da Banestado Leasing, e ela diz o seguinte, esse caso aí vai dar pano prá manga. É problema de perdas e danos, por parte dos que compraram lá. E vai sai o nome no Banestado, infelizmente se partir para a demanda vai sair de novo o nome da Leasing. Só que nós estamos totalmente isentos, porque eles fizeram leasing com intuito de locação desses veículos para terceiros, como é a finalidade da empresa, locadora. Só que eles fizeram contrato de locação com opção de venda. Aí complicou.

Vargas – É tem alguns que não cumpriram. Eu acho que a sua posição de chamá-los, eu acho que mais uma vez tem que alertar os responsáveis, devem saber porque são marginais, tem que saber que existe um risco de um inquérito policial em cima deles. E se a Banestado Leasing abre inquérito policial, isso pode ser transformar numa cadeia e todos os prejudicados entrarem juntos. Pode não acontecer nada a nível de processo penal, mas desmoraliza e os caras vão ter que se incomodar. E além das providências normais, cíveis, reintegrar o que for possível recuperar e...

Pucci – Eu vi na pessoa do Sr. Renato Pizani, uma preocupação...

Vilmar – O bem não está no nome dele, está no nome da Leasing.

Vargas – O que estiver no nome da Leasing é possível reintegrar. Então veja bem, essa pessoa, existe uma reação em cadeia, essa pessoa que fez negócio com ele, e vai ter esse carro que já pagou, até prá eles talvez, vai Ter esse carro reintegrado, apreendido, vai entrar com embargos de terceiros.

Aldo – As pessoas estão relacionadas na página 7/1 por acaso.

Vilmar – Terceiros de boa fé?

Vargas – É embargos de terceiros. Provar que pagou o carro para o cara.

Pucci – Cada contrato desses eu imagino ter ai uns dez, vinte carros mais ou menos. São trinta, mais, cinqüenta, sessenta carros cada contrato.

Mota – Bom negócio para a Leasing na época, grande negócio.

Pucci – Olha, eu acho que foi bom prá todo mundo, porque essas operações foram feitas com aqueles seguros feitos lá na BLAM, que os gerentes levavam, todo mundo levou seguro aqui e todo mundo ganhou. Então, a nível de ter se fazer a coisa, foi um bom negócio só que fizeram um casamento adequado de prazo, fizeram dinheiro antecipado, previram VRG final, complicou daí.

Vargas – Esse é o tipo de operação OLSEN que nós vamos rever, nos deram uma garantia furada. Isso que eu ia perguntar, retornando à OLSEN, que nós temos que identificar quem analisou, o advogado.

Pucci – Que fez o contrato preventivo.

Daros – Quer dizer então que o CL da Leasing não seria só aquilo, seria mais isso ai?

Pucci – É outro assunto da seqüência que está complicado.

Aldo – Então da DESAFIO vocês estão trabalhando. Poderia dar um susto.

Vargas – Vamos reintegrar os bens ou tem uma...

Pucci – É que eu não podia atitude antes de registrar

Aldo – Registra o contrato e imediatamente chama um advogado, assim já com uma ação criminal. Vocês estão fazendo isso?

Marquesini – Conclui amanhã o registro dos contratos.

Aldo – Sete, agora item 7.

Marquesini – Bom, eu quero fazer uma explanação, depois eu peço ao Vilmar e ao Paulo dessem seqüência. É, que no final de dezembro com o Projeto de Saneamento do Banco, através da Diretoria Financeira do Banco, houve a recomendação que se buscasse listar todas aquelas operações que no âmbito da Leasing fossem consideradas problemáticas e que devessem então ser transferidas ou provisionadas os valores para que nós fechássemos esse balanço livre de problemas futuros. Então, com base no histórico das ocorrências, foram listados, levantados um rol de operações que na visão dos técnicos eram consideradas operações que poderiam ensejar riscos lá na frente. De uma forma conservadora os valores dessas operações que atingiam o limite de R$9 milhões foram provisionados. É, na seqüência, existia desde agosto um relatório do Banco Central que recomendava a transferência ou provisionamento de um número também de operações que na ótica do Banco Central estavam com um risco de inadimplência por prazo ou negociação desfeita ou por insuficiência de garantias. Então, no rol dessas operações que o Banco Central listou, ocorreram várias que estavam em processo de renegociação, inclusive essa famigerada CLUBCAR. Consequentemente, estando num processo de renegociação, elas não foram provisionadas. Então agora nós estamos com uma situação que traz um grau de preocupação.

Mota – Falhou a renegociação.

Marquesini – E outras que foram renegociadas e que infelizmente não estão pagando, daquelas que o Banco Central mandou provisionar. Então nós estamos com uma situação preliminar de resultado em que...

Vilmar – Mas nós trabalhamos com a primeira situação.

Marquesini – É, não está fechada, está desenhada com a primeira situação. Eu pediria por favor, acompanhar com essa, onde nós estaríamos com prejuízo da ordem de R$99 milhões e fechando com um PL de R$13,700 milhões. Considerando que se nós tivermos que estornar um provisionamento daquela primeira relação de R$21 milhões, e considerando que tivermos que lançar, eu quando falei em valores estava invertido, o Banco Central pediu R$18, R$19 milhões. Então se nós formos cumprir com aquilo que o Banco Central determinou e ai estornar aquela previsão que nós tivemos com base na idéia que outras empresas que não pagassem, nós estaríamos com um Patrimônio reduzido para R$6,900 milhões. Eu queria que você continuasse...

Vilmar – Como é que foi feito? O Arlei conversando com o pessoal fez o levantamento das operações que eram possíveis de serem transferidas dentro do relatório do Banco Central, de uma relação de 55 ficou pendente, pela relação do Banco Central, provisionar R$13 milhões, só da DESAFIO dá R$11 milhões. E ele fez em função do objetivo de fazer um saneamento na Leasing provisão adicional dos contratos que viriam a ter problemas em janeiro, fevereiro e março de 1998, e essa provisão adicional é de R$21,299 milhões. Agora foi conversado com o Alaor, ele pediu para que a gente revisse, que a situação não era bem assim, dar uma melhorada na posição e ver o que dava para reverter no resultado da Leasing, melhorar a situação do Patrimônio Líquido da Leasing. Nós fomos levantar junto à Área Contábil, e notificamos que tinha algumas empresas que faziam parte da lista do Banco Central que não haviam sido provisionadas, mas não haviam sido provisionadas porque estavam com processo de renegociação, ASPEN PARK, DESAFIO, LITERÁRIO etc., KOUBAK, ITAITIRA a gente pediu para provisionar.

Vilmar – A terceira. Então nos estornaríamos no primeiro semestre de 98 conforme haviam solicitado não é, e consideraríamos a provisão total dos percentuais aqui apresentados pelo Banco Central. Isso aí vai dar um resultado, no mês de 31 e acumulado no exercício de 96. Isso ai faria com que o PL da Leasing passasse da R$13 milhões para R$15.931 milhões em os valores de despesas de CL no mês, em dezembro de R$41 milhões. Então essas duas situações, a primeira e a terceira, são as que tem um impacto um pouco maior, a gente pode melhorar o resultado do PL da Leasing, estornando aqueles R$21 milhões e cumprindo o estritamente o que o Banco Central determinou. Só que a gente sabe que a legislação é bem clara. Você não pode, que nem o Banco Central colocou aqui nessa posição dos 13, que estão faltando dois contratos da DESAFIO, você tem que pegar a empresa inteira, então nós teríamos que provisionar os R$28 milhões. Se provisionar os R$28 milhões e não estornar os R$21 milhões aqui, que é a quarta situação aqui.

Daros – Sim, daí não fica negativa?

Pucci – Não, fica R$6 milhões. O pedido que o pessoal tem feito é que retira essa provisão adicional do primeiro trimestre, nós somos super conservadores, mesmo sabendo das empresas que iam dar problemas em janeiro, fevereiro e março porque? Aí que o Arlei vinha batendo, a partir do primeiro trimestre do ano que vem, a empresa começaria a dar resultado lá na Leasing, porque a gente está sabendo vai existir o saneamento, vai, então vamos jogar tudo agora. Traz aqui para dezembro, não deixa cair lá, nós sabemos que vai apodrecer lá na frente, tira já o podre. Só que agora em função dessas outras solicitações aí que o Banco Central fez do não cumprimento das renegociações daquelas operações listadas a gente está se vendo na obrigação de provisionar isso e jogar os R$28 milhões para manter o PL positivo em dezembro, fato que poderá ocorrer no primeiro trimestre de 98.

Vilmar – Nós estamos mal, em janeiro já vira.

Daros – Porque nós já estamos em março.

Vilmar – Porque daí se você for cumprir a determinação do Banco Central vai ficar com PL de R$6.969 milhões, e a previsão do balanço de janeiro que a gente fez, , lá mas que tem que fazer os ajustes necessários, ainda não temos nem os números de dezembro, é que no mês de janeiro nós vamos fechar com seis ou sete milhões de prejuízo.

Vargas – Aí fica negativo.

Vilmar – Aí 50% vai ficar com uns R$3 milhões de PL na Leasing, fevereiro já...

Pucci – Outro fator também que você colocou como detalhe mas é bom citar, é que uma dessas situações, qualquer valor do PL ficar nós estamos em desacordo com o Acordo da Basiléia, certo? Desenquadrado, o desenquadramento determina que há intervenção Federal. É outro posicionamento.

Vilmar – Ou acionista majoritário faz aumento para enquadrar no Acordo de Basiléia em espécie ou eles incluem mesmo.

Pucci – Isso teria que ter ocorrido em dezembro. Veja outra preocupação que precisa falar com o Alaor.

Vilmar – Mas isso foi postergado para março.

Pucci – Postergado pra março, vai ser pior ainda, daí o problema vai ser maior.

Marquesini – Com uma outra agravante, nós estivemos conversando com o Alaor, o Alaor acha que o Banco Central nestas circunstâncias o Banco do Estado e a Leasing não autorizariam um aumento de capital na Leasing.

Aldo – Nesse momento é muito difícil nem é conveniente.

Marquesini – Está difícil a solução, por isso estamos trazendo aos Senhores uma situação que assobia, arrepia e que a tentativa seria postergar para março para que esse PL não ficasse a descoberto. Agora o prêmio, o provisionamento que o Banco Central determinou que se fizesse até dezembro ou não.

Pucci – Não, tem que contentar o Banco Central..

Vilmar – Não, mas o Banco Central nós vamos contentar ele no caso de pegamos dois contratos que ele relacionou em agosto, só pegando toda a massa. Se nós pegarmos só o que ele elencou em agosto, nós vamos aumentar o PL da Leasing de R$13 para R$15 estornando os R$21. Agora se nós formos fazer pegando a DESAFIO como devedor e não como integralizado o PL vem para R$6.900

Daros – Vamos analisar a situação em 31 de dezembro.

Pucci – A DESAFIO, em dezembro.

Vilmar – Não, não. Quando você joga um contrato para CL.

Pucci – Eu não consideraria esses R$6, a gente vai cumprir tudo a vista, tem alternativa de mandar só os dois contratos da CLUBCAR. Tem alternativa de estornar mesmo não tendo feito pagamento da SOFHAR agora em janeiro, mas estava negociado todo o pagamento de R$150 mil. Apesar desse recurso ter sido proveniente da Carteira Comercial, mas foi para quitar o leasing. Então entrou recursos

lá na Leasing, então foi renegociado dentro do padrão leasing?

Vilmar – Então você vai discutir com o Banco Central caso a caso.

Pucci – Eu estorno isso em dezembro, eu provisionei esse custo, então eu ganhei tempo é isso que eu quero dizer, essas são as alternativas, um pouco irregulares mas não temos outra alternativa.

Vargas – É a melhor opção?

Vilmar – Inclusive só para conhecimento, o Banco Central adota uns critérios meio esdrúxulos. Ele pega o exemplo da SOFHAR. Tem casos que ele pede para provisionar 70% e tem casos que ele pede para provisionar 100% e tem caso que ele pede para não provisionar nada. Não dá para entender qual foi o critério de análise deles.

Marquesini – Então vamos seguir o critério dele, os dois contratos da...

Vilmar – Estorna menos R$21 mil e provisiona os R$13 mil que ficaram.

Daros – Favorável a nós. Aí nós acertamos.

Vargas – Tem que somar favorável daqui pra frente.

Raul – Esta é a situação.

Marquesini – O problema que nós estamos assim antevendo é que no momento que entrarmos com a ação contra a CLUBCAR aí nós somos obrigados a provisionar.

Aldo – Me diz uma coisa, só um detalhe, o prazo prá vocês apresentar o Balanço pra eles, quando é mesmo?

Vilmar – É o mesmo do Banco.

Aldo – É o mesmo do Banco?

Vilmar – É o mesmo, inclusive nós estamos com um problema agora porque nós temos que mandar junto a CVM, e nós não fechamos em dezembro ainda né? Tem janeiro e fevereiro.

Aldo – Em virtude desse acordo ou desse saneamento financeiro que o Banco está fazendo, nós expusemos ao Banco Central a possibilidade de protelar vocês sabem a situação do nosso balanço.

Vilmar – E a CVM?

Pucci – Eu acho que a CVM também.

Aldo – Eu acho que seria conveniente conversar com o Alaor, para ele consultar o Banco Central, para que essa medida ser despendida a todas as empresas do Conglomerado.

Pucci – Padrão.

Marquesini – Essa realização, essa liberalização do Banco Central para protelarmos o fechamento do Balanço, só foi dado para o Banco?

Aldo – O Plano de Saneamento prevê integrado todo o Conglomerado. Então se a matriz, vamos dizer a empresa 1, eu penso que as empresas acompanham, não acredito que a Gralha Azul entre.

Vilmar – Mas a Gralha faz parte, faz parte.

Aldo – Eu acho que valeria a pena, pra não correr risco nenhum, vocês para ficar bem tranqüilo, já que o Banco Central está dando essa chance, nós deveremos reverenciar bem isso.

Marquesini – Então nós adotamos a medida...

Aldo – Mas conversa com o Alaor antes isso. Ele tem uma carta do Banco Central.

Pucci – O Alaor esta com uma exposição com relação a estornar algumas provisões aí que a gente não queria, mas eu vou ter que partir pra isso.

Marquesini – Nós já conversamos com ele isso, eu e o Vilmar, e ele praticamente compreendeu o todo problema. Então isso

Vargas – Fica, o custo é a melhor opção né? Não há o que, nenhuma delas é boa.

Raul – Lançados esses contratos vamos ter que lançar de todos aqueles

Mota – Nós falamos sobre os dois.

Marquesini – Nós vamos buscar seguir a cartilha, a cartilha esses contratos provisionam 50% se os contratos provisionam 100%, vamos seguir a cartilha. A carta deles ali. Agora colocando-se que o "andar da carroça" nós só estamos empurrando com a barriga a queda do precipício. Porque a tendência que se observa...

Pucci – Nós estamos no passo de dois pra frente e dois pra trás. Mas vai chegar lá.

Aldo – Estando assim está bom.

Vargas – Viu Aldo, não sei se um pra frente e dois pra trás. Nesse risco de liquidação, não seria bom voltar a aquele assunto de incorporar?

Marquesini – Mas aperta do mesmo jeito.

Vargas – Não, daí não aperta você incorpora. Entra num bolo só.

Aldo – Pois é.

Vargas – Extingue a empresa.

Aldo – Precisamos saber até aonde esse risco

Vargas – Entra no bolo e o Banco.

Pucci – Tem que ver até onde o Banco pode suportar também.

Marquesini – O problema por exemplo que o Banco incorporando, é que com os ativos da Leasing, vai enterrar mais o Banco ainda com relação ao Acordo de Basiléia.

Aldo – Vamos marcar uma reunião sobre esse assunto, é que o Alaor viajou agora à tarde, mas amanhã a tarde ele está aí, vamos marcar uma reunião para falar sobre esse assunto.

Vargas – É extremamente importante.

Aldo – De repente era interessante fazer já isso e aí incorpora e neutraliza qualquer...

Vargas – Conversa com o Banco Central, consegue uma autorização.

Aldo – Não, o Banco Central vê com bons olhos, mas nós argumentamos a ele que ia perder uma linha de captação, e eles também ficaram meio assim, disse não, é verdade não convém nessas alturas perder um...

Vargas – Então eles que autorizem um aumento de capital, para enquadrar.

Aldo – Mas daí isso tem que ser feito com recursos do Banco.

Marquesini – Bom, nós temos CDI, nós temos CDI. Está lá.

Vilmar – Tira do passivo do Banco e

Aldo – É a forma não é?

Marquesini – É a forma. O que aliás já colocamos para o Alaor isso.

Vargas – Então seriam duas, seriam as duas opções; a opção de fazer aumento de capital sem desencaixe, CDI e a outra há a possibilidade de incorporar.

Marquesini – E para a Leasing o aumento do capital com CDI tem uma vantagem muito alta Dr. Aldo. Com esse recurso, recurso a custo zero ia melhorar o MIX de taxa da Leasing.

Daros – Mário esses CDI precisa ver o desencaixe do Banco.

Marquesini – Não, não é desencaixe.

Daros – Mas ele tomou esse CDI.

Marquesini Mas ele estava bancando lá.

Vilmar – Esse CDI estava no caixa dele

Daros – Não, ele vai deixar de receber a importância.

Pucci – Ele é recurso de terceiros pra nós não é passivo porque é um CDI do Banco, que é remunerado isso tudo com TR.

Cruz – Para ele é melhor que ficar incorporando de que

Daros – Agora isso aí tem que aprovar.

Vargas – Isto está aprovado por enquanto. Isso aí é aprovação de gaveta

Aldo – Tem um último item aqui, podemos passar para o item 8? Isso aqui, naturalmente o Presidente gostaria de fazer, estava com uma viagem marcada, mas é uma comunicação ao Sr. Arlei Pinto de Lara, os Senhores todos devem ter lido, já devem ter conhecimento, mas é só para oficializar ao Conselho, que o Conselho deu o seu referendo a essa decisão da Presidência em comunicar ao Senhor Diretor Arlei, a destituição do cargo de Diretor-Presidente da Empresa Banestado Leasing. Sobre o conhecimento dos Senhores para o referendo de acordo com as normas vigentes Ok? Tem mais alguma coisa?

Mota – O que eu gostaria de saber as razões.

Vilmar – Sobre a aplicação do redutor nesses contratos de Leasing a remuneração das debêntures.

Aldo – Mas tem uma pauta aqui que não foi apreciado mas tem uma pauta que é onde a Diretoria, Honorários dos Administradores que já receberam, quem é que faz essa?

Vargas – Quem é que apresentou isso?

Emanuel – Isso é mais para constar mesmo, isso aí é matéria da assembléia geral ordinária é um item né?

Aldo – Em função da, isso é todo o ano né?

Emanuel – Todo o ano tem que constar para o Conselho.

Aldo – O Conselho aprecia.

Emanuel – Aprecia, aprova e remete para a Assembléia.

Aldo – O Conselho de cada Empresa.

Emanuel – O Conselho de cada empresa aprecia essa matéria e remete para a assembléia para a homologação.

Aldo – Certo.

Emanuel – São os mesmos valores praticados no Banco.

Vilmar – Bom pessoal, essa pauta aqui é com respeito a aplicação dos CDI como o indexador aí na captação dos recursos de debêntures que por conseqüência nas aplicações da carteira de nossos ativos. Quando da emissão das debêntures foi feito uma cláusula que dizia que quando o redutor da TR for superior a 1,5%, as empresas queriam alguma coisa que garantisse para elas uma remuneração maior e então definiu-se que quando esse índice fosse maior, que esse percentual fosse maior que 1,5% as empresas migrariam de TR para remuneração pela AMBIT. Então agora no mês de março o Banco Central divulgou outro redutor só que o Banco Central divulgou em fora de índice e o mercado trata como percentual. Então a gente está numa situação bastante difícil, que a gente fez até consulta com o jurista do Banco e com o advogado da Leasing para que a gente tivesse um embasamento maior e melhor para ver ou não a aplicação ou não desse redutor. E a gente coletou esses documentos estão aqui

anexos nas pautas aonde o pessoal manifesta uma preocupação muito grande aí na aplicação no caso específico dos nossos ativos, com o problema de inadimplência o questionamento aí do aspecto aí da legalidade de se aplicar AMBIT como indexador, já tem parecer do Supremo aí pela nova estabilidade aí.

Aldo – Parecer do Supremo? Decisão do Supremo.

Marquesini – Não, decisão não reconhecendo da utilização da AMBIT como indexador.

Vilmar – Então a gente esta propondo aqui no Conselho para que a gente não aplique esse redutor, nem na captação e nem na aplicação. A gente consultou os mercados que tinham debêntures e que tem esse mesmo problema, eles fizeram de conta que não...

Aldo – Ignoraram a AMBIT, e não estão...

Pucci – Aí um caso importante que nesse mês que ocorreu, não houve reclamação por parte dos investidores da Leasing e o pagamento da diferença, aceitaram com a TR simplesmente.

Aldo – A que vocês atribuem essa não reclamação por parte.

Marquesini – Desconhecimento, foi passado batido.

Pucci – Foi passado batido, passou batido. É meio difícil, mas o outro fator é o seguinte. Talvez eles não queiram brigar porque dessas decisões já existentes, da não aplicabilidade. O outro fator é o seguinte, nós teríamos que aplicar por outro lado nos nossos contratos acarretaria mais inadimplência. O valor do lado do ativo é bem superior aos três meses que faltam para o encerramento das debêntures, mais três meses acabam, em maio. Então a gente optou, sugeriu ao Comitê, na decisão, da não aplicação.

Vargas – Não aplicação a clausula.

Marquesini – Isso. E há uma tendência espero de que.

Pucci – Eu não tenho oficialmente, mas a TR já passou ...

Aldo – eu acho que é melhor não tocar nisso. Os Senhores, o Conselho tem mais alguma coisa? Dr. Sérgio o Senhor tem alguma coisa? Dr. Mário?

Vargas – Não muito obrigado.

Aldo – Alguns dos Diretores, Conselheiros.

Pucci – Com relação à dações em pagamento realizadas com a SOFHAR. Isso aqui é só um fato...

Aldo – Traga na próxima reunião, pautada.

Pucci – Trazer pautada então?

Aldo – Está bom? Agradecemos a sua atenção e a sua equidade. Obrigado, agradeço a presença de todos.

BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A.

REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA
REALIZADA EM 10-3-98
MARÇO DE 1998

Neco – Ao Dr. Aldo, Alaor e Eliody a respeito da verdadeira situação do Banco do Estado do Paraná.

Aldo – O Banco do Estado do Paraná por dia está tendo uma despesa de R$2.000.000,00 por dia. Trinta dias significa R$60.000.000,00. A continuar a situação em que nós estamos, em cinco no máximo em 06 meses nós estaremos com o nosso Patrimônio zerado. Nós emprestamos dinheiro, não estamos conseguindo reaver, estamos tendo despesas, como essas de informática, despesas operacional e a Casa, vamos falar assim, a Casa não está correspondendo ao momento em que o Banco está atravessando. Quer dizer, a inadimplência é muito forte, é muito grande e nós não estamos recuperando. Hoje o Alaor está indo buscando R$1.100.000.000,00 e isto está nos dificultando muito, porque a Caixa Econômica e o Banco Central (PAUSA)...

Gabriel – Depois disso que nós já discutimos, com nós mesmos e com outras autoridades, eu acho que é muito mais pra troca de entender é isso . Então essa parte que o Alaor disse que é R$420.000.000, o Milton disse que é R$460.000.000, o outro disse que é R$420.000.000 e o outro diz que é R$450.000.000, isso já era do nosso conhecimento e isso aí seriamente todos nós conhecemos, todos nós sabemos os números nunca foram definitivos, serão no instante da assinatura do contrato. Então eu colocaria aos Senhores de que esses comentários que não tratam de assunto de pauta, que são meramente motivo troca informação entre um motivo e outro, que não façam parte da ata que é um documento perene do Banco e que essa primeira parte, eu acho que, aqui por exemplo: "Em atenção ao Senhor Nilton Hirt Mariano, Diretor de Controle, esclareceu que os valores exibidos inicialmente, na ordem de R$400.000.000,00 foram cortejados na Divisão de Controle Operacional, à época eram R$427.000.000,00, com R$460.000.000,00 o Banco estaria equilibrado". Eu não entendo isso. Quer dizer que na hora que estava sendo comentado eu não entendi perfeitamente. Aqui ele quis dizer que com

R$460.000.000,00 o Patrimônio do Banco estaria equilibrado. Mas como são assuntos que servem para troca de informação, para conversa, esse assunto já é do conhecimento da Diretoria, do Saneamento dos números. Então eu sinceramente eu acho que não é um assunto que, não é um bate-papo que devesse ser transformado em ata prá; nada do que a gente conversa, pode ser, ficar registrado no Banco, é um assunto que demonstra inclusive que nós não temos nenhuma segurança daquilo que estamos.

Gabriel – Sabe Dr. Aldo isso, como é que você me falou que aquilo era R$300. E agora é R$400. Então R$460 está bom, então é uma conversa que assim um pouco, essas coisas tão, tão, tão registradas e.

Paulo – Acho até como sugestão, assuntos que fossem comentados, mesmo sendo gravados, seria interessante dizer isso não deve contar em assunto de pauta. Só deixar registrado.

Gabriel – Então o Senhor vê o seguinte em dezembro, no final de dezembro, foi apresentado R$50.000.000,00 de prejuízo e vamos recuperar uns R$10.000 ou R$20.000 na Leasing, no Banco, mas estávamos absurdamente navegando né? Não digo mal informados que não era intenção de ninguém que tinha as informações nos passar diferentes daquilo que tinha. Ora de R$50 milhões nós passou para R$2 bilhões em quatro meses. De modos que, era R$50 milhões e depois foi para R$120 milhões, depois foi para R$400 milhões, depois foi para R$600 milhões, R$700 milhões. Agora estão provisionadas para Crédito Liquidação operações feitas muito recentemente, a gente tem certeza do recebimento, quer dizer, certeza, foram feita à luz da boa prática bancária, ninguém pode saber o que vai ocorrer. Agora, toda a operação que é feita no Banco jogar para Crédito Liquidação como provisão é uma posição muito cômodo prá eles, não já está lá, não há capital que resista isso, porque se não mudar a cultura do Banco Presidente não adiante, porque a cultura da Administração mudou muito, todo mundo é testemunha do seu empenho pra que esse Banco seja um Banco nos moldes dos Bancos privados. Agora, e nós Diretores temos acompanhado isso e temos tido presente, que preside as nossas decisões é nesse sentido que o Senhor tem falado sempre, agora, ainda no Banco a cultura não é essa e não vai adiantar nada, vai ser uma fonte que não vai nunca se esgotar se não mudar a cultura, se o gerente não for dado pra ele responsabilidade de cobrança do que ele faz, porque, ele fez operação ontem e ai a provisão para Crédito em Liquidação ele manda por aqui, tá bom. Então o Banco nunca vai operar, não sei se o Banco recebe. O Batata poderia dizer na linha Comercial. O Banco recebe no dia a dia vai gente pagar conta que deve no Banco. Então não sei.

Batata – O que eu acho é o seguinte, eu acho o seguinte: as operações que foram feitas aí novas, vamos dizer de junho do ano passado pra cá, elas estão tendo liquidez normal.

Gabriel – Mas estão todas em Crédito Liquidação.

Batata – Ah, não.

Gabriel – Ah não, na área de Câmbio até pode.

Ricardo – Perguntaram para os gerentes o que eles achavam o que queriam por eles queriam por o Banco inteiro.

Gabriel – Justamente.

Ricardo – Eles sonharam que daqui um ano o cara não vai pagar então empurraram para limpar a Carteira deles.

Batata – Ontem ainda eu falei, em todas as renegociações de dívidas na realidade, que só na nossa Carteira era de R$700 milhões ,já estavam em 30 de junho do ano passado, eles colocaram tudo, porque é renegociação subentende-se que é uma operação de difícil liquidez. Muitas vezes eles não analisaram questão de garantia, questão de recuperar totalmente, parcialmente recuperável, você entendeu?

Ricardo – Não analisaram nada. O Batata falou pra eles.. eles mandaram tudo.

Batata – Eu falei para o Nilton, você pede a relação eles vão colocar tudo, eles querem limpar, mesmo as dificuldades pequenas, foi o que você falou.

Gabriel – Agora, eu não quero me alongar, desculpa Presidente nesse tema, mas eu acho que os comentários que a gente faz antes e depois da reunião, eu acho que deverá constar em ata aquilo que consta da pauta ou extra-pauta. As outras conversas que a gente tiver, elas que se restrinjam às nossas trocas de informação, que todos temos, cada um conversa com pessoas diferentes e a gente aqui, e muitas das vezes até se elucidou coisas que eu não sabia, o outro completou. Isso faz parte, qualquer reunião ministerial tem um pate-papo anterior e posterior. Então eu acho que é minha sugestão e o Senhor como Presidente decide se, eu acho que deve constar da ata os assuntos da pauta e da extra-pauta. Comentários paralelos eu acho que não, porque esse comentário aqui retrata uma total desinformação. Em dezembro R$150 milhões, depois foi

para, quer dizer. Esses não são assuntos que não estavam na pauta.

A minha sugestão que eu colocaria, o Presidente consultar os companheiros, é de que, daqui prá frente, não tenho receio de nada que está escrito aí porque, claro a gente sabe, só que revela às vezes um pouco de falta de informação nossa mesmo. Cada hora apresenta uma coisa. Que no futuro, a partir de hoje os assuntos que constem da ata sejam aqueles que constem da pauta.

Valdemar – Ramiro, figura carimbada. E por fim a Teresa Cristina o mesmo caso. Viu Presidente, hoje nós fechamos a Folha de Pagamento e nós teríamos que nos posicionar a respeito dos salários que não ressarciram. Mês passado nós fizemos o pagamento em cheque, aquela situação. Eu acho que aquele que nós ressarcirmos, paga da mesma forma?

Neco – Precisa saber de um advogado trabalhista. Porque tem vínculo com o Banco do Estado. É uma forma de pressão que nós estávamos agindo para poder receber, mas a Secretaria também não tem dinheiro.

Paulo – Eu vou dar um depoimento aqui, é extremamente doloroso não pagar o funcionário, mas é a única forma Presidente.

Valdemar – Agora, aqui nós não estamos levantando a hipótese de não pagarmos, nós vamos fazer através de cheque-salário.

Neco – Dificulta um pouco, para não ficar muito fácil.

Ricardo – Valdemar, de quem aqui que você está falando.

Valdemar – Não, não esse é geral, daqueles que não responderam, que não tomaram providência. É que tem alguns que alegam que a Secretaria da Fazenda está arrumando recurso, alguns alegam, são diversas histórias.

Ricardo – Você tem que ver o custo-benefício dessa história também. Você pega a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, o cara tem R$14 milhões só na Poupança. Um ano. Simplesmente ele pode inverter, em vez da Poupança ele põe em CDB, aí custa dez funcionários por mês.

Neco – Qual Secretaria?

Ricardo – Secretaria do Trabalho e Assistência Social. A Assembléia eu fui lá e tirei todo o dinheiro do CDB e pus na poupança. Foi um prejuízo para o meu Pai, ele não descobriu até hoje. R$200 contos por mês. Agora ele teve que emprestar dinheiro para o Governo.

Neco – Tem uma Senhora que estava com o Secretário do Turismo, e quando ela deixou de comparecer, ela só aparecia, era depositado da conta dela, então ela não ia trabalhar.

Sérgio – Ela rescindiu o contrato, ela não foi demitida. Ela tinha um contrato de prestação de serviços. Foi rescindido o contrato, ela já assinou, já está ciente. Ah, ela tinha um contrato, tem razão.

Galvão, eu queria que se o Senhor me permitir, na DIRHU eu tenho conversado com o pessoal da DIRHU, o

Valdemar e os companheiros dele. Nós sentimos muito a necessidade e o Banco é penalizado na minha opinião por isso, porque se faz um pagamento único de pessoal. O pessoal tem direito adquirido para entrar de férias dia 21, o salário dele é dia 19 no mês seguinte e ele já está recebendo um mês antes o salário dele, no pagamento do dia 20. Não tem como o sistema, o banco de informática fazer pagamento de férias seja no dia que ele tem esse benefício?

Galvão – Bom Presidente, isso foi uma, deve ter sido uma deliberação da Diretoria como forma até de facilitar o trabalho, acredito que alguém combinou.

Neco – Porque, a mão-de-obra já tem, equipamentos já tem.

Paulo – Presidente, provavelmente em época inflacionárias era um alto negócio para o Banco. Com o dinheiro o tempo todo, pagava dia 20 porque no dia 21 já era depreciado esse dinheiro. Provavelmente a decisão de fazer todo esse pagamento antecipado ou postergado

Galvão – Ou vice-versa, mas agora.

Neco – Acontece o contrário. Paga na frente um mês, e o custo do dinheiro o Banco está pagando.

Galvão – Eu não sei, não conheço bem o processo dos Recursos Humanos, mas isso aí poderia ser feito na forma de um adiantamento, aí desconta, uma espécie de um vale. Um dia.

Valdemar – Presidente, ele tenta, essas questões maior facilidade de manuseio está no Gestor de Recursos Humanos como um todo, porque hoje até eu acho que esse aqui o impacto não é tão grande, no período de janeiro ou fevereiro, mas tem algumas coisas que o Senhor pede para nós que complica muito, isso que está complicado, acho que envolve com pessoas, nós estamos com pessoas que tem que trabalhar com tempo integral, sabe então é isso que eu acho que vai trazer esse GRH vai trazer beneficio para nós. Mas eu acho que tudo isso foi dado prioridade, por exemplo, ao Novo Sistema Gestor de

Recursos Humanos. Tudo isso trará muita facilidade. E volto a dizer, ele acabou sendo prejudicado no passado por ter dado prioridade ao atendimento, que era o nosso ganha pão.

Valdemar – Eu queria falar também, no mês de janeiro e fevereiro a Campanha lançada em cima dos produtos de poupança, Depósitos a Prazo e Fundos. Ainda alcançou ali no final onde foi colocado, 65% da meta dos R$200 Milhões ou seja, R$131 milhões e ainda tem o saldo comparativo aqui do Banco no mercado que correspondeu esse período, não atingiu porque janeiro e fevereiro essas aplicações normalmente caem, e também nós fizemos um comparativo aqui, porque nós aqui pegamos a média dos últimos três meses passados com a médio dos dois de janeiro e fevereiro. Temos uma projeção aqui que seria o saldo de 31 de dezembro que nós tínhamos e o saldo no 28 de fevereiro que talvez não dá uma diferença muito grande nesse sentido. Então esse aqui é o produto final, no caso a primeira colocada foi Londrina, seguida de São Paulo, Maringá, sucessivamente, e o total que o Banco alcançou foi 65% da projeção dos R$200 milhões e tem R$131.milhões. Aqui para conhecimento como se comporta o mercado nesse período.

Neco – O Valdemar, poderia voltar na transparência anterior, o que me deixa muito surpreso em Curitiba somar os valores dos índices, tem uma atuação inexpressiva.

Paulo – Posso falar sobre a minha lá, nós dois somos padrinhos de Curitiba. Nos esforços nós conversamos com as agências, só que a Nordeste aqui no caso sofreu uma retirada de valores em poupança que estavam em COPEL, em Prefeitura, em Estado violento no mês de dezembro.

Ricardo – Poupança só sofreu saque da Assembléia, só foi isso, não foi de COPEL, o único que deposita em poupança é Assembléia em Pinhais. Meu pai sacou dinheiro para emprestar para o Giovani, e não pagou até hoje.

Paulo – E veja uma coisa. O que aconteceu, eles pegaram outubro e novembro pra fazer a média. Então pegou todos esses órgãos no topo e dezembro eles retiraram. Então quando entrou em janeiro eles entraram abaixo do...

Ricardo – Retiraram porque, porque foi todo o dinheiro para o Estado.

Batata – Sexta-feira teve em Paranavaí, vocês mandaram lá 14 agências recebendo Certificado de Qualidade. Então eu até falei, eu acho importante que nessa hora difícil do Banco o pessoal estar, utilizar esse instrumento e sexta-feira agora mais uma cassetada vai receber um título de qualidade, um Certificado de Qualidade quer dizer, o Banco em situação, independente da situação difícil do Banco o pessoal está fazendo tudo para melhorar o trabalho o desenvolvimento e isso é que é importante.

Aldo – Outro detalhe, nós colocamos aqui Empresas do Conglomerado e aí entra também todas as empresas . Não sei se os Senhores sabem, tem um filme aí que está na eminência de ganhar um OSCAR chamado O QUE É ISSO COMPANHEIRO? que tem o patrocínio da Corretora Banestado de R$195.000,00, eu não sabia disso. Cobrei do Rodrigo e o Rodrigo já mandou uma correspondência porque até agora eu não vi crédito nenhum do BANESTADO nesse falatório desse filme, todo dia falam do filme vai concorrer o OSCAR, CANNES, não sei aonde, nós temos que estar atrelados, como é que é, nós entramos com R$195.000,00.

Paulo – Numa dessas já recebeu milhões de dólares.

Aldo – Pode até ganhar um OSCAR de filme estrangeiro mas eu quero ver o nosso nome lá no OSCAR no dia lá ao menos para alguém gritar BANESTADO! Qualquer coisa nesse sentido. Por isso que é importante termos um controle porque até talvez derrepente esse patrocínio vai reverter como um sucesso para o Banco, é importante isso.

Paulo – Quer dizer, esse processo aqui, já que nós vamos ser donos...

Elio – É um processo como na AVÍCOLA FELIPE onde está o Gil lá na AVÍCOLA FELIPE. Ele nos passa um relatório a cada 60 dias.

Paulo – Funcionários do Banco podem ser membros desse Conselho.

Aldo – Pode.

Paulo – Eu sou candidato.

Elio – Provavelmente nós vamos colocar dois funcionários do Banco. Pode, porque veja bem a indicação vai ser feita por parte do próprio FDE e o gestor do FDE é o Banco.

Batata – Claro.

Paulo – Avisa o FDE que eu sou candidato a esse Conselho.

Marquesini – Pode vir no futuro a ser Diretor Industrial.

Paulo – Você sabe tem que estar com a empregabilidade meio esperto. Não sabemos o dia de amanhã.

Ricardo – Sabe o que é que eu vou fazer Aldo, eu vou, eu acho que isto tem. Porra, nós temos que por, eu não vou fazer uma propaganda mas no jornal tem que por, na televisão tem que por lá uma entrevista e dizer: olha, o BANESTADO inova, lança, vai dar prêmio para os mutuários que pagarem em dia. Então Galvão...

Aldo – Será que a legislação do Banco Central, normas não vedam?

Ricardo – Isso não, a Caixa.

Aldo – A Caixa Faz?

Ricardo – Não, a Caixa inventou de fazer e até hoje não lançou, porque são mais mole né? Ela não tinha autorização da SUSEP e tudo. Então só depende do Galvão chegar as cartas o mais rápido possível.

Paulo – Tem mais uma idéia que está andando aí é aquela que você a tempos aí, que fazer sorteios na loteria estadual.

Ricardo – Não essa idéia, isso aí não é idéia, isso aí eu fiz 83 né Paulinho?

Paulo – Que dá aos imóveis do Banco.

Ricardo – Isso eu fiz em 83, eu vendi imóveis para a Loteria, até ele me procurou lá no Palácio eu digo da minha parte não tem problema vamos tocar o "pau", e também não acho que tem problema com o Tribunal de Contas.

Paulo – Não, não tem. E já foi contornado isso porque vai sair, sairia com a portaria.

Ricardo – Porque você vai vender do Estado e...

Aldo – Porque não faz isso logo?

Ricardo – Não, isso eu fiz em 83, eles pegaram lá a idéia antiga, voltaram. Então eles compram imóvel, nosso apartamento e depois eles sorteiam como prêmio. Inclusive já tem um predinho novinho ali pra vender, 19 apartamentos.

Paulo – Como é, do Pessoa?

Ricardo – Pessoa. Então não precisa avalista, não precisa. Arruma um parecer que não precisa, já vamos conversar com ele, já vamos vender uns 10 numa pancada só.

Paulo – O Odair está vendo isso aí, via Capitaliza.

Marquesini – Bom, isso para os Diretores tomar conhecimento de uma realidade da Empresa. Hoje a Banestado Leasing tem um Capital Social de R$168 milhões de reais de Capital Social. Desse Capital Social de R$168 milhões de reais, nós devemos fechar o Balanço, que não está fechado ainda o Balanço de dezembro com um Patrimônio Liquido de R$16.350 milhões, em números arredondados, sendo que deste Patrimônio Liquido, só entre dezembro de 1996 a setembro de 1997 foi feito um aporte de capital de R$120 milhões de reais por parte do Banco. Isto prá cobrir prejuízos acumulados de R$151milhões de reais, sendo que desses R$151milhões, só no exercício de 97 representa quase R$97 milhões de reais, ou seja, devemos fechar o exercício de 97 com aproximadamente R$97 milhões de reais de prejuízo. Nós temos uma Carteira cujo valor presente, hoje puxando o valor presente, ela soma R$488 milhões de reais e disto podemos dizer que nós temos saldos devedores de operações em curso normal de R$177 milhões de reais, que são 5.583 contratos. Saldo devedor em atraso até 60 dias R$57 milhões de reais são 603 contratos e saldos devedor já lançados em Crédito Liquidação, 1.881 contratos que somam R$253 milhões e temos uma provisão para prazo em Crédito Liquidação da ordem de R$300 milhões de reais. Bom, desses números podemos dizer, temos em curso normal e atraso R$220 milhões de reais, se recebermos o que está em curso normal, que está atrasado nós recebemos R$220 milhões de reais e aí R$253 milhões de reais para se fazer o trabalho de recuperação de CL. Dessa recuperação de CL, torna-se extremamente difícil, dizer, quanto se pode receber, porque a Leasing tem uma característica diferente da Carteira Comercial. A Leasing tem a garantia do bem que enquanto um lado a gente sofre a depreciação por outro lado o saldo devedor é corrigido. E na hora em que você executa um indivíduo, ou na hora em que se apresenta pra fazer uma composição, é o drama. Eu tenho o bem, eu tenho o saldo devedor de R$100 milhões de reais e tenho um bem que vale R$10 milhões de reais, e com uma situação pior ainda, situação pior porque aqui na hora que eu tenho o arrendamento eu tenho lá um elemento que se chama VRG, que é o Valor Mínimo de Resgate, esse valor ele temem promove desajustes na Contabilidade da Empresa porque esse Valor Residual em Garantido, as vezes o arrendatário resolve chegar e não exercer a opção de compra. Não exercendo a opção de compra, pelas cláusulas contratuais, o que é que eu tenho que fazer, eu tenho que ver o bem e vender esse bem, se o valor do bem superar o Valor Residual Garantido, eu tenho que devolver pra ele a diferença. Se for inferior ele tem que me pagar, aí é que é aquela questão né? Se ele me deve de valor residual R$100 milhões de reais, me entregou o bem, eu vendi R$10 milhões de reais. Ele me deve R$90 milhões de reais. Aí eu não tenho garantia e nada, tenho que executar ele prá cobrar. Então é uma situa-

ção extremamente complicada que nos leva a ter que pensar e muito quais serão os impactos Dr. Aldo que trará para o Banco esta incorporação da Carteira. Sabe? Porque se formos falar, nós vamos trazer um Ativo e Passivo num determinado valo, só que o Ativo poderá não corresponder esse Passivo, porque os valores residuais estarão lá em baixo. Os valores das garantias.

Gabriel – Traz a Leasing, eu entendo o seguinte, transformar a Leasing em Carteira não é, tem que resolver os problemas do passado, mas ela passar a operar daqui pra frente como Carteira do Banco.

Marquesini – Aí que está o problema Dr. Gabriel.

Gabriel – Aquilo que ela tem...

Marquesini – Como Carteira, como Carteira...

Gabriel – Porque vai ser mantida a Empresa Mercantil.

Gabriel – Mas como Carteia o Banco terá que absorvê-la e extinguir a Razão Social.

Paulo – Exatamente

Gabriel – Porque?

Marquesini – Porque sim.

Gabriel – Não fez isso com a Crédito Imobiliário!

Marquesini – Mas ela é uma Carteira.

Gabriel – Não fez isso com a Crédito Imobiliário

Paulo – Fez, fez com a Crédito Imobiliário. Não fez com a BISA.

Marquesini – Mas fez hoje não tem, hoje a Crédito Imobiliário hoje ela não é uma Empresa independente .

Paulo – Não, ela é uma Diretoria.

Marquesini – Ela não é uma Empresa com personalidade jurídica independente.

Gabriel – Bom, eu não sei, o Ricardo está aí...

Marquesini – Não, não é não.

Paulo – Não é não.

Gabriel – Eu acho que, não sei isso cabe ao jurídico analisar.

Marquesini – Sim. Então eu acho que tem esses aspectos que tem que ser muito bem ponderados e avaliar também aspectos estratégicos Dr. Aldo, como por exemplo...

Gabriel – Mas dentro do Projeto de Saneamento, desculpa, dentro do Projeto de Saneamento não está os R$400 milhões de reais da Leasing?

Marquesini – Eu desconheço o número, eu desconheço.

Gabriel – Não, configura esses R$400 milhões de reais

Marquesini – O que se fala dos R$400 milhões da Leasing, é um CDI que o Banco do Estado do Paraná tem, a Leasing tem tomado com o BANESTADO R$451.650.000,00.

Aldo – Eu li outro dia de manhã que era R$461.000.000,00.

Marquesini – Por favor eu peço desculpa porque esses dados aqui são de dezembro. Eu estou falando de dezembro porque eu não tenho fechado o mês de janeiro nem fevereiro. Então e disto nós temos aplicados no BANESTADO R$177milhões de reais, quer dizer, que então não é os R$400 milhões é R$274 milhões, o que já não resolve não diminuir. Então essa posição, são os números que nós poderemos dizer contábeis. Agora, Dr. Aldo, tem um outro aspecto sim, porque aí é difícil dizer com relação aos bens, o quanto que isso representaria. Bom, então eu diria assim hoje: bens disponíveis e indisponíveis que a Leasing tem arrecadado pra si através das ações executadas ou através daquelas vamos dizer, dações em pagamento, enfim. Nós temos, valores disponíveis para vender R$3,6 milhões correspondentes números de avaliação R$3,632 milhões. Indisponíveis R$20 milhões. Então na relação do nosso Passivo esse Ativo aí é mínimo e destes R$20 milhões correspondem em veículos e afins a metade R$9,2 milhões e R$10,8 milhões em imóveis.

Ações judiciais, documentação, completa açõe es de revisão enfim. Dessas situações que nós colocamos de R$20 milhões no total, de imóveis indisponíveis nós temos, veículos cuja documentação está em nome de terceiros, impedimento judicial R$422 mil correspondente a veículos em uso, tanto da Leasing como do Banco do Estado. Nós temos aí uma frota praticamente colocada a disposição do Banco, sinistrado de R$2,6 milhões aí sim, R$2,699 milhões, que nós não temos registro ou a BLAM não tem registro.

Tá, então estamos num processo de levantamento, nós temos hoje em termos de veículos e afins, que são tratores implementos e equipamentos, nós temos indisponíveis 656 itens, que estão nesta situação. E aí sim com relação a equipamentos, máquinas, assim equipamentos diretos, tornos essas bugigangaradas, não sabemos "niente". Mostro aqui para o Senhores terem, eu mandei fazer um levantamento e documentei através de fotografias em todos os depósitos que nós temos. Aí Dr. Aldo e Senhores Diretores, cabe aqui uma defesa para que a Leasing também não seja colocada como a responsável única sabe? Ou seja, por exemplo, eu mostro para os Senhores, se alguém sabe identificar que equipa-

mento é esse e depois de identificar esse equipamento, para que é que ele serve.

Aldo – É um bem ajuizado.

Marquesini – É um bem que foi feita uma operação de Leasing, não pagaram, foi gasto dinheiro para reintegrar, foi gasto dinheiro pra remover, está depositado, guardadinho num armazém coberto, que hoje não sabemos de quem nós pegamos, por quanto nós pegamos e que não tem valor pra venda. Este é um exemplo.

Aldo – Deixa eu só fazer uma pergunta. Foi feito um levantamento pela Auditoria nos últimos tempos, qual é o último Relatório da Auditoria que foi feito na Leasing?

Marquesini – O último de Auditoria feito na Leasing Dr. Aldo foi essa auditoria vamos dizer que culminou com a verificação dos processos de operaçõ-es que acabaram impugnando aquelas ações. Então a Auditoria praticamente centralizou o seu trabalho em 26 Empresas, em operações realizadas em 26 Empresas. Então, então isto está em poder da Auditoria, já foram colocados ao conhecimento e aí foram feitos os levantamentos das irregularidade internas

Aldo – Não, nós não queremos saber das irregularidades agora, mas assim o levantamento da Auditoria com relação a esses bens, está aprovado. Isto é um relatório Gerencial.

Marquesini – Não tem.

Aldo – Não tem.

Marquesini – O único é esse trabalho aí.

Aldo – O trabalho feito lá na sua área, Dr. Paulo Krüger sobre a condição da Leasing, tem um trabalho feito não tem?

Paulo – Tem, tem várias alternativas lá.

Aldo Tem?

Paulo Tem.

Aldo – Então quem é que está fazendo isso?

Paulo – Está pronto isso, não está fazendo está pronto, foi apresentado numa Reunião do Conselho da Leasing ano passado isso.

Aldo – Pois é, então não poderia requentar esse trabalho?

Paulo – Sim trazemos aqui.

Eu só quero adiantar que essa incorporação única é danosa para o Banco eu já falei várias vezes isso aí.

Aldo – Nós temos que trazer esse trabalho e mostrar ao Presidente se é danosa ou sim ou não. tá bom?

Marquesini – Ela vai trazer impactos por exemplo com relação ao Acordo de Basiléia, porque serão mais R$500 milhões de operações.

Aldo – Algo mais?

Valdemar – Podemos aproveitar, Dr. Aldo o Presidente comentou no começo sobre aquela pessoa a tal funcionária fantasma que ficou até surpreso, isso na realidade é uma pessoa que é contratada pela Corretora de Seguros, era um contrato especial viu Paulo.

Valdemar – Por isso nós do Banco não sabíamos, era um contrato lá específico lá com o Donha e o Donha já cancelou.

Paulo – Deixa eu falar o seguinte, agora eu estou lembrado. Isso aí é um pedido do Senhor Secretário da Fazenda se não me falha a memória.

Valdemar – Não é funcionária fantasma do Banco.

Paulo – Não. Foi um pedido do Palácio, do Palácio, Sérgio. Um pedido do Palácio que pediu para contratar via Corretora para ficar não disposição do Palácio.

Sérgio – Foi pedido que eu chamasse a pessoa e falasse com ela, já foi chamada, já assinou a rescisão do contrato, sem trauma nenhum, não vai ter repercussão nenhuma.

Aldo – Então está bom. Muito obrigado a todos.

BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A.

REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA,
REALIZADA EM 17.03.98
MARÇO DE 1998

Valdemar – Bom Dr. Aldo, o assunto aqui é o PDV que nós ainda não temos ele aprovado, aprovamos aqui na plenária mas faltou a aprovação do Secretário do Conselho da Administração, mas existe um estudo sobre a incidência ou não do Imposto de Renda sobre o PDV.

Aldo – Parece que essa é a primeira vez que estamos lidando com o PDV no Banco?

Valdemar – Não, não mas é aquele.

Aldo – Não houve outros casos de PDV?

Paulo – É um dos casos.

Valdemar – É só que veio Dr. Aldo aqui, deixa eu dar uma lidinha, nós vamos entender aqui:"Aprovar a não tributação de Imposto de renda sobre os três salários pagos ao PDV" No caso os três salários nós não tínhamos nos anteriores. Esse é um benefício que está sendo para esse PDV. "Deixando o Plano do desligamento Voluntário mais atrativo e estimulando uma maior adesão. Justificativa: em con-

sulta feita à DICON, Gestão Fisco Tributária, perguntando sobre a incidência de Imposto de Renda, sobre a verba 130/131, Incentivo de Desligamento Voluntário. Há entendimento doutrinário que a verba tem natureza remuneratória e sobre o seu pagamento deverá incidir o Imposto de Renda. No entanto, a conclusão do parecer recomenda a não tributação, alegando a existência de várias jurisprudências sobre a matéria que consideraram a referida verba como sendo de natureza Indenizatória e que portanto sobres tais valores não incidem Imposto de Renda Pessoa Física". E aqui tem a posição da Controladoria na questão tributária com diversos pareceres inclusive do Superior Tribunal de Justiça.

Aldo – Parecer? O Superior Tribunal de Justiça não dá Parecer, ele da a decisão.

Valdemar – Decisão. Obrigado. Então aqui na página 1.2 aqui o recurso especial no 2º parágrafo: "Do Superior Tribunal de justiça, instância final competente para apreciar a matéria, extraímos as seguintes decisões unânimes da 1ª turma". Então em todos eles aqui, eles são, eles consideram não tributário de fato. Então a nosso, isso aqui corresponde 25% aproximadamente de desconto de Imposto de Renda sobre esses três salários. A intenção era deixar isso aí conforme esse ponto de vista, isento do recolhimento do Imposto. Se por um acaso tivermos problema tem aqui no último parágrafo da página 1.3, "Caso seja de interesse da Diretoria tomar o incentivo mais atrativo ao quadro funcional, inobstante o entendimento doutrinário desta Gestão Fisco-Tributária e a legislação em vigor, opinamos pela não tributação da verba. Se formos autuados pela Receita Federal, iremos buscar amparo judicial utilizando os mesmos argumentos que estão se consolidando na jurisprudência"

Aldo – É que esse assunto, é novidade na...

Valdemar – Os três salários não é Dr. Aldo?

Aldo – Não, mesmo que a lei fale da necessidade da obrigatoriedade nos pedidos de Imposto de Renda, face desse julgamento o pessoal da área está achando que nós, tem um parecer que nós não devemos independer Imposto de Renda sobre, é isso?

Valdemar – É isso. Porque torna mais atrativo para o pessoal que aderiu.

Aldo – Os Senhores Diretores entenderam o assunto, tem alguma coisa a acrescentar?

Alaor – Na minha opinião é que devem deixar sem a Tributação.

Valdemar – É tem amparo.

Aldo – Quem estiver de acordo permaneça como está Ok? Aprovada.

Gabriel – O PDV já está aprovado, não né?

Aldo – Não só os terminàveis. Vamos, todo o dia assim porque o Secretário Giovani está chegando de viagem hoje, aí eu vou conversar com ele para decidir

Valdemar – Está terminado viu Dr. Aldo, praticamente todo ele está estruturado, talvez é uma questão, uma vez aprovada pelo Conselho...

Paulo – Deixa eu só fazer uma pergunta na questão do PDV, nós temos prazos de validade daquele concurso para que as pessoas se apresentarem, você tem até dia 13 de abril.

Valdemar – Não, a contratação está ocorrendo, esse que é o meu medo, porque veja, nós assumimos informalmente o compromisso de as coisas irem meio paralelas, nós estamos fazendo a nossa parte que é a contratação, inclusive já foi convocado já estamos decidindo todos os critérios, a contratação está ocorrendo.

Aldo – Seu Valdemar está com a palavra.

Valdemar – Vamos lá. Bom aqui: "Empregados à Disposição da Associação Banestado". Esse assunto parece-me que teria sido tratado, o Edson havia conversado com o Presidente." O Banestado atendeu a um pedido da Associação Banestado, autorizando a disponibilização de empregados para prestar serviços àquela Associação, sendo que as despesas de pessoal tidas com esses empregados seriam arcadas pelo Banestado por um período de 180 dias, cujo o término se deu em 12.12.97. Os empregados abaixo relacionados estão atualmente prestando serviço à A B. O Banestado tem um custo total mensal com os empregados acima citados, no importe total de R$38.129,39, base de janeiro, já acrescidos os encargos. Informamos que os ressarcimentos dos valores devidos pela Associação Banestado relativo às despesas dos empregados que estão ou estavam a disposição daquele órgão após o término do período de 180 dias acima citado, ou seja, 12/12/97, encontra-se pendente até a presente data. Proposta da Associação: A associação solicita a manutenção da liberação dos empregados até dezembro de 98, comprometendo-se a efetuar os ressarcimentos das despesas a partir da folha de pagamento de março, através de dedução dos créditos referentes ao contrato de utilização das instalações da colônia de férias de Praia de Leste." Quer dizer, a Associação tinha pedido que fosse descontado essa despesa desse pessoal daquele recebimento que

ela tem do aluguel das instalações do Faxinal do Leste lá.

Nilton – Só uma dúvida aqui, esses elementos elencados, aqueles funcionários elencados consta também o MILTON TREIN, e o MILTON TREIN é aposentado.

Valdemar – Ainda não, está na boca aí, está na lista dos 180.

Batata – Essa lista vai sair.

Alaor – Eu não entendo porque que a Associação não paga de dezembro do período de dezembro pra cá?

Valdemar – Não tem dinheiro.

Alaor – Desconta agora que nós temos que pagar aí.

Valdemar – Aí me parece Alaor que teve uma conversa prévia com o Presidente sobre isso.

Alaor – Ah, bom.

Aldo – Aqui tem duas coisas, primeiro lugar, na minha opinião eu acho que deveria, se for por 180 dias deveria considerar o término em 12/12/97, começa por aí. Outra coisa, eu não sou muito favorável a essa vinculação aqui, não sei, só o Diretor Administrativo podem nos informar, se é possível fazer esse encontro de contas isso não é meio anti-ortodoxo. Eles estão propondo aqui de deduzir inclusive aquilo que está sendo pago no valor do ressarcimento, é uma dívida engraçada.

Valdemar – Tem que pagar e receber. A bem da verdade, quer dizer, não é necessariamente de forma contábil, esse dinheiro que vem, o dinheiro que vão receber pagar.

Alaor – Credita numa conta e debita.

Paulo – Só como experiência tem que fazer como credita e debita no mesmo dia. Se ficar para cobrar, não vai receber nunca mais.

Batata – Até porque ele está dizendo que a partir de março.

Alaor – Tem que creditar primeiro...

Aldo – Porque?

Alaor – Senão a conta fica descoberta. Fica depósito, adiantamento depositantes.

Aldo – Ah é?

Alaor – Sim, eu não sei quanto eles têm na conta.

Valdemar – Sim, sim, não deve ter saldo R$30 mil sobrando lá fazendo média. Com certeza, por isso é que pedi que fosse debitado concomitante.

Alaor – Quando sai o pagamento dele? Desses acertos?

Valdemar – É está na segunda folha.

Paulo – O Contrato está sendo administrado pela DIRHU?

Valdemar – DIRHU.

Alaor – Agora, tinha algum acerto com o Presidente?

Valdemar – Veja, a bem da verdade teve. Teve todo aquele problema de mal estar que aconteceu com a Associação daí um dia o MILTON TREIN esteve aqui conversou com o Presidente eu e o Edson participamos da conversa, o Presidente falou que até ia fazer o Faxinal do Leste até para dar uma força no sentido, o MILTON disse que ficou sem dinheiro, então existiu uma conversa antes.

Aldo – Então você assistiu a conversa?

Valdemar – Veja bem, eu assisti essa conversa agora a última em que o Edson ia, me pediu pra pautar isso que ele havia tratado com o Presidente, eu não participei, com o MILTON ficou acertado isso aqui. Tanto eu, apenas eu gostaria de estar, eu gostaria que o Presidente estivesse.

Aldo – Então vamos tirar de pauta.

Valdemar – É melhor né?

Aldo – Você retira de pauta e deixa para próxima reunião. Eu acho que isso aí não tem tanta urgência. Mas grave bem o que o Alaor deixou para dizer depois na próxima reunião. DIRCO. São Jorge, o Senhor Nilton Mariano.

Nilton – INSDÚSTRIAS REUNIDAS SÃO JORGE. São Jorge é uma daquelas composições de leasing, que nós realizamos a dois ou três anos atrás, que já estavam em CL e CCP e nós fizemos alteração. Quando nós fizemos essa ativação dessa operação a dois ou três anos atrás uma parte dela foi garantido com precatório, garantia adicional, precatórios alimentares do advogado da CR Almeida, lá...

Batata – Luiz Alberto Machado.

Nilton – Então por isso é que está com, como vocês podem ver lá tem três operações. Duas sem garantias de precatórios e uma com garantia de precatório. As duas operações que estão sem garantias de precatórios elas tinhas originalmente a garantia de trigo, penhor de trigo que obviamente não existe. A execução em cima dele pra botá-lo na cadeia por infiel depositário, por falda do penhor foi derrubado em juízo, porque o trigo, era o meio de funcionamento da própria indústria então foi em juízo e caiu. E no transcorrer das negociações, agora o maior credor deles é o BANESPA, uns R$60 milhões aproximadamente e o BRADESCO que capitaneou uma negociação de todos os Bancos e coordenando um pool de Bancos que a semana passada na terça-feira nós fizemos uma reunião em São Paulo, para ver de que

maneira que a gente vai conduzir daqui para frente. Está sendo feito, o Dr. Aldo sabe disso há uma auditoria através da TREVISAN, dentro do MOINHO SÃO JORGE para determinar condições, prazos e valores que poderão ser acordados com o pool de bancos, que vai envolver as debêntures, participação societária, e uma série de coisas. Essa auditoria vai ficar pronta no prazo de 120 dias com a proposta; 90 dias para a conclusão da auditoria e mais 30 dias para uma proposta. Isto eu estou só historiando pra vocês como é que está o negócio. Está evidenciado já a necessidade de aporte de recursos de capital de giro, inicialmente se falou em R$10 milhões, qualquer coisa assim, está se pensando em mais. Qual seria a participação dos bancos? Cada um dentro do percentual que é a sua dívida, o seu crédito, tá? Como nós temos. Aqui há um outro detalhe, a perfecção inicial da solução desse problema envolve prazos novos de 10 a 15 anos. Essa já foi um horizonte que a TREVISAN já deu inicialmente. Como nós temos a metade, pouco mais da metade da dívida, aqui consta R$15 milhões de precatórios em garantia, mas o valor dos precatórios não é os R$15 milhões, porque: porque a operação ECC vem sendo gravados com juros internos nossos e a garantia dos precatórios que é IGP + 1% ou + 0,5%, agora eu não tenho...

Alaor – 16% ao ano, deve ser 16% aa.

Ricardo – 12% + 6%, é 18% ao ano.

Nilton – 12% + 6% no caso da, quando há inadimplência, por parte do Governo.

Ricardo – Essa aí é 12% + 6%, TR +12 e +6% de juro compensatório.

Nilton – Isso depois que o Governo passa a ser inadimplente, digo para fazer o cálculo agora para fazer a conta de chegada. Então não vai atingir os 15. Mas a nossa proposta qual que é? Pegar esses precatórios como "dação em pagamento", esses precatórios tem uma característica por ser alimentar, considerado alimentar, porque é precatório do advogado a ser pago antes da dívida que originou esse precatório, ou seja, deve ser pago antes do CR Almeida. Primeiro paga o precatório do advogado e depois o titular da dívida. Qual que é a nossa intenção, e eu antes de trazer para os Senhores eu já conversei com o Dr. Aldo e conversei também com o Presidente, prá que a coisa, eu também não ia trazer uma coisa que não houvesse condições de aceitação. Expliquei para o Presidente que no caso de uma execução desta dívida, nós iríamos buscar a garantia que é o precatório. Então passaria a ser uma discussão ionócua, porque o BRADESCO já está oferecendo esse precatório como dação parcial. Se os Senhores quiserem ou eventualmente eu acho que até poderia ser feito, para evitar esse ruído todo em cima do precatório, se for aprovado pelo Colegiado, levar para ter uma ciência do secretário viu Dr. Aldo.

Aldo – Não precisa levar para o Conselho.

Batata – Homologação do Conselho.

Nilton – Não, porque não atinge o valor né?

Ricardo – É bom, é bom.

Aldo – O que abunda não prejudica.

Nilton – Então iria para a Reunião do Conselho. Nós somos de parecer, ele é meio inferior a R$15 milhões? Eu não tenho o valor exato disso aqui.

Alaor – Mas pegaríamos por 100% .

Nilton – Por 100%. Porque não tem o valor exato aqui? Existe uma normativa da vigilância do Tribunal da Justiça do Estado, estabelecendo que o critério, viu o Ricardo, não sei isso é válido para todos, um critério da correção dos precatórios que é a média entre a TR mais IGP dividido por 2 acrescido dos 6% + 12%, no caso. Então o Senhor vê que está sendo esclarecido e depois eu vou trazer o número correto disto daqui. Então o nosso parecer, é pegar o que nós temos como garantia de precatórios como "dação em pagamento", porque queremos receber isso bem antes dos 10, 15 anos, com garantia de rendimentos na ordem de 18% ao ano mais indexador, coisa que lá na negociação da dívida nós não vamos ter e mais ainda, diminuindo o aporte de capital de giro em cima da dívida.

Alaor – Esse precatório de que Estado que é?

Nilton – Do Paraná.

Alaor – Paraná?

Aldo – Tem três aspectos aqui, primeiro: comentou, não sei se isso está ocorrendo com nos outros bancos, eles estão negociando talvez com debêntures, com participação acionária de outros bancos. Outros bancos?

Nilton – Todos.

Aldo – Pois é, aí é que está. Esses precatórios estão correndo risco amanhã do Banco Central, numa falha qualquer de pagamento, mandar provisionar isso?

Nilton – Eu entendo que não Presidente, Dr. Aldo. Entendo que não pelo seguinte: os precatórios são dívidas reconhecidas judicialmente do Estado. Está liquido e certo, não existe possibilidade de ação rescisória em cima, que perfeita e acabado. A questão de derrepente o Banco Central em função do não pagamento pelo Estado. Está orçado, mas o Es-

tado não paga, passa para o orçamento seguinte, não paga, o Banco Central pode chegar e dizer vamos provisionar esse caso.

Alaor – O que o Banco Central fará sem dúvida, é nós teremos em ativo no Banco, e ele vai perguntar qual o valor de mercado. Então a diferença esta aí gente. Se ele tiver uma perda de 50%, o lucro de 50% nós vamos provisionar.

Aldo – Porque que no nosso caso também não entra debêntures como está sendo com os outros?

Nilton – A diferença daí nós vamos compor com os outros bancos, com a participação societária e as debêntures.

Alaor – Mas isso quer dizer que a debênture também, pode sim, seguramente não será um bom ativo.

Nilton – Não será um bom ativo.

Alaor – Porque a debênture, deles mesmo?

Nilton – Deles mesmo.

Alaor – Quer dizer eles serão os devedores.

Agora só uma particularidade, aqui para esclarecer você, no que está sendo estudado pelo pool de Bancos que já está condicionado é o afastamento do BANRISUL. A participação na administração deles no Conselho, vai ser de 2/3 dele, 1/3 dele obviamente e 2/3 do pool de bancos, quer dizer ele vai ficar sem o poder de mando, isso aí está escrito.

Aldo – Qual o valor total da dívida?

Nilton – O valor total da dívida está em torno de R$15 milhões.

Aldo – Não, não total que ele tem com os bancos.

Nilton – O BANESPA é na ordem de R$60 milhões, nós estamos com R$15 milhões o BRADESCO tem R$19 ou R$25 milhões, se não me falha a memória, e mais o Banco Rural, eu acredito que eu deva ter escrito aqui, não, não está, e o BOSANO mas o BOSANO já tinha feito a negociação. E tem mais o Banco do Brasil que não esta compondo aqui a negociação com o Banco do Brasil é um pouco diferente. O Banco do Brasil é detentor da hipoteca, através de uma série industrial, com o MOINHO e o MOINHO é a principal garantia principal do Banco do Brasil, vai ser inclusive, só que hoje ele só garante o Banco do Brasil por um detalhe operacional. Porque a operação de ação judicial não prevê hipoteca em segundo grau, só que a dívida do Banco do Brasil é menor, o que é que vai acontecer com esse, com a dívida do Banco do Brasil? Fazendo, fechando esse, essa negociação global com o Moinho São Jorge, o BANESPA que é detentor de uma série de hipotecas menores, libera as hipotecas menores, aquelas que e o Banco do Brasil precisa ter e o Banco do Brasil libera a hipoteca do Moinho e que isso daí vai cobrir.

Alaor – Agora a única garantia nossa é o precatório?

Nilton – Só. Nós tínhamos penhor de trigo em toda a operação e esse penhor de trigo não existe, e na justiça nós perdemos.

Aldo – Hoje nós estamos completamente sem garantia nenhuma.

Nós temos uma garantia do aspecto judicial que nós fizemos uma penhora e levamos à leilão na casa do Jorge Santos, a casa dele é muito grande e é composta por diversas matrizes. Então o advogado nosso identificou isso daí, depois penhorou algumas hipotecas, porque a casa que o cidadão mora, é penhorada, mas penhorou alguns lotes, tem um terreno tem a piscina dele, a garagem, a churrasqueira está penhorada. E isso daí já foi a leilão, vale R$1 milhão. Então se nós executarmos ele novamente fica suspenso. Eles vão ter 24 horas para nos dar R$1 milhão de reais para gente liberar essa fiança, essa arrematação, mas é R$1 milhão só que, agora respondendo a sua pergunta, que é a garantida que eu diria em termos jurídicos que nós temos.

Aldo – Fora isso mais nada?

Nilton – Nada.

Aldo – Bom aqui tem uma determinação do Presidente do Conselho e do Secretário Giovani que nós não podemos mais aceitar, só em caso excepcional e dado a excepcionalidade do caso eu acho, não sei, proponho que seja aprovado em Diretoria, eu vou submeter aos Senhores, que, mas que seja notificado isso daqui, essa história seja contada por inteira, porque assim como está aqui, está faltando o primeiro capítulo, que é o que exatamente o que você acabou de me dizer, que nós tínhamos penhor de trigo, o trigo foi, o rato comeu, aí nós tentamos, entramos com uma ação, perdemos a ação e hoje estamos sem garantia nenhuma.

Alaor – E o total da dívida.

Aldo – E o total da dívida.

Alaor – Não, não o total com o mercado.

Nilton – A gente pode dar um valor estimado e eu explico porque.

Aldo – Não, não precisa ser. Mais ou menos o do Banco, e levaríamos esse assunto para apreciação do Conselho, bem explicadinho para que na hora "h", o Celso Sabóia vai querer saber quantos anos o trigo tinha...

Nilton – Hoje à tarde eu trago a relação completa.

Ricardo – Vai na Reunião do Conselho explicar verbalmente.

Nilton – Não isso eu faço.

Aldo – Então eu queria submeter essa, por favor.

Marquesini – Dr. Aldo com respeito a essa questão do precatório estamos vivendo uma peculiaridade em participar, qual seja a própria recomendação por escrito do Secretário, cancelasse a operação com precatório de terceiros. Então eu só coloco como uma preocupação quanto o aspecto que desde que seja dada detalhada aos Senhores é de que a empresa com a qual nós não ocorreu a operação com precatórios, está nos acionando para aceitação dos precatórios, então talvez seja...

Ricardo – Porque você não aciona ele, a venda dos carros isso é estelionato.

Marquesini – Isso também está sendo feito.

Ricardo – Manda o cassete nele.

Marquesini – Isso está sendo feito. Então só coloco que inclusive a BLAM tem dois documentos e que eles incorporaram à ação com documentos internos, obtidos por vias nada ortodoxas. Porque como houve aquela determinação por escrito pelo Secretário de não aceitar precatórios de terceiros.

Nilton – Por isso que nós vamos levar ao Conselho, em que pese o valor não atingir.

Aldo – Qual é a tua preocupação?

Marquesini – Não, Dr. Aldo, eu só está fazendo um registro.

Aldo – Fazendo um registro.

Marquesini – De que realmente essa empresa poderá entender como precedente ou não.

Aldo – Precedente não gera direitos. Nós sempre estamos sujeitos a alguém nos acionar por alguma coisa e isso não pode exigir em um dia e tomar a decisão, eu acho que a Leasing é um caso, aqui é outro caso, tem que deixar bem claro que o Banco aqui está sendo, eu acho oportuna essa sua observação, só que no meu ponto de vista.

Dalledone – O Conselho pode até não aprovar né?

Aldo – Alguém quer fazer alguma...

Elio – Dr. Aldo, mas existe uma diferença, isso aqui já é garantia.

Galvão – A origem da operação é nossa garantia.

Elio – No outro caso lá que estão nos oferecendo precatório esse é o contrário já é garantia.

Aldo – Garantia de precatório. Já existe precatório.

Elio – Já existe. É bem diferente do outro caso.

Galvão – Daí nós renegociamos.

Elio – Exatamente.

Aldo – Bom de qualquer forma eu acho que convém mesmo que já tenha sido, que nós estamos transformando a garantia em dação de pagamento, está bom? Essa é a aprovação, e com o histórico todo.

Nilton – Aquele histórico todo eu faço e depois eu passo para os Senhores.

Aldo – Alguém tem alguma observação a fazer com relação essa operação?

Galvão – Eu acho que essa é uma dívida daquelas impagáveis, que não vão pagar nunca. Essa operação é de que Agência?

Nilton – É Nossa Senhora da Lapa, Álvares Penteado. É são Paulo né?

Galvão – O que entrar aqui é lucro. Isso é munição pronta para o Senador Requião.

Aldo – Porque munição, a operação foi feita na época dela.

Ricardo – O Senador Requião, foi no Governo dele.

Alaor – Dação com garantia de precatório, na época dele.

Aldo – Então está bem assim?

Alaor – Mas a Diretoria é favorável?

Aldo – Pelo jeito é favorável.

Batata – Com homologação.

Nilton – Favorável na Diretoria, vai para Reunião de Conselho.

Alaor – Parecer favorável da Diretoria.

Aldo – Não, com a aprovação da Diretoria e depois ao Conselho para homologação.

Rodrigo – Dr. Aldo só como o Alaor falou, a título de legislação. Os precatórios no mercado informal tem 40% do valor de face.

Aldo – Quanto?

Rodrigo – 40%.

Batata – Mas também não tem comprador.

Alaor – Não resolve né Dr. Aldo, a observação que ele fez é válida porque o Banco Central quando verificar esse ativo ele vai pedir que a gente provisione 50%. Bom nós temos duas alternativas, provisionar 50% ou provisionar a operação toda, certo, porque nós não vamos receber mesmo. Está em CCP isso aqui né?

Nilton – Não isso nós ativamos.

Batata – Isso foi ativado em 96 se não me engano.

Nilton – Com a garantia dos precatórios vai funcionar?

Alaor – Vai Para CL.

Aldo – Alguém tem alguma coisa..

Aldo – Todos de acordo. Vamos passar para a segunda proposta da pauta.

Nilton – A segunda pauta aqui é uma conversa que nós tivemos, inicialmente eu fui convidado pelo Ermínio, da Secretaria da Fazenda para atender um pessoal do Banco PACTUAL que está tentando entre outras coisas aí a SANEPAR, A COPEL, fui chamado porque eles estavam querendo fazer uma realização fazer uma renegociação com o Banco em cima do CL... Bom eu pedi pra eles fazerem uma proposta.

Aldo – Porque não trouxe uma cópia para a Diretoria?

Nilton – Eu não trouxe mas eu posso pedir lá, peça para a Mirna a cópia da proposta do PACTUAL.

Alaor – Essa auditoria a ser contratada teria que ser paga pelo BANESTADO?

Nilton – Não. O que está escrito aqui em baixo. O que acontece...

Aldo – Exponha, exponha.

Nilton – Então o Banco PACTUAL, em associação como a GLOBOSAX, estão propondo ao BANESTADO, um processo de.... para contrair dívidas na Carteira de Inadimplência, através de análise desse crédito que será feito diretamente nos nossos arquivos, por empresa de auditoria a ser contratada por eles para compilação e avaliação bancária. O que é que eles querem com isso: duas alternativas, 1 gerir os nossos ativos difíceis, os nossos créditos inadimplentes, e essa gestão ela pegaria desde a inadimplência, passaria para eles e eles iriam atrás da recuperação, primeiro numa recuperação extrajudicial, não logrando o intento, passariam a utilizar os advogados daí prá judicialmente, para buscar o devido. A remuneração deles, isso aqui é depois no futuro que vai receber, se aprovado em forma de cascata, eles inicialmente estão, nos falaram em termos de valores mínimos de operação da ordem de R$500.000,00. O que é que eles querem na realidade, fazer uma análise dos nossos créditos e em cima dessa análise duas propostas. Uma de compra desses créditos, que seriam créditos compensados pelo Banco, Créditos em CL e outra de administração da recuperação desses recursos. Então é uma forma de terceirização que já usada de acordo com eles e que a gente vê também em jornais e revistas aí, que é bastante usada na Europa e nos Estados Unidos e tudo, e pelos grandes bancos. Eles não cuidam mais da inadimplência. Então eles passam para terceiros e é o que eles estão fazendo aqui. Quando nós recebemos o pessoal, o Diretor deles, conversamos, escutamos e qual é a nossa proposta: a nossa proposta é que seja autorizado pela Reunião de Conselho, pela Diretoria, que nós demos prosseguimento aos entendimentos no sentido da contratação da auditoria, porque a contratação da consultoria está escrito aí, respondendo uma pergunta do Alaor, se nós concordarmos com a negociação com eles, lá na frente o que vamos fazer para Reunião de Diretoria para aprovar ou não, que eles pagam a auditoria. Caso contrário, nós pagaremos, logicamente que o valor já previamente estabelecido. Então o que é que nós trazemos aqui hoje para aprovação da Diretoria, e o nosso parecer é favorável disso daqui, é que nós possamos, a DIRCO de comum acordo com a VIPRE, continuar as negociações com eles, qual seja, o restabelecimento da contratação, não por nós e sim por ele, porque nós teríamos problemas com a 8666, não é? Eles contratam a Empresa, trazem aqui internamente para fazer esse levantamento, nós já temos basicamente levantado quase todos os dados que eles precisam das maiores operações, eles vão fazer rapidamente isso daí e dependendo disso, vai depender do preço que vai se pagar, e só uma coisa tem que ficar clara aqui para a Diretoria, que ninguém vai autorizar a gente contratar, fazer ou fechar o negócio, vender os ativos nada, autorizar que seja feita essa divida para depois, que a Diretoria decidir, etc.

Alaor – Você vai ater-se apenas ao cliente das grandes operação e as garantia em dívida

Nilton – Das propostas, dos contratos estão bem informados.

Alaor – Só Isso?

Nilton – Só.

Alaor – Não vai entrar no mérito como foi aprovado?

Nilton – Não, absolutamente, absolutamente.

Alaor – Porque daí ia abrir demais o Banco pra eles.

Nilton – Eles assumem, inclusive tem aqui as propostas deles, eles assumem por escrito o compromisso da confidencialidade, aquela coisa toda que agente sabe.

Dalledone – Se o Banco não fechar contrato com eles, o Banco vai ter de pagar a consultoria, estaria infligindo da mesma forma a 8.666.

Nilton – Não, porque vai passar por esse processo aí de aprovação, não vejo problema nenhum, porque não teria como a gente fazer uma licitação pra ele.

Aldo – Eu tinha pedido quando nós fizemos nós tivemos lá rápido com eles, uma relação de al-

gumas instituições financeiras que já fizeram, não sei se já fizeram, não mandaram ainda?

Nilton – Não, mas eles, eu recebi naquela reunião que nós fizemos eles tem bastante empreendimentos no México não é? Estados Unidos bastante.

Aldo – Está começando agora.

Nilton – Falaram que estavam com processo semelhante mas não tinham ainda.

Alaor – Falaram que não teriam como devedora, agora em teto máximo eles falaram?

Nilton – Máximo não. Eu li, fiz questão de colocar aqui, mas depois de uma conversa inicial, ele diz não.

Alaor – Quer dizer que se nós levarmos uma relação de R$300, 400 milhões pra eles.

Nilton – Só que eles vão colocar um preço, vão analisar, contrato por contrato, de 30,40,50, depende das garantias, da situação econômica.

Dalledone – Esse é recebível, esse não é, esse eu não quero, né?

Nilton – Não, e daí isso tudo eles saber o andamento processual, que nós já levantamos eles querem saber a formalização do contrato que já foi feito, as garantias que estão feitas e constituídas na empresa, então você pega um penhor mercantil que não existe.

Aldo – Nilton, pelos nossos belos olhos eles não vão fazer, acredito que eles vão querer levantar aqueles créditos que são mais convenientes e fáceis de recuperar, sabe o que nós também podemos fazer?

Nilton – Não, mas nós temos uma, eu levantei ali já dentro dessa ótica mais ou menos umas 50 pastas de clientes, o que é que acontece? Então vamos pegar JOÃO JOSÉ ZAC ou MIGUEL ZAC, a dívida é perfeita, temos garantias, já estamos brigando com eles morreu esses tempos aí, a 5 anos ou mais.

Ricardo – O JOSÉ MIGUEL ZAK, o objetivo deles não é receber créditos, não, eles querem me comprar créditos.

Nilton – Sim querem comprar ou administrar, certo?

Ricardo – O objetivo maior deles é ficar com os créditos prá ele e prá Leasing, pra abater no Imposto de Renda lá no outro lado.

Alaor – Não, eles fazem isso também, mas aí é que está.

Ricardo – Vender crédito pra Banco, pra negociar, tudo. Compra por R$20 mil ele vai lá no BRADESCO e vende por R$100 mil e o BRADESCO joga lá no CL dele por, R$100 mil está tudo perdido. Você acha que Banco Americano vai fazer, flor?

Nilton – Não, mas aí veja bem.

Ricardo – Faz prá render, mas o resto é prá vender o podre, pagar Imposto de Renda.

Nilton – Mas nós vamos vender só os que nos interessarem.

Ricardo – Lógico, vamos vender o que nos interessar e eu sou favorável. Agora vamos vender o que nos interessar, não o que interessar prá eles.

Nilton – Claro, claro.

Ricardo – Esse SÃO JORGE aí pode vender pra eles, nós não vamos receber nunca isso mesmo. É isso que eles querem, eles pegam pelo valor cheio pagam aí R$3 milhões, vendem pro BRADESCO por R$5 milhões, o BRADESCO entope lá, não paga Imposto de Renda, outra parte jogam na Contábil, se eles puderem receber eles recebem também.

Aldo – Está em discussão o assunto da proposta do Nilton Mariano, sobre Due Diligence para o BANCO PACTUAL está terceirizando a venda com gestão terceirizada dos créditos problemáticos do BANESTADO. Eu queria a opinião dos Diretores, um por um. Por favor Senhor.

Alaor – Eu sou favorável, condicionado realmente àquilo que o Ricardo falou, nós vamos escrever quem é quem na relação de créditos possíveis de venda, receber os créditos. Reservamos aqueles piores e vamos ver se eles aceitam o risco.

Ricardo – E aceitamos propostas também, né?

Alaor – Por quanto, aí chega a hora .

Aldo – Mas nós não estamos decidindo isso, nós estamos aqui a contratação da Due Diligence.

Alaor – A contratação da Due Diligence.

Aldo – Porque simplesmente eles não vão nos dizer nada enquanto não fizer a contratação.

Alaor – Agora nós não sabemos quanto que custa Due Diligence. Então nós queremos saber.

Nilton – Eles vão pagar. Mas se nós na seqüência não fecharmos o contrato ou de venda ou de gestão daí nós temos que pagar. Isto está escrito na proposta deles, só que também está escrito que eles nos vão nos dar ciência previamente do valor da Due Diligence, quer dizer, nós, o que eu tenho aqui para o Colegiado, é que autorize VIPRE com a DIRCO para dar seqüência nessa negociação e deixando bem claro que não vamos negociar nada sem trazer para o Colegiado.

Batata – Apreciação do Colegiado para a aprovação.

Alaor – Eu acho que estou de acordo com isso daí.

Batata – Aqui está dizendo que basta "o processo para a contratação do serviço, acontecerá de

comum acordo com a VIPRE e quando concluir será levada à apreciação do Colegiado para aprovação."

Nilton – Exatamente.

Batata – Quer dizer, não vai se decidir nada.

Nilton – Não, não.

Aldo – Vamos decidir se...

Batata – Se há contratação ou não. Não as vendas.

Nilton – Sim, negociar a agilidade do processo. Eles estão telefonando querendo saber como vai o caso.

Alaor – O processo pode dar andamento até a hora da contratação da Due Diligence? Na hora que se tiver o valor da Due Diligence, remeter ao Colegiado para a venda.

Paulo – Uma sugestão uma contra proposta do que eles fizeram. Como as de risco, mostra pra eles e se eles tem interesse, talvez esse risco eles não assumissem, porque se a gente não aceitar eles vão dar porcentagem em cima disso aí. De repente, vamos rachar o risco aí, do que ficar só pra nós. Com risco de ele apresentar recurso ainda.

Tadeu – Pelo menos metade.

Aldo – O Senhor sabe quais seriam os valores?

Alaor – Vai depender do número de processos que você entregar a ele.

Nilton – Mas eu acho que não é muito, só pra dar um referencial, eu vou dar três exemplos. No MOINHO SÃO JORGE, está saindo por R$450 mil, mas daí uma auditoria completa na Empresa toda, aqui nós vamos auditar alguns processos que vamos dar pra eles verem para discutir.

Aldo – Então vamos modificar a proposta seu Nilton Mariano. Modificar no sentido o seguinte: autorizando a área da VIPRE e da DIRCO, a dar continuidade às negociações dentro do que foi ouvido aqui: primeiro, questão de custo dessa Due Diligence, questão de créditos bons, que poderiam ficar com créditos ruins também, , e o período de tempo de demora, abrangência da Due Diligence, daí então nós tomamos a decisão, traz novamente a Reunião da Diretoria para apreciação.

Nilton – Isso aí está mais ou menos dentro do contexto aqui que nós explicamos, nós ficamos, fazemos, damos continuidade ao processo e assim que tivermos alguma coisa mais concreta, nós submetemos a apreciação do da Diretoria.

Aldo – Muito bem.

Galvão – Nós não estamos gastando um tostão nesse processo, por enquanto.

Nilton – Nada. Absolutamente nada. Ninguém vai ser contratado a auditoria antes de trazermos isso aqui para a Diretoria.

Aldo – Então nessas condições está aprovada. Operações a serem analisadas, quem tiver alguma coisa... Qual é a dúvida?

Batata – Jamais foi discutido dessa maneira aqui, juros trimestrais na carência, garantias constantes na proposta, hipoteca e para completar os 120%, a Empresa poderá oferecer as garantias durante o prazo de carência.

Aldo – Está em discussão.

Alaor – Eu sei que alguns diretores aqui tem falado insistentemente dizendo olha, é um dinheiro que já está dado, portanto nós não podemos discutir o que é custo e o que não é. É tem razão, nós temos R$4 bilhões em ativos que já foi dado e esses R$4 bilhões em ativos está fora do Banco, foi dado, nós temos em ativos considerados ruins pelo Banco Central R$1.786.000.000,00, e dentre esses ativos, não estão esses aí, não estão esses daí que, segundo o Banco Central não é bom. Então nós estamos fazendo uma composição por TBF "seca", o que representa hoje uma taxa menor do que o custo de captação que nós estamos tendo.

Batata – Com Certeza.

Alaor – Então é isso que eu quero que fique registrado. Eu entendo o problema da sociedade hoje, os empresários não estão pagando, existe um crise de inadimplência, então tudo isso pode ser conciliado quando da aprovação de uma rolagem de uma dívida. Agora, neste caso e nos outros que certamente virão aqui em função deste, nós estaremos trocando 6 por 5. É isto que está acontecendo e mais, nós estamos alongando o perfil da dívida do cliente, enquanto a nossa está ainda no curto prazo e nós não temos fôlego de alongar o perfil. Era só essa observação que eu queria que os Senhores tivessem ciência...

Batata – E Você?

Alaor – Que nós não estamos fazendo renegociação abaixo do custo que está sendo. E eu entendo também, que esse dinheiro não está na conta como todo o nosso ativo já está. São R$4 bilhões que nós temos.

Ricardo – Me dá licença.

Aldo – Não, só pra terminar a Ata.

Ricardo – Não, eu quero fazer uma observação.

Aldo – Senhores tem uma, vamos fazer uma reunião só.

Ricardo – Concordo com o Alaor, não se fala em custos. O problema é o seguinte, nós estamos

numa crise brutal, hoje ninguém está pagando, está danado. Ou você joga esse "troço" para CL, ou você compõe para receber. Hoje a crise é brutal. Eu nunca quis falar do caso da Cidadela porque eu estou vendo que já faz oito meses que essa "merda" está rolando aí, faz oito meses que está rolando essa "porra" aí. E joga pra cá, joga pra lá, como eu já trabalhei na Cidadela eu nunca falei, mas agora eu vou falar. Agora pega os contratos da Caixa Econômica com a Cidadela, será que a Caixa Econômica é burra, pega o contrato do Banco Central com a Cidadela, agora se uma empresa com dificuldade nós temos que salvar, agora quando você vê o nosso esta aí. Quantos anos a Caixa Econômica deu para a Cidadela, 10 anos.

Batata – Foi trazido aqui na reunião da Diretoria TR + 1.

Ricardo – Quantos anos o Banco Central deu para a Cidadela? E ainda abriram uma linha de crédito de R$12 milhões de reais. Não é só o caso da Cidadela, é o caso de muitas delas. Então vamos conhecer o histórico da operação, como o histórico da XINGU que eu vou repetir pra vocês na hora da votação. Quem é que "entocou" o pepino da XINGU. Foi o nosso sócio majoritário. Então nós temos duas decisão, ou nós jogamos pra CL, ou prá salvar o nosso.

Alaor – Eu entendo o que você está falando, realmente com a inadimplência, ocorre o que está ocorrendo agora.

Ricardo – Agora todos os bancos estão pagando isso agora. Só que nós estamos mais "fodidos", nós estamos indo buscar no mercado.

Alaor – Na verdade o que ocorre. A Caixa Econômica, a captação dela é poupança, é recurso do Governo, quer dizer, ela tem um funding.

Ricardo – A Caixa Econômica tem o recurso do Fundo de Garantia.

Alaor – Mas ela tem um funding, ela tem funding muito mais barato do que o nosso. Agora eu me recorro a Caixa Econômica quando eu não consigo pegar mais dinheiro no Banco Central. Sabe quanto eles cobram? 4% ao mês. E nós estamos cobrando 2%.

Ricardo – Eu concordo com você. Nós estamos "fodidos", nós temos que buscar, mas se nós não formos atrás pra receber, nós vamos ficar mais "fodidos" ainda. Pode gravar essa "porra" é bom que o Governo tem que ouvir, porque tem também, então nós vamos ficar mais "fodidos" ainda.

Ricardo: Eu não estou falando em questão de sexo, eu estou falando em questão de tudo...

Aldo – Eu sei que tudo o que você fala é procedente, eu estou sabendo.

Ricardo – Como nós estamos "fodidos", então nós temos que buscar, agora eu vejo aqui, mandam fazer composição, com 30% do valor da dívida, coisa pequena. Coisa grande todo mundo se "borra" de medo. Porque é Cidadela porque é DM, porque é XINGU, porque é não sei o que. Eu tenho que decidir a operação de R$50,00 com a, eu vou receber.

Nilton – Isso Alaor, nós não estamos renegociando R$4 bilhões, nós estamos renegociando 3 ou 4 operações.

Alaor – E vai ter que renegociar R$1.786.000.000,00.

Nilton – Não tem problema, nós vamos partir pra isso também, já que foi concedido errado.

Alaor – Se dentro desse R$1.786.000.000,00, se dentro desse R$1.786.000.000,00, nós sempre perdemos 6 para receber 5, pra onde que esse Banco vai?

Nilton – Para a "merda".

Ricardo – Mas Alaor veja, o caso do Moinho São Jorge. Foi dado R$7.094.000,00 para o Moinho São Jorge, com garantia do trigo, o trigo desapareceu. Nós temos que ir atrás. Quanto foi dado lá em Umuarama, ninguém fala que é o dobro da dívida de todas essas aí, Soalgo e Algoeste.

Ricardo – Sumiu tudo.

Alaor – Nós vamos ter outras, você falou DM, nós vamos ter outras que não vai fazer por mais TBF. Porque nós fizemos a TBF para a Cidadela. A XINGU, porque isso aqui cinco minutos depois o Sr. RACHED sabe que passou a Cidadela, ele sabe, tranqüilo.

Batata – Então todos os outros empreiteiros vão saber.

Alaor – Mas todos, todos vão saber e aí nós não vamos ter que, e mais, penhor de máquinas de R$1.900.000,00 do RACHED, mais hipoteca R$700.000,00 e aqueles recebíveis que ele tinha onde é que está? Está faltando, some no meio do caminho.

Alaor – Vamos falar da XINGU.

Ricardo – Dá licença, posso contar uma historinha para vocês aqui. O único que acompanhou aqui seu Marquesini, em 1983 eu entrei no Banco estava sentado toda essa mesa aqui, e daí teve um Diretor novo que disse, executa todo mundo, põe no pau todo mundo, daí o seu Valmor Pícolo estava ai que era Assistente Financeiro lá ligou, qual é o Patrimônio Líquido do Banco? 30 bilhões de Cruzeiros.

Quanto esses caras devem ? 40 bilhões. Ele disse nós vamos quebrar o Banco, e nós viemos devagarinho, recebendo a conta de todo mundo, emprestou mau, vocês me desculpem, tem que beliscar devagarinho. O Sr. RACHED pegou um milhãozinho? Então vamos tomar um milhãozinho dele.

Batata – Recebemos R$1.905.000,00, e ele quer dar R$1 milhão.

Ricardo – Nós tínhamos aqui a HD, era a maior devedora do Banco do Estado. Eu passei a mão fiquei 4 anos recebendo deles. É, antes do CR Almeida.

Batata – Então veja bem só pra complementar, viu Ricardo?

Ricardo – Deixa eu falar, Batata. O negócio é o seguinte: Tudo isso aqui, o papel é muito bonito, é muito bonito, pega uma "porrada" de porcaria desse "troço" que não pode fazer não sei o que, que não pode fazer não sei o que, e não recebe nunca, nunca recebe entende? Então o "troço" não está funcionando. Agora o cara tem um milhão, deve 20 milhões, vamos buscar um milhão dele. O que acontece? Vamos contar, quem é que sabe , como é que foi feita a dívida do RACHED. Alguém conhece aqui? Então eu vou contar pra vocês.

Alaor – Mas só deixa eu dizer um negócio pra você. A última negociação que você estava aqui, você sabe disso. Era uma obra emergencial e ele ia pagar R$2.300.000,00 milhões, tinha uma procuração. Só que de repente, de repente essa procuração...

Ricardo – O problema é que os que devem pra nós, são mais malandros que nós e nós "chupamos o dedo" nós enchemos de parecer e ninguém decide "porra" nenhuma.

Alaor – Então na verdade o que é que aconteceu. Ele devia R$2.300 milhões e tinha que pagar R$2.300 milhões, porque tinha procuração, de repente o órgão que vai fazer o pagamento, não aceita a nossa procuração e ele recebe via BRADESCO.

Ricardo – Eu sei, o que é que houve. O seu José Richa chegou para o Jayme, o Jayme Lerner perguntou seu José Richa o que é que o Senhor quer. Eu quero que o Senhor dê a Estrada COPEL para o Seu RACHED. Perfeitamente, está aqui, está dada. O seu RACHED foi na Leasing tomou não sei R$4 ou R$5 milhões de reais, e sabe quanto tempo depois foi encontrado, depois de 3 anos foram dar o contrato prá ele, 3 anos depois. Ainda aconteceu o seguinte o Senhor Governador pensou que estava assinado, e assinaram o contrato de outro Estado lá na coisa. Então o homem quebrou. Eu não estou defendendo ele estou defendendo, vamos receber. Como nós recebemos no período do Governo do Richa, e vou dar um exemplo prá vocês da HD. HD naquela época devia US$ 5 milhões de dólares, que se multiplicar hoje vai para US$30 ou 40 milhões de dólares.

Aldo – Terminou Senhor Ricardo?

Ricardo – Não, não, eu quero explicar para eles entenderem. Tem cara mais malandro que a HD. Você conheceu o Alaor. O cara dava nó em pingo d'água, e nós recebemos praticamente tudo dele.

Alaor – O fato é o seguinte. O que está acontecendo no caso dessas empresas. Eles vêm aqui e sabem qual é a nossa fraqueza. Eles vêm aqui acompanhado dos nossos ex-colegas.

Alaor – Eu não sou contrário à composição, eu não sou contrário, agora veja...

Ricardo – Não é composição, você olha um monte de troço aqui, o cara fica sentado atrás de uma mesa sem experiência nenhuma.

Aldo – Senhor Batata, por favor, leva para o Comitê I, e decida primeiro no Comitê I. Está bom?

Batata – Vamos retirar de pauta.

Aldo – Mais alguma coisa ou não, Dr. Ricardo? Eu gostaria que os Diretores das Empresas do Conglomerado, alguma coisa? Não tem nada para contar para nós? D. Daros, nada?

Daros – Nada.

Aldo – Fundação?

Tadeu – Somente que amanhã nós faremos uma Reunião da Diretoria tem uma coisa boa.

Aldo – Tem. Amanhã, Senhores, a diretoria aqui reunida, está convocada para as nove horas da manhã, o Presidente convocou junto com o Secretário da Fazenda virá aqui para fazer uma reunião conosco. Então quem tiver compromisso, por favor cancele, porque às nove horas da manhã temos uma reunião aqui, com o Secretário, todos do Conglomerado certo?

Ricardo – Eu não posso vir.

Aldo – Está convocado, se Senhor não puder vir.

Ricardo – Quer que traga atestado médico?

Aldo – Não, não precisa, mas manda alguém da área, seria interessante. Bom, eu acho que é só isso, eu só queria comunicar os Senhores que nós fizemos uma reunião na sexta feira, isso é importante que os Senhores saibam, com os integrantes dos PABs que atendem que atendem os funcionários públicos. Estiveram lá o Senhor Cequinel, os dois Re-

gionais de Curitiba, os três gerentes das agências Bacacheri, Centro Cívico e Comendador, nós convocamos, desculpe, o Batata saiu-se maravilhosamente bem na reunião, gostei muito. Nós reunimos, mandamos convites para 55 funcionários, convite não, uma convocação, e compareceram 29. Então como vinte e poucos deixaram de comparecer, nós estamos marcando uma outra reunião, para mostrar prá eles como é importante a participação, porque? Porque dos 215 mil funcionários públicos que existem, nós não temos nem 10%, e os outros bancos, já foi apresentado aqui, os Senhores tem conhecimento, estão abocanhando uma fatia de mercado que é nossa. Que nós fazemos o mais pesado, que nós fazemos o mais difícil, eles vem e colhem isso nas nossas barbas. Então nós estamos primeiro tentando melhorar o serviço, porque o serviço do PAB, muitos funcionários públicos se queixam da prestação de serviço, nós vamos fazer uma reunião com os PABs que atendem a COPEL, a CELEPAR, a SANEPAR, e a Secretaria de Educação também, que é fora daqui do eixo Centro Cívico, começar com um impacto maior. E fui informado que é a primeira reunião que foi feita com os funcionários do Estado. Eu também fui informado de um fato que me deixou até preocupado, porque de um certo aspecto é engraçado, que o critério de escolha de quem vai para o PAB é incompetência, incapacidade, insubordinação. Então nas agências, é verdade isso, não é brincadeira. Nas agências o que tem de, quando é o pior da agência, o gerente diz, não, vai lá para o PAB. Muito obrigado Senhores todos e até amanhã as 9 horas.

BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A.
REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA
REALIZADA EM 24.03.98
MARÇO DE 1998

Batata – Nós passamos essa proposta da XINGU no Comitê um, tá, então ficou a decisão ali no final, que foi colocada essa proposta, de que maneira?

Batata – Somos favoráveis à proposta no valor de R$14.219.184,00.

Aldo – Não porque é bom explicar porque o Presidente não estava.

Batata – Então somos favoráveis à proposta no valor de R$14.219.184,00 mais a responsabilidade do CENPP R$2.634.737,27. Foi aquela operação que deu uma polêmica danada ai. Que mandou dinheiro pelo BRADESCO, a gente tentou segurar no BRADESCO e deu aquele bafafá todo. As garantias dessa operações, a COPEL, DERSUL, Penhor de Máquinas e Equipamentos de R$4.383.000,00, hipoteca de R$730.000,00, que era o que já existia, e mais essa procuração do CENPP. Na realidade dá quase R$4 milhões, porque ele já recebeu R$1.965.000,00. Amortização no ato de R$1 milhão, tá?

Aldo – Isso está escrito onde?

Batata – Ele não, na renegociação, ele dá R$1 milhão. A carta dele...

Aldo – Ele tem R$1 milhão.

Batata – Ele tem porque esse dinheiro era nosso. Era nosso, está aqui a carta dele oferecendo R$1 milhão; prazo 5 anos, ou seja 1 ano de carência, mais 4 anos. Amortização dos valores recebidos pela procurações dadas como garantia ao Banco no total da responsabilidade existente.

Neco – Batata, tem que cuidar, aqui na página 1/3, o item 10, a amortização dos valores não

Batata – As procurações, tem uma procuração DER/COPEL de R$6.420.000,00, tem uma procuração aí DER/COPEL de R$1.875.000,00, e tem uma procuração DERSUL que é R$4.015.472,95.

Neco – Essas são as garantias. Quero saber a dívida.

Batata – R$16.646.000,00.

Neco – A redação não está clara.

Batata – Não, mas eu entendi.

Elio – Vai acontecer o seguinte, se por exemplo nós recebermos aquela procuração de R$6.420.000,00 e nós tivermos próximo da amortização de alguma parcela, amortiza essa parcela, a diferença ele vai ter que cobrir, ele vai ter que dar outra procuração na diferença para nós liberarmos o total, caso contrários nós arcaríamos com tudo.

Batata – Eu concordo com você. Na realidade ela está mais, isso ai não tem problema porque a gente pode corrigir aqui.

Neco – Então vamos corrigir.

Sérgio – Foi uma esperteza dele, claro. Se ele receber esses R$12 milhões aqui e não tiver vencido nada nesses próximos seis meses, ele vai ficar com tudo.

Batata – Não, não. Nós só vamos liberar para ele o dinheiro porque essa procuração está conosco, se ele der outra garantia.

Aldo – Depois que eles pagam substitui por outra.

Gabriel – Isso tem que constar por escrito, depois que pago substitui por outra.

Sérgio - O que está escrito é o seguinte, ele vai receber do DER 2 milhões, se ele não tiver alguma coisa vencida, não, então tem que liberar também.

Neco - Então libera.

Aldo - Então só nesse item aqui, tem que incluir aqui...

Batata - Tem que fazer Emanuel uma. Vamos fazer de uma maneira... Veja bem, essas procuraçõ-es quando é DER/COPEL não, porque a Lilian passa pelo CENPP todo dinheiro liberado e ela monitora todo dinheiro passa pelo Governo Estadual. O problema é essa do DERSUL, é outra história.

Batata - Eu escrevi aqui Dr. Aldo: Amortização dos valores referentes as procurações dadas como garantia ao Banco, se dará da seguinte maneira, dois pontos.

Aldo - Aí estabelecemos um roteiro. Procuração do DNER/COPEL data de tanto, amortizará tal valor. DER/COPEL amortizará tal valor.

Gabriel - Essa redação ele aceita?

Batata - Aceita. Nós discutimos em 4 Diretores.

Elio - Na COPEL aqui não tem problema, porque o dinheiro transita no Banestado.

Batata - O único problema que tem aqui na COPEL é se o Secretário pagar por fora pra ele.

Elio - Quer dizer, a do DER e da COPEL a preocupação não é tanta, porque o dinheiro vem pra nós.

Aldo - Aí é que está, as vezes a ponta não controla. O gerente da ponta não fica sabendo.

Elio - O Pessoal do CENPP controla muito bem.

Aldo - O CENPP tudo bem.

Gabriel - Se alguém for na COPEL com uma procuração e falar olha, quando for receber isso aqui, deposita na minha conta porque eu tenho uma procuração.

Elio - Mas passa pelo CENPP. Não a procuração é nossa.

Gabriel - Mas se ele deu pra outro, outra procuração igual.

Aldo - Mas ele já fez uma vez isso.

Gabriel - Pode dar pra outro.

Elio - O que ele fez, ele foi lá em Brasília, no DNER, deve dado algum pra alguém pra fazer aquilo.

Aldo - Ele pode se sentir no direito de fazer novamente. Essa é que é a preocupação, nós temos que amarrar melhor isso.

Sérgio - A Prefeitura deu uma procuração pra nós recebermos um contrato aí, nós consultamos o Dr. Fausto, ele falou pra pessoa que não podia, sob pena de o Banco pagar duplicado.

Gabriel - E a gente não pode, não sei se seria o caso, mas em todos os casos, porque a COPEL e o DER registrasse a operação na ordem de preferência, a primeira que registrou, porque a procuração que ele deu pra nós ele pode dar para o BRADESCO, não pode? Mas Dr. Aldo, eu digo que todos os empreiteiros são desonestos mas tem aquela piadinha, mas todos os desonestos são empreiteiros. Então é difícil de, quer dizer, ele já tapeou a gente uma vez, ele agiu mal. Agora isso aqui 16 do 02, se a gente não acertar, está de uma forma que foi feito tudo ontem. O que falta é esclarecer bem esses itens. Isso representa R$40. Milhões para nosso CL, e o que sai do CL, melhora o nosso PL.

Aldo - Por favor, a proposta, tem DM.

Batata - A DM que chegou ontem à tarde mas a gente fez questão de conversar com alguns Diretores prá passar também, porque é mais R$15.000.000,00 aqui também, que nesses três casos aí são R$50.000.000,00 de renegociação e tem mais a parte do Elio lá ainda também que tem que passar. ECC Não Rotativo R$15.000.000,00; Prazo 365; Taxa TBF "Seca". Ele fez uma carta aqui para o Banco do Estado. Ele já tinha conversado anteriormente até com o Presidente, com o Alaor, conversou comigo várias vezes, conversou com, eu acho que com quase todos os Diretores também. Então veja bem, o que é que ele está propondo pra nós. Ele deve R$32.507.044,00, e o que é que a gente fez, veio a proposta da Agência que fez a carta, então veja bem, ele deve uma operação de R$8.000.000,00, que está em R$12.059.176,00, deve uma operação de R$5.500.000,00, que está em R$5.803.524,00, deve operação de R$1.700,000,00, que está em R$897.000,00. Esses, o capital era R$15.200.000,00, e hoje está em R$19.760.317,00. Foi feito um recálculo, porque está vencida algumas dessas operações, com taxa do próprio contrato, que se chegou em R$18.523.108,23. Ele vai pagar o juro que dá R$3.323.108,53, e mais R$200.000,00 do capital, que ele vai, ele quer retomar os R$15.000.000,00, um ano de prazo, pagamento de juro e capital no final. E fica só o FINAME prá renegociar, eu acho que o Elio vai trazer.

Elio - Aqui em cima está, da R$3.553.000,00 e no meu R$3.323.000,00.

Batata - Mas ele vai pagar mais R$200.000,00 do capital, que era R$15.200.000,00 do capital né? Das três operações, e daí fica só R$15.000.000,00. A COPEL deverá manter aplicação financeira de

igual valor durante a vigência da presente operação com remuneração de 60% do CDI, para viabilizar a taxa da TBF "Seca" conforme negociação mantida com a DIRCO. Ele quer pagar só o juro final porque termina essa negociação, essa obra termina o ano que vem, e segundo a Agência aqui que também colocou aqui, conversou com ele, a gente também conversou com ele, essa obra aqui vai, olha aqui, pelas informações que obtivemos junto à Empresa, contrato entre a COPEL e DM, deve encerrar em dezembro de 1998, porém a obras deve se encerrar definitivamente em junho de 1999, e o saldo a receber da COPEL gira em torno de R$90.000.000,00, mais um possível reajuste poderá ser aprovado pela COPEL de R$20.000.000,00, ele escreveu aqui: desconhecemos os valores necessários para acabar a obra. Na realidade esses R$20.000.000,00 é uma diferença, segundo ele foi feito um levantamento por uma empresa credenciada ele está alegando prejuízo, então ele conseguiu provar isso aí junto com o pessoal da COPEL e está sub-judice isso aí, o pessoal da COPEL ficou de realmente estudar e ver o que é que pode ser pago pra ele, né, até porque o Governador quer inaugurar agora antes da eleição.

Aldo - A COPEL vai depositar no Banco mais R$15.000.000,00, mas vai aceitar uma remuneração menor, pra compensar a TR. Eu faria duas observações Batata, primeiro eu tiraria essa, da Ata TBF "Seca", porque fazer "Seca" aqui.

Batata - Mas ai a Mesa colocou TBF "Seca". Eu tiraria o "Seca".

Aldo - Eu não colocaria na ata essa aplicação.

Batata - Tirar. Eu também, veja bem, Como a mesa de negócios.

Aldo - Tira daqui mas não tira da aplicação.

Batata - Como a Mesa colocou isso aí, a Mesa dá o parecer dela e a gente vai segundo o parecer dela.

Elio - Aí eu concordo, você poderia deixar, por exemplo sem os 60%.

Gabriel - Mas eu acho que, olha mesmo assim, se a COPEL sofrer uma auditoria lá, aí você pode achar um favorecimento pra um ou prá outro.

Batata - Pode achar não, vão achar.

Gabriel - Porque ela está garantindo uma dívida de empreiteiro, a COPEL não pode isso, eu acho que eu tiraria.

Batata - Sabe porque nós colocamos aqui, porque de repente a gente não coloca casos dessa natureza, o pessoal vai dizer não, não você está omitindo, então a gente colocou tudo.

Aldo - Não, foi bom ter colocado.

Batata - Foi colocado até a título de conhecimento.

Aldo - Porque esteve aqui esses tempos o Presidente da COPEL e o Diretor Financeiro. Mas essa medida tem que ser concomitante, assinou e deposita.

Batata - Exatamente. Eu conversei com o financeiro.

Aldo - Tem que saber onde é que está esse dinheiro.

Batata - Na realidade esse dinheiro...

Paulo - Falando em dinheiro, Dr. Aldo eu acho que o Valdemar tem razão, que se tira ali o negócio de 60%, mas diz pra COPEL que vai manter.

Valdemar - Prá nós Banco, é bom constar essa informação, porque afinal 60% esta boa também.

Aldo - Pois é alguém me falou certa vez, parece que o Banco Central não permite esse tipo de casamento eu não sei, parece meio incestuoso. Teria que ver esse caso.

Elio - Você acha o que? Melhora ou prejudica?

Valdemar - Não eu acho que nós o pessoal quer uma operação melhor para o Banco essa informação. Não é uma operação que o Banco vai ser lesado.

Batata - Prá nós é um bom negócio.

Paulo - Essa informação ela, agora, excluímos essa informação.

Aldo - Tem que ter por expresso isso na ata.

Valdemar - Não eu acho que, prá nós eu deixaria isso aí, agora...

Batata - É pra nós não tem problema nenhum, pode dar problema pra COPEL.

Elio - Batata, isso aqui...

Gabriel - Porque a COPEL aplicar 60% do valor financiado aqui é uma negligência do aplicador no sistema financeiro.

Batata - Apesar que ela pode justificar pelo serviço que a gente presta para ela.

Gabriel - Não tem justificativa, isso é que nem comprar precatório.

Elio - Para o Banco Central é setor público.

Batata - Não, não porque a Empresa não tem nada a ver com o setor.

Elio - Não é a Empresa mas a garantia que está sendo dada.

Batata - Não é garantia da COPEL, a COPEL não está dando garantia, ela está tendo , uma funding pra nós, prá viabilizar, porque ela tem interesse no término da obra e...

Gabriel - Um funding pra nós. E acho que não pode ser registrado.

Batata - Vocês que sabem.

Gabriel - Isso é um acordo básico, eu acho que não deve ser registrado.

Batata - Vamos tirar, né. Eu acho que prá nós não pode mas pode pra COPEL a não ser, aliás. Conclusão da Diretoria reunida então, excluir os 60%? Só deixar a COPEL ali?

Gabriel - Tira da Ata né?

Aldo - Valdemar, argumente mais aí nessa...

Valdemar - O meu ponto de vista

Aldo - O que é que você acha? Desculpe...

Valdemar - O meu ponto de vista é o seguinte, corre o risco de alguém vir fazer uma auditoria da COPEL e descobrir aqui, não tem? Agora nós sermos questionados, que isso aqui não vai trazer problema prá nós, muito pelo contrário vai mostrar que a operação é melhor para o Banco.

Batata - Essa informação...

Paulo - Há um ano não é a mesma administração da COPEL, eles podem também sair disso aqui, ou seja, ficar com o ITAU, um exemplo.

Elio - Batata, qual é o custo acumulado na PPO?

Batata - Na PPO? Deixa eu dar uma olhadinha para ver se eles colocaram, não aqui não traz.

Elio - Se colocaram na PPO, tem que excluir na PPO também.

Sérgio - Precisamos ouvir o Presidente aqui na...

Batata - Não, não consta não.

Elio - Não consta?

Batata - Na realidade eles não tem nem dinheiro, eles não tinham nem conhecimento.

Neco - eu acho que o item 4 deve ser retirado inteiro.

Batata - Aprovado, retirando o item 4 e TBF "Seca"

Aldo - Eu também acho.

Elio - Porque veja bem, isso é um acordo entre as duas diretorias.

Gabriel - Tira a TBF também ou não? Só o "Seca", né?

Batata - Só a palavra "Seca" aliás eu nem sei porque escreveram essa "porra" aí. Eu acho que uma taxa ótima, uma taxa básica de financiamento é muito melhor que TR. Não digo "Seca", a palavra "Seca"

Neco - Batata, eu pediria aos Senhores nessa página que, não sei número de página que é mas no item 4, tirar todo o parágrafo. Excluir esse troço.

Elio - Excluir todo.

Gabriel - E remunera.

Batata - Excluindo o item 4 da Mesa de Negócio, né? Exatamente. Porque isso aí no acordo é um fio de bigode né? Vamos dizer assim né?

Sérgio - Ele não pode fazer, ele está lesando o interesse da COPEL.

Gabriel - Agora que o mutuário, no caso dele não saiba disso.

Batata - Não ele sabe.

Gabriel - Não ele não sabe que nós estamos retirando isso da Ata.

Neco - Então a respeito da COPEL ali na folha no item 8, mais ou menos na metade a operação da ordem de R$8.500.000,00. Parecer, eu não lembro do empréstimo R$1.679.974...

Batata - É R$5.500

Neco - Eu queria que explicassem, essa operação quitou duplicata, e o Banco descontou duplicata e o Banco estornou prá ele?

Batata - Olha aqui, essa operação foi iniciada em 14.04.96

Neco - Você que estava em Maringá nessa época.

Batata - Não, não. Eu estava em Maringá mas não foi feita em Maringá não, foi feita aqui em Curitiba na Agência Bacacheri. Isso aí, lembra aquela história do Shopping, o Shopping quando foi feito leasing, era para pagar essa duplicata aqui e que essa empresa ia descontar. Acontece que eles liberaram o dinheiro aqui, não se conversou Leasing e a Diretoria aqui, e deram o dinheiro para a Empresa. Porque nós fizemos uma, uma das coisas que na época foi feita a operação, porque já existiam operação de R$4.000.000,00 que é a ação que a DM tem até hoje contra o Shopping que é dessa duplicata não paga. O cara tirou o dinheiro, quer dizer, o dinheiro está tudo na nossa mão de negócios, não falaram, certo.

Neco - A duplicata é emitida pela ASPEN PARK?

Batata - Emitida pela ASPEN PARK.

Neco - Deve ser prestação de serviços que a empresa fez para construir

Batata - É a DM fez prestação de serviços.

Neco - Agora, como que nós não estamos sabendo de um volume desses não passou pela Diretoria?

Batata - Não, eles conversaram, o pessoal da Leasing conversou, só que ligaram prá nós depois que já tinham tirado o dinheiro, o dinheiro foi liberado aqui em Curitiba, portanto foi liberado aqui na agência Bacacheri. Era liberado aqui pelo Bacacheri.

Neco - O gerente tinha alçada de R$6.000.000,00?

Batata - Não, foi autorizado pela Diretoria, Presidente.

Neco - Mas como a Diretoria faz, sabe que é da Leasing?

Batata - Mas é isso que eu estou dizendo, é tudo dentro da mesma casa, o Senhor entendeu? Nós mesmo liberamos o dinheiro para o cara e não pagamos nossa dívida. O Senhor entendeu?

Aldo - Abril de 96?

Batata - Abril de 96. Não, não sabia estava tudo as mil maravilha.

Paulo - Estava começando a explodir.

Batata - Na realidade explodindo aqui por um pessoal que sabia, a gente que estava fora daqui não sabia.

Neco - E estou me informando aqui, porque eu me lendo, recebi um processo ASPEN PARK pela Leasing, é anterior ao problema da ASPEN PARK.

Batata - Esse valor quando foi liberado, até foi conversado com o pessoal da Mesa aqui,

Neco - Então na ASPEN PARK, vamos supor é R$10.000.000,00 na Leasing. R$8.000.000,00?

Batata - É foi feito na época era R$8.000.000,00. Hoje deve ser uns R$14.000.000,00. R$8.000.000,00, e dos R$8.000.000.00 iriam pagar essa dívida, eles já tinham no Banco do Estado desconto de duplicatas, esses R$4.000.000,00 aqui, R$6.000.000,00, o Senhor me entendeu? Quer dizer a Empresa iria pegar R$2.000.000,00

Neco - A DM pagou pra eles e a DM não pagou pra nós.

Batata - A DM, julga-se que a DM fez o trabalho com a ASPEN PARK, do Grupo, veio no Banco do estado, o Banco descontou porque sabia que a Leasing iria liberar o dinheiro pra eles. Só que a Leasing liberou e não avisou estou liberando aqui, debite a duplicata o Senhor me entendeu? Aí nós ficamos com duas dívidas o ASPEN ficou devendo e a DM ficou devendo, e ficou devendo pro Banco do Estado. Então é uma barbaridade né? Fazer o que?

Neco - Eu estou ficando escolado.

Batata - Não, olha isso aqui foi a maior pateada que eu já fiz na minha vida, agora saber o que é que aconteceu fica difícil.

Paulo - A hipoteca também.

Batata - A hipoteca também, veja bem foi feita aqui em Curitiba e não quiseram hipoteca....

Batata - Com exclusão do Item 4.

Emanuel - Exclusão do item 4 por completo, e deixa só a TBF, nada de "Seca".

Batata - Isso, do item 4 do parecer da Mesa de Negócios né?

Aldo - E ali na Mesa de Negócios, também operação proposta da COPEL, também retira a palavra "Seca"

Batata - Todos "Seca".

Aldo - O que fala em "Seca" aí

Paulo - Molha toda ela.

Batata - Isso é no item 2 excluir onde existe, eu não sei porque que escreveram "Seca", tinham que escrever pelo mesmos molhado então, porque eu acho que, escrever "Seca".

Emanuel - Excluir todo esse item 4, transcreve...

Batata - Só que daí você transcreve do jeito que está aí.

Emanuel - Transcreve-se o parecer da mesa e a decisão da Diretoria diferente disso. Ou já na própria...

Batata - Espera aí, não, você tem que tirar se não fica na Ata você vai deixar vestígio.

Emanuel - Pra não deixar vestígio tem que tirar o próprio parecer da Mesa?

Batata - O próprio parecer da Mesa.

Emanuel - Então você tem que pedir para eles refazerem esta proposta aqui.

Batata - Você vai ter de refazer...

Neco - Eu queria dar uma sugestão aqui no item 2, assim redigido: pagamento dos encargos nesta data totaliza R$3 milhões. já recalculado expurgando-se a mora. Eu quero dizer o seguinte, o pagamento dos encargos, expurgando-se a mora, os encargos que nessa data totaliza, que nessa data já recalculado totalizam R$3.303.000,00. Inverter, só para dar mais ênfase.

Paulo - Inverter, prá dar mais ênfase.

Batata - Veja bem, o parecer deles... Nós não podemos mexer no parecer deles.

Gabriel - Porque? Nós podemos retificar. Não senhor, a Diretoria aprova da seguinte forma, seria eliminado aquele item 4.

Batata - Nós como é a Mesa que está aqui, o que a gente pode fazer, é olha o item 4

Gabriel - Não há necessidade de decidir, o critério é o seguinte, não veio para a Diretoria homologar?

Batata - Certo.

Aldo - A Diretoria homologa através de uma nova redação.

Gabriel - Exatamente.

Aldo - Refaz a redação.

Batata - Deixa eu só repetir, é isso que ele está dizendo. É porque se a gente aprovar do jeito que você está falando, nós vamos aprovar mediante isso sim, só que se nós não mexer, vai ficar escrito aqui com o parecer deles, então nós vamos ter que mexer.

Gabriel - Eliminar o item 4.

Neco - Batata, ontem eu ouvi dos funcionários lá de Londrina, um tal de INOC.

Batata - Não, isso não existe mais não.

Paulo - Deu alguns PAs esse tal de INOC, ai.

Batata - Nós éramos contra porque o seguinte: o que a gente não quer pra gente, a gente não deve desejar para os outros. Por exemplo. Imagina que você ter uma conta no Banco e forem debitar uma coisa prá você, eu fico puto da vida se acontecer um negócio desses.

Neco - Eu não, eu gosto. Eu pediria um, favor ao Cequinel, que está respondendo pela Diretoria de Recursos Humanos, assunto referente a Empregados à Disposição da Associação Banestado.

Valdemar - A Associação pede a manutenção da disposição dos funcionários e isso fica uma coisa pendente conosco quanto a esse pagamento. Então "a pedido da Associação Banestado, autorizando a disponibilização de empregados para prestar serviços àquela Associação, sendo que as despesas de pessoal tidas com esses empregados seriam arcadas pelo Banestado por um período de 180 dias, cujo o término se deu em 12.12.97" Lista dos Empregados: "O Banestado têm um custo total mensal com os empregados acima citados, no importe de R$38.129,39 base de janeiro, já acrescidos os encargos. Informamos que os ressarcimentos dos valores devidos pela Associação Banestado relativo às despesas dos empregados que estão ou estavam à disposição daquele órgão após o termino do período de 180 dias acima citados, ou seja, 12.12.97, encontra-se pendente até a presente data. A Proposta da Associação: a Associação solicita a manutenção da liberação dos empregados até dezembro de 98, comprometeu-se a efetuar os ressarcimentos das despesas a partir da folha de pagamento de março de 98, através de dedução dos créditos referentes ao contrato de utilização das instalações da Colônia de Férias de Praia de Leste", para nosso treinamento. E a proposta da DIRHU. Nós conversamos com o Presidente, a DIRHU, está fazendo a seguinte proposta, ele concorda com a proposta da Associação, mas sugere, que os débitos anteriores relativos aos ressarcimentos, e que encontram-se pendentes dessa data, sejam transformados em créditos para outros usos futuros junto a AB conforme a base. Dezembro R$14.000.000, janeiro, R$38.000,00, fevereiro R$37.000,00, total de R$90 mil. Na cotação do dólar, hoje nós teríamos um débito de R$80.272,00 com a Associação Banestado.

Batata - Boa idéia essa.

Neco - Então nós podíamos ficar com esse crédito, essa é a minha opinião, sugestão, poderíamos usar o hotel deles.

Valdemar - Isso, conforme vai usando vai amortizando.

Neco - Vai amortizando, inclusive com aqueles cursos lá em Pontal, na Praia de Leste, não precisa cobrar tudo de uma vez só, cobra em duas, três vezes. Mas deixar de cobrar não. Eu queria submeter aos Senhores para apreciação, para aprovação a proposta da DIRHU, quem estiver de acordo que permaneça como está caso contrário que se manifeste. Então está aprovada a proposta da DIRHU. Agora assunto da Presidência. Esse assunto da Presidência, eu queria conversar a respeito dessa apreciação da publicidade que está sendo solicitada através do Shalapak e Juracy Moreira, na folha 6/1, o volume que se gasta. Nós temos dois compromissos, um com o Banco Central de reduzir o custo de adequação e o outro que é conter os gastos, e também o compromisso a permuta das horas extras assumidas para reduzir custos de patrocínio com publicidade. Então eu gostaria de solicitar nós retirarmos esse assunto aqui que são vários assuntos eu e o Dr. Aldo. Para ver qual e a expectativa do Palácio do Governo com relação a este ano, é um ano político, e aqui também nós temos uma informação só do Shalapak, não tem do Palácio, a Assessoria de Comunicação aqui do Banco é muito vinculada a compromissos com o Palácio do Governo e eu não estou em condições de apresentar aos Senhores, porque eu não tenho as informações. Esse assunto vai ser tirado de pauta e o outro fica prejudicado. Isso aqui fala só o que foi aprovado em Agosto de 1997 e proposta para Agosto de 1998. Só os veículo de comunicação, mas não fala os valores.

Emanuel - Perdão, Presidente essa é uma abreviatura de AGO - Assembléia Geral. É publicações aprovadas na AGO de 97, Assembléia Geral. Ordinária.

Paulo - Isso aqui eu acho que não tem problema de aprovação porque é só o órgão que vai veicu-

lar as informações oficiais do Banco. E essa distribuição aqui é uma distribuição eqüitativa por órgãos da imprensa.

Neco - Então eu vou submeter para votação. Primeiro deixa eu fazer uma correção na folha 4, é Folha do Paraná não é Folha de Londrina. Também na folha 4/1, aonde se lê Folha de Londrina, leia-se Folha do Paraná.

Emanuel - É nós colocamos uma observação que ela circula com outro nome. Em Londrina ela circula Presidente, como Folha do Paraná também?

Neco - Tem a página de Londrina, não tem mais a Folha de Londrina, com a Folha do Paraná. Imprensa Jornalística Folha de Londrina mas o nome fantasia é Folha do Paraná. Então vou submeter aos Senhores da página 4 - SEGER, Publicações Legais do Banco do Estado do Paraná e das Empresas Banestado e Ligadas referentes a 1998. Quem estiver de acordo que permaneça como está caso contrário que se manifeste. Então está aprovada, conforme as observações de alteração dos nomes reais dos jornais e veículos de comunicação. Aprovado.

Batata: Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR, tem uma reforma, era R$3.000.000,00, veio baixando R$2.497.000,00 que recebemos, também ele não tem limite, não tem coisa pública na operação feita dentro da margem de endividamento.

Paulo - Só uma pergunta, podemos operar com a CELEPAR?

Batata - Não, não pode. Mas já existia essa operação. Mas não tem outra alternativa, não pode, a CELEPAR já devia R$3.000.000,00 pra nós, foi até conversado com o Giovani e com o pessoal da CELEPAR eles estão baixando.

Paulo - Quem que veio o Augusto?

Batata - É, foi conversado com o pessoal da CELEPAR pelo CENNP. Na realidade essa operação não poderia ser feita lá no passado, foi feito, quer dizer, é uma das poucas operações que não pode fazer porque é do Estado. Então, mas isso ai é de conhecimento do próprio Banco Central, foi feito lá atrás, só nós resta, a gente tentou liquidar tudo isso aí, fazerem em outro Banco, foi conversado com o Giovani mas não tinha também como liquidar a operação.

Neco - Batata, eu queria levantar uma questão aqui, o Carlos Xavier Simões eu sei uma operação foi salientado na operação para que se aprovasse, mas eu só quero umas informações. Aqui estão dizendo valor ECC Não Rotativo R$400.000,00 e o total das responsabilidade está R$429.014,00.

Batata - Na realidade esses R$400.000,00 Presidente, ele nem foi feito essa operação, vai vir outra de R$469.000,00 já foi totalizado, inclusive porque a gente tinha mandado R$400.000,00 para ver se ele pagava os juros, mas ele não teve dinheiro daí veio outra, outro pedido de R$469.000,00, já co-autorizado uma de R$469.000,00 para ele baixar. Eu acho que até que a Maria Odete conversou com o Senhor a respeito disso. E o Giovani ligou pra mim, eu disse não seu Giovani já foi, porque na realidade ele não queria assinar a reforma aí o Giovani ontem me ligou e falou Batata, ele está aqui na minha frente, então ele falou que vai assinar, então você fala para a Maria Odete aí, eu falei com a Lu e ele foi lá no Banco assinar ontem.

Neco - Esses dois assuntos, esse aqui específico e o outro do AT, quando foi que o Giovani estava aqui, chegou o Secretário do AT e eu saí e eles conversaram e ficou acertado, como eu não sei.

Batata - Foram conversar comigo, mas eu não estou sabendo. O que eu estou sabendo é que o Giovani, o Nilton Mariano, eu falei com o Nilton ele disse que conversou com o Giovani e o Giovani falou não, isso aí eu não quero saber.

Neco - Ele falou isso ?

Batata - Falou para o Nilton.

Neco - Precisamos conversar.

Batata - É verdade. E então ficou, pelo menos o que o Nilton disso isso, desse pra mim. Até o Nilton falou poxa, na hora de fazer e agora o Secretário falou isso eu não sei o que é que vai ser feito. Aí seria importante conversar com o Nilton na hora que ele voltar de, pelo menos foi o que ele me disse para nós no Comitê, eu não sei se vocês estavam presentes.

Neco - A informação é que era para renovar a operação, foi o que dito e foi renovada.

Aldo - Qual é o valor, é quatrocentos e?

Neco - R$434.000,00.

Batata - Não, na realidade essa operação foi até autorizada a reforma, não no nome da Empresa.

Neco - Foi dividido em três empresas.

Batata - Não, foi feito numa só.

Elio - Eram três empresas, dois milhões e pouco, onde entrou os precatórios aonde passou para esses seiscentos e poucos.

Batata - Isso foi o ano passado.

Elio - E aí ocorreu o erro nosso. Porque nós renovamos com uma taxa de 5% ao mês justamente pra..

Batata - Essa aí que é a, você administrou com o Nilton né? Que o Senhor tinha pedido, não sei

como é que foi feito sinceramente. O que eu posso dizer é que essa semana o Nilton falou que tinha conversado com o Secretário sobre essa operação, então, pelo menos foi o que ele me falou. Teria que comprovar com o Nilton, conversar com o Nilton pra ver se é isso mesmo.

Gabriel: LAVIOLETERA foi ate uma discussão, não bem uma discussão porque eu até me dou bem com ele o Valdir Gerente da Comendador, ele diz que nós indeferimos uma operação para a LAVIOLETERA por causa da reciprocidade, que essa operação tinha garantia excelentes e que a Empresa tinha limites, eu disse pra ele que essa operação jamais passou pelo Câmbio, pela Diretoria pelo menos e ele disse que tinha e eu falei que não tinha, tinha, não tinha, tinha, não tinha, e depois eu fui verificar e ele tinha razão só que eu não tomei conhecimento dessa operação. Essa operação foi indeferida pelos caminhos antes de chegar a Diretoria e não é alçada que eu sei de deferir abaixo da Diretoria. Então eu pedi para o pessoal colocarem nessa pauta para a Diretoria tomar conhecimento de que é uma falha da minha área e eu não tinha conhecimento. E serve pra gente analisar o seguinte, de que as coisas tem que valer no Banco para todo mundo igual e não prá uns vale e pra outros não vale. Essa Empresa tem pelo mesmo Limite implantado de R$1.000.000,00 e prá essa não pode dar e prá outras que não tem nada dão. Eu não conheço a Empresa.

Paulo - Eles são donos da Agência da Comendador

Gabriel - É eles são donos do prédio.

Gabriel - Isso veio pra cá para eu dizer aos Senhores, me penitenciar porque é uma falha minha e que eu corrigi, espero que tenha corrigido, mas prá ver como, eu disse olha eu não sou do Banco, eu não sou da Folha de Pagamento do Banco não sou funcionário mas eu gosto do Banco que nem vocês porque tem gente que diz eu acabo concordando nós não mandamos no Banco, pelo menos os alienígenas. Somos em três.

Paulo - Vamos nos esposar dessa sua.

Paulo - Eu acho que foi indeferido porque ele tem respaldo e vai pagar.

Paulo - Essa Empresa aqui é a maior proprietária de imóveis no centro de Curitiba.

Gabriel - Não, é imóveis do Banco. Aonde está a Agência Comendador é deles.

Paulo - Onde estava a Corretora.

Gabriel - Então são essas falhas eu trago para conhecimento dos Senhores, quando um empresário faz uma proposta ou da administração ou de um nível assim de decisão inferior, não inferior no sentido da palavra, mas na hierarquia, então eles resolveram indeferir porque, mas eu já pedi para que essas coisas não ocorram mais. Porque não quiseram dar, dão para quem não tem nada de limite e deixam de dar para quem tem. Eu trouxe aqui só para conhecimento, mas concordo que não é o fato de indeferir. Eu não tinha conhecimento disso como advogado.

Elio - Com relação ao FDE, eu coloquei parte dos meus técnicos para fazer cobrança nas Regionais, e agora na hora do almoço o meu Gerente de Divisão me falou nós vamos ter que puxar os nossos técnicos de Londrina e Maringá, porque o que está acontecendo. O pessoal chegou lá e as duas GEREGs disseram que não precisam, que já estão fazendo lá por conta deles, querem autonomia porque eles não vão ter como negociar o custo do FDE, e o que me deixou mais preocupado foi o seguinte pegam toda a dívida da empresa, estão pegando, pegam os recursos que entram jogam todo para carteira comercial e nada para o FDE porque é como eles dizem, então para o FDE não vem nada. Isso me parece que em Umuarama também está a mesma coisa. E a outra que me deixou mais preocupado ainda é com relação a Cascavel, isso a proposta está aqui. O ano passado eles já fizeram uma negociação com uma empresa chamada VARGUINHAS COMÉRCIO E TRANSPORTES, nós descobrimos por acaso, quando apareceu uma cópia do contrato na Divisão. Eles liquidaram dois FINAMEs, você conhece Valdemar.

Valdemar - Conheço.

Elio - Liquidaram dois ou três contratos, fizeram contratos com TJLP, contratos viciados, que já foram feitos, contratos iniciados e que se formos executar, não se recebe porque é proibido por lei só pode se usar...

Elio - Contratação do seguro da frota, 43 itens com 1, prêmio total de R$66.000,00. Quer dizer, eles estão dando um desconto de 72% na dívida do FDE e estão fazendo o seguro de R$66.000,00.

Batata - 72%?

Paulo - Quanto é que é a comissão?

Elio - Eu não sei, aí que está o detalhe. Quer dizer, nós FDE, o FDE vai ter que assumir um alíquota em R$72.000,00 e eles vão fazer um seguro de R$66.000,00. Eu vou simplesmente vão indeferir isso aí.

Neco - Sem dúvida, lógico.

Elio - Quer dizer, o que dá para ver, damos um desconto de R$72.000,00 eles fazem um seguro de

R$66.000,00 e tudo bem. Quer dizer é esse o tratamento em muitos casos aos recursos que são do FDE.

Neco - Tem que ver com quem é padrinho dessa SUREG.

Elio - Cascavel eu não sei.

Gabriel - O Ricardo é o padrinho da recuperação.

Valdemar - O Ricardo está fazendo a campanha.

Batata - É a mesma.

Elio - Esta está no papel, os técnicos estão colocando eu pedi para eles fazerem um relatório o que é que está acontecendo efetivamente para passar para o Senhor.

Neco - Por favor.

Elio - Me preocupa muito, porque nós estamos dando um tratamento que não é do nosso ramo, que era problema nosso, transferimos ao FDE e agora me parece o seguinte, joga embaixo do pano, embaixo do tapete porque o FDE vai bancar. Quer dizer, é o que está acontecendo, está havendo o Saneamento do Banco.

Batata - Será que isso aí é uma verdade? Será que é concreta, eles estão fazendo só as outras FDE não?

Elio - As outras estão fazendo lá e aí o que acontece, o FDE não recebe nada, eles rolam no ritmo que eles querem, não é isso, aí que está o detalhe.

Batata - Aí é que está o detalhe. Então quer dizer, estão dando tratamento totalmente diferente e isso me preocupa. É isso aí.

Neco - É mas tem que orientar esse negócio, tem que dar uma dura neles não é assim não.

Gabriel - Nós vamos fazer um relatório ai nós traremos e entregaremos ao Sr. e ao Dr. Aldo.

Valdemar - Existe um estudo que diz o seguinte, quando o cara ganha dinheiro ele lembra no máximo dois anos, então ele ganha uma viagem, lembra quinze. Então o efeito digamos numa viagem que ele vai com a família e tudo mais, é bem maior, agora sempre vai existir isso aí. Mais tem um cara que quer de uma forma e outro quer de outra, teve um que ligou agora para nós fazendo uma sugestão.

Batata - Não consegue concertar o mundo.

Valdemar - Não, mas está o regime lá tem estado no Paraguai, numa dessas acontece alguma coisa.

Aldo - O máximo que pode fazer é prender.

Paulo - Eu falei isso porque ele falou quinta feira que ele estava preocupado em pegar a viagem porque ele podia ficar preso lá.

Valdemar - Na realidade ele está querendo Nova Iorque, ele está querendo Nova Iorque.

Batata - Eu também. Eles dão prêmio para Diretor também?

Paulo - Pode sortear de repente, nós estamos comprando 20 passagens, conseguir uma a mais o Senhor é Diretor aí.

Aldo - Alguém mais tem alguma. Não?

(*) Emendas

oferecidas ao

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL

Autor: Presidente da República

Nº 41, de 1998-CN

"Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999"

(Mensagem nº 603/98-CN nº 1.049/98, na origem) (Mensagem nº 768/98-CN nº 1.341/98, na origem) – encaminha, em aditamento, modificação.

(*)Publicadas em suplemento à presente edição.

COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 518, DE 1995-SF, DESTINADA A **"ESTUDAR A REFORMA POLÍTICO-PARTIDÁRIA"**.

Ata da 7ª Reunião, Realizada em 26 de junho de 1997.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia vinte e seis do mês de junho do ano de um mil novecentos e noventa e sete, na sala número treze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Humberto Lucena (Presidente), Sérgio Machado (Relator), Edison Lobão, Leomar Quintanilha, Mauro Miranda, Freitas Neto, Eduardo Suplicy, Francelino Pereira, Levy Dias e Jonas Pinheiro, reúne-se a Comissão Especial destinada a **"ESTUDAR A REFORMA POLÍTICO-PARTIDÁRIA"** com o objetivo de continuar a apreciação e votação do Relatório Final. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Humberto Lucena, declara abertos os trabalhos. A seguir, a Presidência, concede a palavra ao Senhor Relator, Senador Sérgio Machado que inicia a discussão do Relatório sobre o tema: Imunidade Parlamentar e Financiamento de Campanha. Usam também da palavra para discussão do Relatório os Senhores Senadores Mauro Miranda, Francelino Perei-

ra, Humberto Lucena e Freitas Neto. E, considerando a existência de alguns pontos polêmicos, a Comissão deliberou adiar a discussão e votação do item Financiamento de Campanha para a próxima reunião. Finda a discussão sobre o item Imunidade Parlamentar é colocado em votação e aprovado na íntegra e por unanimidade, de acordo com a proposta do Relator, em conformidade com seu Relatório Preliminar. Antes de encerrar, a Presidência coloca em votação a Ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Presidência, após agradecer a presença de todos, encerra os trabalhos e, para constar, eu, Marta Helena P. F. Parente, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Sérgio Machado.

Poder-se-ia deixar a discussão da questão da imunidade para o fim.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Mas precisamos discuti-la. Já cheguei, inclusive, a um acordo com o Senador José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Mas o Senador José Fogaça não está aqui.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Mas, Sr. Presidente, já chegamos a um acordo sobre esse projeto.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na última reunião, começamos a discutir a questão da imunidade. Foi levantada a questão de um projeto que estava em trâmite na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de autoria do Senador José Fogaça, com quem travamos uma discussão sobre o projeto. Chegamos a um acordo sobre esta parte desse projeto que está aqui. Vamos limitar-nos apenas à questão da imunidade. Na Comissão, levantou-se uma outra questão a respeito de fórum, de onde se processar. Não vamos entrar na questão da reforma política. Vamos ficar restritos à questão da imunidade.

O art. 53 da Constituição Federal, com a alteração, diz o seguinte:

Art. 53 - Os Deputados e Senadores são invioláveis por suas opiniões, palavras, votos e atos.

Fizemos essa alteração para também dar imunidade aos atos dos Parlamentares, o que não constava do meu projeto anterior.

E continua:

§ 1º - Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Casa, salvo pela prática de crimes inafiançáveis.

§ 2º - Se, no prazo de 60 dias, a contar do recebimento - alterei o prazo de comum acordo com ele, naquele dia em que conversamos aqui - do pedido de licença, excluídos os períodos de recesso do Congresso Nacional, a respectiva Casa, pelo voto secreto da maioria absoluta dos seus membros, sobre ele não deliberar, será este incluído automaticamente em Ordem do Dia e, nesta, permanecerá durante dez sessões ordinárias consecutivas, tendo-se como concedida a licença se, neste caso, não ocorrer deliberação.

§ 3º - O indeferimento do pedido de licença suspende a prescrição enquanto durar o mandato, como também se computará, para efeito de prescrição, o prazo estabelecido no parágrafo anterior.

§ 4º - A prisão em flagrante ou a abertura de processo criminal pela prática de crime inafiançável serão comunicadas em vinte e quatro horas à Casa respectiva para que decida sobre a prisão.

§ 5º - Os Deputados e Senadores serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

Esta foi uma outra questão sobre a qual conversamos. Penso que a volta desta questão para Tribunais foge ao espírito das questões de crime político, que o Supremo deve julgar; hoje, isso funciona dessa forma. Na minha opinião, isso deve permanecer assim.

Segue o artigo:

§ 6º - Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

§ 7º - A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.

§ 8º - As imunidades de Deputados e Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos, praticados fora do recinto do Congresso, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Que alteração foi feita em relação ao texto atual?

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Este último também foi retirado de comum acordo.

O § 1º do texto atual diz que:

§ 1º - Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente sem prévia licença de sua Casa.

Este parágrafo, com a alteração, diz que:

§ 1º - Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Casa, salvo pela prática de crime inafiançável.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Esse é o ponto principal.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Esse parágrafo diz que, em crimes inafiançáveis, podem ser abertos processos sem autorização.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Inclusive, o preso...

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Não. O preso já é.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Aberto o processo sem autorização.

O SR. (Não Identificado) - O preso pode?

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - O preso pode. É a abertura do processo. Essa é a mudança.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Não é preciso haver licença para o processo, porque o crime é comum, é inafiançável.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Exatamente. Essa é uma das mudanças. Fizemos uma outra: fixamos o prazo para que as duas Casas se manifestem. Após esse prazo, se a Casa não se manifestar, é concedida a autorização. Essas foram as duas mudanças feitas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Está em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vou adiar a votação até que haja número suficiente de Parlamentares. Falta mais um Senador para completar o **quorum**.

Concedo a palavra ao Relator, para que este fale sobre a segunda questão.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Sr. Presidente, hoje, eu gostaria de discutir sobre a questão do financiamento de campanha. Poderíamos discutir alguns parâmetros. A partir dessa discussão, poderei concluir a redação da minha proposta.

Hoje, uma coisa essencial - tenho lido e estudado muito pelo mundo afora: é que o grande problema, o grande questionamento da democracia, em todo o mundo, é a questão do financiamento de campanha. Em todos os países, há acusações de corrupção e de desvios. Há pouco tempo, ocorreram as eleições nos Estados Unidos, em que houve muitas denúncias, muitas devoluções. Essa questão é discutida no Japão, na Itália. No Brasil, vivemos eternamente com esse problema.

A meu ver, a solução básica para esse problema seria o financiamento público de campanha, colocado de forma transparente no Orçamento e dividido pelos Partidos. Essa seria uma maneira de fugirmos dessas questões e de darmos condições de os candidatos disputarem as eleições de forma livre e independente do poder econômico. Com isso, entraríamos em outra fase.

Haverão de me perguntar: com isso, vamos evitar definitivamente que alguém possa encontrar outro mecanismo, outro sistema? Eu diria que não. Sempre haverá vulnerabilidade, porque, para o corrupto, para o mau caráter, sempre há como burlar o sistema. Mas, com certeza, isso daria independência e uma liberdade bastante grande para a classe política. Esse é o caminho que a maioria dos países está trilhando, para que haja a independência.

Estudei muito a questão do financiamento e gostaria de colocar algumas premissas, para que possamos discuti-las. A partir dessa discussão, na próxima reunião, eu traria uma redação final, para que pudéssemos votá-la.

Há alguns pontos que eu gostaria de discutir.

Em primeiro lugar, o financiamento deveria ser só público ou público e privado? Em segundo lugar, se o financiamento for público - é o que defendo -, temos que definir qual deveria ser o valor previsto para o mesmo. Quanto, por voto, ele iria representar? Deve-se estabelecer um critério para a distribuição desse financiamento por partido. Penso que isso deve ser feito de acordo com o número de representantes de cada partido no Congresso Nacional. De acordo com o número de Deputados e Senadores, seria estabelecido um critério de divisão.

Deveriam ser previstos recursos para o Diretório Nacional e para os Diretórios estaduais e municipais. A meu ver, teríamos que fixar um percentual para o Diretório Nacional e outro para o Estado. A divisão do partido deveria ser feita em função do número de cadeiras por ele ocupadas no Congresso Nacional; haveria a parte do partido, a ser dividida pelo Estado. Poder-se-ia utilizar três parâmetros:

50% pelo número de eleitores, para que pudéssemos equiparar os Estados em função do tamanho, que é uma variável importante; e os outros 50% assim divididos: 25% pelo número de deputados e 25% pelo número de Senadores, e assim se teria um equilíbrio mais interessante e maior dentro do Estado.

No Estado, haveria que se fixar o que seria o estadual e o que seria municipal, em função do tipo de eleição, para que pudéssemos dividir essa questão do critério.

Fiz aqui uma simulação para que tivéssemos uma idéia de valores, considerando três parâmetros: R$3,30, R$5,00 e R$8,00 por voto, que foram os números sobre os quais discutimos na última reunião. Esta simulação considera que teríamos seis candidatos a Presidente da República e quatro a Governador por Estado, para vermos mais ou menos quanto isso daria por Estado dentro de cada situação e, com isso, pudéssemos fazer uma melhor avaliação do que aconteceria.

No caso de R$3,30, teríamos aproximadamente R$330 milhões a serem distribuídos, verba esta que seria destinada à campanha política. Se dividirmos por 5.400 municípios - na verdade são 5.480, mas, como fiz a simulação hoje de manhã, não estava com o número exato -, isso daria R$61 mil por município médio. Se se dividir por quatro partidos, teremos R$15 mil por partido, considerando a eleição municipal. Se se considerasse R$5,00, teríamos aproximadamente R$500 milhões, o que daria R$23 mil por partido. Se se considerasse R$8,00, teríamos R$37 mil por partido, considerando municípios pequenos e médios.

Então, a meu ver, com essas variáveis, já poderíamos ter uma outra conotação, uma outra relação e uma outra base para que pudéssemos trabalhar com mais segurança e mais firmeza.

Na questão nacional, se considerarmos na base de 40%, e na questão estadual na base de 60%, o que, a meu ver, é uma proporção razoável, considerando seis candidatos em nível nacional, teríamos, na primeira hipótese R$3,30, R$27 milhões em média por partido; na hipótese de R$5,00, R$41 milhões; e, na hipótese de R$8,00, R$66 milhões. E, no caso estadual, com 60% por Estado, considerando quatro candidatos, teríamos R$1.527 mil; R$2.315 mil e R$3.703 mil.

Então, isso seria uma contribuição bastante efetiva no sentido de que a gente pudesse começar a reverter esse processo. A meu ver, teríamos, dentro de uma visão gradativa, possibilidades de atingir os nossos objetivos.

Estou fazendo essas colocações no sentido de uma provocação para que possamos discutir essas premissas e, com isso, então avançar. No meu sentir, apesar de ser esse um dos pontos mais delicados da reforma política, é o mais importante para que possamos caminhar no sentido de uma verdadeira democracia, de uma libertação, de uma independência. E esse é o tema mais discutido no mundo e também o mais difícil para se encontrar uma alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Tem a palavra o Sr. Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sr. Presidente, temos duas visões: uma é decorrente do estudo da matéria, para ser decidido e, em seguida, votado paulatina e oportunamente, de acordo com as condições.

Todavia, entendo que também é função desta Comissão, que presta uma colaboração muito grande à elucidação do problema, ficar atenta aos projetos ou aos temas que estão próximos de nós. Ora, o tema mais provocante, mais instigante, mais atual e que mais é tratado como sangria desatada é o financiamento de campanha, de tal forma que o assunto já está sendo conduzido pela Câmara com a orientação de que, se conduzirmos esse assunto - financiamento de campanha - como é propriamente o problema da lei anticorrupção, se começarmos a discutir esse assunto aqui pelo Senado, o processo seria demorado e, quando chegasse na Câmara, onde o tumulto é muito maior, onde a discussão é mais candente, o projeto não seria votado até 04 de outubro e, conseqüentemente, não haveria sequer reeleição.

Acredito que, assim como as oposições, particularmente um partido político, se empenharam no sentido da instalação de uma CPI, não propriamente desejando apurar os fatos graves de venda de votos ou mesmo de todas essas denúncias, mas, na verdade, desejando inviabilizar a votação do projeto da reeleição para que o mesmo voltasse à Câmara e lá se iniciasse e se reeditasse toda a discussão, para que chegássemos ao dia 03 de outubro sem votação, o que impediria que houvesse reeleição.

Agora, quanto ao projeto de financiamento de campanha, quanto ao projeto de se acabar ou não com o segundo turno e quanto ao projeto referente à definição do que seja uso e abuso da máquina administrativa, tenho a dizer que estes são temas de extrema atualidade; atualidade esta tamanha que, em verdade, o assunto está sendo conduzido mais pela

Câmara no pressuposto de que, quando chegar no Senado, como a Casa é menor, haverá um entendimento mais fácil e se adotará aquela técnica de o projeto não voltar à Câmara, terminando por ser aprovado. Este é o caminho que está sendo seguido; é o que sinto. Ninguém me falou; é o que percebo ao tratar do assunto.

Todavia, penso que isso não impeça a nossa colaboração, até porque o nosso projeto termina encontrando o projeto da Câmara. E esta Comissão tem dado uma contribuição muito grande no sentido de procurar debater problemas políticos que não são de exclusividade da Câmara dos Deputados.

Ora, quanto a esse projeto que trata de financiamento de campanha seria interessante que nós imediatamente formulássemos um projeto de financiamento de campanha que fosse debatido com urgência até porque, a partir de agora, será debatido na Câmara para depois chegar aqui. Assim, entendo que devíamos sair dos assuntos que não têm pertinência em função do tempo e partir para a elaboração de projetos concretos e definir... **(inaudível)**... sobre determinados projetos como no caso o financiamento de campanha e o problema da lei que define o uso e abuso da máquina administrativa.

Agora, na viagem que fiz a Washington trouxe a legislação dos Estados Unidos referente a esses temas, principalmente porque lá já se realiza a **(inaudível)**... que é o problema do financiamento de campanha, que devemos decidir, primeiramente, se pode ser debatido ou não dentro da Lei de Reforma Partidária ou se deve ser no Código Eleitoral ou se deve ser em uma lei específica.

Há, pois, uma série de temas tópicos que efetivamente poderiam ser debatidos com grande atualidade para não ficarmos repetindo assuntos, que são importantes, não há dúvida, como a imunidade parlamentar, mas que é preciso definir rapidamente, porque vamos ser questionados pela mídia e a Comissão estaria dando uma contribuição mais instigante e de maior repercussão na imprensa.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Sr. Presidente, a proposta que eu faria no final desta reunião seria no sentido de que aproveitássemos a reunião desta Comissão para discutirmos a lei eleitoral. Teríamos muito mais agilidade, pois estariam presentes todos os partidos. Rapidamente, debateríamos e marcaríamos claramente a posição do Senado acerca desses temas. Teríamos, inclusive, mais velocidade do que a Câmara dos Deputados e, a partir daí, discutiríamos, com aquela Casa, antes que se votasse lá, a posição do Senado. Não tem sentido recebermos matéria que nos afeta diretamente no dia 28 de setembro, para votá-la na noite do dia 29, sem podermos interferir no processo.

A minha proposta, conforme o que havíamos conversado, é no sentido de abrir, também nesta Comissão, a discussão da Lei Eleitoral. A partir daí, teríamos a posição do Senado sobre esta matéria, aproveitando a convocação de julho para nos aprofundarmos no que diz respeito ao abuso, ao financiamento de campanha, etc. Com respeito a essa proposta inicial, estão faltando dois itens para votarmos: o financiamento de campanha e a imunidade, a qual teríamos condições de votar hoje. Poderíamos debater a Lei Eleitoral, que é um tema atual, palpitante, importante, e que esta Casa não ficaria a reboque. Previamente, colocaríamos a posição do Senado.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Quero deixar bem claro, uma vez que preciso retirar-me, que teríamos de elaborar, imediatamente, mesmo que os projetos fossem específicos, sobre os projetos de financiamentos de campanha, por exemplo, que ocorreram e sobre a questão do uso e abuso da parte administrativa. Poderiam ser elaborados projetos apresentados em nome da Comissão. O Relator apresentaria o projeto, que começaria a tramitar objetivamente. Do contrário, ficaremos transformados numa academia, que é muito importante, mas a dualidade das coisas é tão forte que, efetivamente, nos inquieta.

Estamos tratando de um assunto quando a Câmara está discutindo. A verdade - o Líder pode apurar isto muito bem - é que essas matérias de urgência para a promulgação ou sanção, até 4 de outubro, vão ser conduzidas pela Câmara dos Deputados porque são mais difíceis. Naquela Casa terão mais tempo e, mais uma vez, o projeto será encaminhado ao Senado, na última hora. Aí é que não pode retornar definitivamente à Câmara, em razão do tempo, porque se não ocorrer até 4 de outubro não vai haver eleição nem reeleição no Brasil.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Já comunicamos à Câmara que desta vez queremos participar do processo. À medida que nos antecipemos, como por exemplo este projeto, que aprovamos, já vamos passar para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Quanto à questão da Lei Eleitoral, para 1998, poderíamos agilizar a discussão desses pontos cruciais e relevantes. Não tem sentido ser votado na Câmara e, simplesmente, o Senado referendar; te-

mos que participar do processo. Temos toda a condição, nesta Comissão, de agilizar esta discussão.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Por exemplo, há um projeto que tenho que relatar com urgência. Trata-se da extinção do segundo turno. É um projeto que chegou as minhas mãos, contendo 52 assinaturas dos Srs. Senadores. E a Emenda do Senador Freitas Neto objetiva diminuir a dualidade e os percentuais de votação para ter ou não o segundo turno. É uma matéria muito importante e urgente.

O projeto está comigo, vou relatar com urgência e eu gostaria que o debatêssemos juntos, até porque esta Comissão já deliberou a respeito do assunto. Não participei da votação, mas dos debates. Se eu pudesse relatá-lo, levando, tanto quanto possível, o ponto de vista desta Comissão seria muito importante e o entregaria como uma contribuição da Comissão.

O SR. (Não Identificado) - Inclusive já foi aprovado na Comissão.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - O projeto está comigo para relatar. Poderíamos chegar à conclusão do substitutivo, debateríamos o assunto e seria enviado ao Senado como uma contribuição da Comissão. Não importa de quem seja a primeira assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Senador Francelino Pereira, pediria que V. Exª aguardasse um instante, porque vamos proceder à votação da imunidade, antes que V. Exª se retire, porque há número regimental. Será bem rápida.

Gostaria de dizer-lhe que pedi ao Senador Sérgio Machado, como Relator, que preparasse uma minuta de projeto de Lei Eleitoral para o próximo ano, para esta Comissão rapidamente discuti-la e enviá-la à Comissão de Constituição e Justiça através do Presidente.

Todas as decisões tomadas aqui sobre os vários itens estão sendo transformadas rapidamente pelo Relator em proposições que aprovadas, na próxima semana, serão encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça, inclusive a referente ao segundo turno. Terá V. Exª essa nossa proposição, na próxima semana, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. MAURO MIRANDA - O próprio Senador Francelino Pereira poderia trazer uma proposição para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Mas já aprovamos aqui e o que foi aprovado vai para a Comissão de Constituição e Justiça. Só peço a S. Exª que aguarde poucos dias, porque o projeto vai chegar lá e S. Exª juntará com que já possui para dar uma decisão.

Por último, quero dizer que também é nosso propósito, por isso prorrogamos o prazo até 15 de dezembro, pegar toda legislação esparsa da Lei Eleitoral e atualizar o Código Eleitoral para que esta Comissão possa dar uma grande contribuição ao País. Qual seria? A de que, a partir de agora, as próximas eleições que viessem, após o ano que vem, já não precisassem de lei ânua. O Código Eleitoral passaria a viger e a disciplinar todas as eleições.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sr. Presidente, estou de pleno acordo. A minha preocupação é conferir atualidade aos nossos trabalhos. Como não vamos votar uma matéria por inteiro, vamos examinar esses assuntos que estão na Ordem do Dia e que serão, inevitavelmente, votados até o dia 4.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Claro. Já foram votados aqui.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Por exemplo, o projeto do segundo turno que todos estão interessados, a favor ou contra, é um assunto muito polêmico. Pediria ao relator que apresentasse o projeto da Comissão imediatamente, na próxima semana, e eu teria o cuidado de pedir ao Senador Bernardo Cabral que fosse distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - A solicitação de V. Exª será atendida.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Então, estaríamos trabalhando, vamos falar uma linguagem bem clara, a Casa legisla com a mão do outro lado da rua. Enquanto as mãos não são dadas do outro lado da rua a coisa não anda.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Tem razão V. Exª Pediria que votássemos a proposta do relator contra a imunidade. Solicitaria que S. Exª esclarecesse rapidamente aos Senadores Levy Dias e Leomar Quintanilha, que não estavam presentes, sobre as duas mudanças que deverão ser feitas com relação a imunidades. Os outros Srs. Senadores já estão de acordo.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - São duas mudanças básicas: a primeira vai fixar um prazo de 60 dias, mais dez sessões ordinárias, para que a Câmara e o Senado se manifestem acerca dos pedidos de licença para processar, que hoje não têm prazo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Mas, se não ocorrer no prazo...

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Está autorizado. Hoje não existe prazo nenhum e fica **ad aeternum**. É a grande crítica que temos.

O segundo ponto é que, no caso de crime inafiançável, não precisa solicitar licença às Casas Legislativas para processar. São as duas mudanças básicas na nossa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Atualmente, há prisão no caso do crime inafiançável, mas o processo...

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - No processo, não.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Se é inafiançável o crime, não precisa de licença.

Vamos proceder à votação.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Aprovado, por unanimidade.

Peço ao Relator que passe a outra matéria.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - A outra é a discussão da questão do financiamento de campanha, que eu gostaria de ouvir um pouco a opinião dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Sobre o financiamento de campanha, como V. Exª apresentou a questão ainda um pouco, digamos assim, informalmente, sugiro que, talvez, V. Exª colocasse num papel, para distribuir aos membros da Comissão, a fim de que na próxima reunião pudéssemos ter uma discussão. Isso não impede que os demais Senadores se manifestem.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Mas eu queria, hoje, com essa discussão informal, receber os subsídios para fechar a questão. Eu gostaria de sentir um pouco a opinião, sem prejuízo de, na próxima reunião, trazê-la.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Tudo bem.

O SR. MAURO MIRANDA - Eu gostaria de saber em que países há essas leis organizadas, V. Exª que teve acesso. Estados Unidos?

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Estados Unidos, Alemanha, todos têm. E todos estão discutindo, nesse momento, seu aperfeiçoamento. Essa é a grande questão.

Na eleição americana, a Casa Branca foi acusada de virar motel. O Presidente foi obrigado a devolver dinheiro que recebeu de banco. Porque todos sabemos que, no meio da campanha, tendo que vencer, tudo é bem-vindo. E, depois, isso acaba criando problemas. Na França, houve o sério problema do Partido Socialista, daquela empresa que dava as notas: na Inglaterra, é não sei o quê: no Brasil, já tivemos diversos problemas. Então, a grande questão hoje, e que angustia a quem é político, é saber quem é candidato ano que vem e como vai financiar sua campanha, quais são as fontes de recursos para financiar a campanha. E, na verdade, isso acaba saindo de diversas fontes. Todos sabemos, embora tenha avançado, que o nosso atual sistema ainda deixa muito a desejar. A meu ver, há muitas maneiras para minimizar e melhorar a situação se colocássemos claramente no orçamento federal um montante, "um xis".

O SR. (Não Identificado) - A tendência, nobre Relator, é financiamento exclusivamente público.

O SR. MAURO MIRANDA - O que gostaríamos de ver é o que tem nos outros países, porque acho dificílimo, quase impossível, no nosso sistema capitalista, onde tudo flui por todos os caminhos, é difícil arcar com esse problema aí.

Agora, o que se falou no início é que iniciar com o processo com um certo tanto, com a legislação partidária também capaz, para os donos do partido não repartirem só entre um grupo.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Não, mas aí seria estabelecendo um critério.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Cria limites de gasto por candidato. Quer dizer, mesmo para um candidato que tivesse recursos próprios, teria um limite.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Sim, teria que haver um limite. Porque acho que, para esse avanço, e colocar o financiamento público como uma coisa substantiva, pelo que sinto fora daqui, pelos lugares que vou, é uma coisa bem vista. Devido a todos esses escândalos, equacionar esses problemas é uma coisa que, para o formador de opinião, é muito bem vista. Os próprios meios de comunicação vêem isso com bons olhos, tendo várias matérias sobre o assunto.

O SR. MAURO MIRANDA - É, mas creio que deve haver uma grande conscientização, porque se colocar dinheiro para uma campanha, vão dispensar até a eleição. Preferível colocar o dinheiro em outras áreas de governo, em outras obras.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Vamos ser verdadeiros. Esse dinheiro está saindo de onde? Na verdade, ele já está saindo daí. Essa história de dizer, a dicotomia, leitinho da criança ou o financiamento de campanha, sabemos de onde está saindo, quais são as fontes, as dificuldades que tem, da prestação de contas, da coisa que não se vai, do que não se coloca, do outro que não aparece. Então, essa é uma maneira de nos libertar, é importante para a população e, aí, para um determinado segmento da população fica claro. Fica claro, transparente, dá liberdade, sai dessa angústia. Porque é uma angústia!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Quero apenas dizer ao nobre Relator que, primeiro, não há dúvida de que o financiamento público, do ponto de vista da moralização dos costumes políticos, é o melhor caminho, porque não se envolveria com nenhum entendimento menos ético com relação à questão de conseguir recursos para a campanha.

Temos, porém - a meu ver -, dois problemas: o primeiro, de onde sairão esses recursos, já que são vultosos; e o segundo, a mim me parece que, na atual conjuntura, a área econômica do Governo dificilmente concordará com essa orientação, tendo em vista a economia até de palito para manter as chamadas contas públicas equilibradas, a fim de que o Plano Real tenha êxito. Portanto, essa seria uma despesa nova, adicional. Por isso, não sei se realmente contaremos com o apoio da área econômica.

O nobre Senador Sérgio Machado, Líder do PSDB, portanto mais próximo do Governo, poderá nos dar maiores informações a esse respeito.

Acredito que, realmente, o setor público é o melhor caminho. Em relação ao financiamento público, desde que seja feito, ele é exclusivo, não pode haver financiamento privado. Quer dizer, se houver financiamento público, ninguém pode gastar do seu próprio bolso. Nem uma empresa privada, nem a do próprio candidato ou recurso da pessoa física do próprio candidato poderá ser gasto, só o setor público.

Uma outra questão seria a origem desse dinheiro e se ele realmente existe na atual conjuntura.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) – Sr. Presidente, na verdade, 90% desse dinheiro de campanha vem do próprio Governo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Acredito ser altamente moralizador e democrático.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) – Democrático e transparente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Na prática, é possível.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) – Sr. Presidente, na próxima semana trarei essa matéria para discutirmos em termos mais concretos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A proposta da inelegibilidade, que é um projeto de lei complementar, V. Exª também poderia trazê-la.

Agradecendo a presença de todos, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h02min.)

(OS 16301/98)

COMISSÃO ESPECIAL

Criada Através do Requerimento Nº 153, de 1998-SF, destinada a "Estudar As Causas do desemprego e do subemprego no País".

Ata da 3ª Reunião Realizada em 19 de Agosto de 1998.

Às quatorze horas e cinquenta e três minutos dos dezenove dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e oito, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores: Djalma Bessa, Osmar Dias, Elói Portela e Leonel Paiva, reúne-se a Comissão Especial destinada a "Estudar as Causas do desemprego e do subemprego". O Senhor Presidente em exercício, Senador Osmar Dias, declara abertos os trabalhos e apresenta sua nova proposta de trabalho à Comissão. Após apresentar suas sugestões inicia-se a fase de discussão das medidas a serem tomadas pela Comissão. Na discussão, usam da palavra os Senhores Senadores: Djalma Bessa, Osmar Dias, Eloi Portela e Leonel Paiva. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos e, para constar, eu, Marta Helena Pinto Ferreira Parente, Secretária da Comissão, lavrei a presente que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas, que fazem parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srs. Senadores, vamos dar início à reunião da Comissão Especial, Comissão Temporária Interna, criada pelo Requerimento nº 153, de 1998, destinada a estudar as causas do desemprego e do subemprego no País.

O Presidente da Comissão, Senador Pedro Simon, delegou a mim, vice-Presidente, a função de reunir a Comissão nesta data, com a presença do Relator, Senador Djalma Bessa, a quem agradecemos a presença, e também com a presença do Senador Elói Portela e outros Senadores que se farão presentes durante a reunião, para que possamos estabelecer um plano de trabalho para a Comissão.

Considero importante destacar que uma das primeiras providências da Comissão foi enviar ofício a diversas entidades do Governo e da iniciativa privada para que elas indiquem representantes para participar dos trabalhos desta Comissão. Já recebemos a indicação do IPEA. Um ofício assinado pelo seu diretor, Dr. Mariano, indica o Sr. Fábio Veras Soares para acompanhar os trabalhos desta Comissão. Estamos aguardando a manifestação dos outros Ministérios e órgãos aos quais solicitamos a in-

dicação de um membro representante para participar dos trabalhos.

Nós já discutimos aqui a importância desta Comissão e, sobretudo, a importância do desempenho que os Senadores devem ter. Será muito importante que o Senado possa oferecer ao Governo e à sociedade um trabalho bastante objetivo, que levante as causas e, ao mesmo tempo, aponte soluções para diminuir as causas do desemprego e assim diminuir os índices de desemprego em nosso País, que são, sim, preocupantes.

Para que esta Comissão alcance o sucesso esperado, dada a importância do tema e, sobretudo porque todas as pesquisas de opinião pública têm revelado que o desemprego é a maior preocupação da sociedade brasileira – recente pesquisa apontou 75% dos brasileiros preocupados com o desemprego em primeiro lugar -, o Senado não pode se furtar – e não se furtará – a apresentar um trabalho consistente e de qualidade para o Governo e para a sociedade.

O Senador Djalma Bessa, que é o Relator, está bastante empenhado, e nós acreditamos que poderemos contribuir, todos os Senadores da Comissão, para que S. Exª possa, na conclusão dos trabalhos desta Comissão, apresentar um relatório que sirva de referência para o Governo, inclusive para alteração ou aperfeiçoamento de suas políticas públicas em favor da geração de mais empregos.

Por isso, nós queremos também solicitar aos órgãos de comunicação do Senado, à TV Senado e à Rádio Senado, que nos ajude na divulgação dos trabalhos da Comissão, porque será muito importante que a sociedade acompanhe o esforço do Senado para buscar as causas e a solução ao desemprego, e, também, para que, com a divulgação desse trabalho, possamos ter contato direto com os cidadão, através da linha direta com o Senado pelo número 0800-612211 – aqueles que nos ouvem neste instante se quiserem apresentar as suas sugestões, as suas opiniões a respeito das causas do desemprego e apontar sugestões podem fazê-lo. A ligação é gratuita. As sugestões serão encaminhadas ao Relator, Senador Djalma Bessa, que fará uma seleção para que os membros desta Comissão possam, tomando conhecimento, discuti-las e aproveitá-las no documento que faremos. Vou repetir o número, porque é muito importante: 0800612211.

Nesta primeira reunião, gostaria de submeter aos membros da Comissão e, em especial ao Relator, um documento, cuja leitura faremos de forma bem rápida, para que sirva de referência aos trabalhos da Comissão. É uma proposta que apresento à Comissão. Já falei com o Presidente, Senador Pedro Simon, e pedi autorização para apresentar esse plano de trabalho. O Senador Pedro Simon está afastado temporariamente desta Presidência por causa da campanha pela reeleição, mas retornará a presidir a Comissão quando terminar esse período eleitoral. Deixo uma cópia com o Relator, Senador Djalma Bessa, e com o Senador Elói Portela, para que possamos avaliar juntos esse plano de trabalho, que, se aprovado, podemos colocar em prática imediatamente.

Pediria aos Senadores que fossem direto no item 6º, no temário deste trabalho, que passo a ler, para que nós possamos receber as sugestões dos Senadores. E, se aprovado esse plano, com as suas sugestões e o seu aperfeiçoamento, poderemos colocá-lo em prática; senão poderemos avaliar uma outra proposta de plano de trabalho.

Primeiro teríamos então um fórum, um evento, onde levantaríamos o diagnóstico da real situação do desemprego no Brasil. Embora o Presidente da Comissão tenha dito que nós não queremos fazer o diagnóstico, considero muito importante termos como referência a real situação do desemprego no Brasil, mesmo porque há muita contradição entre os diversos institutos sobre os índices de desemprego no País. E aí teríamos a oportunidade de fazer uma análise dos índices do desemprego aberto, de desemprego oculto no País e nas principais regiões metropolitanas. O recente aumento do tempo médio de desemprego, o perfil dos desempregados (nível de escolaridade, faixa de remuneração, tempo de serviço, posição no domicílio), aumento de ocupações precárias e a informalização crescente do mercado de trabalho. Para isso, nós poderíamos convidar um expositor do IPEA, que deve ter esse trabalho realizado e poderíamos já, numa primeira reunião da Comissão, estabelecermos exatamente essa programação, de ouvirmos, questionarmos, debatermos e conhecermos a real situação e todas os pontos de interferência no desemprego – a questão da idade, da escolaridade, da qualidade da mão-de-obra, o problema levantado pelo Senador Abdias Nascimento sobre a questão racial, enfim, todas os pontos que envolvem a real situação de desemprego no Brasil. Um diagnóstico bastante completo, para que possamos partir daí. Isso nós faríamos numa reunião da Comissão, com a presença de representante do IPEA ou de algum outro órgão que os Senadores sugiram e que nós poderíamos convidar.

Então, partiríamos para a identificação das causas do desemprego. E aí teríamos vários eventos como condicionantes de ordem estrutural – panorama mundial, integração do Brasil num processo de globalização em curso, abertura de mercado, importações, automação da produção industrial, substituição do homem por máquinas, a reengenharia de produção, terceirização e a recente elevação da produtividade da mão-de-obra, a mão-de-obra não especializada, educação e ensino técnico, cursos indiretos da mão-de-obra, encargos sociais, enfim, levantamento de todas as condicionantes de ordem estrutural e posterior debate sobre cada item, tentando tirar soluções que a Comissão poderia apontar para que esta causa fosse eliminada ou removida.

Sobre as "Condicionantes de Ordem Conjuntural" é a mesma coisa: política econômica em vigor, a política fiscal e monetária restritivas, com a manutenção de elevadas taxas de juros restrições ao crédito, a âncora cambial e a vulnerabilidade da economia brasileira diante da atual instabilidade dos mercados financeiros mundiais, a diminuição do emprego em face da redução da demanda interna, a contenção de gastos públicos como fator inibidor da geração de empregos. Então, aqui seria um grande debate em relação à política econômica. Não queremos que esta Comissão faça campanha a favor ou contra qualquer Governo, qualquer candidato. Por isso, temos que tomar cuidado, inclusive de marcar uma data adequada para esse tipo de evento, para que esta reunião não seja transformada num debate eleitoral. Queremos trabalhar de forma séria, buscando os objetivos para os quais a Comissão foi criada, e não transformá-la num palco de discussão eleitoral.

O item 3: "A situação do mercado de trabalho em cada um dos três setores da economia brasileira, as restrições e potencialidades em termos de geração de empregos". Seria também um item importante, e teríamos que distribuí-lo em três setores, nos três setores da economia.

Pois não, Senador Elói Portela.

Ligue o microfone.

O SR. ELÓI PORTELA – Existe também desemprego no setor público. O que está acontecendo é que, com essa informatização, o setor público reduziu muito. É impressionante, quando se entra numa repartição pública, constatar quão pouca gente lá existe. E a demanda de concurso também, as ofertas de concurso são muito poucas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – - V. Exª sugere, então, que nestes itens: 3.1 – Setor Industrial, 3.2 – Agricultura e Pecuária, 3.3 – Serviço e Comércio, abra-se um item 3.4?

O SR. ELÓI PORTELA – Setor público.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – - Desemprego no setor público. Pois não, vamos então fazer incluir essa sugestão de V. Exª.

Então, no setor industrial, ao convidarmos as pessoas para debater o assunto, sugeriríamos que elas enfocassem – é uma sugestão, porque poderá, assim como V. Exª fez uma sugestão agora, também ser mudada e aperfeiçoada – estes temas: a revolução tecnológica e gerencial necessária para fazer face à crescente concorrência externa e a conseqüente diminuição da absorção de mão-de-obra; os efeitos da abertura comercial sobre segmentos ineficientes; a regionalização do desemprego e a guerra fiscal travada entre os Estados para atraírem indústrias; a reciclagem profissional de trabalhadores e o papel de órgãos como o SENAI e o SESI. É a oportunidade, inclusive, de discutirmos o papel não só das políticas públicas, mas, também, dos órgãos públicos que têm influência sobre a questão do emprego.

Acho que deveríamos discutir, o papel do FAT, a utilização dos seus recursos, se estão ou não sendo bem direcionados; a utilização dos recursos do BNDES, se estão ou não sendo direcionados com o objetivo de gerar empregos ou apenas de promover o crescimento econômico; enfim, devemos dedicar os trabalhos da Comissão à avaliação dessas questões. Na agricultura e pecuária, a mecanização da produção, a redução do emprego, a reforma agrária e a fixação do homem no campo, a irrigação e a fruticultura no Nordeste, a disseminação de novas tecnologias de produção, o papel do cooperativismo – e eu acrescentaria, aqui, um tema específico, nesse item 3.2, que é a questão das importações de produtos agrícolas e a sua influência no desemprego. Peço até que já se anote isso nesse item, para que possamos acrescentá-lo como um item específico que devemos debater.

No item 3.3, Setor de Serviço e Comércio, estamos sugerindo que se discuta o recente aumento da absorção de trabalhadores, em especial dos oriundos do setor industrial. Tenho um trabalho do Governo, em mão, que dá conta de que houve um crescimento do emprego no setor de serviços, houve uma migração do setor industrial e da agricultura para o setor de serviços. A Comissão deve, portanto, avaliar essa migração, esse movimento, os sinais de esgota-

mento desse processo, se esse processo de migração para o setor de serviços já terminou ou se vai continuar ocorrendo e qual o seu nível de ocorrência.

Foi pedido aqui, na última reunião, que discutíssemos a crescente informalização das relações de trabalho – se não me engano, pelo próprio Senador Elói Portela – que estudássemos o mercado informal de trabalho e, dessa forma, avaliássemos a sua importância dentro da questão de resolver o problema do desemprego e a obsolescência de determinadas ocupações, precarização dos postos de trabalho, perspectivas de expansão do setor e a necessária captação e reciclagem profissional trabalhador, o papel de órgãos como o SESC. Aqui acrescentaríamos a sugestão do Senador Elói Portela que seria o item 3.4 "O Desemprego no Setor Público".

Item 4 – Experiências Comparadas. Mais um tema para que a Comissão discuta: experiências internacionais de combate ao desemprego. Temos as recomendações da recente cúpula social européia, reunida no final do ano passado, a política de emprego que vem sendo implementada na França e em outros países europeus, que vêm experimentando sensível elevação do desemprego. É bom que sempre tenhamos em mente que o desemprego não é uma exclusividade nossa, mas é uma preocupação mundial e na Europa especialmente, onde a França já toma algumas medidas bastante efetivas e drásticas até no combate ao desemprego. Vamos buscar essas idéias, inclusive trazendo especialistas internacionais que possam nos apresentar essas idéias. Experiências nacionais bem-sucedidas. Às vezes, temos muito perto da nossa casa projetos especiais que têm dado resultado no âmbito nacional, regional e até municipal. Não queremos aqui transformar numa propaganda eleitoral, trazendo projetos que estão dando certo, promovendo neste período eleitoral o dono da idéia, mas não podemos adiar a discussão dessa idéia. Se precisarmos trazer projetos de partido "a" ou "b", mesmo num período eleitoral, vamos trazer, porque a intenção não é promover, mas não podemos adiar por muito tempo a discussão de um tema que preocupa 75% da população.

O Item 4.2 – As Organizações Não Governamentais e os Organismos Internacionais: contribuição de organismos como a FAO, a OIT, o BIRD, o BID, a Unicef. A FAO inclusive tem promovido encontros internacionais de combate à fome e à miséria, onde o desemprego tem sido um tema específico e muito importante. A FAO levanta um número preocupante: 800 milhões de pessoas no mundo não se alimentam duas vezes por dia em razão do desemprego e o Brasil tem uma participação importante nesse número que precisa ser avaliada. E a FAO tem como meta reduzir pela metade esse índice, nos próximos 5 anos e conta, então, com trabalhos como esse que o Senado brasileiro pode desenvolver, oferecendo propostas e buscando as idéias e projetos que a FAO tem proposto, como, por exemplo, o da agricultura familiar, que está em execução no Brasil. O Senador Pedro Simon me ligou para pedir exatamente que colocasse em discussão o projeto de agricultura familiar a fim de que pudéssemos oferecer sugestões de aperfeiçoamento a esse projeto que é fantástico para a agricultura brasileira e para os pequenos agricultores, mas que ainda têm limitações sérias no que se refere à distribuição dos recursos por falta de capilaridade e alguns outros problemas técnicos.

Poderíamos também estabelecer aqui uma discussão sobre o desenho de políticas de emprego, abriríamos os aspectos setoriais, o papel das pequenas e médias empresas na geração de empregos e formas de estímulo ao seu crescimento e consolidação, estímulo ao cooperativismo – a expansão do emprego resultante da consolidação do Mercosul. Também aqui podemos discutir se o papel do FAT está sendo cumprido ou não, a questão do BNDES, as pequenas empresas estão recebendo financiamento que precisam, a política direcionada à criação de empregos nas pequenas e médias empresas é essa ou deve ser mudada.

Item 5.2 – A Capacitação da Mão-de-Obra, que é um assunto muito discutido na sociedade, mas, às vezes, passa até como se já estivesse sido resolvido. Devemos nos aprofundar e reconhecermos que é um problema a falta de qualificação de mão-de-obra. E aí o nosso Relator, Senador Djalma Bessa, com certeza, vai aprofundar o seu relatório na questão da capacitação da mão-de-obra, estímulo à educação básica, analisar os projetos de renda mínima vinculados à escolarização de crianças, capacitação e reciclagem profissional, comunidade solidária e ONGs.

Item 5.3 – Financiamento da Criação de Empregos – análise dos atuais mecanismos de financiamento, o FAT, BNDES, CEF, financiamentos e subsídios financeiros dos setores produtivos rurais. Acabamos de citar exemplos.

Item 5.4 – Políticas Públicas de Emprego – a participação dos governos, a renúncia fiscal e o fomento. Diagnóstico das políticas em curso, propostas de aperfeiçoamento e implementação de novos programas e em especial os direcionados a grupos

específicos de trabalhadores mais vulneráveis ao desemprego. Avaliação do seguro-desemprego, um outro tema que tem que estar nesta Comissão como prioritário.

Item 5.5 – Soluções Nascidas da Livre Negociação Coletiva – estímulo a partir de modificações na legislação constitucional e infraconstitucional, a negociação coletiva, tendo em vista a capacidade que as partes têm para resolver situações localizadas de desemprego, tais como estabelecimento da redução da jornada de trabalho com diminuição da remuneração, jornada de trabalho flexível, banco de horas, enfim essas propostas que hoje estão em discussão até na campanha eleitoral e são temas que a sociedade quer ver, de forma efetiva, praticada ou não, mas quer ver o que será efetivamente colocado para a sociedade. Alterações na legislação trabalhista, trabalho temporário, redução dos encargos sobre a folha de salário, estímulo ao primeiro emprego, incentivo tributário para contratação de jovem de missão voluntária. Temos vários projetos do Senado.

Item 5.7 – O Papel do Congresso Nacional. Analisar todos os projetos que estão em andamento, e esta Comissão daria um parecer sobre esses projetos, recomendando a sua aprovação ou não. Existem projetos que estão em tramitação há três anos, como exemplo o primeiro emprego, de minha autoria, que ficou três anos aqui no Senado e agora foi aprovado, foi para a Câmara e não sei quanto tempo vai demorar. Mas seria efetivamente um programa muito importante para a geração de empregos na faixa de 14 a 18 anos, e há outros Srs. Senadores que apresentaram projetos que devem ser colocados na pauta de discussão desta Comissão.

Temos o cronograma dos trabalhos, sobre o qual gostaria de ouvir o relator a respeito. Temos quatro meses de funcionamento desta Comissão, mas há esse período que nos separa da eleição de primeiro turno e até com possibilidade de segundo turno em muitos estados e não sei se terá segundo turno a eleição nacional. Mas, enfim, são problemas que temos que analisar de forma prática, objetiva e tomarmos uma decisão em relação ao cronograma de trabalho. Por isso é que estou apresentando uma proposta à Comissão e gostaria que os Senadores – vamos voltar a discutir todo o plano de trabalho – emitissem uma opinião. Pediria ao Senador Leonel Paiva que pegasse esse documento, já na última página e pudesse opinar a respeito dessa proposta de trabalho.

Temos que ouvir a sociedade. Já abrimos um canal na **TV Senado**, na **Rádio Senado**, por intermédio do qual o cidadão vai se manifestar. Mas devemos ouvir também o cidadão representado nas suas entidades, a sociedade representada nos seus diversos setores. Então estou propondo e gostaria de ouvir a opinião do Srs. Senadores – em especial do Relator, Senador Djalma Bessa – sobre esta proposta: em setembro, cada membro da Comissão, receberia a delegação de, representando o Senado, organizar um grande evento em seu estado, um seminário, um fórum – não sei se faríamos por região ou por estado, gostaria de ouvir a opinião dos Srs. Senadores.

Esse Senador teria autonomia para organizar, convidar e eleger palestrantes, elaborar um documento conclusivo dos debates. Como sugestão poderiam ser convidados a participar as associações comerciais, as federações da indústria, comércio, trabalhadores da agricultura, a CPT, que é a Pastoral da Terra, as universidades, tanto a federal quanto as estaduais e privadas, um representante dos prefeitos, um representante do MST, um representante das cooperativas, um representante do Ministério do Trabalho e um representante do governo estadual.

Parece-me que teremos dificuldade em reunir esta Comissão em Brasília durante o mês de setembro. Mas estaríamos trabalhando, cada um no seu Estado, se cada qual organizasse um grande evento, ou em nível regional, ou em estadual reunindo essas entidades, cada representante traria suas idéias e teria 20 minutos ou meia hora para fazê-lo, e as exporia de forma bem objetiva: "são essas as causas do desemprego e são essas as propostas para a Comissão solucionar o referido problema."

Cada Senador faria uma sistematização das propostas e a traria ao Relator, que, nesse mesmo período, se fosse viável, estaria promovendo uma reunião com as entidades. Sugeri algumas, mas é evidente que o assunto estará aberto à sociedade que se fará representar.

Nesse período eleitoral, os Senadores estariam coletando em seus Estados as propostas, as sugestões da sociedade por intermédio de suas entidades. Quando o Senado estiver trabalhando normalmente, vamos dizer assim, na sua rotina normal de trabalho, essa coleção de propostas da sociedade será muito útil para, inclusive, embasar as discussões das propostas anteriormente mencionadas, daqueles temas específicos que abordamos.

A minha proposta é que, em outubro e novembro, possamos realizar audiências públicas em Brasília e nas capitais com a participação de ministros de estado e entidades privadas; reunião para apre-

sentação dos relatórios regionais, que seriam abordados em uma reunião específica da Comissão para que cada Senador, em 15 ou 20 minutos, fizesse um levantamento da situação do seu Estado e apresentasse as propostas mais interessantes; uma reunião para a apresentação de projetos que estão dando certo.

Vamos supor que o Senador Leonel Paiva tenha visitado um projeto. S. Exª, então, convidaria alguém para comparecer a esta Comissão e falar sobre ele. Caberia à Comissão identificar se ele é importante para o País, para o Estado, Município ou não, para que o Relator o incluir ou não no seu relatório.

O documento resultante das reuniões regionais deverá sintetizar por setor, diretamente, sem introdução, todas as sugestões. Enfim, é um documento destinado ao relator, a fim de que ele possa objetivar o seu trabalho. Ele deverá conter, primeiro, as causas apontadas do desemprego e, em seguida, as propostas de solução.

Voltando à primeira parte do temário, lembro que aí existe – para depois discutirmos – uma questão: essas reuniões nos Estados que estamos propondo até podem ser realizadas antes da primeira, que dará o diagnóstico da real situação de desemprego no Brasil. Mas seria muito importante se a reunião do diagnóstico fosse realizada até antes da dos Estados, para que esse documento, proveniente desta Comissão e já com a assinatura do Relator, pudesse servir de referência para os Senadores promoverem os eventos a que nos referimos em seus Estados.

Concretamente, proponho que reuníssemos a Comissão, primeiro, para fazer a reunião do levantamento da situação do desemprego, convidando o IPEA ou quem V. Exªs sugerirem; em segundo lugar, que cada um faça as reuniões no seu Estado. São 11 Senadores, ou por Estado ou por região. Vamos discutir agora e, posteriormente, quando o Senado entrasse na sua rotina, faríamos reuniões específicas com esses temas que estamos propondo aqui e com outros que V. Exªs poderão sugerir nesta reunião.

Feita essa apresentação, passo a palavra ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Feita essa apresentação, passo a palavra ao Relator, para que dê a sua posição a respeito da proposta que faço e apresentar as suas sugestões.

Concedo a palavra ao Senador Djalma Bessa, Relator da Comissão.

O SR. RELATOR (Djalma Bessa) – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão, desejo, preliminarmente, atentar para uma ligeira observação que o Presidente Senador Osmar Dias fez sobre o período eleitoral – claro, com o cuidado de não tornar esta Comissão palco de discussões em torno dessas campanhas que estão sendo realizadas. A observação tem sentido porque, vale ressaltar, realmente é um risco que estamos correndo. Mas temos certeza de que não haveremos de descer a essa situação.

Esteja certo, Presidente Osmar Dias, que estamos tendo o máximo cuidado para que a Comissão não se incline por um ou outro candidato, por um ou outro partido, mas que funcione exatamente como uma Comissão do Senado que integra os vários Estados e que está acima dessa campanha política – porque não dizer, acima até dos partidos, porque representa o conjunto das tendências dos partidos com o objetivo de tratar de um problema que reconhecemos por demais difícil e por demais delicado, mas que precisa ser tratado, ser examinado.

A Comissão haverá de realizar o seu trabalho e de corresponder à expectativa de que se situará no plano adequado e justo em que as sugestões, as propostas serão devidamente apresentadas; e, vale acrescentar, com certa criatividade, para que possibilite um roteiro às autoridades no sentido de conter esse mal que está grassando não somente em nosso País, mas no mundo, que é o desemprego.

O trabalho de S. Exª o Presidente Osmar Dias – permita-me fazer esta observação – nesta primeira parte, realmente é amplo e didático. Ele fornece um roteiro de trabalho que realmente vai proporcionar à Comissão um conhecimento completo da situação do desemprego no País e, vale dizer, até no exterior.

Esse levantamento, esse diagnóstico, esse estudo é essencial porque é a base, é o alicerce de um trabalho que vai basear-se justamente nesses dados que serão coletados no item temário, composto de cinco subitens, concluindo com o papel do Congresso Nacional. Portanto, já temos um rumo, temos um roteiro que vale ser observado e que nos vai fornecer os elementos essenciais, imprescindíveis à conclusão dos trabalhos.

Quanto ao último item que o Presidente da Comissão, Osmar Dias, pediu no nosso pronunciamento, não há dúvida alguma de que ele complementa o trabalho anterior.

Inicialmente, eu entendia da seguinte forma: foi sugerido que se incluísse, também, um representante

das Assembléias Legislativas – apenas a título de sugestão, de debate.

O período determinado para essas reuniões estaduais ou regionais é muito crítico – setembro -, praticamente às vésperas das eleições. Creio que a sugestão é inteiramente válida, apenas deveríamos refletir, examinar um pouco para saber se o mês de setembro é oportuno. Caso contrário, talvez fosse conveniente adiar para novembro ou fim de outubro. Mas a sugestão é inteiramente válida.

S. Exª, o Sr. Presidente, fez realmente um trabalho exaustivo, minucioso e didático, e esta reunião o complementa. Aí teremos um trabalho global, inteiro da situação – o desemprego e o subemprego -, desdobrado minuciosamente nos itens e subitens que o Presidente sugeriu à Comissão.

Haveremos, pois, de examinar também uma outra hipótese: a de se distribuir esse trabalho a todos os membros da Comissão. Aguardaríamos um pronunciamento num determinado prazo – que não poderia ser longo – e partiríamos para as sugestões. Temos de nos apressar porque realmente o período é curto, e o trabalho não é tão pequeno assim. Por sinal, o trabalho é grande, é extenso e vai exigir de nós esforço e dedicação muito grandes, sobretudo daqueles Senadores que não estão em campanha eleitoral. É compreensível que os que estão em campanha tenham dificuldade em comparecer. Ainda assim, esta Comissão haverá de corresponder às responsabilidades que o Senado nos conferiu de representá-lo nesse trabalho de alto alcance para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço ao Relator Djalma Bessa.

Eu gostaria de informar aos membros da Comissão que estarão à disposição desta Comissão a Consultora Meiriane, indicada pelo Presidente do Senado, para que acompanhe e assessore os trabalhos; o Assessor Armando, do meu gabinete, que me ajudou a elaborar esse trabalho; a Cristina, Assessora do Relator Djalma Bessa; e a Marta, que é Secretária da Comissão e que, também, estará acompanhando esses trabalhos.

Para uma questão prática, essas reuniões contarão com a sugestão do Relator, Senador Djalma Bessa, no sentido de que as Assembléias Legislativas Estaduais, por intermédio dos seus serviços de apoio, como Taquigrafia, Imprensa e Assessoria, possam contribuir com a elaboração do relatório. Talvez o trouxéssemos até pronto. Foi uma boa sugestão do Relator que incorporo a essa proposta. Apenas S. Exª faz um reparo na questão do período da realização das reuniões.

Submeto essa proposta aos demais Senadores. Começo pelo Senador Leonel Paiva.

O SR. LEONEL PAIVA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, entendo que o momento é propício para fazer este trabalho, sim. Creio que existirão dificuldades, já que estamos num período eleitoral de grandes disputas de muitos companheiros nossos. Entendo que a Comissão, conforme foi dito, está absolutamente desligada dos aspectos políticos na análise do fato do desemprego no País, nem político-partidário, nem político de Situação ou Oposição. Isso não tem a menor importância para esta Comissão.

É bom falarmos também sobre a postura do Pedro Simon, o nosso Senador, o Presidente desta Comissão, que se absteve de participar dos seus trabalhos, passando a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Osmar Dias, para que estivesse isento dessa conotação político-eleitoral – e até político-eleitoreira para alguns.

Mas entendo que o momento é propício sim, até porque nós, da Comissão, não podemos estar expostos à opinião pública, já que a Comissão foi instalada por absoluta falta de ação. Devemos ir atrás da Assembléia Legislativa de cada Estado. Nós, aqui de Brasília, vamos fazer isso incontinenti.

Quero sugerir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que adotemos as regiões brasileiras, já que somos em número menor do que o número de Estados brasileiros. Haveria Estados que estariam fora da representação. Eu, por exemplo, tenho na Comissão o Senador Leomar Quintanilha, do Estado do Tocantins. Se não me engano, somos apenas S. Exª e eu na comissão do desemprego. Eu manteria contatos e entendimentos com S. Exª para que pudéssemos reunir todos os segmentos aqui tratados – porque aprovo integralmente a proposta do Sr. Presidente – e que o fizéssemos antes do período eleitoral. Se deixarmos para depois da eleição, teremos um segundo turno em muitos Estados, em muitas localidades. Teríamos, portanto, que deixar para depois do segundo turno. O lógico seria aprazar isso para novembro, o que é absolutamente racional, porque, logo em seguida, teremos um período de recesso no final de ano, e o prazo da Comissão já teria esgotado. É claro que podemos pedir o adiamento, mas creio que deveríamos tentar fazer isso. Assim como pedir aos companheiros que não fazem parte da Comissão

para que nos ajudem. Em se tratando de um trabalho local, é mais fácil a participação inclusive daqueles que são candidatos, porque, com certeza, terão muito que contribuir.

A minha sugestão é que efetivamente desencadeemos o processo, que se faça por região, e não por Estado, que o temário aqui seja rigorosamente obedecido; ele poderá ser até acrescido, mas nunca diminuído, porque creio que o essencial está nele.

Quero parabenizar a sua equipe técnica de assessores, que fez um trabalho realmente brilhante. Demos uma olhada rapidamente, mas como já estamos inteirados do assunto, temos uma capacidade de absorção muito grande.

No caso da região Centro-Oeste, V. Exª pode ter certeza de que teremos muita dificuldade, mas vamos tentar dar conta do recado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Leonel Paiva.

Temos uma questão para decidir. Parece-me que o plano de trabalho apresentado com algumas observações e algumas pequenas alterações será aprovado pela Comissão. Portanto, estamos nos fixando na discussão do problema do período eleitoral, se vamos realizar as reuniões nos Estados ou não.

Antes de passar a palavra ao Senador Elói Portela, eu gostaria de incluir uma proposta na que está feita. Em setembro, poderíamos fazer um grande evento na Comissão. Para isso, pediríamos até a colaboração do próprio Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, para que fizesse a convocação dos Senadores que compõem esta Comissão. Poderíamos fazer pelo menos essa grande reunião para levantar o diagnóstico da real situação do desemprego no Brasil. Se fizéssemos isso em setembro, para ter como base de trabalho, teríamos feito, acredito, um percentual muito grande do nosso trabalho, o que facilitaria as reuniões que viessem a ser realizadas nos Estados e em Brasília.

Faço esta sugestão e peço ao Relator que a avalie enquanto ouvimos as palavras do Senador Elói Portela.

Seria de extrema importância que a reunião para diagnóstico da real situação do desemprego no Brasil fosse realizada em setembro. Esta é uma comissão temporária, que pode se organizar para reunir-se a qualquer momento, mesmo sem **quorum** – é importante que tenha **quorum**, mas pode reunir-se mesmo sem ele –, para que possamos fazer avançar o trabalho.

E aí passaríamos a ouvir a sugestão de quem convidar para o primeiro compromisso, o da página 5 deste trabalho, o diagnóstico da real situação do desemprego no País.

Passo a palavra ao Senador Elói Portela.

O SR. ELÓI PORTELA – Gostaria de ratificar o que os colegas Senadores disseram sobre a dificuldade, neste período eleitoral, de se fazer uma reunião abrangente como esta, com vários setores da sociedade, sem cunho político. Dado o acirramento do calendário eleitoral, todos estão pensando somente em política.

Durante o interregno entre a última reunião e a de hoje, entrei em contato com o reitor da Universidade Federal do Piauí, que tem um setor já trabalhando nisso, e marquei uma reunião com S. Exª na próxima sexta-feira, para pegar todos os dados. Assim eu gostaria de ter feito em todos os setores.

A Assembléia do Piauí não se reúne há vários dias, por falta de **quorum**. A sessão é aberta e fechada na mesma hora. Então, acho difícil conseguirmos fazer, em setembro, um evento de relevo. Pode-se fazer um evento esvaziado, o que também não é bom.

De maneira que sugiro aos membros da Comissão que façamos reuniões separadas. Mas tentarei, se esse for o desejo da maioria, promover o evento. A sugestão de que ele seja regional torna-o ainda mais difícil, porque envolve o deslocamento de um Estado para outro. Provavelmente, os Estados que me caberiam seriam Piauí, Ceará e Maranhão. O envolvimento dos políticos e do pessoal que normalmente está em campanha política é difícil. Esta é a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Realmente, estamos diante de um impasse. Se realizarmos reuniões nesse período, em um ou outro Estado pode haver, sim, conotação político-eleitoral, pode haver alguém querendo se aproveitar da reunião, quando os seus objetivos são bem diferentes e muito claros. Mas volto a falar da importância de pelo menos realizar-se a reunião para diagnóstico da real situação do desemprego no País, aqui. Mesmo que não estivessem presentes todos os Senadores da Comissão, a reunião serviria para recebermos informações, estudos, para que o Relator possa emitir um primeiro documento sobre esse item específico.

E, com esse documento, iríamos para os Estados fazer reuniões. Se a Comissão decidir que não deve ser feita em setembro a reunião, não a faremos; vamos deixar para outubro, para novembro, quando faremos as reuniões regionais, pois me parece ser esse o consenso. A proposta do Senador Leonel Paiva é de que não sejam estaduais as reuniões, mas regionais, e as faríamos numa época mais adequada.

Pergunto ao Relator da Comissão se seria possível fazermos a reunião para diagnóstico, com a presença do Relator e a minha – comprometo-me a vir e participar dessa reunião -, convidando pessoas e órgãos que pudessem nos oferecer instrumentos para formatar um documento dentro desse primeiro item. Essa seria a questão que levanto para o Relator, Senador Djalma Bessa.

O SR. RELATOR (Djalma Bessa) – Presidente, acho menos difícil essa reunião aconteça aqui do que nas Regiões. Aqui acho até viável, acho que se consegue, mas nos Estados não é fácil. Não vou citar a Bahia porque dirão: "Não, você está falando da política da Bahia". Cito a política do Piauí: é difícil, inclusive pela radicalização da campanha. O que ponho em dúvida é o momento; não é o adequado. Não podemos comparar a política do Piauí com a do Distrito Federal, com a da Bahia, ou com a do Rio, porque são completamente diferentes, embora o País seja um só.

Portanto, o Senador Leonel Paiva tem razão: aqui se faz, com um pouco de dificuldade, mas se faz. Agora, estenda-se essa providência para outros Estados, e haverá o problema. Pode-se dizer: vamos tentar. Podemos tentar, mas fazendo a ponderação de que a campanha é muito grande e de que teremos que reconhecer que as ausências são compreensíveis, porque ou o Deputado se dedica à campanha, ou corre o risco de não manter o mandato.

São três Senadores, cada um de um Estado diferente, e as opiniões divergem justamente por isto, porque a política de cada Estado é diferente da política do outro. No entanto, como eu disse, a reunião aqui é válida. Vamos verificar, examinar, ponderar, marcar a data. Essa é viável, porque a situação é outra, o ambiente também é outro. Acho que seria válido.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Seria, Relator, uma reunião em setembro. Acho perfeitamente possível, nem que ficássemos aqui durante dois dias.

O SR. RELATOR (Djalma Bessa) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Poderíamos marcar dois dias em setembro. Tínhamos já uma convocação para os dias 1º e 2. Acho que ela não vai se efetivar, mas poderíamos marcar um pouco mais adiante, depois do dia 7.

O SR. RELATOR (Djalma Bessa) – Seria na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, poderíamos deixar reservados os dias 08 e 09 de setembro para que a Comissão se reunisse, no período da tarde, e ouvisse os órgãos que vamos agora sugerir e convidar.

Portanto, consulto a Comissão se é possível realizarmos essas reuniões nos dias 08 e 09 de setembro, às 14h30min.

Senador Leonel Paiva com a palavra.

O SR. LEONEL PAIVA – Neste plenário V. Exª tem unanimidade, Sr. Presidente, mas gostaria de saber a opinião dos outros membros.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Bom, fica marcada, então, a reunião.

O SR. LEONEL PAIVA – Com licença, Senador Osmar Dias. Quero apenas sugerir algo: como teremos tempo daqui até lá, a nossa Secretaria pode fazer consulta a todos. Poderíamos fazer isso, pelo menos para se obter um número razoável de presenças. Que não venham todos, mas que se faça uma consulta. Poderíamos colocar da seguinte forma: o dia 08 ou o dia 15, suponhamos, como opção. Nós, aqui presentes, estaremos de acordo com qualquer que seja a data, certo? Ouviríamos todos, cada um com sua opção. Aí, sim, teríamos uma reunião mais densa, com melhor qualificação melhor até para ter uma opinião geral do País.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está aceita a sugestão, Senador Leonel Paiva, de colocarmos duas opções e verificarmos qual a mais viável para os membros da Comissão.

O SR. LEONEL PAIVA – Já com a predisposição dos quatro aqui presentes de que, para nós, serve qualquer das duas opções.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agora, teríamos que definir isso dentro de um prazo curto, porque teremos que convidar as pessoas que aqui virão apresentar seus trabalhos e seus depoimentos. Então, teremos que definir. Vamos fazê-lo. Coloco agora em discussão quais os órgãos que deveriam comparecer a essa reunião onde seria feito o diag-

nóstico da real situação do desemprego no Brasil, com todos esses itens. Vamos colocar no ofício do convite que serão abordados todos esses temas, para que possamos receber inclusive, conforme sugestão do Senador Djalma Bessa, o trabalho antecipado, a fim de que, no momento em que for apresentado pelo representante de determinado órgão convidado, nós também possamos já ter preparado as nossas perguntas e o debate, para que seja mais produtiva a apresentação desse trabalho. Faremos isso para que o trabalho seja encaminhado antecipadamente e o faremos chegar às mãos de cada membro da Comissão.

Estou sugerindo o convite ao IPEA. Gostaria de ouvir dos Senadores se há mais alguma sugestão de órgãos a serem convidados para apresentar esse diagnóstico. (Pausa)

IBGE?

O SR. LEONEL PAIVA – Já há uma lista prévia?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não. Estou sugerindo o IPEA e estou aguardando outras sugestões. Para que não fiquemos com a dúvida e o risco de eliminarmos algum órgão importante, poderíamos encaminhá-las ao Relator e, posteriormente, assinaríamos um ofício convidando esses órgãos.

O SR. LEONEL PAIVA – A questão do diagnóstico, das causas do desemprego, não passa por reuniões, mas por coleta de dados. Portanto, os organismos aferidores não têm muita relação com essa reunião. Acho que têm relação os organismos de planejamento do País, exatamente o Ministério do Planejamento, o Ministério do Trabalho, por lógica, e, fundamentalmente, a Justiça do Trabalho, porque uma das causas do desemprego no País, além das causas inerentes à questão econômica, é que temos uma Justiça do Trabalho altamente prejudicial ao desenvolvimento do País, na minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Leonel Paiva, aqui há apenas uma interpretação diferente da proposta, porque o que estamos propondo é que seja feita uma análise dos índices de desemprego e não das causas. Aqui seria muito conveniente um debate para que possamos identificar inclusive causas ocultas, que só num debate poderiam ser apontadas, como a questão do desemprego por idade, do porquê de ocorrer o desemprego em determinadas faixas etárias. Poderíamos discutir, também, a questão racial levantada pelo Senador Abdias. Enfim, acho muito importante que essa reunião seja realizada, porque ela embasará trabalhos futuros, que darão suporte para que, cada Senador, ao realizar a reunião na sua região, possa conduzir os trabalhos de acordo com a base que será feita a partir desse debate. Seria uma fotografia a partir da qual poderíamos começar o trabalho efetivo.

Essa primeira reunião oficial da Comissão tinha como objetivo estabelecer um plano de trabalho. Ele foi proposto, aprovado pelos Srs. Senadores. Já marcamos uma próxima reunião, com data e convidados a serem confirmados, mas é preciso estabelecer um calendário a partir da próxima reunião.

Pediria aos Srs. Senadores que trouxessem, portanto, uma sugestão de um calendário para as reuniões que deverão ser feitas nas regiões, já que elas não serão mais feitas em setembro, em função das eleições. Então, que os Senadores tragam, na próxima reunião, uma proposta de calendário para a realização das reuniões nas regiões, uma proposta de calendário para a realização das reuniões que serão feitas aqui, no plenário da Comissão, como também uma sugestão de quem devemos convidar para estar aqui e apresentar seus trabalhos.

Poderíamos fazer isso já na primeira Comissão, definindo praticamente todo trabalho da Comissão para os próximos 3 meses, com calendário, com as pessoas a serem convidadas e os órgãos a participar.

Portanto, pediria que fosse feita essa sugestão e nós deveremos encaminhar ofício aos demais membros da Comissão que não puderam estar presentes nesta reunião que apresentem sugestões: ou na próxima reunião ou por escrito ao relator ou ao Presidente desta Comissão.

Pergunto se alguém tem mais alguma observação a fazer.

Concedo a palavra ao Senador Djalma Bessa.

O SR. RELATOR (Djalma Bessa) – Nessa relação para essas reuniões regionais constam representante do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Estado, mas no Município só tem o representante do Prefeito. Não seria o caso de colocar também os vereadores porque eles têm determinadas instituições e poderiam mandar um dos seus representantes. Aí teria a participação do Poder Legislativo e do Poder Executivo Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Nós aceitamos a sugestão. Se quiser convidar mais alguém para expor, isso aqui não fecha a questão em torno dessas entidades. Acho que cada região tem uma característica. Na minha região, por exemplo, seria

importante ouvir, sim, os vereadores que têm suas associações ativas. E nós vamos ouvir, com certeza.

A sugestão do Relator deve ser aí incluída.

Gostaria de receber esse calendário e as sugestões de quais órgãos a serem convidados para que, quando o Senador Pedro Simon reassumir a Presidência da Comissão, já teremos um plano de trabalho – que é este – um plano de referência, o calendário estabelecido e os convites já realizados, para que a Comissão tenha um funcionamento normal e sem interrupções pela frente.

Temos esse período difícil, pré-eleitoral; vamos ter segundo turno em alguns Estados – o que vai dificultar também – mas vamos acompanhar. Inclusive, o Congresso pode ser convocado, segundo o Presidente Antonio Carlos Magalhães, no mês de setembro. Se houver a convocação do Congresso para o mês de setembro, poderíamos realizar reuniões nesse período de convocação. Acho que aí, sim, Senador Djalma Bessa, poderíamos realizar essa reuniões e isso poderia ficar acordado já entre os membros da Comissão.

Poderemos também ter convocação no período de dezembro e janeiro. Não sei se esta Comissão conseguirá concluir os seus trabalhos em 120 dias. É bom que, ao sugerir o calendário, nós pensemos também nessa possibilidade, ou seja, a de não cumprirmos em 120 dias essa tarefa, que é uma tarefa importante, de alta responsabilidade, mas que vai dar muito trabalho a todos nós Senadores. Será um trabalho que exigirá muita dedicação, muito empenho dos Senadores, em especial do Relator, Senador Djalma Bessa, que tem uma grande responsabilidade perante esta Comissão e perante o País.

Chamo a atenção para o fato de que, ao assumirmos essa responsabilidade, esta deve ser dividida pelos 11 membros da Comissão. Na verdade, é o Senado Federal que assume essa responsabilidade junto com o Relator, mas o Relator tem que assinar o relatório, e por isso chamei a sua atenção para este fato: isto é, poderemos não concluir o trabalho em 120 dias.

Ao sugerir, vamos pensar também que, ao darmos essa responsabilidade ao Relator, temos que ser também compreensivos em relação a esse prazo, que é curto, para apresentar um relatório de um tema tão complicado, tão complexo e tão importante.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Paiva.

O SR. LEONEL PAIVA – Pelo que sei dos baianos, eles são danados para cumprir prazos. Eles aceleram em tudo, os baianos fazem tudo e fazem direito, pode ter certeza.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Essa é só uma provocação do Senador Leonel Paiva.

Há mais alguma manifestação? (Pausa.)

Não havendo quem queira se manifestar, encerro esta reunião, já convocando para a próxima com data a ser marcada.

(Levanta-se a reunião às 15h52min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

24ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Extraordinária) Da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, realizada em dezessete de novembro, de 1998, às 18:00 horas.

Às dezoito horas do dia dezessete de novembro de mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Pedro Piva e com a presença dos Senadores Romero Jucá, Osmar Dias, Marluce Pinto, Jonas Pinheiro, Carlor Bezerra, José Saad, Francelino Pereira, Wellington Roberto, João Rocha, Esperidião Amin, Ney Suassuna, Joel de Hollanda e José Agripino. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, Gilberto Miranda, Bello Parga, Leonel Paiva, Júlio Campos, Gilvan Borges, Fernando Bezerra, Ramez Tebet, José Fogaça, José Roberto Arruda, Sérgio Machado, Jefferson Peres, Eduardo Suplicy, Lauro Campos, Ademir Andrade, José Eduardo Dutra, Levy Dias e Odacir Soares. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida submete à apreciação da Comissão, e são aprovadas, as cinco Emendas coletivas oferecidas pela Comissão ao PL Nº 41/98-CN, referente ao orçamento para o exercício de 1999. São elas: **Emenda Nº 01-CAE**, "Manutenção dos serviços de Administração Geral; **Emenda Nº 02-CAE** "Apoio A Projetos de Fomento Às Atividades Produtivas; **Emenda Nº 03-CAE**, "Manutenção das atividades de Assistência Técnica E Extensão Rural; **Emenda Nº 04-CAE**, "Participação da União em Programas de Garantia de renda mínima; **Emenda Nº 05-CAE**, "Ações de Defesa Civil e Nacional". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. Senador **Pedro Piva** – Presidente.

Publique-se em 19/11/98
José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2.198, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 014875/98-5,

RESOLVE designar o servidor ISMAIL DE SOUZA CARVALHO NETO, matrícula 4991, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Telefonia, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Pesquisa, Símbolo FC-05, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 13 de novembro de 1998.

Senado Federal, 18 de novembro de 1998

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 19/11/98
José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.199, DE 1998

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 15, das Disposições Finais da Resolução nº 09,

RESOLVE **dispensar** a servidora **ADRIANA PINCOWSCA CARDOSO,** matrícula nº 3519, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, **Símbolo FC-05,** da Coordenação do Sistema Integrado de Saúde, a partir de 01 de outubro de 1998.

Senado Federal, 19 de novembro de 1998

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 19/11/98
José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.200, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução n.º 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do processo n.º 015.075/98-2,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no inciso II do art. 35, combinado com o inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **TARCÍSIO RODRIGUES BINO**, matrícula n.º 30.304, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Sebastião Rocha.

Senado Federal, em 19 de novembro de 1998

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 19/11/98
José Paulo Borelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.201, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 015.075/98-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ LUZIMAR PAIVA**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete Senador Sebastião Rocha

Senado Federal, em 19 de novembro de 1998

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se, em 20/11/98

José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSARES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.202, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 015216/98-5,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **IDAMARIS CELI FELIX**, matrícula nº 30651, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Senadora Júnia Marise.

Senado Federal, 20 de novembro de 1998

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se, em 20/11/98
José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.203, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 015217/98-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RENATO CESAR VANUCCI DE MORAES**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Júnia Marise.

Senado Federal, em 20 de novembro de 1998

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 20/11/98

José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.204, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora IRENE FERREIRA COSTA, matrícula 3461, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Atividades Médicas, Símbolo FC-03, da Secretaria de Assistência Médica e Social, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, da Secretaria de Controle Interno, com efeitos financeiros a partir de 01 de junho de 1998.

Senado Federal, 20 de novembro de 1998

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 20/11/98
José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.205, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora ODAÍZA RODRIGUES ALVES, matrícula 3407, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Odacir Soares, com efeitos financeiros a partir de 01 de junho de 1998, e lotá-la na Secretaria de Serviços a partir da mesma data.

Senado Federal, 20 de novembro de 1998

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 20/11/98

José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.206, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 014876/98-1,

RESOLVE dispensar a servidora ANA MARIA DOMINGUES DOS SANTOS, matrícula 2027, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Odacir Soares, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Adiministrativo, Símbolo FC-05, da Coordenação de Telecomunicações, com efeitos financeiros a partir de 11 de outubro de 1998.

Senado Federal, 20 de novembro de 1998

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 20/11/98

José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSARES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.207, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012024/98-8,

RESOLVE dispensar o servidor RUI SOARES MOREIRA, matrícula 4179, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Auxiliar de Atividades Médicas, Símbolo FC-03, da Secretaria de Assistência Médica e Social, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Secretaria de Controle Interno, com efeitos financeiros a partir de 15 de setembro de 1998.

Senado Federal, 20 de novembro de 1998

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 20/11/98
José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.208, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013252/98-4,

RESOLVE dispensar o servidor OSVALDINO JOSÉ DOS SANTOS, matrícula 2614, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Esperidião Amin, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal, com efeitos financeiros a partir de 13 de outubro de 1998.

Senado Federal, 20 de novembro de 1998

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 20/11/98

José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.209, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 014884/98-4,

RESOLVE dispensar a servidora SYDIA CASSIA STEIN, matrícula 2078, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador José Roberto Arruda, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Carlos Bezerra, com efeitos financeiros a partir de 13 de novembro de 1998.

Senado Federal, 20 de novembro de 1998

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 20/11/98

José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.210, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 010253/98-0,

RESOLVE dispensar a servidora LUZIA DE SOUZA GODOI, matrícula 1887, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, da Secretaria-Geral da Mesa, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Secretaria de Controle Interno, com efeitos financeiros a partir de 07 de agosto de 1998.

Senado Federal, 20 de novembro de 1998

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 20/11/98
José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.211, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº **014.658/98-4**

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor **JOÃO ANTONIO BARBOSA LOPES,** Técnico Legislativo, Área 7, Especialidade Transporte, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, com as vantagens previstas na *Resolução SF nº 74, de 1994,* observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 20 de novembro de 1998

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se, em 20/11/98

José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.212, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 0522/98-8, resolve APOSENTAR, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA, matrícula 1606, Técnico Legislativo, Nível II, Classe Especial, Padrão IV/M23, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea "c", da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com as vantagens das Resoluções-SF nºs 59/91, 51/93 e 74/94.

Senado Federal, 20 de novembro de 1998

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

Publique-se em 20/11/98
José Carlos Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.213, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 0680/97-4, resolve APOSENTAR, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, ANTONIO RUFINO NETO, matrícula 0940, Técnico Legislativo, Nível II, Classe Especial, Padrão IV/M23, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea "c", da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com as vantagens das Resoluções-SF nºs 59/91, 51/93 e 74/94.

Senado Federal, 20 de novembro de 1998

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

Publique-se em 20/11/98

José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.214, DE 1998

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 15, das Disposições Finais da Resolução nº 09,

RESOLVE **dispensar** o servidor **NILDEMAR CURSINO SILVA,** matrícula nº 4117, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, **Símbolo FC-05,** da Subsecretaria de Suprimentos de Matérias Primas/SEEP, a partir de 20 de novembro de 1998.

Senado Federal, 20 de novembro de 1998

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 19/11/98
José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

APOSTILA

O Ato nº 810/91, da Presidência, que aposentou JOSÉ FELIX MONTEIRO, para excluir a vantagem do Artigo 192, inciso I, da Lei 8.112/90 e incluir a vantagem da Resolução-SF nº 51/93, a partir de 1-4-93.

Senado Federal, em 19 de Novembro de 1998.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 19/11/98
José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

APOSTILA

O Ato nº 800/91, da Presidência, para incluir a vantagem da Resolução-SF nº 51/93, a partir de 1-4-93.

Senado Federal, em 19 de Novembro de 1998.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC
Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares	Suplentes
PFL	
1. Elcio Alvares	1. José Agripino
2. Francelino Pereira	2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornellas (1)	3. Vilson Kleinübing (2)
4. José Alves	4. José Bianco
PMDB	
1. Casildo Maldaner	1. (Vago)
2. Ramez Tebet	2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior	3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna	4. Coutinho Jorge
PSDB	
1. Lucio Alcântara	1. Jefferson Péres
2. (Vago)	2. José Ignácio Ferreira
PPB (Ex-PPR + Ex-PP)	
1. Epitacio Cafeteira	1. Lucídio Portella
2. Osmar Dias	
PTB	
1. Emilia Fernandes	1. Arlindo Porto
PP	
1. Osmar Dias	1. Antonio Carlos Valadares
PT	
1. Marina Silva	1. Lauro Campos
PDT	
1. (Vago)	1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

Atualizado em 27-10-98

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7-4-98
(2) Falecido, em 23-10-98

SENADO FEDERAL

SECRETARIA -GERAL DA MESA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
- VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)

CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG -2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
EDISON LOBÃO	MA - 2311/15	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM -3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA -3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
LEONEL PAIVA	DF- 1248	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JONAS PINHEIRO	MT - 2271/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA - 1041/1141
JÕAO ROCHA	TO -4071/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JÚLIO CAMPOS	MT - 1247/1447	8-DJALMA BESSA	BA- 2211/12
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-WELLINGTON ROBERTO	PB-3139/40
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
SÉRGIO MACHADO	CE- 2281-82	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-VAGO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	VAGO	

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255**

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605 **FAX: 311-4344**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 09/11/98.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE:SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/35
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-VAGO	
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT- 1247/1447	9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3- JOSÉ SAAD	GO-3149/50
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2032/33	8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-VAGO (2)	
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

(1) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.
(2) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515 **FAX: 311-3652**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 4ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 10/11/98

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL
VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/15	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	R0-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOSAPHAT MARINHO	BA - 1041/1141	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52
PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-PEDRO PIVA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	3-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS — SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES — TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612 — FAX: 311-4315

Atualizada em: 09/11/98

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-WALDECK ORNELAS (2)	BA
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY (4)	AP-3429/31	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2032/33
VAGO		7-PEDRO SIMON	RS-3230/31
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
VAGO (3)		2-SÉRGIO MACHADO	CE - 2281/82
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES - 2121/22	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-PEDRO PIVA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2242/44
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO	

(1) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.
(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.
(3) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.
(4) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604 **FAX: 311-3121**

(*) **Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6**
Horário regimental: 5ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 18/11/98

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY (3)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- VAGO	
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	6- JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
PMDB			
JOSÉ SARNEY (2)	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PEDRO SIMON	RS-3230/31	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JADER BARBALHO	PA-3051/53	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
VAGO (1)		5-IRIS REZENDE	GO-2032/33
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82
PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
PTB			
ARLINDO PORTO	MG- 2321/22	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19

(1) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98
(2) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496 **FAX: 311-3546**

(*) **Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6**
Horário regimental: 5ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 09/11/98

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR ELÓI PORTELA
VICE-PRESIDENTE: VAGO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-1041/1141
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	4- WALDECK ORNELAS (1)	BA
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
ELÓI PORTELA (cessão)	PI - 2131/37	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
IRIS REZENDE	GO-2032/33	4- VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	5-JOSÉ SARNEY (4)	AP-2351/52
RENAN CALHEIROS (2)	AL	6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-VAGO (3)	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPLICY (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-ARLINDO PORTO	MG - 2321/22

(1) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.
(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Justiça.
(3) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.
(4) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607 **FAX: 311-3286**

(*) **Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6**
Horário regimental: 3ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 09/11/98

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)
PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-1041/1141	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-1247/1447	3-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOÃO ROCHA	T0-4070//71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62		
WELLINGTON ROBERTO	PB-3139/40		
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201		
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-VAGO (2)	
PEDRO PIVA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219		

(1) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.
(2) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 09/11/98

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- DJALMA BESSA	BA-2211/12
PMDB			
JOSÉ SAAD		1-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO (2)			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO (3)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16		
PPB + PTB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74		

(1) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.
(2) Em virtude do falecimento do titular, 13.04.98.
(3) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

REUNIÕES: SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 09/11/98

7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR OS RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO GOVERNO DE RONDÔNIA
PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(7 TITULARES E 4 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
1 – JÚLIO CAMPOS	MT – 1247	1 – GERALDO ALTHOFF	SC – 2042/43
2 – GILBERTO MIRANDA	AM – 3104/05	2 – FRANCELINO PEREIRA	MG – 2411/17
PMDB			
1 – JOSÉ SAAD	GO – 3148/50	1 – JOÃO FRANÇA	RR – 3067/68
2 – NEY SUASSUNA	PB – 4345/46		
PSDB			
1 – BENI VERAS	CE – 3242/43	1 – VAGO (1)	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT–PDT–PSB–PPS)			
1 – EDUARDO SUPLICY-PT	SP – 3215/16		
PPB + PTB			
1 – ERNANDES AMORIM	RO – 2251/55		

(1) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge

REUNIÕES: ALA SENADOR NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO SALA Nº 6 – TELEFONE: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

FAX: 311-1060 ATUALIZADA EM 9-11-98

ANDAMENTO

EM 29-4-98 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR COUTINHO JORGE

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

(Representação Brasileira)

Presidente de Honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
SENADORES	
PMDB	
1 – JOSÉ FOGAÇA	1 – PEDRO SIMON
2 – CASILDO MALDANER	2 – ROBERTO REQUIÃO
PFL	
1 – VILSON KLEINÜBING (1)	1 – JOEL DE HOLLANDA
2 – DJALMA BESSA	2 – JÚLIO CAMPOS
PSDB	
1 – LÚDIO COELHO	1 – JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
PPB	
1 – LEVY DIAS	1 – ESPERIDIÃO AMIN
PTB	
1 – JOSÉ EDUARDO	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT / PSB / PDT / PPS)	
1 – BENEDITA DA SILVA	1 – EMILIA FERNANDES

TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADOS	
PFL / PTB	
1 – PAULO BORNHAUSEN	1 – VALDOMIRO MEGER
2 – JOSÉ CARLOS ALELUIA	2 – BENITO GAMA
PMDB	
1 – EDISON ANDRINO	1 – CONFÚCIO MOURA
2 – GERMANO RIGOTTO	2 – ROBSON TUMA
PSDB	
1 – FRANCO MONTORO	1 – NELSON MARCHEZAN
2 – CELSO RUSSOMANO	2 – RENATO JOHNSSON
PPB	
1 – JÚLIO REDECKER	
PT / PDT / PC do B	
1 – MIGUEL ROSSETO	1 – LUIZ MAINARDI

(1) Falecido, em 23-10-98

SECRETARIA DA COMISSÃO
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS – ANEXO II – SALA T/24 – BRASÍLIA – DF – 70160-900
FONE: (55) (061) 318-7436 318-7186 318-8232 318-7433
FAX: (55) (061) 318-2154
SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 27-10-98

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Agenda 21 (R$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Meio Ambiente – Legislação (R$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuet Vignali.

– **Volume 10 (R$ 3,00).** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900, Brasília, DF.

Revista de Informação Legislativa

Periodicidade Trimestral

Assinatura para o ano de 1997
Números 133-136
R$ 40,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO

Nome:

Órgão:

Unidade:

Endereço:

CEP: **Cidade:** **UF:** **País:**

Telefones para contato:

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 31,00
Porte de Correio	R$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 127,60
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 62,00
Porte de Correio	R$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 255,20
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB SEEP**, conta nº **920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central**, conta nº **55560204-4** ou recibo de depósito via **FAX (061) 2245450**, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803, Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 312 PÁGINAS